



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CLÁUDIA COSTA GUERRA



**Jogos de poder e “metamorfoses”: representações sociais de violências de gênero, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017**

UBERLÂNDIA-MG

2018

CLÁUDIA COSTA GUERRA

**Jogos de poder e “metamorfoses”: representações de violências de gênero e poder, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na linha de pesquisa História e Cultura, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Puga.

UBERLÂNDIA-MG

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

G934j  
2018      Guerra, Cláudia Costa, 1969-  
             Jogos de poder e “metamorfoses”: representações sociais de  
             violências de gênero, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a  
             2017 / Claudia Costa Guerra. - 2018.  
             420 f. : il.

             Orientadora: Vera Lúcia Puga.  
             Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em História.  
             Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.901>  
             Inclui bibliografia.

             1. História - Teses. 2. Violência conjugal - Teses. 3. Representações  
sociais - Teses. 4. Violência - Gênero - Teses. 5. Poder (Ciências  
sociais) - Teses. 6. Violência contra as mulheres - Teses. I. Puga, Vera  
Lúcia, 1952- . II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-  
Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

CLAÚDIA COSTA GUERRA

**Jogos de poder e “metamorfoses”: representações de violências de gênero,  
na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História, na linha de pesquisa História e Cultura, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Puga.

Tese defendida em 03 de abril de 2018, perante a Banca Examinadora formada pelos seguintes membros:

---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Puga

Presidente (INHIS-UFU-MG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

(INHIS-UFU-MG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jorgetânia da Silva Ferreira

(INHIS-UFU-MG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maia

(UNIMONTES-MG)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Colling

(UFGD-MS).



## RESUMO

Este estudo identifica e analisa os jogos nas relações de poder e representações sociais de 29 sujeitos que vivenciam violências de gênero, na esfera conjugal, e de 28 profissionais da rede de apoio a tais pessoas, com seus significados na e para a (des)construção desses abusos. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica e participante, de natureza qualitativa, desenvolvida no município de Uberlândia-MG, no período de 1997 a 2017. Para tanto, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas e análise de documentos de organizações da rede de apoio investigadas: a Delegacia de Mulheres, do Governo do Estado de Minas Gerais; a Diretoria ou o Núcleo de Apoio à Mulher/Setor Atenção Especial/Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Uberlândia, onde se aloca o Programa Casa-Abrigo Travessia e, ainda, a Superintendência da Mulher, também ligada ao Poder Público municipal e a ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia. As interpretações dos dados encontram-se respaldadas na História Cultural; nos estudos sobre representações; gênero e feminismos; relações de poder e violências. Quanto aos que vivenciam relações conjugais com a presença de agressões, foram analisadas questões auxiliares: relação entre as representações de gênero, relações de poder e a adesão a determinados valores e essas violências; as escolhas feitas pelas pessoas atendidas nas instituições da rede de apoio, diante das possibilidades históricas apresentadas; as experiências e emoções identificadas nas histórias de violências; os indícios dos elementos que compõem as situações: de refém do poder do outro e/ou saídas do processo de agressão e reinvenção da história de vida; a idealização do relacionamento e do outro como possível contributo para situações de abuso. A partir das representações de gênero e relações de poder, entremearam-se enunciados sobre corpos, intimidades, articulação entre ciúme e “amorosidade” no âmbito conjugal; os impactos das violências na saúde dos envolvidos diretamente e nos(as) filhos(as); o peso das representações nos discursos religiosos na perpetuação, ou não, de abusos e escolhas. Sobre profissionais da rede de enfrentamento às violências, buscou-se a compreensão sobre os sentidos e significados de gênero e relações de poder no/para o atendimento; possibilidades de profissionais lidarem com violências sem promovê-las; a importância de suas intervenções e das organizações pesquisadas, conferida por pessoas que foram ali atendidas; sobre acolhimentos (in)adequados e de qual ponto de vista, bem como se alguns propiciam a violência institucional. Desse modo, instituições por onde a maior parte dos sujeitos deste estudo passam e nas quais contactam políticas públicas que *a priori* têm dificuldade em pôr fim às agressões ou, em certas ocasiões, as fomentam, parecem, por outro lado, proporcionar visibilidade e certa politização sobre práticas. E oportunizam a quem vivencia o problema, em suas especificidades, buscar auxílio para dirimir e lidar com sentimentos ambivalentes, experiências complexas, duramente adquiridas, permanecendo refém e/ou (re)constituindo subjetividades, lançando mão de estratégias possíveis para reescrever sua história de vida. Constataram-se aproximações nas representações de gênero e relações de poder de profissionais, bem como de casais diversos (classes menos ou mais favorecidas, vítimas e autores, heteros e homossexuais) que vivem violências, com permanências, nesse período delimitado, em comparação às duas décadas anteriores e, nos achados das espirais de violências, identificaram-se estratégias variadas para lidar com abusos na convivência, em que o silêncio não significa consentimento ou consenso. A compreensão de narrativas propicia destacar versões da realidade, dissidências, nuances, conformismos, resistências, táticas nos jogos de (con)(sobre)vivência, *performances* e revela conservações e “metamorfoses” nas relações de gênero e de poder permeadas por contextos violentos.

**Palavras-chave:** Relações conjugais violentas. Representações Sociais. Gênero. Poder. Rede de Enfrentamento à Violência.

## ABSTRACT

This study identifies and analyzes games in power relations and social representations of 29 subjects who experience violence, in the sphere of marriage, and 28 professionals to support such people, with their meanings and for the (des) construction of these abuses. Methodologically, it is a bibliographical and participant research, of a qualitative nature, developed in the municipality of Uberlândia-MG., of the period from 1997 to 2017. For this reason, the use of a multistructured interview and analysis of documents from the organizations of the Support network investigated: Women's Station, of the Government of the state of Minas Gerais; From the Board of Directors or the Core of Support to the Woman/Sector Special Attention/Secretariat of Social Development of the city of Uberlândia, where it allocates the program House Shelter Crossing and, still, the Supervision of the Woman, also linked to the municipal public power and of the SOS Woman and Family of Uberlândia. The interpretations of the data are backed up on Cultural history; in studies on representations; genre and feminisms; power and violence. As for who experience marital relations with the presence of violence, auxiliary issues have been analyzed: relationship between gender, relation of power representations, adherence to certain values and marital; the choices made by the people met in the institutions of the support network, given the historical possibilities presented; the experiences and feelings identified in the stories of violence; the evidence of the elements that make up the situations: hostage of the power of the other and/or outputs of the process of assault and reinvention of the history of life; the idealization of the relationship and the other and whether it contributes to situations of violence. From the representations on gender and power relations, entremearam statements on bodies, intimacies, relationship jealousy and "loving", in the marital context; the impacts of violence on the health concerned and the children; the weight of religiosity in the perpetuation, or not, of abuses and choices. On the professionals of the network confront the violence the understanding about the senses and meanings of the gender representations of professionals in/for the attendance; opportunities professionals to deal with violence without promoting them; the importance of yours interventions and the institutions, conferred by people who were met there; about appropriate services and from which point of view, as well as whether some provide institutional violence. Thus, institutions where most subjects, from this study, pass through and contact public policies that a priori have difficulty in putting an end to violence or, on occasion, promote violence, seem, on the other hand, provide visibility, certain politicization on practices. and oportunizam who experiences the problem, in its specificities, to seek aid to settle and deal with ambivalent feelings, complex experiences, hard acquired, remaining hostage and/or (re) constituting subjectivities, launching hand of possible strategies to rewrite his life story. There were approximations in the gender and power relations representations of professionals, as well as of different couples (less or more favoured classes, victims and authors, hetero, homosexual) who live violence, with permanence, in this delimited period, in relation to the two decades Earlier and, in the findings of the spirals of violence, varied strategies to deal with abuses in coexistence, where silence does not mean consent or consensus. Understanding narratives provides highlight version of reality, dissent, nuances, conformisms, resistors, tactics (con) games (on) experience, and performances reveal conservations and "metamorphoses" in relations of gender and power permeated by violent contexts.

**Keywords:** Conjugal violence. Social Representations. Gender. Power. Network to confront violence.

## RESUMEN

Este estudio identifica y analiza los juegos en las relaciones de poder y las representaciones sociales de 29 sujetos que experimentan la violencia, en el ámbito de la Unión y 28 profesionales para apoyar a tales personas, con sus significados y para la construcción del (des) de estos abusos. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica y participante, de carácter cualitativo, desarrollada en el municipio de Uberlândia-MG., el período de 1997 a 2017. Por esta razón, se investigó la utilización de una entrevista y análisis multiestructurados de documentos de las organizaciones de la red de apoyo: la Estación de Servicio de la Mujer, del gobierno del estado de Minas Gerais; desde el Consejo de Administración o el Núcleo de Apoyo a la Mujer/Sector Atención Especial/Secretaría de Desarrollo Social de la ciudad de Uberlândia, donde se asigna el Programa de vivienda de cruce y, aún así, la Supervisión de la Mujer, también vinculada al Poder Público municipal y de la SOS Mujer y Familia de Uberlândia. Las interpretaciones de los datos se apoyan en la historia cultural; en los estudios sobre representaciones; género; el poder y la violencia. En cuanto a los que experimentan relaciones matrimoniales con la violencia, se han analizado cuestiones auxiliares: relación entre las representaciones de género, relaciones del poder, la adherencia a ciertos valores y la violencia; las elecciones realizadas por los personas asistidas por las instituciones de la red, dadas las posibilidades históricas presentadas; las experiencias y sentimientos identificados en las historias de violencia; la evidencia de los elementos que componen las situaciones: rehén del poder del otro y/o de los resultados del proceso de asalto y reinención de la su historia; la idealización de la relación y la otra y si contribuye a violencia. De las representaciones sobre el género y relaciones de poder, entremearon enunciados sobre los cuerpos, las intimidaciones, los celos de las articulaciones y el "amor", en el contexto marital; los impactos de la violencia en la salud de los afectados y los niños; el peso de la religiosidad en la perpetuación, o no, de los abusos y las elecciones. Sobre los profesionales de la red para confrontar la violencia buscamos el entendimiento sobre los sentidos y significados de las sus representaciones de género en/para la asistencia; oportunidades para que se ocupen de la violencia sin promoverlos; la importancia de las intervenciones y de las instituciones de investigación, conferidos por las personas que allí se conocieron; sobre los servicios apropiados y desde qué punto de vista, así como si algunos proporcionan violencia institucional. Así, las instituciones donde la mayoría de los sujetos, a partir de este estudio, atraviesan y se ponen en contacto con políticas públicas que a priori tienen dificultades para poner fin a la violencia o, en ocasiones, promover la violencia, parecen, por otro lado, proporcionar visibilidad, ciertas politización de las prácticas y oportunizam que experimenta el problema, en sus especificidades, de buscar ayuda para resolver y lidiar con sentimientos ambivalentes, experiencias complejas, duramente adquiridas, rehenes restantes y/o (re) constituyendo subjetividades, lanzando mano de posibles estrategias para reescribir su historia. Hubo aproximaciones en las representaciones de género y relacione del poder de los profesionales, así como de diferentes parejas (clases menos o más favorecidas, víctimas y autores, hetero, homo) que viven la violencia, con permanencia, en este período delimitado, en relación a las dos décadas más temprano y, en los hallazgos de las espirales de violencia, diversas estrategias para hacer frente a los abusos, donde el silencio no significa consentimiento. Comprender narraciones ofrece destacar versión de realidad, disidencia, matices, conformismos, resistencias, juegos de tácticas (con) (a) experiencia y actuaciones revelan conservación y "metamorfosis" en las relaciones de género y poder impregnado de contextos violentos.

**Palabras clave:** Relaciones matrimoniales violentas. Representaciones Sociales. Género. Poder. Red para confrontar la violencia.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas(os) que contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho, nos últimos cinco anos. Ele é fruto de pesquisas e de conexões estabelecidas.

À orientadora, Doutora Vera Lúcia Puga, mulher de “raça, força e gana”, pelo aceite em me acompanhar nessa missão pró desenvolvimento pessoal e intelectual;

À Banca de Qualificação, composta pela Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (INHIS-UFU) e Dr.<sup>a</sup> Jorgetânia da Silva Ferreira (INHIS-UFU), por contribuírem, com suas ponderações e sugestões cuidadosas, cordiais e francas, para que pudesse problematizar aspectos despercebidos e limitar a ansiedade de desejar contemplar toda a experiência com o tema e fontes acumuladas em mais de 25 anos;

À banca de Defesa da Tese, composta pela Dr.<sup>a</sup> Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (INHIS-UFU), Dr.<sup>a</sup> Jorgetânia da Silva Ferreira (INHIS-UFU), Dr.<sup>a</sup> Cláudia Maia (Unimontes-MG) e Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Colling (UFGD-MS), pela leitura atenta e contribuições à versão final;

Às inspiradoras Professoras Doutoras Célia Calvo, Rosângela Ramos, Maria Clara Machado, Jacy Seixas e Vera Puga, que ministraram, com maestria e brilho nos olhos, as disciplinas realizadas no Doutorado;

À Gercina S. Novais: nossos diálogos, marcados pelo entusiasmo, dedicação, amizade, cumplicidade, acolhimento e admiração recíproca, minimizaram percalços e inevitável solidão, na (re)(des)construção da tese. Solicitei embrulharem a estrela celeste ao lado da lua cheia para presentear-la;

À Janaína S., amiga Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> nos EUA, que, nos poucos e apressados momentos no País, abriu brechas para trocarmos, academicamente, dicas preciosas;

À Maria V., Jane R., Dulcina B., Rodrigo F., Eduardo B., pela leitura generosa e com contribuições significativas para as versões do projeto ou primeiras versões da tese. E ao Eduardo M., pelo compartilhamento gentil e semanal de reportagens digitais sobre a temática;

À Sandra D. e à Maria B. V. Oliveira, pela dedicada e pedagógica revisão de partes da versão final de tão bela e complexa língua;

À Andrea P., pelo suporte com as novas tecnologias, para categorizar e mapear representações nas entrevistas e à Adriana F., pela instrução sobre recursos do Power Point para apresentação;

Aos colegas da Pós-Graduação, pela convivência saudável, colaborativa e festiva, com as trocas de saberes-sabores e por pontuarem, no debate de ideias e na leitura de nossa

produção, aspectos que nos instigaram a aprofundar determinados pressupostos teórico-metodológicos;

À Maria L., pela criteriosa, responsável e valiosa colaboração com as transcrições em tempo hábil; à Sandra Maria de Oliveira, pela colaboração com fichas técnicas de recursos da cultura; à Eliane Novais, pelo apoio com revisões finais do texto;

À Maila A., pelo suporte como gestora do nosso lar e companheira que criou condições para eu poder escolher estudar e trabalhar;

Às(aos) queridas(os) colegas e amigas(os) do Núcleo de Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Uberlândia, cujos estudos oportunizaram meu percurso acadêmico, militância e visão crítica de mundo, desde quando o constituímos em 1992. Cito algumas para representarem todas(os) que do Núcleo participaram: Carmem B., Eliane F., Dulcina B., Jane R., Vera P., Eliana B., Carla G., Maria V., Mônica A., Maria C., Márcio S., Jorgetânia F., Lúcia M., Dielen A., Daniel S., Sibele A., Clarissa B., Gisllene F., Florisvaldo J., Maya P., Fabrício;

Às(aos) integrantes do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Uberlândia, pela tarefa árdua, perseverante e de responsabilidade que comigo, desde 1998, realizam no monitoramento efetivo e proposição de políticas públicas e de projetos de leis. Menciono algumas, para referir-me a todas atuantes e que atuaram: Jane R., Viviane L., Lúcia M., Cláudia C., Janine M., Maria J., Vanessa Z., Vera M., Poty (*In Memoriam*), Gláucia A., Jane P., Antônia, entre tantas outras;

Às(aos) companheiras(os) da SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, desde sua fundação em 1997, quando constituímos a ONG: Nilza A., Normy F., Simone N., Gercina N., Cláudia C., Rodrigo F., Alessandra C., Graça R., Rafael S., Carina P., Kelly R., Rhayza C., Suyane R., Maria A., Rúbia F., Vanessa A., Marcela M., Miriam T., Aline A., Berenice B., André B., Adriano G., Viviane L., Maria C., Janine M., Joyce D., Dulce C., Sandra C., Vera C., Fernanda A., Fernanda P., Paula A., Edmar D., Andrezza D., Eloíse R., Luciana F., Luciana C., Luiza R., Carla L., Amanda F., Adriana B., Adriana F., Denilson F., Larissa C., Raianne C., Wanessa M., Lilian M., Luiza R., Fabiana L., Eduardo, Katherine, Laura, Roberta, Edna, Flávia C., Irene T., Daniel M., Leonardo, Luciano, Anny, Márcia, Kenedy, Ana L., Érica S., Neusa Q., Pedro, Zeila, Marlowa C., Ana L., Márcia, Joyce, Cristiane, Maria B., Rufina R., Sebastiana, Caroline, Cristalwolf e Eduardo P. (Valhalla Comunicação), Ten. Cel. Sergio B. e Soldado Gama (equipe parceria PAM), todas(os) esses na representação dos(as) que estão e inúmeros(as) que pela instituição passaram e não citados, espaço onde dedico maior tempo com ações voluntárias. Tornei-me quem sou, também fruto das experiências partilhadas com vocês;

Às sonhadoras Simone N., Beatriz R., Sônia G., Tânia F., Juliene V., pelo esforço em mantermos encontros mensais do “Café com Sonhos”: vínculos de confiança e trocas afetivas nos fortalecem mutuamente e nos possibilitam sonhar;

Ao grupo virtual “Mães que Podem Falar”, criado em 2017: Aline S., Fernanda N., Marília V., Graziela P., pela oportunidade de troca de saberes e “sofrências” sobre nossos(as) adolescentes e pelas amizades espontâneas, por afinidades, que dele frutificaram.

À Rosário Avelino, pelo suporte psíquico nas conversas terapêuticas: autoconhecimento em processo, ingrediente-chave para poder acalmar por dentro a âni-ma e não perecer em mim a música, a dança e a poesia;

À Luciana G., irmã querida, que, mesmo depois de sua extensa jornada de trabalho, auxiliou, com desprendimento, perseverança, na força tarefa para elaboração de sinopses das preciosas entrevistas realizadas sem acesso à identificação dos sujeitos;

Ao sogro Adilson L., à sogra Mirna L. e ao padrasto Luiz M., pelo apoio, acolhimento e “leva e traz” dos meninos para nos aliviar;

A todos(as) os(as) familiares: primos(as), tias(os), cunhado(a), afilhadas(os), sobrinhos(as) netos(as) e agregados(as), agradeço o convívio e as possibilidades de me constituir singular na inter-relação;

Às(aos) profissionais que lidam com situações de violências e que se disponibilizaram a socializar parte de suas experiências;

Gratidão!

## DEDICATÓRIA

Pai, Glaris Hugo Guerra (*In Memoriam*), minha “ficha caiu” no percurso que antecedeu o início desse trabalho, quanto à relação entre você ter sido vítima da própria história, ao experienciar, aos cinco anos de idade, sua mãe ser assassinada por seu pai, com motivação passional e a escolha que fiz, desde adolescente, em lidar com essa temática. Compreendo como foi difícil ser esposo, pai ou apenas ser. Sinto muito por isso, mas satisfeita por traduzir a dor da sua ausência em militância e em produção de conhecimento sobre essa questão que nos é tão cara e nos uniu, mesmo quando não havia vínculo. Gratidão por ter feito parte de minha vida e por nos permitir acolhê-lo e cuidar de você, ao final.

À Virgilina Ana de Oliveira (bisavó) – *In Memoriam*, Alvimira Gondin Costa (avó) – *In Memoriam*, Maria Delourdes Costa (tia), Maria José Costa (tia), mulheres “porretas”, ambigualmente fortes e frágeis, contraditórias e maravilhosas que, sem a presença masculina e (a)(e)fetiva, criaram e educaram seus(suas) filhos(as) com dificuldades, conflitos e afeto perceptíveis. Orgulho-me de vocês, por terem dado, à maneira de cada uma, “conta do recado”.

À Maria Lúcia Costa Marquez, mãe amada, acrescento carinho especial pelo apoio, incentivo e por ter-nos proporcionado viver em clima de diálogo permanente e saudável, de questionamentos e de crítica fundamentada acerca das relações humanas e de gênero. Provavelmente, o entusiasmo acadêmico e as estratégias para o interpessoal tenham sido legados seu, pelo exemplo. Cuidou a vida inteira: permita-se cuidar e ser cuidada para poder voar sem sobressaltos.

À Lara C. Guerra, Glaris H. C. Guerra, Luciana C. Guerra, todo meu respeito terno e orgulho fraterno. Diferentes na trajetória e nas escolhas, semelhantes no caráter e no afeto.

Ao Ricardo de Lima, mais que esposo: amante, amigo, cúmplice-parceiro, admirado por seus princípios. As “casquinhas” iniciais renderam bem mais que o imaginado e, se a relação resistiu ao doutorado, juntos iremos longe. A sensibilidade em perceber minha sobrecarga de trabalho e acadêmica, abrindo mão de seus afazeres em recessos, feriados e finais de semana para me auxiliar na coleta e na sistematização das entrevistas e recursos culturais utilizados na produção, além do incentivo incondicional, dos lanchinhos e massagens para suportar tanto tempo sentada à frente do computador, emocionam-me. Nossas escolhas impactam as relações familiares de inusitados modos. Todavia, revelam as alianças internas resultantes de vínculos sólidos.

Aos filhotes “preferidos”, Vitor Bikelis L. Guerra e Eduardo Bikelis L. Guerra (Dudu), pela paciência em cancelarmos ou adiarmos as programações familiares, os episódios de seriados, o truco e a “bagunça” para que eu pudesse concluir etapas da tese. Filhos planejados

e desejados proporcionaram-me a oportunidade do constituir-me mãe, praticar, com desafios, a educação integral, cidadã e em oposição ao sexismo. Pérolas raras, arco-íris que tornam a existência colorida e com muitas emoções.

À amiga Bárbara Castelani (Babi) - *In Memoriam*, que nos deixou tão cedo.

Às pessoas que vivenciam ou vivenciaram violências nas relações conjugais e familiares e cederam parte de seu tempo e, com vínculos de confiança, dividiram histórias de vida comigo. Há expectativa de que essa produção auxilie o vislumbre de possibilidades de dias melhores, tolerantes, dialógicos, com aprendizado para se lidar com conflitos sem uso de recursos violentos e condições para fomento e ampliação de políticas públicas efetivas.



ELE: Era um cinema, era um sorvete, só eu não. Queria comprar todo shopping center, coração.  
ELA: todo sábado e domingo a mesma “deprê”. Nem mesa redonda de futebol na TV.  
ELE e ELA: você jura que me ama, mas não me entende mais. Que amor é esse que roubou a nossa paz? Diga o que você pensa. Diga o que quer dizer. Que amor é esse que tanto nos faz sofrer?  
ELA: você não me ouve!  
ELE: só você que fala!  
ELA: você não me ama!  
ELE: você não se cala![...]  
ELA e ELE: Meu deus, mas que tormento. Eu já não aguento mais! [...]  
ELE: ah... chega! Vai chorar?  
ELA: eu não tô chorando...

(Zeca Balero, canta com Alessandra Maestrini, *Que Amor é Esse?*  
Trilha sonora do filme O Amor no Divã, 2016)

## LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Alcôolatrás Anônimos
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ADUFU	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANPUH	Associação Nacional de Professores e Pesquisadores em História
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BO	Boletim de Ocorrência
CADÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas
CATU	Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia
CEAMI	Ministério para reabilitação para a vida, comunidade evangélica terapêutica para dependentes químicos e famílias, acolhimento temporário para pessoas que estão vivendo nas ruas
CEDHIS	Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia
CEMAIA	Centro Municipal de Apoio à Infância e Adolescência, da Prefeitura Municipal de Uberlândia
Centro POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CEPIA	Organização Não Governamental para Ação, Cidadania, Estudo e Pesquisa
CEVIO/UFU	Centro Estudos sobre a Violência da Universidade Federal de Uberlândia
CDL	Câmara de Diretores Lojistas
CIM	Centro Integrado da Mulher
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
COM-UDI	Comitê de Mulheres em Movimento de Uberlândia
COPOM	Central de Operações Policiais Militares
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (fortalecimento familiar, direitos e cidadania)
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (situação de risco)
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRIAV	Centro de Referência da Infância e Adolescência Vitimadas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEAM	Delegacia de Atendimento à Mulher
DSTS	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil (antigas creches)
ENA	Encontro Nacional de Adolescentes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESAJUP/UFU	Escritório de Assessoria Jurídica Popular, vinculado ao Curso de Direito, da Universidade Federal de Uberlândia
ESEBA	Escola de Educação Básica, da Universidade Federal de Uberlândia
FACED	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia
GPECPOP	Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia

GRUCON	Grupo de União e Consciência Negra de Uberlândia
GT	Grupo de Trabalho
HC	Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICASU	Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia
IES	Instituição de Ensino Superior
ILPIS	Instituição de Longa Permanência para Idosos
IML	Instituto Médico Legal ou Posto Médico Legal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INHIS	Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia
IPEA	Instituto Pesquisa Econômica e Aplicada
LER	Lesões por Esforços Repetitivos, atualmente designadas DORT (Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho)
MADA Uberlândia	Mulheres que Amam Demais Anônimas
MBL	Movimento Brasil Livre
MP	Ministério Público
NEDH	Núcleo de Educação em Direitos Humanos
NEDH/CEMEPE	Núcleo de Educação em Direitos Humanos do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz de Uberlândia
NEGUEM/UFU	Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia
NEIA	Núcleo de Estudo da Infância e Adolescência
NOOS/RJ	Instituto sem fins lucrativos para promoção da saúde nas famílias e comunidades
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Organismo de Política para as Mulheres, nível estadual Sudeste
OSC	Organização da Sociedade Civil (substitui nomenclatura ONG em 2016)
PAGU/UNICAMP	Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade de Campinas, nome inspirado no apelido de Patrícia Galvão.
PAPAI	Instituto Papai - organização não-governamental para fortalecimento da igualdade entre os direitos de homens e de mulheres e formulação e monitoramento de políticas públicas na perspectiva feminista e de gênero
PAR	Programa de Abordagem em Rede e Domiciliar ao Enfrentamento à Violência Doméstica
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PETI	Programa da Erradicação do Trabalho Infantil
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal
PISC	Posto Integrado de Segurança e Cidadania
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMMG	Política Militar de Minas Gerais
PMU	Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (órgão da ONU)
PPVD	Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica
PRODAUB	Processamento de Dados de Uberlândia, vinculado à Prefeitura Municipal
PROMUNDO	Organização não-governamental para promoção das masculinidades não-violentas e relações de gênero equitativas no Brasil e internacionalmente
PSF	Programa Saúde da Família do município
REDE CRESCER	Estação Cidadania de Uberlândia – Programas municipais de

REDS	formação e atendimentos a crianças, adolescentes, famílias Registro de Defesa Social, anteriormente designado B.O Boletim de Ocorrência
RHEG	Rede de Homens pela Equidade de Gênero
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEST	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho
SEST	Serviço Social do Transporte
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SINDUTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, antiga UTE (União Trabalhadores do Ensino)
SINTET/UFU	Sindicato dos Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Uberlândia
SPPIR	Secretaria Nacional de Políticas para Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SOF	Sempre Viva Organização Feminista de São Paulo
SOS	<i>Save Our Souls</i> (salve nossas almas)
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
THEMIS	Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (RS)
UAI	Unidade de Atendimento Intensivo, da Secretaria de Saúde, Prefeitura Municipal de Uberlândia
UAI	Unidade de Atendimento Integrado, antigo PSIU (Posto de Serviços Integrados Urbanos) para providenciar documentos
UBS	Unidade Básica de Saúde
UBSF	Unidade Básica Saúde da Família
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNICEF	<i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo, Agência das Nações Unidas para a Infância)
UNIFEM	<i>United Nations Development Fund for Women</i> (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher)
USP	– Universidade de São Paulo.

## FIGURAS

Figura 1 – Mulher se esculpindo, Copyright, 2002 .....	1
Figura 2 – <i>Performance</i> em Praça Pública em resposta aos “valiosos ensinamentos” apregoados pela Escola de Princesas de Uberlândia, 2013 .....	37
Figura 3 – Cartaz de divulgação de evento Curso Medicina UFU, 2013 .....	62
Figura 4 – Garotas expõem braços quebrados, consequência da festa DopasMina, 2013 .....	63
Figura 5 – Anúncio de Evento Zé Picanha Restaurante & Chopperia, Uberlândia, 2017 .....	64
Figura 6 – <i>Outdoor</i> de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional da Mulher, Uberlândia, 2017 .....	66
Figura 7 – <i>Outdoor</i> de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional da Mulher, Uberlândia, 2017 .....	66
Figura 8 – <i>Outdoor</i> de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional da Mulher, Uberlândia, 2017 .....	66
Figura 9 – Pesquisa Datafolha “visível e invisível: vitimização de mulheres no Brasil”, 2016 .....	72
Figura 10 – <i>Outdoor</i> de organização religiosa protestante de Uberlândia, outubro 2017 .....	101
Figura 11 – <i>Outdoor</i> de organização religiosa protestante de Uberlândia, outubro 2017 .....	101
Figura 12 – Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia fechada, 2007 .....	191
Figura 13 – Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia reformada e reinaugurada, Uberlândia, 2013 .....	192
Figura 14 – Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia fechada, 2016 e 2017 .....	195
Figura 15 – Extrato do Termo de Colaboração n. 01/2017 entre PMU e ICASU .....	199
Figura 16 – Ofício da Delegacia de Mulheres/CIM de encaminhamento de família em violência doméstica para Centro de Referência à População em Situação de Rua, 2017 .....	199
Figura 17 – Ofício “explicativo” da Polícia Civil sobre postagens da direção da SOS Mulher e Família solicitando posicionamento da Diretoria de Proteção Social à Mulher da PMU, mediante encaminhamentos inadequados para situações de risco em violência doméstica .....	200
Figura 18 – Extrato do Termo de Colaboração n. 07/2018 entre PMU e ICASU .....	205
Figura 19 – Logo da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 .....	214

## TABELAS

Tabela 1 – quantitativo e qualitativo breve caracterização de entrevistadas(os), Uberlândia, 2014 a 2017 .....	12
Tabela 2 – Balanço orçamentário Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia, 2003 .....	170

## GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia por gênero, 2014 a 2016 .....	226
Gráfico 2 – Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia por etnia, 2014 a 2016 .....	226
Gráfico 3 – Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia por zona de abrangência, 2014 a 2016 .....	227
Gráfico 4 – Alegações apresentadas por pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia para as violências cometidas, 2014 a 2016 .....	227
Gráfico 5 – Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia pela faixa etária, 2014 a 2016 .....	228

Gráfico 6 – Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia pelo tipo de violência sofrida, 2014 a 2016 .....	229
Gráfico 7 – Características das vítimas em situações de violências, atendidas pela PAM, Uberlândia, 2014 .....	274
Gráfico 8 – Facilitadores das violências domésticas, atendidas pela PAM, Uberlândia, 2014 .....	274

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO: narrativas sobre a construção do objeto de estudo, os caminhos e diálogos teóricos da investigação .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – A OUSADIA DE CONTAR-SE: desvelando representações, significados na construção das violências de gênero – espirais e escapatórias .....</b>	<b>33</b>
1.1 Mecanismos para submeter o outro .....	49
1.2 Alegações para as violências e (des) encorajamentos para superá-las .....	67
1.3 Ciúmes na ótica espelhada: reféns de si e do outro – amores e dores (in)visíveis consomem .....	77
1.4 Milágrimas: o peso da religião na perpetuação ou na contramão de abusos .....	94
1.5 AMARdilhas nas tramas da “conjugalidade”: vozes dissonantes e ambivalentes Gritam .....	102
1.5.1 Torturadores(as)-torturados(as): subjetividades, idealizações, corpos, intimidades e saúde .....	116
<b>CAPÍTULO II – REPRESENTAÇÕES EM TRÂNSITO: rede de apoio pública – práticas, saberes de profissionais e de atendidas(os) .....</b>	<b>122</b>
2.1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia/MG e PMMG .....	127
2.2 Prefeitura de Uberlândia: Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/Núcleo de Apoio à Mulher/Sedest/ Centro Integrado da Mulher(CIM), Superintendência da Mulher/Diretoria de Proteção Social à Mulher .....	142
2.2.1 Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia/CATU.....	166
<b>CAPÍTULO III – SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA: experiências da sociedade civil ao “meter a colher” nas teias relacionais .....</b>	<b>209</b>
3.1 “Vestindo” a causa com “saías e calças justas” .....	209
3.1.1 Dados sobre atendimentos, cenas, queixas e encaminhamentos .....	216
3.2 Grupos Reflexivos de Apoio a Mulheres e a Autores que Vivenciam Violências Conjugais .....	255
3.3 Programa Patrulha de Atendimento Multidisciplinar (PAM), revitalização como Programa de Abordagem Domiciliar e em Rede (PAR) .....	267
3.4 Neutralidade suspeita na (des)articulação da rede: desafios para a “cultura da paz” .....	288
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>313</b>
<b>FONTES E INDICAÇÕES AUXILIARES .....</b>	<b>323</b>

<b>BIBLIOGRAFIA GERAL .....</b>	<b>338</b>
---------------------------------	------------

## **APÊNDICES**

<b>Apêndice 1 – Similitudes e Nuvens, com representações gráficas por meio do Software Iramuteq® .....</b>	<b>354</b>
<b>Apêndice 2 – Modelo de termos de autorização institucional e de consentimento para uso de entrevistas por profissionais e de pessoas que vivenciam violências .....</b>	<b>362</b>
<b>Apêndice 3 – Roteiro semiestruturado das entrevistas com pessoas que vivenciam violência conjugal e profissionais que lidam com essas situações .....</b>	<b>365</b>
<b>Apêndice 4 – Quadro detalhado de entrevistadas(os) de 2014 a 2017 que vivenciam violências conjugais e de profissionais que lidam com essas situações .....</b>	<b>366</b>
<b>Apêndice 5 – Outros recursos das artes (músicas, filmes, peças, poesias, imagens) relacionados ao tema e que inspiraram .....</b>	<b>370</b>

## **ANEXOS**

<b>Anexo 1 – Modelos prontuários SOS Mulher e Família de Uberlândia .....</b>	<b>374</b>
<b>Anexo 2 – Diagnósticos primeiros atendimentos realizados pelo Serviço Social da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2013 a 2017 .....</b>	<b>379</b>
<b>Anexo 3 – Relatório satisfação, amostragem de 29 pessoas atendidas SOS Mulher e Família e modelos atendimentos individuais, grupos reflexivos, pesquisadores(as) e avaliação de desempenho da equipe fixa, 2017 .....</b>	<b>385</b>
<b>Anexo 4 – Balanço 2017 e planejamento estratégico coletivo da SOS Mulher e Família para 2018 .....</b>	<b>392</b>
<b>Anexo 5 – Condutas e crimes mais comuns em violência conjugal e familiar, 2016 .....</b>	<b>395</b>
<b>Anexo 6 – Material educativo, preventivo, de comunicação, eventos, premiações da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2017 .....</b>	<b>396</b>
<b>Anexo 7 – Notificação compulsória para casos de violências às mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados – Lei nº 10.778, de 24/11/2003 .....</b>	<b>406</b>
<b>Anexo 8 – Lei Maria da Penha – Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 .....</b>	<b>407</b>
<b>Anexo 9 – Lei contra o Feminicídio – Nº 13.104, de 9 de março de 2015 .....</b>	<b>413</b>
<b>Anexo 10 – Lei Contra Divulgação Não Autorizada da Intimidade Sexual – N. 18/2017 .....</b>	<b>413</b>
<b>Anexo 11 – Emendas Modificativas Projeto de Lei 1167/2015 aprova Plano Municipal Educação de Uberlândia-MG para decênio 2015-2025 e dá outras providências, substituindo termo “gênero” por “sexo” e retirando expressão “condição de sexualidade” .....</b>	<b>414</b>
<b>Anexo 12 – Projeto de Lei “Programa Escola Sem Partido”, out. 2017 e cartaz de chamamento para Audiência Pública 16 nov. 2016 .....</b>	<b>419</b>

**Anexo 13 – Nomes fictícios para entrevistadas(os) associados a flores e seus  
significados .....420**



## INTRODUÇÃO: narrativas sobre a construção do objeto de estudo, os caminhos e diálogos teóricos da investigação

[...] é necessário possuir um caos dentro de si para dar à luz a uma estrela brilhante (NIETZSCHE, 1883).

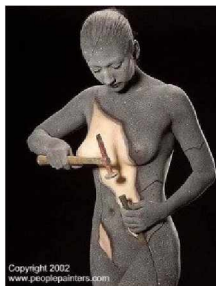


Figura 1 – Mulher esculpindo-se<sup>1</sup>

### Da borboleta-lagarta...

Historiador(a) tem dessas belas manias de mencionar de onde fala e desses lugares nada neutros ou desinteressados, porque as pessoas são obras esculpidas no corpo e na História, lidando com as próprias dores<sup>2</sup>. Aquilo que desconheço em mim, possivelmente, possa ser parte interessante, diriam poetas e psicólogos(as). Para além do resultado acadêmico, esta investigação constitui-se obra de vida, pois que há relação entre a escolha do objeto de estudo e a trajetória de quem participa de lutas pelos direitos humanos e pela democracia, enfrentando políticas do próprio tempo vivido.

Na tessitura do texto, vieram à tona histórias que se pretende contar à sociedade, dialogando com os sujeitos dos quais se extraíram vivências, sem ocultar a própria trajetória e a ausência de suposta neutralidade da produção científica. Esses desejos atravessam o trabalho e a produção ecoa como prática social, que me faz produzir a mim mesma, resistir à normalização, deslocando pessoas de determinados lugares e suscitando história/memória como parte da resistência às tentativas de apagamento. Produz-se por se ter algo a dizer a partir de experiência que é própria. Todavia, esse lugar de onde falo constitui força, mas também desafios para diferenciar-me como pesquisadora do objeto de estudo.

---

<sup>1</sup> Disponível em: < [<sup>2</sup> “Escrevivência” termo emprestado de Conceição Evaristo, escritora mineira, negra de origem pobre, nascida em 1946 em Belo Horizonte/MG., homenageada na exposição do Itaú Cultura, 2017. Sua escrita nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo –, ela compõe romances, contos e poemas que revelam a condição do afrodescendente no Brasil.](https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&authuser=0&tbn=isch&source=hp&biw=1093&bih=484&ei=m0wAWuHKK4etwASUmbnIDw&q=Mulher+esculpindo-se&oq=Mulher+esculpindo-se&gs_l=img..3...1216.5247.0.6918.21.21.0.0.0.152.2165.0j18.18.0....0...1.1.64.img..3.5.633.0..0j35i39k1.0.Ln4kLq4TL2E#imgrc=bAtPA8yX3agzNM:> Acesso em: 10 jun. 2017.</a></p></div><div data-bbox=)

Ao escolher e ser escolhida pelo tema, possuo história pessoal “matrilinear”, com mulheres chefes de lares e crime familiar, marcada pelo fato de o pai, aos cinco anos, ter assistido ao assassinato da própria mãe, por suposto crime passionai, por seu esposo, meu avô. Esse pai-criança, no vir a ser adulto, dependente alcóolico, sofreu empecilhos para relacionamentos afetivos e para a própria paternidade. Recolheu-se, evitou convívio e tornar-se fardo, fez da bebida refúgio cotidiano. Foi como deu conta de ser, como constata a psicóloga Dr.<sup>a</sup> Medeiros (2010)<sup>3</sup> ao tratar das repercussões da violência conjugal na saúde mental de mulheres e nos(as) filhos(as) jovens e adultos, que iniciou militância como estagiária na SOS Mulher e Família de Uberlândia, em pesquisa acerca das repercussões da violência conjugal na saúde mental de mulheres e de seus(suas) filhos(as) jovens e adultos(as).

Tal conexão entre escolha acadêmica e trajetória pessoal foi-se tornando consciente somente por volta de 2008, após esse pai, com idade avançada, aceitar convite para morar na mesma cidade que suas filhas e filho, a meu pedido. Proporcionamos a ele alguma qualidade de vida e tivemos a oportunidade de vivenciar, por intenso tempo, não cronológico, mas interno, o vínculo pai-filha; filha-pai, avô-netos(as), filha-“mãe” por dois anos, acolhendo-o e cuidando desse pai que não pôde de nós cuidar. Ele nos deixa perplexos ao, pela primeira vez, parar de beber, pouco antes da irônica notícia, mediante único exame não realizado, no esôfago e estômago, por não haver sintomas e identificar câncer com metástase em nível IV. O desfrute desse recém-criado laço afetivo só se concretizou por mais três meses, com resgate possível para ambos.

Desde a Graduação, em final dos anos 1980 e início dos 1990, interessei-me pela temática, com bolsa de Iniciação Científica pelo CNPq e trabalho de conclusão de curso sobre violência às mulheres, mapeando, como resultado, políticas públicas de atendimentos a essa demanda, na cidade de Uberlândia- MG, constatando deficiências e desafios, especialmente na Delegacia de Mulheres e em setores do Poder Público municipal. A partir desse período, trilho percurso acadêmico associado à militância feminista, nessa área e, portanto, impregnada dos lugares e das experiências acumuladas.

Além disso, compõem essa história a convivência diária com três homens e o afã de nossa sociabilidade pautada pela igualdade de gênero, impactada pela participação nos movimentos sociais, pelas reflexões feministas e acadêmicas, de Beauvoir (1949), Scott (1990), Lauretis (1994), Louro (1995, 1988, 1999), Butler (2010), entre outras e, por meio da

---

<sup>3</sup> Outras autoras também tratam desses impactos como: SAFFIOTI, H. **No fio da navalha**: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. S/d., p.1-105, mimeo; BENETTI, Silvia. Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. **Psicologia: Reflexão Crítica**, 19(2), 261-268, 2005.

maternidade exercida com dois jovens, um de quatorze, o outro de onze anos, compartilhando o percurso com esposo-companheiro há dezoito anos.

Constato o desafio das escolhas realizadas, com ônus e bônus, para conciliar atividade laborativa docente extensa, no início do Doutorado com carga horária semanal de 52h, reduzidas para 30h, nos últimos anos, sendo acometida por tendinite nas duas mãos que digitaram este trabalho, labirintite, inflamação muscular intercostal e no peitoral, queda de cabelos, frutos do *stress* pela sobrecarga. Ou seja, realizar doutorado, certo tipo de “conjugalidade”, impacta a saúde. Entretanto, é uma escolha também prazerosa. Além disso, marcada por atuação voluntária em movimento social, conselho de direitos e núcleo de pesquisa em gênero, bem como as responsabilidades com a família e o cuidado de si, associado ao desenvolvimento desse estudo. Trata-se, portanto, de trabalhadora, com 48 anos, “operária do saber”, escolhendo abrir mão de possível bolsa de estudo designada à atuação acadêmica exclusiva (impossibilitando trabalhar), cujo valor não custeava o necessário para o sustento familiar e que, com as condições objetivas de sobrevivência, busca realizar sonho-meta, nesse estágio de vida.

Fui consumida por aflições que se foram diluindo durante a produção: o desejo pela captura do todo, dos fragmentos e de suas conexões, realidade fugaz nos escapa por ser provisória, parcial, temporária, com múltiplas versões à espera de luminosidade e de possibilidades de análises. Redigir em formato que propiciasse leitura agradável. Todavia, difícil ousar leveza e prazer, lidando com diagnósticos e histórias de matéria-prima densa, ao ponto de mobilizar emocionalmente quem pesquisa e requerer paradas estratégicas.

Ciente, como na inspiração da pioneira da década de 1940 e tão recorrentemente atual Beauvoir<sup>4</sup>

A impressão que tenho é de não ter envelhecido, embora eu esteja instalada na velhice. O tempo é irrealizável. Provisoriamente, o tempo parou pra mim. [...]. Mas não ignoro as ameaças que o futuro encerra, como também não ignoro que é o meu passado que define a minha abertura para o futuro [e] é a referência que me projeta e que devo ultrapassar. Portanto, ao meu passado devo meu saber e minha ignorância, [...] necessidades, [...] relações, [...] cultura e o meu corpo. Que espaço meu passado deixa para minha liberdade hoje?: não sou escrava dele. O que sempre quis foi comunicar, da maneira mais direta, o sabor da minha vida. [...]. Acho que consegui fazê-lo. Vivi em um mundo de homens, guardando em mim o melhor da minha feminilidade. Não desejei, nem desejo nada mais do que viver sem tempos mortos.

---

<sup>4</sup> Trecho da peça "Viver sem tempos mortos", obra inspirada na correspondência de Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, com Fernanda Montenegro. Disponível em: < <http://andrewssouza.blogspot.com.br/2012/12/viver-sem-tempos-mortos.html> >. Acesso em: 10 set. 2017.

Espero manter o encontro, mas que ele não se torne por demais pesado para nós, no sentido de que precise ser um grande acontecimento ou um espetáculo, pois ainda é preciso voar. Às vezes, são desacontecimentos, rotinas, delicadezas, inquietudes, incômodos, constrangimentos, melindres, possibilidades, imperfeições e profanações com alguma beleza.

Nessa trajetória, continuo perplexa diante de violências de gênero e busco elementos para entender o cultivo e a superação desses abusos. Por isso, aguçou-se, em mim, o interesse em investigar as representações sobre essas violências, sobre o poder e seus significados para/na produção, permanência e sua suplantação, buscando, na compreensão do objeto de pesquisa, elementos para resistir a tempos mortos, crivados de agressões. Delimitou-se a periodização da investigação, a partir de 1997, quando fundada a OSC (Organização da Sociedade Civil) SOS Mulher e Família de Uberlândia até 2017, duas décadas, portanto, sem perder de vista o contexto de 1988, quando foi constituída a Delegacia de Atendimento a Mulheres-MG, no município de Uberlândia.

As representações sociais, como argumenta Moscovici (2004), conceito utilizado também por Jodelet (1996), sua seguidora, entre outros(as), significam a circulação de sistemas de classificações, de imagens e de descrições, mesmo as científicas.

Jodelet reafirma que:

As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientadas para a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos se refere às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam e às funções que elas servem na interação (JODELET, 1996, p. 362).

Em suas produções, Moscovici (1961, 2004) enfatizou que não desejava restringir as representações sociais em conceito fechado. Para ele, elas possuem composição poliforme que envolve noções do campo cognitivo e do cultural. Alguns autores, segundo Sá (2002), têm proposto definições para as representações que buscam não comprometer a integridade do conceito. Assim, elas possuem sentido prático, ao orientarem condutas humanas, contribuem para a construção de uma realidade comum, como construtos sociais, guiam ações e, por isso, costumam ser naturalizadas em ambientes sociais. A partir do exposto, compreende-se que a produção das representações está vinculada às condições que as engendram, portanto, sua gênese e funcionalidade são expressão das interações sociais no cotidiano e não somente produtos do cognitivo.

Considera-se que é por intermédio das representações que se compreende o mundo, visto serem estas “formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas [...] que

contribuem para a construção de realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p.22).

As representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. [...] Elas intervêm em processos variados tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais (JODELET, 2001, p. 22).

Tomamos “representação social” nos termos de Denise Jodelet (2001), que a define como a forma pela qual as sociedades se apropriam da realidade exterior por meio do pensamento e a reelabora segundo condições específicas. Nesse sentido, estes deixam de ser considerados como “verdades” objetivas sobre o passado e passam a ser entendidos como fontes impregnadas de sentidos que circulavam em seu contexto de produção e que são apropriados de acordo com as condições históricas do momento em que são analisados pelos(as) historiadores(as).

Diante do apresentado e ratificando a função das representações como orientadoras de condutas humanas, define-se a questão central desta pesquisa: quais são as representações dos sujeitos que vivenciam violências, na esfera conjugal, e dos/as profissionais da rede de apoio a tais pessoas, sobre gênero e relações de poder com seus significados na e para a construção e desconstrução desses abusos.

Para compor possíveis respostas para essa indagação, foram necessárias questões auxiliares. Em relação aos sujeitos atendidos e aos(as) profissionais, as questões foram: quais as mudanças e permanências das representações presentes nos discursos e práticas cotidianas de quem vivencia violências, na vida conjugal, e de profissionais que compõem a rede de apoio a tais pessoas e seus impactos nas relações de gênero e violência?

Aos que vivenciam relações conjugais com violências, questionou-se: há conexão entre as representações de gênero, a adesão a determinados valores e a agressão conjugal, doméstica e suas vivências? A idealização do relacionamento e do outro contribuem para situações de violências? Quais escolhas são feitas pelos sujeitos atendidos pelas instituições da rede de apoio e enfrentamento à violência, diante as possibilidades históricas apresentadas? Quais experiências e sentimentos são identificados nas histórias de violências conjugais narradas? Quais são os indícios dos elementos que compõem as situações: de refém do poder do outro e/ou de escapatórias do processo de violência e reinvenção da história de vida? A partir das representações sobre gênero e poder, quais entremearam corpos, intimidades, relação ciúme e “amorosidade”, no âmbito conjugal? E quais os impactos das violências na saúde dos sujeitos envolvidos diretamente e nos(as) filhos(as)? Como podem pesar as

representações contidas nos discursos-práticas de determinadas religiões na perpetuação ou não de abusos e de escolhas?

Quanto aos(as) profissionais da rede de enfrentamento às violências, quais os sentidos e significados das representações de gênero no/para o atendimento? Como é possível aos profissionais da rede de apoio lidar com violências sem promovê-las? Qual a importância de intervenções profissionais das instituições pesquisadas, conferida por pessoas que foram ali atendidas? Há atendimentos (in)adequados? De qual ponto de vista? Alguns propiciam a violência institucional?

Tendo em vista as questões orientadoras do estudo, a opção foi por investigação de natureza qualitativa, contemplando levantamento bibliográfico, pesquisa documental e participante, desenvolvida no município de Uberlândia. Para a produção de dados, além de 57 entrevistas (adiante detalhadas), utilizou-se, como fontes complementares disponíveis, no período delimitado de 1997 a 2017, análise de 09 prontuários de atendimentos da SOS de entrevistadas(os), versões de Estatutos, Regimentos Internos, material de divulgação por meio de recursos impressos, áudio visuais, fonográficos e produtos, declarações institucionais, relatórios anuais com diagnósticos sobre atendimentos e atuação, atas de reuniões mensais e extraordinárias, projetos e Programas aprovados e desenvolvidos (inclusive interinstitucionais), formalização de parcerias e articulação com a rede de enfrentamento à violência, premiações recebidas, relatórios de supervisão e observação de coordenação de grupos de apoio de 1999 a 2003 e um de autores de violências em 2012, reportagens sobre o tema veiculadas nos meios de comunicação, da SOS Mulher e Família de 1997 a 2017 (participação em mais de 90% dessas reuniões), com acesso a 20 relatórios anuais e 20 de planejamento para anos subsequentes da SOS e as atas mensais e extraordinárias do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres de 1998 a 2017 (participação em 80% dessas reuniões). Bem como em torno de 40 diagnósticos de institutos de pesquisas sobre o tema, correlatos e legislação conquistada como a Notificação Compulsória em casos de violência sexual em atendimentos na saúde de 2003, Lei Maria da Penha de 2006<sup>5</sup> (Anexo 8), Lei do Feminicídio de 2015 (Anexo 9), Lei Contra Divulgação Não Autorizada de Intimidade Sexual de 2017 (Anexo 10), tratados nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário, avanços legais frutos da luta dos movimentos feministas, entretanto com desafios em suas operacionalizações.

---

<sup>5</sup> Sobre a Lei Maria da Penha recomenda-se a leitura do artigo de: BORELLI, Andréa. Meu nome é Maria da Penha: considerações sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM, p. 649-664.

A investigação se desenvolveu a partir de incômodos. E assim as perguntas articularam-se às fontes. Refletindo sobre os lugares da memória, determinadas imagens de passado predominaram nas intervenções dos espaços. Alguns projetos foram, conforme visões da realidade, bem-sucedidos e outros não e, portanto, requereram olhar político da historiadora. (SARLO, 1997).

Foram entrevistadas(os) 28 profissionais da rede de apoio: 1 da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia/MG; 8 da Prefeitura de Uberlândia/PMU: com representante da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/Núcleo de Apoio à Mulher/Sedest/CIM/Superintendência da Mulher/Diretoria de Proteção Social à Mulher, à qual se vincula a Casa-Abrigo Travessia/CATU; 7 da organização da sociedade civil SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia; 1 autônoma sem vínculo organizacional; 3 do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Uberlândia e 1 do Grupo Shama de Apoio a Homossexuais que, entretanto, não serão utilizadas pelo fato de o Conselho e Grupo Shama não constituírem locais de acolhimento, com atendimentos prioritários a quem vive violências; 5 da Universidade Federal de Uberlândia, com membros também do Núcleo de Estudos de Gênero/NEGUEM e 2 do Comitê Mulheres em Ação de Uberlândia/COM-UDI. Apesar de estarem presentes no ecossistema político, institucional, (não)governamental, cultural, histórico, nem todas ações locais serão examinadas na tese, mesmo que sobre elas tenha sido realizada pesquisa, com entrevistas de profissionais de várias dessas organizações, pois se estabeleceu como prioridade as instituições pelas quais os sujeitos entrevistados são diretamente atendidos.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Como, por exemplo, descartaram-se entrevistas exclusivamente de representantes com atuação no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Uberlândia, criado em 1988 para acompanhar, fiscalizar propor políticas públicas e projetos de lei que promovam mulheres e relações de gênero; do NEGUEM/Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia constituído em 1992 para realizar e publicar estudos, pesquisas sobre as relações de gênero com equipe interdisciplinar; ESAJUP/Direito/UFU com subprojetos a partir de 2016 “Todas por Elas”, com foco em violência doméstica; “Acolhidas”, cuja diretriz é assédio sexual e feminismo, militância com objetivo de empoderar mulheres e “Livre Afeto”, priorizando violações e direitos LGBT. Há na cidade também o COM-UDI/Comitê de Mulheres em Movimento, de Uberlândia; o NEDH/Núcleo de Educação em Direitos Humanos do Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz de Uberlândia da Prefeitura de Uberlândia; MADA/Grupo Mulheres que Amam Demais; CEVIO/Centro de Estudos da Violência; grupos insipientes de mulheres e reflexões sobre gênero na ADUFU/Associação de Docentes da UFU e SINTET/Sindicato dos Técnico-Administrativos também dessa universidade; comissões interinstitucionais com representantes para operacionalização do aborto legal, saúde, direitos sexuais e reprodutivos e contra assédios e violências. Bem como também houve desejo, mas impossibilidade, pelas limitações do próprio trabalho, em se debruçar por demais em ações nacionais que propiciam cenários (des)favoráveis à violência conjugal e de gênero, como a Escola de Princesas, com matriz em Uberlândia desde 2013 e filiais no país, e internacionais, como a Campanha Laço Branco, desde 1989; sobre atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo federal desde 2003, no governo Lula e Dilma, com rebaixamento de *status* no governo Temer (2016); da ONU Mulheres desde 2011, da Marcha das Vadias no Brasil, desde 2011; Movimento “Escola Sem Partido/Sem Ideologia”, que contempla e inventada “ideologia de gênero” com articulação de partidos políticos, segmentos de grupos religiosos, desde 2004 (mas diretrizes são anteriores, da década 1990) e do MBL (Movimento Brasil Livre) para retirada de gênero e diversidade dos Planos de Educação, desde 2010 e que difere dos estudos científicos e do pensamento dos movimentos feministas desde antes. Esse último, com projeto proposto na

Desse modo, houve fôlego, para serem realizadas, como fontes primárias, entrevistas semiestruturadas gravadas e transcritas, durante o período de 2013 a 2017, com 57 pessoas, entre elas 29 vivenciando violências conjugais, em suas diferenças, especialmente participantes na SOS Mulher e Família de Uberlândia, além das(os) 28 profissionais, em parte dessa e de outras organizações e alguns(mas) não vinculados(as) institucionalmente. Das 29 pessoas em situação de violência, 22 considerando-se vítimas. Uma irmã e uma mãe de assassinadas por ex-namorados, com alegações passionais e uma que sofreu abuso sexual por parte de amigo foram descartadas por não estarem diretamente ligadas ao público-alvo dessa produção. Restaram 26 como sujeitos que vivenciam violências, entre vítimas e autores. Foram, portanto, aproximadamente 70 horas de entrevistas com quem vivencia o problema e profissionais que lidam com ele.

As entrevistas, fontes centrais, com pessoas predominantemente atendidas pelas instituições da rede de enfrentamento às violências, assim como com representantes e profissionais das organizações, a partir de narrativas, privilegiaram os eixos, conforme consta no Apêndice 3, em roteiro semiestruturado, compreenderam intervenções com: (a) autorização formal da entrevista (instrumental no Apêndice 2); (b) data e identificação pessoal, profissional e acadêmica; (c) história de vida e sobre família de origem e escolhas; (d) representações sobre gênero (funções/lugares de homens e mulheres), cultura que contempla educação formal, informal, sociabilidades, (in)tolerâncias; historicidade das violências e relação entre violências físicas e não físicas, poder e gênero; (e) gênero e autonomia x heteronomia; “ciclos”, “espirais” e representações nas e sobre as relações conjugais e intrafamiliares violentas; (g) fatores inibidores, dificuldades em se buscar ajuda e romper com a relação; (h) corpos, intimidades/sexualidades, ciúmes, amores, paixões e

---

cidade de Uberlândia, em 2017 (Anexo 12), com sua recém construída e distorcida “Ideologia de Gênero” propagada por meio de apelos moralistas para finalidades de poder, contemplando práticas de retirada de gênero de planos de educação nos municípios, estados e País, com respostas dos movimentos feministas de rua, culminando com a Primavera das Mulheres, desde 2013. No dia 25 de março de 2017, verifica-se no Portal do Orçamento do Senado Federal redução do valor autorizado para gastos com atendimento à mulher em situação de violência, em 61%, em relação ao ano anterior. No contexto do período da pesquisa, ano de 2015, e certamente não de modo casual, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sobre violências às mulheres possibilitou a milhares de pessoas refletir sobre o tema e se posicionar cientificamente. Algumas aproveitaram o contexto para depoimento de situações vivenciadas. Inclusive, nesse ano em foco, a prova contemplou também questão com reflexão da filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir, que produziu nos anos 1940/50. A passagem da obra *O Segundo Sexo* (1949) dizia: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”. E, contraditoriamente, no dia 27 de março de 2017, em Ato do Legislativo, o “Presidente” Temer sanciona lei (2017) que dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela Não Violência às Mulheres e em 2017 e 2018 retira recursos para políticas públicas de combate à violência. No âmbito internacional há a Campanha Laço Branco – homens na luta contra a violência às mulheres, desde 1989 e a criação da ONU Mulheres desde 2011



violências que se entrecruzam nas representações de gênero e relações de poder; (i) saúde: impactos das violências e de dependências químicas; (j) peso da religião nas relações de violências; (k) permanências, mudanças, resistências, profanações, inusitados diante das violências vivenciadas e sobre estratégias de reação e convivência com elas; (l) sentidos/concepções sobre violências e pluralidade dos sentimentos no convívio violento; (m) se conhece e o que pensa sobre a Lei de Notificação Compulsória em violência sexual por profissionais da saúde, Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, Lei contra Divulgação Não Autorizada de Intimidade Sexual e outras legislações locais, nacionais e internacionais; (n) visões sobre a rede de apoio e enfrentamento à violência conjugal e familiar e sobre movimentos sociais, com avanços, retrocessos, desafios e possibilidades.

Quanto aos critérios de escolha de entrevistadas(os) e circunstâncias, houve articulação com profissionais que atendem casos para que consultassem pessoas atendidas sobre sua disponibilidade para conceder entrevistas. Em determinadas situações, por lidar com a questão há décadas, algumas vítimas me procuraram espontaneamente no local onde trabalho como professora, ou virtualmente, para orientação, e foram convidadas a narrar sua história, contar-se. No caso de profissionais, foram buscados(as) por atenderem pessoas em instituições que devem promover políticas públicas de apoio e enfrentamento às violências domésticas, ou por acolherem casos como autônomos(as).

As entrevistas com pessoas que vivenciam violências foram realizadas, preponderantemente, em suas residências, algumas na sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia e poucas no local de estudo da(o) concedente, em ambiente que lhes fosse mais favorável e de sua escolha. Minha abordagem explicitava o sigilo e cuidado no trato das informações. No caso de profissionais, a maior parte aconteceu no seu *locus* de atuação na rede de apoio e algumas, por preferência, em suas residências. Dias e horários foram definidos em comum acordo, especialmente pela melhor conveniência da(o) concedente.

A decisão inicial foi a de realizar entrevistas individuais, apenas com a presença da(o) entrevistado(a). No entanto, vale pontuar que, em dois casos, a entrevista foi com casal que saía do processo de violência e foi atendido na instituição SOS Mulher e Família como casal. Nesse caso, ora a entrevista era com o casal, ora com um ou com o outro. E em outra situação, a entrevista seria com a vítima de violência do esposo, mas a filha também havia vivenciado violência praticada pelo pai e preferiram participar juntas, em vez de individualmente.

Houve outras situações inesperadas: a) tendo havido um problema técnico de não gravação de longa entrevista com pessoa que presenciara e vivenciara violências, por indisponibilidade de tempo para nova gravação, e sentindo-se abalada por ter revivido sua história, optou por relatar por escrito, já que tem facilidade para escrever (atua como

profissional jornalista), o que havia narrado na entrevista oral. b) com determinada entrevistada, cuja mãe chegou em casa ao final do diálogo e comentou algo sobre situação da filha, que não se incomodou com essa breve participação. E c) uma das entrevistadas agendadas teve dificuldades em falar comigo pessoalmente, pois estava para sair do País, até mesmo como estratégia para se afastar do autor de violências, e preferiu realizar a entrevista por telefone, que foi gravada, tendo ela posteriormente encaminhado o termo de autorização assinado virtualmente. Sabe-se que a presença de outra pessoa pode impactar as representações e narrativas e, nessas entrevistas, isso estará explicitado nas notas de rodapé que caracterizam os sujeitos. Duas outras situações também fugiram ao padrão. Certo encontro marcado para entrevistar em sua residência um jovem, Sr. Jasmin (autor violência, entrevista 2006), que havia esfaqueado a ex-namorada, me provocou certo medo, talvez devido a certas representações sociais, quanto a autores de violências. E ao chegar ao local, em bairro considerado perigoso, constatei que residia sozinho e ficamos somente nós dois. Também tive a mesma sensação na entrevista com o Sr. Crisântemo (vivenciou violência, entrevista 2016), que se considera vítima. No entanto, esse sentimento se dispersou durante os diálogos que foram bastante produtivos e tranquilos.

Por outro lado, no que diz respeito aos(as) profissionais que lidam com violências, em várias situações foram entrevistados(as) mais de um(a), por opção deles(as), que atuam em uma mesma instituição, e devido à sobrecarga de trabalho, para não comprometer o volume de atendimentos no espaço em questão.

Das pessoas entrevistadas, dez não passaram pela rede de apoio e enfrentamento às violências conjugais, domésticas e de gênero por mim pesquisadas, pois cinco me contataram pelas redes sociais digitais, duas por haver proximidade familiar, e três (um docente e dois ex-alunos) no local de trabalho, cientes da minha militância na área.

As conversas com quem vive situações de violências fluíram melhor do que com profissionais que lidam com elas. E com esses profissionais, em vários momentos, houve pensamentos de inquietude e incômodo, por verificar contradições entre narrativas idealizadas ou com caráter propagandístico e o que se identifica quanto às políticas públicas, de fato. Avalio que isso se deva em parte ao fato de algumas dessas pessoas estarem em cargos de confiança, ou subordinadas(os) e com certa preocupação em não comprometer a própria imagem e a da instituição a que pertencem.

A Sr.<sup>a</sup> Áster (viveu violência, entrevista 2016), solteira, não mantém relacionamento conjugal, porém dispôs-se a relatar suas experiências e lembranças de menina e adolescente, pela preocupação com impactos da violência conjugal de pais em crianças que presenciam, ou participam, direta e indiretamente, dessas agressões. Avaliei como pertinente espreitar essa

realidade por seus olhos precisos com o brilho das emoções despertadas e devido ao fato de ela ter se sentido vítima da presença da violência entre os pais.

Somente uma mulher em situação de violência, indicada a mim pela irmã entrevistada, recusou-se a participar e compreendo que isso possa ter relação com medo, insegurança, desconfiança, possibilidade de rememorar episódios violentos e dolorosos. Ou pode significar a recusa do lugar de vítima e de não ser mais objeto de ação de outrem na conjugalidade ou em instituições de apoio e enfrentamento.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas por pessoa de confiança que reside fora da cidade e, portanto, não conhece pessoas de Uberlândia, e delas foram feitas sinopses, em quadros, com as questões centrais e auxiliares da pesquisa.

A partir dos relatos, foram realizadas intervenções para o aprofundamento de algumas situações, ou esclarecimento de dúvidas sobre o dito e o não dito. Foi criado ambiente de confiabilidade e respeito, especialmente com quem vivencia violências.

Com algumas entrevistadas, como com a Sr.<sup>a</sup> Violeta e Sr.<sup>a</sup> Dália (profissionais da SOS, entrevistas 2015, 2017), o Sr. Lírio (vivenciou violência, entrevistas 2014, 2017), a Sr.<sup>a</sup> Flor (vivenciou violência, entrevistas 2016, 2017) e a Sr.<sup>a</sup> Bromélia (vivenciou violência, entrevista 2015), tive a oportunidade de uma segunda entrevista, com intervalo de seis meses a dois anos, o que favoreceu acompanhamento da atuação e dinâmica da história de vida, com seus desdobramentos.

Peculiar constatar que cinco das pessoas entrevistadas como vítimas de violências participam de movimentos sociais que apregoam igualdade: a Sr.<sup>a</sup> Erva Doce (entrevista 2015), do Movimento Sem Terra, o Sr. Lírio (entrevistas 2014, 2017), de movimento de “esquerda” e da juventude, a Sr.<sup>a</sup> Alissum (entrevista 2015), de movimento negro, o Sr. Delfínio (entrevista 2016), do movimento LGBT, a Sr.<sup>a</sup> Helicônia (entrevista 2016), de movimento estudantil e feminista.

A escuta de quem passa ou passou por violências na esfera conjugal possibilitou-me a compreensão da produção desse contexto; para as entrevistadas e alguns entrevistados, o relato parece ter oportunizado momentos para reflexão sobre a experiência e a capacidade de enunciar, ao seu modo, sua própria vivência. Houve momentos em que entrevistadas(os) em situações de violências, com suas narrativas, mobilizaram-me emocionalmente, provocando empatia e indignação e percebi que, para a maior parte das que vivem violências, era oportunidade de desabafo, de se sentirem valorizadas pela atenção dispensada e poderem buscar legitimidade para suas histórias arduamente experienciadas. Vários(as) autores(as)

embasaram o uso das entrevistas com a história oral, que oportuniza registros da relação dialógica da qual resultam<sup>7</sup>.

Nas primeiras vezes em que a pessoa entrevistada em cada capítulo é mencionada, há sinalização mais detalhada com características das pessoas, conforme elas se representam/identificam (ou não se colocam) do ponto de vista de gênero, orientação sexual, raça/etnia, idade, profissão, formação, trajetória e história de vida e relação com as violências conjugais, a partir das informações reveladas em suas narrativas, durante as entrevistas. Nas outras vezes que são mencionadas, tais características são registradas em rodapé. O Apêndice 4 traz síntese geral das pessoas entrevistadas. A Tabela 1, a seguir, elucida amostragem sintetizada de quem são esses sujeitos participantes da pesquisa.

Tabela 1 Quantitativo e qualitativo com breve caracterização de entrevistadas(os), 2014 a 2017

Número de entrevistadas(os) e situação	Gênero/raça/etnia/escolaridade/religião e como se declara	Orientação sexual
<b>29 vivenciam situação de violência</b> , sendo 22 como vítimas (1 irmã e 1 mãe de assassinadas por ex-namorados e 1 que sofreu abuso sexual, por amigo, foram descartadas, essas 3 por se desviarem do foco central) e 1 como vítima que participou da violência conjugal dos pais	Feminino, 2 negras, 27 brancas, ou pardas, 1 zona rural e 1 Mestre – violência como filha, algumas(uns) Ensino Fundamental, Médio e Graduação), idade média de 33 anos, sendo 2 “gordinhas”, 3 de movimentos sociais, maior parte cristãs evangélicas, algumas católicas e espíritas	21 Heterossexuais
1 atendida como autora de violência	Feminino, branca	Heterossexual
3 atendidos como vítimas de violência (desconsideradas no número total)	Masculino, sendo 1 “gordinho”, 1 de movimento social	Heterossexuais
1 atendido como autor de violência	Masculino	Heterossexual
2 atendidos como vítima de violência	Masculino, 1 de movimento social	Homossexual
3 atendidas, entrevistas indiretas como vítimas de violência (desconsideradas no número total)	3 femininas	Heterossexuais
<b>28 profissionais da rede de apoio</b> , sendo 1 DEAM; 8 PMU; 7 SOS Mulher e Família; 5 UFU; 3 CMDM; 2 COM-UDI; 1 Grupo Shama (4 últimas instituições entrevistadas majoritariamente descartadas	1 masculino e 27 femininas, sendo 7 negras, 1 parda, 20 brancas, pessoas com Graduação e Pós-Graduação, inclusive Pós-Doutorado, idade média de 32 anos, maior parte cristãs	27 heterossexuais e 1 homossexual

<sup>7</sup> Sugere-se a consulta da Coleção História Oral da Associação Brasileira de História Oral. Volume 20, n. 1, janeiro a junho de 2017, Editora: Abho. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho>. Acesso em: 10 dez. 2017. E também: MACHADO, Maria C. T. História oral: uma coprodução responsável. **Caderno Espaço Feminino** (3):25-34, jan./dez./96. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu; PASSERINI, Luisa. Gênero ainda uma categoria útil para a história oral? In: **A memória entre Política e Emoção**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011 (Coleção Ideias), p. 95-106; PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1981, p. 25-39; \_\_\_\_\_. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1997, p. 7-24; \_\_\_\_\_. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

por saírem do foco central) e 1 autônoma.	evangélicas, algumas católicas, espíritas, ateias(eus) e 1 agnóstica	
4 profissionais entrevistas indiretas (desconsideradas no número total)	3 femininas, sendo 1 negra e 1 masculino	Heterossexuais

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, com base nos dados das entrevistas, realizadas entre 2014 a 2017.

Com inspiração inicial na Flor de Lótus, onde pousa borboleta, tatuada há três anos no dorso, optei por, mesmo havendo autorização explícita de algumas(uns) entrevistadas(os) para sua identificação, nomear a todas(os) de modo fictício e, pela consideração a cada uma dessas pessoas, homenageá-las com nome de flores em lista (Anexo 13), várias delas com significados intrínsecos e outros controversos. Lótus, essa espécie de Flor, nutre-se da lama, do lodo para fazer desabrochar tão esplendorosa flor em várias tonalidades, cuja representação enuncia enfrentamento e superação metamorfoseante. Suas pétalas luminosas têm o poder de “autolimpar-se”.

Vereadores(as), deputados(as), Prefeitos e vice, ocupantes de cargos públicos, como autoridades que devem satisfação sobre seus deveres e que não foram entrevistados(as) para a tese, têm seus nomes mencionados neste trabalho.

Pessoas atendidas em grupos reflexivos e de apoio, na SOS Mulher e Família, por exemplo, ou mencionadas em entrevistas, por profissionais, serão inseridas apenas com a primeira letra do nome, também sem que sejam identificadas.

Desse modo, houve a tentativa de refletir sobre a natureza social das fontes, sua procedência, ambientação no processo de disputa e embate, onde o fazer humano se constitui com particularidades no campo da cultura e do viver.

Como, durante o ofício integrei-me em alguns coletivos que, em princípio, me eram estranhos, sofri um processo de "ressocialização", tendo de aprender novas normas e linguagens ou gírias e de representar novas funções, o que impõe dificuldades relativas à objetividade científica. Passei pela tensão entre a necessidade de me adequar às características de grupos e a necessidade de manter o necessário espírito crítico e certa isenção. Não há imparcialidade, talvez busca por algum grau de afastamento, mas são feitas escolhas. Foi preciso cautela com a força política e crenças, ao analisar fontes, ser cuidadosa com as abordagens, para não ser panfletária com discurso meramente militante. Uma “corda bamba” entre sermos relativamente livres e/ou impregnadas(os) pela cultura. O desafio está em fazer com que o uso das vivências pessoais potencialize a análise dos dados colhidos na pesquisa desenvolvida.

Afastei-me da direção da SOS Mulher e Família de Uberlândia, durante a coleta de dados, para distanciar-me, relativamente, da militante e passar a predominar-me como pesquisadora. Não sem dilemas, mas com cuidado para a crítica aparecer também nos espaços

de atuação. Apesar das dificuldades, vez que ocupava outro lugar, o acesso irrestrito à documentação da SOS potencializou o estudo. Estiveram presentes sentimentos de impaciência por não verificar acontecerem políticas públicas no ritmo desejado, por estar há anos envolvida com elas. Ainda houve a preocupação com a dimensão ética do diálogo com depoentes e limites entre vicissitudes e riscos no fazer histórico contemporâneo.

A memória social produzida, que não é externa aos sujeitos, em concepção ampliada, é seletiva nas redes de poder que se constituem socialmente. A seleção é propositiva, escolha feita por agentes institucionais (GRUPO Memória Popular, 2000; PORTELLI, 2010)<sup>8</sup>.

Refleti sobre a noção de sujeitos sociais que se constituem na relação deles conosco. São coautores dos significados produzidos na relação entre pesquisadora e agentes da e na pesquisa. Ao entrevistá-los(as) não pretendia apenas informações, mas (re)construir relação para dialogar. Foi possível avaliar o que norteava a dissertação de Mestrado, quando realizadas entrevistas e, nesta tese de Doutorado, como foram feitas as indagações, quais eram semelhantes e onde se identificam outros tipos de incômodos, diferenças em quem também amadureceu nesses vinte anos que se passaram.

De acordo com Nietzsche, em suas obras (1886-1908), precisamos das ciências para sobreviver, mas, para viver, imprescindível a arte como meio para que a realidade densa não nos enlouqueça e possamos, na transvaloração, tornarmo-nos quem somos. A arte pode transfigurar a desordem do mundo em beleza e fazer aceitável o que há de problemático e terrível na vida. Para ele, as tragédias (também as gregas e para nós as contemporâneas) afirmam a vida e “o que não nos mata, nos fortalece”. Assim, foram entremeadas no texto, em epígrafes, recomendações para consultas em rodapé e apêndices, recursos da cultura, como as artes, afins à temática, mencionando inspirações musicais, poéticas, cinematográficas e de seriados, documentários e teatrais, ou imagens e frases de pensadores(as), apreciados em meu percurso e, portanto, significativas para auxiliar a refletir e expressar sensações, com certo prazer, sobre as questões postas nos itens da tese. Essa foi a opção respeitosa de utilização das artes, por não haver pretensão, neste estudo, nem *expertise* para discussão sobre a história, autoria, sonoridade, contexto de produção delas.

No enfrentamento metodológico e das linguagens, a memória é mais ampla que a história oral, sendo essa última estratégia. O depoimento pressupõe roteiro fixo no que se quer da temática (RICOEUR, 2007, p. 247-305). As entrevistas, com questões semiestruturadas,

---

<sup>8</sup> GRUPO Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Khoury. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olhos D'Água, 2000, p. 282-295. Também sobre o assunto: PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral. **Ensaio de História Oral**. Seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Trad. Fernando Luis Cassio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010 (Coleção Ideias), p. 19-35.

propiciam à pessoa falar mais à vontade. Dependeu do tempo disponibilizado por parte da pessoa entrevistada e das circunstâncias a opção pela entrevista para o acesso às suas histórias.

Pesquisa qualitativa, com entrevistas e análise de documentos, composta à medida que não só participei, como também tive de me socorrer de técnicas de entrevistas para a captação das significações e das experiências subjetivas dos próprios intervenientes no processo de interação social. A análise (GODOY, 1995) sobre a natureza dessa pesquisa permite apresentar vantagens em sua elaboração por proporcionar o uso da criatividade e da liberdade, desde o levantamento das informações até a exploração dos achados. Tem como característica básica a compreensão das ocorrências em seu local e contexto socialmente construído, levando em consideração a dimensionalidade desse, contemplando as perspectivas e pontos de vista de envolvidas(os), enfatizando-se as representações dos sujeitos.

A técnica da pesquisa participante (HAGUETE, 1999; BRANDÃO, 1981) auxilia a desvendar o contexto de produção das fontes, na intenção de suplantá-las, (re)construí-las e (re)significá-las, a partir de olhar para o estranhamento, a indagação e a dúvida, valendo-se, também, por que não, da intuição.

Desafiador tratar dados, documentos em monumentos (LE GOFF, 2003). Isso requer intervenção, organização, seleção, ordenamento, sistematização e transformar materiais em história (CERTEAU, 1994). Não se trata somente de operação técnica, mas política. As fontes não são autoevidentes. Trazem formas de ver, pensar, ler o mundo. Daí tentar mostrar a política de produção dos enunciados, dos discursos e das representações. Em relação à estrutura das representações, foram referência as propostas de Abric (1984, 1989, 1994) para desenvolver análise com foco nas estruturas cognitivas para identificação da estrutura das representações. Moscovici (2007) discorre sobre as ideias desses pesquisadores:

[...] a representação social é composta de elementos cognitivos, ou esquemas estáveis, ao redor dos quais estão ordenados outros elementos cognitivos, ou esquemas periféricos. A hipótese é que os elementos estáveis exercem uma pré-eminência sobre o sentido dos elementos periféricos e que os primeiros possuem uma resistência mais forte às pressões da comunicação e da mudança do que os últimos. Somos tentados a dizer que os primeiros expressam a permanência e uniformidade do social, enquanto os últimos expressam sua variabilidade e diversidade (MOSCOVICI, 2007, p. 219).

Moscovici evidencia dois conceitos-chave para a compreensão da Teoria do Núcleo Central elaborada por Abric: o Núcleo Central e o Sistema Periférico. Abric (1994) elabora descrições mais detalhadas sobre as estruturas hipotéticas e seus funcionamentos compatíveis com a abordagem moscoviciana, denominada Teoria do Núcleo Central, que, nas

considerações de Sá (2002, p. 52) “[...] é uma das maiores contribuições atuais ao refinamento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais”.

A Teoria do Núcleo Central foi utilizada pela primeira vez em 1976 por Abric, a partir de pesquisas experimentais realizadas por Flament e W. Doise (ABRIC, 1994), nas quais problematizavam a organização interna das representações sociais por meio de jogos. Provocado pelos experimentos, Abric desenvolveu investigações complementares, que confirmaram sua hipótese: o comportamento dos sujeitos é determinado pela representação das situações vividas e não somente por condições objetivas. Em seguida, buscou compreender a organização dessas representações e a função delas nas ações tomadas pelos sujeitos. Decorrente dessas problematizações, surge a Teoria do Núcleo Central (CROSUÉ, 2004, p. 105-114).

Nesse processo, para a análise foram adotados os seguintes passos: a) leitura cuidadosa dos dados das entrevistas, orientada pelas questões eleitas para o estudo, sem deixar de lado algo não previsto, mas relacionado ao tema; b) utilização do *software* Iramuteq® para analisar, de modo complementar, os dados das entrevistas; c) construção de quadros e gráficos; d) análises comparativas e articuladas dos resultados das ações mencionadas; e) exame de documentos, orientado pelas questões centrais e auxiliares definidas para o estudo com triangulação dos resultados das análises das entrevistas e dos documentos.

Em relação ao uso desse *software*, após a codificação, o material foi classificado, as informações censitárias digitadas em planilhas do *Microsoft Excel* 2016® e devidamente tratadas, com utilização no Apêndice 1 desta tese<sup>9</sup>. Esse procedimento permitiu gerar dados estatísticos submetidos ao Programa “*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*”, denominado Iramuteq®<sup>10</sup>. Oliveira (2016) o define da seguinte forma:

O Iramuteq® é um *software* de análise textual baseado em estatísticas (utilizando o *software* estatístico R) que revelem ligações e outras características textuais, o posicionamento e a estruturação de palavras no texto, de forma que sejam retornados indicadores e visualizações intuitivas sobre a estrutura e ambientes do texto proposto para análise (OLIVEIRA, 2016, p. 1)

Esse *software* apresenta uma gama de possibilidades de análise de dados textuais, desde o simples cálculo de frequência de palavras, até as mais complexas, como a análise de

<sup>9</sup> Os dados foram digitados em planilhas do *Microsoft Excel* 2016®, normalizados segundo campo semântico das palavras e corrigidos ortograficamente. Auxiliou-me e pelo *know-how* na utilização desse *software* em sua dissertação e sou grata: RIBEIRO, Andréa Porto. **Representações sociais de professoras da educação infantil sobre alunos(as) das classes populares** (1990). 2017, 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

<sup>10</sup> O *download* do Iramuteq® pode realizado acessando o domínio: [www.iramuteq.org](http://www.iramuteq.org)



similitude com processamentos precisos que fornecem suporte para o(a) pesquisador(a) proceder à análise dos dados como ferramenta de auxílio.

O *software* Iramuteq®, nesta pesquisa, foi usado como instrumento facilitador na exploração e organização dos dados, para analisar as falas obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas. Essa categorização seguiu os procedimentos elencados na análise, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados – a inferência e a interpretação. Os procedimentos foram utilizados na organização do material e, na fase de análise, os dados foram triangulados com os “grafos” gerados pelo Iramuteq®. De acordo com Bardin (2009) pode-se conceber a análise da seguinte forma:

[...] um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência essa que recorre a indicadores (quantitativos, ou não) (BARDIN, 2009, p. 38).

O programa pode complementar o recurso de análise na pesquisa qualitativa. Deve-se cuidar para desenvolver olhar sensível às expressões do sujeito, com ênfase à qualidade do conteúdo emitido pelos participantes. Godoy (1995, p. 23) afirma que a análise de conteúdo, “[...] busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração”, ou seja, procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Como o acesso a essa metodologia ocorreu somente quando as entrevistas haviam sido realizadas, a análise qualitativa prevaleceu, pois não houve questões diretivas a serem complementadas de modo a ficarem mais claramente perceptíveis as representações sociais nas análises.

O Iramuteq® facilita o processamento de dados, por apresentar como resultado final representações gráficas em diversas variáveis em torno de um mesmo objeto. Esse *software* apresenta ampla gama de possibilidades de análise de dados textuais, desde o simples cálculo de frequência de palavras, até as mais complexas, como a análise de similitude. Desse modo “[...] sofre cortes baseados na informação prévia, nas experiências[...] e nos nossos valores.[...]” E como há excesso de informações, “[...]recosturam-se fragmentos num esquema que se torna o núcleo figurativo da representação, o qual, segundo Jodelet, tende a apresentar um aspecto imagético, como entre os adultos que também pensam com imagens”(ARRUDA, 2002, p.136).

O Iramuteq realiza análises textuais multivariadas e, para o tratamento das entrevistas, optou-se pela análise de similitude. A análise de similitude realizada de modo complementar, auxilia a compreensão sobre a estrutura da representação social a partir da conexidade entre as

palavras evocadas durante as entrevistas com profissionais que atendem e com pessoas que vivenciam situações de violências, maioria como vítimas.

As pessoas entrevistadas me ensinaram que o tempo é lugar de delicadezas, de olhares seletivos, de desafios e de novidades constantes e intermináveis, assim como os caminhos e os caminharas, com seus (des)encontros, mas que as chegadas, de cada qual, no seu ritmo, são preciosas, necessárias e compõem a trajetória humana. A metáfora da teia que vai colorindo os fios, evidenciando entrelaçamentos e vínculos no contato com as fontes, permeia a função da historiadora.

Ao lidar com as fontes, com subjetividade, sensibilidade e com a leitura e a observação criteriosa dos discursos, nas entrelinhas dos documentos e narrativas, abrindo mão de verdades incondicionais para análises mais sutis, pretendeu-se ter como referência o fato de que mulheres/homens se constroem historicamente e as identidades se fazem e se refazem na trajetória de lutas, resistências, conformações, transgressões, profanações, derrotas, negociações e sujeições, que compõem as vivências femininas/masculinas. Ambos são seres multifacetados que se colocam em uma roda viva, cujas lutas, conflitos e estratégias estão em permanente processo de recriação nas tramas sociais. Conceber as relações dessa forma torna possível vislumbrar transformações na gramática de gênero.

Neste caso, a cultura é mais um mapa, em que são possíveis várias combinações, do que conjunto de prescrições impositivas. Compreender essas questões parece ser condição à interpretação e (res)significação do real. Sacrificar, por questões ideológicas, ou mesmo por rotina, o estudo de realidades multiformes, complicadas, ricas, mutáveis, ambíguas e contraditórias é o mesmo que suprimir o conteúdo das relações de gênero violentas e o conhecimento das experiências cotidianas e dolorosas daí advindas.

Questionei-me durante o processo da pesquisa se as questões levantadas estão no campo da hegemonia e/ou contra hegemonia, tentando buscar dissonâncias, rupturas, descontinuidades. A teoria e pesquisa são construídas no diálogo com a investigação. Temos apenas pressupostos. Toda noção, ou conceito, surge de engajamentos empíricos e as interrogações devem ser remetidas a um compromisso com as propriedades de determinados acontecimentos e defender argumentos no “tribunal de recursos” da história.

Em relação à base teórica, essa produção de conhecimento está imbuída de concepções teórico-metodológicas. A interpretação dos dados encontra-se respaldada na História Cultural, nos estudos sobre representações (CHARTIER, 1988, 1990; GEERTZ, 1989; HUNT, 1992; MOSCOVICI, 1961, 2004; JODELET 1996), gênero e feminismos<sup>11</sup> (SCOTT, 1990, 1999;

---

<sup>11</sup> Sobre a extensa massa crítica feminista e artigos elaborados sobre a temática e afins, sugere-se consultar as publicações periódicas de produções nacionais com circulação internacional, **Cadernos PAGU** do Núcleo de

SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995; GREGORI, 1993; PUGA, 1991, 1998, 2015; LAURETIS, 1994; LOURO, 1998, 1999; GUERRA, 1998; BUTLER, 2010 e 1 ed 1993; MUNIZ, 2010), poder e violências (DELEUZE, 1988, FOUCAULT, 1987, 1994; BOURDIEU, 1989, 1999), entre outros. Transita-se por vários campos do conhecimento, uma vez que o objeto requer reflexão multi e interdisciplinar e, assim, tem sido abordado pelas ciências, com suas especificidades ao ser analisado pela História, principalmente com base nos eixos conceitos gênero, poder, violência e representações. Expõem-se parcialmente, sem nenhuma pretensão ao esgotamento, algumas análises relativas a essas noções pertinentes ao tema de estudo.

Para o suporte a esta tese, foram retomadas leituras da História Cultural: “A História Cultural” de Roger Chartier (1990), “A Nova História Cultural”, organizada por Lynn Hunt (1992), “A Escrita da História”, organizada por Peter Burke (1992). Para esses pensadores, toda a realidade é social ou culturalmente constituída e “[...] o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Nesse sentido, há, notadamente a partir das décadas de 1970 e 1980, interesse, por parte dos(as) historiadores(as) marxistas e da Escola dos Annales, pela História Cultural, que incluiu temas diversos em suas preocupações. A “Nova História”, como foi cognominada, definiu-se pelo estudo das “mentalidades”, da investigação da vida cotidiana, das minorias marginalizadas, ou de excluídos socialmente das representações sociais, incluindo-se a “história das mulheres”.

Chartier (1990) ressalta ser preciso superar a concepção de que a tarefa do historiador é a de explicar o passado para a consideração dos “modos narrativos” por meio dos quais o fenômeno histórico torna-se visível e a explicação histórica vem como o processo de identificação e de reconhecimento dos modos e formas do discurso posto em prática pelo relato. Assim, para o estudo da cultura, as categorias representação e de apropriação são utilizadas, com vistas a enxergar as ausências e exibir as presenças.

É por intermédio das representações que se compreende o mundo, visto serem essas “formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas [...] que contribuem para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22).

Desse modo, “as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais”. [...]. Elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das

identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais”. São a forma pela qual as sociedades se apropriam da realidade exterior por meio do pensamento e a reelaboram segundo condições específicas. (JODELET, 2001, p. 22).

A noção de representação social altera a forma pela qual determinados(as) historiadores(as) têm tratado os documentos. Nesse sentido, esses deixam de ser considerados “verdades” objetivas sobre o passado e passam a ser entendidos como fontes impregnadas de sentidos que circulavam em seu contexto de produção e que são apropriadas de acordo com as condições históricas do momento em que são analisadas pelos(as) historiadores(as).

Ao tratar das vivências dos sujeitos entrevistados, sob o olhar da experiência, Albuquerque Jr., dialoga com Foucault e o diferencia de outros que também se utilizam dessa categoria, compreendendo a experiência como "aquilo que emerge, corta e rompe. É um choque [...] aquilo que te marca, porque rompe e corta." E ainda que essa acontece como “uma fissura no silêncio”. Assim, as questões dizem respeito não apenas ao que enuncia essa voz que rompe o silêncio no passado, mas como essa voz pôde romper esse silêncio e ser pensada como uma relação múltipla, e não como obra de um sujeito dado. Por isso, os sujeitos são radicalmente históricos, são finitos e efêmeros. Aproximar-se da documentação enxergando nos textos não apenas sua referência a uma realidade passada, mas o modo como operavam nessa realidade, pois as experiências nos chegam de modo fragmentado. Trata-se de entender como estas experiências foram iluminadas pela luz do poder em determinado momento e em outros não. Portanto, são vistas como uma diferença no tempo. E os documentos são fragmentos não apenas por possibilitarem esse conhecimento do passado de uma realidade, mas por atuarem ativamente nessa realidade. “A experiência não é dado concreto, coisa; a experiência é relação fugidia entre ação, fala, imagem e poder”. (ALBUQUERGUE JR., 2007, p. 133-148)

Não se dicotomiza, nem há dualismo entre o real e o representado, o texto e o contexto, como problematiza Scott (1991), destacando outros prismas. Para a autora pós-estruturalista, não há real que não seja representado e nem há separação entre experiência e linguagem. A historiadora e professora norte-americana que tece críticas ao que compreende por “esquerda” e aos movimentos sociais, promotora dos estudos culturais sem abrir mão de mal-estares, busca “[...] compreender as operações dos processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais as identidades são afirmadas, resistidas ou acatadas, e cujos processos não são marcantes e [...] atingem seus efeitos porque não são notados” (SCOTT, 1998, p. 318-319). Ela insiste na qualidade produtiva do discurso dos sujeitos que são constituídos discursivamente em meio aos conflitos entre sistemas discursivos (SCOTT, 1998, p. 319-320).

A historiadora Scott, referência ao tratar de “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, revela que, até a década de 1980, sobrevivia com força a dualidade questionável entre sexo e gênero, sendo o primeiro para a natureza e o segundo, para cultura. É uma das feministas que mais abalou essa concepção, trazendo novas perspectivas para os estudos de gênero, quando da escrita desse artigo publicado originalmente em 1986. Chama a atenção para o que considera os usos descritivos de gênero: quando apenas se olham para questões envolvendo mulheres e homens sem que se vá muito além. Retoma o método de desconstrução do francês Jacques Derrida<sup>12</sup> e busca, de fato, desconstruir vícios do pensamento ocidental, como a oposição tida como universal e atemporal entre homem e mulher. Influenciada por Foucault (1926-1984), entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, gênero estaria imbricado a relações de poder, sendo, nas suas palavras, uma primeira forma de dar sentido a essas relações. Juntando esses referenciais, conclui que gênero é construído sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. Não nega que existem diferenças entre os corpos sexuados. O que interessa a ela são as formas pelas quais se constroem significados culturais para essas diferenças, dando sentido para elas e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas (SCOTT, 1990). Compreender para desnaturalizar representações de profissionais, de pessoas que vivenciam violências, de agentes promotores(as) de políticas públicas governamentais e não governamentais e de legisladores(as) fez parte desta tese.

Problematizando e dialogando com feminismos franceses e suas bases antropológicas, a filósofa Judith Butler (2003-2010) questiona as distinções tradicionais de sexo e gênero, e favorecendo-me na compreensão dos conflitos e representações de pessoas entrevistadas. Então, utiliza argumentos que levam a crer que os conceitos básicos desses discursos sejam produzidos por relações de poder. Assim, tece a genealogia das construções sobre a identidade de gênero para apontar seus parâmetros políticos. Sua trajetória crítica indaga a construção

---

<sup>12</sup> Derrida (1930-2004) postula que as formações culturais e intelectuais deveriam sofrer uma reinterpretação como elemento fundante de um novo conhecimento: não há fatos, apenas interpretações. A desconstrução não quer dizer a destruição, mas, sim, desmontagem, decomposição dos elementos da escrita. Sua famosa frase “a linguagem se cria e cria mundos”, aponta para a contingência dogmática do “Ser” e do “Significado”. Isso quer dizer que os textos corrompem seus significados tradicionais, criam novos contextos e permitem novas leituras, em um processo contínuo e vertiginoso. Outros dois conceitos: a indecidibilidade, que mostra a impossibilidade de determinar aquilo que é forma no texto ou fundo ideológico; e o conceito de “diferença”, que parte da análise semântica dos dois sentidos do infinito. As palavras não têm a capacidade de expressar tudo o que se quer por elas exprimir, de modo que palavras e conceitos não comunicam o que prometem. Para ele, as lacunas na escrita e na fala são inevitáveis; é a capacidade de serem modificados no pensamento, na expressão e na escrita que torna os conceitos incompletos. Assim, aquilo que dizemos e ouvimos só será, de fato, verdade, quando o virmos como algo incompleto e aceitarmos desconstruí-lo. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/jacques-derrida.htm?cmpid=copiaecola>; <https://pt.wikipedia.org/wiki/Desconstrução>. Acesso em 10 mar.2017.

dos gêneros e das identidades, centradas no falocentrismo e na heterossexualidade compulsória. Questiona, portanto, a ideia de construção social de gênero e questiona identidades fixas para tratar também do sexo como construto. E Butler (2010, p. 25) afirma: “[...] se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo” [...]. E “[...] a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”, instiga a autora. Butler (2001, p.84) ainda afirma que o gênero não pode ser entendido como um conjunto de atributos vagos e desconectados, uma vez que é produzido *performativamente*. Assim, não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero” (BUTLER, 2010, p. 48). Desse modo, faz-se necessário levar em consideração os diferentes grupos sociais e os distintos momentos históricos, distanciando-se e problematizando as preposições essencialistas e excludentes em que o sexo biológico é diretamente ligado à questão da identidade de gênero. A filósofa compreende “gênero como fenômeno inconstante e contextual, não podendo denotar um ser substantivo, mas ser um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2010, p. 29).

E o sociólogo francês Bourdieu (1999, 2014, p. 41) reforça a perspectiva relacional com simultaneidade de teoria e prática, nesse construto:

Tendo apenas uma existência relacional, cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto [sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes], isto é, como *habitus* viril e, portanto, não feminino, ou feminino e, portanto, não masculino. A ação de formação, de *Bildung* [palavra alemã para referir-se à educação], no sentido amplo do termo, que opera essa construção social do corpo não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico [o que explica a enorme pressão que ela exerce]. (Em colchetes, comentários meus)

Sobre violência, Chauí (1985, p. 23-62) auxilia na reflexão, com entendimento de que ela se constitui como toda e qualquer ação que torna o outro coisa, objeto desprovido de desejo, de autodeterminação, deixando de ser sujeito. O que se traduz em relação hierarquizada entre homens e mulheres que confere, por vezes, socialmente, ao homem a posição de mando e à mulher a de submissão. E essa (i)lógica internalizada pelos participantes de violência de gênero a naturaliza. Portanto, violência como “uma realização determinada das relações de força, tanto em termos das classes sociais, quanto em termos interpessoais”, não precisando, obrigatoriamente, ser tomada como violação ou transgressão de normas

sociais. Possui um lugar, assimilada, com dinamicidade, pela cultura, tolerada em determinados graus e punida, rejeitada em outros. E, no interior da relação conjugal, a violência pode cristalizar essa hierarquia perversa homens-mulheres, inserindo-se no plano da ordem e não do desvio. Essa dinâmica aparece como peculiar e com especificidades em cada narrativa das entrevistas realizadas com quem vive e lida com abusos.

O poder, considerado pelas feministas citadas em diálogo com Foucault (1989) é compreendido em relações que, por meio de seus mecanismos, atua como uma força coagindo, disciplinando ou controlando os indivíduos e produzindo relações conjugais e institucionais por ele permeadas. Esses pressupostos teóricos expuseram conceitos e reflexões que têm auxiliado a compreender melhor o objeto de análise, seus desdobramentos e estarão diluídos neste trabalho. As discussões propostas por esses(as) autores(as) ratificam as concepções de que o terreno no qual se trabalha é movediço, recheado de ambiguidades e de incertezas.

Sou consciente das tensões que atravessam o trabalho e lhe dão caráter inacabado, aberto a outras visões. Presente está a tentativa de descrição e de explicação de parcelas do acaso na História e o cuidado em se posicionar.

Aceitar a historicidade das demandas implica abandonar a ideia de que existam referenciais naturais, transcendentais, acima do tempo e do espaço. Reconhecer o caráter contingente das lutas não implica abandonar utopias (o “ainda não”, entretanto possível).

Essa aceitação

[...] significa mais humildade, reconhecer que não existem verdades absolutas. E, ao procurar verdades parciais, dialogadas, contingentes, busca realizar ideais: elimina sofrimentos e submissões, estimula solidariedade e preocupações pelos outros (JELIN, 1994, p. 148).

O território do historiador é a História, mesmo havendo diálogo interdisciplinar com outras ciências humanas: Sociologia, Antropologia, Filosofia, Ciência Política, Direito, Serviço Social, Psicologia, Administração, Comunicação Social, por exemplo. A História como campo familiar, como “território” de origem tem jeito próprio e distinto de operar.

O olhar interdisciplinar (CAVALCANTI, 2004; FAZENDA, 2001, p. 13-29) possibilita amplas reflexões: (a) relacionar conteúdos para aprofundar saberes; (b) identificar a unidade na diversidade; (c) superar visão fragmentada e restrita para perceber a complexidade da realidade; (d) articular e produzir coerência entre múltiplos fragmentos; (e) dar sentido, promover a aprendizagem significativa e motivadora; (f) deslocar fronteiras; (g) lidar com relações de poder; nova consciência da realidade: ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes; (h) proporciona ocasião para a práxis: reflexão (pensar,

teoria) e ação, propiciando foro de vivência e trabalho prazeroso e humanizado, pois que nenhuma fonte de conhecimento é completa.

Esse olhar contribui para sair de análises simplistas de produção e passa a ser questionador, mediante confronto entre diferentes; superam-se impressões estáticas e do hábito de pensar fragmentado; transcende-se a visão mecanicista e linear para estabelecer ótica globalizadora em movimento, teia dinâmica, pluridimensional e difícil de inter-relações circulares. Além disso, faz emergir múltiplas faces e conflitos e os faz confrontar, dialogar, como forma de transformação da realidade; entende-se que a ordem da ação não está presidida por um só critério, não é perfeita, mas produzida pelo confronto de pontos de vista que pressupõem a presença de valores por vezes incompatíveis (CAVALCANTI, 2004; FAZENDA, 2001, p. 13-29.).

Ampliar as noções de sujeito, de gênero, de violência, historicizando-as a partir da experiência na cultura e examinar a tradição e a memória, o residual, bem como articular gênero a outras categorias, desessencializando-as na busca por problematizar binarismos: mulheres x homens, homens x mulheres, foi intencional.

Analisar como o jogo, por vezes com regras perversas, constrói-se com seus(suas) jogadores(as), focalizando mais o jogo do que quem joga, ou seja, autorrepresentações e representações do outro com efeitos da dinâmica de sustentação das múltiplas relações, foi desejo desafiador no contato com os sujeitos e suas vivências. A perspicácia pode estar em como buscar as dissonâncias. Creio que revelar as nuances fortalece a produção acadêmica.

No diálogo com as fontes, foi preciso avaliar lugares de fala e quais as histórias de quem pesquisa para se contextualizar no diálogo. Exercitei falar/intervir menos e ouvir mais. Assim,

[...] durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções. A “entre/vista”, afinal, é uma troca de olhares. [...] a história oral é um gênero multivocal, resultado do trabalho comum de uma pluralidade de autores em diálogo (PORTELLI, 2010, p. 20).

Desse modo, a interpretação tem sentido de questionamento e não só de análise do discurso, mas do modo pelo qual se narra a própria história, a partir dos critérios que se identificam de diferenças e experiências constituídas no processo. A lembrança está na autoria dos sujeitos dessa memória e também da narrativa interpretada e produzida pela historiadora em outro circuito que não o vivido. O relato não é um fim em si mesmo. Parece óbvio, mas fazer a articulação constitui provocação reincidente.



Recordo-me, no Mestrado, de certa experiência, a partir de entrevista com senhora que havia vivenciado violência conjugal, que faz constatar o problema das relações humanas, especialmente na história oral. Ela autorizou o uso da conversa gravada e transcrita, nos anos 1990, ainda em fita K7, realizada mediante parâmetros éticos e acadêmicos. No entanto, quando leu seu relato, em artigo científico por mim produzido, não se reconheceu, questionou e solicitou recolher ou alterar o material publicado. A suposta aliança se rompeu. O contexto de sua narrativa talvez fosse diferente do pela mestrandia articulado, composto por falas de outras tantas que também sofreram violências. Esse episódio revela condições de desigualdades da relação que também é marcada pelo poder. Como reforça o Grupo de Memória Popular (2000), em suas análises, no relato de algumas mulheres e suas alusões espaciais e temporais, por vezes, vida pessoal e profissional não se separam.

A História não é campo só do instituído, do oficial, pois há um campo embolado ao tratar da diversidade. Levar isso em conta auxilia problematizar as instituições pesquisadas e também as práticas e discursos de representantes do Poder Público municipal. Partes da tese e oficina ministrada por Jiani sobre as memórias públicas da cidade de Toledo foram significativas, nesse sentido (LANGARO, 2012 e Oficina, 2013) para algumas memórias sobre Uberlândia-MG, espaço histórico desta investigação.

As linguagens, como formas de expressão da experiência social e com as quais tentamos dialogar para construir outras histórias, estão articuladas com a cultura como modo de viver no terreno das lutas sociais. Cabe à historiadora visibilizar práticas, transformar evidências em fontes, interrogando-as, organizando-as no processo social de disputa. O acesso à documentação não é espontâneo e, portanto, matéria de reflexão (CRUZ, 2006).

Explicita-se, a partir do contato com estudos feministas<sup>13</sup> e experiência militante-ativista, oportunidade de participação no Núcleo de Estudos de Gênero da UFU e como voluntária na SOS Mulher e Família de Uberlândia, cujas(os) profissionais por elas foram

---

<sup>13</sup>Consultar publicações referentes ao período delimitado da tese 1997 a 2017, com artigos que subsidiaram tais conceituações: o Caderno Espaço Feminino(NGUEM/UFU) mantém uma revista, Caderno Espaço Feminino, criada em 1994 com o objetivo de dar visibilidade aos resultados das pesquisas acadêmicas. A revista é semestral, realiza permutas com outros periódicos nacionais e internacionais. Disponível em: <http://www.neguem.inhis.ufu.br/revista> Acesso em: 10 ago. 2017; Revista de Estudos Feministas(REF) um periódico indexado, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, cuja missão é publicar artigos, ensaios e resenhas que apresentem reflexões teóricas consistentes e inovadoras, com bibliografia atualizada, ampliando as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero e instrumentando as práticas dos movimentos de mulheres. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0104-026X&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-026X&lng=pt) Acesso em: 10 de ago. 2017; Cadernos PAGU, publicação quadrimestral interdisciplinar, tem como objetivo contribuir para a ampliação e fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero no Brasil e para o intercâmbio do conhecimento produzido em âmbito internacional. Publica artigos inéditos com contribuições científicas originais, que colaborem para a inovação teórica, metodológica e/ou agreguem conhecimento empírico inovador, e debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=0104-8333&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-8333&lng=pt). Acesso em 10 ago. 2017.

impactadas(os), quais entendimentos comungados e prevalecem, até o momento, acerca de determinadas terminologias utilizadas com recorrência na linguagem que carrega intenções e representações.

Há vários feminismos e vertentes que, no geral, não são o oposto aos machismos. Na perspectiva que compartilho, feministas buscam igualdade de direitos, acesso, oportunidades, salários. Homens podem ter práticas feministas, mas não “sentem na pele”, como mulheres os impactos da cultura.

Desse modo, é preferível o termo “sexismo” a “machismo”, pois valores circulam cabeças de “machos e fêmeas” e melhor “gênero” que “sexo”, o primeiro trata das construções socioculturais e históricas dos masculinos-femininos e femininos-masculinos nas relações de poder e, o segundo, mais alinhado a pressupostos deterministas e meramente biológicos, naturalizantes, essencializadores e universalizantes. Não, casualmente, procurei utilizar, em todo texto, a linguagem de gênero no repertório gramatical-discursivo.

Há Preferências por se utilizar “autor(a) de violência”, ao invés de “agressor(a)”; “pessoa que vivencia violência”, ao invés de “vítima” para não estereotipar, estigmatizar e potencializar saírem desses lugares iniciais e não fixos.

A terminologia conjugal ou conjugalidade, compreende e contempla relacionamentos formais, informais, namoros, casamentos, amasiados(as), casais hetero ou homossexuais, pessoas que residem ou não no mesmo espaço físico, mas que constituem vínculos dessa natureza. Assim, a violência de gênero comporta as relações de conjugalidade, domésticas com impactos em outros membros da família ou mesmo funcionária(o) doméstica(o) e também relações entre pessoas desconhecidas com base no gênero. No entanto, nesta tese, delimitou-se aprofundar nas relações conjugais, no interior das violências de gênero.

Quanto à concepção de família, compreende-se família como organizada/estruturada de várias formas e plural, ao invés de “família desestruturada” que pode traduzir arrogância de classe média e alta, vez que toda família é organizada de algum modo. Compreendem-se “famílias” como, dinâmicas, com múltiplas configurações e implicam laços afetivos e não só em formatos nucleares (pai, mãe e filhos(as)). Portanto, contemplando mães ou pais solteiros(as) com filhos(as) biológicos, adotivos, criados por avós, por casal homossexual ou transexual, filhos(as) do primeiro casamento com os do segundo e assim por diante.

Opto por reportar-me a “pessoa atendida”, melhor que “usuária(o) do serviço” que pode soar conotação de dependência química ou de passividade.

Termos “homossexualidade, homoerotismo ou homoafetividade” e não “homossexualismo”, impregnado o sufixo “ismo” de conotação doentia. Assim, preferível “orientação sexual” e não “opção sexual”. Afinal, não há quem coloque “X no quadradinho”,

ou aperte botão e opte, tampouco, pela heteronormatividade. Certamente, as escolhas conscientes dos indivíduos seria por não serem excluídos(as), discriminados(as) e maltratados(as) por dentro ou por fora.

Incorporando complexidades, a preferência pela utilização “características” de sujeitos, ao invés de “perfil”, pois pessoas e relações são únicas, singulares e não chapadas ou padronizadas.

Melhor “desqualificar ou descaracterizar” que “denegrir” que pode sugerir relação com negritude. Mais adequado usar “maltratar” que “judiar” que provém de judeu e expressa preconceito.

Pondero e problematizo, ainda, classes sociais, graus de instrução ou dependências químicas como situações que podem potencializar, catalisar, facilitar agressões e não causarem, de modo simplista, as violências que são por demais complexas. E também a recém e estranha invenção reducionista “ideologia de gênero”, com maior visibilidade e disseminação, a partir de 2015, com fins a determinados projetos de poder e de dominação, com distorção em relação aos sérios estudos acadêmicos desde anos 1980 e 1990 que na (re)(des)construção de gênero proporcionam compreender como diferenças foram sendo traduzidas em desigualdades com vistas a libertar, minimizar violências. Quando, por alguns, criada essa inusitada expressão “ideologia de gênero”, como se objetivasse destruir famílias e tornarem, poderosa e magicamente, por meio da educação, sujeitos forçados a outras orientações sexuais que não a também construída heteronormatividade, verificam-se banalizações e equívocos. Várias profissionais da instituição agregaram esse repertório ao longo do tempo, refletindo alterações nos instrumentais de atendimentos, cuja linguagem não é neutra. Ao contrário, conta das representações de quem atua.

Há que se fazer também a crítica à veracidade e à objetividade da produção acadêmica, como se o(a) pesquisador(a) olhasse de fora. Além disso, os registros dos sujeitos nem sempre são canônicos, letrados, na forma escrita ou literária e acadêmicos. Há que se questionar a criação das próprias credenciais da escrita da História. (GRUPO MEMÓRIA POPULAR, 2000).

Na abordagem, leva-se em conta a definição de documento de Le Goff (2003). Para o historiador francês, o documento não é portador de informações sobre o passado, mas oriundo das relações de poder vigentes em dada sociedade. É o trabalho do(a) historiador(a) que transforma a fonte em acontecimento, em monumento. Portanto, “[...] cabe ao historiador desmontar, demolir essa montagem, desestruturar essa construção e analisar suas condições de produção” (LE GOFF, 2003, p. 536).

Acredita-se que, como enfatiza Foucault,

[...] o papel de um intelectual não é dizer aos outros o que eles têm que fazer. [...] Não é modelar a vontade política dos outros, é, através das análises que ele faz nos domínios que são seus, reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e a partir desta reproblemática [...] participar da formação de uma vontade política[...] Saber se é possível constituir uma nova política da verdade. (FOUCAULT, 1984, p. 83 e 1989, p. 14).

Segundo Foucault, não há sujeito soberano, fundador, com forma universal de sujeito que se encontra em qualquer lugar. Ele é cético e hostil para com essa concepção. Compreende que o sujeito se constitui por meio das práticas de assujeitamento, ou de maneira mais autônoma, por meio das práticas de liberação de um certo número de regras, estilos, convenções que se encontram no âmbito cultural (FOUCAULT, 1984, p. 730-735).

Dissertações de Mestrado, incluindo a minha, e Teses de Doutorado com temas correlatos foram localizadas durante a pesquisa, no período em destaque ou próximas dele, elencadas, neste trabalho, para refletir sobre o objeto de estudo. A maior parte delas é proveniente de outras cidades do País e fora da área da História, mas mencionam-se algumas que, inclusive, tiveram a cidade de Uberlândia como *locus*.<sup>14</sup>

### Da “Terra gentil que seduz”<sup>15</sup> aos espaços de violências

O cenário, espaço eleito para a pesquisa, Uberlândia, o segundo maior município do Estado de Minas Gerais, com 130 anos, situada na região do Triângulo Mineiro, conta com,

<sup>14</sup> Na cidade, no Curso de História pode-se citar: PUGA, Vera Lúcia. **Entre o bem e o mal** (educação e sexualidade – anos 60 – Triângulo Mineiro). São Paulo: USP, 1991. Dissertação (Mestrado em História); PUGA, Vera Lúcia. **Paixão, sedução e violência** (1960-80). São Paulo: USP, 1998. Tese (Doutorado em História); na Psicologia, DIAS, Andreza Sisoneto Ferreira. **Todo dia eles fazem tudo sempre igual?** A constituição da violência na conjugalidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Uberlândia, 2013; nas Ciências Sociais, ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, 2015, 111f. A dessa pesquisadora: GUERRA, Cláudia C. **Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia (1980-1995)**, 1998, 203 f. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 1998. Observou-se que os resultados expostos nessa dissertação de Mestrado por mim elaborada e os diagnósticos comparativos com a atualidade se assemelham e se diferenciam em alguns aspectos. Nos anos 1990, a maior parte dos casos, analisados em processos-crimes, eram lesões corporais, seguidas por homicídios. Os autores de violências, na sua maioria, eram amásios, maridos, namorados e ex-maridos das que se apresentavam como vítimas, com instrução, principalmente, em nível fundamental, e idade de 21 a 40 anos. Os crimes motivados por ciúmes ou pelo abandono e a impunidade prevaleceram (GUERRA, 1998). Em outra pesquisa, apesar de a defesa ter ocorrido em Uberlândia, o objeto situa-se fora: BORGES, Michelle S. **Sob os muros das convenções e as muitas faces da violência de gênero: Ribeirão Preto/SP (2007 a 2013)**, Dissertação (Mestrado em História), 2016. 117f.:il, Universidade Federal de Uberlândia, 2016. E fora da cidade, mas dentro da temática: LEMOS, Maria de Oliveira. **Alívio e Tensão: um estudo sobre a interpretação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da Seccional de Polícia de Santo André-São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2010.

<sup>15</sup> CARVALHO, Moacir Lopes et al. Trecho da letra do Hino de Uberlândia, música e arranjo de Alírio França, Leis n. 2/29 de 11/02/1969 e n. 1679 de 21/02/1969.

aproximadamente, 700.000 habitantes em 2017, e ocupa posição destacada no contexto nacional, principalmente no que diz respeito à “pujança de sua Economia”. Com história marcada, na ótica do discurso oficial dos anos 1980<sup>16</sup>, com permanências acerca de representações de gênero e relações desiguais de poder no contemporâneo, pelo lema positivista “ordem” para o “progresso” (alinhado ao apregoado *slogan* pelo Executivo nacional), ela se tem tornado crescente polo aglutinador, tanto para empresários(as) investidores(as), quanto para aqueles(as) que, embalados(as) pelo sonho de encontrar o “eldorado”, acalentam a esperança de realizar, na prática, as promessas desse discurso. A investigação conta que a cidade expressa, no micro, o que ocorre no macro, em sua complexidade, no que tange aos diagnósticos de violências na esfera conjugal e familiar.

O discurso oficial propaga, em maior ou menor grau de ufanismo, conforme os variados governos, “o ar do progresso”, mas padece, simultaneamente, de seus conflitos sociais, visíveis no cotidiano e expressos na mídia. Não se constrói noção de cidade sem um investimento no imaginário e na construção cultural da linguagem política, estética e cultural. Há várias “cidades”, no interior da cidade.

Por detrás do véu da cidade harmoniosa, escondem-se desigualdades sociais, em maior ou em menor grau, como no Estado de Minas Gerais e em todo o País, bem como a violência

---

<sup>16</sup> SPARTACUS e GOMES. Uberlândia (MG): sua vida e seus costumes. Interior – um Brasil IONGe da crise. Revista Veja, Editora Abril, n. 1002, 18 de nov. de 1987, p. 67-73. A Cidade foi capa de Especial da Revista. No interior da matéria paga pelo empresariado local, manchetes: “crise à distância [...]”; “Uberlândia mantém seu ritmo de progresso e dá um exemplo do vigor das cidades médias do interior”; “[...] pólo de progresso e tranquilidade”; “Valéria, a miss Uberlândia: ‘A virgindade é respeitada’”; “uma cidade sem mendigos”; “A Kombi da ICASU: à cata de indigentes nas ruas”; “O comerciante Oliveira: ‘fomos buscar o progresso a unha’”; “Ana Cláudia, a garota Praia Clube: ‘biquíni cavado, nem pensar’”; “sem favelas, mendigos e desemprego, Uberlândia começou como entroncamento de caminhos e hoje é uma cidade modelo”, e ainda a divulgação de empresas tradicionais, shopping, UDR (União Democrática Ruralista), entre outros ufanismos. Como apontaremos no trabalho, é possível associar a Reportagem da Veja às narrativas de entrevistadas(os) que em seus enunciados valorizam “virgindade”, “pureza”, “era moça”, “não se perder”... e observar permanências comparando-se os anos 1980 ao período da investigação, entre 2014 a 2017. Alguns diagnósticos nacionais, cuja cidade foco os compõe, são preocupantes: 1 feminicídio a cada 90 min. no Brasil (Violência à mulher/Feminic. no Brasil, IPEA, 2013). Diante da afirmação “Mulheres que Usam Roupas que Mostram o Corpo Merecem ser Atacadas”, 26% concorda totalmente ou parcialmente; 3,4% são neutros e 70% discorda parcialmente ou totalmente. E sobre a afirmativa “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, 65,1% concorda totalmente ou parcialmente, 1,9% é neutro e 32,4% discorda parcialmente ou totalmente (Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, item: Tolerância Social à Violência contra Mulheres, realizada em maio/junho 2013, divulgada em março de 2014 e revisada e corrigida em abr. de 2014. A amostragem foi de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e o restante de homens e do total 19,1% são idosos(as). 179 relatos de agressão/dia, no Brasil (Balanço Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher, jan a jun. 2015). O Brasil está em 5º lugar no ranking mundial de assassinatos de mulheres, sendo negra a maior parte das vítimas. (Mapa da Violência, ONU Mulheres, 2015). Sobre estupro, pesquisa com amostra de 3.625 entrevistas em 217 municípios no Brasil, com pessoas a partir de 16 anos revela: 33% (1/3) da população considera a vítima culpada. 65% do total das mulheres tem medo de sofrer violência sexual e no sudeste são 84%. 42% de homens e 32% de mulheres concordam que “mulheres que se dão a respeito não são estupradas”. 63% das mulheres discordam. Violências institucionais: humilhações, julgamento moral, exposição na coleta de provas e escassa formação continuada de profissionais 91% concorda que “temos que ensinar meninos a não estuprarem”. (Data Folha, 1 a 5 de ago. 2016). Dos serviços especializados de atendimento à mulher, há, no Brasil, apenas 368 DEAMs, num total de 5.565 municípios do país; em Minas Gerais são 46 DEAMs (SPM-DF, 2015). Os trechos em realce amarelo estão pouco compreensíveis.

conjugal e intrafamiliar, conforme se verifica pelos patamares, subnotificados, da rede de enfrentamento a essas violências.

Diante a noção-problema, experiência, de Scott (1998, p. 318-325) foi possível verificar como categorias de representação e análise, como gênero e violência, atingiram seu status fundador e os efeitos de sua articulação, com o significado de se estudar o passado em função dessas categorias e para os indivíduos pensarem sobre si mesmos nesses termos. E, ainda, a relação entre o destaque delas em nossa época e sua existência ou não no passado.

Pretendeu-se demonstrar nos três capítulos, com esforço em arregimentar informações nas entrevistas e documentos analisados, a opacidade e poder quebrar nas análises sua substância política naturalizada e como funcionam no discurso social representado, apresentar aos(as) leitores(as) os resultados construídos a partir delas. Nessa perspectiva, registramos a seguir, a estruturação da tese.

### **Do título e dos capítulos da tese**

O título pluralizado “Jogos de poder e ‘Metamorfoses” remete ao fato de que mais nos interessa o jogo em construção, consciente ou inconsciente, do que os jogadores. Nele, pode haver ganhadores e/ou perdedores temporários e, ao mesmo tempo, as regras e objetivos podem ser claros ou obscuros e, talvez, perversos. No processo de “metamorfose”, palavra que no seu centro contém “amor”, são possíveis transformações sem linearidades ou evolução, bem como frestas para o lagarto rastejante transitar e/ou retornar ao casulo/crisálida com algum autoconhecimento e vivenciar a borboleta leve. Metáforas da árdua e desnaturalizada (con)vivência, especialmente as marcadas por violências.

A questão central: quais são as representações dos sujeitos que vivenciam violências na vida conjugal, e dos/as profissionais da rede de apoio a tais pessoas, sobre violência de gênero e relações de poder com seus significados na e para a construção e desconstrução de abusos? Analisando as mudanças e permanências das representações presentes nos discursos e práticas cotidianas dos sujeitos que vivenciam violências na esfera conjugal, e de profissionais que compõem a rede de apoio a tais pessoas e seus impactos na cultura sobre gênero e violência, os capítulos foram divididos da seguinte maneira.

No Capítulo I, **A Ousadia de contar-se: desvelando representações, significados na construção das violências de gênero – espirais e escapatórias**, foram analisadas as representações de gênero e poder dos sujeitos que experienciam violências na esfera conjugal; a relação entre essas representações, a adesão a determinados valores e os abusos; as possibilidades de sujeitos atendidos pelas instituições da rede pública de apoio, diante das

condições históricas apresentadas; os indícios dos elementos que compõem as situações: de refém do poder do outro e/ou escapatórias do processo de violências à reinvenção da própria história; questionou-se se e como a idealização do relacionamento e do outro podem contribuir para agressões. A partir das representações sobre gênero e poder, buscou-se a compreensão de quais entremearam corpos, intimidades, relação ciúme e “amorosidade”, bem como os impactos das violências na saúde das(os) envolvidas(os) diretamente e nos(as) filhos(as); o peso da religião na perpetuação, ou não, de abusos e de escolhas. Discorre-se sobre as ambiguidades na “conjugalidade” dos sujeitos com as instituições e com seus(suas) cônjuges: dois tipos de vínculos-“casamentos”. Nas teias relacionais, identificam-se mudanças e permanências presentes nas cenas imbuídas de jogos de poder, *performances*, sentimentos (in)visíveis e ciúmes que consomem. Consideram-se os significados dos pactos que permeiam a complexidade conjugal em sua diversidade e interseccionalidade. Analisam-se as produções de verdades, cujas dinâmicas torturadores-torturados libertam-encarceram, com a presença do dissonante, da profanação, da subversão e constituição de determinadas subjetividades. Retratam-se as dinâmicas próprias e ambivalências de determinadas espirais de violências. São esboçados fatores inibidores da busca, nesse porto (in)seguro, com o ônus da *via crucis* e da (re)vitimização, em que, por vezes, a cultura sexista, com nuances patriarcais e seu avesso resistente relacionam-se a (in)visibilidades, (in)subordinação e (im)punidades e tornam os(as) envolvidos(as) reféns e/ou sujeitos de determinados acontecimentos.

No Capítulo II, **Representações em trânsito: rede de apoio pública - práticas, saberes de profissionais e de atendidas(os)**, buscaram-se sentidos e significados das representações de gênero de profissionais no/para o atendimento, e problematizou-se a possibilidade de agentes da rede de apoio lidarem com violências sem promovê-las; discutiu-se o *modus operandi* de profissionais das instituições pesquisadas, com base em informações de pessoas que foram ali atendidas e se há atendimentos (in)adequados, de acordo com pontos de vista individuais, bem como se algumas intervenções propiciam a violência institucional. Fez-se mapeamento histórico, diagnósticos sobre avanços, recuos, diretrizes e proposições em termos de disputas de representações, nas relações de poder, sobre a função do Estado e a qualidade das políticas públicas avaliadas por seus efeitos. As instituições e ações mencionadas referem-se à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia (Governo do Estado de MG), com atuação em Uberlândia. Ainda foram historicizadas ações da Prefeitura Municipal em quatro gestões distintas (2001 a 2018, essa última finalizando em 2020): a Diretoria Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero/Núcleo de Apoio à Mulher/Sedest/CIM(Centro Integrado da Mulher)/Superintendência da Mulher/Diretoria de

Proteção Social e o Programa Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia(CATU), com suas (des)articulações, (des)encorajamentos, limites e incertezas políticas.

No Capítulo III, **SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia: experiências da sociedade civil ao “meter a colher” nas teias relacionais**, foram analisadas as peculiaridades de instituição da sociedade civil na atuação da rede de enfrentamento às violências. Houve enfoque nas experiências, conflitos e potencial multiplicador da única organização da sociedade civil em que se aprofundou este estudo: a SOS Mulher e Família de Uberlândia, com ações e Programas pioneiros na localidade, como o acolhimento interprofissional continuado, a estratégia de atendimento em grupos de apoio reflexivos, o Programa PAM (Patrulha de Atendimento Multidisciplinar) em parceria com outras instituições, como a PPMG, a UFU e a PMU. Verificaram-se as repercussões dos atendimentos nos profissionais que acolhem e nas pessoas atendidas: as representações de violências de gênero nas mediações, sentimentos mobilizados, possibilidades e desafios, nada neutros, para se lidar com violências sem promovê-las e para a construção cotidiana da alteridade e “cultura da paz”.

Convido à(ao) leitora(r) a compartilhar dessa investigação que identifica e analisa experiências, as representações de gênero e as relações de poder de quem vive abusos e de profissionais quem atendem situações de violências físicas, emocionais, morais, sexuais e patrimoniais, no âmbito conjugal. Pretendo dialogar com a comunidade, a rede de apoio e com todas(os) que se opõem a esses abusos e se esforçam cotidianamente para a sua superação.



**CAPÍTULO I**  
**A OUSADIA DE CONTAR-SE: DESVELANDO REPRESENTAÇÕES**  
**E SIGNIFICADOS NA CONSTRUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO –**  
**ESPIRAIS E ESCAPATÓRIAS**

[...]. Mas a vida é real e é de viés e vê só que cilada o amor me armou. Eu te quero (e não queres) como sou. Não te quero (e não queres) como és. [...]. O queres estares sempre a fim do que em mim é de mim tão desigual. Faz-me **querer-te bem, querer-te mal**. [...] E eu querendo querer-te sem ter fim. E, querendo-te, aprender o total do querer que há, e do que não há em mim. (Caetano Veloso, *O Queres*, 1984). [...] **Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é**. [...] (Caetano Veloso, *Dom de Iludir*, 1986)

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados das análises dos dados das entrevistas e da documentação, tendo como referência questões centrais e complementares da investigação: quais são as representações de gênero e de poder dos sujeitos que experienciam violências na esfera conjugal e seus significados para superação desses abusos? Há relação entre essas representações, a adesão a determinados valores e as agressões? Quais são as escolhas de sujeitos atendidos pelas instituições da rede pública de apoio, diante as condições históricas apresentadas? Quais são os indícios dos elementos que compõem as situações: de

refém do poder do outro em meio às espirais<sup>17</sup> e/ou escapatórias do processo de violências à reinvenção da própria história? Questionou-se, também, se a idealização do relacionamento e do outro podem contribuir para agressões.

No processo de identificação das representações sobre gênero e de poder, os achados foram provocando a necessidade da compreensão de quais entremearam corpos, intimidades, relação ciúmes e “amorosidade”, bem como os impactos das violências na saúde das(os) envolvidas(os) diretamente e nos(as) filhos(as); o peso da religião na perpetuação, ou não, de abusos e de escolhas. Discorre-se sobre as ambiguidades na “conjugalidade” dos sujeitos com as instituições e com seus(suas) cônjuges: dois tipos de vínculos-“casamentos”.

Nas teias relacionais, identificam-se mudanças e permanências presentes das representações investigadas e presentes nas cenas imbuídas de jogos de poder, *performances*, sentimentos (in)visíveis e ciúmes. Consideram-se os significados dos pactos que permeiam a complexidade conjugal em sua diversidade e interseccionalidade. A análise das produções de verdades revela dinâmicas torturadores-torturados, libertam-encarceram, com a presença do dissonante, da profanação, da subversão e constituição de determinadas subjetividades. Retratam-se as dinâmicas próprias e ambivalências de determinadas espirais de violências. São esboçados fatores inibidores da busca, nesse porto (in)seguro, com o ônus da *via crucis*<sup>18</sup> e da (re)vitimização, em que, por vezes, a cultura sexista, com nuances patriarcais e seu avesso resistente relacionam-se a (in)visibilidades, (in)subordinação e (im)punidades e tornam os(as) envolvidos(as) reféns e/ou sujeitos de determinados acontecimentos.

A epígrafe, com fragmentos das canções de Caetano Veloso (1984, 1986), dão ciência da complexidade dessas violências em contexto de declaração de amor permeada por ambiguidades e subjetividades diversas. E nas cenas descritas nas entrevistas, acontecimentos vão trazendo à tona representações de gênero e de violências nas relações de poder, no contexto dessa complexidade, na esfera conjugal.

---

<sup>17</sup> A preferência em se utilizar a terminologia “espirais” da violência ao invés de “ciclos” explica-se por a primeira expressar movimento e possibilidades de aberturas e rompimentos. Sobre o uso de “espiral”, consultar: AZEVEDO, Desirée de L. e SANJURJO, Liliana. História como espiral: memórias e representações sobre a violência na Argentina. In: *Anuário Antropológico* [Online], I | 2012, posto online no dia 01 Outubro 2013, consultado no dia 15 julho de 2017. URL: <http://aa.revues.org/292>. A nomenclatura “ciclo” é utilizada em materiais de produção de movimentos sociais femininos e feministas, como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria-Cfemea, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher– Unifem, ONU Mulheres, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento – Agende, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação–Cepia, Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero–Themis, Conselho Estadual da Mulher de Belo Horizonte–CEM, Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres-CEPAM, União de Mulheres de São Paulo, Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, entre outros.

<sup>18</sup> *Via crucis* termo utilizado para a longa “peregrinação” pelas instituições por parte de quem vivencia violência e vem do latim *Via Crucis*, “caminho da cruz” é o trajeto seguido por Jesus carregando a cruz, que vai do Pretório até o Calvário. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Via\\_Crucis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Crucis). Acesso em 5 de ago.2017.

[...] Eu casei porque eu acho que **se eu não casasse com ele**, por isso que eu falo pra você que teve ter alguma coisa além dessa vida, **eu acho que eu morria**, primeiro porque ele era lindo, eu acho que fui iludida, mas ele era tão bonito o pai dos meus meninos, e hoje se você ver ele você diz “aquela mulher mentiu”, ele é um ogro, feio, mas ele era lindo, tinha uns olhos azuis esverdeados, um sorriso, uns dentes[...]. As mulheres mexiam com ele na minha frente na rua de tão bonito que ele era. [...] eu achava que ele era **meu príncipe encantado**. [...] E ele **tinha uma fixação em cima de mim** que era fora do comum. (Grifos meus) (Sr.<sup>a</sup> Margarida, vivenciou violência, entrevista 2016)<sup>19</sup>

A Sr.<sup>a</sup> Margarida, classe média para alta, branca, com 50 anos, vive de aluguel, casou-se com vinte e um para vinte e dois anos, namorou, terminou, depois voltou. Menciona que a mãe dela não desejava a união, “tanto que eu só casei no civil porque a minha mãe nem foi no casamento porque ela já não ia com a cara dele. A primeira coisa que uma mãe fala pra você: ‘minha filha não casa com esse cara, meu coração está falando, você não casa não, porque a mãe sabe’. A única pessoa que foi ao casamento dela foi o pai. Acredita que “começou tudo errado, ele enfrentou o meu pai, a minha mãe, ele respondeu quando ele era novinho, dezoito anos, eu achei o máximo: “está me defendendo”. Porém, avalia que se ele teve coragem de passar por cima do pai dela, da mãe, com xingamentos, ele seria capaz de fazer qualquer coisa. “Mas hoje eu vejo, na época eu tinha dezessete anos e achava que ele estava me protegendo, me defendendo, um ano só mais velho”.

Certa vez a Sr.<sup>a</sup> Margarida e amiga iriam sair com ele “a gente estava esperando pra arrumar, eu lembro muito bem, e a gente escolhe roupa e ele na sala esperando, ele não teve paciência e invadiu o quarto: ‘eu não vou esperar vocês mais não [...]’. Isso me assustou, também, só que passou”. Pondera ainda que “eles contam quem são, a gente é que fica iludida. Contando sobre o início do relacionamento “primeiro eu queria saber onde eu estava entrando e ele estava acostumado com essas mulheres que ele já ia pegando e pronto. Hoje se eu converso com um cara cinco minutos eu sei direitinho quem ele é, mas mesmo assim eu caí de novo”.

Nessa época, a Sr.<sup>a</sup> Margarida menciona emocionada, “eu já devia ter feito tudo, mas depois é o perdão, é pelo amor de Deus, você acredita, foram onze anos acreditando”. Sobre sua criação, reforça: “eu falo que isso também é mãe, a minha mãe criou a gente pra ficar casada, minha mãe aguentou todos os tipos de humilhação e depois ajoelhava no chão pedindo pra eu separar dele. Um dia eu joguei na cara dela “você não deu o exemplo, agora

---

<sup>19</sup> Entrevista realizada, em 02 mai. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Margarida, dois filhos, classe média alta, 57 anos, viveu violências com dois maridos, atendida pela Polícia Militar, IML/HC/ UFU e pela Delegacia de Mulheres, duração 2h 20 min.

quer que eu separe?”. Considera que “os pais são responsáveis também pelo que a gente faz”. E afirma:

[...] eu **não gosto desse homem** de jeito nenhum, mas eu sou **obrigada** agora **a cuidar dele**, devido a forma como **fui criada**, aquele negócio que você tem que ter a responsabilidade, **até que a morte nos separe**. Depois disso, ele continuou sendo a violência que ele foi e me fez mudar o meu pensamento de novo, porque **se ele tivesse transformado ou mudado às vezes eu até conseguiria conviver com ele o resto da vida**. Mas não, ele continuou do mesmo jeito, violento, agindo por trás e me roubando junto com a família dele. Fiquei na justiça por sete anos, meu advogado ficou com um dos terrenos aqui e o dele também com um, ele deu um pra cada um e acabou com todos os processos e eu tinha todas as provas. (Grifos meus)

A narrativa demonstra implicações da sua criação, da religião e crença na mudança do outro. Conforme ela informou, “a mãe dele vinha parar aqui dentro da minha casa, agora pensa uma mulher que entrava no meio dizendo que ele era uma pessoa maravilhosa, e ele apaixonado por mim”. Destaca os sentimentos de ilusão e vergonha, a partir da anterior idealização do outro.

[...]no começo sempre tudo é bonito [...] porque era aquele cara que chegava como se fosse um **príncipe na sua vida te oferecendo tudo**, eu viajava muito com ele, ele **não deixava eu trabalhar que ele queria que eu viajasse com ele**, eu dirigia muito bem e ele era **manguaceiro, ele tomava duas garrafas de vinho por noite toda noite, fora o resto quando saía**. Então eu que dirigia pra ele, então ele podia ficar à vontade, eu que tinha que ficar segurando ele nos lugares porque ele era o “**fino**” [ironiza] **que enchia a cara**, passava **vergonha** e eu tinha que **trazer pra casa igual criança**. Aquilo estava me matando, como que você vive, eu era **empregada** de luxo, uma **puta de luxo**, isso que eu era na vida dele porque eu **não tinha direito a nada e tinha todo o trabalho**. Ele me chamou pra ir pros Estados Unidos, mas porque eu tinha que **cuidar dos filhos dele** lá, eu que tomei conta do menino o tempo todo lá. (Grifos meus).

Conta que ele tratava mal as pessoas estranhas e “ele fazia e achava bonito isso”. Diz que “fui moldando ele: ‘eu não vou sair com você se você fizer assim’, ele foi ficando com medo porque eu não ia, ele sabia como que eu era”.

Quanto às representações de gênero e violência, podem ser identificadas nas histórias expostas por meio dos fragmentos acima, e os indícios de abusos desde o início do relacionamento por parte de um masculino que demonstra virilidade pelo poder de imposição e do controle, com a bebida como potencializadora. A representação da violência como cuidado com o outro, sentir-se especial e acreditar que a vida sem o outro significa a morte. Convive com a representação do homem como “príncipe encantado”. Evidencia o poder de

fala da mãe rígida e o tipo de criação em que foi socializada, repetindo em alguns aspectos a história da mãe e processos de reprodução das representações de gênero.

Na espiral da violência, o perdão, a crença na mudança e no poder de moldar o outro, permanece por onze anos acreditando na representação “até que a morte nos separe”. E a mulher boa é a que cuida, mesmo “sem direito e com todo o trabalho” e a sensação de ser usada.

Esses dados permitem algumas reflexões. Conforme Gregori (1993, p. 130), há diferenças entre o relato das mulheres que vivenciam padrões ditos tradicionais de conduta e o das que buscam padrões considerados modernos. Segundo a autora, as primeiras falam da violência sofrida por meio da contraposição da moral vigente, aceita, inquestionável, com a desobediência, a infração, a distorção, as fraquezas na conduta do outro perante essa moral. As segundas veem o problema sob a óptica do direito à liberdade, à igualdade, violado pelas práticas violentas. No entanto, ao vivenciarem relações violentas, os dois grupos parecem acionar recursos característicos da queixa: culpam o outro, vitimam-se e reivindicam amparo, proteção e cuidado. A Sr.<sup>a</sup> Margarida, por exemplo, deposita no outro os desdobramentos e as possíveis soluções da relação para “continuar uma vida inteira”.

A imagem do “príncipe encantado”, ainda no séc. XXI, é recorrente, demonstram as entrevistas. Impactada, em sua subjetividade, pela sociedade de sua época de formação familiar religiosa. Entretanto, no espaço eleito para nosso estudo, foi constituída pioneira Escola de Princesas de Uberlândia, em 2013, que pode ser exemplo de sociabilidade com determinada visão de funções e *performances* para mulheres. A Escola, com slogan “todo sonho de menina é tornar-se princesa”, constitui um projeto que tem o objetivo de “oferecer serviços de excelência que propiciem experiências de natureza intelectual, comportamental e vivencial do dia a dia de uma realeza, para meninas entre 4 e 15 anos, que sonham em se tornar princesas”<sup>20</sup>. Entre os produtos e serviços mencionados, há atividades teóricas e práticas de comportamento (etiqueta, postura, oratória, organização) e também intelectuais (conhecimentos globais, relações interpessoais, política, sustentabilidade e ações sociais, entre outros). Há eventos e festas para proporcionar férias, chás, encontros, aniversários, tardes de princesa. A Escola foi replicada em Minas Gerais, além de em

---

20 Mais sobre a Escola de Princesas disponível em: <http://escoladeprincesas.net/ws/#a-escola>; <https://pt-br.facebook.com/escoladeprincesas>; <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/escola-em-uberlandia-ensina-modos-de-princesas-a-meninas-conheca-a-historia/>; <http://noticias.r7.com/minas-gerais/mineira-monta-escola-de-princesas-em-uberlandia-mg-para-ensinar-etiqueta-para-meninas-11072013>; <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/videos/v/empresaria-cria-escola-de-princesas-em-uberlandia-mg/2325599/>; <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/escola-de-princesas-em-uberlandia-supera-expectativas-de-professora.html>; <http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento.escola-de-princesas-ensina-etiqueta-culinaria-e-organizacao-de-casa-a-meninas-de-4-a-15-anos.10000081544>. Acesso em 10 julho 2017.

Uberlândia, também nas cidades de Uberaba e Belo Horizonte, e em São Paulo, com perspectiva de tornar-se referência mundial. Mesmo que a Sr.<sup>a</sup> Margarida não tenha sido socializada por ela, a constituição desse tipo de Escola trata de representações permanentes.

Apesar da adesão, elogios, ou solicitações de vagas na fila de espera, há resistências e críticas, como em performances culturais que a ironizam. Ou seja, verifica-se a disputa por representações sobre gênero, como mostra a Figura a seguir.

Figura 2 *Performance* em Praça Pública em resposta aos “valiosos ensinamentos” apreçados pela Escola de Princesas de Uberlândia, 2013



Fonte: redes sociais digitais, quando, em 2013 estudante de teatro da UFU compartilhou

As publicações polêmicas sobre a Escola, cujos princípios são direcionados somente às meninas e não aos meninos, dicotomizando os espaços e funções para o masculino e feminino no séc. XXI, e não nas décadas de 1960 e 1970 do séc. XX, causaram manifestações nas redes sociais digitais, e na imprensa local, regional e nacional, tanto a favor da Escola quanto com questionamentos sobre sua proposta, num debate entre educadores(as), mães das meninas que frequentavam, feministas e representantes dos movimentos de mulheres e pessoas de outros setores. Entende-se que os veículos de comunicação instituem, constituem e são meios de produção e reprodução de representações sociais, com a influência das publicações em massa, cuja seleção de quais histórias e de como contá-las não é neutra, dentro da comunidade e sua relação com atitudes aceitas, incorporadas ou alteradas e como essa apropriação se estabelece. Também se verifica o peso da tradição, via memória, reminiscência, metáforas, paródias, frases de efeito, expressões (na linguagem e nos gestos), enquanto movimento de resistência, profanação, adaptação, permanência, continuidade, como dialogar com as estereotipias e as noções que determinados termos vão assumindo, nesse processo.

Puga (2015, p. 525-541) produziu artigo em que abordou o ensino religioso feminino e masculino, em escolas nos anos de 1960, 1970, e escola técnica para educação familiar na região do Triângulo Mineiro, de modo a avaliar a tentativa de retorno às desigualdades, dicotomias e funções naturalizantes com a Escola de Princesas constituída em Uberlândia. Por um lado,

A preparação de mulheres em escolas especiais, sejam religiosas, técnicas ou de conhecimentos informais, traz à tona uma sociedade brasileira que se vê de tempos em tempos retornando aos chamados “bons costumes”, “fino trato”, aulas de “socila”, curso existente nos anos de 1960 e 1970 que ensinava as moças a andarem, sentarem, falarem, etc. [...] O retorno ao que existiu, à dependência e submissão feminina ao masculino, à volta da mulher ao lar, para a educação dos filhos e cuidados da casa e marido ou companheiro estão presentes no nosso cotidiano deste século [...] (PUGA, 2015, p. 539-40)

Por outro lado e sem pretender anacronismos temporais, com outra representação de mundo e dos femininos, produtoras de filmes e desenhos animados têm estampado nas telas mulheres guerreiras, não estereotipadas, autoconfiantes, líderes que abrem mão de príncipes para despertá-las para a vida, ou mesmo se casarem para se sentirem realizadas e também de tarefas tradicionalmente construídas como do universo feminino.

Uberlândia expressa circularidades culturais e é espaço de disputas por permanecer e ou abolir determinadas representações de gênero, como outras localidades. Assim, em países como o Chile, em 2016, verificaram-se, de modo semelhante, ações para Desaprincesamento<sup>21</sup>, tendo em vista autonomia e empoderamento das meninas e mulheres adultas, igualdade na diversidade, autodefesa. Com o desafio de mudar a realidade das meninas que viviam nestes locais, surgiu a oficina, inspirada em projeto dirigido a mulheres adultas em Bilbao, na Espanha, o Faktoria Lila. Como a ideia teve adesão, o grupo foi convidado a replicar a experiência em outras cidades chilenas e também em Lima, no Peru.

Na contramão das representações de princesas passivas, instruídas para servirem, a Plan Internacional<sup>22</sup>, no nosso contemporâneo não linear, em 2017, lança projetos para autonomia de meninas. A Pesquisa realizada pela Plan sobre Por Ser Menina no Brasil:

<sup>21</sup> Mais sobre Cursos de Desaprincesamento no Chile, consultar <http://www.geledes.org.br/curso-de-desaprincesamento-esta-empoderando-meninas-no-chile/>; <http://qga.com.br/comportamento/mulher/2016/10/curso-de-desaprincesamento-esta-empoderando-meninas-no-chile/>; <http://www.revistapazes.com/2457-2/> Acesso em: 30 de dez. de 2016.

<sup>22</sup> O objetivo central do projeto Escola de Liderança para Meninas, desenvolvido em parceria com o Instituto C&A, é empoderar as meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre direitos e promovendo participação cidadã, com ações de incidência para promover o direito à vida sem violências, com módulos como Identidades e Desigualdades; Direitos Humanos, Democracia e Participação; Empoderamento e Liderança; Liderança e Participação Feminina. A Plan é organização não-governamental humanitária, presente em 70 países, fundada em 1937, em Londres. Para conhecer detalhadamente seus projetos e pesquisas, encontram-se disponíveis em <https://plan.org.br/escola-de-lideranca-para-meninas> e <https://plan-internacional.org>. E sobre a pesquisa com amostragem 2013 Por Ser Menina no Brasil veja: <https://plan.org.br/o-estado-das-meninas-no-mundo-2013>. Acesso em: 10 jul. 2014.

crescendo entre direitos e violências<sup>23</sup> ouviu 1.771 meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do país (Pará, Maranhão, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul), constatou desigualdade e que a dupla jornada feminina se inicia na infância, mais presente na zona rural.

Ou seja, compartilha-se e naturaliza-se a ideia de que, desde cedo, cabe às meninas a função de cuidadoras, inclusive pelos brinquedos e brincadeiras estimulados e direcionados. Segundo pesquisa realizada por Muniz e Sant’Anna, em Goiás, inspiradas em Foucault (1987), no que tange aos corpos “[...] a escola operou na produção/reprodução da partilha cultural de gênero, que divide corpos e os opõe entre si e responde pelas relações assimétricas entre os sexos”. Na pesquisa, acessam “[...] condições de produção do atendimento escolar [...], vincado pelo propósito civilizador e pela lógica binária de gênero”, bem como analisam algumas “[...] estratégias e técnicas discursivas mobilizadas na/pela legislação escolar de modo a modelar, a produzir corpos dóceis e úteis, isto é, educados e civilizados segundo a perspectiva da partilha desigual de gênero: meninas pra lá, meninos pra cá”. (MUNIZ e SANT’ANNA, 2010, p. 79).

Os resultados da análise dos dados permitem afirmar o prejuízo quanto diferença em termos de cooperação nas atividades domésticas e desenvolvimento de meninas e meninos. Interessante, pois que tais tarefas são realizadas com membros superiores e não com a genitália, mas ainda assim prevalece o construto de reservá-las, predominantemente, às mulheres. Como consequência ficam mais sobrecarregadas, desde tenra idade, como ressaltam as senhoras Margarida e Consolida (vivenciaram violências, entrevistas 2016), sobre suas trajetórias, ausentando-se mais da escola por terem que cuidar de alguém e deixando de viver plenamente a fase de construção de saberes e das relações sociais. Compreender a família como comunidade e não como *locus* onde uns fazem “favor” aos outros é desafiador, mas necessário para a emancipação de mulheres e a também inserção de homens com corresponsabilidade e considerando que, a despeito da cultura sexista, eles têm direito a ser cuidadores e essa negociação pode ser politicamente praticada para realizações igualitárias entre os gêneros. A Sr.<sup>a</sup> Margarida reclama: “eu não tinha direito a nada e tinha todo o trabalho”, com a sensação de desvalorização.

Algumas vivências conjugais, como as deste estudo, são marcadas por ódio e violência maximizadas. Baptista (2012) aponta que haveria a existência de ciclos que vão desde a tensão geradora de impasses, discussões e agressões morais e físicas até a intitulada “lua de mel”, em que o parceiro, na tentativa de manter o relacionamento e o poder sobre a autoestima e capacidade de visão acerca das reais condições que ali se estabelecem, coloca-se na função de

---

<sup>23</sup> Dados completos em reportagem <http://oficinadeimagens.org.br/o-que-e-ser-menina-no-brasil-desigualdade-de-genero-desde-a-infancia/> e no site oficial da Plan anteriormente citado. Acesso em: 10 jul. 2017.



galanteador, envolvendo a parceira com promessas de mudança. Desta forma, algumas mulheres se agarrariam à esperança de que as fases de tensão seriam findadas, restando apenas os bons momentos, sem seguir adiante no término da relação e, assim, como mencionado anteriormente, algumas das entrevistadas permanecem por décadas em relações conjugais com a presença da violência.

No entanto, compreender essas histórias, representações e disputas por representações requer, também, a adoção do entendimento do contexto histórico dessas narrativas. No diálogo com Passerini, ao promover discussão sobre a historiografia, a história de gênero e de mulheres; gênero, sexo e poder; sobre a ficção de um feminino estável e as influências da história de mulheres na história oral, ratificam-se questionamentos de como as falas de homens e mulheres aparecem nos registros das instituições pesquisadas, problematizando-os. Como as diferenças são construídas, verificando-se as mediações. As mulheres, na sua diversidade, não são recipientes, seguidoras de uma vanguarda. Há ambivalências e necessidade de combinar gênero a outras categorias de diferença, como geração, corpo, cor, cultura e religião, no processo social. O pertencimento de gênero pode ter significações diferentes. A insuficiente categoria “mulher” mescla diversas identidades de gênero. Mulheres e homens não são categorias abstratas e universalizantes (PASSERINI, 2011).

No que diz respeito às dificuldades de algumas de encerrarem esses relacionamentos, Marques (2005) complementa que, além da ambivalência de sentimentos que pode dificultar a tomada de decisão, há possibilidade de elas se encontrarem fragilizadas pelas violências, num quadro de vulnerabilidade psíquica (D’OLIVEIRA, SCHRAIBER, FRANÇA-JÚNIOR, LUDEMIR, PORTELLA, DINIZ, COUTO E VALANÇA, 2009).

Pesquisas apontam que, entre os fatores mais comuns e que influenciam para impedir que deixem parceiros, estão: baixa autoestima, crença de que agressões são resultado de seus próprios comportamentos e posturas assumidas no relacionamento, sentimento de impossibilidade de arcar com as despesas e cuidados dos(as) filhos(as) e convicção de que ninguém será capaz de ajudá-las a sair da situação (WHO, 2011, citada por BAPTISTA, 2012). Esses fatores, também, foram analisados por esta investigação e serão melhor discutidos no Capítulo II.

Outros estudos interdisciplinares e feministas (SAFFIOTI, 1994, 1995; DELGADO, 1995; SILVA, 1999; REICHTMAN, 2001; FRAGA, 2002; ALMEIDA, 2004; CARMO, 2010) têm revelado, assim como o nosso, sobre a complexidade da violência conjugal e doméstica, seguindo, em geral, uma espiral com especificidades para cada relação, que pode e deve ser rompida, composta, em vários casos, por três fases, ou seja, a tensão, a agressão e a “lua de mel”.

De modo mais desenvolvido, como permitiram a análise dos dados das entrevistas, a tensão caracteriza-se por agressões verbais e aparentemente menores, crises de ciúmes, destruição de objetos e ameaças. A pessoa ofendida procura acalmar o(a) autor(a) da agressão, evitar discussões e vai se tornando cada vez mais submissa e amedrontada, muitas vezes sente culpa e se acha responsável pela situação de violência sofrida. No caso das mulheres, elas costumam relacionar ao cansaço e à bebida as atitudes agressivas e violentas praticadas contra elas.

A explosão marcada por agressões verbais e físicas graves e constantes provoca ansiedade e medo crescente. É etapa mais aguda e costuma ser mais rápida que a primeira. Por fim, a “lua de mel”, em que, depois da violência física, o(a) autor(a) da agressão costuma se mostrar arrependido(a), sentindo culpa e remorso. Jura nunca mais agir de forma violenta e se mostra muito apaixonado(a). Cada história tem seus momentos: ata, retalha, atalha, reatalha, reata e desata nós.

Há, ainda, estudos que pontuam que algumas dessas mulheres apresentam dificuldades por conta de questões relacionadas à sua constituição psíquica, como, por exemplo, a vivência de conteúdos não elaborados por meio de “heranças transgeracionais”, repetições de dinâmicas vividas anteriormente, a dependência exagerada ao ambiente, entre outros (MANDELBAUM, SCHRAIBER, D’OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, a Sr.<sup>a</sup> Margarida menciona: “a minha mãe aguentou todos os tipos de humilhação e depois ajoelhava no chão, pedindo pra eu separar dele”, ou mesmo na própria trajetória com a mesma pessoa ou com outra: quando “casei de novo e acreditei [...] a gente repete a história, mas dessa vez não era pra nunca acontecer isso. A gente vai e olha tudo mesmo sobre a vida da pessoa e mesmo assim eu caí na mesma história. Isso é horrível. Eu queria entender por quê”. E então se justifica com os sentimentos: “você é boba e fica com dó [...], a família dele era eu, até voltar comigo eu acreditei, não adiantou nada, no outro mês estava fazendo tudo de novo”.

Quanto às representações de violência conjugal, a Sr.<sup>a</sup> Margarida reconhece como “doença”, no casamento que a empobreceu: “roubou tudo que eu tinha. Casei com dois homens muito ricos e eu fiquei sem nada [...]”. Os tipos concebidos de violências: “eu apanhei dele desde o primeiro ano de casamento, no namoro não, ele era meio violento, mas não chegava a tanto: começou com agressões, humilhações, porque não era só agressão física; você acha que está sendo seu amigo e usa qualquer fragilidade sua e fraqueza contra você [...]”, o que lhe causa tristeza. Por outro lado, a violência é minimizada: “só que todo mundo pensava que era só por causa da agressão que eu estava separando, tinha outras coisas piores no meio”. E, na espiral, foram 22 ocorrências de agressões que ela fez e muitas que não registrou. E a vergonha reaparece, mas por parte da mãe dela, quando a filha foi convidada a conceder entrevista em

rede de TV devido à quantidade de ocorrências realizadas e a mãe “sumiu com a entrevista”. Percebe-se a tentativa de manter no privado os episódios de violência, porém a Sr.<sup>a</sup> Margarida “não ligava” e até conta com orgulho de visibilizar e “lavar a roupa suja” em público, ao contrário do dito popular, cristalizado na cultura. O que para as classes sociais favorecidas é menos comum.

Relatos explicitam o ritual de (des)continuidade, como no relato da Sr.<sup>a</sup> Orquídea (vivenciou violência, entrevista 2014), vítima de agressões pelo esposo “Psiquiatra de renome, endinheirado”, possessivo, ciumento, violento e doze anos mais velho, e também agressões à filha da esposa, enteada dele. Diante os mesmos fatos, mãe e filha entrevistadas, interpretam de modo bem diferente as violências. A mãe da Sr.<sup>a</sup> Orquídea a tirou de casa quando ela engravidou aos 23 anos, para o pai não saber, e a fez morar com a tia, que namorava com um alcoólatra, com o qual transava na janela, e ela ouvia tudo. O bairro da casa da tia era muito violento e a casa sem infraestrutura e precária. A Sr.<sup>a</sup> Orquídea mora desde 1992 com o esposo, que é usuário de maconha, álcool e *ecstasy*, e seus filhos, pelo exemplo, também utilizam. O marido é médico e a agrediu fisicamente por duas vezes. Ela uma vez ameaçou chamar a polícia e ele, por ser médico, preferiu não bater nela mais, com receio da divulgação do fato. Continuou a agredi-la psicologicamente e ela tentou suicídio. Ele a expulsou do quarto e há dois anos vivem em quartos separados. Ele vivia expulsando-a do quarto e ela fazia toda a mudança para outro quarto<sup>24</sup>.

Em outra entrevista, a Sr.<sup>a</sup> Camélia (vivenciou violência, entrevista 2016) também menciona, diante de gravidez indesejada, solteira, com apenas cinco meses de namoro, ter sofrido violências psicológicas do pai da criança e da mãe dele: “o pai do meu filho mais velho, quando engravidei, ficou muito feliz, pois gostava de mim, mas estávamos terminados e eu não gostava dele. A mãe dele interveio e disse que o filho não deveria ser dele e que tinha que fazer um DNA”. A Sr.<sup>a</sup> Camélia ficou indignada, “pois eles queriam fazer o exame com ela grávida em outra cidade, para que ninguém em Uberlândia soubesse por conta da família dele ser importante, tradicional e conhecida. Acho que eles queriam era que eu abortasse,

---

<sup>24</sup>Entrevista realizada, em 13 nov., 2014, com Sr.<sup>a</sup> Orquídea, 52 anos, terapeuta ocupacional, com 2º- grau em técnica agrícola, cuidadora de idoso, religião Espírita Kardecista, filha de militar, foi abusada por cunhado, está no segundo casamento com união estável há 22 anos, teve 1 filha de 27 anos do primeiro relacionamento e 1 filho de 20 anos no segundo, e Sr.<sup>a</sup> Glicínia, 27 anos, respectivamente mãe e filha (a filha dela é registrada no nome dos avós), vivenciam violência pelo esposo e padrasto e reciprocamente mãe e filha. O esposo é médico psiquiatra conhecido em Uberlândia, boa condição financeira, Espírita, segundo ela faz uso de droga ilícita e a filha também. Indícios de alienação parental. Elas foram atendidas na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 57min. (2 pessoas entrevistadas), na SOS Mulher e Família de Uberlândia. OBS: Pesquisadora teve acesso ao prontuário atendimento da Sr.<sup>a</sup> Glicínia no SOS. A entrevista seria individual, mas a filha desejou participar para relatar violências por ela também vivenciadas e não me opus.

como já o fizeram com outra anteriormente”<sup>25</sup>.

No episódio com a Sr.<sup>a</sup> Margarida, ela tinha feito todo tipo de ocorrências, “mas nunca pegavam ele, foram 22 denúncias”. Entende que isso ocorria “pelo fato dele ser rico e o irmão amigo de detetives”. E, depois das agressões, “ele pedia desculpas e eu voltava”. Em outro relacionamento, ela menciona que voltou com ele por quadro vezes, “além das agressões, a mãe dele atrapalhava”, disse.

Portanto, a espiral de situações ocorre nas supostas “melhores famílias”, colocando abaixo a perspectiva elitista e arrogante que pretender reservar às classes menos favorecidas tais problemáticas, cuja luta aparece nos dissensos.

E, desse modo, a Sr.<sup>a</sup> Camélia prossegue contando sobre seu relacionamento. Ela está casada há 21 anos e tiveram uma filha, que na ocasião do atendimento estava com 13 anos. O esposo, de acordo com ela, é “um marido de baixa autoestima, ciumento e brigão. Foi mulherengo e utilizou drogas. Brigamos muito e nos separamos umas doze vezes”. Na concepção da Sr.<sup>a</sup> Camélia, “não teve violência física, mas teve humilhação e vários episódios”, segundo ela, “de brigas cinematográficas, em que acabavam em perseguições de carro”.

No entanto, menciona que ele quis jogá-la “do segundo andar da boate, no meio da pista, a pegando pelos cabelos e as pessoas ficavam horrorizadas, pelo ódio nas palavras e olhar dele”. Ou seja, na historicidade de violência, para ela, a física se concretizaria mais explícita.

Nessa (des)aventura, a Sr.<sup>a</sup> Camélia acrescenta que “ele virou o carro em plena avenida com os filhos” dela e a dele, “um com nove e a filha nem um ano tinha”, tendo ela que “sair correndo e pegar carona com estranhos”. Ele a “xingava na frente dos outros”, esbravejando que a sogra a humilhou e que a “filha poderia não ser dele”. E “a filha é a cara dele”, destaca no depoimento. “Ele bebia e ficava louco, queria brigar com os seguranças na boate”. E ela, pondera, era “muito boba e o enfrentava”. Dizia que “ele estava bêbado e indo ao banheiro pra se drogar e ele se exaltava e brigava mais” com ela. Afirma que “ele se drogou com o irmão dela, que acabou em uma tragédia” e que “o irmão deu um murro na boca dela, tendo que fazer canal no dente da frente” devido ao sangramento. O filho dela estava perto, nesse episódio, e ela “dormiu num Motel com o filho, neste dia”. Não tinha a

---

<sup>25</sup>Entrevista narração de próprio punho (por opção dela), realizada em 23 jun. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Camélia, 43 anos, casada há 21 anos, 2 filhos, “sendo um de cada pai” (menção dela), classe média baixa, considera-se gorda, atuou como bancária por muitos anos e largou a estabilidade para acompanhar o esposo em mudança de trabalho e cidade, foi corretora de seguros, atualmente desempregada e faz alguns “bicos”, Católica, graduada em Secretariado Executivo, viveu abusos sexuais por parte de parentes na infância e adolescência, vive episódios de violências com quem se relaciona, tendo se separado algumas vezes e por pouco tempo dele e retornado, não foi atendida em instituição, duração de 2h, na residência dela.

filha ainda.

Sobre drogas ilícitas, a Sr.<sup>a</sup> Camélia encontrou cocaína na carteira do atual marido por duas vezes e ele “mentia dizendo que era para os outros”. [...] “Ele nunca assumiu ter sido usuário de outros tipos de drogas”. Uma vez fez ocorrência, “mas não deu em nada”, nem buscou a sua via, achou na época desnecessário. Nestes 21 anos relata que “nunca fui pra cama com outro, mas dei uns beijos e só”. Ela tentou se separar do atual marido, mas ele não a deixa e ela está se “conformando e aceitando a relação”. Ele diz que ela é muito exigente e que com outro ela acharia defeitos também.

Quando o foco da análise são acontecimentos que fazem parte da espiral da violência, surgem ações que extrapolam o âmbito privado e impactam o permanecer ou sair da situação. Por exemplo, as ações das instituições que fazem parte da Rede de Prevenção à Violência: não tomar as providências previstas em lei, falta de acolhimento da pessoa agredida e de compreensão da complexidade dessa violência. Essas questões serão retomadas no Capítulo II.

A representação sobre violência da Sr.<sup>a</sup> Camélia, contraditoriamente, desconsidera, como componente significativo da violência, as descaracterizações que lhe são feitas e perseguições, supervalorizando a violência vermelha, física, aquela que deixa marcas corporais.

Mas, continuando a discussão sobre a espiral da violência e as representações ali presentes, cabe registrar que a Sr.<sup>a</sup> Lisianthus (vivenciou violência, entrevista 2016) esforça-se para sair do circuito tensão, agressão, lua de mel. Ela mora na casa da avó, com o filho mais novo, e a mais velha mora com a família do pai. Começou a namorar o pai dos dois filhos quando tinha 15 e ele 29 anos, 14 anos mais velho. Ela enfrentou a família para ficar com ele. Analisa que talvez quisesse um “pai”, pois o dela sempre foi ausente e seus pais são separados. Inicialmente, o namorado fazia tudo o que ela queria: saía, dava apoio, mas acrescenta não ter perdido a virgindade com ele. Namorou cinco meses, ficaram noivos e foram morar juntos, por insistência dele e porque ela estava apaixonada. Uma vez ela intrometeu em uma discussão dele com a mãe por causa da filha dele de 10 anos (ele foi casado com outra) e levou um tapa no rosto. Depois ele se arrependeu e pediu desculpas e ela o aceitou de volta. Em uma das vezes, ele mandou um buquê de flores no seu trabalho e ela retornou. Ela estava morando com o pai, que falou que, se ela voltasse, não iria mais apoiá-la. Depois desta agressão eles sempre discutiam e ele dava tapas no rosto e murros nela: “larguei várias vezes e voltei”.

Tanto na narrativa da Sr.<sup>a</sup> Camélia quanto na da Sr.<sup>a</sup> Lisianthus e de outras, a sexualidade feminina presente, associada à culpa quanto à perda da virgindade, esse construto

sociocultural, não foi “perdida com o esposo”, ou se suspeita que não tenha sido, o que não aparece como argumento em relação aos homens. Talvez também por isso, nas entrevistas, algumas mulheres enfatizam o fato de terem filhos com outros homens, como se não fosse suficiente mencionar a quantidade de filhos que possuem. Portanto, esse fato pode ser ponto de discórdias e conflitos violentos no relacionamento, especialmente quando a mulher é vista como objeto de posse.

Conforme a Sr.<sup>a</sup> Lisianthus, ele bebia muito e, toda vez que brigavam, ela deixava a filha na casa da sogra e saía, até que deu a filha para a sogra cuidar. A sogra não intervinha nas brigas, para não perder a neta. Ficou grávida de outro filho e aos sete meses o esposo a largou, dizendo que ela estava muito feia. Ela brigava com ele e ele pôs fogo nas roupas e coisas dela, por três vezes, para que ela fosse embora. Ela foi trabalhar em uma empresa de transportes e o escritório era na casa deles e o caminhão dele prestava serviço para esta empresa. Ela era muito humilhada em certas ocasiões, e as agressões físicas diminuíram, mas as verbais, não. Ele a sufocava, pois dependia dela para tudo, por não ter estudo, pois tinha somente a 4ª série. Ela foi ficando cansada das humilhações e se separou. Começou a namorar com outro e ficou com ele 1 ano e 5 meses, o filho ficou morando na avó dela. Ela descobriu que este namorado a traía e terminou, o ex-marido queria voltar e ela não voltou. Ele uma vez ameaçou com uma arma o namorado dela, e ela registrou um Boletim de Ocorrência na Polícia Militar. Ameaçou a sogra também. Ele deu um tiro nela, mas não pegou. Ela já pegou uma faca para matá-lo. A filha participou de uma briga do casal e ficou uma semana sem voz. Um amigo, junto com o ex-esposo tentou atropelar a mãe dela.<sup>26</sup>

Em alguns casos, o tom da relação põe em risco uma das partes ou compromete significativamente a vida dos(as) filhos(as). A obra “Morte em Família” (CORREA, 1983) expõe sobre crimes de paixões e construtos sociais e culturais que os envolvem. E, nesse sentido, a Sr.<sup>a</sup> Anémone (vivenciou violência, entrevista 2016) conta com dor e pesar que teve a filha assassinada<sup>27</sup> aos 17 anos pelo namorado, em dezembro de 2014. A filha e o genro moraram juntos em sua casa, mas brigavam muito e terminavam e retornavam. Até que eles

---

<sup>26</sup>Entrevista realizada, em 13 jun. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Lisianthus, 25 anos, do lar, desempregada(foi vendedora de roupas e trabalhou em escritório), dois filhos(uma de 6 anos que reside com avó paterna e um de três anos que reside com ela e avós maternos), 1º- colegial completo, classe média, branca, Evangélica, simpatizante da Shalom e do espiritismo, pai dela foi ausente e violento com a mãe, pais dela separados e mãe dela casou-se de novo, começou a namorar nova e namorado faleceu em acidente, com 5 meses de namoro noivou e foi morar junto com ex-marido(ela com 14 anos e ele com 29), foram 8 anos de relacionamento, viveu com ele violência(spancamentos, humilhações, destruição pertences, ameaça de morte) com ex-marido, ele trabalha com caminhão de petróleo e tem até a 4ª série e possui dois filhos com ela e um com outra mulher e com Sr.<sup>a</sup> Lavanda (mãe dela chegou durante entrevista e fez comentários revelando apoio à filha com representações diferentes quanto a romper o espiral de violências, mas não participou da entrevista na íntegra, pois combinada somente com a filha), ela teve gravidez precoce aos 14 anos e tumultuada dessa filha e quase a perdeu, duração de 2h, na residência da mãe dela.

<sup>27</sup> Recomenda-se assistir documentário baseado em fatos reais: Amor?, de João Jardim, 2011, Brasil, 1h30.

voltaram e, pensando em morar juntos e alugar um apartamento, foram morar na casa de uma amiga. O genro nunca deu sinal. Está foragido e não foi preso. A entrevistada morou por 10 anos com um homem, que começou a namorar aos 14, 8 anos mais velho, segundo ela “mulherengo”, relacionamento também de idas e vindas, pai da jovem assassinada. Estava separada há 15 anos e a filha morava um tempo com um e depois com outro, de acordo com a conveniência dela. Teve outro relacionamento, com um homem bruto, que dava uns murros nela, e agora está com um homem 10 anos mais velho e mais companheiro. Filhos não moram com ela. Essa história carrega histórico geracional de violências na família de origem da filha assassinada. A Sr.<sup>a</sup> Anémona deseja justiça em relação ao assassinato.<sup>28</sup>

Na apresentação de seu livro “Violência de Gênero – Poder e Impotência”, Saffioti (1985) esclarece com veemência que o inimigo da mulher não é especificamente o homem, mas toda uma organização social de gênero, alimentada, reforçada, disseminada não só por homens, mas também por mulheres. Todavia, a violência doméstica é levada a cabo predominantemente pelo gênero masculino, ou por quem aparece como opressor(a) na relação, conforme revela a amostragem da investigação. E em alguns casos, elas agridem ou revidam agressões.

Por meio da análise dos relatos, é possível observar que as vivências conjugais violentas são marcadas pela tensão rotineira e a violência acontece numa escalada que se inicia com os atritos verbais, passando pelas agressões físicas e/ou sexuais, chegando às ameaças de morte e, não raramente, aos homicídios. A violência implica força, nem sempre física, como capacidade de estabelecer limites e exercer pressões na dinâmica da relação. Desse modo, em algumas relações verifica-se a estabilização da violência em um determinado nível e, em outras, ou na mesma, percebe-se, em momentos diversos, a cronificação. Em alguns casos, a tensão permanece por longo tempo, tornando-se ritualizada pelos co-participes como forma de comunicação, ainda que perversa e estranha.

Segundo a socióloga Saffioti (1985, p. 43), expressando a sensação de impotência, “a violência masculina contra a mulher pode ser pensada como fruto da necessidade do homem de fazer parecer maior o pequeno poder de que goza neste tipo de relação”. Há, então, a “exacerbação das condutas denotadoras de poder”, ou seja, a síndrome do micro poder.

Na vida conjugal da entrevistada, a Sr.<sup>a</sup> Alissum (vivenciou violência, entrevista 2015)<sup>29</sup>, filha única, mãe doméstica por toda a vida. O pai era violento com a mãe e amoroso com ela.

<sup>28</sup> Entrevista realizada, em 01 mar. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Anémona, casada, três filhos, “um de cada pai” (menciona ela). Ela é mãe de jovem assassinada por esposo, em dez. 2014, duração 1h 4 min.

<sup>29</sup> Entrevista realizada, em 23 dez. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Alissum, 52 anos, negra, histórico familiar de origem com violências, Pedagoga com pós-graduação, do movimento negro popular, foi eleita delegada de Conferência para

Mãe disse “que ele queria roubar ela e ela teve medo dele. [...] Mãe se casou novamente e com uma pessoa muito boa para elas”. A Sr.<sup>a</sup> Alissum foi educada pela avó, enquanto a mãe trazia o sustento para a casa, foi um combinado entre mãe e avó. Na primeira quinzena do casamento sentiu o machismo e as agressões psicológicas do marido e humilhações. Apanhou várias vezes e ficou 2 anos sem conversar com a mãe, porque a mãe não aceitava a filha passar por isso e não reagir. A mãe dela dizia não ser aquilo que ela ensinou. Começou a namorar com 18 anos, ficou noiva, perdeu a virgindade e a mãe, sabendo disso, a obrigou a se casar logo. Segundo a entrevistada, “ele, por ser machista, começou a dizer para mim que eu não era virgem e que estava casando com ele para lavar minha honra. Eu não pensava em me casar, queria mesmo me realizar profissionalmente na educação”.

O esposo da Sr.<sup>a</sup> Alissum trabalhava na UFU, na construção civil. Ela se casou e ele ganhou oito dias de folga, mas não ficou em casa, ela ficou só esses dias. Sentiu muita falta da mãe, que sempre fez tudo por ela, estava sozinha. Como queria ser mãe, não tomou anticoncepcional e engravidou com três meses de casada. Durante a gravidez, ele foi companheiro, ela estava mais feliz. Depois que o filho nasceu, começaram os problemas. Mais tarde soube que nos oito dias em que ele chegava mais tarde assim que se casaram, estava ficando com uma das madrinhas do casamento que era amiga da mãe dela. Ele a traía com frequência. Iam mulheres na casa dele procurá-lo e elas achavam que os filhos eram sobrinhos e ele confirmava. Nos eventos dos movimentos populares ele pedia para ela não ficar por perto e a rejeitava: “fui educada para servir o homem”, constata. E, pelo relato, ele fora socializado para ser símbolo de virilidade, o “garanhão” que se enfurece quando se tenta impossibilitá-lo.

Quando a mãe da Sr.<sup>a</sup> Alissum engravidou dela, o pai não queria e ela quis abortar, mas, segundo ela, uma tia prostituta não permitiu. A entrevistada fez tratamento psicológico, por causa da mãe. Quando agredida pelo marido, por uma vez realizou ocorrência na Delegacia de Mulheres. Comenta que ele viajava e ficava meses fora e falava que só a largaria quando ela arrumasse outra pessoa. Ela “arrumou, a mãe a pôs para fora de casa”. Ela foi para a casa de um tio e depois alugou uma casa e o ex-marido ia lá para bater nela. Permaneceu casada por seis anos. A mãe então pediu para ela voltar e morar na casa ao lado da dela. Ele colocou uma moça para auxiliá-la a olhar os meninos e a jovem era namorada dele. Casou-se novamente com uma pessoa seis anos mais nova, que tinha sido casado três vezes e não era agressivo com elas. Mas a Sr.<sup>a</sup> Alissum passou a não ter tolerância e o deixava nervoso e ele a

---

Mulheres, quatro filhos, dois do casamento e dois adotados depois de separada, dois deles na faculdade, viveu violências e foi atendida pela Delegacia de Mulheres, duração 2h 41min., no local de trabalho dela.



agredia, ele era muito namorador, mais que o outro, e ela muito provocadora e ciumenta. Ele era sapateiro, não tinha estudo. Ficaram juntos somente dois anos. Na época foi bem atendida na Delegacia. A filha é casada, engravidou com quatorze anos e tem dois filhos. O filho se casou e se separou e tem um filho. Assumir a culpa pela violência do outro é recorrente nos depoimentos.

Em relações homossexuais, a espiral também ocorre. Assim, o Sr. Delfínio (vivenciou violência, entrevista 2016) experienciou situações de violência em relacionamento afetivo e homofobia fora do país. Mestre em História, professor, gay, integrante do movimento social em prol de LGBTs, considera-se “gordinho”, é branco, viveu violências, porém não atendido em instituição. Conta que ele e o companheiro “terminavam, mas como gostavam muito um do outro, voltavam, até não conseguirem mais e as brigas de bateção de boca eram constantes”. O que atrapalhou a relação com ele também foi a briga com o pai por ele ser homossexual e o pai não aceitar. Como se percebe, semelhantemente, nas relações heterossexuais com presença de violências, o Sr. Delfínio reforçava os pontos fracos do namorado e ele acabava acreditando, e foi se desencantando e brigavam por tudo. Este namorado, que morava em cidade do ABC Paulista com a família, não assumiu ainda sua homossexualidade e se encontravam escondidos em hotel. Terminaram, pois brigavam muito e se xingavam, não conseguiam nem ser amigos sem brigar. O Sr. Delfínio menciona que ainda gosta dele e não entende por que brigavam tanto. E que, se não tivessem terminado, pelas turbulências, não teria conseguido concluir a pós-graduação.<sup>30</sup>

Os relatos evidenciam representações de gênero e de poder orientando condutas. Mostram como cada qual, no seu tempo, lida com a convivência violenta, ritualizada, experimentada com sofrimento, mas também com certos ganhos, conscientes e inconscientes em meio a carência, baixa autoestima, solidão, dependência afetiva ou financeira e valores incorporados.

Ainda sobre a espiral das violências, Melo (2013, p. 236-237) discorre sobre os desafios para rompê-la:

Desfazer o ciclo da violência doméstica, para a mulher, refere-se a um processo que, em grande parte das vezes, representa dor e quebra, uma vez que pode significar a desestruturação de um cotidiano enraizado. Mediante a motivação causada, momentaneamente diante da ação violenta (independentemente de sua forma de expressão) dentro de um **espaço que deveria [...] ser de acolhimento e reprodução de valores que convergem para a proteção e afeto, a mulher vai a busca de uma atenção, quer seja jurídica, de saúde ou assistencial, que lhe ofereça suporte para romper essa lógica. A fragilidade dessa atenção e, muitas vezes, a ausência de uma ação direcionada e continuada, faz com que a mulher, na maioria das vezes,**

<sup>30</sup> Entrevista realizada, em 11 jun. 2016, com o Sr. Delfínio, duração 1h 28min., na Universidade Federal de Uberlândia.

**opte por desfazer a denúncia, e, portanto, retorne à rotina, que, ainda que dolorida, lhe garante uma (contraditória) estrutura de vida.** [...] Nesse sentido, se faz necessário pensar numa atenção que vá ao encontro dessas necessidades, como a produção da própria renda, o resgate da autoestima, o sentido de existência, e abrindo caminhos para a possibilidade de reconstrução de suas vidas. (Grifos meus)

Várias entrevistas, como das senhoras Margarida, Alissum, Orquídea, Rosa, Flor e a do Sr. Crisântemo, explicitam como muitas(os) são reféns dos próprios valores na cultura sexista e patriarcal com construtos da sociedade marcada pelo machismo/sexismo e patriarcado, cuja expressão se refere a determinada “forma de organização familiar e social em que o homem é o patriarca” (LIMA e SOUZA, 2015, org. COLLING e TEDESCHI, p. 515-519).

Focar relacionamentos afetivos, para muitos, significa prevalecerem imaginários romantizados e idealizados por modelos socialmente difundidos ao longo da história. Todavia, “relacionar-se” abarca variadas dinâmicas possíveis e pode assumir diferentes sentidos para as partes envolvidas. Um dos cônjuges pode vir a assumir a posição de submissão, enquanto o outro o de imposição de vontades e de autoridade, o que seria diferente, talvez o avesso de relação atravessada por respeito e afeição (AMARO, 2006).

Ao contrário do que apregoa a música<sup>31</sup>, “um tapinha” dói, sim, e é crime quando não consentido. Campanha “O Valente não é Violento”, da ONU Mulheres, a partir de 2014, culminando com diretrizes para inclusões de gênero na educação, vêm nessa perspectiva de desconstrução com respaldo em marcos legais e políticos.<sup>32</sup>

Mas também cabe a homens, a mulheres, às famílias e ao Estado, por meio de políticas públicas, desconstruir tais concepções. Os estudos de gênero apontam para essas possibilidades libertadoras, sobre identidades de gênero nas relações de poder. Não sem motivo, a Sr.<sup>a</sup> Margarida reclama: “eu tinha todo trabalho e nenhum direito”.

### 1.1 Mecanismos para submeter o outro

Você que **pensa que pode dizer o que quiser**. Respeita aí, eu sou mulher. **Quando a palavra desacata, mata, dói**. Fala toda errada que nada constrói. **Constrangimento, indetrimento de todo discernimento** quando ela diz. Não, mas eu tô vendo, eu tô sabendo. Eu **tô sacando o movimento**. É **covardia** no momento quando ele levanta a mão. [...] Diversão é um conceito diferente, onde todas as partes envolvidas consentem. **O silêncio é um grito de socorro escondido pela alma, pelo corpo pelo o que nunca foi dito**. Ninguém viu, ninguém vê, ninguém quer saber. A dor é sua, a culpa não é sua. Mas ninguém vai te dizer. E o **cinismo obtuso daquele cara confuso** eu vou esclarecer: **abuso**. [...] Violência por todo mundo a todo minuto, por todas

<sup>31</sup> Música **Só um Tapinha**, 2000, Bonde do Tigrão, Mc Naldinho.

<sup>32</sup> Mais sobre o assunto, disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/Programasemdestaque/genero-na-escola/>

nós. Por essa voz que só quer paz por todo luto, nunca é demais. **Desrespeitada, ignorada, assediada, explorada, mutilada, destrutada, reprimida, explorada.** Mas a luz não se apaga. Digo que sinto. Ninguém me cala. [...] Ela vai, ela vem. Meu corpo, minha lei. Tô por aí, mas não tô à toa. [...] Respeita as mina, porra! (Ana Canãs, Respeita, 2008)

A arte tem revelado, didaticamente, a realidade: mudanças e permanências quanto às violências e seus efeitos. Assim, há disputas por representações. O clipe com *rap* acima citado, com participação de cantoras e intelectuais famosas, traz trechos significativos. Os mecanismos utilizados para a submissão do outro são diversos. A Sr.<sup>a</sup> Margarida menciona “[...] Ele não me deixou entrar pra faculdade. Eu passei e ele não deixou. [...] E acrescenta: “[...] eu tentei separar de todas as formas, ele começava com agressão, com perseguição, terrorismo, tudo o que você pensar.”

O relato se afina com a constatação de Flax sobre as relações de gênero, ou seja,

[...] são processos complexos e instáveis [...] constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes [...]. As relações de gênero são divisões e atribuições diferenciadas e [...] assimétricas de traços e capacidades humanas [...]. Homem e mulher são apresentados como categorias excludentes [...]. O conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente variáveis de acordo com épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero [...] têm sido [...] relações de dominação (FLAX, 1991, p. 228).

Faz-se necessário o devido cuidado para não se incidir em visão de mão única que atribui às mulheres a condição de vítimas, pois, nas relações de gênero, o vínculo de dominação e subordinação nem sempre aparece transparente e óbvio, apesar de se poder verificar, até o momento, e de um modo geral, a supremacia masculina. Assim, a Sr.<sup>a</sup> Camélia narra: “[...] eu também avançava nele, ficava falando até ele me ouvir”.

Seria ingênuo acreditar que a utilização da categoria gênero, no estudo, por si só possibilitasse compreensão histórica mais ampla do objeto. É importante, apesar da dificuldade, conjugar gênero a outras dimensões e conjunto das teorias do conflito. Embora privilegiando as ambiguidades e contradições de gênero, acredita-se, como Scott, que

[...] os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações sociais historicamente situadas (SCOTT, 1990, p. 15).

A noção de relações de gênero aponta para construções mutáveis de significação. Isso quer dizer, como ressalta Paoli, que os significados constituintes das diferenças de gênero são atravessados por discursos de outras identidades e cristalizados de repetições, de estereótipos,

todos colocados em ação em contextos específicos (PAOLI, 1991, p. 118). Nas entrevistas, lugares fixos designados para o feminino e masculino são recorrentes.

Ao estudar e ter como objeto as relações de gênero violentas, não há crença de que exista categoria unificada de interpretação, mas pode-se, sim, enfrentar as diferenças simbólicas, contextualizando-as sem reduzi-las a um único termo. Não se atribui imperialismo à categoria, em detrimento de outros conceitos, mas é priorizada nesta análise.

Sem o intuito de partir de sujeitos prontos e acabados, utiliza-se a categoria gênero no trato das relações sociais. Este procedimento constitui mudança epistemológica, pois a dimensão relacional faz com que haja deslocamento da noção de sujeito e de identidade fixa para a de relação, evitando, inclusive, guetificação feminina. A consequência metodológica é a de que deixam de existir homens e mulheres abstratos, essencializados, para se constituírem mulheres e homens contextualizados, uma especificidade do gênero estudado pela História. O que também aparece na investigação, uma vez que cada história tem suas especificidades no que tange a como o casal aciona suas representações que orientam condutas.

Algumas dificuldades aparecem em determinados momentos da análise histórica quando se tenta, devido a toda uma influência historiográfica e de produções feministas, identificar qualquer atitude feminina como sendo de resistência, heroizando as mulheres; e, em outros momentos, percebê-las como frequentemente oprimidas e inevitavelmente dominadas, vitimando-as. Talvez o uso do gênero possa auxiliar a superar essas armadilhas, uma vez que a ênfase recai nas construções sociais e culturais das diferenças sexuais e rompe com ideias naturalizantes. A postura de tentativa de escuta sem prenoções, foi um desafio para poder compreender o que estava em jogo em cada narrativa.

Nesse sentido, como demonstrou a análise dos dados das entrevistas, há jogos de poder relacionais entre os femininos e os masculinos – independente do sexo físico das pessoas –, marcados por hierarquias, conflitos e também por negociações. Não se trata de negar as falas misóginas, mas de tentar mostrar como são fabricadas. Pode-se utilizar, para isso, práticas, símbolos, códigos normativos, representações, valores sociais e identidades subjetivas. O gênero também designa contingentes humanos movidos pelas representações do outro e auto representações dos femininos e dos masculinos.

Como se observa, a tradição pode estar a serviço do sexismo e da misoginia, da banalização, da cultura do ódio, da discriminação e do etnocentrismo narcísico, imbuídos de suposta virilidade que se afina a contextos de violências.

O Sr. Jasmim<sup>33</sup> (autor de violência, entrevista 2016), mecânico, 28 anos, foi casado, atualmente solteiro, completou Ensino Médio, autor de violências com tentativa de homicídio com ex-namorada, ficou preso por um tempo, passou pela Delegacia de Mulheres, pelo Judiciário, que o encaminhou para ser atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia. Réu primário, com histórico de bom comportamento, comente com indignação sobre o tempo que ficou preso por ter esfaqueado a namorada e as condições do local que deveria ressocializar:

Fiquei 34 dias preso e tive que gastar dinheiro lá dentro, porque lá na cadeia tudo era suborno. Lá eu recebia a roupa, uma manta, sabão de coco, pasta de dente e escova, o colchão tinha que ser comprado, comprar a cama, pagar 40 reais a hora do telefone. Cella feita para 8 pessoas, têm 18. Às vezes tinha o bate cela, que de madrugada os agentes invadem as celas para pegar facas. Os presos faziam facas para que se tivesse uma rebelião, eles pudessem se defender dos **presos seguros, que são os estupradores e agressores de mulheres. O estuprador virava mulherzinha na cadeia, ficava no corredor, sem banho e tinha que fazer as necessidades numa garrafa pet.** Na cela, tem televisão e os presos, quando se revoltavam, tremia a prisão batendo nas celas. **Teve um estuprador que não foi aceito lá nem pelos estupradores, que foi o que violentou uma criança de 2 anos e a matou, eles jogavam fezes nele e bateram muito nele. Muitos estupradores ficavam com problemas mentais de tanto apanhar e de virar mulherzinha também. Se matarem alguém na cela ou baterem, ninguém pode denunciar para os agentes, é lei.** Os presos que convivi diziam que queriam trabalhar, capinar, recuperar rodovia, distrair a cabeça. Tem psicóloga, somente para avaliar se a pessoa que está muito tempo presa pode voltar pra sociedade, e é muito difícil ela liberar. **Tem muita maldade na prisão e assim a pessoa não se recupera.** (Grifos meus)

O relato do Sr. Jasmim nos remete à análise crítica de Foucault na Obra “Vigiar e Punir” (1987), nos itens Suplício, Punição, Disciplina e especialmente Prisão, onde analisa histórica e filosoficamente sobre o predominante encarceramento para castigar pessoas, a partir de determinado período. Entretanto atua, contrariamente aos seus proclamados objetivos, como produtor da delinquência e, acrescento, como o jeito mais caro e ineficiente de não ressocializar alguém com recursos públicos. No entanto, prevalece no contexto capitalista. A entrevista com o Sr. Jasmim também revela representações de gênero, ou seja, o estuprador “vira mulherzinha”, como o mais degradado dos seres. E menos pelo crime cometido que pelo potencial de tê-lo praticado com alguma das supostas “propriedades” de outros presos não estupradores: esposas, filhas, mães, como demonstra pesquisa de Machado (1998) com estupradores em sistema prisional.

As entrevistas com pessoas que se consideram vítimas ou mesmo autoras de violências contemplam narrativas que dizem desses lugares rígidos que aprisionam e de seus deslocamentos.

<sup>33</sup> Entrevista realizada, em 8 julho de 2016, duração entrevista de 1h 24 min., na residência dele.

Desse modo, na presença do autor de violência, a Sr.<sup>a</sup> Calla (vivenciou violência, entrevista e prontuário 2014)<sup>34</sup>, 25 anos, negra, do lar, bordadeira, “amasiada” há seis anos, cala-se e fica ausente. Foi o que observei na entrevista de oito minutos com ela, em sua casa, com a permanência do esposo no quarto ao lado da sala. A anulação é nítida e compreensível.

De um outro jeito, os valores do esposo da Sr.<sup>a</sup> Bromélia (vivenciou violência, entrevista 2015)<sup>35</sup> contribuíram para a separação do casal. Por não admitir que a filha dela fosse gay e tampouco levasse namorada para a residência, quis que a enteada saísse de casa, o que levou a mãe a sair também. O Sr. Crisântemo (vivenciou violência, entrevista 2016)<sup>36</sup>, nordestino, cursou até 4ª série, é vendedor de tapioca, de ervas, de produtos naturais, de livros, produz poesias. Ele se apresenta como refém dos próprios valores e demonstrou, em prantos, durante a entrevista, que, além de perder a esposa (e se considera vítima dela), tem preconceito e discrimina a filha que, de acordo com ele, “veste como homem e [...] a viu de mão dada com outra mulher”.

O Sr. Delfínio também menciona ter sofrido quando morou no Paraguai e foi dar uma palestra em uma faculdade sobre feminismo. Uma pessoa fez uma pergunta sobre a questão LGBT e ele falou um pouco sobre isso e depois retomou o assunto principal, pois sabia que “lá não era lugar para se falar disto, pelo conservadorismo”. A vice-diretora, que estava na palestra, pegou o microfone e disse “que ‘homossexualismo’ é uma doença, que tem que ser tratada por Psiquiatra, desde criança e quando menino brinca de boneca, antes de ser tarde demais”. Diante o ocorrido, ele resolveu retrucar que

problema hormonal é quando a pessoa não tem pelo no rosto, no corpo, poderia ser relativo a isto este símbolo de masculinidade para você, a falta deles é de acordo com o que é determinado em sociedade, barba, pelo no corpo, a falta disso é sinal de homossexualidade? Você errou, porque eu tenho muito pelo no corpo, eu sou barbudo, então mostra que não tem nada a ver; e eu sou Gay.

Acrescentou ainda, o Sr. Delfínio, no debate:

não tem nada que curar, não tem nada que consertar se menino brinca de boneca. Nem todos os homossexuais brincam de boneca, porque eu gostava de jogar bola, eu olhava pra boneca, tinha vontade de brincar, mais não brincava porque a sociedade repreendia, tanto que sempre gostei de todas as formas de jogar bola, de brincar na rua, de jogos de rua, não só de bola.

<sup>34</sup> Entrevista realizada, em 17 out. 2014, com Sr.<sup>a</sup> Calla, vivenciou violências e foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 8min. OBS: Esposo estava em cômodo ao lado durante a entrevista e por isso fui estrategicamente breve. Tive acesso ao prontuário do atendimento dela no SOS em 2014.

<sup>35</sup> Entrevista realizada, em 13 mai. e 17 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Bromélia, com 2h10. OBS.: Tive acesso ao prontuário do atendimento dela no SOS.

<sup>36</sup> Entrevista realizada, em 13 mai. 2016, com Sr. Crisântemo, atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 2h.

A narrativa do Sr. Delfínio denuncia representações de femininos e masculinos ressignificadas com ênfase em determinismos biológicos e estereótipos.

Diante o fato, os(as) alunos(as) o defenderam e se indispueram com a vice-diretora, que teve que sair da sala. Recebeu mensagens “dando força”, pois “a cidade inteira soube do ocorrido”. Teve uma professora que foi contra e disse “que ele ia se queimar por ser gay, que lá não era assim, que era errado, que eu não tinha que dar visibilidade a isto”. Depois disto ele foi boicotado para outros encontros, mas tinha amigos que o representavam muito bem. Constata ser o machismo no Paraguai tão significativo que as mulheres não usavam camisinha, com medo de o parceiro achar ruim, e a proliferação de doenças é grande.

O Sr. Delfínio também aborda o período da infância, quando, aos quatro anos, ia para casa das primas, disfarçava e brincava com elas de boneca. Na escola, o colocavam para brincar com caminhão, mas ele queria brincar com as bonecas e seus acessórios e as panelinhas. Somente tomou consciência de sua condição com dezessete para dezoito anos, achando que era bissexual aos dezenove e, aos vinte, homossexual. Relacionou-se com homem primeiro, aos dezoito, depois com mulheres, por curiosidade, pois tinha certeza que gostava de homens.

Em entrevista, o Sr. Delfínio revela que quando criança, aos dez anos, tinha uma turma de seis meninos que “ia ver revista pornô e filme pornô, se masturbavam, e um ao outro e às vezes se encostavam e colocavam a boca bem rápido. Depois, mais adolescente, se sentiu culpado, querendo apagar isto”. Desde os onze anos “achava homem interessante, olhava as pernas cabeludas e gostava, mas não tinha ideia do que era”. Creio que o corpo sabia antes mesmo dele. Segundo o Sr. Delfínio, “só entendia que não podia contar para ninguém, achava bom ver homem pelado, no vestiário”, onde todos tomavam banho juntos. Tinha uma professora no Paraguai que dizia que o homossexual era assim, ou porque a mãe apanhava em casa do pai, ou porque foi abusado quando criança. Esta regra está furada, diz ele.

Essas exclusões também ocorriam com o pai do Sr. Delfínio, que pedia para ele engrossar a voz. Quando criança, ele era afeminado, não exagerado, comenta, “mas dava para perceber”. Ele contou ao pai e à mãe justamente quando um namorado esteve na casa deles. O pai trabalha com Antropologia, mas não aceita a homossexualidade nem levar namorados em casa. Hoje conversam, mas sem mencionar nada da vida gay dele, afirma.

A Sr.<sup>a</sup> Alissum, sendo membro do movimento popular negro, constata que predominavam homens e o machismo. E que “foi educada para servir ao homem”. Por outro lado, a Sr.<sup>a</sup> Margarida diz que foi ficando sem dinheiro, pois “ele não deixava ela trabalhar” e que foi “criada para não separar e aguentar humilhações”. Novamente, são evidenciadas representações de gênero e de casamento: mulher do lar, do âmbito privado, casamento

eterno, entre outros. Porém, comparativamente, o fato de a Sr.<sup>a</sup> Alissum ser mulher, negra e pobre dificultou ainda mais a saída da relação de violência.

As construções de gênero permeiam o relato e o imaginário do Sr. Jasmim, que está sendo processado por Tentativa de Homicídio contra a namorada, ao afirmar que “o que pesa às vezes pela violência é a vergonha de ser traído. Homem pode trair e não ser traído, de acordo com a maioria dos homens”. Essa representação de homem atravessa a história do Sr. Jasmim, orientando condutas.

Roger Chartier compreende as práticas que constroem o mundo como representações. De acordo com seu olhar, "as percepções do social produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar um projeto reformador ou a justificar para o próprio indivíduo as suas escolhas e condutas" (CHARTIER, 1990, p. 17). Por isso, este estudo sobre representações supõe um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação, como se observa nas narrativas.

Tecer estudos sobre as relações de gênero implica desconstruir parâmetros anteriores e, ao mesmo tempo, contextualizar essas relações, visando desmistificar o próprio conceito (SCOTT, 1990). Alguns trabalhos, nessa linha, têm questionado a historiografia tradicional e assim feito com que as Ciências Humanas sejam vistas criticamente no que diz respeito aos seus arcabouços teóricos, revendo paradigmas antes pouco questionados. Buscando historicizar a categoria, pode-se dizer que, a partir da rejeição às determinações biológicas implícitas para alguns(mas) no termo sexo, boa parte de feministas e/ou de intelectuais, no fim de século XX, começaram a utilizar o termo gênero (SCOTT, 1990 e 1994; TILLY, 1994; VARIKAS, 1994; COSTA, 1994; BUTLER (2010).

Tratar de gênero, portanto, implica noção relacional, pois designa as relações entre os sexos, sendo uma maneira de indicar construções sociais, culturais, simbólicas acerca das funções de mulheres e de homens, assim como de suas subjetividades. E nessa linha, com “A invisibilidade da experiência”, Joan Scott questiona a universalização e naturalização da categoria/noção experiência. Trata da questão da visibilidade e representação também sob outros prismas. Questiona a relação da representação com seu referente, se é que há uma relação. Representação do quê? Um real exterior e que está fora? Desconstrói - como Chartier e White (2006) radicalizam, dualismos e dicotomias. Não há real que não seja representado. Não há distinção entre realidade e representação. Recusa a separação entre “experiência” e linguagem e insiste na qualidade produtiva do discurso, onde sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre sistemas discursivos, o que se verifica, neste estudo, entre os casais e também entre profissionais e destes com as pessoas atendidas. A autora nos auxilia a pensar o objeto quando problematiza a relação entre texto e contexto. Critica o



fetichismo da noção experiência, desde as décadas de 1970 e 1980, quando sujeitos foram sendo essencializados, inclusive a mulher. E tenta compreender as operações dos processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais as identidades são afirmadas, resistidas ou acatadas, e cujos processos não são marcantes e atingem seus efeitos porque não são notados. Ela trata do simbólico, da institucionalização, do normativo, da internalização e subjetivação (SCOTT, 1998).

Determinadas ações sociais só têm sentido se integradas numa análise de construção e consolidação do poder. Assim, este tema é melhor compreendido na relação de reciprocidade entre gênero e poder, sendo o gênero uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p. 17 e 18). Nos dados das entrevistas, os mecanismos utilizados para submeter o outro por meio de violências físicas, sexuais, psicológicas-morais-emocionais ou patrimoniais são recorrentes nas relações de poder que se hierarquizam em contextos patriarcais.

Em que pese o poder, Deleuze, com base em Foucault, questiona:

O que é poder? A definição de Foucault parece bem simples: o poder é uma relação de forças, ou melhor, toda relação de forças é uma relação de poder. Compreendemos primeiramente que o poder não é uma forma, por exemplo, a forma-Estado; e que a relação de poder não se estabelece entre duas formas, como o saber. Em segundo lugar, a força não está nunca no singular, ela tem como característica essencial estar em relação com outras forças, de forma que toda força já é relação, isto é, poder: a força não tem objeto nem sujeito a não ser a força. [...] dirá Foucault que o poder remete a uma 'microfísica'. Com a condição de não entendermos o 'micro' como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis (DELEUZE, 1988, p. 78 e 100).

Articulada às relações de gênero, atravessadas pelo poder desigualmente repartido, vislumbra-se a violência. Não há unanimidade quanto à sua concepção e origem, mas eis algumas das conceituações elaboradas.

Uma série de autores(as) intelectuais e/ou feministas têm se apoiado no conceito filosófico de violência articulado por Chauí, com base na ideia de liberdade, como autodeterminação/autonomia e servidão/dependência/heteronomia em Spinoza (1632-1677)<sup>37</sup>:

[...] realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais quanto [...] interpessoais [...]. Preferimos considerá-la [...] como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais [...] e como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há

<sup>37</sup> Sobre Spinoza, ou Espinoza, consultar: <http://www.consciencia.org/spinoza.shtml>

violência [...]. Assim a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronomia que não se percebe como tal. [...] resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e ação contrária que a dominam. Sob esse aspecto, [...] não é possível um poder violento, desde que entendamos o poder como exercício e reconhecimento efetivo de direitos e da prática política. O poder não exclui a luta. A violência, sim. (CHAUI, 1985, p. 35).

Em setores dos movimentos feministas, nitidamente presentes nas redes sociais digitais, verificam-se disputas discursivas, algumas com tentativas de se perceber a violência como a manifestação mais extremada, ou seja, conspiração consciente da opressão e relação hierárquica a que as mulheres estão sujeitas, passivamente, nas relações de gênero. Essa perspectiva faz com que, a princípio, a imagem das relações entre os sexos seja negativa, havendo em certos casos tendência à aversão aos homens, que teriam poder unilateral.

Nesse sentido, em análise crítica, Gregori observa que alas feministas ressaltam as situações em que as mulheres são vítimas diretas e desprezam outras relações violentas entre mulheres-mulheres, mulheres-crianças e destas contra seus parceiros, ou consideram estas violências simplificadoramente como atos de resistência, de reação ou de reprodução de padrões de comportamento externos. No entanto, a autora destaca o fato de que realmente o corpo e o psiquismo das mulheres sofrem maiores danos. Na mulher, o medo se instala, principalmente nas relações íntimas e conjugais. Entretanto, paradoxalmente, ela vai se aprisionando quando cria sua própria vitimação (GREGORI, 1993, p. 123 e 184). Esse menosprezo sobre outros tipos de relações violentas se sustenta nos relatos, principalmente, do Sr. Lírio (vivenciou violência, entrevista 2014, 2017)<sup>38</sup> que se considera vítima da esposa e também as crianças do casal e enteado, onde permeia alienação parental<sup>39</sup> e jocosidade com o caso, por parte de

---

<sup>38</sup>Entrevista realizada, em 5 nov. 2014, com Sr. Lírio, 36 anos e três filhos (dois com a autora de violência, um menino e uma menina) e um enteado, classe média, advogado, doutorando, foi do movimento da juventude e estudantil, militante de partido político que considera progressista e de esquerda, viveu violências e foi atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, PM, Judiciário, Conselho Tutelar, duração 1h 50 min., compartilhamento virtual comigo sobre andamento do caso, em 19 abr. 2017, duração 20 min. OBS: possuo prontuário atendimento SOS em 2002, depoimentos dos filhos e do enteado dele na Delegacia da Criança e Adolescente e também da funcionária doméstica da autora filhos, B.Os, REDs, mensagens celular entre eles.

<sup>39</sup> Alienação parental é o processo e o resultado da manipulação psicológica de uma criança em que a leve a mostrar medo, desrespeito ou hostilidade injustificados em relação ao pai ou mãe e/ou a outros membros da família. Trata-se de uma forma distinta e generalizada de abuso psicológico e violência familiar – tanto para a criança quanto para os familiares rejeitados – que ocorre quase exclusivamente em associação com a separação ou o divórcio (especialmente quando há ações legais) e que prejudica ambos os princípios fundamentais tanto da Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Mais comumente, a causa principal é um dos pais desejar excluir o outro da vida de seu filho, mas outros membros da família ou amigos, bem como profissionais envolvidos com a família (incluindo psicólogos, advogados e juízes) podem contribuir no processo. Muitas vezes leva ao distanciamento a longo prazo, ou mesmo permanente, de uma criança de um dos pais e outros membros da família e, como uma experiência particularmente adversa na infância, resulta em riscos aumentados de doenças mentais e físicas para as crianças. Os tribunais superiores mundiais reconhecem a alienação parental como uma forma de abuso infantil com efeitos

representantes de políticas públicas, e na história da relação mãe e filha, respectivamente com as senhoras Orquídea e Glicínia.

Ainda sobre a ótica dos feminismos brasileiros, a autora demonstra como são construídos argumentos acerca das violências na vida conjugal, chamando a atenção para o fato de que as mulheres aparecem, muitas vezes, como boas por natureza, virtuosas, não sendo sujeitos constituintes de sua situação.

A antropóloga Gregori comenta ainda sobre as produções feministas que, marcadas pelo caráter militante, adotam conceito de violência pelo qual atribuem a uma condição geral de subordinação a explicação para situações de violências às mulheres. E passam assim a reclamar punibilidade sem exame mais atento dessas relações (GREGORI, 1993, p. 123-4). Critica, portanto, os trabalhos que caminham nesse sentido, como o de Teles (1985), quando, na descrição dos casos, aponta para a existência de um agente coercitivo e outro vitimado, que por vezes resiste. Esse tipo de abordagem considera os homens únicos responsáveis nos atos de violência.

Outra tendência dos escritos feministas criticados por Gregori consiste em descreverem relações de violências como modelos estereotipados e tipificados, em que menos importam as diferenças, a pluralidade que os perigos de comportamentos e ações que se supõem gerais. Para a autora, essas análises perdem ambiguidades e tensões presentes nas relações de gênero, pois situam-se nas dualidades agressor/vítima (GREGORI, 1993, p. 128-30).

Apesar de Chauí construir arcabouço teórico com reflexões mais elaboradas frente aos escritos feministas, observa-se, conforme destaca Gregori, que ela também parece cair em armadilhas. Por mais que a filósofa não queira estabelecer a oposição algoz ativo contra vítima passiva, seu conceito de violência não revela indícios de como a mulher pode se libertar. Assim,

[...] a dualidade autonomia/heteronomia, assim como a distinção entre poder, violência e força é elaborada de forma em que não há chance de se vislumbrar uma transformação. [...] São ideais frouxas [...] que podem ou não servir como [...] estímulo a libertação (GREGORI, 1993, p. 133).

Outro aspecto levantado por Gregori a respeito da visão de Chauí sobre violência está em sua abrangência, não permitindo distinguir violência de opressão ou dominação. Destaca a antropóloga que há casais que não se caracterizam por relações declaradamente violentas e, no entanto, desrespeitam a autonomia um do outro. Gregori acredita, então, ser preciso

sofisticar a compreensão das violências, encarando-as também como formas de comunicação, ainda que perversas, entre parceiros. E é isto que a autora se propõe a fazer quando analisa as entrevistas com pessoas que vivenciam violências, procurando entender como as mulheres veem a si e aos parceiros na relação, para então refletir como essas relações se constroem e se mantêm (GREGORI, 1993, p. 133-5). Avalio, dialogando com Gregori, que o desrespeito à autonomia do outro pode configurar-se em violência psicológica.

A socióloga e militante feminista Saffioti teceu críticas, inclusive a Teles (1985), em uma de suas obras, sobre os trabalhos que primam pela separação entre violência estrutural e outras – conjunturais, resultantes de relações interpessoais – como se estas últimas independentessem da estrutura social (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 29).

Reportando-se a Chauí (1985), de forma crítica e irônica, a socióloga enfatiza que

Consciente ou inconscientemente, a vítima formula e executa estratégias para conviver com a violência. Participa, pois, desta. A posição vitimista, na qual a vítima figura como passiva, e inteiramente heterônoma, além de não dar conta da realidade histórica, revela um pensamento extraordinariamente autoritário. Obviamente, se a vítima teve sua vontade anulada pela vontade de seu agressor, cabe a algum iluminado propor soluções capazes de tirá-la da situação de violência vivenciada (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 35).

No estabelecimento de parâmetros para a análise das agressões físicas e/ou psicológicas, também, Saffioti e Almeida (1995) adotam a óptica dos Direitos Humanos, uma vez que a violência de gênero viola esses direitos.

No que diz respeito às relações de gênero, especialmente as conjugais, esta pesquisa verificou, na tentativa de compreensão dos históricos e episódios de violências, e compartilha com a socióloga a compreensão de que:

[...] a violência apresenta as seguintes características: 1) visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de 'lugares sociais sexuais' que subalternizam o gênero feminino; 2) amplia-se e reatualiza-se na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado; 3) é mesclada com outras paixões com caráter positivo, como jogos de sedução, afeto, desejo, esperança, que em última instância não visam abolir a violência, mas a alimentá-la, como forma de mediatização de relações de exploração-dominância; 4) denuncia a fragilizada autoestima de ambos os cônjuges, que tendem a se negar reciprocamente o direito à autonomia nas mínimas ações (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 159).

A concepção de poder de Chauí parece contribuir para análises de práticas que deseducam e a de Foucault certamente aponta para o poder, as políticas e seus efeitos, inclusive na publicidade, eventos, descaso do Estado, enquanto estratégias que educam para a desigualdade de gênero.

Os “joguinhos” aparecem na relação do casal, em entrevista com ambos, quando, por exemplo, a Sra. Rosa (vivenciou violência, entrevista 2016) conta que “[...] eu lembro de uma vez, tadinho, eu até fiz uma brincadeira, lembra?” E o Sr. Rosmaninho (entrevista 2016) sentindo-se vítima das inseguranças, ciúmes dela, responde: “[...] ela falou que ia separar de mim.” E ela: “[...] na verdade, eu queria ver a reação dele, foi uma conversa minha com amigas, pra descobrir se ele gostava de mim”.

Problematizando-se sobre a recorrente interrogação de por que ela não vai embora ou afirmativas que atribuem a elas a culpa pela violência sofrida, conclui-se que quem cala não consente e que há limite tênue entre a segurança e insegurança, acrescido de fatores inibidores da busca de ajuda diante situações vivenciadas e o ônus da revitimização e a *via-crucis* pela qual passam os sujeitos, conforme resultados da análise dos dados das entrevistas com pessoas que vivenciam relações conjugais violentas.

A pesquisa constata que, por vezes, há o hábito por parte de envolvidos(as) em violências de gênero, sejam os(as) que delas participam diretamente ou profissionais que atendem casos, em desviar para as coisas a atenção que deveria se direcionar para as causas. E o estudo nos leva a crer na sintonia entre conflitos conjugais que propiciam práticas violentas e os valores, as crenças, as visões de mundo, portanto, com os construtos culturais de envolvidos nelas.

Outros aspectos se sobressaem como “tecnologias de gênero” (LAURETIS, 1994), contribuem para o imaginário social das violências de gênero, como em discursos-enunciados de anúncios publicitários e eventos que banalizam abusos. E neste item do capítulo mencionaremos alguns em nível local.

Estudos como os de Conde e Machado (2010)<sup>40</sup> tratam das raízes culturais e sociais do problema, que surgem obscurecidas, desresponsabilizando a sociedade da obrigação de agir

---

<sup>40</sup> Sobre esse tema, interessante a produção de CONDE, Ana R. e MACHADO, Carla. Violência conjugal: representações e significados no discurso mediático. In: **Psicologia**, vol. 24 no. 1, Lisboa, 2010, cujos resultados apontam “que os *media* constituem, na actualidade, um dos recursos mais usados no modo como as pessoas compreendem o “mundo” e, simultaneamente, reflectem os discursos sociais dominantes (normas e valores culturais), devendo, por isso, constituir um objecto de análise central numa abordagem cultural à violência conjugal”. Por meio desse trabalho empírico, verificou-se a escassa representação e questionamentos deste tema por parte do discurso midiático, “o que traduz o legado tradicional da “privacidade” do problema e de uma cultura tolerante face à violência contra a mulher”. E ainda “[...] predomina uma representação patologizante e situacional da agressão masculina e a sua associação à dimensão passional – acabando ambas por, de algum modo, legitimar ou desresponsabilizar o agressor – e, por outro, a exploração de novos ângulos do problema – que acaba por obscurecer violência mais típica, isto é, perpetrada no masculino e sofrida no feminino”. As autoras questionam “em que medida estas representações podem constranger/influenciar a vivência da violência conjugal”. E a convicção delas é “que os discursos dos *media*, contribuindo para a construção do feminino e do masculino e das relações de gênero (apud Dias, 2007), podem também influenciar/constranger a vivência da violência conjugal”. Por outro lado, “a constatada associação da violência ao amor e à paixão pode reforçar a tolerância da violência por parte da vítima e legitimar o seu uso pelo agressor. [...] A associação da felicidade/realização feminina ao contexto da conjugalidade, conjuntamente com a responsabilização exclusiva da mulher pelo êxito das relações pode, neste contexto, influenciar a vítima a manter-se na relação abusiva,

em prol da mudança. Não se pode deixar de reconhecer que há diversidade e multiplicidade nos significados veiculados pela mídia sobre a violência conjugal, tampouco deixar de reconhecer que há mudanças no discurso sobre as violências. Por outro lado, mesmo considerando o relativo silêncio, pobreza discursiva sobre o tema, as pessoas não são receptoras passivas, mas construtoras de significados que a mídia não determina inteiramente. Assim, torna-se plausível que a mera referência ao tema seja socialmente transformadora, indicando a possibilidade de ele ser objeto de discurso público e suscitando outros enquadramentos de significado para além dos que a mídia fornece. Na medida, contudo, em que os canais de informação proporcionam importantes recursos para a construção da realidade e funcionam como a definição do que será noticiado acerca de percepções do mundo, considera-se que têm responsabilidade, embora na realidade longe de ser inteiramente assumida, de constituir-se como força que promova mudanças sociais desejáveis em direção aos direitos humanos e à minimização de violências de gênero.

Verifica-se que os veículos de comunicação e produção de massa, especialmente os anúncios publicitários, fomentam dicotomias e objetificações sexuais, mulheres como vinculadas aos serviços domésticos e cuidados com os filhos por meio de naturalizações, caricaturas, erotização sexista, lugares estereotipados e essencializados sobre o masculino, o feminino e suas funções sociais, além de incitarem, na sua socialização, a promoção e banalização dos processos de violências com mulheres, criando e reproduzindo representações, estando o Brasil no ranking de países com maior incidência em violência às mulheres e feminicídios.

Na circularidade cultural, diante os anúncios, há também mobilizações de resistência por parte de organizações femininas, da comunidade onde são exibidos e questionamentos sobre os conteúdos por eles traduzidos e insinuados.

Sobre o que fazer diante anúncios publicitários expostos a seguir, os comentários foram: boicote à marca e produto; problematizar políticas públicas capazes de regulamentar propagandas, por serem veículos perigosos de ideologias que se contrapõem aos princípios de direitos humanos, que devem ser garantidos em uma democracia; exigir dos órgãos que regulamentam anúncios a fiscalização e retirada destes e isso não significa retrocesso à

---

sujeitando-se aos maus-tratos não só para sustentar a relação mas também pela responsabilidade social que recai sobre si quando uma ligação fracassa”. Concluem “que os *media* – pelo menos no perfil de publicações por nós analisado – não parecem contribuir para uma maior consciencialização social face ao problema da violência conjugal. Assim, apesar da maior visibilidade actual do fenómeno, não nos parece que o discurso mediático comunique a mensagem que o problema dos maus-tratos à mulher é uma questão pública e social. Na verdade, parte do discurso remete a responsabilidade de acabar com a violência para a mulher vítima”.

censura, mas preservar o direito à cidadania; reflexão interdisciplinar sobre as construções de gênero que estão sendo veiculadas.

Percebe-se que há consumidoras(res) menos tolerantes com perspectivas sexistas e convém levar em conta que as mulheres são responsáveis por maior parte das decisões de compra ou grandes influenciadoras para aquisições, como o maior mercado emergente, conforme alguns levantamentos no período dessa pesquisa<sup>41</sup>. Por outro lado, há escassez de mulheres no comando das agências, o que favorece reproduzirem cultura corporativa masculina. E a igualdade de gênero tem sido pauta de debates<sup>42</sup>, no setor, para reinvenções nessa seara, como estratégia de negócio, rompendo estereótipos e devido danos à imagem. Há um desafio de serem criativos sem recorrer ao desprezo dos femininos, inclusive para marcas não perderem clientes, com caminhos que deseducam.

Quando as mulheres são coisificadas na publicidade, cria-se condição para, se o suposto objeto de posse não funcionar como previsto, quebrá-lo, leia-se, cometer violências.

Não sem reforço midiático das representações sociais de gênero, a pesquisa do IPEA (amostragem de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e o restante de homens e, do total, 19,1% de idosos(as)), revela quanto as construções de gênero podem fomentar cenários propícios à violência conjugal quando

Diante da afirmação “Mulheres que Usam Roupas que Mostram o Corpo Merecem ser Atacadas”, 26% concordam totalmente ou parcialmente; 3,4% são neutros e 70% discordam parcialmente ou totalmente. E da afirmativa “Mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”, 65,1% concordam totalmente ou parcialmente, 1,9% é neutro e 32,4% discordam parcialmente ou totalmente.<sup>43</sup>

Observando-se as imagens sobre eventos e anúncios a seguir, verifica-se que possibilitam reflexão sobre quais são as representações de gênero, poder e violência dos produtores dos anúncios e das empresas, bem como os anúncios nos impactam a cada um de nós que estudamos gênero e a quem não tem acesso a essas reflexões.

Algumas pessoas entrevistadas, como a delegada de mulheres, profissionais da SOS Mulher e Família de Uberlândia, mencionaram determinados anúncios e eventos em suas

<sup>41</sup> Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/maior-mercados-emergentes/> e também em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAyEQAJ/mulheres-mercado-emergente>

<sup>42</sup> Revista **Cláudia**, outubro 2015, p. 157-59

<sup>43</sup> Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, item: Tolerância Social à Violência contra Mulheres, realizada em maio/junho 2013, divulgada em março de 2014 e revisada e corrigida devido a erro de troca de gráficos em abril 2014. A amostragem foi de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e restante de homens e, na amostragem, 19,1% são idosos(as).

narrativas e diante a sociabilidade desses como expressão na cidade de Uberlândia, como, por exemplo, da festa no Curso de Medicina da UFU, em 2013, com cartaz a seguir.

Figura 3 Cartaz de divulgação de evento Curso Medicina UFU, Uberlândia, 2013



Fonte: redes sociais digitais, em 2013.

Diante do anúncio de referida festa, cuja apologia à violência de gênero e coisificação do feminino verifica-se no antes e no depois da imagem da moça estampada e pelo sugestivo nome dado à festa com sua intenção subjacente, ou seja, DopasMina, houve denúncia na SOS Mulher e Família para verificar o que poderia ser feito para evitar, segundo a compreensão de denunciante anônima, consequências no que tange à violência às mulheres, incluindo-se abusos sexuais. No contexto, mas sem competência para tal, profissional da SOS tentou entrar em contato com Delegacia de Mulheres e também com o Ministério Público, nos quais, ao final da tarde, não encontrou quem pudesse ser acionado para a tomada de providências. A festa ocorreu com significativa adesão e, nos dias posteriores, em diálogo entre mim e a então Delegada do momento, ela ressaltou a presença de vítimas na Delegacia, alegando estupro ocorrido no evento. Outras imagens foram socializadas pela mídia social digital, como a seguinte, sobre algumas das consequências para as mulheres.

Figura 4 Garotas expondo braços quebrados, consequência da festa DopasMina, Uberlândia, 2013.



Fonte: redes sociais digitais, 2013.



Entorpecer, abusar parece ser sintomático em algumas práticas sociais e se traduzem em concepções sobre “lugares” socialmente construídos para femininos-masculinos, masculinos-femininos. Não são raras as festas onde o ritual estabelecido é o de que até determinado horário as mulheres entram sem pagar e têm acesso a bebidas alcóolicas, para só mais tarde os homens chegarem. Parece tênue o limite entre sexo consentido e não consentido<sup>44</sup>, especialmente quando se trata de pessoas conhecidas, especialmente em relações conjugais.

Figura 5 Anúncio de Evento Zé Picanha Restaurante & Chopperia, Uberlândia, 2017



Fonte: frase: “Mulheres de minissaia ou vestido acima do joelho não pagam até 23h e bebem a noite toda”. Anúncio postado no site, em maio 2017, disponível em <https://kekanto.com.br/biz/ze-picanha-restaurant-chopperia>. Depois na mídia: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/anuncio-de-casa-de-show-gera-discussao-em-mg-mulheres-de-mini-saia-ou-vestido-acima-do-joelho-nao-pagam.ghtml?utm>

O anúncio ficou disponível por pouco tempo, uns 10 minutos, pois que a polêmica e comentários de indignação sobre o viés sexista, que coisifica o feminino para usá-lo como isca para atrair o masculino, e a mensagem subliminar sobre a naturalização de possíveis abusos sexuais, em contexto de índices significativos de estupros como mencionado nesta

<sup>44</sup> Para a compreensão didática sobre sexo consentido e não consentido recomenda-se a animação, cuja metáfora é o oferecimento de chá, e se pessoa aceita, não aceita, inicialmente aceita e depois não deseja mais, e que ninguém deve enfiar chá goela abaixo de quem não deseja, ou esteja inconsciente, dormindo ou com seus sentidos comprometidos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jzfKMMDkAbw>

tese, fez com que retirassem o *post* da página com a justificativa de “erro de publicidade”. O que não convenceu, vez que erro de publicação é diferente de retirar a frase inteira que causou indignação.

O importante não é tanto a quantificação dessas violências, mas o fato de elas constituírem temas tratados pelos veículos de comunicação e produção de massas e em eventos no espaço público. Isso possibilita, conforme Chartier (1990), analisar tais representações como realidade de múltiplos sentidos.

Os anúncios publicitários e eventos acima e a seguir podem contribuir para esse conjunto de clichês imagéticos e enunciativos que vão sendo repetidos *ad nauseam* na produção e tornando-se lugares-comuns proliferados como efeitos, nas relações de poder e subjetivação dos sujeitos. Pode-se atacar, denunciar e duvidar desses lugares e trazer outras possibilidades de acontecimentos representados que se afinem à subversão a outras construções históricas e distintas figuras de sujeitos. Portanto, à problematização do que parece naturalizado.

Segundo Willians (2011), os meios de comunicação são social e materialmente produzidos e reproduzidos e relacionados às fases históricas gerais da capacidade produtiva e técnica. São problemas, uma vez que a linguagem é prática social e se constitui nas relações sociais e a imprensa compõe esse cenário, interiorizando ou não algumas dessas, mas no interior do desenvolvimento histórico. Há uma crítica às especializações, pois o social interessa desvendar, mas se esbarra, por vezes, em representações culturais dominantes.

Assim, a crítica do referido autor se estende aos três bloqueios ideológicos que atendem aos “burgueses modernos” ao colocarem as pessoas como indivíduos abstratos, o que aparece nos anúncios e evento acima discutidos. Os bloqueios são, sinteticamente, ver os meios de comunicação apenas como mídia: dispositivos para passar “informações” e “mensagens”; distinguir entre meios de comunicação “naturais” (do dia a dia, face a face) e os “tecnológicos” (aparelhos mecânicos e eletrônicos e que propiciam a “comunicação de massa”) e separar, *a priori*, meios de comunicação e de produção, como se fossem formas universais, com públicos específicos e diferenciados vistos como um “mercado massificado” de opinião e de consumo. Escondem-se, assim, variações entre diferentes tipos de meios.

Verifica-se, nos meios de comunicação – anúncios, divulgação de eventos – que apenas algumas vozes são amplificadas e de distintas formas. Por vezes as relações reais de homens e de mulheres estão ocultadas atrás de uma modalidade reificada, uma mídia moderna. Por vezes recorrem a ideias de alienação universal (nesta pesquisa, algumas delas são representadas como: “ignorantes”, “provocadoras” e que “gostam de apanhar”) que faz parte do ser e parece ser intransponível, dentro de uma noção pessimista. O autor acredita que

é preciso uma realização mais avançada e complexa das relações produtivas entre comunicação e comunidade, com o fomento necessário para capacidades e relações de comunicação novas e complexas. (WILLIANS, 2011).

Por outro lado, pelo menos no mês de março, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, as figuras a seguir indicam que alguns ramos, na cidade, parecem problematizar a desconstrução de determinadas representações nas relações de gênero, nas quais, por vezes, as diferenças são traduzidas em desigualdades, os femininos banalizados e objetificados, em anúncios publicitários, ao não associar, necessariamente, as mulheres a funções fixas ou restritas a determinadas tarefas e ambientes. Certamente as ações educativas, preventivas, pautas dos movimentos sociais, debates nas redes sociais digitais têm contribuído para isso e para que se perceba que lugar de mulher pode ser onde ela quiser estar. Sabe-se que a publicidade influencia quanto aos valores, divulgação de representações, e, portanto, iniciativas assim podem favorecer a alteridade e tolerância.

Figura 6 *Outdoor* de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional Mulher, Uberlândia 2017



Fonte: foto de anúncio tirada pela pesquisadora em pontos da cidade de Uberlândia-MG, março 2017.

Figura 7 *Outdoor* de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional Mulher, Uberlândia, 2017



Fonte: foto de anúncio tirada pela pesquisadora em pontos da cidade de Uberlândia-MG, março 2017.

Figura 8 *Outdoor* de empresa de Plano Saúde no mês do Dia Internacional Mulher, Uberlândia, 2017



Fonte: anúncio Campanha Empresa, Uberlândia-MG, março 2017.

As formas de conhecimento social produzidas nos meios de comunicação e em eventos divulgados atuam na produção das subjetividades, nas formas de autoidentificação e na configuração da alteridade, constituindo violência simbólica ou não.

As duras histórias de vida e de violências, nas relações de poder, nos dão conta que há pessoas que não se acabam, vão mesmo é cabendo com acabamento possível a cada experiência duramente (in)concebível. Não sem terem que enfrentar a rede de apoio e enfrentamento às violências em constante (re)(des)construção, vários desses sujeitos entrevistados saíram do isolamento e passaram a “lavar a roupa suja” no espaço público.

Não têm sido raras certas afirmações a respeito de quem vivencia situações de conflitos conjugais permeados por violências: “gosta de apanhar”, “um tapinha não dói”, “coisa de gente pobre e sem instrução”, “bate porque bebe”, “ruim com ele, pior sem ele”, “solta que bateu no que é dele”, “caiu da escada”; “tropeçou no tapete”, “louca”, “doente”, “mulher de malandro”, entre tantas outras em circularidade cultural. Algumas delas mais recorrentes nas entrevistas que outras.

Nesse processo, encontram-se a autoimagem, o isolamento da família de origem e de amigos, promessas não cumpridas, a retirada das condições financeiras, o impedimento ao trabalho e ao estudo, o uso do conhecimento das fraquezas do par, ameaças de afastamento dos(as) filhos(as), jogos relacionais, demonstrações de insegurança e fragilidade, medo da perda e ciúmes em consonância com as diversas nuances de violências.

A representação de coitada(a), nesses contextos, e a permanência nesse lugar, pode significar ainda não estar pronta(o) para dar o próximo e difícil passo de abandonar as relações violentas. O tempo cronológico não se equivale ao tempo interno de quem experiencia violências no convívio íntimo.

Desse modo, os mecanismos para submeter o outro estão associados aos vários formatos de violências, com tentativas de maximizar o micro poder; abalar a autoimagem e estima da pessoa com quem se convive; o isolamento familiar e de amizades; as promessas descumpridas; a retirada condições financeiras; o impedimento ao trabalho, estudo e autonomia; o uso de fraquezas do outro e para a paralisia psíquica; ameaças de afastamento dos(as) filhos(as); os jogos relacionais permeados por inseguranças, fragilidades, medo da perda e ciúmes como posse.

## 1.2 Alegações para as violências e (des) encorajamentos para superá-las

**Triste louca ou má.** Será qualificada. Ela quem recusar. Seguir receita tal. A **receita cultural do marido, da família.** [...] cuida da rotina. [...] Quem **não sem dores.** Aceita que **tudo deve mudar.** [...] Eu não me vejo na palavra. Fêmea: Alvo de caça. **Conformada vítima. Prefiro queimar o mapa.** Traçar de novo a estrada. Ver cores nas cinzas. E a vida reinventar. E **um homem não me define. Minha casa não me define. Minha carne não me define. Eu sou meu próprio lar. Ela desatinou. Desatou nós. Vai viver só.** (Triste, Louca Ou Má, Mateo piraces-ugarte, Francisco, El Hombre, 2016).

O movimento contraditório da melodia, onde ela julgada, o desejo de enquadrá-la, mas também a potência para a mudança, expressa algumas das narrativas sobre situações de violências, encontram-se, também, as representações, misturadas às justificativas para a permanência ou saída, sentimentos e descrições das agressões. As alegações para as situações de violências conjugais e domésticas são as mais variadas e aparecem nos relatos de pessoas que as vivem.

Desse modo, a Sr.<sup>a</sup> Alissum, que foi atendida pela Delegacia de Mulheres, menciona que “antes de se casar ele bateu nela e ela disse para a mãe que tinha caído e se machucado” Assertivo mencionar que tapete não chuta, maçaneta não dá soco, escada não bate, cama não empurra. Porém o medo e a vergonha provocam a construção da história.

A Sr.<sup>a</sup> Margarida ficava furiosa quando, diante situações de agressões, ex-esposos tentavam interná-la como louca, mas as vizinhas falavam que ela não era. De modo semelhante, o casal, a Sr.<sup>a</sup> Lobélia (vivenciou violência, entrevista 2014), 35 anos, do lar, Ensino Fundamental incompleto, três filhos e o Sr. Cornizo (vivenciou violência, prontuário 2016), 37 anos, pedreiro, Fundamental incompleto, dois filhos e registrou o bebê da esposa que estava grávida quando foi viver com ele. Casal juntos há vinte anos. E ela se queixa e sente-se revoltada pelo marido e vizinhos a chamarem de louca.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> Sr.<sup>a</sup> Lobélia, 35 anos, do lar, Ensino Fundamental incompleto, 3 filhos, classe baixa, 20 anos de casamento; Sr. Cornizo, 37 anos, pedreiro, Fundamental incompleto, católico, 3 filhos (9, 8 e 5 anos), registrou o bebê da esposa que estava grávida quando foi viver com ele. Casal junto há 20 anos, com episódios de violências. OBS:

Pelos diagnósticos de atendimentos da SOS Mulher e Família, o que foi identificado também na amostragem de entrevistas realizadas tanto com quem vive violências como com profissionais que atendem casos, nem todos(as) que se encontram em situações violentas possuem comprometimento mental, apesar de se saber o quanto tais relações impactam na saúde dos(as) envolvidos(as). Portanto, os enunciados são disfarces provocados pela vergonha, a humilhação, a tensão e o medo.

Remonta a tempos longínquos a concepção da histeria, que, na etimologia, advém de útero, vinculada aos femininos<sup>46</sup>. Na linguagem contemporânea, os “pits” (demonstrações de raiva, ou de instabilidade emocional). Essa representação diante de situação de conflito parece impossibilitar a escuta ativa das demandas do outro. De mais a mais, “a louca(o)”, por vezes, (d)enuncia o que não se deseja escutar e a quem ninguém dá confiança. São construtos “bodes expiatórios” de relações mais complexas. No cinema, o tema aparece também de forma elucidativa e crítica. São representações circulando em vários espaços e tempos.

Das pessoas entrevistadas que vivenciam violências também ficam evidenciadas, conforme Apêndice 3, que as situações não estão restritas às classes menos favorecidas, havendo narrativas de mulheres e homens de classes médias altas, com instrução, inclusive pós-graduação.

E apesar de as drogas lícitas ou ilícitas comporem o contexto de alguns relacionamentos, não se verifica direcionamento de agressões a chefes nas organizações em que trabalham ou com companheiros “de boteco”. São agressões direcionadas no cenário de construções de gênero. Além disso, nem todos(as) os(as) que bebem batem e tampouco todos(as) os(as) que batem bebem. E nesses casos, segundo Azevedo (1985, P.74-75), o álcool e outras drogas são fatores precipitantes, facilitadores, catalisadores de situações previamente existentes, culminando em reações violentas.

Há vários tipos de violências que também têm vindo a público e que podem criar cenários propícios a representações com esse teor. As senhoras Margarida (2016), Flor (2016, 2017), Camélia (2016), entre outras, mencionam enfaticamente o peso da bebida associada aos episódios de violência. Válido reconhecer o sexismo sutil nos detalhes do mundo do trabalho, como em situações de interrupção nas falas de mulheres em reuniões e palestras sem

---

Pesquisadora possui somente prontuário de atendimento SOS e não foi computado o número de entrevistas realizadas pessoalmente.

<sup>46</sup> A terminologia histeria carregada historicamente de estereótipos femininos, do francês *hystérie* e este, do grego ὑστέρα, “útero”. Tem origem no termo médico grego *hysterikos*, que se referia a uma suposta condição médica peculiar a mulheres, causada por perturbações no útero, *hystera* em grego. O termo foi utilizado por Hipócrates, que pensava que a causa da histeria fosse um movimento irregular de sangue do útero para o cérebro. Segundo a Psicanálise é uma neurose complexa caracterizada pela instabilidade emocional. Os conflitos interiores manifestam-se em sintomas físicos, como paralisia, cegueira, surdez, etc. Pessoas histéricas frequentemente perdem o autocontrole devido a um pânico extremo. Foi estudada por Charcot e Freud. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Histeria>. Acesso em: 11 de julho de 2017.



lhes permitir concluir; apropriação da ideia delas e levar o crédito; dedicar tempo para explicar didaticamente o óbvio para elas, como se não fossem capazes de compreender por serem mulheres. A violência emocional com manipulação psicológica para acharem que enlouqueceram, são incapazes, e fazer duvidarem do seu senso de realidade, memória, raciocínio, sanidade. Também o assédio moral: humilhação, constrangimento, degradação deliberada, condutas negativas repetidas, intencionais, direcionadas e prolongadas no trabalho, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando a incapacidade laborativa, levando à desistência do emprego ou à morte. O individualismo que reafirma o perfil do(a) ‘novo(a)’ trabalhador(a) impõe sofrimento perverso, quando se estabelecem pactos de tolerância e de silêncios, no coletivo. Há prejuízos práticos à saúde física e mental/emocional, à identidade, à dignidade, às relações afetivas e sociais da trabalhadora, das testemunhas e da organização. Estudos<sup>47</sup> constataam o mal-estar da globalização neoliberal, onde predominam depressões, angústias, danos psíquicos relacionados com novas políticas de gestão na organização do trabalho e com impactos significativos às mulheres (BAUMAN, 2003, 2011).

Nas relações de proximidade e intimidade, onde são investidos sonhos, projetos, confiança e há crença do “porto seguro” e visões permeadas por idealizações, também há abusos, como relatam: “depois de me arrebentar, ele quis fazer sexo à força, mas eu não sirvo pra isso” (Sr.<sup>a</sup> Margarida), entretanto o sentimento de dó e de possível mudança dele, após promessas, se segue em várias histórias.

Se, por um lado, a violência não física é naturalizada em algumas narrativas das entrevistas, por outro, há atitudes, como na canção, de indignação e exigência por respeito, justiça e punição rápida e exemplar, em espaços públicos e de reflexões, como com o evento Por Todas Nós, na Praça Tubal Vilela de Uberlândia, em junho de 2016 que rebatiza simbolicamente o nome da Praça central, substituindo o de um ex-político e empresário que supostamente assassinou a esposa, pelo de uma mulher assassinada, Ismene Mendes. E também no mesmo ano há debates em espaço legislativo e junto às mídias. Verificam-se discursos de empatia: como “estamos de luto e em luta” para a construção da cultura cotidiana da paz.

Nas entrevistas com quem vive violências, salta aos olhos o peso do sentido dado às tradições nas relações de conflitos, crivadas de representações de gênero, como expressão das pressões e limites dominantes e hegemônicos e que são seletivas num passado significativo.

---

<sup>47</sup> Exemplo de um dos estudos:

[https://www.researchgate.net/profile/Silmara\\_Cimbalista/publication/270686270\\_O\\_custo\\_da\\_violencia\\_moral\\_no\\_trabalho/links/54b2ca4f0cf2318f0f9539e6/O-custo-da-violencia-moral-no-trabalho.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Silmara_Cimbalista/publication/270686270_O_custo_da_violencia_moral_no_trabalho/links/54b2ca4f0cf2318f0f9539e6/O-custo-da-violencia-moral-no-trabalho.pdf)

Várias representações demonstram polarização binária de modelos para os masculinos/femininos e vice-versa, que colaboram para perpetuar construções tradicionais de gênero, presentes nas relações sociais. O relato não possui um fim em si mesmo. Parece óbvio, mas fazer a articulação parece desafiante, com a compreensão de que cultura, não só como conceito, mas problema, num movimento histórico ainda não definido, assume significado histórico. E língua e linguagem que registram práticas humanas que carregam temporalidades, contradições e que por vezes foram dissociadas da prática social ativa, pondo sujeitos como depositários e não como constitutivos, têm a crítica feita. Afinal, a linguagem (individual e social) é uma atividade constitutiva da prática social ativa, com articulação e em transformação. Uma presença social e dinâmica do mundo. Assim também a teoria não pode ser pensada de modo idealista e pode explicar uma realidade histórica. Conceitos são operacionais, são vividos e associados à noção de experiência.

Desse modo, as representações vigoram na medida em que possuem eco social, e podem ser recorrentes ou questionadas na proporção da maior ou menor autonomia dos sujeitos que historicamente as vão esvaziando ou retroalimentando, no movimento descontínuo de transformações e permanências.

Fica evidenciado, nos relatos das entrevistas, o ônus da *via crucis* e a (re)vitimização como mecanismo que dificulta a busca de ajuda. As pessoas atendidas terem que (re)contar sua história a cada instituição que as atende leva à revitimização. As entrevistas e reuniões institucionais e nos conselhos de direitos analisadas relevam essa dinâmica de (dis)função da rede de enfrentamento à violência conjugal e doméstica, que aparece como mais um dos fatores inibidores da busca por auxílio. É também, portanto, mecanismo que dificulta a saída de relacionamentos conjugais violentos.

Sobre a *via-crucis*<sup>48</sup>, as entrevistas e documentos pontuam tais situações e consequente impunidade como representação: “A delegada que havia feito o depoimento da minha filha perdeu o depoimento. O abusador dela foi julgado e pegou 8 anos de prisão em semiaberto e nunca foi preso. Eu não recorri por não ter dinheiro”; “fui atendida no postinho do bairro, chamei a polícia e não foram. Procurei o SOS, depois de uns dias”; “tentei fazer outro B.O, sobre as mensagens de texto que ele enviava. E o policial disse que não cabia Boletim de Ocorrência”. Ela já tinha a Medida Protetiva o impedia de chegar perto ou enviar mensagens. “Estive no Conselho Tutelar, na Delegacia da Criança e do Adolescente. A menina fez

---

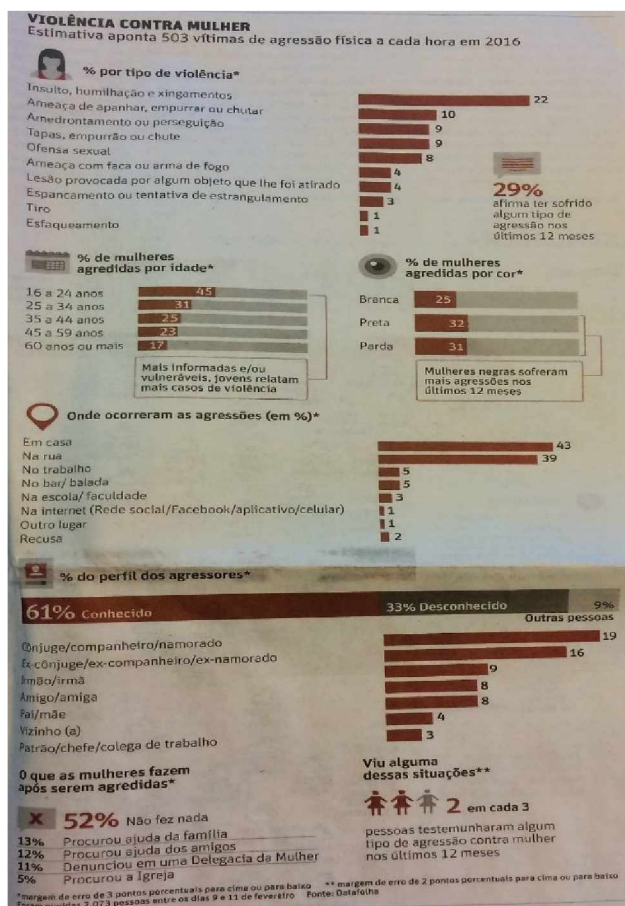
<sup>48</sup> MONTEIRO, André e outros. Vítima vive *via-crucis* e falta de estrutura após estupro: **Folha de S.P.**, 5 jul. 2016, Cotidiano. Sobre esse tema recomendam-se os filmes *Nunca Mais*, Enough, EUA, 2002, 115 min., que auxilia a perceber a ineficiência das políticas públicas ao ponto de a mulher buscar aprender defesa pessoal para poder se sentir segura com filha menor de idade em relação às intermináveis perseguições do ex-marido, e *Dormindo com o Inimigo*, *Sleeping With The Enemy*, EUA, 1991, 90 min.



acompanhamento psicológico e o acompanhamento cessou sem avisarem o porquê. Pediram para eu ir no CRESCER de atendimento infantil da PMU. Ele tem mandato de prisão e nada é feito. Até no Programa Chumbo Grosso do SBT já fui.”<sup>49</sup> Essas queixas estarão melhor analisadas no capítulo dois, ao se tratar das representações de profissionais de quem vive violência e passa pela rede de apoio.

Com a repercussão de vários casos de feminicídios no país e os “estupros coletivos”, os institutos de pesquisa, na lógica do mercado e do “espetáculo” do contexto, produzem pesquisas que visibilizam o problema, das quais alguns resultados vêm a seguir.

Figura 9 Pesquisa Datafolha “visível e invisível: vitimização de mulheres no Brasil”, 2016



<sup>49</sup>Entrevista realizada, em 28 mai.2016, com Sr.<sup>a</sup> Convolvulus, atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, com duração de 50 min., na residência dela.

Fonte: Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml>

A pesquisa estima, como revela a Figura 9, que duas em cada três pessoas testemunharam algum tipo de agressão contra mulheres nos últimos doze meses; a maior parte dos autores de violências são pessoas conhecidas das vítimas e 52% não fez nada, sendo as jovens mais informadas ou vulneráveis as que relatam casos, e as mulheres negras as mais atingidas, sendo 503 vítimas de agressão física a cada hora. E a *via-crúcis*, assim como a (re)vitimização, tendem a reforçar essas atitudes.

Desse modo, relevante verificar também o ponto de vista masculino, quando esse se considera vítima da situação. A história do Sr. Lírio (vivenciou violência, entrevista 2014, 2017), 36 anos, três filhos e um enteado (dois com a autora, um menino e uma menina), classe média, advogado, doutorando, foi do movimento da juventude e estudantil, militante partido político que considera progressista e de esquerda, viveu violências e foi atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, PM, Judiciário, Conselho Tutelar, parece ser contundente ao tratar da *via-crúcis* e da ineficiência das políticas públicas e, de modo diferenciado, a própria visão de que ele quem passa pela banalização na busca das instituições pelas representações de gênero que agentes públicos possuem.

Ele se apresenta na entrevista como “vítima de violências por parte da ex-esposa, assim como os filhos”. Deseja a guarda deles. Segundo ele, ela agride os filhos e ele. O Juiz recomenda ele “buscar Igreja Presbiteriana, o Conselho Tutelar atende com descaso, a Polícia Militar banaliza e insinua que ele deveria reagir e mostrar que é homem, a escola dos filhos negligencia situação”. Separado, “os filhos são agredidos pela ex-esposa por motivos banais. Ela os machuca, a empregada dá depoimentos, os filhos e Lírio também. Os filhos não desejam morar com a mãe. Ficou casado por sete anos e teve dois filhos e a ex tem mais dois filhos, um antes deste casamento e um depois. A ex teve um outro relacionamento agressivo antes dele, no qual teve o primeiro filho. O Sr. Lírio menciona que “havia agressões recíprocas entre ela e o ex-marido.” Sr. Lírio e ela começaram a se relacionar e ela ficou grávida e tentaram a experiência de morar juntos, mas “ela queria casar”. Ele perdeu “a paciência e falou para cada um viver a sua vida, no meio da gravidez dela. Ela com quinze dias de ter ganhado o filho, brigou com a mãe, onde estava morando e foi expulsa de casa”, passando a morar com o Sr. Lírio.

Relata o Sr. Lírio que “a ex-esposa demonstrava momentos de loucura, no cotidiano, jogava a chave do apartamento pela janela para ele não sair. Tirava as roupas dele de dentro da máquina que ele ia começar a lavar, para pôr as dela”. Ele, “sem paciência, pediu para ela sair de casa. Ela não admitia que estava errada e não tinha diálogo”. Desta vez, “ele começou

a se relacionar com outra e ela descobriu e começou a ameaçar, ia para porta xingava, ia no trabalho dela” [da namorada dele]. Assim, diz ela, “a pessoa desistiu do namoro. A ex-esposa não deixava ele ver o filho” e ele diz que gosta muito de crianças e gosta muito do filho dela [enteado dele]. Ele teve “uma outra namorada que ficou grávida”. Depois acabou voltando com a ex e ela engravidou, teve dois filhos bem próximos, conforme alega, e sem condições financeiras e tendo que aguentar o ciúme das mães em ter que dividir a atenção. Segundo Sr. Lírio, a ex-esposa chamava o filho dele com a outra “de macaco” e ele não aceitava, até que ele “saiu de casa e para ver o filho e o enteado” precisou “arrumar um advogado, que fez um acordo meio estranho”.

Certa vez o Sr. Lírio chegou “atrasado para pegar os meninos, vinte minutos, e ela não deixou pegar”. Ele chamou “a polícia que não me ajudou em nada e disse que somente a justiça. A justiça ficava era zombando de mim”. Ele morando em cidade no Distrito Federal comprou “ingressos para os filhos e enteado assistirem alguns jogos da Olimpíada comigo e tive que ir na justiça, para ela deixar”. O juiz não deixou o enteado ficar mais, o mesmo tempo que os outros e ele teve que “gastar com passagem mais cara”. O “Juiz me aconselhou a procurar uma Igreja, depois me aconselhou a ir ao motel com a ex, e um monte de coisas absurdas”. Segundo ele, “a mãe ameaçava os meninos, que quase não foram para a Copa, a não ser por uma tia que ajudou. Eles apanhavam muito”. Por outro lado, “a escola disse que iria dar um laudo, para ajudá-lo na requisição da guarda dos filhos”, mas o “enganou. Uma das funcionárias era amiga da ex esposa. A mãe dá exemplos ruins que os filhos reproduzem fora de casa como grosserias e mentiras”.

Único entrevistado que afirma que “a ex-mulher é machista”. E quanto às representações de gênero, nesse relacionamento, o Sr. Lírio conta que

**[...] ela acha que eu tenho que ser provedor mesmo, só que naquilo que eu provenho ela menospreza. Ela espera que eu seja agressivo, pra fazer um contraponto da agressividade. Como eu não sou, ela considera isso um sinal de fraqueza.** Ela não consegue enxergar que a questão de gênero ela independe das pessoas que tem habilidade pra cuidar. **Ela atribui mesmo que ela é mãe e então ela é cuidadora melhor do que eu.** E em todos os aspectos[...]eu acho que sou melhor cuidador que do que ela: [...] eu me dedico a cozinhar, preocupar o que eles vão comer e tudo, ela resolve administrativamente. Compra marmita e tal. Segura lá um certo padrão, mas ela come diferente dos meninos. Ela compra um todynho pra ela e um Nescauzinho vagabundo pros meninos. Os meninos se pegarem o todynho dela, lascou. Ela interage pouco com as brincadeiras deles, e eu mais. Tanto que o pequenininho às vezes chega lá na porta e ele quer ir comigo e sem ela. [...] Eu fico com dó de pegar os meninos e às vezes eu chamo ela. Lá em casa tem piscina e tudo, e ele aproveita e gosta. [...] Até que ela faz uma falta de educação e os meninos falam assim: “ah não papai, não vamos chamar mais a minha mãe não”. E o pequenininho, ele pega e fala assim: “mamãe eu quero ir pra casa da tia sem você”. Três aninhos. Porque eu presto mais atenção no que ele tá fazendo, interagindo com brincadeiras. [...] (Grifo meu)

Ela diferencia a comida dela com a dos meninos, sendo a deles de marca e qualidade pior e mais barata. Os meninos não querem ficar com a mãe e a justiça não ajuda”. Vai “continuar lutando pela guarda dos filhos, inclusive do enteado”. Há, nesse relato, a desconstrução de gênero do que seriam tradicionalmente e no imaginário circundante as funções de uma boa mãe, abnegada, cujo amor é incondicional, e voltada para as necessidades dos filhos, bem como da supostamente “moderna” e que busca autonomia. Essa aparece não idealizada, com altos e baixos.

Numa segunda conversa com o Sr. Lírio, em abril de 2017, a situação dele e da ex-esposa, considerada por ele agressiva, e das crianças é esta:

[...] eu e a ex-esposa não temos conversa nenhuma, pouco diálogo que nós tínhamos antes dos processos judiciais ele se tornou zero, absolutamente zero, ela me bloqueou em todas as redes sociais, no WhatsApp. Não aceita falar comigo pelo telefone e as respostas que ela me dá sobre qualquer tentativa de discussão de coisas básicas relacionadas às crianças é de que ela só conversa comigo por intermédio de um advogado ou na justiça.<sup>50</sup>

Ele avalia que o processo judicial foi profundamente nocivo para uma situação de conflito familiar, pois ele só amplificou. Entende que “a dinâmica no processo judicial de se armar contra a pessoa e começar a expor um conjunto de situações sobre ela, ao invés de pacificar o problema, intensifica a inimizade”. Tem ciência, por ser da área jurídica, que “o processo em geral é moroso”.

Do momento em que entrou na justiça até a decisão passou-se quase um ano e esse tempo de fermentação tornou o conflito gritante. E ratifica a ansiedade, com impactos da relação violenta para os filhos:

[...] Eu tinha um **relacionamento que tinha várias idas e vindas**. E esse relacionamento era muito pautado por dificuldade da gente chegar em certos entendimentos, de uma forma geniosa dela agir e depois quando houve separação, o constante **uso das crianças como forma de me punir**, ou mesmo não ter nenhum tipo de bom senso relacionado a **administração do tempo das crianças da convivência**, enfim. Com o passar do tempo, eu notei uma série de **agressividades de uma relação abusiva dela com as crianças**, gritos, ofensas morais, pessoais. (Grifos meus)

Enfim, o Sr. Lírio menciona uma série de ofensas e agressividades que percebeu inadequadas para as crianças. Primeiro, tentou intervir, ele mesmo conversando com a ex-esposa, tentando estabelecer alguns limites e, quando constatou que não teria sucesso, foi buscar amparo das instituições.

[...] A primeira instituição que eu busquei foi o Conselho Tutelar e segui restritamente aquilo que o Conselho Tutelar tinha orientado: procurar a Delegacia da Criança e do Adolescente e procurar um advogado para poder

<sup>50</sup> Entrevista realizada, em 5 nov. 2014, com Sr. Lírio.

pedir a guarda. Eu fiz as duas coisas. Na **Delegacia** da Infância e Adolescência, demorei **mais de três meses a ser atendido** e depois que fui atendido e as crianças foram ouvidas a **delegada demorou mais de seis meses para poder fechar o Inquérito** e ela concluiu o inquérito enviando para o Ministério Público uma denúncia, uma recomendação de instauração de um processo criminal contra a ex-esposa por maus-tratos. Essa, o **Ministério Público demorou mais de um ano para poder analisar a proposta**, para apresentar a proposta ao poder Judiciário e quando apresentou a proposta ao Judiciário, esse demorou mais outro ano para poder analisar a situação de agressão das crianças. Quando chegou no momento do julgamento, **a pena tinha prescrito**. Então a juíza determinou o **arquivamento do processo sem julgamento** do mérito porque havia tido a prescrição da pena, ou seja, **impunidade**. Eu fui instado pelo Conselho Tutelar **a acusar a ex-esposa**.<sup>51</sup>

A ex-esposa nutre mágoa por ele devido a todo o ocorrido e a ele resultou ausência de providências que crê que deveriam ter sido tomadas. Ele observa que “as crianças mesmo quando olham para o Fórum e passam na frente da Delegacia e hoje, mais adolescentes, dão risada porque não acreditam naquilo lá mais”. Ou seja, “foi uma quebra de confiança mesmo das próprias crianças de que elas faziam denúncias contra a mãe tendo sofrido as retaliações que sofreram por terem feito isso e de que tudo aquilo não teve alguma consequência, resultado”. As crianças continuam com a mãe supostamente negligente.

Pela entrevista com o Sr. Lírio (vivenciou violência, entrevista 2014, 2017), prontuário de atendimento e documentação na SOS Mulher e Família de Uberlândia (2014), tive acesso aos depoimentos das crianças de 15 (enteado) 13 e 10 anos à Delegacia da Criança e Adolescente, ao Fórum, li as mensagens passadas ao pai por celular arroladas no processo e depoimento, com confirmação das agressões, por parte de funcionária doméstica que trabalhou na casa dos filhos(a) e resumidamente consta que a mãe das crianças

[...] é professora do fundamental, **joga no chão e dá tapas no rosto, bate com cabo de rodo nos braços e bate na boca, puxões de cabelo, beliscões, socos, escreve bilhete no vidro de biscoito dizendo que tinha contado quantos tinham no pote e que se alguém comesse ia bater, deixa de fora de casa trancados ou no quintal na chuva, pisão no pé, bate cabeça na parede**, agride se esquecem algo, chama a mais nova e eles de ‘anta, burros, topeiras’, acusa de pegarem dinheiro dela, tudo por motivos fúteis (deixarem de arrumar casa, cozinha, fazer mamadeira para irmão, ou por estar estressada, sem paciência e ter raiva deles e do pai deles e que fala mal do pai deles o tempo todo) e resultam lesões, como corte nos lábios, sangramento no nariz, hematomas no corpo, tristeza ao estarem em casa com ela, diferente de quando estão com o pai e sempre pediram socorro ao pai, para esse chamar a polícia e manifestaram desejo de morar com ele. Ele sempre os confortando e dizendo que isso iria acabar e podiam confiar. Estudam de manhã e ela os faz ficar arrumando cozinha até de madrugada. **Sentem vergonha do que a mãe faz**. Em mensagem celular um dos filhos diz: ‘papai [...] minha mãe me espancou e deu um muro na nunca, bateu minha cabeça na parede, pisou no pé até ficar

<sup>51</sup> Entrevista realizada, em 5 nov. 2014, com Sr. Lírio.

roxo e está doendo demais e deixou a gente até 1h30 da manhã sem dormir’. E o outro, enteadado: ‘papai [...] eu falo que quero morar com você para minha mãe, mas depois ela bate na minha boca mais de 500 vezes e isso é muito ruim porque da próxima vez estamos pensando em ligar para o 190, mas acho que não basta polícia. Temos que ligar para o bop de elite e pro FBI para essa doida’. (Grifos meus)

Também nesse caso, a mãe é taxada de desequilibrada pelos filhos, mas noutro contexto, diante atitudes de impulsividade e agressões. O pai das crianças, o Sr. Lírio, requereu a guarda delas, perdeu a mãe, com câncer, quando era ainda criança de colo e colocaram-na nos ombros dele para vê-la no dia do enterro, algo que o marcou profundamente. Mais uma história de abandono e baixa autoestima, em que a ex-esposa parece exigir dele o lugar tradicional do homem, com atributos de forte, provedor, e ele atua como o que proporciona carinho, heteronomia, havendo, portanto, representações de gênero conflitantes. A esposa enuncia representações de gênero que desencadeiam violências.

A “cena”, no sentido que Barthes (1985) a designa em seus verbetes e como troca de contestações recíprocas, acaba e com ela também as esperanças. Caso que destoa e jorra nuances e por isso mais detalhadamente tratado, pois fortalece o discurso relacional da complexidade e do caminho tortuoso em se tratando de violências na esfera conjugal. Neste capítulo, nos itens a seguir, analisarei o ciúme, o peso da religião nas tramas das relações conjugais permeadas por violências.

Favorecem as saídas das situações de violência conjugal a possibilidade de autonomia, assim como, intervenções profissionais, conferida por pessoas atendidas, com acolhimentos considerados adequados ou desencorajadores também possuem peso significativo na permanência ou escapatória.

### **1.3 Ciúmes na ótica espelhada: reféns de si e do outro – amores e dores (in)visíveis consomem**

**Essa mania de possuir, mata em nome do amor. Fere o espaço mágico da criação [...]. (Guilherme Arantes, Mania de Possuir, 1986)**

A canção expressa esse sentimento perverso, espelho de si, projeção no outro, retratando alto grau de fúria que desencadeia diversos tipos de práticas agressivas de isolamento, cárcere privado, restrições do ir e vir, podendo-se chegar aos crimes passionais (não contemplados como objeto deste estudo), ferindo o “espaço mágico da criação” e a criatura. É historicizado nos discursos-enunciados ora como piegas, ora como patologia, ou mesmo ressignificado como zelo, amor, proteção e cuidado. A partir da investigação sobre gênero e relações de poder, identificaram-se, nas entrevistas, representações sobre ciúmes e “amorosidade” no âmbito conjugal.

Segundo narra a Sr.<sup>a</sup> Margarida, o ex-esposo “[...] tinha por ela um ciúme doentio” e afirmava que “[...] com o casamento você se transformou em dona de mim regulando meus atos”. Mostra uma mensagem dele para ela, que guardou por ele ter escrito de próprio punho: “não é meu agir daquela maneira, depois que você veio me agredindo e me acusando de tirar espaço”. Acrescenta: “[...] isso mesmo, ele tinha ciúme do meu filho e da minha neta, porque minha neta foi criada comigo seis anos e quando minha neta chegou aqui e eu estava casada. A primeira vez ela quis dormir comigo ele falou pra ela que não era pra dormir, ele tomou raiva da menina, e fala que não”.

A Sr.<sup>a</sup> Lisianthus começou a namorar nova e o namorado faleceu em acidente. Com cinco meses de namoro com o ex-marido, noivou e foi morar junto com ele (ela com quatorze anos e ele com 29). Foram 8 anos de relacionamento, viveu com ele violência (espancamentos, humilhações, destruição de pertences, ameaça de morte). Ele trabalha com caminhão de petróleo, estudou até a quarta série e possui dois filhos com ela e um com outra mulher. Ela pondera sobre o ciúme no relacionamento:

[...] era sempre eu que tinha muito ciúme, aí eu larguei dele uma vez. Eu larguei ele e conheci outra pessoa. Já tinha minha filha. Tive um romance com essa pessoa e voltei com ele. Quando eu voltei, ele descobriu isso. Um dia deram um tiro no pé desse cara que eu namorei e ele ficou sabendo. Os amigos dele falaram: “o que é isso? Você mandou dar um tiro no fulano?”. Ele falou que não e aí foi onde ele descobriu. [...] Eu fiquei com medo dele e fui com ele [...]. Quando entrei na camionete, ele me bateu tanto nesse dia. Deu muito soco na minha barriga, eu perdi o ar. O ar veio na boca e voltou. Eu achei que ia morrer.

Sobre o isolamento e restrições vividas pelo ciúme e posse por parte do marido, a Sr.<sup>a</sup> Orquídea conta sobre os atritos, causados por ciúmes: “[...] eu não tinha vida própria. Eu não podia conversar. Coisa assim terrível mesmo. Não podia ter amizade nem com homem nem com mulher. E se eu tinha amizade com mulher ele dizia que é porque eu era lésbica”.

O Sr. Delfínio relata sobre relacionamento com outro homem, fatos que se assemelham aos episódios com casais heterossexuais:

[...] eu ficava com muito ciúme, tipo pedir para ele excluir pessoa do *Facebook*, de bloquear gente no *Instagram*, pedir para ele parar de conversar com gente no *WhatsApp* e pedir para olhar com 400 km de distância, eu queria controlar com quem ele saía na cidade que morava. Olha que loucura!

Ao descrever os momentos em que prevaleceram os ciúmes, a Sr.<sup>a</sup> Helicônia (vivenciou violência, entrevista 2016), 36 anos, professora de História da Rede Estadual, ensino fundamental, sem filhos, negra, viveu violências em dois relacionamentos e há suspeita de ter passado por abusos sexuais. Militou em movimento estudantil, considera-se feminista e estuda sobre a questão. Relata: “[...] a gente morou um tempo junto e por causa de questões de ciúmes ele quase

arrombou a porta do quarto da minha amiga para tentar me bater. Sr<sup>a</sup> Helicônia ficou também “enciumada dele por “secar” uma amiga”.

A Sr.<sup>a</sup> Flor (vivenciou violência, entrevista 2016), 41 anos, tem o 5º ano do Ensino Fundamental, é empregada doméstica, parda, tem três filhos “de dois pais diferentes”, evangélica, abusada na infância, abandonada pela mãe (alcóolatra e se prostituía), tentou suicídio e foi dependente química, viveu violências em dois relacionamentos, aponta a insegurança deles [do ex-esposo e do atual] nos relacionamentos por ela trabalhar o dia todo: “[...] liga pra saber onde estou, pede pra fotografar, fica tentando controlar à distância, quer senha do meu celular. Se chego um pouco mais tarde, por ter ido fazer unha de alguém, ele fica ligando ou mandando mensagem”.

Segundo a psicóloga uberlandense Valéria Ribeiro (RIBEIRO, 2018)<sup>52</sup>, o sentimento ciúme pode minar a saúde mental e causar sofrimento para os(as) envolvidos(as). Constatase que seria utópico não sentir ciúmes, mas que “a forma como as pessoas se organizam em torno desse sentimento diz de relações emocionais mais saudáveis ou não”. Assim, propõe a “Psicoeducação como autoconhecimento: mais controle, entendimento, subjetividade, uma vez que somos seres de linguagem”, e aborda que essa emoção suscita uma corrente de outros sentimentos, variando de sujeito para sujeito em cada relacionamento. Trata-se, na visão dela, de administrar e verificar a serviço de que o sentimento se atualiza: (in)segurança, angústia, raiva, sentimentos recorrentes nos depoimentos de entrevistadas(os) neste estudo. Tal exacerbação, segundo ela, acontece, entre vários fatores, com sujeitos que não possuem o movimento de se olhar. E, então, “projetam culpa, cobrança, responsabilidade, faltas, frustrações, incompetências, fragilidades no outro, ao invés de verem o que têm em si e que gera o sentimento, devido a desconhecimento psicoeducativo e processos de desenvolvimento subjetivo”. Trata-se, conforme ressalta a autora, de se “questionar: o que o outro provoca em mim?” Há comportamentos compulsivos, contatados nas fontes e analisados pela psicóloga e, geralmente, “quem procura acha, inclusive o que não existe, na busca de provas, imersão na fantasia, suposta verdade”.

Percebe-se, em algumas entrevistas com quem vivencia violência conjugal (2014-2017), que, quando se consegue transformar o sentimento ciúme em linguagem-palavras e comunicar ao outro o desconforto, a insegurança na teia de emaranhados, há mais condições e possibilidades de desmistificá-lo, lidar com ele e desconstruir representações de gênero que criam cenário propício para que se atualizem.

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida pela psicóloga Valéria Ribeiro ao Programa Trocando em Miúdos, Quadro assunto da semana, Rádio Universitária FM, 107,5, 10 jan. 2018 1h às 12h, n. 285, Universidade Federal de Uberlândia.



De alguma forma, o álcool e outras drogas aparecem no cenário e como facilitadores em várias ocasiões (RIBEIRO, 2018) e podem diluir o superego, baixar resistências, minimizar a timidez, comedimento, barreiras de censura e os ciúmes fazem aflorar o que existe no desejo e que se encontra ali. Ou seja, expressam as narrativas das entrevistas: fragilidades de diálogo, de intimidade, de autoestima, de segurança, medo, sofrimento. O ciúme como cuidado e zelo, como tempero da relação, a depender da dose, não elimina a possibilidade de o outro ainda se sentir objeto de desejo e de preocupação. Parece não haver receitas para medir o limite para o ciúme, variável e historicizado, para cada uma(um) que o vivencia. A dupla vai tecendo e decidindo sobre o limiar e onde chega o desconforto, entendendo o respeito necessário e o limite do outro e quando passa a ser abusivo, invasor.

Ciúme, desamparo e perda compõem a subjetividade da maioria dos casos entrevistados. E em termos de relacionamento ele parece aflorar pela iminência da perda. Ciente de não haver modelo padronizado como norma para relacionamentos, vez que há vários formatos de parcerias, ninguém parece imune a esse sentimento. Entretanto, em determinados relacionamentos, o problema surge quando ele aciona mecanismos de violência como forma de lidar com o medo da perda. Quando ambos cuidam, investem, fica mais fácil blindar relacionamentos de possíveis ameaças.

Os relatos dos(as) entrevistados(as) mostram a articulação entre representação de amor, de gênero e sentimento de posse. Mostram também a ausência de reflexão sobre essas representações e de autoconhecimento para compreender como se posicionam nas relações, a partir das próprias marcas e interferências desde relações primárias, as quais se constatarem recheadas de histórico de abusos que vão contribuindo para a organização e a definição dos sujeitos. Quando há ambivalência sobre os sentidos do amor, o desejo de posse aparece.

O Sr. Jasmin tem histórico de relacionamentos sem presença da violência, sendo sua referência paterna de ensinamento para que se respeite as mulheres. Até o acontecido era visto como pessoa calma, no entanto chegou ao ponto de esfaquear a namorada deixando-a sangrando, sem saber se tinha ou não sobrevivido, devido a uma denúncia anônima sobre suposta traição por parte dela, que mexeu muito com sua virilidade e sentiu-se humilhado, com lealdade abalada, vez que foi suporte para ela enquanto estava com depressão, ao perder irmão em acidente e com baixa libido devido à medicação ingerida. Preso, argumentou ter “perdido a cabeça”, mas que não tinha intenção de matá-la e não se reconhece na acusação que lhe é imputada. Diz ainda gostar dela e ter intenção de voltar com ela. E queixa-se que ninguém quis ouvir a versão dele, a não ser na SOS Mulher e Família, à qual foi encaminhado pelo Judiciário, e que passou maus bocados nos dias em que ficou preso, relatando os códigos

partilhados na cadeia, a corrupção e barganhas internas que o deixaram perplexo e que “[...] lá mulheres são respeitadas”.

De modo peculiar em relação às narrativas de várias outras, a Sr.<sup>a</sup> Calla diz que “[...] ele é ciumento. Não gosta que eu converse com homem. O pior é que ele tá certo, ficar conversando com outro homem... Só em casa ele não importa de conversar com outro homem, mas tem que fazer assim: ‘pôr um short por baixo da saia’”. Ela legitima a representação social de gênero que ele possui como aquele que define, tutela e permite ou não o que ela pode fazer e como.

O Sr. Gerânio (vivenciou violência, entrevista 2016), vinte anos, trabalha em Shopping e abandonou a faculdade, tem um irmão, pais separados, viveu violências, é homossexual, relata episódios de ofensas e agressões no relacionamento com namorado, com práticas de tentativa de controle semelhantes às de casais heterossexuais. Assim, diz:

[...] ele desenvolveu um ciúme. Eu dividia quarto na época com outro colega. Então para ele dormir comigo meu amigo tinha que sair e que estar fora de casa, porque ninguém queria ele lá. E ele tinha ciúme do menino que dividia o quarto comigo. Eu não podia andar de shortinho pela casa. Agora, onde já se viu você, na sua casa, tendo que usar calça [...]. Eu tinha que mandar *selfie* de onde estava quando ia dormir, para ele não brigar. Eu comecei a estressar e parei de mandar. [...] Depois de romper o relacionamento, ele quis entrar no meu apartamento para ver com quem eu estava [...] pulou a janela da sala, passou pela marquise e pulou pra dentro do meu quarto. Ele quebrou uma mesinha que tinha no chão, ficou louco. Ele estava fora de si. Eu comecei a gritar muito com ele. E ele me deu uma gravata e começou a esmurrar a minha cara e a me xingar de todos os nomes. Fiquei com hematomas e a cara arrebentada por muito tempo.

O Sr. Rosmaminho (vivenciou violência, entrevista 2016), 27 anos, católico, concluiu faculdade, casado com Sr.<sup>a</sup> Rosa, 22 anos, espírita, com quem tem uma filha de três anos. Ele buscou auxílio, como vítima, e se queixa da esposa pelo excesso de ciúmes e os impactos desse sentimento no relacionamento. A entrevista foi realizada com ambos. A esposa, Sr.<sup>a</sup> Rosa (autora de violência, entrevista 2016), justifica-se:

[...] eu já **imaginava que eu tinha um excesso de apego por ele, porque ele me tirou daquele mundo de liberdade demais da minha mãe e meu pai me prendendo**. Então ele **me deu o direito de ser o que eu era, cuidava de mim** e eu tinha uma coisa muito forte que era a sensação de abandono. Eu tinha muito medo, só que não sabia disso [...]. Então meus ataques de fúria, de ciúmes eram o modo que eu achava para ele não me abandonar. Para eu não perder ele. Só que isso eu desenvolvi, porque eu sofri muito pelo abandono familiar.

O poder atribuído ao outro sobre a própria vida e o cuidado, a tutela positivada está presente no relato da Sr.<sup>a</sup> Flor.

A Sr.<sup>a</sup> Alissum narra que apanhou um mês antes do casamento pela suposição dele de que ela não era mais virgem. Assim, “[...] esse excesso de ciúmes dele deu a ele o direito de julgar que a virgindade eu não perdi com ele. Queria casar comigo para lavar a minha honra. Eu casei com essa ideia sim. Nem queria casar. Uma coisa que eu nunca sonhei foi em casar.”

Em alguns episódios, o fato de elas se arrumarem para trabalhar, olharem para os lados, estudarem, terem tido outros relacionamentos, mencionarem não suportar traições, ou violências, é o suficiente para despertar os ataques de fúria: “[...] ele meteu a mão na minha boca e começou a sangrar muito e ele começou a chorar e a pedir desculpa”, segundo a Sr.<sup>a</sup> Convolvulus (vivenciou violência, entrevista 2016); “[...] ele entrou na faculdade por ciúmes de mim, que havia entrado um semestre antes”, segundo a Sr.<sup>a</sup> Camélia.

Verifica-se que o ciúme aparece como discurso-prática de permanências no tempo e como motivador, em vários casos, de relações marcadas pela violência, tanto nos anos 1980 e 1990 como no século XXI, e recorrentes da década de 1990 até o momento. Assim, “De tanto ciúme quebrou televisão de raiva”; “Ciumento quis botar a mulher careca”; “Pedreiro mata a mulher a facadas, por ciúme”. E a bebida é a potencializadora em cenas como: “Agride e foge bêbado num veículo”; “Marido bêbado agride mulher em sala de aula”.<sup>53</sup> Interessante verificar diferenças e semelhanças entre tempos e espaços diversos, como, por exemplo, segundo relato de Hoggart (1973), o fato de, na Classe Operária inglesa dos anos 1930 aos 1950, um bom marido era aquele que não batia em sua esposa e não era alcoólatra (apesar de a bebida e o fumo fazerem parte do lazer como valor).

Quanto aos meios utilizados, alguns são mencionados como cruéis. Nos espancamentos e assassinatos, em determinadas situações, notícias vêm assim explicitadas: “Matou companheira com um tiro certo”; “Espancou e até ateou fogo na amásia”; “Faz da amásia um saco de pancadas”; “Terror no [bairro] Tibery, 14 punhaladas na amante”; “Estourou a cabeça da mulher com um tiro”; “Quase retalha amásia com gilette”; “Corta pescoço da amásia encontrada no vizinho”; “Queria garfar a amásia”; “Bota fogo na amásia”; “Ex-amante diz que quase foi atropelada pelo ex-amásio”; “Vai em cana marido que furou barriga da mulher”; “Foge depois de ter agredido a mulher com paus e panelas”; “Comerciante tenta matar amásia com tiro na boca”<sup>54</sup>.

As notícias de assassinatos de mulheres em Uberlândia elucidam, em meio às “tecnologias de gênero” (LAURETIS, 1994), a incidência de crimes envolvendo pessoas de

<sup>53</sup> Respectivamente: Jornais **O Triângulo**, 20/02/1987, p.2, 23/05/1990, p.7; **Correio do Triângulo**, 9/11/1993, p.1; **O Triângulo**, 19/08/1987, p.5, 19/12/1993, p.9.

<sup>54</sup> Respectivamente jornais: **Correio de Uberlândia**, 21/03/1981, p. 2; **O Triângulo**, 9/10/1986, p. 5; 11/10/1986, p. 5; 15/10/1986, p. 1; 14/04/1987, p.1; 20/06/1987, p. 5; 24/09/1987, p. 5; 23/01/1988, p. 5; **A Notícia**, 1/06/1989, p. 5; **O Triângulo**, 5/05/1993, p. 9; 1/03/1994, p. 9; 12/11/1994, p. 9; **Correio do Triângulo**, 9/09/1994, p. 10.

classe média e alta, assim como agentes públicos e até mesmo policiais: “Vereador mata amante à queima-roupa”; “Ex-militar é condenado a mais de 8 anos de prisão”; “Empresário atira na mulher e tenta suicídio”.<sup>55</sup> Neste último caso, verifica-se também a prática do suicídio após o crime. Dessa forma, são ainda destacados: “Mata a mulher e suicida”; “Vigilante mata a ex-mulher e depois suicida”.<sup>56</sup> Aparecem, com destaque, outras circunstâncias nas quais os crimes ocorrem e que revelam valores morais sobre comportamentos dos envolvidos. Assim, “Surra mulher que divertia enquanto ele trabalhava”; “Taxista esbofeteia a amásia que o flagrou com outra”; “Assassino diz que sangue ferveu quando mulher o chamou de ‘frouxo’”; “Trabalhador atira na amante ao saber que ela é aidética”.<sup>57</sup>

É interessante tentar perceber o que as manchetes e comentários da imprensa sobre as relações violentas refletem, e se, de algum modo, retratam vivências, expressam o senso comum, visões hegemônicas, ou a posição assumida por parte de algumas mulheres diante dos seus cônjuges, em determinadas situações. São utilizados, por vezes, os chavões ou ditos populares que expressam certas imagens, por vezes generalizadas e universalizantes e dicotômicas sobre o masculino e o feminino. Assim, “Mulher desesperada apela à polícia para deixar marido em cana por uma boa temporada”; “Briga de marido e mulher ninguém deve meter a colher”; “Separado da mulher ainda quer mandar nela”; “Machões continuam martirizando suas companheiras”; “Só sossega quando marido está na cadeia”; “Mulheres apanham aqui, ali e acolá”; “Ainda dizem que pancada de amor não dói”; “Tem aguentado o diabo temendo vingança”.<sup>58</sup> Hoggart (1973) também menciona os sentidos dos ditos populares e crenças da classe trabalhadora inglesa.

Os títulos na imprensa de Uberlândia, que requerem outro objeto e metodologia não pretendidos neste trabalho, auxiliam a refletir, de modo complementar, sobre as pessoas entrevistadas nesse espaço e sugerem, portanto, as formas de violência, os instrumentos utilizados, a classe social dos agressores, os motivos alegados para os crimes, em que se conjugam infidelidade, abandono, recusa sexual, ciúmes e bebida à agressão e, até mesmo, ao modo como são destacados, com maior ou menor sensacionalismo. Pode-se observar que há tons de ironia no relato de alguns artigos, quando são utilizadas frases como “[a esposa] foi a nocaute” e “maridinho a espancou”, por exemplo. O risinho disfarçado e a jocosidade ao lidar com as relações conjugais violentas podem ser observados também por parte dos “homens da lei”, quando são feitas denúncias. Isso ocorre porque ainda parece estar presente a concepção

<sup>55</sup> Respectivamente: Jornais **O Triângulo**, 20/01/1987, p. 1; **Correio do Triângulo**, 26/06/1991, p. 1; **O Triângulo**, 23/12/1992, p. 1.

<sup>56</sup> Respectivamente: Jornal **O Triângulo**, 16/01/1988, p. 1, 17/08/1993, p. 1.

<sup>57</sup> Respectivamente: Jornal **O Triângulo**, 29/09/1987, p. 5, 12/02/1988, p. 2, 12/04/1992, p.12, 1/10/1994, p. 9.

<sup>58</sup> Respectivamente: Jornal **O Triângulo**, 18/02/1987, p. 5, 20/03/1987, p.5, 26/03/1987, p. 4, 11/06/1987, p. 5, 18/07/1987, p. 5, 11/08/1987, p. 1, 20/08/1987, p.5, 15/09/1987, p. 2.

hegemônica de que essas práticas pertencem ao âmbito privado/doméstico, sendo encaradas como atitudes naturais e de somenos importância.

A partir de uma leitura mais atenta desse tipo de noticiário, verifica-se que, ao utilizar determinados termos, cujos referentes são da psicologia, para designar os autores de violência, a imprensa os considera doentes, deixando de considerá-los criminosos. Nesse sentido, são frequentes as expressões “maníaco”, “anormal”, “doente”, “desumano”, “maluco”, “desequilibrado”, “insano”, “inconsequente”, “insaciável”, “tarado” e “feroz”. Isso ocorre em crimes especificamente contra as mulheres, uma vez que no trato dos crimes contra o patrimônio (num contexto capitalista e de consumo, com valorização do ter), por exemplo, esses termos não são recorrentes. Essa linguagem reforça (pre)conceitos, cristaliza valores, crenças e representações, servindo, em vários casos, para atenuar a situação.

Nota-se, ainda, que em vários desses artigos pretende-se colocar a bebida como a causa primeira e única que desencadeou a agressão, sendo utilizadas as expressões “de fogo”, “bebum”, “de porre”, “beberrão”, “regado de cana”, “embriagado”, “alcoólatra”, “pinguço”, “cachaceiro”, “alto estado etílico”, “de pileque”, “de cara cheia”, “encheu o chifre de elixir do carnaval”, “cheio de mé”, “golado”, “pudim de cachaça” para demonstrar o estado em que os agressores se encontravam. Conceitos construídos, mas que aparecem como naturalizados e, ao virem rotulando, esvaziam os sujeitos de sua complexidade. Assim expressam de forma semelhante, nas entrevistas para esta tese, as senhoras Margarida, Flor, Orquídea, Smilax, Alissum, Camélia, entre outras.

Nesses casos, o álcool e outras drogas podem ser fatores precipitantes, facilitadores das reações violentas. No entanto, conforme aponta estudo em nível de Mestrado (GUERRA, 1998), a causa da violência contra a mulher não pode ser simplificada como um problema gerado pelo alcoolismo, ou determinada por uma única fonte, mas fruto de um conjunto de fatores que se organizam (ou desorganizam) e, em determinado momento e lugar específico, a fazem eclodir. Portanto, não é um processo mecânico ou sistêmico, mas o resultado de uma estrutura dinâmica e efêmera, adequada ao meio em que o indivíduo se situa. Talvez a pergunta não seja o “por quê” (determinista) da violência, mas o “como” ou “o quê” do fenômeno, uma vez que a violência parece ter alvo, ser direcionada e ter sentidos e significados variados. O autor de violência não espanca, em geral, os companheiros do “boteco”, mas a esposa de casa, quando está alcoolizado, parecendo que o álcool é um catalisador de situações previamente existentes.

Além disso, as fontes demonstram que muitos estão sóbrios quando agredem. Do mesmo modo, é preciso investigar com mais cuidado a complexidade e tensões dessas relações, para verificar se, como sugerem as manchetes, os motivos das brigas e dos crimes

sejam “a janta que não estava pronta”, “o time de futebol que não ganhou”, “a roupa curta”, “o cabelo cortado”, “filhos”, “traição”, “o perder a hora para o trabalho”, entre tantos outros apontados. Como permitem compreender os resultados das análises, os valores, as crenças, os referentes, os sentimentos dos sujeitos envolvidos nesses fatos e as suas concepções de masculinos e de femininos, de lugares, de funções, que não são fixos, tampouco a-históricos, de homens e de mulheres podem criar ambientes mais ou menos propícios aos conflitos violentos.

Vários autores de violências são moralmente julgados nas reportagens como “parasita”, “à toa”, “desnaturado”, “de má índole”, “machão”, “valentão”, “descarado”, “safado” e “malandro”, verdadeiros vilões, em oposição às mocinhas, ou seja, as mulheres vítimas agredidas, que aparecem como “pobres mulheres”, “olhos esbugalhados”, “raquítica”, “pobre coitada”, “indefesa mulher”, “infeliz” e “mulher sofrida”. Exceção feita aos casos em que elas os traíram, sobre os quais as notícias (geralmente escritas por homens) nas páginas policiais possuem um teor de identificação, condescendência e empatia com os agressores, deixando transparecer que os articulistas entendem, aceitam e justificam a violência, narrando a agressão com certo prazer.

Vários desses meios de comunicação publicizam e instituem dicotomias, sem trazer as tensões, o movimento próprio às relações, inclusive de conformismo, mas também de resistência e com estratégias de sobrevivência e de lutas.

E ainda no relato de uma das reportagens:

Usou garfo para castrar amásia infiel, [...] braçal estava arrasado, por isso bebeu muito, ainda mais, porque ficou sabendo que sua amásia anda lhe traindo descaradamente. De tanta amargura chegou em casa e passou a espancá-la. [...] Foi acusado pela amásia de ter usado um garfo para ferir o sexo dela, alegando assim que ela não iria trai-lo com outro homem.<sup>59</sup>

No decorrer da notícia “Flagrou a amante de namoro no sofá”, verifica-se que “[...] o amásio chegou em casa, e para surpresa geral, lá estava ela [...] aos abraços e beijos com um jovem. Aquilo mexeu com os brios dele que num ímpeto arremessou a sacola na tevê, e tudo explodiu [...]. Antônio quebrou Isabel de pau”<sup>60</sup>.

A infidelidade sendo castigada aparece também na narrativa “Sentindo-se traído, surrou a mulher”, cujo conteúdo explicita que “[...] o frentista [...] descobriu que a amásia o está traindo com seu primo. Não suportando a situação munuiu-se de uma vassoura e andou

<sup>59</sup> Jornal **O Triângulo**, 10/07/1986, p. 5.

<sup>60</sup> Jornal **O Triângulo**, 16/04, 1988, p. 2.

aplicando a maior sova na mulher infiel. Logo após tê-la surrado, levou a mesma até o Ricardão (seu primo) entregando-a de mão beijada [...]”<sup>61</sup>.

A devolução da companheira, como se fosse um objeto de posse do esposo, é igualmente descrita no artigo “Quis devolver mulher ao sogro por desconfiar que era traído”:

[...] ele ligou e chamou o seu sogro [...] e gritou que fosse até sua casa para buscar a filha, dentro do prazo máximo de quatro horas, do contrário ali aconteceria uma tragédia, pois as consequências seriam muito drásticas. [...] Informou que o motivo da agressão e seu estado nervoso eram causados porque teve conhecimento de que sua mulher estava de caso amoroso com seu ginecologista [...]”<sup>62</sup>

Os enunciados, assim como as narrativas, revelam representações, valores e padrões morais de relacionamento, comunicando aos(as) leitores(as), noções maniqueístas sobre comportamentos. Com maior ou menor sutileza, percebe-se nas entrelinhas a predisposição em encarar as agressões e a violência como naturais e aceitáveis, principalmente em casos pautados pela traição e insegurança quanto à fidelidade da mulher.

No que diz respeito às oposições binárias estabelecidas entre agressor e vítima, ou seja, “vilão” ativo e “mocinha” passiva/virtuosa, a imprensa, nos seus relatos, por vezes impossibilita que os leitores percebam as tensões, ambiguidades e relações de poder presentes nessas relações, para naturalizar experiências e representações que são construídas socioculturalmente.

Chama a atenção, nos documentos, as agressões que ocorrem no período em que a mulher está grávida: “... casada, 28 anos, foi vítima de violência por parte de seu marido [...], casado, braçal, 24 anos. Ela se encontra no sexto mês de gravidez e levou uma sova que causou-lhe hematomas por todo o corpo [...]”<sup>63</sup>, ou “Grávida de três meses, a menor de 14 anos [...] foi vítima de espancamento por parte de seu ex-namorado, quando rompeu namoro [...]”<sup>64</sup> e, ainda, “[...] o balconista é amasiado com Marta que estava grávida e chegou em casa contrariado com a situação financeira, jogou a mulher sobre a cama e com o cinto aplicou-lhe vários golpes causando hematomas [...], aplicou socos, pontapés e chutes [...] chegando a lhe acertar chutes no ventre”.<sup>65</sup>

Apesar de numericamente inferiores, as agressões de mulheres contra homens também são narradas e descritas na imprensa: “Mulher matou o marido com três tiros de revólver”; “Flagra amásio cantando sua filha”; “Parecia uma gata em cima do marido”; “Levou o maior pau da amásia”; “Vingança torpe contra o marido que não a quer mais”; “Boa coisa deve ter

<sup>61</sup> Jornal **O Triângulo**, 12/03/1987, p. 2.

<sup>62</sup> Jornal **O Triângulo**, 12/10/1993, p. 9.

<sup>63</sup> Espancamento. Jornal **O Triângulo**, 24/02/1988, p. 2.

<sup>64</sup> Jovem espanca menor grávida de três meses. Jornal **O Triângulo**, 24/06/1993, p. 9.

<sup>65</sup> Espanca mulher grávida e vai preso pela Polícia Militar. Jornal **O Triângulo**, 25/08/1993, p. 9.

feito quando agredido pela amásia”; “Dizendo agredida mas era ela quem agredia”; “Mulher insiste em reaver o maridinho”; “Marido bêbado leva surra da patroa”; “Esfaqueou a cabeça do amante”; “Matou o marido com nove tiros”; “Mulher espanca marido [...]”; “Mulher tentou castrar seu marido a unhada”<sup>66</sup>. Em alguns casos relatados, a agressora havia feito uso de bebida alcoólica, o que, segundo os jornalistas, teria desencadeado a agressão. Nesse ponto, a narrativa é similar às agressões de homens contra mulheres, assim como são parecidos os motivos, ciúme ou traição. Alguns casos diferem quando a agressão ao esposo é justificada por estarem se defendendo de violência no momento, ou por vivenciarem uma relação violenta duradoura e cotidiana. Assim, “[...] cansada de ser espancada pelo marido [...], que desde o ‘sim’ perante Deus e os homens a tornara armazém de pancadas. [...] Não suportando mais o sofrimento que lhe fora imposto pelo seu companheiro de matrimônio, mesmo sabendo que iria deixar seus seis filhos órfãos de pai, [...] ao ser agredida pelo marido reagiu e ceifou a sua vida com diversas machadadas”<sup>67</sup>.

Outro caso é assim relatado pela imprensa: “... inconformado com a separação, jurou que a mataria[...]. E tentou cumprir seu juramento. Perseguindo a mulher que dirigia seu automóvel[...], quando ela estacionou, descarregou seu revólver contra o veículo. Quando se aproximou para ver se havia eliminado Akeme, aconteceu o inesperado: de dentro do carro, [...] armada com uma bereta disparou nove tiros contra o ex-marido”<sup>68</sup>.

Situações semelhantes são observadas em relato em que: “[...] Reginaldo armado de faca peixeira quis agredir a mulher que revidou atirando uma rapadura, tendo acertado, [...] abrindo uma brecha na cabeça”<sup>69</sup>; e também no episódio em que “[...] Gabriel entrou em luta com a esposa [...] e ao tentar agredi-la para bater, Vany revidou os golpes, usando uma enxada[...]<sup>70</sup>; e ainda no relato em que o marido “[...] tentou fazer sexo e ela rejeitou. Amarildo ficou nervoso com a recusa [...], a segurou pelo pescoço e tentou enforcá-la. [...] Temendo morrer enforcada agarrou o marido pelo pênis e correu as unhas, provocando extenso corte, que foi necessária intervenção médica[...]<sup>71</sup>.

Tais relatos só vêm a confirmar que as mulheres, muitas vezes, agem e reagem diante das agressões, participando delas, e que a simples vitimação talvez contribua para perpetuar as

<sup>66</sup> Respectivamente: Jornais **Primeira Hora**, 20/04/1986, p. 6; **O Triângulo**, 10/02/1987, p. 2, 27/02/1987, p. 5, 15/04/1987, p. 2, 11/07/1987, p. 5, 11/07/1987, p. 5, 29/07/1987, p. 5, 17/09/1987, p. 5, 02/12/1987, p. 5, 08/01/1988, p. 1, 05/04/1988, p. 1, 20/04/1989, p. 5, 28/02/1993, p. 9.

<sup>67</sup> Mulher tira vida do marido a machadadas e deixa órfãos de pai seis crianças. Jornal **Correio de Uberlândia**, 17/02/1981, p. 2.

<sup>68</sup> Matou o marido com nove tiros. Jornal **O Triângulo**, 05/04/1988, p. 1.

<sup>69</sup> Mulher agride marido com uma rapadura, evitando ser morta. Jornal **O Triângulo**, 18/09/1991, p. 9.

<sup>70</sup> Mulher agride marido com enxada. Jornal **O Triângulo**, 09/11/1991, p. 9.

<sup>71</sup> Mulher tentou castrar seu marido a unhada. Jornal **O Triângulo**, 28/02/1993, p. 9).



funções tradicionalmente construídas. Contudo, não se pretende desconsiderar que, de fato, as mulheres e seus corpos são os mais afetados nas relações violentas.

O grego literato, Barthes, na obra “Fragmentos de um Discurso Amoroso”, menciona sobre essa espécie de inocência que mascara o fim desse amor concebido e vivido por muitos como eterno. Esse fenômeno resulta de uma imposição do discurso amoroso. (BARTHES, 1985). Essa reflexão nos auxilia sobre a concepção de ciúmes e daquele(a) que pretende ter razão, nas discussões conjugais e mencionar a frase, ponto final. Assim menciona o que aparece, nas cenas e nos sentimentos de casais, em algumas narrativas de entrevistados(as) que vivenciam violências:

como ciumento sofro quatro vezes: por que sou ciumento, porque me reprovo de sê-lo, porque temo que meu ciúme machuque o outro, porque me deixo dominar por uma banalidade: sofro por ser excluído, por ser agressivo, por ser louco e por ser comum. (BARTHES, 1985, p. 47)

Ao tratar do “Ciúme: o medo da perda” (1998) e “Ciúme: o lado amargo do amor” (2007), o psiquiatra e psicólogo Ferreira-Santos, analisando o psiquismo humano, esclarece e aponta para as causas do estado de ciúme. Para ele, sua origem mais profunda reside no inconsciente, refletindo alguma crise pessoal que se transfere para a relação na forma de desconfiança e agressividade. Baixa autoestima, sentimento de culpa e outras emoções e traumas podem estar distorcidos na complexidade de algumas mentes. Embora seja angustiante sentir ciúme, menciona que isso pode trazer benefícios para quem souber interpretar as próprias emoções. Por vezes idealizado e até romantizado, o ciúme, esse sentimento tão comum aos seres humanos que amam, pode ser, para além de cuidado e zelo, expressão de desconfiança e insegurança. Se, de início, as demonstrações de posse podem até 'apimentar' o relacionamento, com o tempo tornam-se manifestações cada vez mais descontroladas do medo de perder a pessoa amada. Neste livro, o psiquiatra mergulha fundo no tema do ciúme, explicitando suas causas e as consequências dramáticas para as relações afetivas como dependência, perda de autoestima e até distúrbios psicológicos graves, apontando possíveis saídas para situações neuróticas. Afinal, o ciúme acaba transformando o amor, sentimento com potencial altruísta, no mais exacerbado egoísmo (FERREIRA-SANTOS, 1998, 2007). Nas narrativas desta pesquisa sobre o ciúme que consome, tais questões aparecem no modo como os sujeitos vão se constituindo e organizando sua própria subjetividade.

A necessidade de exclusividade na parceria, de propriedade, de apropriação das pessoas não é natural, mas historicamente construída e tem causado tragédias em vários relacionamentos. Muitos vínculos autoritários se estabelecem quando um abdica (consciente ou inconscientemente) da autogestão e autoadministração da própria vida e transfere sua

autonomia, entrando no jogo do poder, a partir da submissão e da passividade. Na realidade, foi possível observar que nesta trama não há passivos, mas parceiros.

Como bem afirma Freire ao tratar também de aspectos do “amor complementar” e do tipo “amor suplementar” (1991, p. 79 e 82):

o máximo de segurança é a escravidão. Sendo escravos, somos propriedade de alguém, não corremos nenhum risco desde que obedeçamos às leis da escravidão, que não abrem mão do fundamental: não ser livre, não ter opção [...]. O autoritarismo pode estar escondido atrás de belas máscaras, sobretudo nas relações entre o homem e a mulher. As relações afetivas [...] [podem ser] perigosas. [...] um poderoso veículo para o autoritarismo: quanto maior o ‘amor’, maiores as possibilidades de dominação, principalmente quando ele lubrifica as relações de dominação.

Observa-se que, nas relações amorosas, acaba-se exercendo chantagens afetivas que subordinam um ao autoritarismo do outro. No caso da mulher, muitas respondem a isso se fazendo de vítima ou reforçando esse papel, o que é outra chantagem também autoritária e poderosa. Existem manipulações trágicas, que aprisionam, imobilizam, e práticas inconscientes, sem intenção e sem controle, desencadeando, entre tantas formas de violência, sombrios assassinatos passionais cotidianos, como se pode observar neste estudo. O que se verifica, na prática, é a negação das diferenças e a tentativa de regulação de um(a) pelo outro(a), utilizando-se da força, da chantagem, do medo, enfim da violência como uma das formas de comunicação entre o casal e, por isso, de manutenção da relação violenta.

Na reflexão metafórica “Relacionamento tipo tênis e frescobol”, do filósofo e escritor Rubem Alves (1999), dentre as suas várias configurações, os casamentos/relacionamentos podem ser de dois tipos: tênis e frescobol. Os do tipo tênis podem ser fonte de raiva e ressentimentos e terminarem mal, como muitos nas entrevistas realizadas na investigação. Os do tipo frescobol podem proporcionar alegria e têm a chance de vida longa.

Tudo o mais pode ser transitório. Entretanto, as relações que desafiam o tempo, não somente o cronológico, mas também o interno, parecem ser aquelas construídas sobre a arte de conversar. Afinal, a linguagem nos distingue. Há os carinhos que se fazem com o corpo e os que se fazem com as palavras. Na conversa, o corpo pode se mostrar, não em sua nudez anatômica, mas poética. O tênis pode ser um jogo feroz, cujo objetivo é derrotar o adversário. E a sua derrota se revela no seu erro: o outro foi incapaz de devolver a bola. Joga-se tênis para fazer o outro errar. O bom jogador é aquele que tem a exata noção do ponto fraco do seu adversário, e é para aí que dirige a sua cortada, que indica o seu objetivo sádico, que é interromper, derrotar. O prazer do tênis se encontra no momento em que o jogo não pode mais continuar porque o adversário foi colocado fora de jogo. Termina com a alegria de um e a tristeza de outro.

O frescobol se parece com o tênis: dois jogadores, duas raquetes e uma bola. Só que, para o jogo ser bom, é desejado que nenhum dos dois perca. Se a bola veio meio torta, sabe-se que não foi proposital e tenta-se devolvê-la gostosa, no lugar certo, para que o outro possa pegá-la. Não há rede que os separa, pois não há alguém a ser derrotado. Os dois ganham ou ninguém ganha. E ninguém fica feliz quando o outro erra. O erro de um, no frescobol, é um acidente lamentável, pois o gostoso mesmo é aquele ir e vir. E o que errou desculpa-se; e o que provocou o erro se sente culpado. Mas não tem importância: começa-se de novo o jogo em que ninguém marca pontos. A bola representa as fantasias, irrealidades, sonhos sob a forma de palavras. Conversar é ficar batendo sonho pra lá, sonho pra cá.

Em determinadas narrativas, quem vivência violência revela elementos do tênis, no qual a agressão (algum contato) parece representar doer menos que o silêncio e o desprezo, o desamparo e recebe-se o sonho do outro para destruí-lo como bolha de sabão. O que se busca é ter razão e o que se ganha é o distanciamento. Quem ganha perde. No frescobol é diferente: o sonho do outro é um brinquedo que deve ser preservado, pois se sabe que, se é sonho, é coisa delicada, do coração. O bom ouvinte é aquele que, ao falar, abre espaços para que as bolhas de sabão do outro voem livres. Bola vai, bola vem e pode crescer o amor. Ninguém ganha para que os dois ganhem. E se deseja então que o outro viva, para que o jogo nunca tenha fim.

Na relação conjugal de algumas travestis, a Sr.<sup>a</sup> Amendoeira (profissional UFU, entrevista 2016), 47 anos, Doutora em Ciências Sociais, professora no Curso de Medicina da UFU, compartilha que “[...] elas apanham, mas batem muito, os motivos são os mesmos que de relações heterossexuais, não tanto por baixa autoestima, mas por ciúme, por insegurança e medo de perder”. Isso foi verificado, nesta pesquisa, no relato do Sr. Delfínio, bem como no do Sr. Gerânio, ambos homossexuais e, no caso desse último, o contexto passional o deixou com graves hematomas. A professora ilustra sua fala citando que sabe de uma travesti que “prende o marido em casa para ele não sair e arranjar outra”. A professora ainda conta sobre vários casos com alguns maridos de travestis e que “não veem como cárcere privado”. Segundo contam a ela, “eles podem sair, mas têm horários para voltar”, “amarram na cama e eles não se separam”. O conceito de violência aparece como variável aos sujeitos e os vínculos pela intimidade/sexualidade são bastante semelhantes às representações que entrevistadas para a tese possuem.

Uma dificuldade a ser enfrentada nos relacionamentos parece residir em distinguir o ciúme, enquanto sentimento autoritário de posse, do ciúme (zelo) integrante do afeto, fruto do sentimento de totalidade que se pode atingir em relações amorosas exclusivas. Todavia, para mantê-las (ou não), muitos se utilizam da violência, recurso do autoritarismo. Uma mudança

qualitativa seria utilizar-se da sedução para a conquista amorosa, correndo-se o risco da negativa, da rejeição e da perda, mas descartando a lógica perversa da violência. Há, nas histórias, uma dinâmica de dores (in)visíveis: com enunciados sobre amores e paixões na dinâmica liberta-encarcera.

A obra “Feridas Invisíveis – abuso não-físico contra mulheres”, publicada pela educadora Miller, que descreve as experiências de vítimas, trata da violência não física, expressa no abuso psicológico, emocional, na coerção econômica, na restrição social. Atos sutis e cotidianos de poder confundem e dificultam a noção, até mesmo para as próprias pessoas que vivenciam o problema, minando seu bem-estar e sua autoestima e criando estado de confusão e impotência. Analisa causas históricas, sociais e conjugais. Denuncia o quanto o sistema social ainda está despreparado para lidar com esse problema e insensível para proteger quem o vive (MILLER, 1999). As dores internas são apresentadas nas narrativas de nossos sujeitos, seja por práticas mais veladas, sutis ou explícitas nas relações permeadas por violências.

No ensaio “Poder Simbólico”, o filósofo e sociólogo francês Bourdieu oportuniza reflexão contemporânea sobre o poder simbólico, com indagações sobre ele, suas configurações e mobilização nas relações estabelecidas por e com entes singulares e coletivos, classes sociais e grupos sociais. A abordagem do autor se faz em concepção relacional e sistêmica do mundo social, no interior da qual a genealogia dos conceitos de *habitus*, campo e capital cultural possuem centralidade. Só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder, ou mesmo daqueles que o exercem. Concentra-se nas situações em que esse poder é geralmente ignorado, fato que nos permite intuir que é reconhecido pelos agentes envolvidos. Considera a arte, a religião, a língua e outros campos como estruturantes, citados algumas vezes por ele como *modus operandi* para designar uma maneira de agir, operar ou executar determinada atividade seguindo os mesmos procedimentos-padrões nos processos. A classe dominante, cujo poder está pautado no capital econômico, tem em vista impor a legitimidade da sua dominação por meio da própria produção simbólica. O poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica e só se exerce se for reconhecido, o que significa que ele acaba sendo ignorado, passa despercebido, como forma irreconhecível e legitimada (BOURDIEU, 1989). Como ser o outro nessa sociedade para além de representações e significados é questão sobre a qual o autor auxilia a refletir, assim como também sobre as sutilezas de determinadas violências, nem sempre desse modo consideradas por quem as experiencia.

Nesta investigação, ouvi nos relatos sobre a (in)felicidade conjugal e enunciados sobre amores e paixões nas dinâmicas de liberação e encarceramento, compreendendo, por meio das representações neles presentes, alguns desses aspectos.

A Sr.<sup>a</sup> Magnólia (profissional SOS, entrevista 2016), 67 anos, dois filhos, casada duas vezes, avó, Psicóloga Clínica, publicou livro sobre relacionamento amoroso, em 2008, foi professora na UFU no Curso de Psicologia de 1980 a 1995. Ela acredita que “o amor é uma construção e que não existe o par perfeito”, sem idealização do relacionamento e do outro como contributo para as violências.

Vários estudos, cujos resultados, têm afinidade com os desta tese, contribuíram para que se pudessem compreender melhor as tais das relações violentas. A procuradora de justiça de São Paulo, Eluf, escreve, em “A Paixão no Banco dos Réus”, sobre crimes passionais, sob o prisma da igualdade de direitos entre homens e mulheres, no intuito de fazer uma retrospectiva histórica de fatos que marcaram o Brasil. Apresenta doze casos de crimes cometidos por homens, dois por mulheres e um caso homossexual, todos sob a justificativa da paixão. Analisa as causas e circunstâncias. A justiça algumas vezes puniu, em outras perdoou os autores das mortes. Analisa as teses apresentadas pela defesa e acusação em plenário do Júri. Mostra que o amor, considerado genuíno, não leva ao crime e que a legítima defesa da honra não deve ser utilizada como justificativa para assassinatos. Demonstra que mulheres emancipadas (e menos submissas e oprimidas) são menos vulneráveis aos crimes passionais (ELUF, 2002). Mesmo não privilegiando processos crimes, como o fiz no Mestrado, a discussão fomenta analisar enunciados amorosos, nesta tese, por meios das entrevistas. E a investigação revela que as estratégias de quem está submetido à violência em busca de autonomia, por meio de geração de trabalho e renda, retorno aos estudos, inserção em movimentos sociais, podem contribuir para as escapatórias.

O psicanalista Freire e sociólogo Brito, na obra “Utopia e Paixão”, enxergam a contaminação da mentira totalitária, não só no sistema político do Estado, mas em todas as relações cotidianas, na família, na escola, na sexualidade, no lazer, na disciplina, nos valores morais, nas mínimas regras de comportamento. Procuram compreender e experienciar o mundo pela dinâmica do cotidiano, pois somente aí pode ocorrer verdadeira revolução, utopicamente possível. (FREIRE e BRITO, 1991). Obra capaz de contribuir para analisar práticas políticas contemporâneas com viés totalitário, a exemplo do “Movimento Escola sem Partido”, imbuído de discussão, a meu ver, equivocada sobre a “ideologia de gênero”.

Na obra “Amor Líquido – a fragilidade dos laços humanos” (BAUMAN, 2003), verifica-se que se vive em contexto de incertezas, insegurança em relação à duração da ordem política e estabilidade de cada indivíduo, de fragilidade nas relações sociais ao se tornarem

mercantilizadas, descartáveis e individualizadas. A ausência de referência moral joga para as pessoas a responsabilidade de construir suas vidas sem porto seguro. A relação social pautada em responsabilidade mútua entre as partes que se relacionam é trocada por outro tipo de relação que o autor chama de conexão (termo extraído de sites de encontros). Aquilo que torna o relacionamento frágil, a conexão, como uma forma de se relacionar vigente na modernidade líquida, é a facilidade em não haver responsabilidade recíproca, em não haver pressão e prisão entre os participantes. Ambos podem, sem remorso, trocar seus parceiros por outros considerados melhores. Para tentar explicar a relação amorosa, utiliza as categorias Afinidade e Parentesco. O parentesco seria o laço inquebrável, de sangue (mesmo que tenha uma significação cultural maior que a biológica), é aquilo que não nos dá escolha; impõe-se e é impossível renegar, mesmo que não gostemos, e a cultura nos prescreve algumas obrigações e direitos rígidos em relação a eles. A afinidade é eletiva e passa por processo de escolha que pode resultar na firmação da afinidade ou na rejeição. Até mesmo a afinidade está se tornando pouco comum. As relações se desenvolvem com aquilo que têm, não com o que estão a fim de ter, sem se arriscar, amar sinceramente (se entregar). Não se consegue relacionar com o próximo por não se ter as ferramentas necessárias para iniciar a relação. As novas formas de se relacionar acabaram reduzindo a capacidade dos novos sujeitos de se relacionarem de maneiras mais antigas. O contato via rede social digital tomou o lugar da presença. Nos conflitos entre casais, identificou-se, em alguns relatos, que o entretenimento com conexões virtuais exacerbadas é apontado como facilitador de violências, com a representação de que não se tem recebido a atenção merecida e como fomento de ciúmes.

Bauman, ainda ressalta que se o outro é possível agressor e tira a possibilidade de aproveitar a vida de maneira plena, então não há sentido em amá-lo (no sentido pleno da palavra ‘amor’), em confiar em sua presença, em ter certeza que ele vale o amor. Relacionando isso com o número ascendente de diagnósticos de depressão e síndrome do pânico, o autor diz que o amor-próprio é resultado de ser amado. Esta é uma relação infinita e incessante: quando o sujeito percebe que sua voz é ouvida, que sua opinião é importante ou que sua presença será sentida, então ele percebe que é único, especial e pode ser digno de amor. Ser digno de amor é algo que só o outro pode nos classificar, o que fazemos é reconhecer esta classificação. Num processo de identificação com aquele que nos amou, também entende-se que a necessidade de amor existe nele (ou melhor, compreende-se a sua singularidade). Nós nos amamos quando nosso ego se identifica com o outro e, desta forma, amamos a nós, merecedores de amor, e amamos o outro identificado. O instinto de preservação não é suficiente para a sobrevivência. É necessário haver instância moral atuando nas definições do eu e do outro para que haja relação humana. Diante da incerteza em relação

ao outro, o amor nos é negado e negada a dignidade de ser amado. Não há amor-próprio e não há injunções sociais, significativas, que prescrevam o amor ao próximo e que façam desse amor algo fundamental na vida em sociedade. Amar o próximo não é natural, mas contra nossos instintos básicos: por isso é o ato fundador da moralidade. Se nossas ferramentas de relacionamento estão engajadas com nossa época fluida e se as injunções/prescrições para amar ao próximo estão cada vez mais formais e estabelecidas por códigos penais, então o caminho da sociedade é a autodestruição depois de um longo definhamento (BAUMAN, 2003). Contextualizar os sujeitos desse estudo na modernidade e relações amorosas líquidas favorece o panorama para análises.

Como historiadora não só tento (re)significar o passado, mas identificar e reconhecer modos e formas dos discursos postos em prática e verificar a função da cultura na dinâmica das transformações. Aparecem, com recorrência, nos relatos das entrevistas, os ressentimentos, humilhações “[...] me senti um nada”; “[...] me coloca lá embaixo”, “[...] como seu fosse um ninguém”, imaginários e sensibilidades, formas, maneiras, gestos e materialidades compõem as histórias do casal. Assim, outros aspectos são acrescentados para pensar conceitos construídos como teoria, mas a partir da cultura (alternativa, dissonante) como experiência e onde há subordinação, insubordinação, dominação, resistência, limites.

Elemento evidenciado é a relação ciúme e “amorosidade”, com acontecimentos que desvelam perversidades e processos mais ou menos sutis de abusos: “não podia sair”, “excesso de apego”, “ataques de fúria e de ciúmes”, “demonstro ciúme gritando, agredindo”; “ela queimou minhas roupas”; “ele jogava minhas coisas fora e queimava”, amor associado a proteção, a dependência e a cuidado. As narrativas das pessoas entrevistadas que experienciam violências, no que se refere às representações de femininos, aparecem com sentido de positividade e poder no “[...] aguentar/suportar a situação”, “[...] do cuidar”, “[...] ficar com dó”, na heteronomia (submissão, obediência, conduta imposta de fora, age em função de e pelo outro e não de si mesmo, portanto sem autonomia), mediante crenças nas futuras mudanças do outro. Algumas se casaram por terem perdido a virgindade, compreendida como honra e/ou devido ao fato de terem engravidado, o que revela representações e valores em relação à sexualidade, ao gênero e ao casamento.

Nas representações de gênero e poder, o ciúme como medo da perda e demonstração de insegurança, bem como de fragilizada autoestima pelo pouco conhecimento de si para lançar mão da linguagem em vez da violência para com esse sentimento lidar, torna os sujeitos reféns de si e do outro numa lógica espelhada, cujas vivências amorosas caminham lado a lado com as de sofrimentos e dores.

#### 1.4 Milágrimas: o peso da religião na perpetuação ou na contramão de abusos

**Não adianta olhar pro céu com muita fé e pouca luta [...] Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque Jesus sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer! Até quando você vai ficar usando rédea? [...] Na mudança de postura a gente fica mais seguro. Na mudança do presente a gente molda o futuro! (Até quando? Gabriel O Pensador, 2001).**

A epígrafe traz dubiamente a esperança de quem passivamente aguarda e se conforma ao que vive, mas também de quem pode com o apoio da fé promover mudanças. A análise dos relatos das entrevistas mostra vínculos das práticas no âmbito das instituições religiosas com a permanência ou superação das violências conjugais. Assim, nesta seção estão registrados e analisados esses depoimentos, evidenciando os significados da religiosidade no contexto de superação desses abusos.

A Sr.<sup>a</sup> Helicônia menciona “[...] a dor era tão forte que eu pensava em tirar a minha própria vida, e eu só não fiz isso porque eu procurei um Centro Espírita e fui atendida [...]. A dor que eu tinha eu sempre pensei em alguma coisa de bom, que aquilo ia passar, que eu ia melhorar”.

A Sr.<sup>a</sup> Convolvulus (vivenciou violência, entrevista 2016), 33 anos, doméstica, casou-se aos 14 anos, tem três filhos (dois do primeiro casamento e um do segundo casamento). Aos 26 anos, concluiu o Ensino Fundamental. Ela relata abuso sexual da filha aos 10 anos e conta que essa filha, em contexto de tentar esquecer a agressão, diz: “[...] mãe, agora que eu já estava esquecendo isso, que eu estava indo na igreja, eu estou me libertando”.

A narrativa da Sr.<sup>a</sup> Smilax (vivenciou violência, entrevista 2016), 42 anos, graduada em Ciências Sociais, tem dois filhos, sendo um de nove e outro de seis anos, é vendedora, com renda mensal de entre R\$2.100,00 a R\$3.100,00. Evangélica, fez Magistério, é professora, teve pais rígidos, o primeiro namorado tornou-se marido, após 6 meses de namoro, quando ela tinha 17 anos. Trechos de sua história são significativos sobre a função que ocupa a religião na convivência violenta. Assim, conta que

[...] as primeiras pessoas que ficaram sabendo dos meus problemas foram o casal de pastores da minha igreja. Eles falaram pra mim: ‘separa dele’, porque biblicamente fala que a mulher é a menina dos olhos de Deus. Então nenhum homem pode maltratar. Quando eu contei o que ele fazia, eles falaram: ‘você pode separar’. Antigamente, até hoje, tem muita igreja Evangélica que é muito fechada para o divórcio e você tem que comer o pão que o diabo amassou, mas não pode separar. Só que **a gente tem que ter uma fé inteligente**. Porque se você não separa enquanto dá tempo, depois quando morrer, também, o cara te matar, pior. Os pastores nesse aspecto falaram assim: ‘você vai separar’. (Grifos meus)

Em vários relatos, a religiosidade aparece como amparo, bem como justificadora da violência e sob várias interpretações. E, desse modo, para a Sr.<sup>a</sup> Consolida (vivenciou



violência, entrevista 2016)<sup>72</sup>, 42 anos, branca, manicure, fez até 7ª- série, depois cursos técnicos, possui três filhos, não utilizava contraceptivos, católica, viveu violências em 3 relacionamentos. Ela comenta: “[...] ainda durou dois anos, porque na época eu tinha na minha cabeça que foi como meu pai me criou: ‘separar só Deus’”.

A Sr.<sup>a</sup> Lisianthus revela o lugar da religião e de outras crenças que permeiam o imaginário com vistas a se desvincular da relação. Assim afirma: “[...] a gente era da mesma igreja, eu já era batizada, a gente tinha plano de casamento”. Mas, diante das espirais de violência, dos sofrimentos,

[...] eu falei: ‘mãe eu não aguento mais, me ajuda, faz qualquer coisa, faz macumba [...] Minha mãe conhecia uma mulher e eu liguei pra ela e falei pra minha mãe ir lá [...] Ela pôe carta na casa dela e cobrou R\$480,00 da minha mãe. No dia que fez três dias, eu larguei dele. [...]

A Sr.<sup>a</sup> Flor (vivenciou violência, entrevista 2016, 2017) pontua que se casou formalmente com o autor de violências, pois

[...] eu estava na igreja e tinham me chamado para trabalhar lá e a pessoa que mora amasiada não pode. Ele fica impedido. Na Igreja Evangélica, não só nela, mas na Católica também, acaba que é impedido. Eu não podia trabalhar na igreja. Podia assistir o culto normal, mas tinha vontade de trabalhar com evangelização de crianças. Eles não deixaram porque a gente não era casado. Aí o pastor falou: ‘vocês casam para que vocês possam trabalhar’. Foi onde surgiu essa coisa de casar. Mas no começo parece que eu nem ele (esposo) tínhamos essa empolgação. Por mais que a gente gostava um do outro. A gente via que muita coisa tinha que mudar. Mas aí ele: ‘eu já batizei, eu quero casar certinho, quero consertar a minha vida diante de Deus’. Eu falei: ‘então a gente casa’.

Devido às agressões, a Sr.<sup>a</sup> Flor separou-se desse esposo. No entanto, passou a manter relacionamento com outra pessoa, também protestante, porém de linha diferente e com mais restrições que a dela e com representações religiosas que fomentavam conflitos e vários tipos de abusos. Como outras, enfatiza que “no começo tudo perfeito”. Depois de pouco tempo de convivência, a religião dele e ele passaram a sufocá-la. Ele deseja casar-se formalmente com ela, mas ela resistiu e não aceitou, devido aos sofrimentos anteriores e nessa relação, sendo ele um dependente químico que promete com frequência “não beber, nunca mais”. E como ela “juntou-se” a esse outro, sem realizar cerimônia religiosa, a igreja a dispensou de suas

<sup>72</sup> Entrevista realizada, em 30 jun. 2016, 01 março de 2017, maio de 2017 com Sr.<sup>a</sup> Consolida, 42 anos, branca, manicure, três filhos (um de 24 anos do primeiro relacionamento, um de 22 anos do segundo relacionamento, ambos casados, sendo avó de um neto do mais velho, e uma filha de sete anos do terceiro relacionamento e que mora com ela), não utilizava contraceptivos, católica, fez até à 7ª- série e depois cursos técnicos. Viveu violências em três relacionamentos: o primeiro, tendo se casado aos 16 anos e ele aos 28 anos, negro, fez até 4ª série, pedreiro, durou dois anos; o segundo relacionamento, ela com dezessete e ele com dezesseis anos, japonês, durou quinze anos, ele ajudante de leiteiro, com 1º- colegial e curso técnico. Engravidou com 21 anos, sem violências físicas, mas com ciúmes e gritos; na terceira relação houve violências, traição, ele trabalha com usina e tem 57 anos; pai dela falecido e mãe dela com AVC (Acidente Vascular Cerebral) acamada há 6 anos e ela é quem cuida (a mãe reside com ela), foi obesa na 2ª gravidez (não é mais), e no último relacionamento foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, com duração 1h 58min., no trabalho dela após expediente.

atividades e ela perdeu os cargos/ministérios que possuía, ficando bastante decepcionada, pois tinha tido significativos gastos financeiros para adquirir as roupas exigidas para as cerimônias e recebia pessoas da igreja em reuniões, disponibilizando sua casa e lanches. Desse modo demonstra sua insatisfação e questionamentos:

[...] Os pastores ficam cobrando que a gente se case. O pastor da igreja dele é tão sem noção que envia mensagens de madrugada e vídeos nada a ver. Na igreja dele a mulher não pode nem depilar debaixo do braço e isso pra mim não dá. Já deixei claro que não vou frequentar a igreja dele, mas ficam insistindo. Ele diz [esposo]: “a mulher tem que ser submissa ao marido e quando ele quer sexo ela não tem direito de dizer que não”. Consideram que a mulher que perdeu a virgindade se perdeu. Eu discordo de tudo isso. [...] Não me convencem, quando pergunto sobre algumas partes da Bíblia. Estou decepcionada com a igreja. Quando mais precisei não me deram apoio e sem justificativa. Vou dar um tempo e não vou nem na minha igreja e nem na dele. [...] Eles exploram e o pastor é muito entrão. Quando me sentir bem em ir e se tiver desejo, eu vou.

A Sr.<sup>a</sup> Iris (vivenciou violência, entrevista 2015), 36 anos, 4 filhos, 2º grau, funcionária pública, evangélica, discorre sobre o impacto das crenças da mãe na sua vida e que constantemente a mãe, bastante rígida com ela, reforça: “[...] ajudo na faculdade, recebo os amigos em casa. Ela viaja para os eventos e graças a Deus; eu orei muito para que ela quebrasse aquele negócio que vai arrumar filho cedo. Aquela maldição, como dizem os Evangélicos, que falam que passa de pais para filhos. Então, eu orei muito para Deus quebrar isso nela e foi quebrado”.

Para a Sr.<sup>a</sup> Bromélia (vivenciou violência, entrevista 2015), como praticante evangélica, a religião aparece com o seguinte espectro restritivo:

[...] porque a igreja te limita o que você pode fazer. E aí você não é discriminada. Eu cantava no coral, tinha um cargo da igreja, era conselheira da mocidade. Então assim eu saí da igreja, porque eu queria conhecer outras coisas do mundo [...] **E dentro da igreja eles iam me disciplinar.** Eu não poderia fazer nada e só ficar dentro da igreja. Mas também não podia ir pra fora conhecer outras coisas. (Grifos meus)

A Sr.<sup>a</sup> Alisum conta no seu depoimento:

[...] eu ficava muito tempo lá naquela relação difícil. Eu fui educada, enquanto filha única, para ser uma mulher que graças a Deus eu agora consegui depois desse momento superar e voltar a ser porque eu fui educada para isso. Superando os obstáculos com enfrentamentos, mas acima de tudo com muita fé por conta dessa base religiosa. Mas aí, eu tive que deixar um pouco essa fé por conta dessa relação de poder do casamento, com meu marido violento.

Para a Sr.<sup>a</sup> Margarida, a violência assume conotação de “carma”. Assim diz: “[...] eu sou espírita e para aguentar tudo isso que eu vivi, eu criei meus filhos dentro da doutrina sem ele [ex-esposo] ir. Falo pra você: “olha o carma desse homem, olha o traste”. E o ex-esposo,

mesmo após separação e toda a variedade de violências contra ela, lhe diz: “[...] acho que nosso amor só vai ser concretizado depois que a gente passar para outra vida. Porque nessa vida, você não permite que a gente seja feliz”. Para ela, a violência é como destino e, portanto, predeterminada.

Chorando durante vários momentos da entrevista, demonstrando fragilidade, recitando poemas, cozinhando tapiocas para o meu acolhimento, o Sr. Crisântemo (vivenciou violência, entrevista 2016), na contramão de suas representações de gênero, cuja rigidez do lugar do feminino se despona, afirma a religiosidade como sinônimo de contentação, “doença que o sujeito procurou”, mediante o que se vive. Desse modo, o Sr. Crisântemo poetisa:

[...] Deus deixou no mundo alegria e tristeza. [...] É preciso procurar para vir alegria e paz. Lembre-se, não há vitória sem luta, às vezes podemos ter luta sem vitória, porque lutamos sem algo e o nosso algo é Jesus, sem ele nada podemos fazer. Se não alcançarmos a vitória aqui é porque vamos receber a recompensa no céu.

Constata-se o peso da religião na perpetuação de violências, tanto do ponto de vista de pessoas atendidas nas organizações pesquisadas como de pessoas que, ao buscarem auxílio espiritual para suas dores, são abusadas por membros da igreja. Uberlândia retrata situação peculiar, expressão de vários casos que ocorrem no país e no mundo, mas somente pequena parcela se torna pública.<sup>73</sup>

Interessante observar esses aspectos nos relacionamentos afetivos violentos, pelo viés do Senador Magno Malta (2017), que defende o “Movimento Escola Sem Partido” e contra ao que intitula “Ideologia de Gênero”, revelando a sua própria representação de gênero, de família e de ideologia:

eu quero dizer para o povo de Uberlândia e região, muito especificamente aos vereadores que estão sendo pressionados com essa história de LGBT, cada um defende aquilo que acredita. Mas nós aqui no Congresso Nacional, começando no Senado, depois na Câmara, não permitimos, e foi tirado do plano nacional de educação, essa história de identidade de gênero, porque é macho e fêmea, não tem cromossomo homossexual. Ninguém nasce um vegetal pra definir seu sexo depois. O que eles fizeram? Correram para as Assembleias Legislativas, em que a maioria absoluta no Brasil fechou as portas. Correram pras câmaras, pros planos municipais. A maioria fechou as portas e alguns, desavisadamente votaram. Vocês não têm obrigação de votar isso. Quem quer ensinar homossexualismo pra seus filhos na infância, que funde uma escola e leve a uma escola que você fundou e acredite. Os meus filhos e os seus filhos não têm que ter sua sexualidade a florada [na escola]. Isso é responsabilidade sua, de pai e mãe de família, não de professor, escola, nem de material

<sup>73</sup> Sobre casos divulgados pela mídia, sugerem-se: Pedofilia e cativo: clientela seleta: políticos, empresários e gente da alta sociedade. Na hipocrisia, seria algum também membro de comissão de direitos humanos como em Goiás ou usa batina como em caso próximo de nós? Disponível em: <https://brasildefato.com.br/.../rede-de-pedofilia-mantinha-c.../>; Pastor pedófilo casado com pastora estupra enteado de 5 anos, gay não declarado. <http://extra.globo.com/casos-de-policia/bianca-toledo-fecha-igreja-que-mantinha-com-marido-acusado-de-pedofilia-19679084.html?versao=amp>. Acesso em 20 de nov. 2017

homossexual pras nossas crianças. Isso é uma tentativa de desmoralizar e detonar definitivamente o valor de família. Por isso é que eu conclamo vocês, que são vereadores: não entrem nessa conversa. Se o sujeito quer usar um outro nome, um nome social como eles dizem, que use, mas pra que uma lei como essa? O cara quer ser homossexual, ele fez uma opção, seja homossexual. Deus deu o livre arbítrio ao homem. A regra da boa convivência é o respeito. Nós temos que respeitar a decisão e a opção deles. **E eles precisam também nos respeitar e respeitar uma família que é majoritariamente cristã, como é esse país. Eu conclamo vocês, vereadores, famílias de Uberlândia, não entrem nessa conversa fiada, porque família é a primeira instituição que Deus criou. E criou macho e fêmea.** (Senador Magno Malta, 04/05/2017, um dia antes votação do legislativo de Uberlândia que aprovou nome social com 6 votos contra dos 27 vereadores)<sup>74</sup>

A Sr.<sup>a</sup> Iberis (profissional CIM, entrevista 2015), 31 anos, advogada, Delegada de Mulheres, compartilha visão de que “[...] as mulheres mais velhas vivem mais tempo na violência do que as mulheres mais novas. As mais velhas são mais machistas”. E, em “alguns casos, permanecem na violência por causa da religião e a maioria é evangélica. Muitas procuram o pastor, para depois irem à Delegacia. Muitas agressões são porque a mulher deixa de fazer o que foi designado pela sociedade machista, como cuidar dos filhos e da casa”. Percebo que o sexismo revela investimentos culturais e sociabilidades que vão se enraizando.

Outra entrevistada, a Sr.<sup>a</sup> Poinsetia<sup>75</sup> (profissional UFU, entrevista 2016), 63 anos, classe média alta, Doutora em História, professora universitária em faculdade privada, assessora de legislador, aposentada da UFU, pesquisadora do NEGUEM e conselheira do CMDM, comenta que “a bancada religiosa também impacta muito e negativamente qualquer avanço sobre gênero. O Congresso é altamente conservador e religioso, dificultando a aprovação de projetos. Sendo assim, temos que usar de estratégias e modificações para que os projetos sejam aceitos e existe também um analfabetismo dos próprios políticos”.

A entrevistada Sr.<sup>a</sup> Edelvais (profissional UFU, entrevista 2015)<sup>76</sup>, 62 anos, Graduação em Ciências Sociais e História, doutora em Ciências Sociais, aposentada UFU, pesquisadora NEGUEM/UFU, pondera que alguns grupos religiosos impactam negativamente na questão de gênero e avanços, pois, no contexto, muitos estão nos cargos públicos, “influenciando classes e as relações de poder, com seu machismo, preconceito e deturpação”. Avalia que são pessoas articuladas e com argumentos que provocam eco social. “Falam que as feministas e a discussão de gênero querem acabar com as famílias”. Compreendemos que o conceito de família se relaciona a laços afetivos e a múltiplas configurações em oposição às concepções fixas propagadas por segmentos religiosos.

<sup>74</sup> Disponível em 04/05/2017 em: <http://v9vitoriosa.com.br/politica/senador-magno-malta-conclama-vereadores-de-uberlandia-a-votarem-contr-a-identidade-de-genero/>. Acesso em 20 de nov. 2017.

<sup>75</sup> Entrevista realizada, em 19 mai. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Poinsetia, duração de 1h 19min., no trabalho.

<sup>76</sup> Entrevista realizada, em 21 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Edelvais, duração 1h 1min., na residência dela.

Constata a Sr.<sup>a</sup> Amendoeira (profissional UFU, entrevista 2016), que “um dos maiores enfrentamentos é a religião, que está presente na UFU, na prefeitura, no Ministério Público, em todos os espaços. Isto e a omissão mancham toda a instituição pública e favorecem a violência contra as mulheres e doméstica”. Cientes ela e eu de que a violência doméstica abrange leque mais amplo de sujeitos e da esfera conjugal.

A Sr.<sup>a</sup> Urze (profissional SOS, entrevista 2015)<sup>77</sup>, psicóloga, com curso de Especialização, regime CLT SOS relata outro atendimento em que “[...] a mulher de 50 anos teve vários relacionamentos, o primeiro marido era violento com ela e os filhos. Ela tinha desejos sexuais e ele era preconceituoso, eram muito jovens”. E continua: “o segundo esposo não tinha ereção e ele tinha uma relação incestuosa com a irmã e mãe, ele não quis fazer tratamento psicológico. E os médicos diziam que ele não tinha nada, ficava violento por este motivo, eram de classe social média e transpareciam ser felizes e tranquilos”. O filho mais velho agredia a mãe e foi afastado pela Lei Maria da Penha. “Ela realizou seus desejos tendo vários parceiros, mas sem penetração, levando-os para casa dela, ela se resguardava por causa da religião evangélica”. Na história dela “há abandono da família e perdeu o filho mais novo em um acidente de carro e justamente o filho com o qual se dava bem. A Igreja é o que a fazia forte, depois de tantas perdas e sofrimentos. E, por último, ela tem um terceiro esposo violento”. A profissional conclui que “o ser humano é a sexualidade, a violência, o poder, a vaidade tudo junto”.

Segundo a profissional Sr.<sup>a</sup> Fuchsia (profissional SOS, entrevista 2015)<sup>78</sup>, Assistente Social SOS, com curso de Especialização, regime CLT da SOS Mulher e Família, 24 anos, negra, “[...] as famílias, adeptas a certas religiões, às vezes dizem: ‘você tem que arrumar a situação, então fica caladinha, antes com ele, pior sem ele’”. Muitos “não aceitam a separação, pois vão ficar mal vistos na igreja e as mulheres seguem muito a cabeça do pai, do marido, até do filho”.

A funcionária pública Sr.<sup>a</sup> Forsythia<sup>79</sup>, pedagoga, 39 anos, evangélica, três filhos e uma neta, atua no administrativo/recepção e auxiliou na brinquedoteca do CIM, menciona que “tem casos em que a vítima é a autora da violência, e que a mulher mente. Ela se compadece por muitas vítimas e ora com elas, porque diz que Deus é um só”. Passa a sensação de que deseja atuar como juíza para julgar a veracidade ou não das histórias que ali chegam, mas com aval divino, nada técnico ou especializado dentro um Estado que deveria atuar de modo laico.

---

<sup>77</sup> Entrevista realizada, em 24 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Urze, duração de 1h 40min., no trabalho.

<sup>78</sup> Entrevista realizada, em 24 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Fuchsia, na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 40min.

<sup>79</sup> Entrevista realizada em 06 jan. 2017, com Sr.<sup>a</sup> Forsythia, duração de 1h., na residência dela.

Para a Sr.<sup>a</sup> Urze, trabalhar na ONG está sendo gratificante “para desmistificar preconceitos, a abordagem, como o trabalho é conduzido, não se fazendo filiação com as questões religiosas”. Demonstra a necessidade de intervenções laicas, por mais que as pessoas atendidas tragam o peso da tradição e representações religiosas para as sessões.

As narrativas apontam para representações de que uma força divina externa pode ser responsável pelos acontecimentos, por vezes eximindo os sujeitos de serem copartícipes das próprias e difíceis escolhas de que decorrem ganhos e perdas.

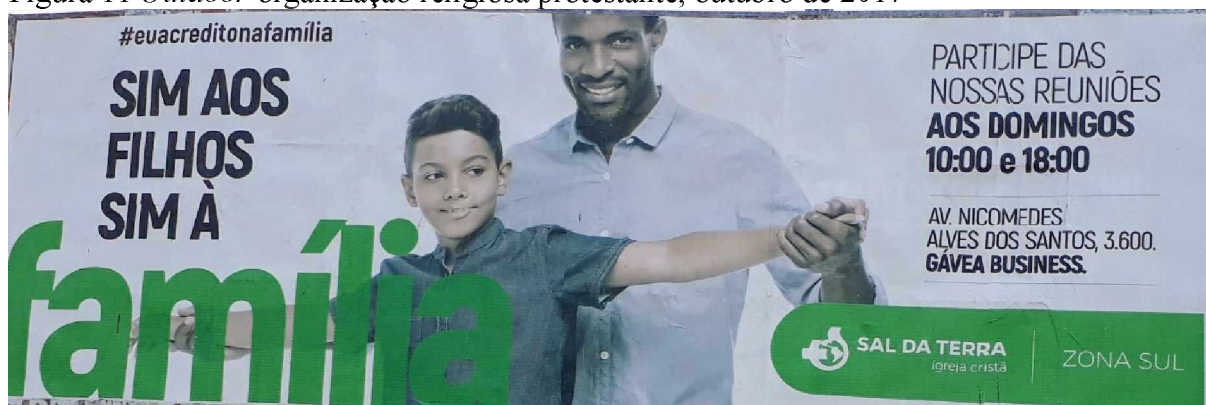
Mensagens imagéticas reforçam representações idealizadas, fixas, estáticas de família, com estímulo para que casais permaneçam unidos, o que certamente impacta o imaginário social e pesa no momento de avaliar a própria relação permeada por violências. Os exemplos a seguir são ilustrativos.

Figura 10 *Outdoor* de organização religiosa protestante, outubro de 2017



Fonte: *outdoor* fotografado pela pesquisadora na zona sul da cidade, em 23 de outubro de 2017

Figura 11 *Outdoor* organização religiosa protestante, outubro de 2017



Fonte: *outdoor* fotografado pela pesquisadora na zona sul da cidade, em 28 de outubro de 2017

Os *outdoors* acima ilustrados começam a ser inseridos em pontos de grande circulação de pessoas, no contexto de discussão do Projeto Movimento Escola Sem Partido, bem como

da presença da filósofa Judith Butler no País e o debate que envolveu representações de gênero nas relações de poder, bem como amaldiçoamentos<sup>80</sup>.

Em entrevistas<sup>81</sup>, a filósofa Butler diz que, ao contrário do que a acusam, não objetiva destruir a identidade e a sexualidade. Afirma ter argumentado apenas que devemos pensar sobre "como nossas identidades são organizadas e a linguagem que usamos para expressar quem somos". Tece uma crítica ao "catolicismo de direita" (termo por ela utilizado), o que mobilizou quem acredita que o conceito "gênero" nega as diferenças naturais entre os sexos e ameaça o casamento e a família, bases da heteronormatividade. Desse modo, considera que "se você baseia a sua visão de mundo na Bíblia, então, a ideia de gênero pode ser mesmo ofensiva."

Assim, mulheres percebem que podem fazer mais, homens podem se expressar mais. O gênero abre para elas a possibilidade de respirar, viver, pertencer. É um espaço de compaixão para a luta que enfrentam. Parece que as pessoas que se opõem à minha presença não estão realmente abrindo livros e aprendendo sobre a teoria do gênero. A oposição se baseia em um fantasma, que parece ser excitante e assustador. Eles pensam que talvez eu seja um pesadelo vindo para a cidade, mas eles estão no meio de um pesadelo de sua própria criação. (Folha de SP, *online*, 19/11/2017)

Desse forma, são identificadas determinadas práticas religiosas e representações sociais a elas ligadas que contribuem para o reforço de dicotomias e fixidez de funções masculinas e femininas, bem como para a perpetuação de agressões e de variadas escolhas dos sujeitos em meio a elas, orientadas por esses saberes-poderes. Em algumas ocasiões, são significadas como o ter que se contentar com o que se passa no relacionamento, com a cristalização e naturalização de abusos, de que "em outra vida haverá melhorias", como "maldição que passa de pai pra filho", legitimação da submissão de mulheres aos homens, limitação de práticas sociais e, em outros, de ousar possibilidades de lidar com as situações,

<sup>80</sup> Acerca de amaldiçoamentos, foi emblemática a estadia da filósofa, socióloga e antropóloga americana, Judith Butler (2010), no Brasil, em novembro de 2017, e as repercussões, sob acusações, fomentadas por grupos que se dizem religiosos e com representações de determinado tipo de "família", de que a escritora, com suas produções e participação em eventos, estaria comprometendo a identidade humana. Houve manifestações favoráveis e contra sua presença. O ritual de queima da imagem dela parece também queimar o diálogo, a tolerância e a possibilidade de ser nas diferenças.

<sup>81</sup> JORNAL GLOBO (G1). Grupos Protestam na Zona Oeste de SP a favor e contra a Filósofa Judith Butler. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grupos-protestam-na-zona-oeste-de-sp-a-favor-e-contra-filosofa-judith-butler.ghtml>. Acesso em: dez. 2017. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/as-pessoas-que-se-.../>>. Acesso em: dez.2017  
BUTLER, Judith. "Ideologia de gênero: rastros e significados. Disponível em <<http://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>>. Acesso em: dez. 2017. BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre o fantasma de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/.../1936103-judith-butler-escreve-s...>>. Acesso em: dez. 2017.

permeando proibições, dificultando estar no relacionamento de um outro modo, problematizando-se as discriminações, especialmente a partir de trechos de escrituras religiosas, interpretados como hierarquia dual e essencialista de femininos-masculinos, masculinos-femininos. Destacou-se, em alguns casos, a espiritualidade como o porto seguro que motivou o afastamento da violência vivida, uma força externa que decide sobre os rumos dados à trajetória. Boa parte das pessoas entrevistadas, tanto as que estão em situações de violência como as(os) profissionais, é cristã, sendo a maioria protestante evangélica, algumas espíritas e outras católicas.

### **1.5 AMARdilhas nas tramas da “conjugalidade”: vozes dissonantes e ambivalentes gritam**

O amor é um grande laço, um passo pr'uma armadilha [...]. (Djavan, Faltando um Pedaco, 1981)

Como o termo “refém” do poder do outro, elaborado a partir da análise dos depoimentos, se tornou significativo para esclarecer histórias de violência conjugal, faz-se importante destacar que estar refém<sup>82</sup> refere-se àquele que, contra sua vontade, se submete ao poder de outra pessoa com a garantia de que algo será realizado. O que não impossibilita criar estratégias para a saída do processo de violência e reinvenção da história de vida. O que auxilia a compreender representações envoltas por naturalizações, mas também seus questionamentos, bem como reconhecer as “espirais” das violências, e suas possíveis ritualizações ou atitudes que as limitam.

Cientes, ainda, de que a circularidade cultural (CHARTIER, 1988, 1990) reforça ou questiona crenças e representações, recorre-se também, como componentes do cenário contemporâneo, aos anúncios publicitários, às reportagens sobre a Escola de Princesas pioneira em Uberlândia, às imagens de eventos e ao conteúdo do hino universitário do Curso de Engenharia e de outros cursos da Universidade Federal de Uberlândia, cuja banalização e apologia à violência são tônicas e, com suporte em paradigmas tradicionais, colaboram para a reflexão sobre o modo como são expostas e veiculadas determinadas representações sociais sobre violência de gênero na sociedade, com seus efeitos.

Ao ser identificada, neste capítulo, a cultura com viés sexista em que se balizam alguns relacionamentos ou o avesso dela, entende-se melhor os silêncios, impunidades que podem, por vezes, funcionar como cúmplices de violências, bem como inconformismos com as imposições.

---

<sup>82</sup> Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Refém>, pesquisado em janeiro de 2017 e em: <https://www.dicio.com.br/refem/>. Acesso em 10 de julho 2017.



Há contribuições de Passerini (2011), quando essa menciona o valor da categoria gênero para a história oral, mas adverte sobre a relevância em cruzá-la com outras categorias, como classe, geração, raça/etnia, grupos de pertencimento, história de vida, questionando os binarismos e o pressuposto ingênuo de que gênero une mulheres e de que esse não é assunto apenas de vanguarda. Nessa perspectiva, esta seção expõe a análise sobre o processo de ser refém de outro(a) e outras possibilidades de relacionar-se.

Assim, a Sr.<sup>a</sup> Nigella (vivenciou violência, entrevista 2016)<sup>83</sup>, 23 anos, negra, cursa Administração em faculdade particular, viveu violências, não atendida em instituição, trabalha como babá nos fins de semana e vende doces. Aos doze anos, brincando na casa da vizinha, o irmão dessa, de dezoito anos, a chamou para pegar uma cruzinha debaixo da cama no quarto dele. Ele estava com um amigo, trancaram o quarto e, fazendo-a de boba, a apalpam e colocaram os dedos nela. Não teve penetração porque não dava, por estar debaixo da cama. Ela gritou muito e eles a deixaram sair. Ela não sabia definir os sentimentos, além de vergonha, e não contou nada para ninguém, pois não sabia o que iam pensar. Depois de um tempo, uma amiga, que era a única que sabia, contou para os pais dela. Ela começou a fazer terapia, mas nunca conversou com os pais. Aos dezesseis anos, a mãe dizia que a culpa daquilo era dela, e ela ficou muito chateada, pois era uma criança. O pai, com o qual tem mais abertura para compartilhar sofrimentos e questões ligadas à sexualidade, comprou outra casa, se mudaram, mas até concretizar a compra ela ficou morando com a avó e o rapaz continuou a assediá-la. A Sr.<sup>a</sup> Nigella conta que uma vez, vendo um filme, ao ver uma cena em que o homem pede para a mulher tirar a roupa, entrou em desespero e saiu correndo, descendo 10 andares de escada. O namorado, que estava com ela, a acolheu. Ele se mostra compreensivo por saber que ela tem esse trauma.

São inúmeros os fatores alegados como inibidores da busca de ajuda, como demonstrou o resultado da análise dos dados das entrevistas, e cada caso é único. Entre esses fatores, destacam-se, no material pesquisado – entrevistas e vídeo educativo-preventivo institucional<sup>84</sup>, e em cada caso com determinada peculiaridade e configuração –, a crença de que a violência é temporária, consequência de fase difícil; receio de possíveis dificuldades econômicas na ausência do esposo; dependência emocional; a situação dos(as) filhos(as) caso o companheiro tenha ficha na polícia ou fique desempregado; vergonha perante os(as) filhos(as) e de ser vista como espancada; pena do autor da violência, que, segundo algumas,

<sup>83</sup> Entrevista realizada, em 21 nov. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Nigella, na faculdade onde ela estuda, duração de 21min.

<sup>84</sup> NOVAIS, Gercina e outras. Por que Ela Simplesmente Não Vai Embora? Uberlândia, ESAMC, 2010. 1 DVD-ROM vídeo educativo, (8min.43seg.), son., color. E “Quando você não busca ajuda, a violência permanece no escuro”, vídeo educativo (1 min), son., Produção Seven Comunicação e equipe SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2017.

“é violento só quando bebe”; falta de apoio familiar; medo do autor das violências; sentimento de culpa; receio de ficar sozinha; falta de informações e de ajuda especializada; baixa autoestima; isolamento; falta de infraestrutura e atendimento precário de Delegacias gerais, especializadas ou juizados especiais e/ou descrença nos serviços prestados; violência institucional; ausência de escuta ativa e acolhimento; “Síndrome de Estocolmo”<sup>85</sup>; gratidão ao homem por não matá-la, o que substitui a raiva ou medo; visão religiosa de conformação, entre outros.

Para Saffioti, a força reside na relação que apresenta dinamicidade. A articulação entre poder e impotência descrita por ela, apoiando-se na análise de outros (as) autores(as), demonstra que a violência pode ser desencadeada a partir da necessidade que se tem de fazer maior o pequeno poder gozado no vínculo. O exagero aparece como ocultamento da pequena parcela de poder desfrutado, para o estabelecimento do amor próprio, defesa da autoimagem e fruto do medo cultivado na impotência (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p. 43). Como consequência

a incapacidade de lidar com o desamparo e de suportar as contradições restringe sobremodo as possibilidades de se aparem as arestas nas relações amorosas, propiciando, assim, a prática da violência (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995, p.43).

Desse modo, relatos detalhados em relatórios de pesquisas nos prontuários de atendimentos da SOS Mulher e Família (2001)<sup>86</sup> expõem semelhanças com relatos das entrevistas com quem vivencia violência (2014-2017), destacam também alegações que dificultam solicitação de auxílio e constataam a complexidade de vivenciar violências com pessoas próximas. Alguns argumentos que justificam não se ter buscado auxílio antes ou ter

<sup>85</sup> “Síndrome de Estocolmo”, em referência ao assalto de Norrmalmstorg do *Kreditbanken* em Norrmalmstorg, Estocolmo, em 1973. Nesse episódio, as vítimas continuavam a defender seus raptos mesmo depois dos dias de prisão física terem terminado e mostraram comportamento reticente nos processos judiciais que se seguiram. Entendido como estado psicológico em que uma pessoa, submetida a um tempo prolongado de intimidação, passa a ter simpatia e até sentimento de amor ou amizade pelo seu agressor. De um ponto de vista psicanalítico, pessoas que possam ter desenvolvido ao longo de experiências na infância, com seus familiares ou cuidadores, algum traço de caráter sádico ou masoquista implícito em sua personalidade, podem, em certas circunstâncias de abuso, desenvolver sentimentos de afeto e apego por agressores. De uma forma geral, estes processos psíquicos inconscientes e sua relação entre vítima/agressor, podem ser entendidos em contextos onde a situação de agressor e abusado se repete. Inclusive no caso de mulheres que sofrem agressão por parte dos cônjuges e, mesmo muitas vezes tendo recursos legais e apoio familiar para abandoná-los, ainda persistem em conviver sob a atmosfera de medo. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Síndrome\\_de\\_Estocolmo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Síndrome_de_Estocolmo). Acesso em: 20 de ago. 2017. Consultar: Disponível em: «Crime que originou "Síndrome de Estocolmo" completa 40 anos | EXAME». [exame.abril.com.br](http://exame.abril.com.br). Acesso em 20 de ago. de 2017.

<sup>86</sup> Pesquisa realizada em 424 Prontuários de atendimento da SOS Mulher e Família de Uberlândia, jan. a dez. 2001, sob coordenação de Viviane de Souza Lemes (Especialista em História e Graduada em Direito, voluntária da SOS e Chefe da Seção de Assuntos sobre Violência Conjugal e Familiar da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Análise dos dados por esta doutoranda que defende a tese.

havido a opção por não registrar a ocorrência estão relacionados aos filhos(as): "falta de tempo e pena dos filhos", "para não prejudicar o filho", "pelos filhos(as), por ser pai deles(as)", "sempre releva pelos meninos", "pensou nos filhos, ficou com pena e medo", "ele disse que se ela denunciasse, ele não daria pensão", "ele não espanca, a violência está em ele deixar a família sem comer", "medo da agressão dos filhos".

Nos relatórios (2001) aparece também a crença de mudanças por parte do cônjuge ou de poder mudá-lo: "sempre fico esperando melhoras", "espera que a violência acabe", "acreditava que ele iria melhorar, mudar".

Nesses prontuários de atendimentos (SOS, 2001), bem como nas entrevistas realizadas (2014-2017), aparecem como registro o descaso por parte das autoridades e descrença nos serviços prestados: "a polícia só foi na minha casa, mas não registrou ocorrência", "o doutor fez gozação e não registrou, precisava de testemunha", "não resolve", "a polícia não registra e disse para os outros filhos agredirem o irmão", "ligou para o 190, mas a polícia não apareceu", "registrou queixa, mas foi muito mal atendida e teve que falar na frente de todos", "na Delegacia foi atendida, pediram que ela elaborasse carta para delegada", "fez ocorrência, mas o atendimento foi horrível", entre demais narrativas.

Outros motivos alegados para a não separação são o medo, ameaças, desinformação, drogas, concepção de violência como sendo somente física, violência institucional e descaso, promessas feitas e devido à preocupação com outros familiares, além de sentimentos provenientes de vínculos familiares, tais como "medo da reação", "porque não tinha jeito", "não sabia", "quando o efeito do álcool passa, pede desculpas", "foi no advogado", "por vergonha", "aparenta ser bom", "porque nunca me bateu", "eles são mais fortes", "procuro controlar", "gosta muito dele", "sempre me ameaçava", "pena dele", "por causa da avó que iria se magoar", "esperava a volta", "ela não, mas a escola registrou ocorrência", "ficou com pena", "enforcou", "prometeu não fazer e estava de cabeça quente", "foi a primeira agressão", "não tinha como sair de casa, era proibida", "sua mãe estava doente e idosa e lhe impedia", "não houve agressão", "disse que mataria, medo, constrangimento", "não conhecia trâmites legais", "registrou como briga de casal", "ela retruca com palavras", "depois da queixa ficou pior, mais agressivo", "ah, enfrento ele, não deixo me bater não!", "policiais ouviram só marido e foram embora", "não acredito que seja problema", "não tive necessidade", "fico magoada, sinto raiva, medo e dó dele", "porque sou Evangélica, não queria prejudicá-lo", "sempre pede desculpas", entre tantos. (Relatos de relatórios, diagnósticos SOS 2001 e entrevistas para a tese 2014-2017).

A Sr.<sup>a</sup> Áster<sup>87</sup> (vivenciou violência, entrevista e relato autobiográfico, 2016), 47 anos, Mestre em Jornalismo, fez duas faculdades: Jornalismo e Administração, é professora em cursos de graduação, branca, solteira, classe média e sem filhos, porém com 2 cachorros. Como filha, na entrevista, prioriza avaliar situações dos pais e impactos da relação violenta deles em sua trajetória, quando era criança e adolescente e na vida adulta. Verifico que a escolaridade, maturidade e o fato de ela estar em processo terapêutico e de autoconhecimento há anos lhe proporciona jeito singular de expressão sobre a própria trajetória vivida e (re)elaborada, colocando-se com clareza e profundidade. Ela é pós-graduada e sua entrevista, por ela redigida uma vez que o fruto do encontro se perdeu por problemas técnicos, ilustra os impactos sofridos pelas crianças que convivem em ambiente de violência doméstica, cuja “espiral” parece, aos olhos delas, não ter fim. E assim ela explicita, com olhos lacrimejantes, que teve pai alcóolatra e bipolar, o que, na época, não se diagnosticava com precisão, e que ele agredia a mãe. Ela e as irmãs sentiram falta do amor da mãe, que sempre se preocupou em cuidar do pai. Quando o pai morreu, relembra a Sr.<sup>a</sup> Áster:

[...] o dia passou arrastado, muito arrastado. Não conseguimos mais dormir, era choro por dentro e por fora. Além do choro, uma pecaminosa sensação de alívio. Dentro do meu peito, o coração quebrado pela tristeza do luto e pela alegria de saber que o pesadelo acabaria naquela noite, para nunca mais voltar. **O pesadelo das fugas nas madrugadas, de dormir vestida** porque talvez fosse necessário pular a janela e sair correndo com a roupa do corpo, rumo a uma casa segura, qualquer que fosse. (Grifos meus)

Comenta ainda que no velório aprendeu a tomar café. Diziam que despertava e queria permanecer acordada.

[...] Era difícil para mim, então com treze anos, entender que aquilo era verdade. Chorei muito, de tristeza e de culpa. **Culpa por sentir alívio** [...] Lembro-me de ouvir os adultos dizendo que eu daria trabalho. Que meu sofrimento era muito. Eu não conseguia parar de chorar e de conversar com o corpo inerte, como se o defunto pudesse me ouvir. Não me lembro o que falava, talvez pedisse **perdão por ter desejado que ele partisse**. Eu era muito **pequena para conviver com todo aquele sofrimento** que as famosas “crises” traziam. Fugir de casa com a roupa do corpo e depois **voltar como se nada tivesse acontecido**. [...] (Grifos meus)

Atualmente, tendo realizado mais de quinze anos de terapia, enxerga o conflito daquela garota de treze anos e os sentimentos contraditórios, com os quais não sabia lidar. Segundo a Sr.<sup>a</sup> Áster, as crianças não eram poupadas. Elas conviviam com as questões dos

---

<sup>87</sup> Entrevista autobiográfica realizada, em 25 mai. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Áster, duração 2h, na residência dela. Como a entrevista não foi gravada por problemas técnicos, posteriormente ela narrou e encaminhou por escrito a mim. Isso se deu por vontade própria e pela dificuldade em se reunir devido a sua sobrecarga de trabalho. Também constatou que a possibilidade de escrever lhe favoreceu ter contato de um outro modo com sua própria experiência.

adultos. Ouviam, participavam. Eram filhas obedientes. O que a mãe dissesse, fariam, fosse qual fosse a circunstância. Não passava pela cabeça da filha voltar para casa depois das crises.

Lembra-se, de maneira dolorosa, que as últimas palavras que o pai lhe dirigiu foram “a porta da rua é serventia da casa”. Por isso, ela diz odiar essa frase e jamais a utilizar em alguma circunstância. Também não usa “zero à esquerda” e tem ojeriza a telefone que toca de madrugada. Na última vez que viu o pai com vida, ele estava expulsando todas de casa mais uma vez. Ela adorava estudar e foi tirada da escola. Não havia tempo de ser matriculada onde estavam, então todas perdiam o ano. Em repentes, a mãe novamente pede para saírem depressa que ele estava em “crise”.

Dessa vez, ao contrário de todas as outras, não saíram fugidas.

[...] Saímos com ele na garagem, quase que nos vigiando. Nossa casa ficando inteira para trás. Roupas, calçados, livros. Eu já era adolescente e pedi, tentei argumentar explicando que a gente havia mudado toda a nossa vida. Ele retrucou com aquela maldita frase. Como doeu. Mais que um tapa, mais que qualquer agressão física. Foi assim **nossa história, marcada por agressões psicológicas, emocionais, afetivas. Com minha mãe, a história era outra. Eles se atracavam fisicamente, jogavam coisas um no outro.** Até hoje minha mãe diz que, quando ela morrer, quer que seja colocado um tijolo [ela jogou certa vez nele e ele recuou] no caixão. Eu vou colocar, não sei o que as meninas vão dizer, mas não importa. Não me lembro quando percebi a primeira crise. O que me lembro é que, sem mais nem menos, a gente percebia que havia alguma coisa errada. Minha mãe nos pedia que dormíssemos de roupa, calçado e prontas para sair a qualquer momento. Dormíamos no mesmo quarto, éramos quatro crianças, isso era comum naquele tempo. **Ela esperava que ele dormisse pesado e nos tirava de casa,** uma por uma. Eram noites, podiam ser frias, quentes, não me lembro. Só lembro das saídas furtivas. **De sair de minha própria casa escondida, tentando não fazer barulho.** Éramos levadas para um lugar seguro. Casa de avó, de vizinhos, de colegas de trabalho. Qualquer lugar em que ele não pudesse nos encontrar. Algumas vezes, minha mãe ficava conosco. Outras, ela voltava para enfrentá-lo. Cada “crise” era de um jeito. (Grifos meus)

Ela não se lembra se havia um padrão, mas que a mãe as tirava de casa e voltava é marcante

[...] Algumas vezes, ela conseguia convencê-lo a internar-se em uma clínica psiquiátrica, onde ele era acalmado. Já maior, fiquei sabendo que ele tomava eletrochoques, ficava amarrado às camas, tomava medicamentos fortes. Até que a crise passava e o pesadelo maior recomeçava. Éramos obrigadas a voltar para casa. Me dá vontade de gritar, agora, enquanto descrevo. **Não, por favor não me obrigue a voltar! Não tenho forças.** Vivemos assim por muitos e muitos anos. Fugindo de casa. Nos escondendo. Faltando à escola. Escondendo dos amiguinhos o motivo das ausências tão longas das aulas. Vivendo de favor nas casas de pessoas que não conhecíamos. E depois voltar a viver na mesma casa, morrendo de medo, sem qualquer tipo de segurança de que aquela história nunca mais iria acontecer. **Meu pai conversava com a gente, pedia desculpas algumas vezes. Em outras, tudo voltava a ser como era, não se falava em nada.** A vida voltava ao seu curso. Voltávamos para casa, para a escola, para as brincadeiras com os amigos. (Grifos meus)

A Sr.<sup>a</sup> Áster cresceu em uma atmosfera marcada pelo medo. Mas principalmente, tinha medo de voltar para casa depois das crises, porque não sabia quanto tempo duraria a calmaria. Relata que talvez tenha visto nas irmãs o único amor que considerava verdadeiro. “Meu pai me amava, mas ficava agressivo. Minha mãe me amava, mas nos deixava na casa de estranhos para ir cuidar dele. Ela nunca o abandonou, mas nos deixou com medo e sozinhas inúmeras vezes [...]”. Conta que certa vez, eles decidiram se separar. A audiência foi marcada e na hora eles voltaram atrás, não sabe se por medo da mãe ou se por muito amor dos dois. “Quando eles voltaram juntos para casa, eu queria morrer”. Não acreditava que aquilo estava acontecendo, que o pesadelo iria continuar.

[...] Eu já devia ter uns nove anos. Entendia as coisas. Sabia que ele iria voltar a morar com a gente, voltar às brigas, voltar a nos expulsar de nossa própria casa. Ele nunca iria parar. **A clareza de que aquilo nunca ia acabar enquanto ele fosse vivo me fez querer a sua morte. Ou a minha.** Pensei inúmeras vezes em morte. Em desistir de tudo. **Sempre fui muito religiosa e eu rezava e pedia a Deus para que aquilo acabasse.** Não sei se cheguei a pedir que ele morresse. Não sei se cheguei a pensar em me matar. Mas **a morte me parecia a única saída. Quando ele finalmente morreu, veio a tristeza pela perda e o alívio.** Acabou. [...] Uma das coisas que passava pela minha cabeça de menina era uma pergunta: **será que isso só acontecia comigo?** Seria eu a única criança a ter que fugir de casa na madrugada? A ter medo do meu pai? A ter que voltar para um lugar que me dava medo? A fingir que nada acontecia? (Grifos meus)

A Sr.<sup>a</sup> Áster devia ter uns onze anos quando o pai passou a frequentar o A.A (Alcoólicos Anônimos). Ele ia às reuniões, ganhava os botões de um mês, dois, três sem bebida. Mais uma vez acreditavam que tudo ia melhorar. Até que vinha a recaída, fosse na bebida, fosse na neurose. “A violência em minha vida nunca foi física, mas verbal, afetiva, emocional. Crianças não eram poupadas. Tudo era falado, mostrado, vivido na frente delas. Cresci com medo, com uma referência de casal completamente equivocada”. Acha que cresceu com receio de homens, porque se encontrava em segurança apenas com as irmãs e avó materna que lhe deram colo e foram seu porto seguro. Sentia-se a salvo apenas na casa da avó, e o pai a respeitava. Jamais invadiria a casa delas.

Crianças e adultos vivem as violências de maneiras peculiares. E adulta trabalhada na psicoterapia, Áster, avalia:

[...] Eu tranquei muita coisa no subconsciente, no corpo. Fui uma criança gorda e feia. Segui assim pela adolescência. A obesidade como uma espécie de arma a me proteger de qualquer pessoa que quisesse chegar perto. Fosse para o afeto. Fosse para a violência. Engordei, usava óculos de fundo de garrafa, era enorme de alta. Me achava uma criança feia, uma adolescente feia. A gordura tornou-se uma carcaça. Ninguém vai chegar perto de mim. Não vou gostar de ninguém e ninguém vai gostar de mim. Só consegui quebrar a carcaça da gordura quando tinha 27 anos. Eu queria muito ter uma família, me casar, ter filhos. A obesidade iria atrapalhar esse sonho. Meu ginecologista me aconselhou a emagrecer. Tomei a decisão e fui tirando as camadas de gordura.

Fui me descobrindo bonita, mulher, inteligente, livre. Mas ainda com o coração muito duro e fechado, olhando apenas para homens impossíveis.

Com relação a orientação sexual, diz ser tranquila e que amadureceu muito depois da terapia,

[...] mas minha vida sexual começou da maneira mais desastrosa possível. Saí de casa aos dezessete anos, quase dezoito. Comecei a beber desde os quinze, na companhia da minha mãe e das minhas irmãs. Bebia muito, exageradamente. Fui fazer faculdade o mais longe que consegui da casa da minha mãe. Fui sem conhecer uma viva alma. E sobrevivi. Fui uma aluna brilhante, aprendi muito, fiz duas faculdades ao mesmo tempo. Mas ficava bêbada com muita frequência. Nessas ocasiões, sempre acabava rolando sexo e sempre era ruim. Transei com muitos rapazes diferentes, sem me preocupar, sem proteção, sem medo. Era como se eu tivesse que aproveitar aquela situação, onde havia alguém que me queria. Era melhor transar do que não transar, fosse com quem fosse. Sexo tornou-se sinônimo de álcool. Eu não conseguia estabelecer um relacionamento legal com ninguém. Era uma mistura perigosa, me meti em algumas encrencas, corri riscos absurdos.

No período de faculdade, confirma: “minha autoestima era muito próxima a zero”. Tinha dezoito anos, apenas cinco anos depois de todo “o pesadelo ter acabado”. Não fez tratamento psicológico antes dos trinta anos. “Acho que eu procurava acabar comigo mesma, denegrir minha imagem. Ao mesmo tempo, era uma aluna brilhante”.

Segundo a Sr.<sup>a</sup> Áster, por volta dos 30 anos não precisava beber para transar, mas ainda não conseguia estabelecer um relacionamento amoroso. Nunca conseguiu. Alguns homens importantes passaram por sua vida. Viveu histórias muito bonitas, mas não um namoro convencional, “uma relação tida como “normal” que resultasse em casamento e filhos”. Acha que nunca esteve livre para isso. Sempre com medo de repetir uma história e observa-se o modelo de família aqui representado.

Reforça: “no meu caso, as marcas ficaram no corpo, na alma, na obesidade, no exagero etílico, no sexo sem cuidado, na falta de amor por mim. Sorte que sempre fui inteligente e consegui sobreviver, não sei exatamente como”. Constata ter preservado a sanidade, o amor pela vida, a garra. Avalia que procurar terapia foi a melhor coisa que fez por si mesma e recomenda. Pondera que

[...] não adianta, a essa altura da minha vida, culpar meus pais. Eles se amavam. Eles eram doentes. **Graças a Deus, consegui mudar minha relação com o álcool** e cada vez bebo menos, apesar de sentir prazer com cerveja e vinho. Sexo ainda é difícil. Amor, então, quase uma coisa impossível. Demoro muito a gostar e depois me apego e me humilho. **Sou um péssimo exemplo de vida emocional. Por outro lado, criei uma personagem profissional que deu certo. Eu me protegi na carreira, que foi um território em que não corri riscos.** Competente, inteligente, nunca deixei margem para que ninguém percebesse esse outro lado da minha história. Essas dores profundas, essas marcas na pele, no coração. **Não sei quantas carapaças vesti, nem quantas ainda preciso tirar.** Quando olho para trás, vejo que sobrevivi. Descuidei muito da mulher. **Não dava tempo de ser mulher e fugir ao mesmo tempo.**

**Talvez eu tenha fugido de ser mulher. Não falo do ponto de vista de orientação sexual, mas de assumir o papel da mulher que tem um marido, que tem filhos. E se eu me tornasse violenta como meu pai? E se eu manifestasse a bipolaridade? E se eu fosse capaz de fazer com que um filho sentisse todo o medo que eu senti? E se eu fosse doente como ele era? (Grifos meus)**

A Sr.<sup>a</sup> Áster revela determinada representação sobre o que vem a compor a função “normal” do ser mulher, como ter marido, filhos e como se isso fosse naturalmente dado e estivesse presente no *script* feminino. Por outro lado, o desejo de não repetir sua história e sofrimento também aparecem como bloqueios para se permitir a essas possibilidades.

Lembra-se de que, ainda pequena, todos diziam o quanto se parecia física e intelectualmente com o pai. Era o mesmo rosto, os mesmos olhos, a mesma inteligência.

[...] Quando ele morreu, minha mãe me disse que ele tinha me deixado de herança a inteligência. Mas ela também sempre misturava a inteligência dele com a razão das crises e da violência. **Em minha cabeça de adolescente, eu comecei a pensar que herdaria a doença. Que eu também teria crises, seria violenta, quebraria coisas, magoaria pessoas.** (Grifos meus)

Essa consciência veio com a terapia, anos depois, afirma ela. Teve tanto receio de ser o espelho do pai que se trancou. E fugiu para longe: cidade do Sul do Paraná, cidade de São Paulo, Uberlândia, cidade do norte de Goiás. Para ela, quanto mais distante melhor. “Mas fugi também de relacionamentos possíveis. Só deixava se aproximar de mim homens com os quais eu sabia que jamais teria uma história completa. Meu primeiro relacionamento mais sério foi com um gay. Eu sabia que ele era gay. Mas namorávamos. Ele queria um filho meu”. Foi uma história intensa e forte. Depois, se apaixonou por um colega de trabalho, casado. Depois, por um garoto 15 anos mais novo que ela. Teve também um relacionamento com um americano via *internet*. Por fim, chegou ao atual, um homem que nunca quis um relacionamento sério, mas do qual não consegue se manter longe. Todos eles têm traços em comum, segundo ela: inteligentes, cultos, bem-humorados, envolvidos com ela, mas sem qualquer possibilidade de conexão real. E parece ser nesses que ela insiste. Na terapia, ainda tenta entender o porquê. Quando olha para trás, se vê “como alguém que sobreviveu e está tentando viver”. Não aceita algumas violências, como a de fingir que nada aconteceu e nem ser tratada de forma agressiva, tampouco consegue se manter em uma situação de falsidade. Pensa que ser verdadeira é sempre melhor. Sobre sua mãe, constata que

[...] a relação com minha mãe nunca foi completamente boa. Eu não consigo dizer a ela: “Eu te amo”. Ela me diz todos os domingos, quando nos falamos por telefone. E todas as vezes que vou para cidade onde ela mora. Eu respondo, “Eu também”. Mas não consigo tomar a iniciativa. Claro que amo minha mãe. Entendo as escolhas dela, mas também sou capaz de ver que **ela errou feio ao nos obrigar a todas as voltas. Era demais para mim voltar para uma casa onde a qualquer momento eu voltaria a viver um pesadelo.**



**Era como se eu conseguisse fugir da jaula e depois tivesse que voltar a ela com meus próprios pés. [...] (Grifos meus)**

Essa história aponta a relevância do acolhimento profissional continuado para o fortalecimento do sujeito e possibilidade de ressignificação da própria violência e desdobramentos na vida. Conta também como Sr.<sup>a</sup> Áster constitui-se, talvez pela história de sofrimentos e acesso a escolarização, com determinadas sociabilidades que a tornaram mais livre de preconceitos a ponto de relacionar-se, com tranquilidade, com um homossexual. Mostra, ainda, as representações sobre amor, quando a entrevistada afirma que os pais se amavam, embora descrevendo as violências praticadas pelo pai.

O que ela gostaria de dizer aos pais violentos e às mães que sempre retornam ao lar:

[...] fiquem atentos aos seus filhos. Se forem incapazes de ficar longe um do outro ou de controlar a própria violência, entreguem essas crianças a outras pessoas, que possam criá-las em um ambiente de amor e equilíbrio. Se isso for muito difícil, procurem apoio psicológico. [...] **Os dois trabalhavam, eram oficiais de justiça. Chegaram a ter uma escola em Goiás e viviam muito bem. Os dois eram brancos, educados, tinham uma família estruturada, eram católicos. Frequentávamos a igreja aos domingos, a família de seis pessoas ocupava todo o banco da igreja e todos achavam lindo de se ver. Quem imaginaria que os dois se atirassem coisas para atacar e defender. Que aquele homem enorme precisasse ser controlado com eletrochoques. Ninguém pensa que a violência doméstica pode estar em qualquer lugar e pode se manifestar de diferentes maneiras.** Não é só no tapa, no tiro, nos empurrões. Mas também no grito, nas brigas, nas ameaças, no medo gigantesco que sente uma criança arrancada de sua cama no meio da noite, sem saber ao certo o que acontece. (Grifos meus)

Há clareza para a Sr.<sup>a</sup> Áster, como também pela amostragem das entrevistas e a experiência com o movimento social SOS Mulher e Família, sobre a presença dessa violência, inclusive nas designadas “melhores famílias”.

Apesar de tudo isso, não sente ódio do pai, nem da mãe. Acredita que eles fizeram o que estava ao alcance deles

[...] Herdei a inteligência de um, o senso prático de outro. Com isso, me mantive em relativo equilíbrio até ter condições financeiras e emocionais de procurar ajuda terapêutica. [...] Olhar para essa história é dolorido, chorei inúmeras vezes [...]. **É a primeira vez que relato tanto sobre esse assunto, quase que me olhando por dentro de um espelho.** Sim, sou filha de um homem doente e violento. Que, ao morrer jovem, nos permitiu ter uma vida mais equilibrada. Penso que ele se entregou à morte, ao ter consciência de que nunca conseguiria se curar. Talvez tenha sido seu gesto derradeiro de amor. (Grifos meus)

O sentido dado à tradição e ao biológico naturalizado se inscrevem em seu relato com a força da herança. A narrativa da Sr.<sup>a</sup> Áster desconstrói o estereótipo da família feliz: branca, educada, de classe média. Afinal, ninguém imaginaria que ali as crianças precisavam dormir

vestidas porque teriam que fugir de casa. E traduz a dor de quem não possui recursos internos para lidar com tantos conflitos, especialmente quando se é criança. Aponta algo relevante para quem trabalha com a questão para se sensibilizar sobre como adultos vivem a violência diferentemente das crianças e adolescentes, bem como a diferença de como cada filho(a) lida com a trajetória. Portanto, sentimentos ligados a ausência de cuidados, medo, culpa, suposta responsabilidade por desencadear violência. O conflito amor e ódio em relação aos pais é nítido, bem como a dificuldade em estabelecer vínculos afetivos mais duradouros. Em meio à representação social do caos – tentativa de suicídio, dependência química, obesidade, dificuldade em manter vínculos, imaginário sobre o agressor, com receio de repetir comportamento violento, pois que há traços físicos semelhantes – a tentativa e escolha por sobreviver.

Chama a atenção outro caso, por envolver pessoas com maior grau de escolaridade, cuja representação social, por vezes, aparece como sendo supostamente “mais esclarecidas”, de classe mais favorecida da cidade de Uberlândia, que aponta para o reducionismo da afirmativa de que “quem cala, consente”. Há valores morais, representações de gênero e de violência, descasos institucionais, maior ou menor apoio familiar que contribuem para permanências ou desvencilhamentos. Ao contrário do que muitos afirmam, a dor de quem vive a violência com alguém em que se depositou confiança possui características peculiares e “quem cala, não consente”, expressão utilizada em vídeo produzido pela Universidade de São Carlos (UFSCar)<sup>88</sup>.

A Sr.<sup>a</sup> Girassol<sup>89</sup> (vivenciou violência, prontuário 2016, sentença judicial, 2017), 53 anos, é graduada em Educação Física e pós-graduada, doutora e pós-doutora em Educação, professora universitária, classe média-alta, porém foi muito pobre e, na documentação analisada (sentença criminal e prontuário atendimento SOS) sobre o caso dela e da filha, consta que estava casada há 15 anos, embora separados de corpos há cerca de sete a nove anos, e possuem filha adotiva em comum com 22 anos. De acordo com a Sr.<sup>a</sup> Girassol, sua relação com o autor de violências, pós-doutor e professor universitário, 63 anos, sempre teve episódios de violência doméstica, e vivia constantemente sobre ameaças de morte, atritos verbais e um significativo ciúme dele para com ela. Houve ocasiões em que o autor das violências arremessava objetos em sua direção para feri-la, ou a agredia com empurrões, e que

<sup>88</sup> Documentário **Quem Cala, não Consente**, UFSCar, 2017, sobre assédios no ambiente universitário.

<sup>89</sup> Sr.<sup>a</sup> Girassol. OBS: possuo sentença judicial (2017) contra ex-esposo, Sr. Acômito, condenado há 20 anos em primeira instância por abuso sexual da filha adotiva, Sr.<sup>a</sup> Hibisco, com 22 anos, mas abusada desde criança até fase adulta e possuo somente prontuário de atendimento SOS, em 2015, e conversas com ela por telefone em maio de 2017 e não computei no n. entrevistas realizadas pessoalmente, por não ter sido formal, ter enviado termo de consentimento sem assinatura digital, mas com dados dela.

houve até mesmo atentado contra sua vida. Relata ainda que sempre tentou sair desse relacionamento, contudo dependia financeiramente do esposo. Sendo assim, buscou autonomia em sua vida, tanto acadêmica quanto financeira, para que conseguisse sair dessa situação de violência constante. Ressalta que em alguns momentos, quando se encontrava exaurida pela situação, tentava conversar para que se divorciassem, mas ele sempre a ameaçava de morte e proferia ameaças à filha do casal também, fazendo com que ela tentasse conviver com ele para o bem da família.

Tendo recebido convite para trabalhar em universidade federal fora de Uberlândia, foi para cidade do Distrito Federal e posteriormente retornou para Uberlândia, quando houve tentativa de separação de corpos e ela buscou auxílio entre amigas. Ficou hospedada em *apart*-hotel, informando o esposo da situação. Diante o fato, ele sugeriu que ela retornasse para casa e que eles viveriam sob o mesmo teto, entretanto dormindo em quartos separados. Ela aceitou a proposta, mas logo verificou ser inviável. Então, ele se mudou para um sítio próximo à Uberlândia, contudo, ainda controlando a vida da esposa e da filha. Discordando da situação, ela aceitou proposta de emprego em Brasília e o informou disso. Ele aceitou, mas não permitiu que ela levasse a filha. Com o passar do tempo ela o convenceu a autorizar que a filha se mudasse para junto dela para estudar.

A Sr.<sup>a</sup> Girassol começou a perceber alguns comportamentos estranhos na filha e, ao questionar sobre o que estava acontecendo, lhe foi relatado pela filha que o esposo abusou dela sexualmente durante anos. Que em determinada viagem fora estuprada brutalmente por ele e durante todo o processo de violências foi constantemente ameaçada de morte, tanto intimidações a ela, quanto a sua mãe. Então, a mãe foi orientada por amiga a prestar queixa e a procurar pelos direitos de ambas. Fez Boletim de Ocorrência e foi instaurado processo, no qual o autor foi considerado “de alta periculosidade à sociedade” e detido, mas depois solto. Ela buscou então a SOS Mulher e Família para obter apoio, pela credibilidade da instituição e para pressão junto ao Judiciário e à mídia para divulgação do ocorrido, sem expor a filha, pois não concordava com a soltura do autor, uma vez que o Juiz mencionou ser ele perigoso à sociedade. Além de tê-la ameaçado e à filha, há suspeitas de abusos outras crianças e adolescentes, como alunas do autor e sobrinha dele. Ela pressionou o poder Judiciário para respostas, que não lhes foram dadas de imediato.

Ao serem atendidas na SOS, a Sr.<sup>a</sup> Girassol e filha se encontravam em acompanhamento psicológico fora da instituição e a Assistente Social que a atendeu iria passar informações para a Diretoria da organização, informando sobre o atendimento e verificando o que fazer e como auxiliar no caso dela.

Em diálogo com a Sr.<sup>a</sup> Girassol, mãe da abusada, por telefone, por estar ela fora do país a trabalho, ela informa que em maio 2017 o autor das violências foi sentenciado<sup>90</sup>, em primeira instância, a 20 anos pelo abuso da filha, mas até o momento não foi preso, podendo recorrer da sentença em liberdade. Ela questiona e se indigna de ele não ser considerado, pelo judiciário, perigoso para a sociedade, sendo que trabalhava com crianças com deficiências físicas. Está perplexa, crendo haver certa proteção por ele ser pessoa instruída, de posses e influente, motivo também para que os veículos de comunicação ainda não tenham publicado uma nota a respeito. Há tratativas para o advogado dela expor o caso em Programa de TV. O autor mora em sítio. A mãe da vítima receia que ele fuja. A filha está com depressão, engordou uns 20 quilos, fica instável na Faculdade, parou com terapia, mas a mãe continua. Residem em Brasília e a mãe demonstra estar vulnerável e sofredora. Deseja auxílio da SOS Mulher e Família ou de seus representantes para divulgação do caso junto à mídia, por recear impunidade dele pela influência que possui na cidade e junto a autoridades e também por ter alta escolaridade.

Tendo vindo de família pobre, acolhida por homem intelectual de maior *status* social, a Sr.<sup>a</sup> Girassol ocupa o lugar da mulher que foi aguentando a violência conjugal, símbolo de persistência e força, na heteronomia, mas, ao tomar ciência do abuso com a filha, deu o basta.

Na música “Meu Pai é Um Monstro” (2016)<sup>91</sup>, Dr. Paulo retrata os impactos sofridos pela violência doméstica e o termo “monstro” foi utilizado pela mãe da vítima de abusos pelo pai, o que me motivou trazê-la à memória. As representações de gênero, de poder e a manutenção de segredos de família se destacam no relato da Sr.<sup>a</sup> Girassol sobre o que viveram ela e a filha com o respectivo esposo, padrasto.

Segundo Moreira (1989), “Apesar de terem denunciado publicamente seu agressor [...] várias alegaram não se dispor a deixar o companheiro porque sentiam que não haviam esgotado a tarefa de salvá-lo e protegê-lo. Em suas falas, os homens parecem frágeis ou doentes, dependentes delas”.

Ou seja, há algum poder, valorizado socialmente nas construções de gênero, em as mulheres suportarem, resignarem-se, persistirem como esteios do lar, reforçado biblicamente, em suas representações de gênero.

<sup>90</sup> Apesar de o caso correr como segredo de justiça pela 3ª - Vara Criminal da Comarca de Uberlândia-MG, pois a filha era menor quando supostamente houve o primeiro abuso pelo pai, a sentença completa foi tornada pública em abril/maio de 2017. Infrações Art. 213 e 214 do Código Penal.

<sup>91</sup> **Meu Pai é um Monstro**, rap de Dr. Paulo, 2016. Uma das ganhadoras Concurso promovido pelo Banco Mundial e parceria com Congresso Nacional em comemoração aos 10 anos de Lei Maria da Penha. Ela é baseada em fatos reais vividos pelo autor impactado por violência doméstica em sua trajetória.

A psicóloga, Sr.<sup>a</sup> Acácia<sup>92</sup> (profissional psicóloga UFU, entrevista 2016), professora da UFU, realizou pós-doutorado fora do país, analisa ser interessante não tratar a violência sexual somente como abuso e sim como o proibido. Para ela, o “violentador sexual intrafamiliar é o predador psíquico, detona a harmonização da criança, e fora de casa ele é um cordeiro”. Geralmente estes violentadores sexuais “têm a vida afetiva precária, são homens frágeis sexualmente, até com dificuldade de ereção, que gostam da situação da sedução, é o sexual garanhão”. Ela ouviu determinado “pai dizer que precisava introduzir a filha na vida sexual. Tem casos que a mãe consente, com todas as filhas, tem filhas que engravidam dos pais. A questão incestuosa é muito melindrosa, existem muitos tabus, e um silêncio enorme, ninguém expõe sua vida sexual”. Por isto mesmo os autores se aproveitam deste silêncio. Diz que, como profissionais, “não entregam mais os prontuários para os Juízes, para preservar a família e porque eles não vão conseguir entender o que está lá. A violência sexual está desde uma foto até o ato em si. Tudo é uma coisa só”. Constata haver casos de adoecimento grave da família, e ficam fragilizados, aparecendo a violência do casal em vários formatos. Existe a suspeita de que boa parte dos afastamentos por depressão, ou por queda têm a ver com violência intrafamiliar. A questão do incesto, que aparece nessa história de violência conjugal relatada pela Sr.<sup>a</sup> Girassol e merece tratamento em recorte, por não ser objeto central deste estudo, não será aqui desenvolvida.

Agressões explícitas ou sutis em um relacionamento afetivo denotam que, mais que o corpo, o que se espancam são ilusões, projetos de vida compartilhados. Portanto, o lugar que se imagina o porto seguro, onde são investidos sonhos, projetos, filhos(as), sexualidade, sentimentos considerados negativos, mas também positivos, nesses casos é o *locus* das violências, e o pouco respaldo institucional e das políticas públicas<sup>93</sup> reforça a inibição da busca por ajuda, favorecendo o isolamento e a sensação de impotência que podem alimentar o “ciclo”-espiral.

---

<sup>92</sup> Entrevista realizada, em 03 mai. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Acácia, Psicóloga e profa. UFU, realizou pós-doutorado fora do país, duração 2h.

<sup>93</sup> Em meio ao porto inseguro, além das tornozeleiras eletrônicas podendo ser úteis para Medidas Protetivas expedidas pela Lei Maria da Penha, mais uma ferramenta de proteção às mulheres, em tempos de novas tecnologias, foi lançada, em 2017. O aplicativo para celular "Elas" foi desenvolvido dentro da Secretaria Executiva da Transparência Pública da Prefeitura de João Pessoa atendendo a um pedido das mulheres nas reuniões do Orçamento Participativo. O funcionamento do aplicativo é simples: a usuária cadastra até 5 números de amigos ou familiares e, ao se sentir em uma situação de risco, basta apertar um botão para que seus contatos de confiança escolhidos recebam um SMS alertando do perigo que ela corre, incluindo sua localização, sem a necessidade de estar conectada à internet, basta ter crédito ou bônus para envio de SMS. Disponível para celulares *Android* de todo o país. Basta buscar na *Playstore* por "Elas PMJP" e baixar o aplicativo. Espera-se, com essas iniciativas, contribuir assim para a redução dos casos de violência que vitimam mulheres em todo o país. Por outro lado, as narrativas explicitam quão comum é o autor de violências controlar o celular da vítima, o que tornaria essa estratégia falha para algumas situações.

As entrevistas com pessoas que vivenciam, na vida conjugal, relações de gênero violentas, sejam elas consideradas como vítimas e/ou autores(ras) nas suas diferenças de gênero, raciais, de geração, de classe social, orientação sexual, religiosidade, regionalidade e outras interseccionalidades, trazem aspectos também comuns, o que foi possível identificar e significar na confecção de sinopses dos casos. Uma parcela significativa é constituída de pessoas que se casaram em tenra idade; consideram-se cristãs(ãos), sendo muitas(os) Evangélicas(os); um dos cônjuges ou membro da família, de origem ou constituída, passa/ou por experiências de dependência química, seja pelo uso de drogas lícitas ou ilícitas; várias delas têm mais escolaridade que eles; históricos de gravidez precoce ou indesejada; sofreram abuso na infância ou na adolescência; os ciúmes aparecem como sentimento que permeia boa parte das relações; possuem histórias marcadas por abandonos, desamparos e baixa autoestima; saem de relacionamentos violentos e por vezes se inserem em outros, por vezes como reféns a espera de salvação. Ainda assim, cada caso se apresenta como único, com suas especificidades, configurações e desdobramentos, bem como com a possibilidade de se constituir estratégias para serem dribladas as armadilhas.

#### 1.5.1 Torturadores(as)-torturados(as): subjetividades, idealizações, corpos, intimidades e saúde

Já lhe **dei meu corpo, minha alegria**. Já estanquei meu sangue quando fervia  
Olha a **voz que me resta**. Olha a **veia que salta**. Olha a **gota que falta**. Pro  
desfecho da festa. Por favor **deixe em paz meu coração**. Que **ele é um pote**  
**até aqui de mágoa**. E qualquer desatenção, faça não. Pode ser a **gota d'água**  
[...]. (Chico Buarque e Paulo Pontes, A Gota D'água, 1975)

É recorrente, nas entrevistas com quem vive violências, a idealização do relacionamento e do outro como contributos para situações de violências. A partir das representações sobre gênero e as relações de poder, identificam-se algumas que entremearam corpos, intimidades e a saúde de envolvidas(os), no âmbito conjugal. Também recorrentes os impactos das violências na saúde dos sujeitos envolvidos diretamente e nos(as) filhos(as). Destaca-se a ambiguidade na relação dos sujeitos, seja com o vínculo institucional estabelecido, seja com seus(suas) cônjuges. Ou seja, dois níveis de “casamentos”. Para esta análise, as fontes utilizadas foram as entrevistas com quem vive e profissionais que lidam com violências.

A representação de gênero sobre o significado de ser homem e a orientação de condutas está expressa no trecho da canção, bem como nas experiências de quem vive relacionamento permeado por violências, como o Sr. Crisântemo, que se apresenta como o

“machão, cabra da peste”. No entanto, revela sensibilidade poética e correm lágrimas pela face ao se queixar da vida e da esposa durante a entrevista.

As famílias que, em visões idealizadas, por vezes aparecem como portos seguros, são também locais de base/unidades de violências e de tensões. O reforço dos lugares fixos, especialmente de construções de gênero, se apresenta numa dicotomia tal que, os sujeitos ao saírem desses lugares e experimentarem práticas mais flexíveis, são julgados(as), discriminados(as) e, não raras vezes, justificadas atitudes de violência como forma de colocá-los(as) novamente em “seu devido lugar”.

Não é possível pensar em vitória de um sexo sobre o outro: tanto um como o outro são parte, agora, de um mesmo lado; a oposição passa a ser semelhança. (BADINTER, 1986). Várias narrativas nas entrevistas desta tese tratam dessas oposições que os unem. Compreender que a violência conjugal tem especificidades em relação a outras violências foi desejo perseguido e alcançado. Interessa, para a trajetória acadêmica, a análise de como os sujeitos (profissionais e pessoas atendidas) se constituem por meio de práticas e jogos de verdade e poder nas relações conjugais e familiares, nos diversos *locus*.

Por vezes a boca cala, mas o corpo deseja falar e a dinâmica da relação torturados(as)-torturadores(as) é onde representações sobre corpos, intimidades e os impactos dos episódios na saúde dos sujeitos se revela. Desse modo, a Sr.<sup>a</sup> Bromélia (vivenciou violência, entrevista 2015) relata, além da depressão, tentativa de suicídio causadas por conflitos violentos no casamento e que

[...] quando eu comecei a tomar os medicamentos o médico falou comigo: ‘você não pode tomar uma dose mais alta. Porque se tomar isso aqui, leva à morte. São medicamentos muito fortes’. E aí o médico falou aqui pra mim, me estimulou a tomar muitos remédios ‘porque você vai morrer’. Eu queria era morrer mesmo. E então eu vou tomar.

A Sr.<sup>a</sup> Margarida menciona o impacto da violência nos filhos e em sua saúde:

[...] ele tinha acabado de me dar um murro, eu falei que ia largar dele e meu filho ficou revoltado. Ele era muito apegado comigo. Aos cinco anos ele pegou dessas facas de mesa e enfiou debaixo do braço. Saiu da cozinha e veio: ‘eu vou matar ele’. Pensei no meu filho quando estivesse grande e que iria matar ele se eu ficasse com ele. A mais velha viu mais coisas, por isso que ela é meio revoltada, eu acho. Nunca deu certo em relacionamento. Tanto que ela é casada hoje e quem tem paciência com ela é o marido. Ele é moço bom. Ela é muito difícil. Ser humano muito difícil. [...] Ele foi me adoecendo: além da depressão [...] porque o terrorismo dele era emocional, não era tanto o físico. Por isso eu falo pra você que eu não sei qual dos dois esposos foi pior. Com esse desenvolvi a Síndrome de *Swett*, doença raríssima, eu sou o 24º caso no país, ela se dá como se fosse um câncer de pele. Eu fiquei de cama. Hoje eu sou dependente de medicamento. Se eu não tomar meio [...] comprimido, não durmo mais. A pessoa te destrói. É muito triste.

Em relacionamento com a presença da violência na esfera conjugal e suposto abuso sexual do pai com a filha a partir dos 2 anos de idade e com a adolescente de 10 anos, a Sr.<sup>a</sup> Convolvulus (vivenciou violência, entrevista 2016) conta que a filha diz: “[...] o pai é feio, mexeu na minha perereca, mostrou o pipiu. Ela anda assim [...] se você manda ela ir lá na minha mãe e não tiver ninguém junto dela, ela não vai com medo dele pegar ela e fazer alguma coisa com ela. Está em atendimento psicológico”.

A Sr.<sup>a</sup> Lisianthus narra: “[...] eu acho que essa dor que eu sinto aqui é daquele dia que ele me bateu muito no estômago. Tenho uma dor que nunca sara. E ninguém descobre o que é. Ela acaba comigo. Eu tenho febre. Dobro no chão de dor quando ela me ataca”.

O Sr. Lírio reconhece a alienação parental, os impactos na vida dos filhos pela presença marcante da violência da ex-esposa com ele e com as crianças. Desse modo, afirma que: “[...] ela faz a criança deitar no chão, coloca o pé na cabeça dele e enquanto ele não responde as questões certas [do que foi estudado] não tira o pé da cabeça”. Segundo ele, ela não assume o que faz e os meninos imploram para ele não dizer a ela que eles contaram, sob pena de ela bater mais. Gregori (1993) aborda a violência perpetrada também por mulheres em relação ao esposo e aos filhos.

Várias delas, como as senhoras Flor, Áster, Camélia e Orquídea, têm obesidade, dores na coluna e nos joelhos, pressão baixa e “ficar molinha”, tentativas de suicídio, falhas na menstruação, estresse.

A literatura revela que os danos acarretados pela violência conjugal podem se perpetuar pela vida de quem a experiencia e, além disso, abranger gerações, vez que se relaciona a disfunções sociais, comprometimento do sono e da alimentação e casos de tentativa ou de suicídio. Especialmente as mulheres em relações violentas apresentam número elevado de sintomas depressivos, ansiedade e complexos relacionados à baixa autoestima (BAPTISTA, 2012). Relevantes as investigações que incluem o quadro emocional de mulheres e casais e sua dinâmica na busca de ajuda especializada. Sabe-se que essa violência tem sido cada vez mais abordada como problema de saúde pública, o que interessa não somente aos que vivenciam o problema, mas a todos(as) ao(as) cidadãos(ãs) que, de forma velada ou escancarada, contribuem, para a violação ou promoção de direitos.

Na “História da Sexualidade I - A vontade de saber”, o filósofo Foucault trata de como a sexualidade tem sido censurada depois de ter vivido em liberdade de palavras e atos. Aqui pode ser feito debate entre ele e Chauí com a obra acima citada Repressão Sexual. Pois, para ele, diferentemente do que aponta a filósofa, a sociedade capitalista não obrigou o sexo a esconder-se. Desde o século XVI o sexo foi incitado a se confessar e a se manifestar. O poder convida a enunciar a sexualidade por meio das instituições e saberes como estratégia de



controle do indivíduo e da população, característica da sociedade moderna. No volume II, “O Uso dos Prazeres”, estuda a atividade sexual, refletida na perspectiva da educação e do exercício da temperança, do bom uso dos prazeres, do domínio de si e dos outros, da aquisição e manutenção da liberdade e da verdade na Grécia Clássica como “estética da existência” e analisa como de lá para cá o indivíduo foi levado a se reconhecer como sujeito moral da conduta sexual. (FOUCAULT, 1984).

Os profissionais da pesquisa da tese usam argumentos tidos como científicos para maior produtividade e resultados, em busca do chamado “profissionalismo” e da “excelência”, tanto na relação com pessoas atendidas pelos serviços e políticas públicas, quanto junto a profissionais do Direito, da Psicologia, do Serviço Social, do administrativo e da gestão, da comunicação, da história, da enfermagem, da Polícia Militar e civil e nas suas relações interpessoais e com a direção das organizações e com os(as) usuários(as) dos serviços, assim como nas relações de todos com órgãos financiadores, com o setor privado e com o Poder Público nas suas várias instâncias. Aos olhos de Foucault é possível analisar em toda essa teia de relações, o poder, o saber e a ética, processos de subjetivação e de produção de verdades. Em que medida há tentativas de disciplinar o(a) outro(a), no nível do detalhe nas relações amorosas, conjugais e familiares, por meio de uma série de dispositivos e normas, por vezes encarados como naturais, apesar de serem históricos?

As reflexões de Foucault sobre como lidar com os acontecimentos e compreender as relações de poder e saber impactam nas discussões de gênero e dos movimentos de mulheres e feministas no sentido de que a análise das relações de poder não deve focar os mecanismos gerais e seus efeitos constantes, mas os elementos periféricos do sistema, onde há práticas reais, efetivas e que funcionam no nível da sujeição ou de processos contínuos e que sujeitam corpos, dirigem gestões e comportamentos, quando o poder se implanta e produz seus efeitos. Assim também se verifica nas relações mais íntimas e familiares, nosso objeto de estudo.

Então, por exemplo, parece possível pensar sobre a visibilidade da violência conjugal e doméstica no Brasil a partir dos anos 1980, antes não imediatamente vista, nem visível. E ainda nos seus efeitos institucionais com determinadas regulações com a constituição de Delegacia de Mulheres, ONGs, Casas-abrigo, Conselhos de Mulheres, Núcleos de Estudos de Gênero. Então, os enunciados são ligados aos regimes de verdades que também são vinculados às máquinas/tecnologias/dispositivos. Trata-se então de um ser-luz, ser-linguagem histórico.

Diante da noção-problema “experiência”, a historiadora norte-americana SCOTT (1998), inspirada em Foucault em boa parte das análises, propõe discutir como categorias de representação de análise, entre elas as de gênero e de violência, atingiram seu status fundador

e quais os efeitos de suas articulações. Propõe também discutir o significado de estudar o passado em função dessas categorias e os indivíduos pensarem sobre si mesmos nesses termos; a relação entre a proeminência dessas noções em nossa época e sua existência ou não no passado; a construção de subjetividades na linguagem/discursos e a não existência de respostas fora dos discursos que as produzem. Experiências que se tornam mais expressivas que outras e o modo como diferenças são dissolvidas são algumas das problematizações dessa impetuosa autora.

Para Scott (1998), uma única narrativa não parece dar conta das experiências. Narrativas são históricas e não reflexos de verdades externas ou internas. As diferenças surgem nas relações de poder. O corpo das mulheres também aparece como *locus* para dominação e resistência no campo de batalha<sup>94</sup>.

As narrativas da delegada, Sr.<sup>a</sup> Iberis<sup>95</sup>, abordam, em vários momentos, concepções e graus de violências, “casos mais graves ou menos graves”, o que certamente pode ser variável para quem as vivencia, pois que as violências emocionais têm impacto significativo sobre a saúde dos sujeitos, conforme aponta a experiência com a temática e diagnósticos de outras pesquisas (MEDEIROS, 2019; SCHRAIBER, 2005).

Quanto a aspectos ligados à sexualidade, nestes casos, a delegada de mulheres, a Sr.<sup>a</sup> Iberis, conta “que as mulheres não definem como estupro o caso de serem forçadas, ou ameaçadas a ter relações. Para elas é natural, pois são os companheiros delas”. A delegada fica sabendo isso no meio do contexto, a reclamação é da agressão e não tem como foco principal esse outro problema. Os agressores, muitas vezes, por serem réus primários e não haver provas concretas, pagam fiança e não vão presos.

Na narrativa da delegada verifica-se a historicização do conceito violência, concluindo que, para algumas casadas, a relação sexual, com ou sem vontade, compõe repertório das obrigações da esposa, constituindo-se, portanto, parte do contrato sexual (PATEMAN, 1993).

A Sr.<sup>a</sup> Dália (profissional SOS, entrevista 2015, 2017) possui atuação voltada para a saúde mental, na Psicologia Clínica ou na Organizacional. Avalia que a saúde mental é impactada na vivência de violência conjugal. Cita o caso de uma pessoa atendida que vivia violência tamanha que ia ao atendimento acreditando estar sendo seguida pelo agressor.

Por meio da investigação, apuraram-se semelhanças no que tange às representações sociais de profissionais que lidam com situações de violências de gênero, especialmente conjugais e de quem as vivencia. Esse nível de proximidade foi um achado inesperado nas

<sup>94</sup> Sobre essa reflexão, disponível em: <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-corpo-das-mulheres-como-campo-de-batalha>. Acesso em 20 de dez. 2017.

<sup>95</sup> Entrevista realizada, em 16 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Iberis, 31 anos, advogada, Delegada de Mulheres, duração de 56 min., no trabalho.

análises qualitativas, bem como no resultado obtido por meio do Software Iramuteq (conforme Apêndice 1), articulando este Capítulo ao Capítulo II que se segue.

São vários os mecanismos que favorecem a saída do processo de violências e reinvenção da história de vida. Pôde-se constatar a importância de retorno ao estudo, do emprego, da inserção em movimentos sociais, do apoio familiar e de conhecidos, bem como do acolhimento institucional continuado, como possibilidade de autonomia, empoderamento e, portanto, de escapatórias de situações de violências de gênero. Nesses processos, sobressai-se a relevância da reflexão acerca das representações e do afastamento, tanto de profissionais como de quem vivencia violências, de algumas delas sobre gênero e poder. Além disso, algumas das pessoas entrevistadas repetem a sua história tantas vezes que a dissociam dos seus afetos, pelo fato de a dor se tornar, com frequência, quase insuportável. São, especialmente, pessoas que se apresentam reféns e com certa paralisia psíquica. Entretanto, em determinadas situações, conseguem mobilizar-se e dar outro rumo às próprias vidas.

## CAPÍTULO II

### REPRESENTAÇÕES EM TRÂNSITO: REDE DE APOIO PÚBLICA – PRÁTICAS, SABERES DE PROFISSIONAIS E DE ATENDIDAS(OS)

[...] se uma **mulher fala que está sofrendo violência**, ela tem que ter um transporte, [...] uma comissão multidisciplinar que seja sem chegar Polícia pra fazer B.O [...]. Você ter que colocar óculos escuros na cara e pegar dois ônibus pra chegar no atendimento [emocionada]. [...] Um **mínimo de estrutura tem que ter**: não é só prédio, telefone [...]. No dia que cheguei lá, pra ser muito sincera, eu não queria continuar com a denúncia [...]. Aí a mulher, eu não sei por que, eu ainda **estava muito perturbada**, virou pra mim e falou assim: “mas ontem você queria chamar a polícia e hoje você não quer fazer a denúncia?”. Eu não gostei daquele tom, eu virei pra ela e falei assim: “mas **ontem eu estava sangrando, doida, hoje eu estou consciente**. [...] Essa resposta eu estou sentindo que sou obrigada a dar ela aqui agora e eu não estou preparada pra dar ela, porque eu tenho que conversar com meus pais que são “meus filhos”, [...] eu cheguei até a falar pra Superintendente da Mulher [e equipe psicossocial do CIM – Centro Integrado Mulher/PMU]. **Senti pressão** pra eu dar encaminhamento [...]. Eu sei que elas estavam procurando o meu bem, porque às vezes podia repetir de uma forma que nem viva eu ficaria, mas **[precisava] do acolhimento**, o inicial. Isso pra mim assim e ainda **me coloquei sendo feminista, esclarecida. E companheira que não sabe disso** [...] e que chega: “oi socorro”. [...] **Ontem eu não queria só prender ele, mas hoje eu não sei se eu quero prender**. [...] Eu estou perturbada, acho que os “trem” estão fora do lugar. Então no mesmo dia eu não dei a resposta, mas **a conduta em si e a forma de chegar pra mim está errada**. (Sr.<sup>a</sup> Erva Doce vivenciou violência, entrevista 2015)<sup>96</sup>

O depoimento da Sr.<sup>a</sup> Erva Doce (que vivenciou violência, entrevista 2015) na epígrafe revela certas limitações da rede de apoio e inibidores da busca de auxílio, como dificultadores para a saída de processos de violências. Com 39 anos, classe baixa, ela foi boia-fria, teve a mãe assassinada por engano, foi criada pela avó, tentou suicídio, possui história da família de origem rodeada de violências, considera-se feminista, participa do Movimento Sem-Terra e pela reforma agrária, moradora da zona rural: prestou vestibular para curso técnico na área agrária, viveu violências com esposo participante do Movimento Sem-Terra. Isso demonstra que, mesmo nos espaços tidos como de lutas por direitos e contra desigualdades, contraditoriamente a violência conjugal se faz presente com representações de gênero que orientam condutas.

Para melhor compreender essas violências e as representações de gênero e relações de poder no/para a superação ou permanência desses abusos, neste capítulo analiso questões a partir das seguintes problematizações: sentidos e significados das representações de gênero e de poder de profissionais no/para o atendimento. Como é possível aos agentes da rede de apoio lidar com violências sem promovê-las. O *modus operandi* de profissionais das

<sup>96</sup> Entrevista realizada, em 22 dez. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Erva Doce, duração de 1h 46 min., na residência dela.

instituições pesquisadas, sob o olhar das pessoas que foram ali atendidas. Se há atendimentos (in)adequados e de quais pontos de vista, bem como se algumas intervenções propiciam a violência institucional. Faz-se mapeamento histórico, diagnósticos sobre avanços, recuos, diretrizes e proposições em termos de disputas de representações, nas relações de poder, sobre a função do Estado e a qualidade das políticas públicas enquanto efeitos. Foram utilizadas entrevistas, realizadas de 2014 a 2017, de uma delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia (Governo do Estado de MG, 1988). Ainda foram analisadas ações de oito profissionais de espaços constituídos para promoverem as mulheres e relações de gênero da Prefeitura Municipal, no período estudado, em três gestões públicas distintas: a Diretoria Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero do (2001-2004)/depois renomeada como Núcleo de Apoio à Mulher (2005-2012)/Sedest/ e adiante incorporada ao CIM (Centro Integrado da Mulher)/ampliado *status* como Superintendência da Mulher (2013-2016)/ rebaixada de *status* a Diretoria de Proteção Social (2017 em andamento, com previsão até 2020) e o Programa Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia (CATU-2002 – em suposto funcionamento), inicialmente vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho(Sedest) da PMU e, em 2017, transferida/terceirizada para a ICASU pertencente ao terceiro setor.

Ciente de que representações e relações de poder perpassam pela rede de apoio, fez-se um breve histórico de cada instituição, apontando o contexto de sua produção, analisando enunciados que transitam, não restritos ao racional, mas também emocional, permanecem e mudam nos discursos de quem vive violências e de quem atende casos, direta ou indiretamente, mantendo encontros com esses sujeitos, cujas vozes ecoam.

Este capítulo dialoga com o capítulo primeiro, pois que, na busca institucional e de auxílio, os sujeitos estão também narrando suas histórias, relacionando-se e avaliando serviços prestados, podendo desnudar criticamente o Estado e suas políticas. Por outro lado, os(as) profissionais entrevistados(as) também narram fragmentos de suas histórias, das trajetórias das instituições e das pessoas por eles(as) atendidas.

Quando se menciona “rede” de enfrentamento às violências conjugais e familiares, onde profissionais estão inseridos(as) para atuação junto à demanda, entende-se que, para essa se constituir, requer-se vontade política; conexão: quanto maior, mais compacta, integrada, coesa e orgânica; com isonomia, sem hierarquia, com poder diluído, de muitas lideranças; sistema aberto; descentralização, sem centro ou periferia, se interpenetram e combinam-se em vários níveis pelos nós; multiplicidade de caminhos; acionar é colocar comunidades em ação, em comunicação; com participação voluntária e pacto entre autônomos, respeito às diferenças, democracia, autogoverno, comunidade de propósitos compartilhados. Como atuação em rede

(FIALHO, 2014)<sup>97</sup> é tipo de estrutura mais contemporânea, interinstitucional proposta por atores(atrizes) interessados(as) em ações coletivas, verifica-se nela o pluralismo ideológico, com atributos simbólicos. São várias as dificuldades no fluxo. A rede (re)constrói modos de intervenção. Há expectativas e receios dos que dela participam e compreender representações acerca de gênero, poder, conflitos, resistências e bloqueios parece relevante, assim como explorar a dinâmica e o movimento das práticas com seus avanços e retrocessos.

Quanto aos dados das entrevistas realizadas no período da pesquisa, bem como das fontes documentais, o acesso a ofícios, atas das instituições selecionadas para o estudo, entre outros, nos dão conta de que há disputas por espaços, aprovação de projetos e recursos financeiros, cujos pleiteadores possuem representações diferentes. No entanto, em determinados momentos, verifica-se a prioridade de destinação financeira do Judiciário da cidade, por exemplo, de multas por prestação pecuniária<sup>98</sup> por crimes comuns, ou transação penal de crimes do Juizado Especial, para aquisição de veículos para a Polícia Militar e, portanto, para suas ações, muitas delas punitivas, e não a destinação ao terceiro setor, como, por exemplo, a SOS Mulher e Família de Uberlândia, conforme pondera a integrante da Diretoria, Sr.<sup>a</sup> Violeta (profissional SOS, entrevista 2015, 2017)<sup>99</sup>. A referida profissional é Psicóloga, Mestre, professora universitária na rede privada, classe média, afro descendente, voluntária da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, acredita que essas verbas deveriam ser destinadas também para a SOS, instituição com ações educativas e preventivas e para atendimentos continuados de pessoas que vivenciam violências conjugais e domésticas, conforme solicitado em vários momentos.

O CIM (Centro Integrado da Mulher) também reclama de escassez de recursos para desenvolver políticas públicas, segundo a Sr.<sup>a</sup> Hortência (profissional CIM, entrevista 2015)<sup>100</sup>, professora das primeiras séries do Ensino Fundamental da rede municipal,

---

<sup>97</sup> Rede como novo padrão organizacional capaz de expressar, por meio de sua arquitetura, ideias, manifestação cultural duma nova forma de conhecer e fazer política e definir estratégias, com objetivo de auxiliar a resolver problemas contemporâneos, cujos elementos básicos são os nós ou autores, vínculos ou relações e fluxos. Sobre esse assunto consultar: FIALHO, Joaquim M. R. *Análise de redes sociais: princípios, linguagem e estratégias de ação na gestão do conhecimento. Perspectivas em gestão & conhecimento*, João Pessoa, v. 4, p. 9-26, out. 2014, p. 10 e 14.

<sup>98</sup> Multas por prestação pecuniária referem-se a pagamento em dinheiro para a vítima e seus dependentes ou também para entidades públicas ou privadas, cujo valor vai de um a trezentos e sessenta salários mínimos. Essa sanção, para multa, indenização, está prevista na Lei 9.714/98 e no artigo 45 do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pecuniaria/> Acesso em: 10 ago. 2017.

<sup>99</sup> Entrevistas realizadas em 15 jul. 2015 e 01 dez. 2017 com Sr.<sup>a</sup> Violeta, Psicóloga, Mestre, professora universitária na rede privada, classe média, afrodescendente, voluntária da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 3min., no trabalho.

<sup>100</sup> Entrevista realizada em 17 jul. 2015 com Sr.<sup>a</sup> Hortência, professora das primeiras séries do Ensino Fundamental da rede municipal, Pedagoga, negra, classe média, participante do movimento negro e sindical, Superintendente da Mulher/PMU, Evangélica, duração 2h1min., no trabalho dela.

Pedagoga, negra, classe média, participante do movimento negro e sindical, Superintendente da Mulher/PMU, evangélica.

Quanto às gestões municipais de 1997 a 2017 em Uberlândia, com suas coligações, revezamentos, com efetivações de ações em prol das mulheres e combate às violências e seus desmontes, nesse contexto de vinte anos, pode-se recordar do Sr. Virgílio Galassi (PPB/Partido Progressista Brasileiro) que foi Prefeito de 1997 a 2000; Sr. Zaire Rezende (PMDB/Partido Movimento Democrático Brasileiro), de 2001 a 2004; Sr. Odelmo Leão C. Sobrinho (PP/Partido Progressista) de 2005 a 2012; Sr. Gilmar Machado (PT/Partido dos Trabalhadores) de 2013 a 2016 e, novamente, Sr. Odelmo Leão (PP/Partido Progressista) desde 2017, com previsão até 2020. Todos eles foram deputados federais.

No Governo do ex-Prefeito Sr. Virgílio Galassi, foi implantado sem discussão com a população, o Conselho Municipal da Mulher, nomenclatura alterada, conforme Diário Oficial do Município, pela Lei n. 11.843, de 20 jun. 2014, para Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, pela pluralidade de sujeitos que o compõe e pela busca por democratizá-lo quanto à sua composição.

O Governo do ex-Prefeito Sr. Zaire Resende, doravante Governo Zaire, criou pré-escola e creches que favoreceram trabalhadoras(res); houve implantação, a partir de compromisso firmado e assinado em Carta com a organização SOS Mulher e Família no âmbito dos debates da campanha eleitoral. Entretanto com escassa infraestrutura e insuficientes recursos humanos para a Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero e implantação da Casa-Abrigo Travessia, para mulheres e filhos(as) menores de idade em risco pela violência doméstica, por meio de Emenda Parlamentar do Deputado Gilmar Machado, em parceria com município, que cedeu terreno.

O Governo do atual Prefeito Sr. Odelmo Leão, doravante Governo Odelmo, em grande parte de seus dois mandatos, inviabilizou, conforme profissionais entrevistadas da SOS Mulher e Família, Sr.<sup>a</sup> Dália e Sr.<sup>a</sup> Violeta (profissionais SOS, entrevista 2015, 2017)<sup>101</sup>, o funcionamento efetivo de políticas públicas, como a Casa-Abrigo Travessia e o Conselho de Direitos das Mulheres, tendo implantado o CIM (Centro Integrado da Mulher), deixando a SOS de fora. E no Governo de Sr. Gilmar Machado, a partir do compromisso firmado com a

---

<sup>101</sup> Entrevistas realizadas em 17 jul. 2015 e dez. 2017 com a Sr.<sup>a</sup> Dália, Psicóloga Clínica e professora universitária na rede privada, voluntária e fez atendimentos na SOS e da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, participa da SOS desde 1998, tendo saído por breve período e retornado, duração de 1h 29 min., no trabalho. Desde 2017, Presidente do CMDM. E Sr.<sup>a</sup> Violeta, entrevistas realizadas em 15 jul. 2015 e 01 dez. 2017, Psicóloga, Mestre, prof.<sup>a</sup> Universitária na rede privada, classe média, afrodescendente, voluntária da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 3min., no trabalho. Já há uma nota sobre a Violeta, a de n. 4

SOS, houve a reativação de algumas dessas políticas públicas com elevação da estrutura que havia anteriormente a *status* de Superintendência da Mulher, mas sem plena autonomia e com reduzidos recursos financeiros para viabilizar ações.

Em gestão do governo do Sr. Odelmo (2017-2020) há o rebaixamento da Superintendência da Mulher para Diretoria de Proteção Social à Mulher (mantendo-se, ao que insinuam Diretoras da SOS Mulher e Família, propositadamente mesmo após questionamentos do CMDM, a placa de identificação com nomenclatura Superintendência) e paralisação do serviço da Casa-Abrigo Travessia (abrigo temporário e sigiloso para mulheres e filhos(as) menores de idade em risco pela violência doméstica).

Após reivindicações dos movimentos sociais, de denúncias do Conselho dos Direitos das Mulheres, da SOS Mulher e Família de Uberlândia e de legislador, Sr. Adriano Zago (PMDB/Partido Movimento Democrático Brasileiro), ao Ministério Público sobre não funcionamento, a Casa-Abrigo foi terceirizada, transferida para a ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia), cujo Presidente possui vínculos com o Governo. Os desafios para efetivo e adequado funcionamento desses serviços, com suas representações sociais que circulam nesses espaços, são analisados neste capítulo.

O estudo diz das escolhas e das operações que foram sendo realizadas pelos sujeitos das instituições, mediante possibilidades históricas apresentadas em processos discursivos complexos e mutáveis pelos quais identidades foram ratificadas e, portanto, não fixas, tampouco naturalizadas ou essencializadas.

De modo que as mulheres e as violências de gênero por vezes parecem ser foco de ações no âmbito da linguagem, mas longe estão, de fato, de serem prioridades de políticas de Estado, mesmo que, em alguns governos, o diálogo com a sociedade e com movimentos sociais seja mais produtivo e fluido do que em outros, conforme aparece em várias entrevistas.

Percebe-se que os movimentos de mulheres, no Brasil e na cidade, concorrem para a pressão e para subsidiar o tom de diretrizes, Direitos Humanos, Convenções Nacionais e Internacionais, Constituição, legislações específicas e territorialização de espaços e políticas públicas. A institucionalização de organizações pesquisadas é fruto de esforço e persistência política de segmentos de mulheres, inclusive para mantê-las, e essas lutas são privilegiadas na análise.

Foram verificadas tensões na atuação dos(as) participantes, conforme o jeito e motivação consciente, ou inconsciente, de cada qual se inserir nas organizações, diferindo, inclusive, se como voluntário, profissional fixo remunerado, concursado ou ocupante de cargo



de confiança, estagiário(a), ser liderança ou não, ou cedido em parceria com alguma instituição.

A seguir, apresentam-se as instituições e os profissionais, identificam-se e são analisadas as representações sociais desses profissionais e pessoas que vivenciam violências e foram atendidas nesses espaços, buscando alcançar as representações de gênero e relações de poder, por meio da biopolítica, ali presentes.

## 2.1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia/MG e PMMG

[...] **tudo era lindo no começo** [...]. Amor, [...] planos, desejo, ilusão. [...] no lugar onde eu morava me sentia tão só [...]. Eu cheia de esperança de encontrar no futuro a paz, [...]. Me deu um beijo [...] meus olhos brilhavam, **estava apaixonada!** [...] **O meu príncipe encantado** [...] **me chamava de "filé"** e eu achava legal. [...] Numa atitude impensada, saí de casa para ser feliz. [...] não aguentava mais ver a minha **mãe sofredora**. **Levar porrada do meu pai embriagado e à toa**. Meu **irmão se envolvendo com as paradas erradas** [...]. Eu estava feliz no meu lar doce lar. Sua roupa, olha só, tinha prazer de lavar. Mas ‘alegria de pobre dura pouco’ [...]. **Ele ficou diferente, agressivo** [...]. Chegava tarde da rua, aquele bafo de pinga. Batom na camisa e cheiro de rapariga. Nem um ano de casado, ajuntado, sei lá. Não sei pra que cerimônia, o importante é amar. **Amor de tolo, amor de louco**, o que foi que aconteceu? Me mandou calar a boca e não me respondeu. Insisti, foi mal, ele **me bateu**. No outro dia me **falou que se arrependeu**. Quem era eu pra julgar? **Queria perdoar**. [...] ‘Eu tava há quatro meses **grávida**. Ele me deu uma **surra tão violenta que eu cai, desmaiei**. Aí quando eu acordei eu tava numa poça de sangue, assim que tinha saído da minha boca e do meu rosto. Ele me catou assim pelos meus cabelos. Me puxou e falou: **Você vai morrer!**’ [...] A rotina parecia um **inferno**. Que saudade da minha mãe, **desisti do colégio**. A noite chega, madrugada e meu amor não vinha. Quanto mais demorava, preocupada, mais eu **temia**. Não estava aguentando [...]. Mas **hoje tudo vai mudar**, ele querendo ou não. **Deus havia me escutado** há uns dois meses atrás. Aquele filho na barriga era esperança de paz. [...] o meu amor chegou. Que pena! Novamente **embriagado**. Aquele cheiro de maconha [...]. **Tentei acalmá-lo**, ele ficou irritado. Começou a **quebrar tudo** loucamente, **lombrado**. Eu falei que **estava grávida**, ele não me escutou. Me bateu novamente, mas dessa vez não parou. Vários **socos na barriga**, lá se vai a esperança. O sangue escorre no chão, **perdi a minha criança**. Aquele **monstro que um dia prometeu me amar**. Parecia incontrolável, eu não pude evitar. **Talvez se eu tivesse o denunciado** [...] o **deixado de lado**. Agora é tarde, na cama do hospital. Hemorragia interna, o meu estado era mau. **O sonho havia acabado e os batimentos também**. A **esperança se foi** pra todo sempre, amém! Hoje meu amor implora pra eu voltar. Ajoelhado, chorando, infelizmente não dá. Agora estou feliz, ele veio me visitar. É **dia de finados**, muito **tarde pra chorar**. Hoje meu amor veio me visitar. E trouxe rosas para me alegrar. E **com lágrimas pede pra eu voltar**. [...] Meu amor **já não me bate mais**. Infelizmente eu **descanso em paz!** (Rosas, Grupo de *Rap*: Atitude Feminina, 2006). (Grifos meus)

O grupo feminino de *Rap*, Atitude Feminina, reconta fragmentos de histórias de violências com suas peculiaridades em se tratando de relacionamentos afetivos e de representações de gênero e de poder que as envolvem, em cenário de idealizações do outro seguidas de dependência química, como facilitador. Aspectos recorrentes em várias narrativas

de entrevistas com profissionais e pessoas atendidas, permeados pela espiral de abusos físicos, emocionais e patrimoniais, arrependimentos e retomadas, riscos de morte. Estão presentes determinados lugares reservados ao feminino como o de suportar, aguentar, tentar novamente e crença esperançosa de que se pode mudar o outro, na heteronomia. E, do masculino, que pode trair, mas não admite traição, com força física espanca e demonstra virilidade, mesmo ela estando grávida e por isso perdendo o filho e somente descansando do sofrimento vivido, com a morte. Este Capítulo II, portanto, por mais que seu eixo esteja na circulação dos sujeitos pelas instituições da rede pública, se articula com vários aspectos do Capítulo I.

Recuperar a história da constituição da Delegacia de Mulheres de Uberlândia parece ser um modo de dar a conhecer à comunidade local parte de sua história, por meio das falas dos interlocutores e do movimento que resultou na criação da Delegacia. Esse levantamento foi feito durante pesquisa para Mestrado (GUERRA, 1998) e resgata-se parte dele neste capítulo.

A imprensa local escrita acompanhou o processo que culminou com a constituição da Delegacia de Mulheres de Uberlândia, em 1988, local especializado para registro de ocorrência, escuta psicossocial desde que compõe o CIM (Centro Integrado da Mulher) e abertura de inquérito para apurar e encaminhar punição em casos de violência conjugal, prioritariamente contra as mulheres. Cronologicamente pode-se observar o desenrolar desses fatos.

A criação da Delegacia despertou, também, alguns pareceres, representações sobre gênero expressas em argumentos contrários à sua existência. Um advogado escreveu para o jornal, insinuando ser essa uma medida discriminatória e incoerente, com base, inclusive, no que reza a Constituição sobre direitos iguais. Mas, apesar de criticar a instalação de uma Delegacia especial, receando, até mesmo, os gastos com sua manutenção, ela foi considerada importante pela comunidade, por seu efeito intimidativo e preventivo. O advogado observa, ainda, que por trás dessa proposta há uma censura velada ao comportamento da “digna” autoridade policial masculina.<sup>102</sup> Nota-se, nessa representação de gênero e de poder, não haver a compreensão da necessidade de atendimento especializado, de que uma mulher à frente desse órgão pode favorecer a busca por auxílio por parte de mulheres e percebe-se a associação do masculino com competência e neutralidade.

Expressa-se, em alguns artigos, a impaciência da comunidade em ver viabilizada a Delegacia que, depois de oficializada, não teve meios para funcionar. Frases como: “em quanto tempo tudo se resolverá?”, ou “onde está a nossa Delegacia de Mulheres?” e, ainda, justificativas de que “[...] as mulheres uberlandenses precisam contar com os préstimos deste

<sup>102</sup> Jornal **A Notícia**, 25/03/1987, p. 3.

importante órgão que atua positivamente em outras cidades e estados, o quanto antes [...], já que pretendemos ser o grande Estado do Triângulo”<sup>103</sup>, revelando outra representação sobre o serviço. Nesse contexto, alguns segmentos locais discutiam a possibilidade de o Triângulo Mineiro tornar-se estado, Uberlândia ser sua provável capital e a Delegacia coroar a relevância do município.

Para a surpresa de muitos(as), em outubro de 1988, a delegada comunicou sua transferência para a capital mineira, de onde havia vindo. E a sua vaga foi provisoriamente preenchida por um homem, até que fosse designada outra titular para a Delegacia Especial da Mulher (Primeira Hora, 1988).<sup>104</sup> Lideranças políticas, como a Sr.<sup>a</sup> Nilza Alves (PMDB/Partido do Movimento Democrático Brasileiro e PCB/Partido Comunista Brasileiro), encaminharam ofício ao Secretário de Estado, solicitando urgência no preenchimento da vaga (A Notícia, 1988).<sup>105</sup> Por outro lado, argumentou-se que, mesmo sendo uma mulher o mais adequado para titular dessa Delegacia, o delegado possuía jeito cortês e habilidade para lidar com a demanda (Correio de Uberlândia, 1988)<sup>106</sup>, o que expressa representação social de que, relevante, porém insuficiente ser mulher-delegada, mas necessário também o preparo para ocupação do cargo.

Somente no início de 1990 foi empossada a delegada Sr.<sup>a</sup> Adriana Ladeira. Na época com 27 anos, foi a terceira mulher a assumir essa Delegacia desde a sua instalação e permaneceu à frente dela por uma década. A pasta havia sido ocupada, na prática, durante os atendimentos, por um delegado. Essa delegada encontrou a Delegacia em situação precária. Na casa, cujo aluguel era pago pela Prefeitura, existia apenas uma linha telefônica, quatro detetives e uma única viatura de serviço. Além disso, a Delegacia da Mulher funcionava junto com a Delegacia do Menor<sup>107</sup>, carecendo de infraestrutura.

Conforme se pode investigar, a constituição da Delegacia de Mulheres em Uberlândia foi marcada por articulação que, simultaneamente, expressou o anseio de grupos femininos locais e de algumas lideranças políticas. Houve, nesse processo, justificativas e exposição de dados estatísticos que tornaram mais ou menos relevante a sua criação. Verifica-se respaldo governamental, em determinados momentos e, em outros, descaso. O resultado é que entre a discussão, a oficialização da Delegacia e seu funcionamento de fato transcorreram aproximadamente três anos. Ainda assim, parece importante que essa reivindicação e luta conjuntas em prol da Delegacia tenha unificado forças e propiciado clima de debates,

<sup>103</sup> Jornal **Correio de Uberlândia**, 05/08/1987, p. 4.

<sup>104</sup> Jornal **Primeira Hora**, 01/10/1988, p. 1.

<sup>105</sup> Jornal **A Notícia**, 18/10/1988, p. 5.

<sup>106</sup> Jornal **Correio de Uberlândia**, 05/10/1988, p. 1.

<sup>107</sup> Jornal **Correio de Uberlândia**, 01/02/1990, p. 1.

esclarecimentos e de acúmulo teórico-prático (práxis) sobre a temática, que passaram a ser frequentes no espaço público.

Na delimitação temporal do Doutorado, ou seja, de 1997 a 2017, a Delegacia de Mulheres passou por mudanças. No entanto, possui permanências, no fato de pontuar continuamente a escassez de pessoal em relação à demanda, depender do Poder Público municipal para sua sede e ainda ser tema de reivindicações para melhorias por parte do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres com instituições ali representadas e afinadas com o problema, especialmente SOS Mulher e Família e NEGUEM, o que se verifica em várias atas de reuniões desses órgãos no período de 1998 a 2017. A SOS Mulher e Família, inclusive, mediante recurso recebido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal, por ser Centro de Referência, auxiliou, entre várias ações, a equipar a Delegacia de Mulheres, em 2006/2007 (Projeto arquivado SOS Mulher e Família, 2005), com a compreensão de que com a rede funcionando adequadamente, a demanda fica mais bem assistida.

As entrevistas com profissionais ligadas direta ou indiretamente ao Centro Integrado da Mulher (CIM) (Sr.<sup>as</sup> Hortência, Iberis, Bardana, Ranúnculo, Aquiléia, profissionais, entrevistas 2015) e ao SOS Mulher e Família (Sr.<sup>as</sup> Dália e Violeta, entrevistas 2015, 2017), desvelam as contradições, descontinuidades e também disputas por recursos, assim como retrabalho, com replicação de ações. Por outro lado, há pessoas atendidas que ora elogiam a prestação de serviços, ora ratificam as violências institucionais por parte dos(as) que deveriam promover as pessoas que as vivenciam.

A Delegada de Mulheres que esteve à frente da Delegacia durante o período dessa pesquisa, Sr.<sup>a</sup> Iberis<sup>108</sup> atua acumulando responsabilidade com a Delegacia do Idoso. Segundo ela, a instituição, além de punir, também realiza trabalho preventivo. Constatamos que “a base está na família”. Conta que muitos chegam lá achando que iriam encontrar um homem, por ser Delegacia. Ela diz: “Sou eu mesma, uma delegada nova e não barriguda”. Geralmente são “[...] os homens que têm esta relação de espanto, já as mulheres adoram e preferem”. Acima dela está a Delegada Regional, que se remete ao Delegado Chefe de Departamento. Ela diz ter bastante autonomia na Delegacia da Mulher, mas, sobre a estrutura, tem que se reportar a outros(as), pois que a Delegacia divide espaço com a Superintendência da Mulher (PMU), com o Centro Integrado da Mulher (CIM-PMU) e a Defensoria da Mulher (Estado de Minas Gerais), mas, segundo ela, são totalmente separados aqui.

---

<sup>108</sup> Entrevista realizada, em 16 jul. 2015, com a Sr.<sup>a</sup> Iberis, 31 anos, advogada, Delegada de Mulheres, duração de 56 min.

De outro modo, aparece nas entrevistas de atendidas, como a da Sr.<sup>a</sup> Milefólio (vivenciou violência, entrevista 2017)<sup>109</sup>, 61 anos, corretora de imóveis, segundo grau completo, viúva, menção a não ter havido resolução para seu problema de perseguição de ex-namorado, com afirmativa de que viu, na sala de espera profissional “[...] da Delegacia de mulheres mandando mulher com bebê para casa por não ter quem atenda”, e de representantes de movimento social, como as profissionais da SOS Mulher e Família, Sr.<sup>a</sup> Urze (profissional SOS, entrevista, 2015 e outras)<sup>110</sup>, Psicóloga com Curso de Especialização, regime CLT da SOS Mulher e Família de Uberlândia, menções, com registro nos prontuários de atendimentos sobre episódios de descaso, desencorajamento da vítima quanto ao prosseguimento da queixa-denúncia.

A delegada, Sr.<sup>a</sup> Iberis continua narrando sobre contato de quem chega para ser atendida somente com a Psicóloga e a Assistente Social do CIM. E essas profissionais registram os casos, tiram dúvidas, e a Delegada solicita relatórios a elas. Ou seja, parece haver um filtro para que nem todos casos cheguem à delegada. Porém, somente ela tem autoridade para determinadas providências.

Sobre a operacionalização, a Sr.<sup>a</sup> Iberis comenta que “[...] a pessoa primeiramente passa pela Assistente Social e pela Psicóloga, que são da Prefeitura, vinculadas à Superintendência da Mulher, aí elas fazem o encaminhamento”. A Delegacia possuía uma Ginecologista, que fazia exames, mas o Conselho de Ética retirou esse atendimento de lá. Essa profissional então restringe-se a trabalhar na prevenção educativa e fornece encaminhamento da demanda para os postinhos de saúde, ou outros setores necessários. Ela vai à Delegacia somente duas vezes na semana à tarde. A delegada avalia que “[...] antes era melhor, porque ela fazia pré-exames e tinha casos que não precisava nem ir ao IML” (Instituto Médico Legal).

A Sr.<sup>a</sup> Iberis menciona que “[...] em torno de 90% dos casos que chegam lá são de lesão corporal, sendo a maioria por motivos fúteis e por ameaça. Atende somente mulheres e o autor da agressão não vai lá”. Constata que “[...] poucos homens vítimas de agressão foram lá, eles procuram a Delegacia formal”. Informa que as ameaças são geralmente por “[...] término de namoro, ou divisão de bens e quando há lesão, mesmo a vítima não querendo, tem abertura de inquérito e não se consegue retirar a denúncia nem na frente do juiz”. A Sr.<sup>a</sup> Iberis

<sup>109</sup> Sr.<sup>a</sup> Milefólio, 61 anos, corretora de imóveis, segundo grau completo, viúva, vivenciando perseguição de ex-namorado, ligou para a pesquisadora, mencionando o mau atendimento na Delegacia de Mulheres, no CIM e ausência de orientações sobre o que fazer diante perturbações do ex-namorado que continua perseguindo-a. Enviou, virtualmente, termo de consentimento com seus dados à pesquisadora, sem assinatura digital e por isso não foi computada na pesquisa.

<sup>110</sup> Entrevista realizada, em 24 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Urze, Psicóloga SOS, Curso de Especialização, regime CLT da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 40min., no trabalho.

ainda relata que “[...] quando foi dito que todos os casos de lesão tinham que ser instaurados inquéritos, ela chamou as vítimas e muitas disseram que não era bem assim, que tinham era caído, que se arrependeram. Daí se percebeu que muitos casos eram caluniosos”. E acrescenta: “[...] muitas desistem, por medo, pressão e arrependimento”. Intrigou-me a afirmação, pois que a Lei Maria da Penha prevê retirada da denúncia perante Juiz.

Compreendo, por meio da análise de relatos de quem vive o problema, que há complexidade nessas situações, diferentemente de quando se vivem violências com pessoas sem vínculos, e que muitas mulheres não desejam ver seus maridos presos, mas que a violência termine.

A Sr<sup>a</sup> Iberis comenta ainda que a mulher sair com as amigas também é motivo de agressão. Em casos mais graves, solicitam a Medida Protetiva, mas às vezes pode demorar até dois meses. A delegada não sabe identificar o critério para serem expedidas as medidas, uma vez que algumas saem rápido, outras demoram e outras nem saem. Mas, mesmo com a medida protetiva, não há ninguém que fiscalize o cumprimento, a não ser por denúncia. Ilustra que houve o caso de uma menina que foi estuprada em festa universitária e disse que sempre achava que a vítima era culpada, mas depois do acontecido viu que não é bem assim. Não foi fazer a denúncia formal, por medo de ser julgada. Esses casos de estupro de vulnerável não chegam à Delegacia. A Sr<sup>a</sup> Iberis manifesta representação social de gênero que associa estupro a descuido e provocação da vítima, em determinados episódios. Acrescenta, ainda, perante minha recordação sobre essas festas, que as mulheres têm sido desrespeitadas, inclusive pelos nomes dados a determinadas festas e relembra as Festas DopaAsMina e CirOrgia do Curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia(UFU). Relata que “[...] colocam drogas nas bebidas de mulheres e aproveitam para estuprá-las dopadas. Elas não vão denunciar e nem sabem que o inquérito é sigiloso”. Ela sente muita falta de *feedback* do fórum sobre as medidas protetivas. Compreendo que a Sr<sup>a</sup> Iberis evoca sentidos associados ao feminino e constrói representação de gênero a partir da autoridade a ela conferida. O que permite afirmar que as pessoas não se aproximam passivamente das representações sociais. Elas podem reconstruir, reelaborar, recusar ou reproduzi-las.

Indagada sobre a Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia, política pública municipal, abrigo temporário e confidencial que deveria promover mulheres e filhos(as) menores de idade em risco pela violência doméstica, acredita que ela “[...] tem auxiliado muito, mas muitas vítimas não concordam em ficar ‘presas’ e vão pra casa de parentes e outros locais. A avaliação de necessidade de abrigamento é feita lá pelas psicólogas e a assistente social”. Nas relações de poder hierarquizantes, parece haver mistura de funções, pois a autoridade, nesse contexto, legitimada para designar para a Casa-Abrigo é da Delegada, ao avaliar risco e filtro

de critérios. Fica a dúvida se, conforme suas representações, os casos de risco são ou não encaminhados e qual a conveniência do Poder Público de que boa parte deles o seja, vez que não parece compor as competências de qualquer delegada essa avaliação sócio-histórica, psicológica dos casos. Aprofundarei em item específico, mais adiante, sobre a Casa-Abrigo Travessia.

Sentimentos<sup>111</sup> mobilizados pelos atendimentos aparecem nas narrativas, a delegada, Sr<sup>a</sup> Iberis menciona sentir-se frustrada em alguns casos, “[...]quando a vítima volta ao relacionamento, depois de ter ido lá várias vezes para denunciar”. O predomínio desse sentimento pode estar no fato de não haver formação continuada sobre a complexidade da espiral das violências, abordada no capítulo primeiro. A Delegada exemplifica que houve uma mulher que resolveu dar a segunda chance, “[...] até que o agressor a matou na frente dos filhos”. Os casos que precisam de atendimento psicológico continuado ela diz encaminhar ao SOS Mulher e Família de Uberlândia. No entanto, sabe-se pelas narrativas de equipe da organização da sociedade civil SOS que muitos não chegam a ser encaminhados, pois sequer passam pela delegada, nessa divisão fragmentada de atendimentos pelo CIM (Centro Integrado da Mulher/PMU) e Delegacia de Mulheres.

Pela sua experiência, a Sr<sup>a</sup> Iberis crê que “[...] a vítima não vai mudar se não fizer tratamento, vê como um ciclo. Tem vítimas hoje que tiveram a mãe lá, anteriormente, também vítima”. Tratado proeminentemente no capítulo primeiro, a investigação dá conta de que são vários os casos de reincidências e histórico de violência familiar. No entanto, há também aqueles que colocam o limite na primeira situação de violência e que não possuem casos de episódios de agressões no âmbito familiar, o que desconstrói a perspectiva comumente recorrente de que “filho de peixe, peixinho é”, podendo-se constituir outros “bichos”, com variadas estratégias.

Em termos da estrutura, a Delegacia conta, em 2015, com quatro escrivãs e três investigadores, há mais uma delegada que trabalha meio período e lidam também com flagrantes. A Sr<sup>a</sup> Iberis tem duas equipes e afirma precisar de pelo menos três. A equipe foi designada pela Delegacia Regional. Para ela, que nesta fala explicita representações sobre gênero e violência, “[...] os investigadores, a princípio, querem é prender bandido, por isto os que estão comigo, estão há muito tempo e provavelmente não serão trocados. Eles gostam daqui e não querem sair. Na Delegacia Regional tem médica legista mulher e tem homem. Claro que a preferência é a mulher. Não tem como escolher, são concursados”. Na narrativa, homens e mulheres lidam “naturalmente” de modos diferenciados com os casos, nas

---

<sup>111</sup>Para leituras sobre a História e Sociologia das Emoções, consultar, por exemplo o blog, disponível em: <http://sociologiadasesmocoes.blogspot.com.br/p/livros.html>. Acesso em 10 julho de 2017.

representações de gênero. A delegada acredita que houve melhora significativa na Delegacia da Mulher, pois houve época em que não dispunha da quantidade de profissionais necessária, acabava o material de escritório, entre outras dificuldades. Crê que deveria haver uma delegada para idosos e outra para mulheres. Atende as duas demandas o dia todo e o foco fica confuso. Devido à equipe ser insuficiente, há sentimento de sobrecarga, acúmulo de tarefas, sensação de impotência na lida com a demanda.

Outra Delegada de Mulheres, Sr<sup>a</sup> Ranúnculo (profissional CIM, documento 2014)<sup>112</sup>, que atuou enquanto uma delas estava de licença-maternidade e depois permaneceu, menciona ,sobre balanço das ações para a Dissertação de Mestrado de colega na pós-graduação<sup>113</sup>, que a mulher que é vítima de violência ao chegar é primeiramente é atendida pelos servidores municipais, que fazem uma triagem, atendimento inicial para saber que tipo de violência ela está sofrendo, percebendo a “distinção entre delitos mais graves e menos graves”. Delitos como ameaças, injúrias e danos dependem de representação, de manifestação da vítima, afirma a Sr<sup>a</sup> Ranúnculo (profissional CIM, documento 2014), para ser instaurado inquérito policial. Antes de passar essas pessoas para a Delegacia, a equipe de Assistente Social e Psicóloga faz entrevista inicial com a demanda que chega para saber como se instalou a violência naquela residência, que tipo de violências, se elas realmente têm interesse em procedimento criminal, ou se “[...] desejam atendimento inicial para tentar apaziguar a situação”. Quando elas percebem que existe essa possibilidade de fazer conciliação, “[...] antes de iniciar o inquérito chamam, convocam a vítima e o agressor para atendimento prévio, por meio de entrevista”. E, “[...] se aquela situação se resolver com aquele atendimento, a situação fica cessada e não se instaura o inquérito”. Observo que a delegada Sr<sup>a</sup> Iberis expressa em momento de sua narrativa, e com angústia, que “[...] o retorno das mulheres com agressores, as coloca em vulnerabilidade” e essa outra delegada, a Sr<sup>a</sup> Ranúnculo, reforça a possibilidade de reconciliação.

A Sr<sup>a</sup> Ranúnculo comenta que, nos casos de lesão corporal, crimes que não dependem de representação, “[...] mesmo que a vítima não queira, há instauração de inquérito contra o agressor, a gente de qualquer forma tem que fazer isso”. Assim, a vítima é imediatamente encaminhada ao IML para fazer Exame de Corpo de Delito e aos cartórios da Delegacia para iniciar o procedimento e requerer Medida de Proteção. A Sr<sup>a</sup> Ranúnculo menciona haver dois tipos de casos e conclui: “[...] os casos que dependem de representação e os que não

<sup>112</sup> Entrevista com Sr<sup>a</sup> Ranúnculo, delegada de Mulheres por: ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015, 111f.

<sup>113</sup> ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015, 111f.



dependem; nos que dependem, primeiramente existe o atendimento prévio do setor psicossocial”.

A investigação, com reforço da Sr.<sup>a</sup> Violeta (profissional SOS, entrevista 2015, 2017)<sup>114</sup> conta quão desgastante foi chegar a esse ponto acerca da representação formal contra autor de agressões, dificuldade para quem vive violências com pessoas próximas, pois que antes de o Supremo Tribunal Federal ratificar a interpretação da Lei Maria da Penha sobre alguns casos afetarem a sociedade e não somente o casal, em 2012, e, portanto, independermos de representação da vítima e podendo a denúncia ser realizada por outrem, havia resistência das(os) profissionais da Delegacia quanto a essa questão. E a exigência era feita, inclusive devido ao número significativo de processos abertos e com a infraestrutura de pessoal precária, o que impactaria nos desdobramentos da rede de enfrentamento às violências.

Sobre as deficiências nos processos de proteção, a Sr.<sup>a</sup> Ranúnculo (profissional CIM, documento 2014) discorre:

Cem por cento é difícil; a gente tem muitos problemas [...] questão de efetivo; por exemplo, nós temos uma média de novecentos inquéritos em andamento e isso...o que que gera isso de consequência? A demora gera, às vezes, uma sensação de impunidade e que se reverte na prática com o aumento [...] de violência. Então, existe problema? Existe! Mas eu acho que Uberlândia, hoje, dentro da realidade até nacional, está bem estruturada. Por quê? Em primeiro lugar, conta com esse Centro Integrado da Mulher. Então, hoje a gente não atende aqui sozinho, não são só servidores da Polícia Civil. A gente tem uma equipe mais humanizada, porque nós temos a presença de Psicóloga, de Assistentes Sociais, nós temos a Defensoria Pública que dá um apoio na questão da área cível. Tem a questão da Casa-Abrigo, que está prevista em lei, mas poucas cidades que oferecem, e é uma das garantias que a mulher tem, tá previsto na Lei Maria da Penha, mas muitos municípios não oferecem essa garantia de Casa-Abrigo [...] Dentro a realidade nacional nós estamos bem estruturados? Estamos! Mas existem problemas, a questão do efetivo é um deles, que eu acho.

Acerca das reincidências em casos de agressões, ela observa sobre a “vitimologia”<sup>115</sup>, quando a mulher sai da violência doméstica de um relacionamento e entra em outro, no qual figura como vítima também. Cita como exemplo: “[...] se chega uma mulher vítima de violência, aqui: ‘ah, tô sendo vítima de ameaça’, a gente tem esse setor psicossocial pra tentar resolver essas coisas menos graves”. No entanto, se percebem ser caso com “[...] reiteradas condutas contra aquela mesma vítima, aí a gente não vai tentar mais esse procedimento de apaziguar e inicia logo o procedimento criminal”. Então, existe essa “[...] separação de casos menos graves e casos mais graves”.

<sup>114</sup> Entrevistas realizadas, em 15 jul. 2015 e 01 dez. 2017, com Sr.<sup>a</sup> Violeta, Psicóloga, voluntária da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 3min., no trabalho.

<sup>115</sup> Vitimologia é o estudo da vítima em seus diversos planos. Estuda-se a vítima sob um aspecto amplo e integral: psicológico, social, econômico, jurídico. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vitimologia>. Acesso em 10 agosto 2017.

Verifica o reforço sobre concepção e gradação de violências em vários momentos do relato e no enunciado “[...] a gente busca aqui no CIM levar para o Judiciário as coisas que realmente são relevantes e tentar resolver de forma conciliatória os casos menos relevantes, porque a gente tem acúmulo de serviço e um efetivo reduzido”. E completa “[...] se a gente enche de inquérito com coisas menos relevantes, os casos mais graves demoram muito para serem resolvidos e às vezes gera uma consequência mais grave”. Então, reforça:

[...] o nosso objetivo fundamental com o pessoal do CIM, que seriam as psicólogas e assistentes sociais, seria isso: diferenciar casos menos graves e tentar resolver eles mais rápido e com conciliadores e deixar para Polícia Civil e para o Judiciário os casos mais graves, nosso trabalho aqui visa isso.

Em que medida há articulação entre profissionais do CIM e delegadas? Na entrevista uma das delegadas, Sr<sup>a</sup> Iberis, ela mencionou que “quase nem vê o pessoal do CIM, mesmo estando no mesmo espaço físico”. Assim, avalia-se que há separação nítida, certamente com (des)encontros, (des)articulações e impactos para a demanda.

E sobre as características ou como nomeiam o “perfil” social das pessoas atendidas, a Sr<sup>a</sup> Ranúnculo comenta não saber falar isso exatamente porque

[...] a gente não trabalha paralelamente, nós não trabalhamos em conjunto, então eu não sei efetivamente no que consiste a atuação da SOS Mulher e Família, mas eu acredito que eles façam o mesmo papel das servidoras do CIM de tentar, às vezes, solucionar os problemas menos graves de forma conciliatória.

Nesse trecho, verifica-se, por meio do relato da Sr.<sup>a</sup> Violeta (profissional SOS, entrevista 2015, 2017), que a atuação da SOS Mulher e Família, com vinte anos de experiência no atendimento continuado e multiprofissional, não foi levada em conta quando da constituição do CIM, apesar de tratativas por parte da SOS para essa articulação com a então Secretária de Desenvolvimento Social. Isso resultou na replicação de ações, nas representações e embates políticos e disputa por espaços, na opinião da Diretoria da SOS Mulher e Família de modo paliativo e sem atendimentos continuados, “[...] com profissionais que nem sempre possuem formação continuada e espaços para lidar com impactos dessas violências”. E, por mais que a SOS a cada ano participe de mesas redondas, convide profissionais da rede de enfrentamento às violências para estarem em sua formação interna continuada, as conexões são esporádicas e frágeis.

Desse modo, a Sr<sup>a</sup> Ranúnculo imagina que “[...] esse deveria ser o objetivo da SOS e, se não é, pelo o que eu acho deveria ser, para ocupar a Polícia Civil e o Judiciário apenas com coisas mais graves e tentar resolver as coisas menos graves de uma forma mais rápida pra dar efetividade”. Recorrente, nas relações de poder, o reforço dessa representação de violência “casos mais graves”, que hierarquiza agressões e coloca ações da Delegacia e do Judiciário

com relevância em relação a outras instituições, deixando implícito que questões graves de violência doméstica são casos de polícia, o que parece divergente em relação a representações da SOS Mulher e Família, quando a Sr.<sup>a</sup> Dália (profissional SOS, 2015, 2017) afirma que essa violência requer intervenções para além da policial e jurídica, com vistas a mudanças de comportamento e redução de reincidências. Entretanto, a fala da delegada aponta mecanismos para superação da violência. E menciona que, por exemplo,

[...] visitas nas casas de mulheres vítimas de violência (refere-se ao Programa PAM) que foram atendidas aqui para saber se essa situação apaziguou ou se não apaziguou, porque tem muitos casos de violência doméstica que o casal não se separa, continua vivendo junto, então, às vezes, uma conversa, uma advertência, uma orientação, até mesmo pro agressor saber que aquela vítima não é uma, não tá em situação, vamos dizer assim, de vulnerabilidade, ela tem acompanhamento, orientação por trás, ela não vai se submeter à prática de violência, sabendo que ela tem um caminho pra seguir. Então isso também faz com que se diminua esta prática de violência. Eu acho que esse atendimento, nesse sentido, resolve oitenta por cento dos casos e é assim que tem que ser. É os vinte por cento **mais graves** que precisam da intervenção do Estado para cessar aquela violência, esse sim tem que ser atendido e pra isso a gente precisa de atender esses casos **mais graves** com rapidez, pra ter eficácia... efetividade; e pra isso a gente não pode estar acumulado com coisas **menos graves**. Então, eu acho que esses órgãos têm que atuar em conjunto SOS Mulher, CIM... (Grifos meus)

Sobre atendimentos a casais homoafetivos e transexuais, a delegada Sr.<sup>a</sup> Ranúnculo esclarece, explicitando representações de gênero, associando mulheres a vulnerabilidade e fragilidade e, raramente, transexuais quando expressam essas características sobre os femininos. Tal visão implica redução de espaços para a escuta masculina, de modo a que intervenções que possam minimizar casos. Por outro lado, também, segundo ela, cada situação merece observância das especificidades.

[...] na verdade, a gente atende, mas não é o caso dos femininos porque assim..., tem que existir uma relação de [...] **A Lei Maria da Penha ela veio proteger a mulher por achar que a mulher é pessoa mais vulnerável em relação ao homem.** Então, a gente entende que **na relação entre duas mulheres às vezes a gente considera sim** para fazer o atendimento aqui, mas entre dois homens não, porque a vítima não é do sexo feminino. **No caso do homem**, a gente não pode considerar aquilo como violência contra a mulher, porque, apesar de existir o relacionamento, a vítima não é mulher e ela não está em situação de vulnerabilidade. A gente analisa caso a caso e não tem assim, uma... regra. **A gente entende que não existe essa relação de vulnerabilidade.** Agora, nada impede que uma análise do setor psicossocial traga essa informação para a gente analisar caso a caso para verificar. [...] Pelo setor psicossocial, às vezes eles podem chegar pra gente e falar: ‘olha doutora, é do sexo masculino, mas tem toda uma relação de fragilidade, vulnerabilidade porque é um transexual’<sup>116</sup> porque nasceu assim [...] a gente analisa caso a caso.

<sup>116</sup> Em março de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que transexuais e transgêneros têm direito de alterar o nome social e o gênero de acordo com sua identidade de gênero no registro civil, mesmo sem realização de cirurgia de mudança de sexo ou tratamento hormonal. Para fazer a mudança, a pessoa precisa apenas ir ao

As narrativas evidenciam representações de gênero de agentes do poder público sobre masculinos e femininos, fundadas em supostas naturalizações, determinismos biológicos acerca de identidade e orientação sexual, hierarquizando vulnerabilidades, pela autoridade-poder a esses agentes conferidos, sem que se reconheça a priori como se identifica a pessoa que vive o problema. Dessa forma, orientam condutas que produzem desigualdades, estereótipos e exclusões de quem se considera mulher. Entre 2016 e 2017, há denúncias de casos no CMDM, conforme Atas, sobre mulher trans em situação de violência conjugal ter atendimento recusado no CIM.

Assim pode-se retomar, para melhor compreensão, as análises da historiadora americana Hunt, com “A Nova História Cultural”, em que enfatiza quão complicada é a recuperação da dinâmica da expressão e da interpretação do passado. Nesse encaminhamento, o objetivo da nova História Cultural não visa somente à interpretação das práticas sociais e culturais que comportam significados próprios de sua época e lugar, mas também a compreensão da função da cultura na dinâmica das transformações sociais. Considera a cultura como dimensão constitutiva do social, mais do que determinada por ele. Assim, enfatiza: “[...] todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo” (HUNT, 1992, p. 25).

Em “A Interpretação das Culturas”, o antropólogo Geertz (1989) traz sua redefinição de cultura, que função ela desempenha na vida social e como deve ser estudada, na tentativa de esclarecimento do próprio conceito em suas relações com o comportamento real de indivíduos e de grupos, como verificado nas narrativas de profissionais do Poder Público. Não lhe agrada afastar-se muito das imediações da vida social. Trata da descrição densa na interpretação cultural para permitir tirar grandes conclusões de fatos pequenos, como feito por meio das narrativas de entrevistas com agentes do poder público.

Com a obra “Violência Contra a Mulher: quem mete a colher?” (SILVA, 1992), a Assistente Social trata do significado sócio-político das Delegacias especializadas no atendimento às mulheres, por meio de depoimentos de policiais, assistentes sociais e feministas, desvelando representações e práticas dos atores e analisando as respostas do Estado a essa forma de violência. Polemiza a simbiose entre o público e o privado no exercício do poder, denunciando os arbítrios e abusos do Poder Público, que se autonomiza para além do ordenamento legal e institucional, como poder privado do policial. Reconstitui impasses e possibilidades de um novo espaço profissional aberto ao Serviço Social. Articula

relações de classes, gênero e raça (SILVA, 1992). E contribui para este estudo ao tratar da rede de (des)enfrentamento da violência doméstica e das posturas de profissionais perante os casos atendidos.

Pessoas atendidas pela Delegacia de Mulheres ou pela Polícia Militar de Minas Gerais, no período desta pesquisa, relatam que os ex-maridos bateram muito nelas e foram as piores das agressões, elas os denunciaram na Delegacia de Mulheres. No entanto, houve muita demora nos atendimentos, foram ao IML (Instituto Médico Legal), fizeram exame de Corpo de Delito, mas suas ações não tiveram resultados, fizeram o registro e nunca as chamaram. Ouvi repetidamente nas entrevistas com quem vive violência conjugal: “deu em nada”. Por exemplo, com histórico de graves violências, a Sr.<sup>a</sup> Lavanda, mãe da Sr.<sup>a</sup> Lisianthus, afirma que “[...] a delegada que havia feito o depoimento da filha perdeu o depoimento”.

Outro caso relatado foi o da Sr.<sup>a</sup> Tussilagem<sup>117</sup>, segundo a qual o abusador da filha foi julgado e condenado a oito anos de prisão em regime semiaberto e nunca foi preso; ela não recorreu por não ter dinheiro, menciona. A referida Sr.<sup>a</sup> Tussilagem, branca, 47 anos, única filha de quatro irmãos (um deles era dependente químico e suicidou-se), classe média baixa, graduada em Enfermagem, desempregada (prestando concursos), foi gerente de área em hospitais, vendeu bombons para complementar renda, católica, três filhos (duas meninas, tendo uma falecido aos seis anos de acidente de carro e a outra adolescente violentada por esposo de tia, aos nove anos, e ainda um filho jovem que foi dependente químico, teve depressão, tentativa de suicídio e hoje é batizado na Igreja Batista), casada, iniciou namoro com treze anos para sair de casa, conheceu esposo aos dezesseis anos, com quem convive até o momento. O esposo há pouco tempo teve câncer na medula óssea e momento de impotência sexual, trabalhava com caminhões e viajava muito e, no momento, exerce atividade em que não viaja. Vivenciou violências domésticas (por parte do pai, dependente químico, foi abusada sexualmente aos seis anos e constantemente espancada pelo filho, dependente químico e que tentou suicídio). A mãe dela sofria maus tratos pelo esposo e foi sua referência, juntamente com a igreja, quanto a valores de honestidade. O pai dela faleceu de câncer. E de chefes vivenciou assédio sexual, moral e uso do nome para falcatruas e não foi atendida em instituição. Teve depressão, tentou suicídio, considera-se “gordinha feia”, houve traições no casamento. Foi eleita delegada de Conferência de Políticas para Mulheres.

Outro depoimento de mulher atendida no postinho do bairro: “chamei a polícia e não foram”, é o da Sr.<sup>a</sup> Calla. Ela tentou fazer o segundo Boletim de Ocorrência e tinha Medida Protetiva na qual constava que ele não poderia chegar perto dela e nem enviar mensagens. Ele tentou buscar a filha na escola, mas estavam avisados e com cópia da Medida. Também a Sr.<sup>a</sup>

<sup>117</sup> Entrevista realizada, em 16 mai. 2016, com a Sr.<sup>a</sup> Tussilagem, duração de 3h, na residência dela.

Convolvulus (vivenciou violência, entrevista 2016), 33 anos, doméstica, casou-se aos 14 anos, 3 filhos (2 do primeiro casamento e 1 do segundo), aos 26 anos concluiu Ensino Fundamental, vivenciou violências e as filhas também. Foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia.

A Sr.<sup>a</sup> Alissum, atendida pela Delegacia de Mulheres, afirma que “[...]fui muito bem atendida a primeira vez na Delegacia de Mulheres e retirei o processo no Fórum e a segunda vez fui muito maltratada”. Acabou por desistir do andamento do processo e, comenta ainda, a ocorrência ficou mal feita, favorecendo o ex-esposo.

Situações em que o homem se considerava vítima também aparecem no acionamento da polícia. Assim, o Sr. Lírio menciona ter chamado a polícia, certa vez, e que “não ajudou em nada e disse que somente a justiça”<sup>118</sup>. E o Sr. Rosmaninho, 27 anos, católico, jovem, concluiu faculdade, tem, com a Sr.<sup>a</sup> Rosa, 22 anos, uma filha de três anos, espírita, jovem. O casal viveu violências, ele buscou, como vítima, auxílio e foram atendidos pela PM e pela SOS Mulher e Família de Uberlândia. Comenta que em uma das brigas do casal, quando se agrediram, ele foi até a Delegacia do bairro e lá o mandaram para a de outro bairro e só então fizeram um B.O e disseram para ir à Delegacia de Mulheres. Segundo ele, “[...] não deram muita atenção, pois disseram que lá era para atender apenas mulheres”.<sup>119</sup>

No caso do Sr. Gerânio, ao acionar a polícia para fazer ocorrência da agressão de ex-namorado, o policial zombou dele, por ter apanhado do ex e estar com outro. Não forneceu cópia do Boletim e nem o número para pesquisa posterior.<sup>120</sup>

Segundo relato do Sr. Jasmim, que esfaqueou a ex-namorada, foi, “[...] chamado de bicho pela Delegacia de Mulheres e de monstro pela delegada”. Afirma que “[...] ela batia na mesa e gritava com ele, e a porta aberta e todo mundo ouvindo”. Ainda completa que “[...] antigamente tinha vontade de entrar para a polícia, mas, por causa deste episódio, não pode mais”.<sup>121</sup>

Em reuniões do CMDM e também por meio de conversas virtuais, a Delegacia é representada também como o lugar ao qual a demanda chega e não é adequadamente atendida,

<sup>118</sup> Entrevista realizada, em 5 nov. 2014, com Sr. Lírio.

<sup>119</sup> Entrevista realizada, em 12 jul. 2016, com Sr. Rosmaninho e com Sr.<sup>a</sup> Rosa, casal viveu violências, ele buscou auxílio como vítima, duração 2h 10 min. (2 entrevistados/as). OBS: a pesquisadora teve acesso ao prontuário de atendimento deles no SOS em 2014.

<sup>120</sup> Entrevista realizada, em 13 jun. 2016, com Sr. Gerânio, homossexual, vinte anos, trabalha no Shopping e abandonou a faculdade, tem 1 irmão, conviveu com agressão dos pais desde criança, pai ameaçou matá-lo quando criança, pais separados, viveu violências, não atendido em instituição, duração de 56 min., na faculdade onde estudou.

<sup>121</sup> Entrevista realizada, em 8 jul. 2016, com Sr. Jasmim, mecânico, 28 anos, foi casado, atualmente solteiro, completou Ensino Médio, autor de violências com Tentativa de Homicídio com ex-namorada, ficou preso por um tempo, passou pela Delegacia de Mulheres, Judiciário, que o encaminhou para ser atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 1h 24 min., na residência dele.

são colocados empecilhos para que problemas sejam minimizados ou resolvidos e, por vezes, alguns(mas) profissionais parecem tentar desestimular pessoas a darem prosseguimento ao seu litígio ou desorientam e confundem em relação à organização que atende de modo continuado e para onde algumas deveriam ser encaminhadas. Outro aspecto importante evidenciado nas entrevistas, mencionadas acima, refere-se às representações de gênero de homens e de mulheres, orientando condutas relativas ao acolhimento ou não da denúncia. Os homens heteros e homossexuais que sofrem violência conjugal são ridicularizados ou pouco acolhidos nas Delegacias.

Como enfatiza Psicóloga em pesquisa realizada em Delegacias de Mulheres de Belo Horizonte-MG. (MOREIRA, 1989, p. 179),

Levando-se em conta estes dois aspectos – envolvimento afetivo e representação a violência como intrínseca à relação conjugal – percebemos que as mulheres pareciam desejar mais reparar que romper o relacionamento afetivo conflituoso, mesmo que, em suas falas, no momento da denúncia, estivessem indignadas. Expressavam esperança de mudança no relacionamento e no companheiro. Mais do que a punição, desejavam mudanças que preservassem o relacionamento; não queriam vê-lo partido. O processo policial é, muitas vezes, visto como método para alcançar esta mudança desejada, mas não necessariamente como exercício da justiça.

Esse aspecto também é acrescido da dependência emocional ou econômica, com história da família de origem dela, e por vezes do casal, cheia de percalços, de abandono de pai e/ou mãe, dependência química, gravidez indesejada ou inesperada e casamento em tenra idade, abuso sexual por gente da família ou próxima a ela, sentimentos de baixa autoestima, desilusão, insegurança, impotência, desamparo, vergonha, como se ouviu em vários relatos:

[...] pensei... se eu separar dele, meu filho vai ser assim, não vai ter onde se cuidar. Vou voltar pra casa, porque **ele vai me ajudar a cuidar** [...] **E coitado, eu tenho dó** [...] Ele me dava casa, comida, roupa, manicure, pedicure, cabelereiro, **fartura, nunca foi de recusar**, assim, porque **na casa da minha mãe era muita gente e pouca comida**. E na casa dele sempre teve muita fartura e no começo ele tratava a minha filha igual tratava os filhos dele [...]. **E eu era a mulher do [fulano]**. Então eu **passei a ter uma proteção, tanto dentro da família como na sociedade**. (Sr.<sup>a</sup> Orquídea, vivenciou violência, entrevista 2014).

Ou seja, a Sr.<sup>a</sup> Orquídea, em função de sua história de privações, coloca-se como um ser de pertencimento e reconhecimento a partir da referência do esposo: o provedor, salvador, protetor, cuidador, com função quase paterna perante uma criança. Ela aparece como sua extensão, inclusive no sobrenome, na representação de gênero explicitada. Mesmo com dificuldades, o trânsito de vítima a sujeito acontece e a ida à Delegacia parece mais relacionada à representação social desta instituição. A polícia é invocada como autoridade externa, instituição de proteção, punição, mas também de violência institucional. Quem vive violência conjugal cria expectativas de que seja feita a administração dos conflitos do casal. O

Boletim de Ocorrência/REDs (Registro de Defesa Social) se torna símbolo de poder, que se possa utilizar diante de nova ameaça ou agressão. E apesar de, ao fazer a denúncia, ela se colocar como vítima, nem sempre isso significa assumir atitude de passividade. Afinal, rompeu inúmeros inibidores e buscou ajuda e isso pode fortalecê-la mediante novos episódios.

Rememoremos que as Delegacias especializadas se constituíram na década 1980, como fruto da luta do movimento feminista e de movimentos sociais pleiteando tratamento não discriminatório às vítimas de violência, abertura imediata de inquéritos policiais e encaminhamentos à Justiça, com vistas à punição dos autores e redução da impunidade e inspiradas nos modelos de SOSs Mulheres. O conflito violento do privado, colocado no âmbito coletivo, em que o Estado passa a ser o *locus* para a resolução do problema e aplicação da justiça, não consegue, por suas limitações deliberadas ou conjunturais e as complexidades envolvidas nas relações violentas, o atendimento às expectativas de quem vive o problema. Mesmo porque há aspectos para além de questões policiais e jurídicas, o que de certo modo é contemplado, mas sem ação continuada junto a quem vive o problema, com o CIM (Centro Integrado à Mulher), com algum acolhimento inicial psicossocial.

Essa seção do capítulo demonstra haver circulação de representações sociais permeadas por hierarquias nas atribuições de funções de determinados agentes públicos que visibilizam o problema ao lidar com sua significativa demanda, entretanto também dificultam o cumprimento da função e os objetivos das instituições que fazem parte da rede de enfrentamento à violência conjugal, doméstica e de gênero.

## **2.2 Prefeitura de Uberlândia: Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/Núcleo de Apoio à Mulher/Sedest/Centro Integrado da Mulher(CIM), Superintendência da Mulher/Diretoria de Proteção Social à Mulher**

Eu só peço [...] **que a dor não me seja indiferente**. Que a morte não me encontre um dia, solitário sem ter feito o q'eu queria. [...] **Que a injustiça não me seja indiferente**, pois não posso dar a outra face, se já fui machucada brutalmente. Que a guerra não me seja indiferente. É um monstro grande e pisa forte. Toda a pobre inocência dessa gente. Que a mentira não me seja indiferente. **Se um só traidor tem mais poder que um povo. Que este povo não esqueça facilmente**. [...] Que o futuro não me seja indiferente, sem ter que fugir desenganando pra viver uma cultura diferente. (Eu Só Peço a Deus, 2005, de Leon Gieco, canta Mercedes Sosa e Beth Carvalho) (Grifos meus)

A representação institucional com protagonistas que revelam indiferença, banalização da dor alheia como que situações fossem padronizadas, a injustiça e necessária memória histórica retratadas, em melodia, por Mercedes Sosa, aparecem nas limitações impostas, de determinadas ações do Estado e suas políticas públicas, com usurpação de lugares de falas,



exclusões deliberadas de sujeitos nas disputas pelo poder e, simultaneamente, na pressão pela efetividade e visibilidade dessas políticas pelos(as) que exercem cidadania. Incomodam, pela persistência na construção do justo, do legado possível, como ponderam entrevistadas da SOS Mulher e Família, Sras. Violeta e Dália, por exemplo. Análise de entrevistas e documentação das organizações pesquisadas, durante este capítulo, visibilizarão tais práticas e suas contradições.

Conforme a documentação acessada (relatórios, atas, planos plurianuais, folders, 2001 a 2002)<sup>122</sup>, a Diretoria Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Uberlândia foi constituída, em 2001, a partir de diálogos e Carta Compromisso de candidato à Prefeitura, juntamente com a SOS Mulher e Família de Uberlândia. Ao vencer o pleito, o Prefeito Sr. Zaire Rezende (PMDB/Partido do Movimento Democrático Brasileiro) a implantou a mesma, como promessa formal de campanha e convidou duas voluntárias da SOS Mulher e Família a constituírem a Divisão. Apesar de não serem vinculadas a partido político, as duas convidadas aos cargos de maior hierarquia, direção e chefe de seção, possuíam história de militância no movimento social, no caso na SOS Mulher e Família e também acadêmica sobre a questão, com formação na área de História, participação no Núcleo de Estudos de Gênero da UFU (1997 até o momento em 2018) e uma também na área de Direito.

Essa Diretoria da Mulher, contou com praticamente três a quatro profissionais durante sua permanência até 2004 e, segundo consta na documentação, desenvolveu, no primeiro ano sem recursos financeiros, várias ações de intervenção-atendimento, educativas, preventivas, de geração de trabalho e renda às mulheres, discussão para Projeto para Casa-Abrigo Travessia, articulações com clubes de mães, com distritos de Uberlândia (Tapuirama, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga), entre outras, de relevância para a promoção das mulheres e relações de gênero, no município. Portanto, pressupunha articulação interna e externa, com tentativas de trânsito transversal por secretarias de Governo e dose de criatividade de realizar com escassez financeira, porém com alguma experiência nos movimentos. Essa parece ter sido a tônica desses primeiros anos de Divisão dos Direitos das Mulheres. Sobressaíam-se dificuldades também como escassez de recursos humanos e limites para tomadas de decisão e ampliação do próprio serviço, pela relativa autonomia.

Entre as atribuições da Diretoria da Divisão (2001), pode-se mencionar, conforme seu material de divulgação: atender, acolher, orientar, visitar e, quando necessário, encaminhar e

---

<sup>122</sup> Relatórios anuais e planos plurianuais, folder, atas de reuniões da Divisão dos Direitos das Mulher e Políticas de Gênero, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia, de 2001 a 2002.

acompanhar a demanda sobre direitos das mulheres e violência conjugal e intrafamiliar; fornece apoio técnico e emitir parecer sobre instituições e Programas afins; desenvolver atividades socioeducativas, informativas e preventivas junto à comunidade urbana e rural; dar parecer em projetos relacionados ao trabalho da Divisão e sugerir projetos ao Executivo e ao Legislativo municipais; participar e colaborar em reuniões de conselhos municipais e comissões afins; propor projetos para ações integradas e cooperação técnica das secretarias, fundações e coordenadorias municipais; estudar, discutir, elaborar, realizar e colaborar com pesquisas e diagnósticos sobre as relações de gênero; coordenar a Casa-Abrigo Travessia, local temporário e sigiloso, com atendimento interprofissional para mulheres, filhos(as) menores de idade e dependentes em situação de risco; fomentar e desenvolver políticas públicas em parceria com secretarias e conselhos afins e sociedade civil, nos vários setores: geração de renda com trabalho formal e informal, profissional e doméstico, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, segurança/violência, educação, lazer, cultura, infraestrutura, legislação, justiça e política; promover ações afirmativas que priorizem políticas sociais para a garantia dos direitos humanos, igualdade de acesso e oportunidades, na construção cotidiana de cidadania plena.

Destaca-se caso acompanhado pela equipe da Diretoria da Divisão dos Direitos das Mulheres, com elaboração de dossiê, em 2001, no qual prostituta negra, usuária de drogas, sofre tentativa bárbara de homicídio por policiais militares casados que haviam feito Programa com ela e não lhe pagaram, conforme combinado. Diante desse fato, ela pegou às escondidas, a arma de um deles como garantia de pagamento e ele retornou com vários outros policiais que a espancaram, torturaram, queimaram a face dela com maçarico e a deixaram em local ermo, crendo que a mesma estaria morta. O caso teve repercussão nacional e esteve estampado em manchetes. Foi preciso acionar serviço de proteção a testemunhas para a garantia de segurança da moça. Diante desses procedimentos, verificou-se o corporativismo policial. E profissionais da referida Diretoria acompanharam passo a passo os desdobramentos do crime, com policiais sendo desligados da corporação e presos, mas não por muito tempo. A história dessa moça está em parte expressa na música “Rua Augusta”, de Emicida (2010),

A maquiagem forte esconde os **hematomas na alma**. Fumando calma ela observa os faróis que vêm e vão, viver em vão. [...] Mesma grana que compra sexo, mata o amor. Traz a felicidade, também chama o rancor. As madrugada que testemunho vermelho sangue na unha. Sem nome várias "alcunha" dentro da bolsa de punho. Garota propaganda da cidade fria em seus caminhos. [...] sonha como se não vivesse, vive se perguntando. Porque que não morre mistura lagrima e suor no corre. Conta dinheiro no banco do passageiro e só. Que vira leite pro filho ou 15 gramas de pó. Foda-se se é erro quem fez o certo? [...] No olho a cor ta combinando com o batom. Atenta nas buzinas ela vai pelo som. Escrevendo sua história com neon...E o neon piscando no motel as vezes falha. Autodidata aprimora o estilo enquanto trabalha. E se flagra

chorando em frente ao espelho. Bola mais um acende puxa disfarça o olho vermelho. Volta [...] Ele espera acabar a noite ela espera acabar a vida. [...] Ri com os “travecos” no breu, com o vulgo que a rua deu. Entra no carro se lembrando das amigas que morreu [...] **agoniza na cama drama, estatística fato.** Um noia sujo advogado bêbado confuso. Pai de família, pastor com a fé em desuso. Matilha de dois ou de homem grande vilão. **Cliente viu produto sem coração. Corpo marcado cicatriz de gado, ao relento. Vai pra coleção de sofrimento.** [...] Esperança triste. Adubo do sonho da infância pura, buscando em si se isso ainda existe. (Grifos meus)

Essa mulher foi encontrada quase morta, com unhas compridas cheias de terra por tentar se arrastar em busca de ajuda. Levada para o Hospital de Clínicas da rede pública, sofreu preconceitos e discriminações por ser mulher, negra, prostituta e dependente química, por agentes da saúde. Suas unhas só foram cortadas, para evitar infecções, por representantes da Diretoria da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero que passaram a acompanhar o caso, ao serem acionadas e a encontrarem no Hospital. É como se o fato dela ser garota de Programa a tornasse menos gente e digna aos olhos de alguns(mas). Faltou acolhimento com alteridade e ética profissional, exatamente pelas representações de gênero presentes e do que seria “boa e honesta mulher” para se ter acesso a direitos e políticas públicas.

Conforme constam em atas do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e da SOS Mulher e Família (2013-2017), a precisão dos dados sobre esse marcante caso ficou perdida no tempo, pois que com a mudança de gestão do Poder Público municipal, boa parte da documentação e dos registros da pioneira Diretoria desapareceram. Observa-se que memória apagada ou refeita, “reinvenção de rodas” parece ser estratégia e marca em mudanças de mandato municipal e de conselhos de direitos.

Essa documentação também explicita que com a gestão municipal (2005-2008, com reeleição 2009-2012), a Diretoria da Mulher e Políticas de Gênero foi transformada em Núcleo de Apoio à Mulher ainda vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social até 2011 e não teve acesso à documentação para poder relatar sobre esse período, quando foi constituído o CIM (Centro Integrado da Mulher), a partir de parceria com o Estado de Minas Gerais. Em 2013, com nova mudança de gestão e anterior compromisso também com debate junto à equipe da SOS Mulher e Família de Uberlândia, o candidato eleito transformou e elevou o anterior Núcleo de Apoio à Mulher em Superintendência da Mulher, com *status* de secretaria e desde então vinculada à Secretaria de Governo e não mais ao Desenvolvimento Social. E no ano de 2017, com posse de nova gestão municipal, a Superintendência foi rebaixada a Diretoria de Proteção Social, novamente vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social.

Essa movimentação, nos dá conta das relações de poder, das prioridades em termos de políticas públicas e também em que medida os compromissos feitos em pleitos eleitorais são efetivamente (re)assumidos, descaracterizados ou, os espaços são constituídos, replicando em parte ações existentes e sem que necessariamente, as políticas públicas a eles atribuídas sejam efetivadas em sua plenitude. A pesquisa revela várias dessas facetas e contradições apresentadas no decorrer deste trabalho.

A Coordenadora do CIM (Centro Integrado da Mulher), a pedagoga Sr<sup>a</sup> Bardana<sup>123</sup> (profissional CIM, entrevista 2015), funcionária pública concursada, 37 anos, filha de militar, com Pós-graduação em Supervisão foi convidada, em julho de 2014, para estar à frente do Centro Integrado da Mulher, na gestão da Sr<sup>a</sup> Hortência, responsável pela Superintendência da Mulher menciona que a Prefeitura queria que o CIM fosse referência. Ele existia desde 2012, e precisava ser implementado, era uma diretriz do Governo. Com base nas normas de padronização de centro de referência, utilizaram os critérios estabelecidos pelo Governo Federal para tal. A entrevistada tem ciência e participou de momento em que essa Coordenadora, juntamente com a Superintendente da Mulher estiveram na SOS Mulher e Família com profissionais dessa organização, para ver como a instituição funcionava e até mesmo modelos de formulários de atendimentos, Programa digital para registro de dados foram compartilhados com elas, pela organização não-governamental, a fim de auxiliar no funcionamento da rede, mas não para apropriação de práticas que a SOS realizava desde 1997.

A Sr<sup>a</sup> Bardana menciona que quando se mudaram para o prédio onde era a Superintendência da Mulher, a intenção era unificar os serviços voltados às mulheres, como acontece nas capitais com a Casa da Mulher Brasileira<sup>124</sup>, mas, avalia que “[...] estão longe de ser iguais. Estão procurando chegar lá, mas dependem do Estado. Estão agora com nova sede, onde o prédio é da Prefeitura, o que diminuem as despesas”. Informa que sua função no CIM é a de articular a entrada da vítima e fazer com que ela faça o percurso, lá dentro, da melhor forma possível, pois é um Centro Integrado, composto por três órgãos. Faz as articulações e os encaminhamentos internos. Conta com uma Coordenadora (ela), três Assistentes

<sup>123</sup> Entrevista realizada, em 16 set. 2015, com Sr<sup>a</sup> Bardana, no trabalho dela.

<sup>124</sup> A Casa da Mulher Brasileira é uma inovação, em 2015, com experiência pioneira no Distrito Federal, no atendimento humanizado às mulheres. Integra no mesmo espaço serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; Delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. A Casa, um dos eixos do Programa Mulher, Viver sem Violência, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, facilita o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento da violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica. É um passo definitivo do Estado para o reconhecimento do direito de as mulheres viverem sem violência. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/cmb>. Acesso em 10 ago. 2017.

Administrativos (um está cedido para a Superintendência da Mulher e uma foi cedida a elas pela Secretaria de Desenvolvimento Social), um é efetivo e um comissionado, possui duas Assistentes Sociais efetivas (uma cedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e outra pela Secretaria de Saúde) e uma Psicóloga efetiva (cedida pelo Desenvolvimento Social). Trabalham seis horas diárias.

A intenção era reunir, em um só local, órgãos, porém as atas (2009-2012) e entrevistas com a Sr<sup>a</sup> Dália (profissional SOS, entrevista 2015, 2017) revelam, na investigação, que

a SOS Mulher e Família prezando por autonomia em suas ações e não assumindo postura de subserviência ao Poder Público, não foi incluída, por volta de 2015, com todo seu *know how* nessa unificação, desde o início das negociações, com argumentos questionáveis por parte da Prefeitura, de que a parceria só poderia ocorrer entre entes públicos.

Segundo profissionais da SOS (2005), essa exclusão ocorreu, pelo fato de a ONG possuir trajetória apartidária, lideranças com visão crítica e de independência e nesse ponto verifica-se a disputa por ampliação de espaços, influências e reconhecimento de ambos lados. Quando a SOS manifestou, junto à secretária de desenvolvimento social da gestão do Sr. Odelmo (PP/Partido Progressista - 2005-2012), interesse em estar no Projeto integrado (resguardando suas especificidades e independência), com vistas a favorecer busca da demanda em um só lugar e minimizar revitimização (sujeitos repetirem suas histórias em vários locais da rede de apoio), não houve adesão pelo Poder Público.

Na disputa por espaços e reconhecimento, há que se problematizar o porquê da suposta exclusão da SOS Mulher e Família com impactos junto às demandas de violências domésticas que deixam de ter serviços oferecidos em um só local, especialmente mais pobres que possuem dificuldades financeiras para o deslocamento. Os argumentos legalistas da Secretaria de Desenvolvimento Social que somente organizações governamentais poderiam compor o CIM diferem-se dos das lideranças da SOS, conforme atas analisadas (2009-2012), significando retaliação por disputas nas relações de poder e replicarem ações da ONG, bem como por saberem que SOS não abriria mão de sua autonomia, podendo ser colocada em xeque pelo perfil centralizador, autoritário da secretária de desenvolvimento social e referida gestão municipal. Portanto, versões que se apresentam.

O Prefeito, ratifica Sr<sup>a</sup> Bardana, fez compromisso, mediante assinatura de Carta Compromisso junto à equipe da SOS Mulher e Família e com participação de representantes do NEGUEM, em contexto de debates com candidatos à Prefeitura e constituiu a Superintendência da Mulher. Então, o CIM, antes vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho da PMU, passou para a Secretaria do Governo ligada ao gabinete do Prefeito. A entrevistada e equipe do CIM têm solicitado ampliação da equipe para ficarem de

acordo com os critérios previstos que seria o Atendimento Psicossocial, composto de um(a) Assistente Social e um(a) Psicólogo por turno, no mínimo, e constata que, no momento, não há esses quatro profissionais.

A Sr<sup>a</sup> Bardana conta também com uma equipe de estagiários do Curso de Economia da UFU que está auxiliando a apurar dados estatísticos e tabulá-los. Profissionais da SOS (2015) mencionam que os veículos de comunicação reclamam, quando esses concedem entrevistas, pelo fato de a Delegacia de Mulheres (que integra o CIM) não possuir diagnósticos sistematizados e o CIM também não. Em reunião na SOS (2014), a Sr<sup>a</sup> Bardana também menciona preocupação com a forma pela qual dados são sistematizados de modo frágil no CIM e solicita compartilhamento de como SOS realiza coleta e tabulação. Os casos passam por ela, antes de irem para a Delegacia, ou para a Defensoria. Conforme Sr<sup>a</sup> Bardana, o fluxograma é o seguinte:

**Vítima chega de forma espontânea, por muitas vezes não conhece o serviço** do CIM, fez um BO (agora REDS – Registro de Defesa Social) e policial pede para procurar a Delegacia da Mulher, porque a representação judicial do REDS tem que ser na Delegacia. Possuem um caderno na recepção, onde colocam o nome do usuário e telefone e se foi atendido pela Uai ou IML, e para onde ela está sendo encaminhada naquele momento, se vai ser atendida pela Psicóloga ou Assistente Social. O primeiro atendimento é na recepção, onde encaminham para o Psicossocial que é feita uma escuta ativa, preenchida uma *anamnese* e levantamento de dados. Tem um profissional em cada sala. Após o acolhimento, o encaminhamento pode ser interno ou externo. Fica tudo documentado, mesmo se a vítima não for ser atendida lá. Documentam o que foi orientado e pra onde foi encaminhada. Encaminham mais para o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social, que trata a vulnerabilidade) e para o CREAS (utilizado quando há vulnerabilidade com violação de direitos), para os Postos de Saúde nos bairros específicos da proximidade da vítima. É uma **rede fragmentada. Gostaríamos de contar com a Rede em pleno funcionamento, com profissionais efetivos e que estivessem extremamente interessados no assunto e engajados.** A Rede existe, o que **falta é treinamento das pessoas** que trabalham nela, que por muitas vezes não sabem o que tem na Delegacia da Mulher, como encaminhar. Se a vítima estiver lesionada, encaminhamos para o Exame de Corpo de Delito. Tem Ginecologista na Delegacia, que não pode mais fazer exames, somente trabalho educativo, pois Exame de Corpo de Delito somente pode ser feito no IML. CRAS tem em todos os bairros (regiões que são mapeadas) e tem equipe multiprofissional (Assistentes Sociais, Psicólogos, Médicos e às vezes Fisioterapeutas), ligados ao Projeto do Governo Federal, atendem famílias vulneráveis de baixa renda, pela saúde, por violência doméstica, uso de drogas. (Grifos meus)

Os repertórios “escuta ativa”, “rede”, “revitimização” contam o trânsito de profissionais do Poder Público em reuniões e na formação continuada da SOS Mulher e Família que trata e aprofunda sobre essas e outras temáticas, com leituras e reflexões sobre produções dos movimentos feministas, conforme projeto de formação da instituição. Disputa-se, inclusive, a linguagem (saber) nas relações de poder.

Sobre o uso de drogas e a dependência química de envolvidos(as) em violência conjugal, com outra representação e de que essas são facilitadores, potencializadores e não causas simplistas de violências pré existentes pelas representações de gênero e de poder, equipe da SOS (2015) menciona que tais ações, encaminhamentos não funcionam adequadamente e esses órgãos repassam casos para SOS atender, sobrecarregando a instituição, conforme relatam entrevistas com equipe da SOS.

A Sr<sup>a</sup> Bardana ainda comenta sobre o mapeamento feito pela estrutura do Projeto do Governo Federal e que há o Programa Fica Vivo, onde trabalham com bairros de alto índice de criminalidade. A Polícia Militar, na visão dela, é atuante, “[...] mas tem vezes que não sabe pra onde encaminhar. Não há um sistema único, de modo a não haver necessidade de a pessoa recontar sua história, o que é constrangedor. A Delegacia de Mulheres não possui plantão”. Flagrante em qualquer horário vai para a Delegacia Regional, pois o sujeito é preso. Quando o flagrante é caso da Delegacia da Mulher, ele é encaminhado para lá depois da prisão. Atualmente, diz “qualquer pessoa pode fazer representação e se há agressão, há abertura de inquérito incondicionalmente”. E se a vítima não quiser ir ao IML, entregam a ficha a ela e ficam com cópia e então não se abre o inquérito. Quem vai à Delegacia de Mulher, não precisa estar com o Boletim de Ocorrência.

Contraditoriamente, não é o que compreenderam de informações de profissionais da Delegacia de Mulheres, bem como reclamam entrevistadas profissionais e quem vive violências e foi atendida na SOS Mulher e Família, ou mesmo procederam denúncias no CMDM (2016, 2017) pela exigência de representação e que, mesmo sendo feita, muitas vezes “não vira nada”. Conforme a Sr<sup>a</sup> Bardana, a pessoa é orientada sobre as formas de defesa que possui e escolhe o que fazer. Afirma que “[...] o agressor é chamado e ele vai se quiser, mas quando há agressão física é orientado do que pode acontecer com ele”. No entanto, em entrevista concedida à mídia televisiva, recorda profissional da SOS Sr<sup>a</sup> Violeta (profissional SOS, entrevista 2015, 2017), delegada afirma que não atendem de modo continuado autores de violências e a outra delegada entrevistada também mencionou sobre isso. Quando entra com procedimentos junto à Defensoria da Mulher, é no sentido de a vítima ter uma advogada, para garantir seus direitos e da família.

[...] Somente terças e quintas há atendimentos da Defensoria no CIM, sendo por isso, o dia mais movimentado. A Defensora só atende se tiver B.O. O CIM não faz B.O., devido ao contingente. Se for preciso, por causa do estado da vítima, ligam para o 190 e a viatura vai até lá e faz o B.O. e ficam com a cópia.

Pontua que há vítimas que chegam somente com o número do Boletim de Ocorrência e no CIM imprimem, pois precisam “[...] saber sobre o relato registrado e às vezes a pessoa fala

uma coisa e o B.O outra”. Conta que precisam ler o B.O quando foi feito, para fazerem os encaminhamentos. Se a intenção, com o CIM, era a de concentrar serviços num só local, isso parece não ter acontecido e a “peregrinação” de vítimas permanece. Por outro lado, a narrativa mostra que o relato por policial do B.O/REDS parece ser considerado de mais veracidade que o depoimento de quem vive o problema. Nas representações de gênero, de alguns, com suas construções, com desconfiança profissional, as mulheres precisam provar todo o tempo o que passaram.

Desse modo, autoridades (delegadas, juízes, promotores) conferem supostas verdades e conforme Chauí (1989)<sup>125</sup>, o discurso competente se instala e se conserva graças à norma que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar. Com essa regra ele produz sua contra face: os incompetentes sociais e as mulheres aí se inserem, em determinadas situações.

Assim, ecoam a violência institucional e o assédio sexual: na Delegacia “ele me perguntou se era agressão física”, relatei o caso e o moço disse: “mas também pudera, você é muito bonita” e “eu achei um absurdo. Tanto que uma outra reclamou: “eu não gosto muito daqui, porque você vem procurar ajuda e tem uns que ainda acabam te cantando”. Bem como o apoio esperado. “De outra vez que fui, não era homem atendendo, fiquei mais tranquila, fui bem atendida e vi que mudou muita coisa aqui”. (Srª Consolida, vivenciou violência, entrevista 2016).

Algumas mulheres relatam preferir serem atendidas por mulheres e que se sentem mais à vontade, o que vai ao encontro a uma das intenções da criação de Delegacias especializadas, mesmo que nem sempre as mulheres que atendem correspondam a expectativas de bom acolhimento.

Continua o relato, a Srª Bardana, dizendo que “não teve encaminhamento para a Casa-Abrigo. Teve uma vez que a Delegada de Araguari queria trazer uma vítima, mas a mesma, ao saber das restrições, desistiu”. De acordo com ela, o CIM e a Superintendência da Mulher são mantidos pela Secretaria de Governo, mas não possuem recursos financeiros. “O que é necessário, constata, é uma rede articulada, que se conheça e que funcione”. Ou seja, melhor articulação nas políticas públicas locais, estaduais e nacionais. Afirmo que “[...] há um

---

<sup>125</sup> CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**: o Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo: Editora Moderna, 1989, 220 p. O conservadorismo das posições conquistadas, segundo o “discurso da competência”, dependeria da ambição, ou da arrogância do indivíduo se acreditar superior aos outros (“por se dizer mais competente, eficaz e sério”), em sociedade de desiguais. A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do individualismo depende da aceitação tácita da incompetência das outras pessoas, enquanto sujeitos sociais e políticos, por acreditar apenas no mérito próprio e exclusivo. Não se deve iludir com o “discurso competente” de nossa sociedade meritocrática. O discurso competente se instala e se conserva graças à regra assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar. Com esta regra ele produz sua contra face: *os incompetentes sociais*.



acolhimento e o encaminhamento tem que ser assertivo e a unidade que receber tem que ser acolhedora e atender bem essa vítima, porque ela realmente precisa do serviço”. Sugere, ainda “[...] realizar Seminário de apresentação destes órgãos, com mobilização com todos os órgãos, para cada um falar do funcionamento do seu, para se entender como faz”. Reconhece “[...] que isso foi feito por iniciativa da SOS Mulher e Família e ninguém mais fez”. Vê como “retrocesso lamentável, a retirada da questão do Gênero do Plano Municipal de Educação”. Depois de tantos avanços, diz que avalia que “[...] foi por despreparo e falta de conhecimento do legislativo municipal. Retrocederam 10 anos, porque a próxima votação será daqui dez anos. O Prefeito se preocupa com a causa, tanto que deu apoio às unificações [dos órgãos] e outras coisas”.

O relato da Sr<sup>a</sup> Bardana menciona restrições ao abrigo e suscita, havendo representação social e informações a quem busca o serviço de que a Casa-Abrigo seria uma “prisão”, se isso é feito ou não (in)conscientemente para desestimular mulheres desejarem o serviço. Algumas mulheres atendidas na SOS (conforme prontuários 2014-2017) elogiam e outras contam como atendimentos na Delegacia de Mulheres se dá para desanimá-las. Como se tal política pública fosse um “faz de conta”. Nas relações de poder e diante episódios de denúncias no CMDM (atas de 2015 a 2017) essas práticas também aparecem. Ao comparar entrevista de colega da Pós-Graduação com delegada que atua no CIM (2014)<sup>126</sup> com a realizada por mim e outros profissionais do CIM, cientes do pertencimento da entrevistadora a uma organização não governamental, o relato pode ser contaminado por visão idealizada, sem serem mencionadas as dificuldades do cotidiano e também para não haver exposição profissional. Essa constatação mediante tantas reclamações de pessoas atendidas, registradas nos prontuários da SOS (2014 a 2017).

Estou ciente, apesar de não me manifestar, no momento, que o Prefeito a que se refere Sr<sup>a</sup> Bardana, seguidor de linha Evangélica, poderia recusar-se e não sancionar Projeto de Lei com retirada de gênero e devolver para Câmara rediscutir e não o fez, passando por cima das discussões em fóruns democráticos com especialistas na área. Por outro lado, os trâmites na Câmara Municipal de Uberlândia, com acesso aos Fragmentos Emendas Modificativas Projeto de Lei 1167/2015 aprova Plano Municipal Educação de Uberlândia-MG para decênio 2015-2025 e dá outras providências, substituindo termo “gênero” por “sexo” e retirando expressão “condição de sexualidade”, com votação de legisladores(as) (Anexo 11) indicam que provavelmente legisladores(as) não aprovariam o Plano, se Prefeito vetasse tal Projeto de

---

<sup>126</sup> ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

Lei e a eles devolvesse. Questiona-se se o gestor optou pela perda menor, com expectativa de aprovação do Plano, mesmo que tais restrições fossem relevantes aos envolvidos com os fóruns de educação e movimentos femininos. O Prefeito não foi entrevistado acerca da questão e, portanto, ficam especulações sobre se ele teria sido ou não pressionado por suas vinculações religiosas, mesmo que não creia no teor de algumas delas, pela sua trajetória política.

Contradições, nas relações de poder, aparecem por parte de inúmeros vereadores(as), o Sr. vereador Adriano Zago (PMDB/Partido Movimento Democrático Brasileiro), da Igreja Presbiteriana, por exemplo, tece discurso com teor feminista, supostamente elaborado com a contribuição de assessoria qualificada nesse campo, com profissional pertencente ao Núcleo de Estudos de Gênero, porém vota pela retirada de gênero do Plano Municipal de Educação (2015-2025). As mulheres presentes na casa do povo também votaram pela retirada e uma se absteve, conforme detalhado no Anexo 11. Representações sociais não são somente racionais, baseadas em argumentações coerentes ou informações de especialistas (que sequer foram consultados(as), mas ligadas à pressão religiosa (no caso, especialmente de linhas protestantes, neopentecostais que se fizeram presentes, com participação acalorada, no dia da votação) de potencial eleitores(as) que orientam decisões no legislativo municipal que deveria ser laico, portanto, sem direcionamentos religiosos. Todos(as) profissionais da Diretoria da SOS Mulher e Família (2015) compreendem que há relação direta entre as discussões de gênero, cultura, educação formal e informal e violência conjugal e doméstica. Portanto, compreenderam o episódio como retrocesso.

A Sr<sup>a</sup> Bardana menciona que o grupo tem interesse em fazer acompanhamentos dos casos e que certa vez “[...] foi a uma visita domiciliar, após a violência, e a partir dali disse que é impossível”. Ela teve que ir com uma técnica e o motorista, que ficou no carro, mas “[...] se deparou com uma tensão muito grande, onde o agressor poderia voltar a qualquer momento, o lugar era perigoso. Se for fazer isto tem que estruturar. A Delegacia ficou desguarnecida com a falta destas duas profissionais”. Comenta que “[...] deveriam reativar o Programa PAM<sup>127</sup>.” Acredita que “[...] a unificação dos dados da vítima e seus relatos é necessária para que fique disponível na rede, pelo sistema digital”.

Segundo profissionais da SOS Mulher e Família, as Sras. Violeta e Dália (profissionais SOS, entrevista 2015, 2017), replicaram o Programa PAM no CIM com nomenclatura de PPVD (Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica) e mediante conflitos

---

<sup>127</sup> Patrulha de Atendimento Multidisciplinar, parceria entre SOS Mulher e Família, Polícia Militar de Minas Gerais, Prefeitura de Uberlândia e Universidade Federal de Uberlândia para abordagens domiciliares em casos de violência doméstica, atuou de 2003 a 2015.

da SOS com postura ética questionável de alguns policiais, o CIM absorveu policiais do Programa sem comunicar nada à SOS Mulher e Família. Fotos das ações do CIM e da Superintendência da Mulher constataam articulações antes mesmo de PMMG optar por retirar-se do Programa. Em tópico específico sobre o Programa, problematizações éticas foram levantadas, bem como as disputas de poder e representações de gênero conflitantes.

Juntamente com Sr<sup>a</sup> Bardana, foram entrevistadas as Sr<sup>a</sup> Aquiléia e Sr<sup>a</sup> Centáurea, o que certamente implica características específicas para o conteúdo exposto, vez que a primeira como coordenadora do CIM é superior hierárquica das duas últimas e filha de militar, o que pode impactar narrativas.

Em narrativa da Sr<sup>a</sup> Aquiléia<sup>128</sup>, 25 anos, Advogada, recém-formada, atua na recepção/administrativo do CIM, aparece que “falta vontade política da Secretaria de Governo”. Verificou isto no CRAS nas reuniões mensais, os conselhos têm reuniões todo mês. Entende que “[...] deveria ter pessoas efetivas e não comissionadas, para não ter tanta rotatividade”. A intenção é diminuir os feminicídios e as agressões contra a mulher. E avalia que tem melhorado muito, principalmente após a Lei Maria da Penha. Diz pesar, para quem busca ajuda, a dependência emocional e financeira, e “[...] a vítima no dia da briga quer denunciar e fazer valer seus direitos, mas após alguns dias, muitas se arrependem e dizem que não queriam que ele fosse preso”. É concursada e está no CIM desde 2012, orienta as vítimas juridicamente, quando há necessidade.

A Sr<sup>a</sup> Aquiléia comenta que “[...] quando a recepção está cheia, tenta fazer com que a vítima não se exponha, contando sua história”. Às vezes está com criança, ela oferece água e se tiver com fome oferece pão, leva para cozinha, às vezes a leva para o jardim. Lembra de a Coordenadora falar que “[...] o atendimento tem que ser humanizado”. Menciona que os atendimentos no IML têm sido encaminhados mais à tarde, os horários deles são reduzidos (10h às 12h e das 16h às 18h) e a vítima aguarda muito e somente conta com dois médicos homens”. Comenta que “[...] a recepcionista é atenciosa, mas diante do efetivo há problemas”.

A Sr<sup>a</sup> Centáurea<sup>129</sup> (profissional CIM, entrevista 2015), 49 anos, Mestre, Assistente Social do CIM/PMU, relata ter o cuidado nos atendimentos para não misturar seus valores, até porque seu “[...] papel é de empoderar a vítima, colocando a disponibilidade das leis e serviços e respeitar a decisão dela”. Acha que a equipe é muito integrada. Trabalhou em empresa de transporte, depois no SEST-SENAT e na gestão de antigo Prefeito, como coordenadora do Projeto Crianças e Adolescentes em Situação de Risco junto com uma psicóloga. E agora está voltando a trabalhar com esse tema. Seu Mestrado foi sobre Gestão de

<sup>128</sup> Entrevista realizada, em 16 set. 2015, com Sr<sup>a</sup> Aquiléia, duração 1h50 min., no trabalho dela.

<sup>129</sup> Entrevista realizada, em 16 set. 2015, com Sr<sup>a</sup> Centáurea, duração de 1h 50 min., no trabalho dela.

Pessoas. Quando estava na Saúde foi chamada a trabalhar na Delegacia e disse que tinha experiência somente com crianças e adolescentes e não com mulheres. Mas pediram para tentar e ela foi, gostou tanto da equipe que é integrada e foi muito bem acolhida. Comenta que “[...] a vítima chega às vezes com fome e sem dinheiro para o ônibus e o máximo que podem fazer para adiantar que ela saia com algo direcionado, já ajuda bastante”. Diz que montou uma proposta de trabalho, mas ainda irão ajustá-la. Os(As) técnicos(as) realizam discussão de casos, acrescenta. Não ministram palestras e atendimento em grupos, porque as vítimas preferem individual. Não ficam claras, na entrevista, se algumas ações se restringem a assistencialismos e/ou à promoção das mulheres.

Em evento (2016), posterior à entrevista, Sr.<sup>a</sup> Centáurea mencionou-me sobre estar sofrendo dificuldades, em tempos de campanha para eleições municipais para Prefeito, com equipe, devido muita pressão, mas não detalhou. De modo que relações não parecem tão harmoniosas como relatou, quando da presença de outras profissionais.

De acordo com a funcionária do Administrativo, onde se situa também a Delegacia de Mulheres, a Sr.<sup>a</sup> Forsythia, “mostraram o serviço a ela, disseram que a pessoa passava pelo SOS Mulher e Família e encaminhavam para lá, e no CIM faziam todas as aberturas de inquérito, convocação, acolhimentos, todos os dados sobre o que estava se passando”. Aprendeu sobre o fluxograma e “[...] tentando entender o que acontecia, mesmo sendo uma mulher forte, ficou um pouco assustada, com o que via. Mulheres lesionadas, frágeis, maltratadas, machucadas mais por dentro do que por fora e humildes”. Comenta que “[...] nos três primeiros meses era chamada atenção de como falar com as vítimas, que dependendo do jeito, elas não contavam nada. Até entender todo o problema, que às vezes a vítima era o homem, que, muitas mulheres iam procurar a Delegacia para ter um bem ou benefício”. Percebe alienação parental, pais usando os filhos no conflito e, por ser pedagoga, menciona ter ido muitas vezes para a brinquedoteca desenvolver ações com as crianças. Diz orgulhosa que “[...] a brinquedoteca de lá é muito boa, tem tapetes, sofá, televisão e brinquedos pedagógicos de 0 a 18 anos”, onde ficou por três meses e “[...] voltou para a recepção, por falta de funcionários que saíram, pois não deu certo e pela demanda”.

As representações de gênero da Sr.<sup>a</sup> Forsythia aparecem como reforço de considerar-se “mulher forte”, como se esse fosse atributo exclusivamente masculino e a representação social de que há homens vítimas de violência, o que colocaria a violência conjugal no âmbito do relacional. Ela não esclarece se no mesmo nível das mulheres vítimas. A investigação constatou homens que buscam auxílio por se sentirem vítimas, como os senhores Lírio, Crisântemo e Rosmaninho, demonstrando sofrimento pelas agressões físicas e não físicas de suas ex-esposas e esposa e necessidade de acolhimento profissional.

O fluxograma, conforme a Sr<sup>a</sup> Forsythia, é da seguinte maneira: “[...] a vítima, chega apresenta o B.O se tiver, relata o que está passando, com o nome e endereço do autor. Se estiver lesionada, faz Exame de Corpo de Delito, depois a abertura de inquérito com o Juiz. Se for somente ameaça, faz um Boletim e se tiver provas, áudio, mensagens, inclui também”. Segundo ela, “[...] a vítima passa pela psicóloga, para descrever tudo, passa dados da família, onde ela se localiza e acaba a entrevista. Se for necessário abrir inquérito, é agendado de 15 a 30 dias. E a cada ano a violência tem aumentado mais”. Desperta-me perplexidade, a demora para procedimentos e no período extenso em que ficam em risco de morte as mulheres. Segundo ela pela Lei Maria da Penha, as Medidas Protetivas em caráter de urgência deveriam ser tomadas de 48 a 72 horas. Avalio que a realidade de operacionalização torna a importante Lei (Anexo 8), em alguns aspectos, ficção jurídica. A profissional do CIM parece conceber a violência física como mais grave que a não física, valorizando o primeiro tipo.

A Sr<sup>a</sup> Forsythia menciona gostar de participar de palestras oferecidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia e diz que aprende muito e são esclarecedoras. Percebe que “[...] a recepção é um lugar pesado, chegam casos chocantes e, sendo assim, para se desligar do trabalho, realiza caminhada, conversa com amigos”. Comenta que “[...] uma coisa que a ajuda a trabalhar lá e a não chocar tanto é porque ela trabalhou na humanização de UTI Pediátrica, por um ano e meio, trabalha muito com a perda”. Paradoxalmente, os casos tidos como mais “pesados” impactam emocionalmente os(as) profissionais que lidam com o problema.

Constata, a Sr<sup>a</sup> Forsythia, que, na Delegacia, recebem muitos encaminhamentos do SOS Mulher e Família, dos Conselhos Tutelares e da Delegacia da Criança e Adolescente. Diz que “[...] são três órgãos juntos lá na Delegacia da Mulher, por isto o estágio final é lá, depois que saem do Psicossocial”. Considera que “[...] há no Centro Integrado: a Delegacia da Mulher e a Defensoria Pública e entrará mais 1 que é a Diretoria de Proteção Social. Menciona que “[...] a vítima tem que fazer representação, mesmo com a Lei Maria da Penha”. Mas, complementa que “[...] a representação pode ser feita por pessoas anônimas, que sabem, falam o nome da vítima, e ela será intimada. Faz-se a queixa, não podem retirar mais, por isto muitas não querem fazer”. Discorre sobre o apoio da PPVD (Patrulha de Prevenção de Violência Doméstica), em que PMs vão à casa das vítimas e, segundo ela, têm ajudado muito. Resolvem vários casos e outros têm que retornar. Diz ainda a Sr<sup>a</sup> Forsythia, que as vítimas chegam lá e falam “[...] eu não quero que meu marido vá preso, eu preciso dele dentro de casa, mas queria que ele parasse com as agressões entendesse que o que está fazendo é errado e isso é amor”, considera a entrevistada. Diz que “[...] não julgam porque a pessoa pensa assim”. Elas “[...] pedem para darmos um susto, ou zangar com o agressor, como se fossem

meninos, aí solicitamos a intervenção da PPVD<sup>130</sup>, juntamente policiais militares, sendo uma dessas profissionais, mulher”.

Nos relatos acima, cada uma das profissionais do CIM informa de modo diferente acerca na representação formal, dando a impressão de que há dificuldades na comunicação interna e/ou de (in)compreensão sobre a legislação vigente ou mesmo ausência de formação continuada.

A entrevistada, Sr<sup>a</sup> Forsythia representa que problemas conjugais são casos de polícia, superestimando-a como autoridade capaz de alterar condutas de quem vive violências na esfera conjugal. Detalhamento que será realizado adiante em seção específica sobre o Programa PAM.

Uma das histórias de demandas ilustrada pela coordenadora do CIM, revela as representações de gênero, violência e relação de poder, vez que o marido visto como provedor necessário e a Delegacia como instituição que coloca, externamente, limite às violências provocando susto, zangando com ele, podendo entrecruzar essa questão com capítulo I, na espiral de violências, pois sentimentos ambivalentes aparecem: afeto por ele, mas não pela violência dele.

Mesmo assim, narra a Sr<sup>a</sup> Forsythia, que a violência doméstica em geral tem aumentado. Ela acredita que “[...] a política pública tem melhorado, mas que tem muito a avançar e comenta “[...] penso em prestar concurso para Polícia Civil e não quer abandonar esta área em defesa da mulher”. Explicita que “[...] gostaria de ter acesso aos juízes e que esses não têm noção do que acontece com as mulheres, por não verem como elas chegam e negam a Medida Protetiva, muitas vezes, ou acham desnecessária. Acho absurdo o fórum entrar em férias, o que atrapalha andamento dos processos”.

A Sr<sup>a</sup> Forsythia (profissional CIM, entrevista 2017), percebe que

[...] muitas vezes o autor, que bate na mulher, que maltrata é aquele que via o pai maltratar a mãe, aprendeu com a sociedade, criado somente pelo pai, ou era frouxo e achava que a mulher pode apanhar, mas não batia em homem. Muitos valentões chegavam lá bravos, e quando chegava um policial na sala, eles abaixavam a voz. E as vítimas mulheres, tinham situação em casa que a mãe passava pela mesma coisa, assim eram conformadas, falavam que era a sina. Muitas não querem sair de casa por depender deles e o ciclo continua. Por isto acha que estamos muito longe de ter Juízes que ajudem a garantir os direitos das vítimas. Muitas vezes a vítima fica, porque não quer outro e não quer ficar sozinha. Vários casos tiveram que utilizar a Casa-Abrigo. Teve um caso que mandaram a vítima para lá e ela fugiu para encontrar com o autor e um que o autor foi buscar a vítima lá, que ela o chamou. Muitas vezes dão

<sup>130</sup> A PPVD mencionada, segundo diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, constituída pela *expertise* da PAM, na qual PMs continuam circulando com veículos plotados com nome do antigo Programa, apesar de a SOS Mulher e Família ter solicitado retirarem nomenclatura formalmente e, por várias vezes, até mesmo enviando Carta ao Governador do Estado em 2015, colocando-o a par dos problemas e da não devolução dos veículos por parte do Comando da PMMG ao optar por sair do Programa.

“murro em ponta de faca”, pois a vítima não quer ser ajudada. Acredita que deveria ter um Programa em relação à psicologia da mulher que a faria enxergar que está correndo riscos, que a faça entender que o que está passando, não é normal e que a faça entender a situação e ajudá-la.

Nessa citação, aparece a violência desnaturalizada por um lado, sendo relevado seu viés sociocultural direcionado prioritariamente às mulheres, mas por outro ângulo como produto de repetições, reproduções que ocorrem em famílias com histórico de violências. Portanto, em parte, essencializadas.<sup>131</sup> Ao afirmar, contraditoriamente, que “a vítima não quer ser ajudada” coloca em xeque a própria busca por auxílio institucional e mostra desconhecer a complexidade e ambivalências de sentimentos presentes em violências conjugais. Se a coordenadora do CIM, Sr<sup>a</sup> Bardana, afirma haver poucos casos que aparecem com necessidade de abrigo, a Sr<sup>a</sup> Forsythia (profissional CIM, entrevista 2017, que trabalha no mesmo local e foi entrevistada em momento diferente, em separado, menciona demanda de vários casos que requerem abrigo. Se a vítima “foge” da Casa-Abrigo Travessia, local confidencial, em que termo de confidencialidade, com consequências jurídicas, deve ser assinado para garantir segurança de todas e de seus(suas) filhos(as) menores de idade, há problemas de operacionalização do Programa, nesse período, inclusive ausência de profissionais para a promoção das mulheres e crianças nele abrigadas. E se valoriza o atendimento psicológico para a mulher, ciente da existência da SOS Mulher e Família, que realiza de modo continuado, não seria o caso de encaminhamento e articulação com a rede de apoio? Certas representações de profissionais da rede, como mencionadas no Capítulo I, culpabilizam as mulheres pela violência sofrida, ou as coloca no lugar de quem gosta da situação de sofrimento, sem a compreensão da espiral e de suas especificidades. Essas representações também foram evidenciadas em parcela de discurso de quem provocou violência conjugal.

A Superintendência da Mulher que integra o CIM, na sua constituição, em 2012, teve à frente, mulher indicada pela coligação partidária do Prefeito que não possuía trajetória de luta ou conhecimento sobre políticas públicas, na área, tampouco sobre questões de gênero. Logo no início da gestão do Sr. Gilmar Machado (PT/Partido dos Trabalhadores) (2013-2016), a partir de desentendimentos políticos do gestor com membros da coligação, retratados em conversas da Diretoria da SOS Mulher e Família com a segunda Superintendente nomeada, a Sr<sup>a</sup> Hortência. Segundo a Sr<sup>a</sup> Violeta (profissional SOS, entrevista 2015, 2017), a

---

<sup>131</sup> Sobre transmissão transgeracional da violência, há estudos como os de KOLLER, Silvia H. E NARVAZ, Martha G. Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: STREY, Marlene N. et al(org.). **Famílias, Gêneros e Violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 320p. (Coleção Gênero e Contemporaneidade, n.2), p.149-176.

anterior foi retirada e passou assumir outra mulher, essa negra, que a princípio assumiu a criada Superintendência da Igualdade Racial. O histórico da superintendente demonstra que a mesma não fez parte de movimentos ligados diretamente à causa, seja na militância, ou na trajetória acadêmica e mesmo sendo convidada, para se aperfeiçoar, a participar do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU, da formação continuada da SOS Mulher e Família, não se fez presente. Fica o questionamento em que medida era para se efetivar a Superintendência da Mulher, ou apenas para dar resposta eleitoral à comunidade, onde boa parte das eleitoras são mulheres e formadoras de opinião? Sabe-se da amizade da superintendente com a Primeira-Dama, esposa do Prefeito e também a afinidade religiosa que possuem. Teriam sido esses critérios de escolha e designação?

Por outro lado, pode-se considerar significativa a constituição desse espaço, tendo à frente uma mulher negra, pertencente aos movimentos negros da periferia, por mais que haja conflitos e disputas entre representações.

Foi entrevistada a Sr<sup>a</sup> Hortência foi percebendo que “[...] precisava estar em grupos e participar mais das questões políticas dentro da escola. Foi liderança na escola, participou de movimento sindical, estando a frente de comandos de greve e se considera revolucionária”. O pai da Sr<sup>a</sup> Hortência foi fundador do Partido dos Trabalhadores, em cidade próxima a Uberlândia. Ele a levava para participar de reuniões e se filiou em 1991. O Partido teve relevância nas questões relativas à mulher e aos trabalhadores, por isto, Sr<sup>a</sup> Hortência tem a participação direta dentro de uma de suas linhas/vertentes, que é a mesma que a da do então Prefeito. Constata que foi “[...] a partir daí que conheceu o Prefeito, tendo histórico de luta, de busca e de melhoria para trabalhos sociais com as pessoas, para melhorar a vida delas”. Foi Diretora de escola por seis anos, depois coordenadora. Candidatou-se a vereadora, defendendo a mulher, o negro e a educação, mas não foi eleita. Membro do GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra) há 20 anos, depois atuou com Ensino Alternativo (Educação Especial).

Conta, a Sr<sup>a</sup> Hortência que, em 2013, foi feito o convite do Prefeito para assumir a Superintendência da Mulher. E para ela

[...] foi uma surpresa, pois já estava estruturada dentro da Superintendência da Igualdade Racial, mas teve que assumir [com a saída da indicada anteriormente]. Teve dificuldade, a princípio, pela falta de domínio das questões de gênero. Teve que mudar tudo, pois são outros paradigmas, outra realidade. Reconhece suas limitações, tem muito conhecimento e domínio político, mas tem hora que tem que correr atrás, pesquisar, tem que ler, procurar pessoas que têm domínio e o jurídico para orientar. Tem sido um desafio diário, mesmo com todas as ações, continuam mulheres morrendo, apanhando, o homem continua falando que a mulher gosta de apanhar. Um grande desafio na Superintendência da Mulher é o orçamento, que não deve ser somente para pagar salários, tem que ter orçamento para implantação de



políticas públicas. Para que tudo dê certo é fundamental a participação do Conselho, por isto foi reativado. (Em colchetes, observação minha)

Sabe-se, que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulheres deve ser autônomo para fiscalizar e não estar a serviço de um ou outro Governo, mas na prática as pressões favoráveis e contrárias demonstram como essa questão é delicada nas relações de poder.

No diálogo com a Sr<sup>a</sup> Hortência, constata-se que entrevistar é estabelecer relação de confiança e tentar entender as razões, sentidos e significados que as pessoas dão às suas experiências (PORTELLI, 2010).

Para compreender os dilemas e esses reveses frequentes nas políticas públicas para mulheres: nas batalhas, nas nomeações, a luta para manter órgãos específicos com autonomia, recursos financeiros e profissionais preparados para fomentar ações de promoção efetiva às mulheres, a bibliografia é vasta: Almeida (2007), Silva (1992), Saffioti (1995), Barsted (1994), Soares (1999) e Teles (1985, 2002).

A Sr<sup>a</sup> Hortência queixa-se da trajetória à frente dessa Superintendência que deveria promover políticas públicas, devido ao fato que os “[...] salários de seus assessores, é muito baixo, pela responsabilidade e exigência. Sendo assim foi difícil, ter pessoas que aceitaram”. Construiu também juntamente com o Governo, o Centro Integrado da Mulher. Ressalta que trabalha com profissionais cedidos, pela Secretaria de Desenvolvimento Social e que precisam de um psicólogo, mas como não teve concurso, ainda não tem. Ela diz ter que “saber a diferenciação e a função de cada órgão, mas sempre preocupada em garantir a qualidade das usuárias e por um tempo foi complicado, porque tinha que fazer duas funções em locais separados, a de Superintendente da Mulher e a de Coordenadora do CIM”. Quando assumiu o Centro Integrado, percebeu a “precariedade que tinham para um atendimento tão importante”. Problemático como gestores (homens) expõem e possibilitam desgastes de mulheres ao colocarem-nas em espaços de suposto poder, mas sem recursos humanos, financeiros e trajetória afim. Incorrendo em reinvenções de Programas, ao invés de aperfeiçoar e ampliar os existentes. O Centro Integrado da Mulher foi constituído antes da gestão 2013-2016. Incomoda, a direção da SOS Mulher e Família, o fato de replicarem-se ações, ao invés de encaminharem, na perspectiva de rede, para serviços existentes e que funcionam, como atendimentos social e psicológico há 20 anos realizados pela SOS e de modo continuado. A relação entre a SOS e o CIM implica disputa por espaço e territorialidade.

De acordo com a Sr<sup>a</sup> Hortência, foram se organizando...

No início a mulher era atendida ou por uma Psicóloga ou por uma Assistente Social. Estavam construindo ainda, pensou que a primeira coisa a ser feita era buscar um diagnóstico. Não tinham noção da quantidade de atendimentos que faziam, quantas aberturas de inquérito. Procurou profissional da Economia da UFU para ajudar a organizar, estão informatizando também com a PRODAUB

da PMU. Precisam ter os dados quantitativos, de raça, de faixa etária, de local residencial, bairros, salário, renda familiar, onde é mais incidente. Estes dados são necessários para o financiamento de projetos.

Desperta perplexidade o fato de a Delegacia de Mulheres que compõe o CIM, existir desde 1988 e não haver diagnósticos quantitativos e qualitativos do que realiza para dispor à mídia, parceiros da rede e comunidade de modo transparente, para fomentar ampliação de políticas a partir deles.

Avalia que “[...] a rede de enfrentamento à violência está fragmentada e deveria ter mais conexão, para que inclusive a vítima, não tenha que repetir a história muitas vezes e ficando mais fragilizada”. Menciona que tentou vincular a Casa-Abrigo ao Centro Integrado, mas está na Secretaria de Desenvolvimento Social. Diz estar “[...] colocando muito a questão de que em Uberlândia há a necessidade de ter um Juizado Especial, com uma Vara para a Mulher e uma Vara Criminal Específica para a Mulher, esses são os desafios da Superintendência”. Reclama que “[...] deveriam também colocar na estrutura Administrativa da Superintendência, a garantia de seus profissionais, fortalecendo o espaço”. Diz que “[...] o objetivo da Superintendência é trabalhar, com a violência, com a questão do Gênero, no poder da mulher, da saúde da mulher, ou seja, a mulher na sua totalidade” (profissional CIM, entrevista 2015).

Se não há destinação de recursos, ou quem sabe vontade política, para a Superintendência da Mulher e nem para o CIM, haveria para a manutenção da Casa-Abrigo? Não seria mais prudente ela ficar vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social como sempre esteve?

Destaca, a Sr<sup>a</sup> Hortência, que, naquele ano começaram a trabalhar com o Programa Pró- Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal. Compartilha mais dificuldades e que

[...] quando se fala em transversalidade, as pessoas acham que é para atrapalhar o orçamento e tomar para si. Não enxergam, que é a efetivação das políticas públicas, é ver o que podemos ajudar em cada Secretaria em relação as questões que a Superintendência trabalha.

Conforme ela, nomearam dois representantes para auxiliar, nesse Programa Pró- Equidade, que foram escolhidos pelo Secretário de Desenvolvimento Social. Diz ser “[...] um Projeto, voltado para os funcionários públicos”. Cadastraram a Prefeitura no Centro Administrativo, então “[...] fizeram um levantamento do número de servidores mulheres, homens, mulheres negras, os cargos das mulheres”. Assim, completa ela, têm argumentos para apresentarem o Projeto e ser aprovado. Mas “[...] acredita que irá ficar para a próxima edição”.

Segundo atas das reuniões do CMDM (2013-2016), os resultados desse e qualquer outro projeto que contemple ações da Superintendência da Mulher, não foram divulgados no Conselho Direitos Mulheres (Ata, 11 jan.2017), apesar de insistente cobrança por sua direção e conselheiras, nesse período, e narrativas demonstraram perplexidade e desconfiança de que ou não foram executadas, ou de falta de transparência junto ao Conselho que acompanha, fiscaliza e fomenta políticas.

A Sr<sup>a</sup> Hortência reluta em mencionar o que a Superintendência tem realizado, mas expõe sobre o que a Prefeitura deveria ter, como espaço para amamentação, fraldário e um disque denúncia. Afirma que “[...] a marca da Superintendência é a de uma Cidade Educadora, desenvolver ações educativas para erradicar a violência”.

Se essas citadas são funções da Delegacia de Mulheres e da SOS Mulher e Família há décadas, avanços deixados pela Superintendência da Mulher ficam incógnitos.

Em 2014, Sr<sup>a</sup> Hortência diz que enviaram um texto para a Secretaria de Governo, contendo o que pretendiam realizar. Assim que assumiu a Superintendência, criou o Projeto Sempre Mulher, que de acordo com ela,

[...] trabalha a questão de Gênero, para divulgar os órgãos de Defesa e Proteção da Mulher, discutir os índices de violência, propor ações que visam diminuir essa violência e ter articulação maior tanto com as Secretarias, quanto com órgãos que trabalham com a questão da mulher na cidade como um todo.

Diz “não focar somente festividades”, mas “[...] busca trabalhar com todos esses órgãos a importância das políticas”. Nestes eventos, “[...] fazemos a conscientização, inclusive da Cartilha da Lei Maria da Penha, participa da Feira Gastronômica, temos intenção de abrir curso de gastronomia para as mulheres violentadas se empoderarem, mas o desafio é o orçamento e recursos”.

Utiliza-se o verbo “propor”, ao invés de “cumprir”, entretanto a Superintendência foi constituída, como reivindicação coletiva, para “executar” políticas públicas.

Quanto a festividades, premiações promovidas pela Superintendência em parceria com outras instituições e críticas da SOS Mulher e Família, bem como de representantes do NEGUEM/UFU e do CMDM, por realizar homenagens demais e políticas públicas de menos, a narrativa parece permeada pela justificativa.

O uso da terminologia “conscientização” pode indicar que se dê de cima para baixo, ou que algumas(uns) iluminados possuem consciência e outros(as) não. Gregori (1995) irá tratar disso e como a tentativa de imposições, sem diálogos na horizontal dificultam sentimento de pertença tanto de profissionais quanto de quem vive violências, podendo chegar a tentativas de doutrinação com certa arrogância e exclusividade do saber.

Na fala da superintendente as representações de gênero como sendo o “locus” preferencial do feminino, a esfera doméstica, aparecem ao mencionar intenção em desenvolver cursos de gastronomia para mulheres e não outros que rompam com construções tradicionais femininas, como se tem visto na área da construção civil, mecânica para mulheres.

A Superintendente comenta estar pleiteando recursos da SEPPIR. Está em contato com o UAI e o SEBRAE, “[...] para ver o que consegue e o que tem dentro destas instituições, para poder atuar nos bairros e oferecer cursos para as mulheres”. Está tentando parcerias. Para viajar para o Encontro de OPM – Organismo de Políticas para Mulheres da região Sudeste, utilizou recurso próprio, ressalta.

Diferente da visão da Sr<sup>a</sup> Amendoeira (profissional UFU, entrevista 2015), a Sr<sup>a</sup> Hortência reforça como o Prefeito nesta questão de gênero “ajudou muito” e cita que foi criado, em 2013, o Núcleo de Diversidade Sexual na PMU. Considera também que “[...] com a nova Diretoria do Conselho das Mulheres que está bem participativa, ela quer apresentar as metas” da Superintendência “[...] porque pode mudar, o que é mais importante dentro de Gestão Pública Cidadã, garantir plena participação das mulheres no espaço de poder, criação do plano municipal de políticas para mulheres, valorizar a iniciativa da produção cultural das mulheres da cidade de Uberlândia”. Assim, pretende discutir estas metas dentro do Conselho e verificar o que pode ser modificado, o que é de maior urgência e apresentar novamente ao Prefeito, no contexto do Cidade Planejada, para, segundo ela, “[...] garantir os direitos das mulheres e a casa própria”.

Ao ser questionada sobre compromissos assumidos pelo gestor municipal, Sr<sup>a</sup> Hortência diz estar tentando conseguir que se cumpram os termos da Carta de Compromisso assinada pelo Prefeito, durante o pleito eleitoral junto à SOS Mulher e Família, contendo diretrizes e reivindicações, por mim mencionadas durante a entrevista. E considera que

[...] às vezes, o que falta não é orçamento e sim a vontade política. Tudo tem que ter aprovação da Câmara, tem que ser muito articulado, tem muita burocracia. Precisa haver uma melhor comunicação entre os Conselhos, as ONGS e a Superintendência, para que haja aprovação e dentro do prazo.

Contradiz-se, pois que anteriormente mencionou como significativo problema a ausência de orçamento destinado à Superintendência. A Sr<sup>a</sup> Hortência comenta sobre plenária [refere-se a retirada de gênero do plano municipal de educação e que maioria de legisladores(as) retiram terminologia], “[...] que ficou tudo muito dividido, preso na questão religiosa, porque tinha mais gente deles do que da Educação”.

A observação participante, mostra que a disputa por ocupar espaços entre ONG que lida prioritariamente com violência conjugal e doméstica e Poder Público fica explicitada em

episódio com protagonismo da Superintendência, quando duas voluntárias da SOS Mulher e Família, com assento no CMDM foram convidadas pela Superintendente da Mulher, com aval de várias conselheiras para, no dia da cerimônia de posse das novas conselheiras, em dezembro de 2014, na Prefeitura, discursarem, formalmente, em nome de todas. A presença foi confirmada, no dia, por funcionárias da então Superintendência e, no entanto, todos previstos para falarem no evento se manifestaram e o Prefeito encerrou a sessão sem que tais conselheiras fossem chamadas ao microfone para o que se haviam preparado para fazer. Diante da indignação pela falta de consideração, uma das conselheiras Programadas para a oratória, interpelou o Prefeito que estava saindo para outra atividade e compartilhou tal estranhamento, ao que ele disse que sequer estava a par e ela pegou o microfone enquanto pessoas se estavam preparando para deixar o local e relatou toda a indignação e sentimento de desrespeito não só com elas que estavam no planejamento para discursar, mas com todas as conselheiras a que representavam. Diante dos olhos arregalados, ela ainda foi buscar compreender o que havia ocorrido, com a moça que coordena o cerimonial, antiga no Poder Público, foi sincera ao mencionar que o cerimonial foi definido pela Superintendente da Mulher e que ambas as reclamantes não estavam inseridas na lista e por isso não foram chamadas. Ao serem solicitadas explicações à Superintendente da Mulher, ela negou ciência do ocorrido e sobre o seu porquê, no momento.

Posteriormente, os fatos se esclarecem, o que aparece ratificado em entrevista com funcionária<sup>132</sup> da Superintendência, Sr<sup>a</sup> Iris (vivenciou violência, entrevista 201) indignada com esse tipo de prática, conta que foi articulação da referida Superintendente (talvez com aval de sua superior), receosa a Superintendente de que, na fala de ambas as conselheiras, pudesse conter reivindicações ou denúncias sobre escassez e não funcionamento de políticas públicas. Ou seja, houve usurpação da fala com expectativa de passividade, certamente por desconhecerem o estilo de quem provocavam. No entanto, a repercussão foi maior que se o discurso tivesse sido proferido, pois que as conselheiras, deliberadamente excluídas, publicaram o texto que seria pronunciado, nas redes sociais digitais e junto aos movimentos sociais femininos, contextualizando a cassação da voz e vez e ausência de parâmetros éticos, o que criou constrangimento, perante a articulação “maquiavélica”<sup>133</sup>, como designou, no contexto, representantes da SOS Mulher e Família. A Superintendente, mediante exposição pública da situação por uma das conselheiras, desculpou-se com ela por contato telefônico e

<sup>132</sup> Entrevista realizada, em 25 ago. 2015, com Sr<sup>a</sup> Iris, 36 anos, quatro filhos, possui segundo grau, Funcionária Pública, Evangélica, viveu violências, não atendida em instituição, duração 2h 08 min.

<sup>133</sup> Maquiavel, no séc. XV e XVI, na Obra *O Príncipe*, manual para se conquistar e se manter no poder, discute e defende entre outras questões, sobre os fins justificarem os meios e as finalidades práticas em detrimento da ética, não sendo necessário, de modo estratégico e conforme exigirem as circunstâncias, nem manter a palavra dada, tampouco fazer o bem, mas aparentar fazê-lo e em pequenas doses para ficar na memória do povo.

promete esclarecer fatos, acompanhados de retratação pública em reunião do CMDM, o que nunca ocorreu.

Em entrevista para o Mestrado de uma voluntária (2014)<sup>134</sup> da SOS Mulher e Família, a Sr<sup>a</sup> Hortência, quando trata da estruturação dos serviços voltados à promoção da mulher no município, diz priorizarem “[...] enfrentamento à violência; ações pra enfrentar o racismo, o sexismo, a lesbofobia no ambiente institucional, ações para promoção da saúde integral da mulher e ações para capacitar gestores e lideranças para o enfrentamento da desigualdade entre os gêneros” (2015). E sobre a relação com a trans mulher ressalta haver grupo específico na PMU para “[...] diversidade humana, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social” e que desenvolvem algumas ações com eles, como no Dia Municipal de Combate à Homofobia, Transfobia e Lesbofobia e manifesta intenção de reunião para traçar uma política específica, com eles. É indagada a ela sobre a relação com a SOS Mulher e Família e diz:

[...] bom, o SOS é a referência, né? Uberlândia hoje quando se fala da questão de violência, direito da mulher...a gente lembra a SOS Mulher. E junto com a ONG existe a PAM, que é a Patrulha de Atendimento Multidisciplinar. Então assim, nós estamos trabalhando sempre em parceria, o trabalho da SOS é um trabalho que é referência hoje não só em nível de Uberlândia, mas estadual e a gente tem buscado aí essa troca.

Todavia, nas narrativas de membros da SOS, como das Sr<sup>a</sup> Violeta e Dália (profissionais da SOS, entrevistadas em 2015, 2017), bem como em atas da instituição (2009-2012), nesse contexto, não houve trocas, mas replicação de ações, com postura ética e transparência questionáveis. O que se evidencia explicitamente com as articulações feitas com equipe da PM do Programa PAM para deslocá-los para atuar no CIM. Essas análises serão desenvolvidas na seção que aborda o Programa.

O balanço que se faz no contato com as fontes documentais (atas, planos plurianuais, relatórios das ações, material de divulgação, registros fotográficos de 2001 a 2004) é que no início de seus trabalhos, a Divisão dos Direitos da Mulher, mesmo com escassez de profissionais e recursos financeiros, mas com articulação de base e com a rede governamental e não governamental, urbana e rural fomentou ações efetivas de promoção das mulheres e políticas de gênero e também a relevante criação com funcionamento efetivo e sistemático da Casa-Abrigo Travessia em parceria com a SOS Mulher e Família da sociedade civil. Constata-se que isso se deve ao fato de ter a frente das ações, a maior parte de suas lideranças, trajetória de competências técnicas e militância histórica na área.

Por outro lado, pessoas entrevistadas, sejam profissionais da SOS, CMDM manifestam saberem pouco sobre o que efetivamente o Núcleo de Apoio à Mulher, que, segundo direção

<sup>134</sup> ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

da SOS Mulher e Família com Sras. Dália e Violeta, parecer ter replicado e, de modo questionável, ações dessa organização da sociedade civil e que tal Núcleo parecia ter à frente indicação de quem fizesse valer interesses da Secretária de Desenvolvimento Social, do momento, mesmo que para isso passasse por cima de códigos de ética profissionais, como se verificou em situações de tentativas de abrigamentos na Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia, situações a serem desenvolvidas adiante, com base em relatórios de profissionais de atendimentos da SOS.

E sobre a Superintendência da Mulher, que para além de promoção de eventos como homenagens, festividades, premiações, desfiles, participação em atividades promovidas por outrem, ou promoção de atividades para outros proferirem, ficam dúvidas, aos olhos de parte de representantes no CMDM e de boa parte da equipe do NEGUEM, de profissionais mais antigas da SOS como a Sr<sup>a</sup> Dália (profissional SOS, entrevista em 2015, 2017) sobre “[...] o que efetivamente contribuiu e o legado deixado, nesse período, para a promoção das mulheres e relações de gênero”. O que era também cobrado em fóruns coletivos e até mesmo diante insistente reivindicação do CMDM para prestação de contas de suas ações e ao final de sua gestão, de relatório final e o mesmo não foi compartilhado. A Superintendente, conforme atas, não era frequente às reuniões do CMDM, ou somente passava, permanecia um pouquinho e ia para outros compromissos, deixando representantes que, segundo orientações dadas e compartilhadas em entrevistas com ex-funcionária, “não deveriam entrar em polêmicas”. Em alguns momentos, de prevalecerem vaidades, de serem prioridades a manutenção de cargos e resguardar imagem do Poder Público, em detrimento de ações concretas transparentes.

No que se refere à Diretoria de Proteção Social à Mulher, ocupada desde 2017, conforme Diário Oficial do Município(2017)<sup>135</sup>, pela ex-Vereadora e ex-Deputada Estadual Liza Prado que transitou por vários partidos políticos (PC do B/Partido Comunista do Brasil, PSB/Partido Socialista Brasileiro, PROS/Partido Republicano da Ordem Social), tendo sido oposição, em sua trajetória, ao Prefeito que a nomeou nesse ano: Odelmo Leão(PP/Partido Progressista Nacional), não se consegue ainda avaliar ao que veio, mas há indícios, pelas discussões relatadas nas atas do CMDM de 2017, também conforme avaliam membros da Diretoria do CMDM e da SOS, pelas posturas de se esquivar quanto a ações efetivas e necessárias, de que apenas ocupará cargo, mas não há expectativas positivas de algum avanço. A Diretora é impedida, inclusive, de conceder entrevistas, ou repassar informações à rede de apoio sobre seu trabalho, conforme relatam profissionais da SOS, a Sr<sup>a</sup> Dália (profissional

---

<sup>135</sup> Aparece criação do cargo Diretor de Proteção Social à Mulher, CC-3, com salário previsto de RS5.136,05, em 2017.

SOS, entrevista 2015, 2017)<sup>136</sup> ao fazerem contato com a mesma, em busca da articulação da rede de apoio, e serem remetidas à Secretária de Desenvolvimento Social, de onde qualquer esclarecimento deve sair, fazendo-as crer no perfil de gestão centralizadora.

As entrevistas com quem vive a violência conjugal e busca atendimentos na rede de apoio, revelaram que a busca de atendimento é em maior grau marcada por dúvidas que por certezas. Ao mesmo tempo em que há o afã por mudanças, muitas vezes são rejeitados os indicativos profissionais para saídas possíveis. Mas quem atende precisa estar preparado para lidar com isso, pois essa é a demanda. Cumprir protocolos de atendimentos, mecanicamente, ou considerar os casos “no atacado”, vez que cada casal tem sua própria dinâmica de funcionamento, pode ser fator desestimulador da busca e, ao contrário, favorecer a perpetuação de violências, colocando mais um elemento no espiral da violência.

### 2.2.1 Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia/CATU

Mesmo quando tudo pede um pouco mais de calma. Até quando o corpo pede um pouco mais de alma. [...] Enquanto o tempo acelera e pede pressa. [...] Enquanto todo mundo espera a cura do mal. **E a loucura finge que isso tudo é normal.** Eu finjo ter paciência. O mundo vai girando cada vez mais veloz. A gente espera do mundo e o mundo espera de nós, um pouco mais de paciência. Será que é tempo que lhe falta pra perceber? **Será que temos esse tempo pra perder?** E quem quer saber? [...] Eu sei, a vida é tão rara. **A vida não para não. A vida é tão rara.** (Paciência, Lenine, 1999). (Grifos meus)

A canção retrata a impaciência, urgência de quem se encontra em risco pela violência conjugal e doméstica, ao mesmo tempo que a irritação de quem contribuiu para a constituição e apoiou o desenvolvimento do Programa Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia e acredita nele como complementação de intervenções a casos de agressões na família.

Acerca do histórico de constituição do Programa, a iniciativa do projeto e sua elaboração partiu da SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, no ano de 1999, com apoio do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e do Núcleo de Estudos de Gênero/UFU. O projeto foi apresentado ao Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por meio de emenda parlamentar de Deputado Federal, Sr. Gilmar Machado (PT/Partido dos Trabalhadores).

Conforme acesso e análise das fontes documentais<sup>137</sup>, a Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia, lançada, em 2002, com o objetivo geral de acolher e apoiar mulheres, crianças e

<sup>136</sup> Entrevista realizada, em 17 jul. 2015, dez. 2017, com Sr<sup>a</sup> Dália, Psicóloga Clínica e profa. universitária na rede privada, voluntária e fez atendimentos na SOS e da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, participa da SOS desde 1998, tendo se desligado por breve período e retornado, duração de 1h 29 min., no trabalho. Desde 2017, Presidente do CMDM.



adolescentes que se encontrem em situação de violência doméstica/familiar e risco de morte e cujo retorno ao domicílio habitual ou de amigos e parentes represente efetivo risco, assegurando abrigo temporário e sigiloso com apoio psicossocial, jurídico, da saúde e pedagógico, ajudando-os(as) a reiniciar suas vidas em melhores condições, sem violência.

E tem como objetivos específicos: promover atendimento, proteção e apoio emergencial e integral interdisciplinar às mulheres e seus(suas) filhos(as) de menor idade (com potencial para abrigar seis famílias com até cinco membros cada), em especial nas áreas psicológica, social, jurídica e da saúde; promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da Casa-Abrigo a Programas de saúde, emprego e renda, moradia, educação, creches, profissionalização; prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los; proporcionar ambiente e atividades propícias para que as mulheres possam exercitar sua autonomia e recuperar sua autoestima; prover meios para o fortalecimento do vínculo mãe/filhos(as), favorecendo modos de convivência não violentos e os aspectos saudáveis da relação para a construção da cultura da paz; promover o resgate dos vínculos entre pai e filhos(as); promover a inserção escolar e ações pedagógicas recreativas para os(as) filhos(as) das mulheres incluídas no Programa.

As pessoas que utilizam o serviço permanecem ali por um período determinado, de aproximadamente até quatro meses (120 dias), após o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas e, havendo possibilidade, de acordo com avaliação, para utilizarem o serviço por mais tempo. Há casos em que podem sair para trabalhar e outros em que não. E cada qual é avaliado por equipe especializada.

Visando preservar a segurança das abrigadas e de seus(suas) filhos(as), mantém-se sigilo quanto ao endereço e telefone. As vias de acesso ao Programa ocorriam inicialmente por meio da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/SMDS/PMU e pelo Centro de Referência a SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, responsáveis pelo levantamento do histórico familiar, diagnóstico da incidência da violência, verificação da adequação do caso aos critérios de abrigamento, e atendimento às demandas mais emergenciais. Esses órgãos, em parceria com a Delegacia de Mulheres, onde se registra o REDs (Registro de Defesa Social), por ser o caso de risco de morte, encaminham as(os) usuárias(os) à Casa-Abrigo.

Assim, eram critérios exigidos para abrigamento até 2004: haver vagas; desejo da mulher de ser abrigada e conhecimento do funcionamento geral da Casa; ter registrado

---

<sup>137</sup> Material de divulgação, relatórios anuais e planos plurianuais da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero, 2001 a 2004.

ocorrência e/ou feito Termo Circunstanciado de Ocorrência, ou por mandato judicial em função de violência conjugal e intrafamiliar, estando sob risco e sem outra possibilidade segura de estadia, mesmo que temporária; ter passado por avaliação pelo centro de referência ONG SOS Mulher Família e/ou pelo Núcleo de Apoio à Mulher/SMDSHT/PMU, com aval da Delegacia de Mulheres e Conselhos Tutelares que são potenciais encaminhadores para o serviço e que fazem registros devido ao risco.

Dependendo do caso, poderia haver intercâmbio com casas-abrigo de outras localidades para encaminhamentos de pessoas que na cidade estivessem envolvidas com autores de violências ligados, por exemplo, ao crime organizado.

O Ministério da Justiça fez o repasse de recurso de R\$100.000,00 (cem mil reais) para construção da primeira etapa da Casa-Abrigo Travessia, somada à contrapartida do Município por meio de recursos na ordem de 20% do valor conveniado e também subvenção municipal: crédito especial de R\$53.555,12 (cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos).

Os trabalhos foram supervisionados por técnicos(as) das Secretarias Municipais de Obras e Planejamento Urbano, com especial atenção às normas federais que dispõem sobre a acessibilidade e os Termos de Referência para Funcionamento de casas-abrigo. Além das técnicas, a execução da obra foi acompanhada por comissão formada por representantes das instituições proponentes e apoiadoras do projeto, como o CMDM.

O Projeto teve, como referência, as primeiras iniciativas de Casa-Abrigo, no Brasil, que consistiram em medidas de caráter preventivo previstas pelo Plano Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher, criado pelo Ministério da Justiça, em 1998, que estabeleceu política nacional para este tipo de Programa, prevendo recursos para a criação de novas Casas, manutenção e equipamentos para as existentes.

A execução do Projeto foi realizada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que se sensibilizou diante dos argumentos das integrantes da Divisão dos Direitos da Mulher, revendo o Projeto arquitetônico e disponibilizando área física de 1.500m<sup>2</sup>, maior que a prevista para o Programa, bem como garantindo o empenho das equipes técnicas no sentido de preservar o sigilo do endereço e outros indicativos públicos.

A implantação e funcionamento do Programa se deu sob a responsabilidade da equipe técnica da Divisão dos Direitos da Mulher, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que, nesse contexto, mostrou-se comprometida com tal política pública e que a Casa-Abrigo Travessia alcançasse os seus objetivos, com qualidade, nos serviços prestados. Para tanto, buscou nos principais Programas de Casas-Abrigo do Brasil (Viva Maria de Porto Alegre – RS, Benvinda e Sempre Viva de Belo Horizonte – MG,

CEVAM Centro de Valorização da Mulher de Goiânia – GO, Casa-Abrigo do Distrito Federal) experiências sobre funcionamento, dificuldades e reflexões sobre as questões de gênero. Entendia-se que as Casas-Abrigo não devem ser um fim em si mesmas, daí ser necessária a existência de rede de enfrentamento à violência com serviços locais e referências nacionais.

Esse Programa salvava e promovia vidas com baixo custo de manutenção mensal de aproximadamente R\$8.000,00(oito mil reais) até 2004, conforme dados repassados pela Secretaria responsável.

O Programa era de responsabilidade do Município, envolvendo o conjunto da Administração Municipal de forma transversal e intersetorial, devendo ele realizar parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para sua manutenção e ampliação, nos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), incluindo os conselhos de direitos específicos, a comunidade e estabelecendo a Rede de Cidadania, que significa uma ação que reúne iniciativas e recursos públicos, privados e comunitários em esforço comum para prevenir, atender e erradicar a violência intrafamiliar (doméstica/conjugal) e contra a mulher no município.

Consideram-se como ações merecedoras de destaque e que correspondiam à proposta do Programa as seguintes atividades: triagem feita pelas profissionais de Serviço Social que desenvolvem estudos quanto ao histórico familiar, à incidência da violência, correspondência aos critérios de abrigamento e articulação com a Rede de atendimentos e enfrentamento à violência familiar e afins, quando se fizer necessária; acompanhamento jurídico por meio de orientações, representações em processos civis e criminais e utilização da Mediação Familiar como recurso alternativo, como método pacífico de resolução ou administração de conflitos, uma forma não adversarial de tratar questões, superando perspectivas duais vítima-algoz, certo-errado, culpado-inocente, na medida em que a proposta é que os sujeitos reconheçam suas implicações nos conflitos e sejam sujeitos de sua história. Uma característica importante é a multidisciplinaridade, com vistas à interdisciplinaridade na sua execução, e a escuta ativa, profissional, não julgadora ou diretiva; dinâmicas de grupo terapêutico, visando promover reflexões, vivências e cidadania em torno de temas como a violência e gênero; histórico familiar; educação, cultura, representações e violência de gênero; sentimentos, entre outros; acesso a serviços de saúde da mulher e da criança com prioridade; utilização da PAM (Patrulha de Atendimento Multidisciplinar) em parceria com a Polícia Militar, SOS Mulher e Família de Uberlândia, Prefeitura Municipal e Universidade Federal para abordagens domiciliares em situações de conflito intrafamiliar que geraram REDS/B.Os.; oficinas de arte

e artesanato, com bazar (no SOS Mulher Família), cujo recurso de venda se revertia a abrigadas.

Em síntese, alguns projetos estiveram em andamento até 2004<sup>138</sup>: “Grupo de Apoio Terapêutico Interprofissional”; “Metendo a Colher na Violência Conjugal e Contra a Mulher”; “Seminário Anual Regional sobre Casa-Abrigo e o Funcionamento da Rede: Uma Alternativa Para a Violência Intrafamiliar”; “Diferenças Sim, Desigualdades Não”; “Reflexões sobre Gênero”; “BB Educar” – alfabetização de mulheres, em parceria com Banco do Brasil; “Aprendendo a Fazer, Fazendo” – profissionalização; “Mediação Familiar” – junto à SOS Mulher Família; Extensão dos Programas da Secretaria Municipal de Saúde: saúde da mulher, da família, direitos reprodutivos, sexualidade, DSTs, saúde da criança e adolescente, saúde bucal, educação em saúde.

O Programa de Moradia Protegida constitui, nesse sentido, ação concreta de política pública frente à determinação constitucional no âmbito dos governos Federal, Estadual e Municipal, somada à contribuição significativa dos movimentos sociais, em particular do movimento de mulheres representado a nível local pela SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, pelo NEGUEM (Núcleo de Estudos de Gênero), da Universidade Federal de Uberlândia, e Conselho Municipal da Mulher.

Desde a sua implantação, no final de 2002 até 2004, foram diretamente beneficiadas aproximadamente 38 mulheres e 70 crianças da cidade de Uberlândia e Região. Depois desse período, apesar de solicitações da SOS Mulher e Família e de algumas diretorias do CMDM, não foram divulgados, com transparência, diagnósticos de atendimentos pelo poder público.

Entre as linhas de atuação do Programa existiram ações voltadas para o autor de violências para a família, com propostas inovadoras, por meio da arte terapia e outras metodologias, junto às crianças, no local. A abordagem periódica com o autor era realizada durante e após o abrigamento pelas profissionais da Casa-Abrigo, preferencialmente na sede da SOS Mulher e Família, o Centro de Referência.

Sobre gasto orçamentário anual do Programa, a tabela a seguir retrata o balanço de 2003.

Tabela 2 Balanço orçamentário Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia, 2003

FONTE	VALOR ANUAL	PERCENT	FINANCIADOR	OBSERVAÇÕES
Governo Federal	R\$100.000,00	—	Ministério da Justiça	Liberado em 1999 pelo Ministério da Justiça por meio do convênio, destinado à construção da Casa-Abrigo Travessia.

<sup>138</sup> Material de divulgação e relatórios anuais e planos plurianuais da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero, 2001 a 2004.

Governo Municipal	2001:	-0,02%	PMU	Liberado para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS – Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero – DDMPG. Recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, manutenção e atividade administrativa Recursos humanos que já atuavam na Secretaria de Desenvolvimento Social e de Secretarias afins, como da Saúde e Educação.
	R\$ 53.555,12			
	2002:	-0,04%		
	R\$ 132.783,55			
	2003:	-0,02%		
	R\$ 54.700,00			
	2004:	-0,02%		
	R\$ 54.700,00			

Fonte: relatório ações da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero, 2004 e projeto reativação Casa-Abrigo pela equipe SOS Mulher e Família de Uberlândia, fevereiro de 2013.

Quanto às pessoas envolvidas na operação do Programa, e para demonstrar que o mesmo era viável, até 2004 estiveram diretamente participando: quatorze pessoas do Poder Público, sendo treze mulheres e um homem e nove pessoas voluntárias e estagiários da SOS Mulher e Família de Uberlândia entre advogados(as), psicólogas(os) e assistentes sociais e de outras áreas afins, assim como estagiários(as) (três homens e seis mulheres), além de, diretamente ligadas à tomada de decisões, três mulheres atuarem em conjunto com a equipe.

A análise da experiência do Programa revelou que as políticas públicas e as ações de combate à violência intrafamiliar só possuem eficácia se houver integração entre os diversos parceiros na intervenção dos casos, seja de políticas públicas governamentais locais, estaduais ou nacionais, ou mesmo de conselhos de direitos.

Sobre o envolvimento e participação da comunidade e do público-alvo, descrevem-se mecanismos de participação institucional e popular, por meio de atividades educativas e preventivas realizadas sob diversas formas até 2004, entre elas: minicursos voltados às equipes de atendimento de Delegacia de Mulheres de Uberlândia e Região, do Programa Saúde da Família (PSF), da universidade federal, de centros universitários e faculdades para estudantes dos Cursos de Medicina, Psicologia, Serviço Social, Enfermagem, Jornalismo, Direito, Pedagogia, Ciências Sociais, História, entre outros; palestras proferidas às famílias atendidas pelos Programas Bolsa Escola e PETI, ONGs, Associações Femininas, Clubes de Serviços e de categorias de classe, entidades religiosas e empresas privadas; Campanha do Laço Branco em parceria com o Instituto Papai/Pe “Homem pelo fim da violência Contra a Mulher”, com o apoio de empresas (como a Sadia) e diversas outras locais. Anualmente, campanhas e atividades em comemoração ao 8 de março (Dia Internacional da Mulher), 10 de outubro – Dia Nacional da Não Violência à Mulher, 25 de novembro (Dia Internacional da Não Violência à Mulher); publicações de artigos na imprensa local, informativos de órgãos afins e em revistas especializadas; promoção de Seminários, como o Seminário Regional de Casa-Abrigo e Funcionamento da Rede, realizado anualmente; divulgação Anual dos índices de violência conjugal e familiar por meio de pesquisa realizada em prontuários da SOS Ação

Mulher Família de Uberlândia, visibilidade junto à mídia e publicações científicas com participação em eventos também acadêmicos, e outros.

Os problemas enfrentados pela Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia não são exclusivos a ela. Trata-se de realidade comum à maioria dos Programas existentes no Brasil. Os principais desafios enfrentados, segundo levantamento feito pelo 1º Encontro Nacional de Casas-Abrigo, realizado em Maceió/AL de 04 a 06 de novembro de 2002, no qual a Diretoria da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero, a coordenação da Casa-Abrigo Travessia e membros do centro de referência estiveram presentes, bem como eu, são os seguintes: morosidade da Justiça; carência de creches/Educação Infantil e vagas em escolas; inexistência de veículo próprio para o Programa; escassez de espaço físico; limitação de recursos humanos e de formação continuada de todos(as); insuficiência de moradia após desligamento; ausência de segurança após desligamento; escassez de trabalho voltado para os autores de violência; poucas políticas para geração de renda e trabalho para ex-abrigadas.

Para superar tais obstáculos, a Diretoria da Divisão de Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero, com apoio da SOS Mulher e Família de Uberlândia, promoveu algumas ações: procurou sensibilizar o Poder Judiciário no sentido de dar atenção especial e celeridade aos processos que envolviam abrigadas; apresentou Projeto à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que disponibilizou R\$20.000,00 (vinte mil reais), em julho de 2004, para aquisição de veículo seminovo e equipamentos domésticos; estabeleceu parceria com universidades e centros universitários para convênios de estágios e supervisão, com elaboração de Projeto para desenvolver trabalho com autores de violência pelo Centro de Referência SOS Mulher e Família de Uberlândia. Além disso, um curso de formação continuada para equipes que lidam com violência conjugal oferecido pelo SOS Mulher e Família de Uberlândia era aberto aos profissionais atuantes na Divisão da Mulher e Políticas de Gênero e da Casa-Abrigo Travessia.

Acerca de mecanismos de avaliação utilizados para medir o sucesso do Programa com seus resultados (qualitativos e quantitativos), foi realizado, no final do ano de 2003, levantamento de dados da clientela atendida com vistas a subsidiar Curso de Formação para Equipes que Trabalham com Violência Conjugal e Intrafamiliar, iniciado desde abril de 2004, sob a coordenação do Centro de Referência SOS Mulher e Família de Uberlândia e a Diretoria de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia (Projeto, arquivado na SOS Mulher e Família, 2003). Consta na Programação a abordagem dos seguintes temas: Pressupostos Teórico-Metodológicos para o Atendimento à Violência de Gênero em várias áreas de conhecimento; Interdisciplinaridade; Educação Diferenciada para Meninos e Meninas; Masculinidades e Trabalho com Autores de Violência; Legislação com Ênfase ao Direito de

Família, Direito Penal, Juizados Especiais, Mediação Familiar, Tratados/Acordos/Protocolos Internacionais; Movimentos Sociais e Políticas Públicas de Gênero; Estatuto da Criança e do Adolescente; Grupos de Apoio Interprofissionais, Ética, Direitos Humanos e as Mulheres; Articulação do Trabalho em Rede; Dependência Química e Violência de Gênero. Havia acompanhamento pós abrigamentos e as abrigadas podiam continuar atendimentos no centro de referência após o desligamento da Casa-Abrigo.

Inicialmente, o Programa Casa-Abrigo Travessia representou consolidação pública concreta frente à determinação constitucional. Até 2004, existiam, no Brasil, perto de 90 Casas para esse fim, sendo apenas 8 em Minas Gerais. A principal conquista diz respeito ao fato de a Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia ser pioneira regional por empenhar esforços na articulação em Rede, contando com a iniciativa, o envolvimento, contribuição e apoio da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados. Por isso, foi selecionada e premiada entre os melhores do “Projeto Gestão Pública e Cidadania”, seleção nacional em 2004, pelo BNDES (arquivo SOS, 2003, 2004).

Sobre as formas de intervenções e impactos das ações do Programa Casa-Abrigo com foco na questão da pobreza, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano / PNUD /1995), 70% dos pobres do mundo e 60% dos analfabetos são mulheres; o Brasil estaria situado no septuagésimo nono lugar, entre 143 países em desigualdade entre os sexos de acordo com o IDG (Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero /1999). E, portanto, o Programa tem como foco esse público.

A mais significativa deficiência do Programa era a escassez de pessoal qualificado e de recursos para ampliação de projetos para formação continuada dos(as) profissionais da rede e para Programas de lazer, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, articulava-se, como desafio, a transversalidade do Programa por todas as secretarias, coordenadorias, superintendências do Poder Público e a articulação com a rede de enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar e afins.

Até 2004 o Programa funcionava, articulava-se com a rede de enfrentamento à violência e outros equipamentos auxiliares locais, regionais e nacionais, oportunizava formação continuada para seus quadros, atuava em sistema de plantão e se articulava com parcerias para garantia de segurança. Buscava captação de recursos para seu aperfeiçoamento, como com a Secretaria de Políticas para Mulheres e BrazilFoundation, caminhando para se consolidar.

Depois disso, de 2005-2012, sem qualquer satisfação do Poder Público à sociedade, mas também com problemas extensivos até 2017 com maior diálogo, apesar de solicitados diagnósticos, em várias ocasiões, pela ONG SOS Mulher e Família e CMDM (por meio de

ofícios e atas cujas cópias estão arquivadas, 2005-2017 nas respectivas organizações), não obteve retorno sobre atendimentos, funcionamento, encaminhamentos, articulação com a rede, visibilidade do Programa.

Diante de situações que fizeram crer sobre o precário ou não funcionamento, descaso com o Programa, ou atuação inadequada da Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia, especificamente de 2005 a 2012 com gestão Odelmo (PP), o CMDM e SOS Mulher e Família de Uberlândia passaram a reivindicar formalmente<sup>139</sup> sua reativação, conforme Carta Compromisso assinada (arquivada na SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2012), após debate qualificado, pelo então candidato a Prefeito Gilmar Machado (PT), em 2012, junto à SOS Mulher e Família de Uberlândia, em época de campanha eleitoral. Ou seja, com os seguintes itens acerca do problema: ampliar e visibilizar, junto à rede e à comunidade, o Programa Casa-Abrigo Travessia/SMDST/PMU, com possibilidade de construção da segunda etapa, mantendo-se sigilo sobre localização; formalizar as parcerias entre os equipamentos da rede de enfrentamento à violência intrafamiliar para garantir a promoção das famílias por meio de atividades permanentes e sua segurança, em conformidade com diretrizes da Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal para funcionamento de casas-abrigo (2011); inserir na lei, como inicialmente previsto, que a Delegacia de Mulheres juntamente com a SOS Mulher e Família de Uberlândia (Centro de Referência) têm competência para análise dos casos e definição de abrigamento e não só a Delegacia de Mulheres (como passou a vigorar em Lei publicada sobre a Casa-Abrigo, por volta de 2006, excluindo instituição fomentadora do Programa, a SOS Mulher e Família), visto o caráter de parceria com o Poder Público que dá base a este Projeto, com vistas a contribuir para reativação e ampliação de relevante Programa que garante vidas.

Documentação arquivada na SOS Mulher e Família (atas reuniões, relatórios de atendimentos 2005-2017) e entrevista com Sr.<sup>a</sup> Dália revelam postura de descaso do Poder Público municipal com o Programa, duplicação inadequada de serviços prestados pela ONG, descumprimento das Normas de Funcionamento comuns a Programas desta natureza (estabelecidos coletivamente com apoio da Secretaria Especial para Mulheres no Encontro Nacional de Casas-Abrigos, realizado em 2003, do qual a equipe desse Projeto para reativação participou efetivamente), encaminhamentos de potenciais usuárias(os) dos serviços da Casa-Abrigo para albergamento, ou para fora da cidade, abrigamentos sem atividades para promoção dos sujeitos, tentativas de repassar a gestão da Casa para o terceiro setor, com

---

<sup>139</sup> Projeto elaborado por membros voluntárias da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia, em fevereiro de 2013, sobre relevância da Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia/CATU e apresentado ao Secretário de Desenvolvimento Social do período e ao Prefeito, para sua reativação.



sugestão ao SOS Mulher e Família, por exemplo, que se recusou, o que representaria equívoco, pois que o Programa é para situações de risco e, portanto, de responsabilidade pública, podendo contar com a parceria de outras instituições, mas cabendo ao Poder Público por ele se responsabilizar.

A partir de 2012, com nova gestão municipal, houve expectativas dos movimentos sociais, especialmente da SOS Mulher e Família de Uberlândia, para se fazer valer compromisso formal em pleito eleitoral de reativação do Programa, conforme rege a norma de funcionamento de Casas-abrigo.

Nos relatos da segunda pessoa, na gestão municipal, a assumir a Secretária de Desenvolvimento Social, a Sr.<sup>a</sup> Alteia (profissional PMU, entrevista 2015)<sup>140</sup>, indicada à pasta, assim como da Diretora do Setor de Atenção Especial, a Sr.<sup>a</sup> Tuberosa (profissional PMU, entrevista 2015)<sup>141</sup> e da coordenadora da Casa-Abrigo Travessia, Sr.<sup>a</sup> Agerato (profissional PMU, entrevista 2015)<sup>142</sup>, o Programa passou a funcionar sistematicamente.

Assim, a Sr.<sup>a</sup> Alteia, Assistente Social, Secretária Sedest/PMU, começou como assistente social, em 2002, na Prefeitura no PISC (Posto Integrado de Segurança e Cidadania), depois foi coordenar em 2003 as Medidas Socioeducativas e Liberdade Assistida. Na mudança de gestão reprogramaram o serviço e criaram o CEMAIA, em 2005, que focava as crianças e adolescentes vítimas de violência, negligência, violência sexual, física, psicológica e outras. Em 2007, ela assumiu a Diretoria da Criança e do Adolescente, ficou 1 ano fora da Prefeitura e, em 2012, voltou para o CEMAIA, à Assessoria da Proteção Social Especial, depois foi para a Assessoria de Proteção Social Básica, tendo o foco na prevenção, com o CRAS, que hoje é a rede CRESCER. Em 2014, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social. Em 2015, tornou-se efetiva.

A Sr.<sup>a</sup> Alteia avalia que “[...] as polícias públicas não dialogavam entre si, como a da criança, que não conversa com a do idoso, nem a da mulher, emperrando o avanço e as discussões. Tem estas dificuldades também no ambiente de trabalho”. Acredita que “[...] deveria haver acompanhamento nos resultados dos atendimentos e educação continuada, por meio de supervisão”. Atesta que o Prefeito do contexto (gestão 2013-2016) efetivou Assistentes Sociais, o que foi positivo para poderem dar andamento às ações sem perdas. Entende que o CREAS (Centro de Referência), dentro da Assistência Social, é a porta de entrada para qualquer pessoa em situação de violação de direitos. Conta com Assistentes

<sup>140</sup> Entrevista realizada, em 02 set. 2015, com a Sr.<sup>a</sup> Alteia, Assistente Social, Secretária Sedest/PMU, duração de 1h 9 min., no trabalho.

<sup>141</sup> Entrevista realizada, em 02 set. 2015, com a Sr.<sup>a</sup> Tuberosa, Assistente Social, Diretora Setor Atenção Especial/PMU, duração de 1h 9 min., no trabalho.

<sup>142</sup> Entrevista realizada, em 02 set. 2015, com o Sr.<sup>a</sup> Agerato, Pedagoga, Coordenadora da Casa-Abrigo Travessia, duração de 1h 9 min., no trabalho.

Sociais, Psicólogos e Advogados. A Secretária conta que Uberlândia possui dois CREAS. A maior demanda, segundo ela, é na área da criança e do adolescente.

Se há esses profissionais mencionados, então por que encaminham demandas para a SOS Mulher e Família, que está com fila de espera, conforme mencionam seus profissionais do Serviço Social, as senhoras Frésia e Fuchsia (profissionais SOS, entrevistadas 2015).

A Sr.<sup>a</sup> Alteia distingue, para o meu entendimento, que o CRAS, Bem Social com Assistência Social, faz encaminhamentos para a Delegacia de Mulher, Conselho Tutelar, SOS Mulher e Família e o CREAS, Centro de Referência, trata de violação de direitos. Destaca que “há cadastro, o que facilita na ajuda, de acordo com suas necessidades”. Este cadastro também possibilita haver diagnósticos do município. E acrescenta ser isso fundamental para o fomento de políticas públicas e mapeamento de situações de risco. Assim, por exemplo, na habitação, tem como, com este trabalho, priorizar os que realmente precisam e têm direitos. Diz estar trabalhando com atendimento institucional, pelo qual quem está precisando tem prioridade e é atendido na hora, sem ter que ficar na fila. Em sua narrativa não aparece recorte de gênero, no sentido de mulheres em violência terem prioridade em Programas sociais, prevalecendo a representação da universalização.

A Sr.<sup>a</sup> Tuberosa Diretora do Setor de Proteção Social e Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social (onde se aloca a Casa-Abrigo Travessia) começou no serviço público em 2008. Em 2009 foi trabalhar como vice-coordenadora do CEMAIA. Trabalhava com crianças sujeitas a risco de violências físicas e sexuais. Depois atuou como coordenadora de Medidas Socioeducativas, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com adolescentes infratores. Em 2013, foi para Diretoria de Proteção Social e Especial. Tem o Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua), que é um CREAS, voltado para quem está em situação de rua. Por mais que houvesse por parte da entrevistadora direcionamento para extração sobre representações de gênero e de poder, elas pouco apareceram, o que também é dado para pesquisa e conta de onde falam.

A Sr.<sup>a</sup> Argerato Pedagoga, Diretora da Casa-Abrigo Travessia, foi professora de Ciências, Matemática, Biologia e Física do Ensino Fundamental e Segundo Grau, se elegeu ao Conselho Tutelar, onde ficou por dois mandatos (seis anos). Foi trabalhar na Prefeitura nas Medidas Socioeducativas, Proteção Social e Especial, no PETI (Programa da Erradicação do Trabalho Infantil), no ILPIS (Instituição de Longa Permanência para Idosos), com os moradores de rua e, por fim, na Casa-Abrigo Travessia para mulheres e filhos menores de idade em risco de morte pela violência doméstica. Fornece apoio, quando pode, no Socioeducativo. Segundo ela, a Casa-Abrigo reabriu em 26/09/2013. Menciona que “[...] das mulheres acolhidas algumas acabaram voltando para seus agressores. Não entende o porquê,

mas aceitam”. Diz encaminharem para a Rede, onde há várias atividades, como informática e trabalhos manuais. E comenta que “[...] tem mulheres que não querem permanecer na Casa-Abrigo, e ninguém pode obrigá-las a ficar”. Explica que “quando há violência grave, a delegada faz a ocorrência e encaminha para o CREAS ou CIM, ou SOS Mulher e Família. De juízes não recebem encaminhamentos”. Para ela, “as interpretações de risco é que às vezes atrapalham o atendimento, o que é risco para um pode não ser para outro”.<sup>143</sup> Afirma que “[...] trabalham com plantão 24 horas e que a Casa-Abrigo está sempre bem estruturada para acolher a qualquer hora e que recebem pessoas de fora também”.

Chama a atenção a afirmação de que a Casa-Abrigo funciona 24 horas por dia. Se é assim, então como a sua Diretoria teria condições de estar também em outro Programa, como afirma? E, ainda, como alguém que não compreende o porquê de algumas mulheres retornarem para seus esposos e a complexidade que envolve tal violência é colocada à frente dessa política pública? Eu acrescentaria: na dúvida de se alguém está em risco ou não, o prudente não seria o abrigamento preventivo e garantia da segurança? De modo que não se trata de obrigá-las, talvez sensibilizá-las. E, se houver políticas de promoção e ficarem cientes do risco, talvez permaneçam no Programa temporariamente. Sem pretender idealizar o passado, relembremos que, inicialmente, houve casos em que, conforme análise profissional, mulheres poderiam sair para trabalhar e depois retornarem à Casa-Abrigo. Cada caso deveria ser avaliado como único e não por meio de padronizações.

A Sr.<sup>a</sup> Argerato, ao constatar que não recebem encaminhamentos de juízes, não menciona que não há visibilidade sobre o Programa, nenhum institucional produzido pela PMU, de modo que a rede de apoio pudesse tomar ciência dele. Desse modo, analisa-se que juízes souberam da sua existência por meio da Diretoria da SOS em audiências públicas sobre o assunto (raramente com presença de juízes), ou solicitação de explicação e denúncia formal sobre não funcionamento por parte do vereador Sr. Adriano Zago (PMDB/Partido Movimento Democrático Brasileiro), em 2017, por reivindicação da SOS, conforme consta em atas da instituição.

Finaliza dizendo a Sr.<sup>a</sup> Argerato que “a Assistência não está ligada a partidos. Estão sempre melhorando os serviços e atendimentos, tanto na estrutura física, como na de pessoal”. E que “[...] os políticos estão despreparados para as discussões atuais sobre mulher, violência e gênero. A maioria, muito machista”. E, contraditoriamente, afirma que “[...] a política pública é de poder, de manipulação e partidária e sem conhecimento das causas”.

---

<sup>143</sup> Sobre o assunto, consultar: MEDEIROS, Marcela Novais. **Violência Conjugal: repercussões na saúde mental de mulheres e de suas filhas e seus filhos adultos/os jovens**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade de Brasília, Brasília, 2010, 251p.

Diante de pressões sociais, com denúncias junto à mídia e em eventos em datas como Dia Internacional das Mulheres (08/03), ou Dia Nacional da Não Violência às Mulheres (10/10) ou Internacional (25/11), por parte da SOS, CMDM, NEGUEM e fiscalização legislativa, em 2013 a Casa-Abrigo foi reformada e pomposamente reinaugurada com evento para tal e promessas de seu funcionamento. Entretanto, situações concretas foram revelando sua inoperância efetiva, com tentativas malsucedidas de abrigamentos por parte do, até por volta de 2005, considerado Centro de Referência, inclusive para encaminhamentos à Casa, SOS Mulher e Família de Uberlândia. Como exemplo dessas tentativas frustradas, em maio 2012, um caso foi contado oralmente, e por escrito, por profissionais da SOS Mulher e Família, presente nos arquivos da instituição. O relato<sup>144</sup> é elaborado por Assistente Social da instituição sobre tentativa de abrigamento de família atendida pela ONG. E diz:

Ontem [pela manhã], a senhora [vítima] fez contato via telefone com a SOS querendo saber como funcionava nosso trabalho [...], então a **incentivei a vir até nós para que pudéssemos atendê-la melhor**, como a mesma é moradora do bairro Canaã (onde temos o Projeto Chegando Perto, com atendimento descentralizado com plantões em instituições da rede por parte da SOS). A [psicóloga e presidenta da ONG] que estava presente pediu para que eu a orientasse para que fosse ontem à tarde a UBS (Unidade Básica de Saúde) (uma vez que estaríamos de plantão lá), mas ela **se recusou a ir, dizendo que não tinha como, pois estava no serviço** (ela trabalha num Supermercado). Então **perguntei a ela se poderia agendar um horário para vir na SOS, ou fazer uma abordagem domiciliar com a PAM** [Patrulha de Atendimento Multidisciplinar para abordagens domiciliares, uma parceria entre a SOS, a PM, a UFU e a PMU]. Ela disse que não e **começou a chorar, dizendo que se o denunciasse ele iria matá-la**. Após conversar mais um pouco com ela, a mesma diz que **havia apanhado muito**, nessa madrugada, e que estava **com hematomas pelo corpo** (vale ressaltar que ela está **grávida de 07 meses**). Então, sugeri a ela que uma viatura da **PAM poderia ir buscá-la no serviço para que eu pudesse ouvi-la aqui na ONG**, ela concordou e assim foi feito. Às 10h50min. ela foi atendida por mim [Assistente Social] e a estagiária [do Serviço Social]. (Em colchetes, complementos e grifos meus)

Em sua narrativa ela ainda menciona:

[...] que tem **união estável de nove anos e dessa união tem um filho de dois anos e uma gestação de 33 semanas**. Conta que seu **amásio** [esposo] é **usuário de crack, tem várias passagens pela polícia** (inclusive por envolvimento no tráfico, fato esse que os militares da PAM comprovaram) e que ele **a agride fisicamente, diariamente**. A mesma tinha **hematomas no rosto, nos braços e região das costas**, diz que na madrugada de ontem ele a **arrastou pela casa puxando seus cabelos, tentou asfixiá-la apertando seu nariz e enforcá-la** (ela reclamava de muita dor na garganta/pescoço). Diz que **não entende o comportamento dele, uma vez que a agride por motivos fúteis** e após as agressões, ele para por si só e fica como se nada tivesse acontecido. Expliquei para ela sobre o "perfil" do agressor, as crises

<sup>144</sup> Relato de Assistente Social da SOS Mulher e Família de Uberlândia, em 2012, sobre abrigamento malsucedido na Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia.

que podem ser causadas pelo uso do crack, a importância de se tomar uma providência com relação ao crime, o risco de morte dela e de seus filhos, o trabalho que nós poderíamos oferecer pela SOS. Ela disse que nos procurou porque está **desesperada** e ficou sabendo do nosso trabalho através do Projeto Chegando Perto - Canaã, mas que **nunca buscou ajuda porque ela tem muito medo**, apesar da gravidez avançada, ela **só começou o pré-natal agora** (uma vez que **ele não deixa ela frequentar a UBSF** (Unidade Básica de Saúde da Família), **evitando assim que ela se comunique com outras pessoas**), que ele a mantém em **isolamento social**, pois ele não deixa ela ter contato nem com os pais. Ela diz que tem **medo de denunciá-lo**, pois **teme muito por ela e por seus familiares**, pois de outra vez tentou romper a relação, mas ele foi atrás de mãe dela e passou a ameaçá-la de morte. Relata também que o mesmo já invadiu seu local de trabalho 02 vezes para agredi-la (fato esse que foi confirmado a nós pelo gerente do supermercado onde ela trabalha e que diz que ele é uma pessoa muito agressiva). A partir desse relato perguntamos a ela o que buscava/esperava conseguir da ONG e ela disse que **precisava sair de casa, mas que não tinha para onde ir** (uma vez que ele conhece todos os locais onde seus parentes moram). **Falamos para ela sobre a Casa-Abrigo Travessia e ela se interessou muito**, uma vez que pretendia ficar pouco tempo (pois, segundo ela, existe a possibilidade dela ser transferida para o supermercado em outra cidade, onde moram seus tios, e o amásio não conhece esse endereço). Então, ao explicar a ela o funcionamento da Casa-Abrigo (inclusive o critério de ter o aval só pela Delegacia, pela SOS questionável, mas estabelecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, de "isolamento social"), ela concordou com tudo.

Diante de situação de risco de morte, com mulher grávida que busca auxílio, em 2012, após romper vários inibidores sociais, familiares e sentimentos de medo, verifica-se a possibilidade de abrigamento para que ela e filhos pudessem temporariamente sair desse iminente risco e serem promovidos em seus direitos humanos. Mas o desfecho não foi esse e prevaleceu a “rota crítica”<sup>145</sup> que desemboca na violência institucional pela fragmentação e fragilização da rede de apoio em processo de (re)construção.

Todas as narrativas em uma investigação são legítimas, porém quando o relato acima reforça que o “[...] fato fora confirmado pela PM” está trazendo à tona a representação de que a palavra de determinada autoridade constituída teria mais peso que outras, portanto, há que se problematizar isso.

Após atendimento, a Assistente Social se reportou à psicóloga e Presidente da instituição e fizeram imediatamente contato com a Delegada de Mulheres, solicitando o abrigamento e explicando a situação da vítima. A delegada mencionou haver viabilidade de abrigá-la e que bastaria ir até à DEAM.

A equipe atendeu o caso e solicitou reforço policial e para irem até o Bairro Canaã retirar os pertences pessoais da vítima, uma vez que até mesmo os documentos

<sup>145</sup> Sobre a “rota crítica”, sugere-se a leitura do artigo: MELO, Késia e MENTA, Sandra. Rompendo o Silêncio: a mulher em situação de violência doméstica e a caracterização de um serviço que compõe a “rota crítica”. In: **Caderno Espaço Feminino**, v.26, n.1, jan./jun. 2013. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM, p.223-240.

dela ficam em poder do autor das violências, e também pegar a criança de dois anos que estava com ele. Relata que, ao chegarem lá, o autor se mostrou agressivo e tentou reconciliação, uma chance. O autor das violências ficou na rua com os militares, enquanto assistentes sociais adentraram a residência acompanhadas da vítima para retirar seus pertences.

Ligaram na DEAM e a escritvã informou que a Delegada iria atrasar. Na Delegacia de Atendimento à Mulher, às 14h, órgão do Estado de Minas Gerais, para resolverem situação, profissionais da SOS solicitaram à Delegada que expedisse mandato de prisão para o autor, o que foi acordado com a ressalva da Delegada de que isso levaria aproximadamente um mês para se conseguir.

Profissionais da SOS fizeram contato também com o gerente do supermercado, que se prontificou a recebê-las.

Como relatam, por volta das 14h50,

Nos dirigimos à DEAM, relatamos o fato à **delegada**, ela ouviu a vítima, e **designou o abrigo**, a delegada perguntou pra mim quem estava respondendo pela Casa-Abrigo, eu disse a ela que, desde que saiu a Assistente Social, eu não sei mais quem é e que eu esperava que ela soubesse. Então ela **me falou que nem sabia que uma das funcionárias da PMU tinha saído**. Sugeri que talvez fosse uma delas, fez contato com ela que respondeu que **abrigo só através de "autorização" da Secretária de Desenvolvimento Social**. Após desligar o telefone, a **delegada comentou conosco sua indignação com isso**. Então ela tentou fazer contato com a Secretária, que informou via secretária-recepcionista que não podia atender a delegada naquele momento (mesmo a delegada dizendo que era urgente e contando o fato). Após 20 minutos de espera, a Secretária de Desenvolvimento Social retornou à ligação, ouviu mais ou menos os fatos, e se **negou a abrigar a vítima sob a alegação** (segundo a delegada nos informou) **de que na sexta-feira não tinha como ela disponibilizar um funcionário para recebê-la e nem alimentos, que o que ela poderia fazer era conseguir uma passagem para dali 15 minutos a vítima ir embora para a cidade de parentes**. Diante disso a delegada tentou argumentar que não era viável ela ir embora, pois era preciso conseguir a transferência dela no serviço, ao que a Secretária rebateu dizendo que, se ela queria resolver questões de trabalho, a mesma não poderia mesmo ficar na Casa-Abrigo, uma vez que lá é total isolamento social, e a mesma não poderia ter contato com ninguém. Argumentei com a delegada que essa parte de negociação com o supermercado estava sendo providenciada por nós da entidade, mas **nada adiantou e deram o assunto por encerrado e decidiram em nome da usuária (sem respeitar a escolha dela) de que ela iria embora naquele momento**. Desculpem mais uma vez, mas nesse momento disse para a delegada que esse era um caso de denunciar e até mesmo envolver imprensa, pois a Lei Maria da Penha diz que quem determina o abrigo é a DEAM e não a Secretaria de Desenvolvimento Social, e que os direitos dessa mulher estavam sendo violados, uma vez que ela não teve direito a escolher, já que desde o início ela pediu para ser abrigada até resolver a situação no trabalho. Bom... diante dos fatos fiz contato com a presidenta da ONG e relatei o que estava acontecendo, ela então se prontificou a estar na Delegacia. (Grifos meus)

O relato destaca a desarticulação da rede de apoio com suposta subserviência de representante do poder estadual à do municipal pelas alianças estabelecidas nas relações de poder, onde tratativas pessoais, personalizadas, autoritárias se despontam em detrimento do fluxo transparente previsto pela legislação vigente e da escolha desprezada da cidadã que vive o problema conjugal no seu limite, com impactos importantes para os filhos. Nesse caso a mulher é tratada como objeto sem vontade própria pelo esposo, bem como pelo Estado. A Casa Abrigo, no seu histórico, acolhia pessoas em vários níveis de risco, sem, no entanto, mencionar “isolamento social” absoluto, como inibidor para quem dela precisa. Agora, nessa gestão municipal (2005-2012), passa a ser condicionante. Fica a questão: há intuito por parte do poder público de que o Programa realmente funcione e cumpra seu propósito, vez que o descaso e perda de proteção do Estado parecem prevalecer? Os desdobramentos doravante irão nos revelando os impasses e quais forças vão predominando nas relações de poder nada desinteressadas.

Menciona a Assistente Social ainda que, por volta das 16h15min., a Delegada instaurou inquérito, fez pedido de Medida Protetiva. Enquanto isso, a primeira foi falar com o gerente do supermercado onde a moça trabalhava. E esse mencionou a possibilidade de transferi-la por ser excelente funcionária. No entanto, precisava de pelo menos três dias úteis para tal, uma vez que a transição seria via setor de Recursos Humanos.

A Assistente Social retornou à delegada e relatou sobre esse prazo e essa última mencionou não poder fazer nada,

[...] uma vez que o **abrigamento foi negado pela Secretária Desenvolvimento Social** e para tentar resolver o **impasse**, a Delegada tentou verificar, com a vítima, a possibilidade da mesma **ficar na cidade com alguém conhecido** e que o amásio desconheça. Mas a vítima disse que **não desejava isso** e mais uma vez expliquei à Delegada que o que nós da SOS **queremos é que a vida dessa pessoa, junto com seu filho de 02 anos, seja resguardada. E que também ao mudar-se pra outra cidade ela tenha a segurança de estar empregada para recomeçar sua vida**, uma vez que a empresa sinalizou que isso é possível, só precisando de uns dias. Ou seja, **todo esse problema se resolveria se ela fosse abrigada.** (Grifo meu)

Por volta das 16h20min., a Presidente da SOS chega acompanhada de advogado da ONG. A Assistente Social solicitou presença dele para instruir equipe sobre aspectos legais do problema. O advogado confirma que quem deveria e tem poder para decidir pelo abrigamento seria a Delegada e que

[...] se houvesse impedimentos para abrigamento via Secretaria de Desenvolvimento, que a Delegada ou SOS fizesse um B.O contra a Prefeitura. Essa sugestão foi descartada pela Presidente da SOS, da gestão desse momento, pelo fato de ponderar sobre as **possíveis retaliações que a instituição subvencionada pelo Poder Público poderia sofrer.** E a

**Delegada também mencionou que, se ela fizesse isso, seu "cargo" [da delegada] estaria em jogo. (Em colchetes, complemento e grifos meus)**

Fica novamente o questionamento quanto a funcionária do Estado colocar-se em posição de subserviência à Secretária de Município, e em que medida as relações de apadrinhamento, de clientelismo e, portanto, de poder-dominação prevalecem em oposição à atribuição da função e compromisso com quem está em risco de morte. Identifica-se também o receio da representante da sociedade civil em, ao não se submeter às imposições da Secretária, haver retaliações ao trabalho da instituição, com impactos para quem nela é atendida(o). Por isso, outras forças precisam ser mobilizadas, consubstanciadas na luta coletiva e cotidiana para se maximizar o micropoder de quem deseja promover as mulheres e auxiliar a desconstruir relações de gênero que transmutam em violência de gênero. Outras artimanhas foram e serão utilizadas para o impedimento do acesso à justiça e aos programas públicos, que paradoxalmente nem sempre são constituídos para cumprir seus fins.

Diante disso, o advogado da SOS resolveu então acionar a Promotoria e o Judiciário. E por volta das 16h40min., quando profissionais estavam indo ao Fórum, “a Assistente Social do Núcleo de Apoio à Mulher/Centro Integrado da Mulher da PMU chega com passagens, alegando que a vítima deveria usar para sair da cidade”. A equipe da SOS Mulher e Família se contradisse, pois ainda estavam resolvendo pendências, mas a representante da PMU foi assertiva em relação ao fato de que não poderiam mais voltar atrás. Enquanto uma viatura foi para o Fórum, a outra foi levar a vítima para fazer Exame de Corpo de Delito.

Enquanto “aguardávamos no Fórum, a Secretária de Desenvolvimento Social ligou para a Presidente da ONG e falou horrores”, mas essa parte pediu que a Presidente relatasse detalhadamente para o pessoal da instituição, uma vez que foi ela quem ouviu, e finalizou pontuando:

[...] a Casa-Abrigo estava lá pronta pra receber a vítima. Ocorre que nesse momento, o advogado já havia falado com Promotor da infância e com Dr. Juiz que determinou o abrigo imediato e incumbiu um oficial de justiça para cumprir a determinação imediata (mas como a Presidente da SOS disse que Secretária de Desenvolvimento Social havia ligado, dizendo que iria abrigar a vítima, pediu então que o oficial não fosse até lá, evitando assim um "confronto").

As tentativas de abrigo vão relevando versões da condição da Casa-Abrigo Travessia, por vezes com alegações de que ela está lotada, sendo necessário encaminhamento para casas de outras localidades, não fechadas, em funcionamento, outras com documentos que mostram sua desativação, com descontinuidades, atendimentos inexpressivos, com permanência curta.



Além da versão da Assistente Social da SOS, há também a resumida da Psicóloga e Presidente da ONG, nesse ano de 2012, durante acompanhamento desse caso:

[...] O advogado da SOS, por estar a par do caso, por ter tido contato com o fato no Bairro Canaã, e saber que o companheiro da vítima tem passagem pela Polícia, tentou conseguir a prisão dele. E por isso a Presidente da ONG pondera com os profissionais da PAM e Delegada que seria interessante buscar o caminho de detenção do autor, já que havia uma chance de prisão pelo fato do mesmo já ter passagem pela polícia, até porque **quem tem que sair do convívio social é quem põe a vida do outro em risco.** (Grifo meu)

A narrativa expõe representação sutil que questiona o fato de a mulher vítima e em risco de morte ser a que geralmente sai da casa, o que revelam alguns dos paradoxos enfrentados tanto por abrigadas, quanto por profissionais que as encaminham para a Casa-Abrigo. E a Psicóloga continua (2012):

[...] houve, nesse dia, à tarde, por volta das 15h, o episódio com a Secretária de Desenvolvimento Social [...] que me telefonou irritada perguntando o que estava acontecendo. Com a maior calma respondi que estava no Fórum junto com a assistente social, advogado da ONG e equipe da PAM [...] para tentar conseguir um mandato de prisão para o companheiro da usuária do serviço, pois ela, a **Secretária, havia dito à Delegada que àquela hora (15h) não tinha como mais abrir a Casa-Abrigo e abastecer a mesma** (conforme relatou Delegada a nós após telefonema de solicitação na nossa frente). A Secretária, ao escutar isso, desmentiu, disse que nunca faria algo assim. [...] disse que estávamos atropelando os processos, e [questionou] por que eu não havia ligado direto para ela. Minha resposta foi que justamente cuidando de não atropelar processos é que fizemos o trâmite “normal”, entrando em contato com a Delegada, pois somente ela tem a autoridade para designar ou não abrigo, conforme determinou anteriormente a Secretária, apesar de a SOS ser o centro de referência com competência técnica interdisciplinar para avaliar se é ou não caso de abrigo, em parceria com a Delegacia da Mulher. A Secretária questionou o que é de competência de cada um, sugerindo que devíamos ter deixado a moça na Delegacia, e que nosso papel ia até ali. A isso respondi que o SOS tem a responsabilidade de todo o processo de qualquer de nossos usuários, e que até que houvesse uma solução ficamos acompanhando nossos atendidos. É interessante o comportamento das pessoas, a Secretária estava errada e resolveu me atacar. O tempo todo respondi com muita calma. Uns 15 minutos depois, ela me liga de novo, dizendo que a Delegada não havia dito nada daquilo, e que o **melhor era mandar a moça já para a outra cidade**, pois ela ficaria sozinha e desprotegida e o que seria se algo acontecesse com ela – “tão boazinha”, pensei!!! Nessa nova ligação, a Secretária chegou a dizer que eu era inteligente e que tinha que pensar no melhor para a moça. Relatei que a moça foi informada do **pouco que sabemos sobre o funcionamento da Casa-Abrigo** e os procedimentos decorrentes da ida à Delegacia, inclusive sobre o Exame de Corpo Delito. Eu disse que aguardaria a volta da moça do exame no IML para que ela pudesse decidir o que seria melhor naquele momento. [...] Quero ressaltar que, **além de uma noite sendo violentada, essa moça grávida de 7 meses passou por uma epopeia que durou até pelo menos 22h durante a noite, quando poderia ter tido um pouso, para poder seguir adiante, e não foragida como se ela que fosse a criminosa!** [...] a Secretária me liga novamente dizendo que está enviando assistentes sociais da PMU para a DEAM e que **o processo ia começar do zero**. Pensei: como assim? Que isso poderia ter sido resolvido bem mais cedo. [...] As duas

profissionais da Prefeitura [...] Assistentes Sociais da SMDS/PMU estavam na DEAM quando retornamos do Fórum com um ar bastante contrariado pelo tardar da hora (mais de 18h). **Uma delas afirmou várias vezes que a Casa-Abrigo não tem segurança e se o autor tentasse entrar [...], quem deveria fazer a segurança da casa deveria ser a polícia [...].** Não registrei todo o discurso da Secretária, pois estava preocupada com o pequeno, filho de 2 anos da vítima, que é movido a 222 watts. Pensei em primeira instância solicitar uma reunião com a Secretária, muito embora **o que ela diz não se escreve. Não creio que vamos conseguir grandes coisas.** Percebo que as duas únicas vezes que participei de um processo de abrigamento fiquei muito assustada com a **centralização e a não consideração/reconhecimento de sermos o centro de referência.** Questiono se vale o desgaste, pois, enfim, é fim de mandato da gestão municipal. (Grifo meu)

Nas narrativas de profissionais de áreas diferentes, ficam reiteradamente evidenciadas as disputas por representações sobre os serviços de atendimento, especialmente a Casa-Abrigo, a centralização com ranço autoritário que rompe o fluxo de atendimento democrático e as sutis intimidações e constrangimentos por parte de representante do Poder Público diante do interesse de profissionais em contribuir para casos e resguardar a pessoa atendida. Bem como a comunicação truncada, revelando a integrante da Rede desconhecer, por ausência de transparência junto à comunidade, sobre o funcionamento da Casa. Nesse contexto de vínculos organizacionais que não se pautam pela confiança, e de desânimo, não imaginava a Psicóloga e Presidente da ONG que essas práticas não se arrefeceriam, pois essa gestão pública se reelegeria ainda por mais quatro anos.

Em torno das 18h, as profissionais da SOS retornaram à DEAM, onde encontraram a Delegada e duas profissionais da PMU ligando para os familiares da vítima em Itumbiara, avisando para eles a receberem, pois ela embarcaria dali a poucos minutos.

Conforme o Relatório, nesse momento a Assistente Social da SOS questiona se essa era a vontade da vítima, mas não lhe deram resposta e continuaram com os preparativos para a viagem. Então a Assistente Social chamou a vítima para conversar fora da sala da Delegada, e ela lhe disse que as funcionárias da PMU a desestimularam a ir para a Casa-Abrigo, o local constituído para lhe garantir segurança e alegaram que

[...] lá **ela ficaria sob risco do mesmo jeito** (uma vez que não tem policiamento) e que também ficaria completamente **isolada com seu filho.** Perguntei mais uma vez o que era a vontade/desejo da vítima. Ela **respondeu que gostaria de ficar uns dias até sair daqui com a transferência dela.** Então, pedi **a ela que diante de todos expusesse sua vontade** (uma vez que tinha em minhas mãos a determinação do juiz para o abrigamento). (Grifos meus)

Enquanto profissionais reservam à mulher o não lugar e a ausência de escuta em ambiente onde a vítima se sente acuada, em contexto violento, outros tentam, sem sucesso,

oportunizar espaço de fala que possa ser ouvida em sintonia com os desejos e as necessidades, para providências adequadas ao caso serem tomadas.

Às 18h15min. retornaram à sala da delegada, onde a vítima relatou a sua vontade e,

[...] diante disso uma das profissionais da Secretaria Desenvolvimento Social da PMU disse que a **melhor escolha para ela era ir embora** (percebi que a vítima **ficou acuada**). Disse então que a decisão era dela e que ela estava sendo pressionada, ao que a profissional da PMU indagou alterada quem que eu achava que a estava pressionando. E ao que respondi que **todos ali a estavam pressionando**. A outra funcionária da PMU pediu então que saíssemos da sala para que a vítima conversasse a sós com a Delegada. (Grifos meus)

Segundo a Assistente Social da ONG, às 18h40min. a vítima saiu da sala da delegada e a abraçou, visível e psicologicamente abalada e agradeceu pelo esforço, mas disse que ia embora da cidade. E a profissional da SOS acrescenta:

Respondo a ela que **respeitamos a decisão dela**, pois a SOS Mulher e Família respeita as escolhas dos usuários. Diante disso, perguntei às senhoras representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social quem faria o traslado até a rodoviária e as mesmas pediram que a equipe da PAM fizesse, ao que respondi positivamente. Aí vem **outra humilhação: a vítima não tinha dinheiro para se alimentar**. Então solicitei às senhoras que "bancassem" o lanche dela (uma vez que bateram no peito dizendo que a Prefeitura tinha todo o suporte necessário). Então, ficou **aquela cena ridícula: cada uma catando suas moedinhas, como se estivessem dando esmolas à vítima**. (Grifos meus)

A violência de gênero não se restringe ao relacionamento entre o casal, ela se estende, com humilhações e outros tipos de violações, às instituições que, ao serem buscadas com intuito de ampararem, maltratam.

Somente às 19h15min. a equipe PAM e SOS chegou à rodoviária, onde embarcaram a vítima com seu filho às 19h40min. e com destino a Itumbiara, finalizando a ação às 20h10min. Portanto, um dia e parte da noite, tendo cinco profissionais da ONG por conta do caso que não foi abrigado, havendo na cidade estrutura mantida com recurso público para tal.

E ainda houve reunião posterior entre Presidente da ONG e com a Secretária de Desenvolvimento Social, na qual a representante da SOS ressaltou que a Secretária de Desenvolvimento Social a convocara e demonstrou insatisfação com o episódio do “não abrigamento” da usuária do SOS:

**Alegou novamente que a ONG havia atropelado o fluxo sobre o abrigamento da usuária, e que devíamos deixar quem de competência resolver**. E que se houvesse problemas, deveríamos ter entrado em contato com ela. Afirmei que não houve nenhum “atropelamento” a todo o fluxo que deveria existir no caso de abrigamento. Relatei à secretária que foi acionada após a informação da Assistente Social do SOS que o abrigamento havia sido negado, e **afirmei que “atropelar” seria ter que falar com a secretária para “permitir” o abrigamento**. Houve um “disse que não disse”, A Secretária afirmando que a delegada não determinou o abrigamento, e a

Presidente da SOS dizendo sobre a negação do mesmo. Disse à Secretária que o processo de solicitação do abrigo correu como o estipulado, a usuária foi levada pela equipe da ONG à DEAM, e que nosso trabalho é acompanhar todo o processo, apoiando nossos usuários e que **interpretava como desconcertante e alarmante não se considerar a opinião de profissionais do único centro de referência ao enfrentamento de violência contra a mulher**. Coloquei o que presenciei da fala das profissionais da Prefeitura, dizendo que a Casa-Abrigo não era um lugar seguro (informação também passada para usuária). A Secretária reafirmou a **insegurança do local, por ter serviço terceirizado**. Contestei afirmando que, se existe essa questão, isso deveria ser discutido e possivelmente compartilhado com a Polícia. Coloquei a questão de como é que alguém já devidamente fragilizada e amedrontada, como se encontrava a usuária em questão, poderia optar pelo abrigo diante de várias dificuldades expostas pelas profissionais da Prefeitura? (Grifos meus)

Diante o impasse, a Secretária mudou o “ataque” e disse

[...] que a situação da PAM havia “**andado para trás**” e questionei o que era o “andar para trás”. E a Secretária disse que na reunião sua funcionária havia exposto a Casa da Família e que o centro das discussões na referida reunião foi de que havia falta de recursos humanos e que eu havia inclusive solicitado, à funcionária da PMU, uma Assistente Administrativa para substituir a Assistente Administrativa da SOS Mulher e Família. Expliquei novamente que **não imaginava que o assunto teria que ser tratado diretamente com ela, Secretária, uma vez que os assuntos referentes à PAM deveriam ser tratados em outro fórum (comissão com os parceiros da PAM) que estava se formando**. Disse que houve realmente uma apresentação da Casa da Família, mas que em nenhum momento foi proposto qualquer trabalho entre o referido Programa e a PAM. (Grifos meus)

A Secretária demarcou território, nas relações de poder, afirmando que

[...] essas “**atitudes**” da ONG a faziam voltar atrás no “**auxílio**” que havia **requisitado um estudo para aumentar a subvenção** para a ONG, visando viabilizar contratar de acordo com sua escolha uma Auxiliar Administrativa para substituir a de antes. Lamentei o pensamento da Secretária, afirmando que **quem perde são os usuários do Programa**, e que reafirmava o pesar sobre a não consideração da ONG como referência que sempre foi para qualquer assunto que se refira à violência doméstica e intrafamiliar, pois isso significa **não valorizar um trabalho** de construção de 15 anos e considerado nacionalmente como referência para o enfrentamento desse modo de violência. Ao fim dessa reunião, a Secretária chamou funcionário para que ele trouxesse os dados já elaborados sobre os custos de um profissional assistente administrativo. (Grifos meus)

Diante desse episódio, voluntárias da ONG acreditam que seja interessante a Presidente mencionar a impressão de que lhe pareceu chantagem e ameaça da Secretária diante do episódio malsucedido de abrigo, uma vez que há sete anos a SOS Mulher solicita aumento significativo de subvenção, envio de profissionais para o Programa PAM, o que não ocorreu por parte dessa Secretaria de Desenvolvimento Social.

Uma estagiária do Serviço Social da ONG, que também contribuiu para os procedimentos nesse caso, dá sua versão:

Eu e o Soldado [...] fomos designados a levar a vítima à UFU para fazer o Corpo de Delito e como sou funcionária o acesso fluiu mais rápido. Ao chegarmos à Delegacia de mulheres, ficamos aguardando na viatura, pois a Assistente Social, a Presidente, o advogado da SOS e o Soldado do Programa PAM com sede no SOS [...] estavam no Fórum para conseguir a liminar para a Casa-Abrigo. Fomos abordados na viatura para entrarmos na Delegacia, pois a delegada estava aguardando a vítima. Ao entrarmos, deparamos com as duas assistentes sociais da PMU e **a delegada oferecendo a passagem para a vítima e que ela deveria ir, pois "o que elas fariam com a passagem que havia sido adquirida?"** E começaram uma pressão na cabeça da usuária do serviço, sendo que o Soldado tentou argumentar que a Assistente Social da SOS Mulher e Família estava no Fórum arrumando todos os papeis para inseri-la na Casa-Abrigo. Momento em que as Assistentes Sociais da PMU **relatam como ela viveria na Casa-Abrigo, sendo que não era ela que deveria ser presa e sim o marido e que lá na Casa ela ficaria isolada de tudo e de todos, sendo que a todo o momento a Delegada estava tentando falar com os familiares da vítima. E a mesma demonstrava que ela não queria perder o emprego no supermercado que trabalha. Finalizamos o atendimento no momento em que a vítima cede às pressões e viaja com a criança para outra cidade.** (Grifos meus)

O detalhamento desse caso objetiva revelar, emblematicamente, por meio de alguns casos, a gravidade das questões, pelas quais ninguém foi responsabilizado até o momento, havendo banalização de vidas em risco e dando a entender que a Casa-Abrigo Travessia não cumpre, por anos, com o objetivo de atender sua demanda peculiar.

Mais um caso ilustra o problema de política pública que se diz funcionar, mas que na prática não se efetiva. Esse ocorreu em 2014, com outra gestão municipal, com outra Secretária de Desenvolvimento Social e um Prefeito que, inclusive, foi quem designou emenda parlamentar, quando Deputado, para a construção da primeira etapa da Casa. Nesse caso, relato o conteúdo de ofício enviado à então Secretária<sup>146</sup>:

Inicialmente é feita a identificação da pessoa atendida e seu prontuário, em seguida é feito o histórico do caso.

Em outubro de 2014, K. e seus filhos, B. (um ano) e O. (um mês), chegaram à SOS Mulher e Família de Uberlândia acompanhados por dois policiais militares da 92ª Cia PMMG, os quais relataram que estavam com ela há mais de duas horas, procuraram o Centro POP, porém o serviço estava fechado, e também a DEAM (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) e não conseguiram. A usuária informou que não tinha família em Uberlândia, seus

<sup>146</sup> Ofício enviado à Secretária de Desenvolvimento Social, compartilhando dificuldade de abrigamento, em novembro de 2014 por parte de equipe de atendimento da SOS Mulher e Família de Uberlândia: duas psicólogas, uma assistente social e um policial do Programa PAM.

familiares residem em cidade do Mato Grosso, e que queria passagens para voltar à cidade. Ainda na presença dos policiais, foi informado por equipe da PMU que nesta data não seria possível conseguir as passagens, por conta do horário. Os policiais que acompanhavam K. e as crianças estavam apressados, informando que não tinha local para K. ficar. E quando questionado o que havia ocorrido, os policiais disseram que ela explicaria, deixando a usuária sob os cuidados da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia. Durante acolhimento, K. relatou que, nesta data, o marido foi demitido da fazenda na qual trabalhava e cujo local a família residia, por isso foram despejados. Conseguiram outro local para morarem, mas a usuária não concordou, episódio pelo qual a polícia foi acionada. K. afirmou já ter sofrido agressões do marido, quando este estava sob efeito de drogas, alegando também que o filho mais velho de 1 ano de idade foi agredido pelo pai. Ela disse que gostaria de voltar à cidade dos pais no Mato Grosso, pois precisava “dar um basta” na relação com o marido.

Quanto aos procedimentos, informam que:

K. foi acolhida pela profissional Psicóloga da SOS Mulher e Família de Uberlândia. E diante do contexto, os profissionais desta instituição entraram em contato com o Departamento de Imigração por fone e que pessoal deste serviço informou que não seria possível a passagem nesta data, pois as crianças estavam com a mãe e por isso seria necessário documento de solicitação do Desenvolvimento Social para garantia destas passagens.

Tendo em vista que K. não poderia voltar à casa do marido com as duas crianças, foi articulado com a profissional Assistente Social, da Secretaria de Desenvolvimento Social, a possibilidade da usuária e seus filhos serem abrigados na Casa-Abrigo Travessia. Concomitante a isso, buscou-se contato com o Abrigo CEAMI, local de caráter religioso para moradores de rua, dependentes químicos e outros.

Em reunião com a profissional do Desenvolvimento Social, a qual compareceu à ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia durante a situação, entendeu-se, a partir de avaliação técnica profissional, que a usuária do serviço e seus filhos encaixavam-se nos critérios para serem abrigados na Casa-Abrigo Travessia. Entretanto, quando solicitado o serviço, junto à Diretora do Setor de Atenção Especial/SMDST, onde está locada a Casa-Abrigo Travessia, essa constatou e informou que não havia profissionais trabalhando na Casa-Abrigo Travessia, impossibilitando o abrigamento. A referida Diretora sugeriu que a família fosse abrigada no Abrigo CEAMI e que na data do dia 27/10/2014 receberiam passagem para a cidade de Rondonópolis/MT.

Assim, foi realizado novo contato com o Abrigo CEAMI, que assegurou vaga para a mãe e as crianças.

K. resistiu, no primeiro momento, a abrigar-se no CEAMI, mas, pela impossibilidade de outro local, viu-se impelida a ir. Para isso, precisava de seus pertences que estavam na casa

alugada e com o marido que mexe com drogas e os coloca em risco. Então, a viatura da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar” (parceria SOS Mulher e Família, PMMG, PMU e UFU) para abordagens domiciliares em violência doméstica levou-a até a casa, acompanhada das profissionais Assistente Social e Psicóloga da SOS Mulher e Família de Uberlândia e de um Soldado. Foi solicitada viatura da PM das proximidades para acompanhar este procedimento.

Ao chegar no Abrigo CEAMI, K. chorou bastante e mostrou-se desesperada, dizendo que não conseguiria ficar no local. Relata que, ao chegar, encontrou um homem que tivera conflito com o marido dela e estava com muito medo de ficar ali. Comenta que

**[...] preferia ficar na casa com o marido que ela conhece e que sabe do que ele é capaz de fazer, do que ficar no CEAMI com o homem que não sabe do que é capaz,** pois tinha muito medo que ele fizesse mal a ela e aos seus filhos.<sup>147</sup> (Grifos meus)

Pelo fato de não haver qualquer outra possibilidade de abrigo para K. e os filhos, entendendo que não seria viável voltar com a usuária para a casa do marido, nesse momento foi necessário recorrer ao apoio de uma Instituição Evangélica Cristã Universal Independente que a acolheria até o dia que conseguisse a passagem. Ela dormiu nesse local.

Entretanto, no dia 25/10/2014, a instituição em que K. se encontrava conseguiu as passagens para a cidade de Rondonópolis/MT, com saída às 22h10min. K. foi, então, até sua residência acompanhada do Pastor e Pastora da Igreja, juntamente com a viatura policial, para buscar o restante de seus pertences e voltar a sua cidade. Contudo, durante a retirada de seus pertences e vendo seu marido sensibilizado com a situação, ambos conversaram e decidiram buscar ajuda e tentar continuar o relacionamento.

Diante disso, na segunda-feira, 27/10/2014, a equipe PAM se deslocou até a residência do casal para realizar um Atendimento Domiciliar. Foi constatado que a família estava tranquila e as crianças bem cuidadas, o esposo estava tranquilo. Durante o atendimento foi explicado sobre os acompanhamentos que a instituição realizaria com a família e esclarecido sobre a Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e Adolescente.

A pessoa atendida foi encaminhada para o CRAS de um bairro e o marido para acompanhamento no CAPSad, tendo em vista ter problemas com uso de drogas.

Diante da impossibilidade de abrigamento na Casa-Abrigo Travessia (nessa gestão reinaugurada) e de questionamentos por parte da usuária do serviço, preocupam-se os profissionais e direção da SOS que o não funcionamento efetivo e regular dessa política

---

<sup>147</sup> Ofício enviado à Secretária de Desenvolvimento Social, compartilhando dificuldade de abrigamento, em novembro de 2014 por parte de equipe de atendimento da SOS Mulher e Família de Uberlândia: duas psicólogas, uma assistente social e um policial do Programa PAM.

pública coloque famílias em risco, ou contribua para que permaneçam, ou retornem para situações de violências e, por isso, conforme consta na entrevista, a equipe que acompanhou o caso questiona (2014):

A Casa-Abrigo está funcionando? Se sim, enquanto centro de referência local para análise dos casos de violência conjugal e familiar e encaminhamentos à rede, desejamos saber quais os procedimentos e critérios para abrigamento? Que equipe a Casa dispõe e ações para promoção das mulheres e filhos (as) em risco pela violência doméstica? A rede de enfrentamento à violência doméstica tem sido acionada e tem conhecimento sobre a existência e tipo de trabalho oferecido pela Casa-Abrigo Travessia para que haja demanda sistemática, uma vez que por anos a Casa ficou desativada? No que podemos contribuir para o efetivo funcionamento dessa relevante política pública, compromisso formalmente firmado de que fosse reativada pelo Prefeito Municipal? A SOS solicita também a versão final do Regimento Interno da mesma e da Lei que a rege.

Outro relato que chama atenção, relativo ao período de 2015, na mesma gestão municipal de quando ocorreu o episódio anterior e a dificuldade em se abrigar, diante solicitação de Assistente Social de um dos CRAS da PMU à equipe da SOS Mulher e Família, relatório assinado pela equipe da área da Psicologia.

Diante do atendimento conduzido pelo Cabo do Programa PAM, em outubro 2014 foi encaminhada a nora de determinada senhora para o CRAS, pois ela não possuía, na ocasião, nenhum dos documentos pessoais, e havia sido acolhida pela sogra porque acabara de dar à luz ao segundo filho da união com o filho da referida senhora. Esse casal morava nas ruas e ambos eram dependentes químicos, fazendo uso de crack, entre outras drogas. Nesse atendimento, o foco inicial seria a mãe do autor da violência. Ele havia feito ameaças contra ela, que possui Medida Protetiva por agressões sofridas. Também foram encaminhados ofícios para o Conselho Tutelar da Infância e Adolescência, solicitando auxílio para acompanhamento do caso, pois meses depois profissionais da SOS receberam notícia de que a jovem voltara a morar nas ruas com o filho caçula.

Em março de 2015, a profissional do CRAS da PMU enviou mensagem virtual, dizendo que a mãe do autor da violência ligara para ela desesperada, pois seu filho denunciara a mãe da criança por maus-tratos e uso de drogas na presença do filho. Foi solicitada ajuda ao Cabo da PM do Programa PAM e ele entrou em contato com a Companhia de Polícia para encontrar o filho da senhora; o policial declarou que o filho da senhora estava ferido e encontrava-se na rua, próximo a um posto de gasolina.

Apesar do não atendimento aos finais de semana por parte da SOS, o PM e equipe da Psicologia da instituição ficaram durante tarde de sábado tratando do caso e assim os profissionais relatam:



[...] Moça foi levada para a 92ª Cia de Polícia Militar e o Conselho Tutelar foi acionado. O Cabo me comunica que não havia local para abrigar a moça e eu liguei para Presidente da SOS para solicitar opinião sobre acionamento da Casa-Abrigo Travessia. Entrei em contato com [...] a coordenadora da Casa, via celular, e ela não atendeu. Liguei em seguida para Diretora do Setor de Atenção Especial, onde se aloca a Casa, que é solícita, e ela me pede detalhes do caso. Em seguida eu liguei na Cia da PM e falo diretamente com conselheira tutelar, que revela que as denúncias são falsas e quando o pai percebe que a criança iria para um abrigo e seria tirada do casal, ele se arrepende e retira a denúncia. Mas há indícios de que ele é violento com esposa e faz ameaças contra ela. Esposa afirma que teme a reação dele e pede passagens para cidade de Goiás, local onde mora sua família de origem. Informo o telefone da Diretora do Setor de Atenção Especial, para responsável no Conselho Tutelar e dou as orientações sobre o abrigamento na Casa-Abrigo Travessia. Relato a situação novamente para responsável pela Casa-Abrigo e lhe informo o telefone da conselheira.

Na segunda-feira, dia 16, quando psicóloga da SOS Mulher e Família ligou para a conselheira tutelar para obter informações,

[...] ela me relata que a moça foi **encaminhada para o Albergue CEAMI** com a justificativa de que a responsável pela Casa-Abrigo, juntamente com outro funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Social fizeram o atendimento, **avaliando que o abrigamento seria temporário**, pois emitiriam as passagens para a moça. (Grifos meus)

E que, também, estavam na Cia da PM há quatro horas, e se levassem a moça para a Delegacia de Mulheres, o atendimento iria ser mais prolongado e cansativo ainda.

Houve acompanhamento por parte da SOS Mulher desta família por meio de diálogo com a Assistente Social do albergue, que relatou que o casal morava nas ruas com o bebê, e ora estavam próximos de um posto de gasolina em determinado Bairro, ora próximos a uma praça central. Essa informação foi confirmada pela senhora mãe do moço. Ele possui histórico de prisão por roubo e violência. A esposa mostrou-se resistente à sugestão de tratamento contra a dependência química, durante atendimento em outubro 2014.

E se confirmou o não funcionamento da Casa, mesmo com reuniões, pressões, questionamentos do CMDM, da SOS perante PMU, nas três gestões municipais, com duas consecutivas 2005-2012 e 2013 a 2016 com perfis bastante diferentes de casos para encaminhamentos. As fotos tiradas, com o cuidado de não identificação da localização, por integrantes da ONG que acompanharam a construção da Casa e em ambas as gestões representantes do Poder Público afirmando estar a instituição em pleno funcionamento e em alguns momentos que a impossibilidade do abrigamento se dava pelo fato de a “Casa estar lotada” ou “não estar preparada para o recebimento de sua demanda”. As imagens a seguir constataam.

Figura 12 Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia fechada, 2007

Fotos da Casa Abrigo Travessia trancada no cadeado de fora e sem famílias após PMU dizer que não havia vagas.



Fonte: álbum de fotos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2007.

Nesse caso acima, a SOS, segundo registros documentais e entrevistas com sua Diretoria, demandou abrigar caso de fora da cidade, onde vítima e também profissional que atendia caso corriam risco de morte. Diante do argumento de a Casa não poder receber pessoa em risco por estar lotada, as fotos foram tiradas por gente da SOS, no mesmo período, e enviadas à mídia local e emissora de TV, que acionou a Secretaria de Desenvolvimento Social para realizar matéria na Casa e compreender por que não estava funcionando. Afirmaram que estava, sim, e providenciaram alimentos para geladeira e profissionais designados para a Casa para receberem o veículo de comunicação. A seguir, está reproduzida comunicação da ONG junto a autoridades, Conselho de Direitos e à mídia sobre o problema, com preocupação sobre o que poderia ocorrer com quem corria risco e não fosse atendido(a), e quem se responsabilizaria diante de possível tragédia:

Diante do grave fato da PMU/SMDSHT/Núcleo de Apoio à Mulher estar alegando (e solicitamos reposta, por escrito) que a Casa-Abrigo Travessia (para mulheres e filhos(as) em situação de risco pela violência intrafamiliar) está lotada e sem vagas (comporta aproximadamente 6 famílias) para receber famílias em situação de risco, sejam as encaminhadas pela SOS Mulher Família (centro de referência), ou mesmo pela Delegacia de Mulheres (de acordo com o compartilhar de funcionárias de lá junto a membros da ONG); informação fornecida pela funcionária Assistente Social do Núcleo de Apoio à Mulher que parece ser inverídica. **As informações anteriores eram de que não havia demanda para a Casa e por isso a mesma estava sem movimento e agora as informações são opostas, ou seja, não se pode encaminhar ninguém, pois não há vagas.** Pessoal da equipe do SOS Mulher esteve na Casa hoje (cientes de que o local é sigiloso, mas como participaram do Projeto inicial da casa, da sua construção e constituição, portanto sabem onde fica) e **verificaram que não há nenhuma abrigada, inclusive a Casa está com cadeado de fora no portão e vizinhos dizendo que há muito tempo não há famílias nem movimento por lá.** Bateram no portão,

apertaram campainha, viram que estava vazia pelas frestas do portão. (Grifos meus)

Feita a constatação, solicitam fiscalização e providências:

Creemos que seja o caso de o Conselho Municipal da Mulher, a Promotoria, os Conselhos Tutelares, o Judiciário, Dep. Federal Gilmar Machado (cujo recurso destinou via Emenda Parlamentar para a construção), vereadores e imprensa desempenharem seu papel de elaboradores de políticas públicas, fiscalizadores e **dar transparência à sociedade sobre o que se passa**. Se isso está ocorrendo, certamente se configura improbidade administrativa e crime de omissão: **inviabilizar abrigo de famílias em risco de morte nos parece sério**. Além disso, funcionárias do referido Núcleo da Mulher da PMU, geralmente dizem que os encaminhamentos devem ser feitos a albergues, estruturas inadequadas para tal demanda. **Não é possível banalizar ou fazer de conta que nada acontece. É o dinheiro público federal e municipal em jogo e também vidas [...]**. Contamos com o auxílio de todos(as) para fazer valer as políticas públicas e o exercício da cidadania. A Assistente Social da SOS atendeu ontem caso grave de abrigo que não foi possível, sob a alegação de falta de vaga. (Grifos meus)

Figura 13 Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia reformada e reinaugurada, 2013



Fonte: álbum de fotos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2013.

No Gazeta de Uberlândia<sup>148</sup>, fica claro como se exalta com ufanismo o feito,

Em menos de um ano, os casos de violência contra a mulher em Uberlândia aumentaram em 103%, segundo ocorrências da Polícia Militar em relação aos anos de 2010 e 2011. Atenta a essa situação, a Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho em parceria com a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher e a Rede de Enfrentamento Contra a Violência Doméstica e Familiar entregaram à sociedade local, na semana passada, a Casa-Abrigo "Travessia", totalmente reestruturada. O local é destinado à assistência de mulheres em situação de risco iminente de morte decorrente de ameaças ou violência doméstica e familiar. A casa, que tem seu endereço em sigilo, foi totalmente reformada e ganhou novos equipamentos. O imóvel possui estrutura adequada para abrigar dez pessoas entre acolhidas e seus filhos, três quartos com suítes, sala de convivência, refeitório, cozinha, lavanderia, área externa ampla, depósito para estocagem de material, equipamentos e material de limpeza e higiene. Uma equipe composta por sete servidores da secretaria, entre

<sup>148</sup> Violência contra a Mulher – Prefeitura entrega nova Casa-Abrigo, **Jornal Gazeta de Uberlândia**, 2 a 8/10/2013, Cidade, p. 11.

assistentes sociais, psicólogos, administrativo e serviços gerais, irá trabalhar no espaço.

Quanto ao atendimento, a matéria ressalta que

O encaminhamento das vítimas é feito via Delegacia de Atendimento à Mulher. Sua titular, a delegada [...], reconhece que o índice de violência tem aumentado e por isso é essencial ter um espaço que possa receber as vítimas. 'Muitas mulheres vivem em uma situação de violência tão crítica que elas não podem continuar no ambiente em que vivem, nem em casas de familiares, pois, muitas vezes, o agressor conhece o círculo afetivo e de amigos da vítima. A Casa-Abrigo é fundamental para que a mulher retome a autoestima, consiga retirar os filhos da violência e recomece a vida', observou. Junto com a assistência psicossocial, o maior objetivo do Poder Público é inibir esse tipo de violência. Registros apontam que na última década houve mais de 40 mil homicídios de mulheres no Brasil. A preocupação é que grande parte dos casos não é registrada devido à dependência financeira e psicológica da mulher em relação ao parceiro. A violência contra as mulheres se manifesta de múltiplas formas no cenário brasileiro e a sanção da Lei Maria da Penha criou condições para que as mulheres denunciem a violência doméstica que sofrem. 'A lei é um instrumento importante, mas cabe ao Poder Público colocá-la em prática. A Casa-Abrigo faz parte da efetivação dessa lei', disse o Prefeito [...]

Na referida reportagem também comentam profissionais da SOS que:

[...] que dirige a SOS AÇÃO Mulher e Família, radiante com a reabertura da Casa-Abrigo, afirmou que o fato vem complementar a rede de atendimento proposta pela ONG e que as mulheres em risco de morte irão contar com ajuda psicossocial e com isso recuperar o amor próprio, a autoestima e a cidadania. Já para [...], uma das fundadoras da instituição há 17 anos, enalteceu o trabalho de Gilmar Machado [Prefeito] e da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho, reafirmando que a Casa-Abrigo salva vidas, já que a Lei Maria da Penha, segundo ela, não atende completamente esta situação de risco e que as políticas públicas sim. Lamentou que a Casa-Abrigo tenha permanecido praticamente fechada ou funcionando inadequadamente nos últimos anos. (Em colchete, complemento meu).

Fato é que em relação à administração do Prefeito Odelmo Leão, do PP (2005-2012), cujas subvenções municipais, para o designado terceiro setor, ficaram praticamente congeladas, no ano de 2013 houve algum reconhecimento e avanços, não sem contradições e fruto de cumprimento de Carta Compromisso, também para esse Setor, com ajuste significativo, em média 25%, de repasse de subvenções, inclusive para a SOS pelos serviços prestados, no governo do Prefeito Gilmar Machado do PT (2013-2016).

Por outro lado, outra Reportagem do mesmo jornal, informando sobre premiação recebida pelo Secretário de Desenvolvimento Social e Trabalho de Uberlândia, não se sabe se por descuido ou má fé de quem forneceu as informações e de quem registrou, parece ter feito a memória acerca da constituição da Casa, pois as elaboradoras do Projeto e pioneiras que a fizeram funcionar sequer são mencionadas e só ficaram sabendo da premiação por essa reportagem, que publicou até mesmo informações errôneas. E o então Secretário de

Desenvolvimento Social, em foto estampada na manchete, junto ao ex-governador do Estado, foi premiado pelo PNUD, Programa da ONU Mulheres, assim noticiado pelo Jornal<sup>149</sup>.

[...] Secretário de Desenvolvimento Social e Trabalho de Uberlândia, recebeu no dia 24 de março na Cidade administrativa em Belo Horizonte, sede do Governo do Estado, das mãos do ex-governador Antônio Anastasia, que deixou o cargo na sexta passada, dia 4, e do coordenador do Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD), Jorge Chediek, troféu e certificado, “Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Minas”, pelo trabalho realizado e a reativação do Centro Integrado da Mulher, que consiste em uma unidade de atendimento especializado para mulheres vítimas de violência. Entre as ações estão o acolhimento da mulher vitimizada e o acompanhamento psicológico até a instauração do inquérito, mediante solicitação de medidas protetivas e de divórcio, quando necessário. Em 2013, a unidade realizou 1.200 atendimentos, sendo que em 2012 foram apenas 540. O prêmio visa reconhecer iniciativas de prefeituras ou de organizações como ONGs, universidades, fundações, empresas e movimentos sociais que contribuem com o cumprimento das metas do Milênio. **Além de valorizar os projetos, o concurso faz com que boas práticas sirvam de exemplos para regiões onde esses indicadores precisam ser melhorados. Entre as ações do CIM está a Casa-Abrigo, local reaberto no ano passado após dois anos fechada.** O espaço é destinado à assistência de mulheres vítimas de violência ou em situação de risco iminente de morte decorrente de ameaças ou violência doméstica e familiar.

E sobre a Casa-Abrigo Travessia, destaca que:

Após passar três anos desativada, a Casa-Abrigo Travessia, que dá assistência às mulheres que estejam em situação de risco iminente de morte decorrente de ameaças ou violência doméstica familiar, foi reaberta, oferecendo alimentação, quartos com camas e armários e área de convivência com televisão. A unidade foi toda reformada e equipada para um atendimento de qualidade. O trabalho é realizado pela Prefeitura Municipal em parceria com a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher e a Rede de Enfrentamento Contra a Violência Doméstica e Familiar. Na Casa-Abrigo as mulheres contam com ajuda psicossocial que garante segurança, proteção, (re)construção da cidadania e resgate da autoestima.

A reportagem menciona três anos de desativação, mas, antes, havia afirmado terem sido dois anos, numa contradição sobre tempo de funcionamento e de desativação. Isso mostra como o não funcionamento provoca confusão temporal. Fato é que, desde o lançamento em 2002 até 2017, ela permaneceu mais tempo desativada ou com funcionamento inadequado que salvando vidas. Sobressai-se o discurso de idealização do Programa que, com marco na referida gestão municipal, irá funcionar adequadamente.

Causa estranhamento também que no Diário Oficial do Município seja publicado, no período da gestão 2013-2016, cancelamento de recurso destinado à Casa:

Figura 14 Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia fechada, 2016 e 2017

<sup>149</sup> Reconhecimento – Centro Integrado da Mulher, **Jornal Gazeta de Uberlândia**, 9 a 15/04/2014, Cidade, p.7



Fonte: registros da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia, em ago. 2016. Há também imagens, de 2017, com representantes do CMDM à frente da Casa com polegar em posição de negativo, mas optei por não expor tais pessoas.

A pessoa da SOS que tirou as primeiras fotos, e outras não registradas neste trabalho, comprovando o não funcionamento da Casa, enviou-as para as equipes do CMDM, do NEGUEM/UFU, da SOS. Após ter sido acionada por profissional de uma unidade de saúde da PMU, estando em plantão e atendendo pessoa que precisava ser abrigada com urgência e, mesmo sendo funcionária do Poder Público, não saber como proceder e mal conhecer o Programa, solicitou ajuda à SOS. A mensagem enviada ao CMDM por representantes da SOS (agosto, 2016), com teor irônico, pela indignação, resume-se a:

Tentando compreender, envio imagens de cima de árvore lateral pegando por dentro e do portão da Casa-Abrigo Travessia/Sedest/PMU [...] As imagens revelam fio elétrico arrebitado, catálogo jogado e apodrecendo na grama visto pela fresta do portão (certamente há tempos), mato crescendo, apertando interfone e campainha ninguém atende (nem um vigia de patrimônio público como de praxe) e **tudo trancado**, portas e janelas fechadas e empoeiradas. **Ninguém de plantão para as violências que não escolhem hora e geralmente, pelas pesquisas, ocorrem nos finais de semana e feriados.** Então, de novo a pergunta que não quer calar, em busca da transparência, ética e coerência entre discursos e práticas: a Casa-Abrigo Travessia funciona? **Ou Uberlândia é cidade privilegiada, onde não ocorrem ameaças, violência física, sexual, emocional, nem tentativas de assassinatos bárbaros de mulheres?** Imagino que a dúvida não seja só minha, mas de conselheiras(os) e legisladores(as), fiscais das políticas públicas. Ah, não sou e nunca fui candidata a nada, não recebo dinheiro público como atividade profissional, mas zelo por ele e exerço cidadania a contragosto de alguns(mas) e em prol da vida. <sup>150</sup>(Grifos meus)

As representantes do CMDM que foram fiscalizar a Casa, em outra foto (não inserida), diante de denúncias de que o Programa não tem funcionado, mostram por meio dos dedos, em posição de negativo, que a Casa está mesmo fechada e informam que a vizinhança diz que só vê movimentação por lá para cortar a grama e fazer alguma manutenção. Dentro do Poder Público municipal, a Secretária de Educação (gestão 2013-2016), por sua inserção anterior nos movimentos de mulheres e populares, destacou-se como apoiadora do referido Programa

<sup>150</sup> Mensagem de representante da SOS Mulher e Família ao CMDM, ago. 2016.



com gestão junto ao Prefeito para fazer valer o funcionamento da Casa e também apoio às ações da SOS Mulher e Família de Uberlândia. (Atas do CMDM e da SOS Mulher e Família, 2013 a 2017).

Parece haver angústia associada à sensação de impotência por parte tanto de determinadas conselheiras, quanto de lideranças da SOS Mulher e Família quanto ao fato de a Casa-Abrigo não cumprir a função para a qual foi constituída, colocando em risco mulheres que do Programa pudessem usufruir e a violência incorporar a ordem deliberada e não o desvio, com agentes do Poder Público não tendo que responder sobre tal improbidade e omissão.

Vale mencionar que foi aprovado Projeto de inserção de mulheres vítimas de violências nas prioridades da política de Assistência Social, no País, em agosto de 2016. No entanto, isso não foi suficiente para sensibilizar o Poder Público quanto à efetividade dos Programas, como demonstra o cancelamento de parcela de dotação orçamentária. A menos que se compreenda ser Uberlândia das poucas cidades brasileiras onde as mulheres não se encontram em risco de morte<sup>151</sup>. No entanto, não é o que revelam os dados no Art. 2º a seguir:

Solicitação formal de informação, em abril de 2017, sobre a Casa-Abrigo Travessia foi feita por parte de vereador, da Comissão de Direitos Humanos, ao Poder Público municipal, a partir de dificuldades de profissionais com tentativas de abrigamentos, ou por denúncias. Esse vereador possui assento no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e, por estar sensibilizado com a causa a partir da articulação com o referido conselho e a SOS Mulher e Família de Uberlândia, fiscaliza e fica constatado e documentado o não funcionamento da Casa-Abrigo Travessia. No relatório demonstrado em maio de 2017 sobre casos abrigados nos últimos quatro anos, consta nome de 7 abrigadas, sendo 4 no ano de 2013 (setembro a dezembro) e as outras três abrigadas em 2014 (janeiro a abril). Desse período até o momento, ou seja, maio de 2017 mais nenhum abrigamento.<sup>152</sup>

Art. 2º Como fonte de recursos para atender a abertura do crédito suplementar previsto no artigo anterior, ficam canceladas as seguintes parcelas da dotação orçamentária:

<p><sup>151</sup> De j; parte po <sup>152</sup> Doc Informa em 18 d de maic Memorã Habitaç</p>	<p>Órgão: 02 PMU PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA Unidade: 02.010 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL E TRABALHO Subunidade: 02.010.001 GABINETE SECRETÁRIO MUN. DESENV SOCIAL E TRABALHO Função: 08 Assistência Social Subfunção: 244 Assistência Comunitária Programa: 4007 Gestão da Política de Assistência Social Proj. Atividade: 2485 Serviço de Acolhimento a Mulher Vítima de Violência - Casa Abrigo Natureza Despesa: 339030 Material de Consumo Fonte de Recurso: 100 Recursos Ordinários</p>	<p>a maior dido de provado a, de 11 e Casa; abalho e gnóstico</p>
<p>Casa-Abrigo Travessia, constando Sistema Unico de Registro de abrigamentos na Casa, referente ao período de 2013 e 2014; Ofício de vereador n. 037/2017 de 30/05/2017, informando sobre dados colhidos sobre Casa-Abrigo Travessia à SOS Mulher e Família de Uberlândia e representantes do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres.</p>		

Mudam-se os argumentos, permanecem as práticas: “casa lotada” (estando trancada), “mulher fica muito presa lá dentro”, “não tem segurança direito”, “estão revendo em nível nacional a forma melhor de funcionar”, mas o fato é que nas três últimas gestões municipais, sendo as duas primeiras com o mesmo gestor, a política pública não foi prioridade, a não ser nos discursos eleitorais. E nessa atual gestão empossada em 2017, o argumento é que “muita gente sabe onde fica a casa”. Se fato, então não bastaria mudar de local? Se não há segurança, não deveria haver debate público para articular-se para haver? Afinal, o Programa salva vidas. As vaidades e a inexistência do Programa, ou seu funcionamento precário, para “inglês ver”, parecem predominar, com mau uso do recurso público ali investido e as vidas de mulheres e crianças permanecendo em risco.

Em junho de 2017 foi apresentado de última hora e sem discussão com a sociedade e movimentos sociais interessados Projeto na CMU para repasse de recursos no valor de R\$49.000,00 (quarenta e nove mil reais) à ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia) para que ela fosse responsável por esse serviço. Tudo indica que o Poder Público estaria querendo terceirizar o Programa para instituição do terceiro setor, como tentaram com a SOS Mulher e Família, que se recusou a assumir a responsabilidade sobre a Casa-Abrigo (por envolver risco ser de competência pública), como demonstrado em extrato mais adiante.

Em correspondência à SOS Mulher e Família de Uberlândia, a Presidente do CMDM (desde 2017), a Sr.<sup>a</sup> Dália da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, esclarece, em 23 de setembro de 2017:

Como é do conhecimento de todos/as, a Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia foi transferida para a ICASU - Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia, a partir de Lei Municipal votada e aprovada na Câmara Municipal de Uberlândia. **Tendo sido esta transferência realizada sem a consulta e/ou discussão necessária com demais equipamentos da rede de atendimento aos casos de violência contra a mulher, tampouco articulação com o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres-CMDM** (o que, lamentavelmente, tem sido a condução da atual gestão municipal), **a Diretoria do CMDM reafirmou necessidade de busca de esclarecimentos sobre esta definição, visto que claramente a ICASU tem foco de atuação que diverge de modo importante em relação ao foco especializado de prestação de serviços da Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia.** Vale lembrar que a transferência dos serviços se sustentou também na transferência de recursos financeiros da PMU-CASA-ABRIGO para ICASU. O CMDM **buscou, oficialmente, informações junto ao atual Prefeito municipal, sem sucesso**, como já esperávamos. Assim, a Diretoria do CMDM realizará hoje reunião com Presidente da ICASU, como forma de obtermos esclarecimentos e avaliarmos planos e perspectivas da ICASU na real efetivação dos serviços que devem ser prestados pela Casa-Abrigo Travessia. **Sabidamente, a Casa-Abrigo Travessia tem sua atuação comprometida ao longo de seus 15 anos de existência, e lamentavelmente, os diferentes Prefeitos do município de Uberlândia não têm tratado com a devida seriedade este equipamento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher.** Portanto, a reunião CMDM-ICASU ocorrerá hoje, 15 horas, numa das unidades da ICASU [...] Grifos meus)



Segundo a Presidente do CMDM, Sr.<sup>a</sup> Dália, há por parte da gestão pública municipal, nesse período (2017), nítido descaso para com o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, que sequer é convidado a compor mesa em eventos relacionados às questões de gênero ou, em havendo convite, trocam nomes de última hora, como estratégia de não visibilidade ao órgão de controle social, o que compromete contextos democráticos para discussões e deliberações de políticas de promoção às mulheres.

Apesar da insistência de representantes do CMDM para obter informações da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura sobre andamento da Casa-Abrigo Travessia, não tem havido resposta. O documento abaixo, publicado no Diário Oficial do Município em 19 de outubro de 2017, registra o andamento das negociações com o extrato do Convênio entre PMU e ICASU para abrigamentos:

Figura 15 Extrato do Termo de Colaboração n.01/2017 entre PMU e ICASU

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2017  
 PARTES: MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E INSTITUIÇÃO CRISTÃ  
 DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERLÂNDIA – CENTRO DE  
 REFERÊNCIA  
 FUNDAMENTAÇÃO: O presente Termo de Colaboração fundamenta-se nas seguintes normas jurídicas: Lei Complementar Federal n. 101, de 04.05.2000; Lei de Diretrizes Orçamentárias n. 12.480 de 12.08.2016; Lei Autorizativa n.12.777 de, 24.08.17; Lei Orçamentária Anual n. 12.607, de 30.12.2016; Lei Federal n. 4.320, de 17.03.1964; Lei Federal n. 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; Decreto Municipal n. 16.913, de 30.12.2016; Decreto Municipal n. 12.421 de 09.09.2010; Decreto Municipal n. 16.926 de 05.01.2017 e alterações posteriores, bem como no Processo de dispensa n.º 02/2017 e no Plano de Trabalho – Anexo I que faz parte integrante e indissociável deste instrumento.  
 OBJETO: repasse de recursos nos termos da lei autorizativa própria, nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho – Anexo I.  
 VALOR GLOBAL: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.08.244.4007.2.378 – 10.02 ND 3.3.50.43.  
 VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.  
 DATA DE ASSINATURA: 16 de outubro de 2017.

Fonte: Diário do Município de Uberlândia, 16 de outubro de 2017.

Caso acompanhado por estudantes de Medicina da UFU e, posteriormente, pela SOS Mulher e Família de Uberlândia, em dezembro de 2017, parece revelador e emblemático do descaso, improbidade administrativa, injustiça, violência institucional e perversidades semelhantes mediante tantos outros, conforme figuras a seguir.

Figura 16 Ofício da Delegacia de Mulheres/CIM de encaminhamento de família em violência doméstica para Centro de Referência à População em Situação de Rua, 2017

Figura 17 Ofício “explicativo” da Polícia Civil sobre postagens da direção da SOS Mulher e Família solicitando posicionamento da Diretoria de Proteção Social à Mulher da PMU, mediante encaminhamentos inadequados para situações de risco em violência doméstica

**POLÍCIA CIVIL**  
MINAS GERAIS

1ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA - UBERLÂNDIA  
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO A MULHER

Ofício nº 1540...

Assunto.....: Comunicação (faz)

Uberlândia/MG, 20 de dezembro de 2017.

Prezada Senhora,

Através do presente e em resposta à publicação feita, em rede social, pela ONG SOS Mulher, informo o que se segue:

A Sra. \_\_\_\_\_ compareceu ao Centro Integrado da mulher, no dia 18/12/2017, por volta de 14:30 horas, noticiando uma agressão física, verificada no dia 15/12/2017 e, diante da situação, foi encaminhada ao serviço social do CIM para acolhimento e primeiras orientações.

Durante a entrevista social, a vítima esclareceu que mantinha uma relação conjugal com o autor, há aproximadamente 16 anos e que sempre foi vítima de violência, tanto física, como moral e psicológica. afirmou que o último episódio teve ocorrência na data supramencionada, ocasião em que, segundo ela, o autor lhe desferiu socos na face e braço, bem como chutes, após consumo de substância entorpecente. Vítima não apresentava lesões aparentes, decorrentes da agressão, mas se queixava de dores, razão pela qual foi expedida guia, para comparecimento ao IML, para fins de ACD.

Após o acolhimento, vítima foi encaminhada para entrevista, com esta Autoridade Policial, que ao final subscrevê, devidamente acompanhada por estudantes voluntários, os quais esclareceram que já havia um acompanhamento da família, diante de episódios de violência recorrentes e notificaram um risco iminente na volta dela ao lar.

Feito o relato e não obstante a insuficiência de efetivo, na ocasião, tendo em vista a existência de três escrivães afastados, por férias, licença médica e plantão e horário avançado, baixei portaria, para instauração do competente Inquérito Policial, procedi à oitiva da vítima, formalizei pedido de medidas protetivas e viabilizei o encaminhamento dela ao IML, através de condução realizada pela inspetoria de polícia.

Paralelo à adoção dos trabalhos de polícia judiciária, solicitei ao serviço social um possível contato com a Casa Abrigo, para fins de

acolhimento da vítima. Porém, devido à mudança da administração da instituição, que passou recentemente para o comando da ICASU e ainda está em processo de regulamentação legal e também ao horário avançado, não foi possível conseguir a disponibilização de vaga, naquela ocasião.

Assim sendo e com vistas a solucionar a questão de risco iminente da vítima, foi sugerida a possibilidade de encaminhamento da mesma a um abrigo da Prefeitura Municipal, única opção encontrada e disponível, para solução da situação, a qual foi adotada, com acompanhamento da vítima até a residência do casal, mediante escolta policial, para retirada de pertences pessoais e encaminhamento para o abrigo.

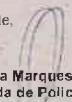
Realizado o procedimento, foi tentado novo contato com o administrador da Casa Abrigo Travessa, Sr. Antônio, o qual esclareceu que ainda não possui condições de abrigamento, tendo em vista que, somente a partir de 02/01/2018, será montada uma equipe técnica, para tal finalidade.

Encaminhei novo ofício à Secretaria de Desenvolvimento Social, sugerindo o acolhimento da vítima em um hotel e aguardo um retorno.


Ao contrário do que foi publicado em redes sociais, a vítima recebeu todo o atendimento que lhe é assegurado, por lei, inexistindo irregularidades nas ações adotadas pelo CIM.

Por fim, quanto à possibilidade de Criação de uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, aos finais de semana e períodos noturnos, luta antiga e justa dos movimentos feministas, ainda não está ao alcance da Polícia Civil, considerando o efetivo existente, sendo possível apenas o atendimento, via delegacia de plantão, que atende a toda população e conta hoje com um número reduzido de policiais.

Atenciosamente,



**Bela Ana Cristina Marques Bernardes**  
Delegada de Polícia



ILMA, SRA.  
COORDENADORA DA ONG SOS MULHER

UBERLÂNDIA/MG

Fonte: arquivo da SOS Mulher e Família de Uberlândia, dez. 2017

Mensagem enviada, em 19 de dezembro de 2017, pela Diretoria da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia à Sr<sup>a</sup> Liza Prado (PROS/Partido Republicano da Ordem Social), Diretora de Proteção Social à Mulher da PMU, para sua rede social privada e depois na coletiva de uma Diretora da SOS, e sem resposta até 26 de dezembro de 2017 com ofício acima anexado à mensagem.

Olá Sr<sup>a</sup> Liza. **Muito preocupadas(os) e compartilhamos abaixo últimos retornos de estudante de Medicina que voluntariamente apoiando família em risco pela violência doméstica grave**, no bairro Morumbi (mulher e 4 filhos menores de idade) que estamos também acompanhando (caso emblemático, mas há vários recebidos ano) e **constatando como parte da rede pública de enfrentamento à violência (des)funciona e desanima, desinforma, muitas vezes, quem busca ajuda**. E isso quando família tem gente com alguma instrução apoiando. Imagina a maioria que não possui. Absurdo, como comprova anexo com dados do casal envolvido (riscado nome para não exposição) pessoa vítima encaminhada para ser abrigada com moradores de rua (pelo atendimento do CIM-Centro Integrado da Mulher, onde você atua), tendo na cidade super estrutura (com recurso público) da Casa-Abrigo Travessia específica para promoção de pessoas em casos de violência doméstica e família em risco e Casa não funciona como deveria há anos, desde 2007 (mesmo com recurso e gestão transferida à ICASU, em 2017). Áudios do acompanhamento do caso foram enviados como denúncia e para fiscalização para o legislativo municipal, CMDM, Judiciário e promotoria e **desejamos saber do seu posicionamento enquanto Diretora de Proteção Social às Mulheres da PMU**. Só para esclarecer, ele se refere nos áudios ao bom atendimento por parte do jurídico da SOS e não "Judiciário" e psicólogo, assistente social. E nas dificuldades na Delegacia de Mulheres só funcionar em horário comercial e para conseguir a Medida Protetiva (prazo fora da lei) e não "provisória". Bem como que polícia de plantão procurada diz que tudo se resolve na SOS que não tem competência e nem poder de polícia e nem de providenciar Medida Protetiva, ou realizar Exame de Corpo de Delito, tampouco de tirar agressor do lar. Enfim, *via crucis* e revitimização lamentáveis e aguardamos seu retorno. O mais adequado e coletivo seria em reunião do CMDM (Conselho Dir. Mulheres). Não estamos conseguindo compartilhar áudios pelo seu *Facebook*, mas enviamos se nos passar seu *WhatsApp*. Atenciosamente. Membro da Diretoria colegiada SOS Mulher e Família. (Grifos meus)

De modo complementar, membro da Diretoria da SOS Mulher e Família ainda registrou na rede social (Facebook, dez. 2017), compartilhando mensagem de estudante de medicina acompanhando caso de família residente no bairro Morumbi junto com SOS Mulher e Família. O relato indica a iniciativa de estudantes para contribuir voluntariamente com quem vivencia violência de gênero, enquanto prevalecem o descaso, a burocracia, o desencorajamento por parte de alguns(mas) profissionais da rede que se supõe de apoio, além da demora em providências que garantam segurança a quem está em violência:

:

[...] me coloco a disposição para ajudá-la nas melhorias, dando mais detalhes sobre o processo geral.

Os áudios retratam resumidamente o que aconteceu. Se você quiser e puder, podemos nos encontrar um dia para eu te contar tudo, com detalhes. De todas as dificuldades que o serviço impõe para as mulheres em situação de violência, além das Delegacias de PM e PC, **na Delegacia da mulher também que, em tese, deveria ser um local especializado do acolhimento e prestação de serviços a essas mulheres.** O que acontece é exatamente o contrário, eles **não têm informações sobre o abrigo adequado, as desencorajam desde o começo falando coisas grotescas e as deixando inseguras.** Tanto que, hoje, a **mulher que temos acompanhado pensou em desistir de tudo depois de todas as violências sofridas.** Na PM, PC, DM, IML.... **Por todos os locais que passamos, exceto o SOS mulher e o Abrigo que acolheu a família.** Eu e a minha amiga estamos dispostos a ajudar no que for preciso para isso mudar. Não tem que ser assim! **Não sou mulher, mas sinto e assisto muitas violências do sistema aos menos instruídos, as dificuldades e falta de conhecimento em prover cuidados.** Sobre a Casa-Abrigo Travessia, a DM **trata como se fosse uma prisão, as coisas que falaram em relação a ela pra mulher, só a desmotivou.** Eu e a minha amiga, **tivemos que fazer um trabalho gigantesco de acolhimento e desburocratização pra essa mulher [...]** A família está bem acolhida no abrigo [para moradores de rua] e já deve sair de lá amanhã, porque estamos ajudando ela a se reestruturar. Alugamos uma casa, conseguimos doações de móveis e alimentos, amanhã mesmo ela deve ir para seu novo lar. **O que me preocupa é a Medida Protetiva, ainda não saiu e deve demorar.** (Grifos meus)

Não responder é determinado jeito de fornecer resposta aos questionamentos de cidadãos(ãs) por cargo/função pública que ocupa, diz do lugar de subalternidade, indiferença em relação ao(à) outro(a) que indaga, falta de autonomia da Diretora de proteção social. Quem responde, em seu lugar, é autoridade policial, delegada, nesse contexto aparecendo como a voz do discurso competente e que pode ser eficaz e talvez intimidar quem incomoda. Assim, o discurso competente como o discurso instituído que se instala e se conserva graças à regra que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer ocasião e em qualquer lugar. Com este ditame ele produz sua contraface: os incompetentes sociais. (CHAUI, 1989).

Dias depois das postagens, representante da SOS continua colocando a comunidade a par dos acontecimentos pela sua rede social e socializa, inclusive apesar de possíveis retaliações ou sensação de ameaça que

**a SOS Mulher acaba de receber dois policiais civis, com ofício para tentar esclarecer o inexplicável, cujo caso aqui mencionado apenas emblemático para tantas tentativas de abrigamento não realizadas no passado (até moedas no CIM As. Social mandada pela SMDS juntou para mandar mulher pra fora da cidade, tendo aqui a Casa), inclusive bem antes de gestão ser passada à ICASU. Tudo documentado na SOS. O ofício nos fortalece não só a entrar com ação pelo não funcionamento da Casa-Abrigo Travessia como a promover denúncias em organismos internacionais como a ONU Mulheres e organismos de direitos humanos.** Nosso compromisso, apartidário e no meu caso, voluntário, há 20 anos é com as mulheres e famílias em violência doméstica e para reduzir o Brasil do 5º lugar no ranking mundial

de feminicídios. Postei abaixo o ofício sem identificação e preservação de quem vive violência. **E o posicionamento da Diretora de Proteção Social À Mulher que não aparece.** A estratégia é mandar ofício pela polícia? Lamentamos constatar que nos fortaleceu a continuar a lutar coletivamente pelo funcionamento adequado das políticas públicas (de Estado e não a mercê de governos) provenientes dos nossos altos impostos. (Grifos nossos)

E por último, a Diretora da ONG SOS relata que

desde 2007, aproximadamente, **mulheres em risco pela violência doméstica e seus(suas) filhos(as) menores de idade sendo encaminhadas(os) para fora da cidade, para albergues, CEAMI, Centro de Referência para Pessoa em Situação de Rua ou para local algum, tendo na cidade a super estrutura que auxiliamos a constituir**, acompanhando construção tijolo a tijolo da Casa-Abrigo Travessia (local confidencial, seguro, para abrigamento com equipe atendimento Inter profissional e articulação com a rede de proteção) para esse fim e promoção dessas mulheres e famílias, conforme Termo de Referência para casas-abrigo do Ministério da Justiça e depois da Secretaria de Políticas para as Mulheres/Governo Federal. **Salvava mulheres a baixo custo, com diferenciais e sistema de plantão e, por isso, ganhou prêmio pelo BNDES, em 2004**, por ser referência de atuação. As pessoas (incrivelmente, mulheres, na linha de frente), cuja vaidade, autoritarismo, arrogância (ou medo e subserviência, no caso de algumas para manter seus cargos) e envolvidas nessas práticas deliberadas de descaso, **violência institucional e omissão devem responder por seus atos** que contribuem para o país permanecer no 5º lugar no ranking mundial de feminicídios. Nesse histórico, foram inúmeras reuniões, ofícios, solicitação de fiscalização Conselho de direitos e legisladores (com documentos que demonstram não abrigamentos), **denúncias junto à mídia, audiências públicas propositivas e nada. Desrespeitosa e arbitrária a decisão de transferir a Casa** (por abrigar pessoas em risco, portanto responsabilidade do Poder Público) **para gestão do terceiro setor ICASU** sem consultar Conselho Mulheres, movimento de mulheres e comunidade. Temos várias fotos da Casa trancada com cadeado por fora, enquanto Poder Público alegando estar funcionando normalmente, ou lotada e registros de análise de casos de risco não abrigados. Talvez como retaliação, ou pela visão reduzida de que não foi fruto de iniciativa de um ou outro governo, alteraram a lei de abrigamento retirando a SOS (autora do projeto), com equipe interdisciplinar qualificada para avaliar casos como centro de referência, permanecendo apenas a Delegacia de Mulheres para encaminhamentos, o que comprometeu seu funcionamento. **E se vierem tentativas de retaliação, fiquem cientes de que quem perde é a comunidade atendida que será imediatamente comunicada, juntamente com autoridades locais, nacionais e internacionais.** [...] incrível que nesse histórico, representantes do Poder Público afirmam que Casa ou está lotada (inverdade comprovada), ou funcionando regularmente ou não há demanda. #basta faz de conta e hipocrisia, #sem as mulheres os direitos não são, humanos, #coloque-se no lugar de quem vive violência, #não vendo a alma #sei a quem sirvo, #pela paz conjugal e de gênero, #durmo tranquila, #essa luta favorece vítimas, famílias, delegadas, Diretoras, secretárias, policiais, sociedade, #onde tem violência todo mundo perde

Mediante postagens de inconformismo, resistências, denúncias e reivindicações, em rede social (Facebook, dezembro de 2017), por parte de Diretora da SOS Mulher e Família, denunciando procedimento acima citado, houve manifestações de indignação e solicitação de

esclarecimentos por parte de membros da comunidade e de questionamentos a respeito do não posicionamento da mencionada Diretora:

A professora, empresária e advogada, que auxiliou na constituição do Programa Casa-Abrigo Travessia, tendo sido chefe de Seção na Prefeitura quando a mesma foi lançada em 2002, destaca:

[...] assim como você, fiz parte da história de implantação desse Programa a partir de 2000, visitei as principais casas-abrigos do Brasil para conhecer as experiências e, portanto, **sinto-me autorizada a falar sobre ele, fazer críticas e exigir o cumprimento das regras de funcionamento**. Tais regras foram estabelecidas por parâmetros nacionais e internacionais elaborados coletivamente por diferentes organizações femininas uma vez que entendem a questão da violência contra a mulher como um **fenômeno social grave que fere os direitos humanos e a saúde pública** e que precisa ser enfrentado dentro de uma metodologia de rede por profissionais competentes e permanentemente capacitados. Nesse sentido gostaria de questionar a Secretária Iracema Marques e a Diretora Liza Prado se conhecem o Termo Nacional de Referência de Casas-abrigos do Ministério da Justiça que regulamenta o funcionamento de Casas-abrigos. Quero entender também por que foi transferida e delegada à ICASU a gestão do Programa sendo que historicamente a proposição do projeto foi apresentada pela SOS Mulher Família Uberlândia. Destaco também que **desde o princípio defendemos a política de Casa-Abrigo como uma política pública sob responsabilidade do Município com recursos próprios** e o que vemos é um descaso, o **Programa sendo negligenciado ou "empurrado"** de forma que a PMU se exima desta responsabilidade. Pessoalmente penso que devemos sim discutir e rever alguns aspectos do funcionamento do Programa Casa-Abrigo. O que precisamos é de diálogo para equacionar esse problema a fim de oferecer apoio às mulheres e seus filhos que enfrentam a violência doméstica e definitivamente a história de atuação da ICASU pouco tem a contribuir para essa revisão. Gostaria de retorno das responsáveis. (LEMES, 2017) (Grifos meus)

Uma jornalista e professora comenta que:

[...] **quando criança, foram inúmeras as vezes que tivemos que deixar nossa casa por esse mesmo motivo. Sempre íamos para a casa de parentes ou amigos de minha mãe. Quando se foge de alguém violento, é necessário que haja acolhimento**. Acredito que nesse centro de referência para moradores de rua exista um outro tipo de atendimento e serviço. Definitivamente, não deve ser aquele que as vítimas de violência recebem. Isso sem contar que, ao expor crianças ao convívio com moradores de rua, que podem também ser violentos às vezes, estamos submetendo as famílias vitimizadas ainda mais chance de sofrerem outros tipos de violência. Lamentável esse fato. Lamentável a falta de resposta da servidora pública Liza Prado. (FARIA, dezembro, 2017) (Grifos meus)

O Cientista Político e professor Dr. na UFU menciona que

**É impressionante, mas não surpreendente, como a violência institucional sobre mulheres nessa situação parece não ter fim, limite, sendo, antes, incrementada por desfaçatez e falta de bom senso. Há de se fazer, sem medo e com postura resoluta - algo que não falta à SOS Mulher e Família - tudo o que for possível para que haja o efetivo funcionamento da Casa-**

Abrigo Travessia, bem como promover denúncias em organismos internacionais como a ONU Mulheres e organismos de direitos humanos sobre o que vem se dando em Uberlândia quanto ao **descaso sobre essa inaceitável lacuna** para com políticas públicas adequadas ao combate, prevenção e reversão da violência doméstica. [...] Situação inaceitável, mas muito, muito, reveladora de como a violência institucional sobre a mulher também se faz presente na atual gestão municipal de Uberlândia. (GRACIOLLI, dez. 2017)

O advogado e professor de faculdade (dezembro, 2017) constata: “Enquanto esses cargos públicos forem ocupados por políticos nossa situação sempre será a de reféns deles, sem qualquer proteção por absoluta incompetência e omissão” e a agente comunitária, do movimento feminino Vera Oliveira (dezembro, 2017), bem como várias outras pessoas se manifestaram com repúdio e exigindo esclarecimentos convincentes.

Também Roberta Fernandes (dez. 2017) menciona

[...] fiz um comentário aqui expressando minha opinião sobre a senhora política que não se manifesta (só deve aparecer no período das eleições, bem como os seus) e fui denunciada, tive a conta bloqueada e só agora consegui reativar a mesma. Sr.<sup>a</sup> Política que gosta tanto de falácias, aonde está seu posicionamento?

Entretanto, vejamos a figura sobre movimentação financeira para a Casa Abrigo:

Figura 18 Extrato do Termo de Colaboração n.07/2018 entre PMU e ICASU



**EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2018**  
**PARTES: MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA E INSTITUIÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE UBERLÂNDIA – CASA ABRIGO**  
**FUNDAMENTAÇÃO:** O presente Termo de Colaboração fundamenta-se nas seguintes normas jurídicas: Lei Complementar Federal n. 101, de 04.05.2000; Lei de Diretrizes Orçamentárias n. 12.769, de 09.08.2017; Lei Orçamentária Anual n. 12.860, de 19.12.2017; Lei Autorizativa n. 12.861 de, 19.12.2017; Lei Federal n. 4.320, de 17.03.1964; Lei Federal n. 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; Decreto Municipal n. 16.926 de 05.01.2017 e alterações posteriores; Decreto Municipal n. 17.415, de 28.12.2017, bem como no Processo de dispensa n.º 52/2017 e no Plano de Trabalho – Anexo I que faz parte integrante e indissociável deste instrumento.  
**OBJETO:** repasse de recursos nos termos da lei autorizativa própria, nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho – Anexo I.  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 144.840,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quarenta reais).  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 10.08.244.4001.2.378 – 10.02 ND 3.3.50.43.  
**VIGÊNCIA:** a partir da data de sua assinatura até 31.12.2018.  
**DATA DE ASSINATURA:** 02 de janeiro de 2018.

Fonte: Diário Oficial do Município, 23 de janeiro de 2018.

Os dois extratos anteriores (Figuras 15 e 18) revelam que recursos foram repassados para a gestão da Casa-Abrigo Travessia, que até o momento de encerramento desta pesquisa encontrava-se desativada, como expressa o ofício da Delegacia de Mulheres encaminhando o caso ao Centro de Referência de Pessoas em Situação de Rua. Diante do ocorrido, a Diretoria colegiada da SOS Mulher e Família de Uberlândia repassou, em dezembro de 2017 e janeiro de 2018, toda essa documentação e questionamentos ao Promotor de Justiça:

depois do repasse de recurso ano passado, agora outro **repasse esse ano e bem maior de significativo recurso pra gestão da Casa-Abrigo Travessia para onde NÃO se pode encaminhar mulheres em risco de morte e filhos menores de idade pela violência doméstica porque não funciona**, conforme recente documento postado de encaminhamento de mulher pelo CIM/Delegacia de Mulheres para centro de referência moradores de rua em Uberlândia? Ou agora é pra funcionar de verdade? Mas para salvar vidas, com abrigamento temporário, precisa de todo esse montante? A experiência de quando funcionava plena e adequadamente, de 2002 a 2006 (com Prêmio pelo BNDES em 2004), conta que **mensalmente se gastava menos que salário de uma Secretária Municipal**. Fico realmente confusa... E não ouço explicações da Diretoria de Proteção Social À Mulher da PMU (24 jan. 2018, 18h42). (Grifos meus)

E o promotor Sr. Ricardo Manzini afirmou, virtualmente: “[...]estou de volta [do recesso forense] e, como dito, irei tratar deste assunto prioritariamente” (24 jan. 2018, 18h49).



O Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, segundo sua Presidente, a psicóloga Sr.<sup>a</sup> Dália (profissional SOS, entrevista 2015, 2017, documentos 2017), representante da organização da sociedade civil SOS Mulher e Família nesse Conselho, questionou oficialmente, em 29 de dezembro de 2017, o Promotor de Justiça, a Diretoria de Proteção à Mulher e a ICASU, sobre a situação da Casa-Abrigo Travessia e não houve manifestação dessas autoridades.

Ficam questões desconcertantes: algumas mulheres à frente dessas políticas públicas, tanto da elevada de *status* Superintendência da Mulher PMU (2013-2016), quanto da rebaixada de *status* Diretoria de Proteção Social à Mulher PMU (2016-2020), estão somente ocupando cargos políticos por alianças ou relações de proximidade, privilegiando atuação superficial em detrimento de demonstrar, por sua experiência e competência, compromisso com a causa da proteção à mulheres? E ainda se submetem no fascínio pelo poder e seus encantos, que cega para a realidade que está diante dos olhos? E, geralmente, não há destinação de recursos adequados para efetivação de ações. E por que, então, elas se prestam a permanecerem nesses espaços, sem autonomia? Algumas parecem ser, inclusive, “proibidas” de falarem em público, ou à mídia sobre suas ações, remetendo qualquer dúvida elementar às(aos) (suas)seus superiores(as). Não seria desserviço ao coletivo de mulheres? Gestores homens, sutilmente, colocando as mulheres “nos seus devidos lugares”? Ou há compreensão de que há avanços, apesar da imobilidade e desarticulação?

Ou por “ato de fé” acredita-se que a cidade de Uberlândia passou a ser, no país, a única privilegiada em redução de casos de violência doméstica, com risco de morte, ou as denúncias, resultados de audiências públicas, atas de reuniões do CMDM e da SOS e outros documentos demonstram que atitudes deliberadas foram tomadas para desabrigamentos e disfunção da Casa-Abrigo Travessia indicam terem começado, em 2007, perdurando problemas nas duas gestões do Governo municipal Odelmo (PP) (2005-2012). No governo Gilmar Machado (PT) (2013-2016), que reativou, reformou a Casa-Abrigo e Programa foi premiado pela ONU Mulheres/PNUD, em 2014. Entretanto, segundo o livro de registros de abrigamentos, solicitado por fiscalização legislativa a pedido da SOS Mulher e Família, houve apenas quatro mulheres abrigadas por curtíssimo período, durante toda a sua gestão. Na atual gestão Odelmo (PP) (2017-2020) não houve nenhum abrigamento. Apesar disso, durante desativações e precarização do serviço houve alguém recebendo um bom salário pelo cargo de indicação de Coordenadora/Diretora da Casa-Abrigo, conforme registros e Diário Oficial do Município. Ao repassar R\$42.000,00 à ICASU, em outubro de 2017, ainda nenhuma mulher com filhos(as) menores de idade foram abrigados(as). Onde parece haver desobrigação continua no atendimento pelos órgãos encarregados de proteção, omissão, infração, má-fé,

oportunismos e ninguém é responsabilizado, pagam com a vida as mulheres e famílias em situação de violências e prevalece a violência institucional.

Em tom de desabafo, a Diretoria da SOS, por meio da Sr.<sup>a</sup> Violeta (profissional SOS, entrevista 2015, 2017) menciona estar esgotada de reuniões, audiências públicas, articulações com a rede sem resultados esperados. Desse modo, com apoio de representantes do CMDM, do NEGUEM, e de organismos da sociedade civil organizada, a SOS Mulher e Família cogita e inseriu em seu planejamento estratégico (anexo 4) entrar com ação na Justiça, em 2018, para funcionamento efetivo da Casa-Abrigo Travessia, caso essa não retome suas atividades.

Significativo que a vasta documentação das anteriores Divisão dos Direitos da Mulher e Núcleo de Apoio à Mulher tenham tido seus registros “desaparecidos”, bem como a Carta Compromisso do Prefeito Odelmo, do PP, assinada junto ao CMDM para promoção de diretrizes para promoção às mulheres e relações de gênero, quando candidato em 2004, bem como outros documentos que desse Conselho de Direitos não foram encontrados antes e/ou depois de mudança de sede. Desse modo, mesmo ciente da visão sobre a relevância da Casa-Abrigo para mulheres que lá foram abrigadas e se sentiram salvas para recomeçar suas vidas a posteriori, não foi possível obter a versão delas, sujeitos atendidos por esse serviço. Somente a perspectiva de alguns lados em disputa puderam nesta tese aparecer devido à estratégia de apagamento da memória.<sup>153</sup>

Enquanto o município trata, por vezes, com descaso, de política pública relevante para salvar vida de mulheres, as que mais sofrem com impactos do sexismo, patriarcado, desigualdade de gênero, Portugal, que contempla tais políticas públicas, inova, em Algarve, em setembro de 2016, com Casa-Abrigo para homens em situação de violência doméstica e vulnerabilidade<sup>154</sup>. Realidades diferentes, em que uma responde por demandas e a outra não.

Ao diagnosticar políticas públicas governamentais locais, esteve presente a indagação de como e por que grupos foram constituídos, sobre panoramas qualitativos e quantitativos de atendimentos para captar a dinâmica de avanços, recuos e proposições políticas, com o olhar histórico-social sobre a legislação específica. Ousou-se tentar avaliar estratégias de como o Poder Público absorve demandas e intervenções de movimentos sociais, do terceiro setor (inclusive da SOS Mulher e Família de Uberlândia) e, em muitos casos, sem equipe de profissionais com histórico de afinidade, experiência com as questões e esvazia de sentido e

<sup>153</sup> Somente por volta de 2015, alguns álbuns de fotos de ações registradas e doados por mim, como primeira diretora da criada Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero, apareceram encaixotados na Superintendência da Mulher. Porém, a maior parte da documentação arquivada: diagnósticos de atendimentos da Divisão e da Casa-Abrigo Travessia, atas de reuniões, projetos para financiamentos, planos plurianuais, bem como avaliação institucional da Divisão e da Casa Abrigo, permanece desaparecida após a transição da gestão Zaire Rezende (2000-2004) que as implementaram para a gestão Odelmo PP (2005-2012).

<sup>154</sup> Disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/algarve-vai-ter-primeira-casa-abrigo-para-homens-vitimas-de-violencia-domestica-5414259.html>. Acesso em 17 out. 2016.

significados determinados movimentos e práticas sociais. Ou seja, como são criados, no Poder Público, com viés eleitoral, serviços com algumas pessoas pouco preparadas ocupando-os, devido à política de coalisão e com “cabides de emprego”, com institucionalização de ações para recebimento de recursos estaduais e federais. E então, com *marketing* de que existem e atendem demandas populacionais, na prática, em algumas gestões, não há a promoção das políticas públicas e prevalece a violência institucional. Verificam-se mais promessas, uso mais oportunista de reivindicações do que vontade política com prioridade nas políticas, a fim de que, para além de ações de governos, de sujeitos, idiossincrasias de governantes, tornem-se práticas consolidadas de Estado.

Esse item sobre a Casa-Abrigo Travessia expõe contradições: para alguns(mas) profissionais do movimento social, como da SOS Mulher e Família e do Conselho de Direitos das Mulheres, representações de que o funcionamento efetivo do Programa salva vidas em risco e, por isso, responsabilidade do Estado. Para determinados(as) agentes de políticas públicas, o local se assemelha a uma prisão, não possui segurança suficiente e pode ser repassado para responsabilidade da sociedade civil, de modo a ser terceirizado, como está sendo junto à ICASU. Porém, enquanto dura o jogo de empurra, improbidade e faz de conta, mulheres do município e da região compõem estatísticas, que não sangram, mas causam perplexidade, no rol de feminicídios, em cujo ranking mundial o país está em quinto lugar.

A SOS Mulher e Família de Uberlândia aparece como um dos sujeitos organizacionais que disputam poder, visibilidade e reconhecimento. Assim, o Capítulo II deixa evidente a disputa de poder e territorialidade entre o setor público e instituições da sociedade civil no atendimento a pessoas que vivenciam violência. Nessa arena de conflitos, a vítima se revitimiza e fica explícito como determinadas representações de gênero também organizam a qualidade da atuação nos espaços de poder.

### CAPÍTULO III

## **SOS AÇÃO MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA: EXPERIÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL AO “METER A COLHER” NAS TEIAS RELACIONAIS**

**Viver é afinar o instrumento. De dentro prá fora. De fora prá dentro. A toda hora, todo momento. [...] Tudo é uma questão de manter a mente quieta, a espinha ereta e o coração tranquilo. [...] (Serra do Luar, 1975, Walter Franco)**

A canção traz a relevância da mudança advinda de dentro, por vezes com apoio profissional e como construção coletiva, para que cada ser, nas suas interações componha a própria história como sujeito capaz no seu ritmo e nas condições objetivas em que se encontra conseguir momentos de paz, sem a presença da violência. Essa é colocada como uma das funções da SOS Mulher e Família de Uberlândia, segundo especialistas que nela atuam, como as senhoras Dália e Violeta (profissionais da psicologia, entrevistadas 2015, 2017).

Neste capítulo são apresentadas e analisadas as peculiaridades de instituição da sociedade civil na atuação da rede de enfrentamento às violências e as representações de gênero e poder de profissionais que ali atuam e seus significados para o fim desses abusos. Destacam-se as experiências, conflitos, potencial multiplicador da única organização da sociedade civil que foi analisada com profundidade neste estudo: a SOS Mulher e Família de Uberlândia, com ações e Programas, como o acolhimento interprofissional continuado, a estratégia de atendimento em grupos de apoio reflexivos, o Programa PAM (Patrulha de Atendimento Multidisciplinar) em parceria com outras instituições. Além disso, as representações de gênero e poder ali presentes, com seus significados nas mediações, para se lidar com violências sem promovê-las e para a construção cotidiana da alteridade e “cultura da paz”.

Por meio do acesso irrestrito à documentação, utilizam-se como fontes as narrativas de entrevistas de 7 profissionais e documentos (Atas de reuniões, Relatórios de atividades, prontuários da SOS Mulher e Família de Uberlândia, folder, Relatórios de Pesquisa sobre atendimentos, Projetos e Programas desenvolvidos, site da SOS).

### **3.1 “Vestindo” a causa com “saías e calças justas”**

**Eu sou como a borboleta. Tudo o que eu penso é liberdade. Não quero ser maltratado, nem exportado desse meu chão. Minhas asas, minhas armas, não servem para me defender. [...] A ordem da humanidade não deve ser destruída. [...] (Proteção às Borboletas, 1977, Benito Di Paula)**

A ideia de criação da SOS Mulher e Família de Uberlândia (site, 2014, Ata de constituição 1997, material divulgação, 2017)<sup>155</sup> foi sendo maturada, em 1996, por meio da união de pessoas que atuavam como pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa Sobre a Mulher – NEGUEM/UFU, estando uma delas desenvolvendo Mestrado na USP-SP sobre a temática violência conjugal em Uberlândia, e sendo a primeira presidenta eleita, depois de uma comissão de transição coordenada por representante do Clube Soroptimista Internacional. Também com a participação de ex-vereadora e professora e de representante do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, cuja Diretora à época contribuiu para fomentar o trabalho, cedendo parte do espaço físico do órgão para os atendimentos do SOS Mulher e Família, e ainda disponibilizando alguns(mas) funcionários(as). Posteriormente, foi solicitada a participação de representante da Câmara Municipal de Uberlândia. Além dessas pessoas, também se predispuseram ao trabalho voluntários(as) de várias áreas, como historiadores(as), assistentes sociais, pedagogas(os), psicólogas (os), advogados(as) e representantes de algumas organizações com trabalhos correlatos. Antes e depois da constituição da organização, uma equipe visitou a ONG SOS Ação Mulher e Família de Campinas-SP, instituição com larga experiência e tempo de constituição, para troca de saberes, experiências e colher material sobre atendimentos.

A SOS Mulher e Família de Uberlândia foi criada, também, por não existir na cidade e região serviço de atendimento interprofissional com equipe que passasse por formação continuada e vivências para atuar nas intervenções de situações de violência conjugal e familiar. Em 06/03/1997, foi oficialmente constituída, como forma de devolver à sociedade o mapeamento da realidade e os dados extraídos dela. Nos primórdios, dividindo espaços da casa, atendendo debaixo de árvore e em quintal até conseguir pagar aluguel de sede somente para suas ações.

Com o passar do tempo, outras pessoas da comunidade, sensibilizadas pela questão da violência no âmbito familiar, subsidiadas pela formação profissional (Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, História, Direito entre outras), se articularam no seu processo de constituição, com a efetiva implementação dos serviços e o consequente mapeamento das violências de gênero, domésticas conjugais e intrafamiliares na realidade local e regional.

Quanto às suas declarações institucionais<sup>156</sup> tem como:

Missão: contribuir para a cultura da paz mediante atendimentos psicossociais e jurídicos gratuitos voltados a pessoas de Uberlândia e região que vivenciam violência conjugal,

<sup>155</sup> Para mais informações sobre a organização da sociedade civil SOS Mulher e Família de Uberlândia, ver: SOS Mulher e Família de Uberlândia. Site: [www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br) e [facebook.com/sosmulherfamiliauberlandia](https://www.facebook.com/sosmulherfamiliauberlandia), Ata de Fundação, 1997, Estatuto e Regimento Internos, revisados e atualizados em 2017.

<sup>156</sup> Guia de Orientação, revisto em 2016, e Folder da SOS Mulher e Família de Uberlândia, revisto em 2017.

familiar e de gênero. Visão: ser centro de referência sustentável, com excelência em ações e atendimentos que minimizem situações de violência conjugal, familiar e de gênero no Brasil. Valores: defesa e promoção dos direitos humanos; igualdade, respeito, tolerância e paz entre os gêneros e na família; compromisso; postura ética; sigilo nos atendimentos; idoneidade e transparência nas ações; democracia, atuação coletiva e cidadania; autonomia institucional; respeito e foco nas pessoas atendidas; cooperação, solidariedade e articulação em rede; voluntariado; formação continuada interdisciplinar, técnica e humana das equipes.

Entre os diferenciais da instituição está o fato de, desde o início de seus trabalhos, ser local que recebe e atende independente de registro de ocorrência policial, e também desenvolve, mesmo que o público prioritário sejam mulheres, intervenção junto a autores de violências. O repertório, a linguagem utilizada aparece explicitada, revelando concepções e compromissos em informativos para novatos(as) da instituição e no seu Estatuto<sup>157</sup>, bem como no Regimento Interno<sup>158</sup>. Desse modo, o Art. 2º do Estatuto (2017), coletivamente construído e revisado para atualizações, durante os anos de atuação, consideram processo de discussões mais aprofundadas que se traduzem sobre violência de gênero, família, paz conjugal e intrafamiliar e destaca função das representações, concebendo-as no interior das relações de poder:

**I – violência: qualquer ato de poder (micro ou macro) ou conduta declarada ou sutil que cause morte, ou iminente risco, ameaça, dano, constrangimento ou sofrimento físico, sexual, moral, patrimonial e/ou psicológico, tanto na esfera privada como na pública, podendo ser velada (branca) e/ou explícita (vermelha); II - a violência de gênero, conjugal e intrafamiliar, enquanto um problema sócio-histórico-cultural, de saúde e segurança pública.[...] Relaciona-se essa violência à questão dos Direitos Humanos e da Cidadania (o exercício de direitos e deveres), cujas representações (práticas e discursos) sobre masculinos e femininos, assim como sobre família são construídos historicamente, sendo passíveis de problematizações e transformações; III – A família (de acordo com a PNAS - Política Nacional de Assistência Social) é o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade. A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Caracteriza-se como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, sendo a família a base fundamental no âmbito da proteção social. IV – paz conjugal e intrafamiliar, não como ausência de conflitos, mas como possibilidade de desenvolver-se a tolerância, o respeito e o diálogo, sem o uso do recurso da violência como estratégia; V – mediação de conflitos familiar como método pacífico de busca pela resolução ou administração de conflitos, forma não adversarial de tratar questões, superando duais vítima-algoz, certo-errado, culpado-inocente, na medida em que a proposta é que os sujeitos reconheçam suas implicações nos conflitos e sejam sujeitos de sua história. Uma característica importante é a multi e, preferencialmente, a interdisciplinaridade na sua execução e a escuta ativa, profissional, não julgadora ou diretiva [...]. (Grifos meus)**

<sup>157</sup> Estatuto SOS Mulher e Família de Uberlândia, revisto em 2017.

<sup>158</sup> Regimento Interno da SOS Mulher e Família de Uberlândia, revisto em 2017.

No Art. 3º desse Estatuto, relacionam-se algumas de suas finalidades, que expressam diferenciais em relação a outras políticas públicas, o que se verifica também nas entrevistas e diagnósticos de atendimentos da SOS Mulher e Família de Uberlândia:

**I** – diagnosticar, conhecer, assessorar, apoiar, atender, orientar, encaminhar, visibilizar, por meio de prestação de **serviço gratuito e interdisciplinar**, pessoas em processo de violência de gênero, conjugal e intrafamiliar, por meio de atendimentos especializados (social, psicológico, jurídico, histórico, educativo, da saúde[...]), com **estratégia de atendimentos individual, com casal ou grupos** reflexivos, com quaisquer membros da família, visto que a intervenção especializada em casos de violência mostra-se como atividade de significativa relevância pública e social, e a demanda é atendida independente de registro de evento da defesa social (REDS/BO); **II** – Intervir e contribuir, mediante **olhar interdisciplinar** e com articulação em rede, para a superação da assimetria entre os sexos, desenvolvendo ações que busquem a solidariedade, o aumento da autoestima, o **autoconhecimento, a orientação sobre direitos e deveres**, identificando as possíveis causas da existência, manutenção, representações sociais, fatores inibidores da procura pelos serviços e da reprodução de relações violentas; [...]; **IV** – buscar apoio de profissionais liberais que possuam afinidade com a missão, visão e valores da instituição e possam colaborar em vários níveis e formas de atuação profissional; [...]; **VII** - **promover estudos e pesquisas** locais [...], divulgar e/ou publicar seus resultados junto ao coletivo da OSC<sup>159</sup>, na mídia, espaços acadêmicos e junto à comunidade[...] **IX** – desenvolver, periodicamente, cursos de **Formação Continuada interna** para a equipe de trabalho da instituição [...] **X** – promover o Programa **Cuidando dos Cuidadores**, periodicamente, por meio de vivências, para equipe de trabalho da OSC lidar com relações interpessoais, impactos dos atendimentos e ações, de modo profissional e não violento; **XI** - promover **ações educativas, preventivas** [...] **XII** – manter contato, pleitear **assento junto a associações congêneres** locais, nacionais e internacionais, a fim de conjugar esforços para fortalecer e efetivar a equidade e promoção social, econômica, política e jurídica entre os gêneros e no âmbito familiar, visando também à obtenção de recursos por meio de órgãos financiadores de projetos; [...] **XIV** – **trabalhar de forma articulada com a rede de enfrentamento à violência de gênero, conjugal e**

<sup>159</sup> OSC (Organização da Sociedade Civil) é nomenclatura utilizada desde o novo Marco Regulatório do Terceiro Setor, lei 13.019\14, em substituição à então politizada e mais visibilizada terminologia ONG (Organização Não-Governamental). Em 2017, em Audiência Pública, na cidade de Uberlândia, para tratar da questão, apresentaram-se representantes do Poder Público municipal e estadual, advogado da SOS, e o Instituto Algar. Reforçou-se, segundo o profissional da área jurídica, “que a regulamentação está sendo um desafio ao setor público, e que a grande questão de dirigentes das organizações de sociedade civil é com o repasse das verbas para suas atividades no ano de 2018” e que há “necessidade de melhorar a forma de repasse público, considerando a importância do terceiro setor e, com fiscalização coibir atos de improbidade administrativa como o desvio de dinheiro”. Constatou que “a distribuição da verba será realizada por meio de chamamento público e transformará em um tipo de processo de licitação, em que se verificará qual instituição poderá, a um custo razoável cumprir com as metas do chamamento”. Também lhe agradeceu “a necessidade de que as instituições se organizem e que apresentem projetos que incluam objetivos, sobre execução, resultados e avaliação”. Entretanto, pondera que “o terceiro setor precisará do apoio e formação do Poder Público para se adequar às novas exigências e a participação do Instituto Algar mostrou um parâmetro de organização para isso”. A Instituição SOS Mulher e Família de Uberlândia se encontra adequada à nova legislação. Sobre o assunto consultar: Estado produz manual sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Novo material tem como foco as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e os Órgãos ou Entidades Estaduais Parceiros (OEEPs). Disponível em:

<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-produz-manual-sobre-o-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil>. Acesso em 20 out. de 2017

**intrafamiliar**, conquistar e manter representação em núcleos de pesquisas, conselhos de direitos, comissões, órgãos afins, governamentais e da sociedade civil; **XV – fiscalizar e estabelecer controle social de políticas públicas**[...]; **XVII –** fomentar e recrutar voluntárias(os), por meio de **processo seletivo**[...].(Grifos meus)

Todavia, para além das formalidades e intenções expressas em seu Estatuto e Regimento Internos (atualizados em 2017), e entre o ideal e a real, a instituição, composta pela pluralidade de profissionais, com formações diversas e vinculações diferentes, explicita conflitos na sua dinâmica de funcionamento.

Certo dia na SOS Ação Mulher e Família, por exemplo, durante a fase da pesquisa, houve discussão, por parte da equipe, sobre que arquivos poderiam ser eliminados para desocupar espaço físico, que era limitado. Nessa definição, desvelaram-se visões sobre preservação ou não da memória, sobre o que deve ser silenciado e disputa para legitimar representações. Discutem-se marcos de relevância, excluindo-se outros. Fala-se sobre o que deve ficar, o que deve ser descartado e apresentam-se argumentos. Assim, não há espaços neutros, mas em embates. A produção da memória, em relação ativa presente-passado, se dá em diferentes circuitos e com vários sentidos, de passado, disputados em lutas. Dessa forma, foi preciso atentar-se para o compartilhamento social, noções de pertencimento, natureza das fontes, senso de utilidade, quem tem acesso a elas e como, o que é considerado útil para sujeitos envolvidos e o que não é registrado e os porquês. Trata-se, portanto, de relações de poder-saber.

Também no histórico dessa organização, verificou-se disputa por espaços físicos com argumentos sobre sigilo profissional e necessidade de sala exclusiva e embates de assistentes sociais e psicólogas que reivindicavam sua territorialidade. Outro aspecto é que pessoas atendidas pelos serviços da SOS Mulher e Família, por exemplo, confundem frequentemente a organização da sociedade civil com espaço público governamental, como Delegacia de Mulheres e conselhos de direitos. Portanto, o espaço físico também é social.

Durante a pesquisa na SOS, verificaram-se mal-estares com impactos no ambiente de trabalho, um deles, de acordo com a Diretoria do período (2013), devido a serem remuneradas(os) por subvenção municipal estarem insatisfeitas(os) com os salários, mesmo que a instituição não vise ao lucro e tenha o trabalho predominantemente voluntário, e que tais profissionais tenham ciência das limitações para aumento dos valores pagos e atuem em meio período, podendo ter outras atividades remuneradas. Verificam-se problemas ligados a questões de classe social e de jeitos diferentes de estar na organização e sentir-se pertencente. A organização é também espaço de formação e de projeção de profissionais. Além disso, a trajetória de trabalho voluntário pode ser um diferencial, com valorização, na contratação para



o mercado de trabalho, com possibilidades de certificações sobre atuação para contar pontos em concursos. Tentou-se identificar onde se encontravam as disputas, as contradições nas instituições não monolíticas e então essas e outras situações do cotidiano foram observadas. Reunir, para atuar num mesmo espaço físico, voluntários(as), profissionais regime CLT, estagiários(as) de várias áreas: Serviço Social, História, Psicologia, Direito, Enfermagem, Comunicação, Administração, Educação, policiais militares do Programa PAM<sup>160</sup> que vigorou de 2003 até 2015, implica tensões. Basta observar a formação de cada qual desses sujeitos, suas sociabilidades, subjetividades, visões de mundo, remuneração e expectativas.

Sugestivo o significado da logo da SOS Mulher e Família de Uberlândia em sua (re)composição, no seu histórico de vinte anos (1997 a 2017) e representação para a compreensão da violência doméstica, discutida e definida coletivamente:

Figura 19 Logo da SOS Mulher e Família de Uberlândia, atualizada desde 2014



Fonte: Logotipo no material de divulgação como folder, guia de orientação, cartão de visita da SOS Mulher e Família de Uberlândia, desde 2014.

Consta no Guia de Orientação<sup>161</sup> da SOS Mulher e Família sobre o significado da logomarca:

[...] em grego antigo, Borboleta significa Psyché, ou seja, alma. Antes, uma **lagarta rastejante, que come folhas e defeca**. No **casulo, passa pela metamorfose**, autoconhecimento, clareza e transformação nem sempre perceptíveis a quem observa do lado de fora. **Ao sair do casulo - nascer, a borboleta é símbolo da alma imortal e da liberdade com seus muitos olhos, leveza e ampla percepção**. E essa é a expectativa de transformação cotidiana e no ritmo próprio dos sujeitos envolvidos em processos de violências. Para os chineses e japoneses, as borboletas juntas às flores são sinônimo de felicidade e duas borboletas juntas ocasionam um belo e feliz casamento. Considerando a proposta da ONG, é importante destacar ainda o potencial polinizador das borboletas, que reflete o caráter multiplicador do trabalho realizado. A borboleta, em **formato de laço**, traduz o **vínculo familiar em seu movimento, o laço afetivo** a se (des)(re)construir. E quando ocorrem desentendimentos se diz: **“romperam-se os laços”**. Em alguns laços há nós a serem (des)(re)feitos, pois se pode estar envolvido em embaraço ou armadilha, aprisionamento ou em estratégia para atrair ou enganar. Mas pode ser também um **laço que**

<sup>160</sup> PAM - “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”, uma parceria entre a SOS Mulher e Família, Polícia Militar de Minas Gerais, Prefeitura e Universidade Federal de Uberlândia, para abordagens domiciliares em situações de violências conjugais e intrafamiliares.

<sup>161</sup> SOS Mulher e Família de Uberlândia. Guia de Orientação, revisto em 2016.

**favoreça a união e o vínculo.** Há laços fechados e/ou abertos, laços rígidos e/ou flexíveis, com nós mais ou menos apertados. O desafio está em contribuir para o reforço de laços que libertam e proporcionam conforto, segurança, troca, beleza e aliança entre casais e os membros da família. As **cores lilás**, violeta, roxo, púrpura e índigo são a **mistura, com vistas ao equilíbrio, do relaxante azul com tons do estimulante vermelho/rosa**. Na construção de gênero, tradicionalmente, a primeira cor é associada ao masculino e a segunda ao feminino, o que se tem desconstruído, com vistas a educação cidadã e integral, rompendo dicotomias. Essas cores podem transmitir sensações e simbolizar respeito, dignidade, serenidade, transgressão, mistério, sensibilidade, proteção psíquica, independência, sabedoria, alívio, transmutação, calma, consciência, restauração da autoconfiança, criatividade, espiritualidade, sinceridade, pensamento reflexivo, cura nos níveis físico, emocional e mental. Portanto, potencial para **realizar transformações, combater obsessões e medos e promover a paz interior**. (Grifos meus)

Como o objetivo da SOS Mulher é propiciar ações que contribuam para que as pessoas possam se autoconhecer, desenvolver formas saudáveis de convivência no relacionamento, com vistas à tolerância, ao respeito (por mais que haja conflitos) e para a paz, o encontro entre essas cores é significativo. O logo traz o *slogan* “pela paz conjugal e familiar” para reforçar seu objetivo maior de modo positivo e criar vínculo de confiabilidade e proximidade.

A organização da sociedade civil se constituiu com a perspectiva diferenciada, não sem obstáculos, para o olhar interdisciplinar, incorporando processo seletivo, formação continuada, cuidado dos(as) cuidadores(as), avaliação institucional, atuação laica, concepção de rede, busca por gestão democrática e autonomia, problematização de projetos e práticas como as ligadas ao Estatuto da Família, ao movimento Escola sem Partido/sem Ideologia entre projetos e discussões, para sua equipe, sem fundamentação e fundamentalistas, associadas às violências de gênero. Problematicando, ainda, o estatuto da família x famílias, restrição a contracepção em violência sexual, docentes impossibilitados(as) de discutir política.

A SOS cumpre trajetória de pioneirismo e referência para Programas na cidade, na região e no país, conforme mencionado no Capítulo II. Por outro lado, ainda não possui a sustentabilidade financeira necessária e por vezes mantém profissionais não alinhados à função e necessidades da instituição. Isso pode impactar negativamente o ambiente e as intervenções profissionais, em uma prática semelhante à de algumas vivências conjugais, ou seja, procrastinando tomada de decisões mais adequadas para o fluxo organizacional e com crenças de mudanças dos sujeitos, caindo no clichê de, por vezes, reproduzir o “mal” que pretende combater, ou seja: violências. Essa constatação é expressa pelos depoimentos dos profissionais que lá atuam (2014 a 2017). A título de ilustração, o caso em que a Sra. Urze (profissional SOS, entrevista 2015) sentiu-se excluída, “violentada” por membros da equipe

de atendimento ao ingressar como novata, e outros compartilhados pelas senhoras Dália e Violeta.

### 3.1.1 Dados sobre atendimentos, cenas, queixas e encaminhamentos

De modo comparativo, seguem dados quantitativos e análise qualitativa de atendimentos de 2001 na SOS Mulher e Família<sup>162</sup> e os de 2013 a 2017. De 2013 a 2017, a SOS Mulher e Família de Uberlândia realizou, de modo continuado e gratuito, nas áreas social, psicológica e/ou jurídica, 7.202 atendimentos às famílias, sendo a maior parte das pessoas atendidas em situação de violência afetiva, conjugal e familiar das regiões Oeste, Leste e Sul. Os tipos de ocorrências mais comuns: ameaça e lesão corporal. Os principais facilitadores da violência: drogas lícitas, drogas ilícitas, ciúmes, infidelidade, intimidação e ofensa. A faixa etária do público alvo é de 20 a 45 anos, sendo 92% mulheres. Dos primeiros novos atendimentos realizados na SOS Mulher e Família de Uberlândia, entre os anos de 2013 e 2017, a cada ano, sem computar, aqui, ações educativas e preventivas, nem mesmo orientação a pesquisadores, foram: em 2013 – 212 casos/famílias atendidas, em 2014 – 222, em 2015 – 398, em 2016 – 1.185, e em 2017 – 984. (Gráficos no Anexo 2)

Constata-se, ainda, por amostra da pesquisa realizada em 424 prontuários de atendimento da instituição, referente ao período de janeiro a dezembro de 2001, e por mim analisada, que as mulheres são quem mais procura a organização e maiores solicitantes e atendidas que vivenciam a violência conjugal e familiar. Dos 424 prontuários analisados, verifica-se que elas atingem o número de 400 pessoas.

As pessoas atendidas estão situadas, predominantemente, na faixa etária que dos 21 aos 40 anos, sendo 283 do total. Residem, em sua maioria, principalmente nos bairros Brasil, Roosevelt, Jardim Brasília, São Jorge, Seringueiras, Tibery, Santa Mônica, Morumbi, Canaã, Jardim das Palmeiras, Luizote de Freitas da cidade de Uberlândia. Não há dúvida de que

---

<sup>162</sup> Pesquisa realizada em 424 Prontuários de atendimento da SOS Mulher e Família de Uberlândia, de jan. a dez. 2001, sob coordenação de Viviane de Souza Lemes (Especialista em História e Graduada em Direito, voluntária da SOS e Chefe da Seção de Assuntos sobre Violência Conjugal e Familiar da Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Análise dos dados feita por mim.

“pobres” buscam mais os serviços de utilidade pública, o que não significa que o problema seja predominante nessa camada social. As classes médias e altas, no imaginário social, têm certo receio de escândalos, por possuírem *status* e patrimônio a preservar e condições e buscar ajuda particular. No entanto, na amostragem foram várias as de classe média que solicitaram apoio institucional e, em alguns casos, como o da Sra. Margarida (entrevista 2016), por meio de dezenas de Boletins de Ocorrência, em meio a exposição pública e concessão de entrevistas à mídia.

Apesar da representação social acerca do mito da democracia racial, com racismo ainda presente no País e na cidade, os dados parciais demonstram que as relações violentas predominam na cor/raça branca, compondo 236 das pessoas, enquanto são 76 negras e 68 pardas, problematizando esse imaginário social que relaciona violência a pessoas de determinada raça e condição social.

A maior parte, 113 pessoas, é natural de outros estados, 109 são de Uberlândia e 84 de outros municípios do Triângulo Mineiro. Esses dados reforçam a necessidade de Casa-Abrigo como a construída, nesse período, em parceria PMU/SMDS/Divisão dos Direitos das Mulheres, /Ministério da Justiça/CNDM e SOS Mulher e Família de Uberlândia para abrigar mulheres e filhos(as) em situação de ameaça de risco de morte. Local temporário e sigiloso, com atendimento interprofissional: social, psicológico, jurídico e médico, podendo abrigar pessoas por até 120 dias para se reestruturar física, emocional e financeiramente.

A relação das vítimas solicitantes com quem as agride é de proximidade: 161 informam estar em união estável e 129 informam ter marido. O tempo de convivência do casal varia de 5 a 10 anos para 80 pessoas, de 10 a 15 anos para 73 pessoas e de 15 a 20 anos para 49 pessoas. Sair de uma relação violenta conjugal, onde se investem sonhos, projetos, filhos, afetos, implica complexidade e especificidades que relações violentas entre estranhos não possuem.

Quanto à ocupação, verifica-se que a maioria, ou seja, 59, são domésticas, 47 são do lar, 44 desempenham serviços gerais e 41 mulheres são manicures.

A escolaridade é razoável, tendo 180 o 1º grau incompleto, 60 completaram o primeiro grau e 59 têm o segundo grau completo. Esse dado desmistifica o fato de que a violência doméstica ocorreria somente entre pessoas sem instrução ou pobres.

A renda mensal predominante fica entre as pessoas que não possuem renda, compondo o número de 100, e aquelas que estão recebendo de um a dois salários mínimos, somando 99 e, até 1 salário mínimo, 60 pessoas.

As(os) atendidas(os) ficaram sabendo da existência da instituição primeiramente pela Delegacia de Mulheres – 49, por amigas – 43, em terceiro lugar por atendidas da SOS Mulher

e Família e pelo Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, com número, respectivamente, de 25 e 24.

Os problemas mais comuns apresentados, por vezes simultaneamente (por isso número acima do total da amostragem), são as agressões psicológicas, com 983 dos relatos, envolvendo principalmente as ofensas, em seguida as violências físicas, com 442 queixas, sendo agressões e, entre outras formas, aponta-se o alcoolismo em 193 relatos como problema significativo. E nas menções de utilização de álcool e/ou outras drogas pelos autores de violências, apesar de em muitos prontuários não constar essa informação, verifica-se o uso excessivo da bebida, que, entre 128 respostas, é apresentado como a principal causa apontada para a última agressão em 112 casos, seguido dos ciúmes em 62 respostas.

Quando consta esse dado, as agressões geralmente ocorrem em período noturno ou incerto, sendo que em 254 relatos os conflitos e delitos ocorrem na residência da vítima. Isso demonstra a necessidade de órgãos de atendimentos com sistema de plantão. Os casais têm em média de um a dois filhos(as), conforme afirmação de 206 pessoas, e de três a quatro, de acordo com 119 pessoas. É significativo o fato de que a maioria não registra queixa ou faz ocorrência policial, sendo que, de 208, apenas 123 buscaram auxílio. Os motivos para a inibição da denúncia e busca de ajuda são vários, principalmente o medo, a crença de melhora temporária da relação, vergonha e filhos(as).

Apesar de muitos prontuários não possuírem respostas para esse item, durante a violência, quando são utilizadas armas, instrumentos ou outros meios, prioritariamente e/ou simultaneamente, são relatados socos, tapas, chutes, empurrões, pontapés – 44 vezes e armas brancas, como facas, facões, peixeiras – em 34 relatos.

Ao buscar a instituição, a maioria deseja apoio social, jurídico e psicológico, nessa ordenação, e a entidade tem como diretriz a sequência de atendimento: social, psicológico e jurídico, buscando favorecer a reestruturação da vítima, evitar reincidências e desgastes. E quando há encaminhamento interno para a área jurídica, pois muitos casos são resolvidos sem precisarem de por ela passar, solicitam em primeiro lugar orientações gerais e sobre seus direitos, somando 104 casos atendidos e desses 74 finalizaram em separação.

Em boa parte dos casos não há esse procedimento, mas, quando se faz necessário, a instituição encaminha pessoas atendidas também para outros equipamentos externos. Em significativa maioria, para grupos de Alcoólatras Anônimos, com 21 relatos, Juizados Especiais (antes da Lei Marida da Penha), com dezoito, e para o Conselho Tutelar da Criança e Adolescente, também com dezoito casos, especialmente por envolver menores de idade, ou esses vivenciarem impactos da relação violenta entre o casal. Vários casos são encaminhados

para abordagem domiciliar feita pela equipe de atendimento da Instituição, compondo quatorze relatos.

Quanto ao ano de 2016, foram realizadas aproximadamente 185 orientações a pesquisadores(as) por via presencial e virtual, nesse caso com envio de informações por e-mail, acessos ao site e página da instituição no *Facebook*.

Segundo Relatório Anual de 2016 e de anos anteriores ao período delimitado para este trabalho, verifica-se que, sobre os atendimentos internos, há diretriz de que não é a equipe da instituição quem faz escolhas para os(as) usuários(as) do serviço, ou define sobre suas escolhas e caminhos. No entanto, em seus histórico, conforme fontes documentais, como atas de reuniões e relatos das senhoras Violeta e Dália, houve, “excepcionalmente, profissionais mais diretivos, doutrinadores(as), perversos(as), oportunistas, com ética duvidosa, com inconsistência nos atendimentos, em oposição a essa filosofia e se desligaram, ou foram desligados(as), deixando rastros de impactos no clima da organização e, ao mesmo tempo, alertando para maior rigorosidade no processo seletivo e acompanhamento de participantes”. Verifica-se que há também profissionais que permanecem na instituição, ocupando funções que requerem competências, habilidades e afinidade para com suas atribuições, porém com insuficiente experiência, ou não finalizaram a graduação na área, demonstrando limitações quanto aos procedimentos. Algumas dessas pessoas têm buscado aperfeiçoamento e outras não. A instituição possui restrição financeira para manter profissionais qualificados no seu quadro de pessoal fixo, cujo vínculo é pela CLT e, por vezes, depois de todo investimento na formação, a pessoa opta por sair atraída por melhor remuneração, ou para prestar concurso público, visando à estabilidade, o que revela a necessidade de mais profissionais voluntários e/ou cedidos por outras instituições. O relato demonstra que a violência institucional tão recorrente no poder público, também ocorre, mesmo que pontualmente, no terceiro setor.

As metodologias de atendimento podem ser: individual, com o casal, ou em grupos de apoio e reflexivos (Folder da SOS Mulher e Família, revisto em 2017).

Segundo fontes documentais, como ofícios, relatórios anuais, planejamento estratégico, atas de reuniões da SOS, no período de 2015 a 2017, um dos Programas da instituição, o Programa de Abordagem Domiciliar e em Rede para enfrentamento à violência doméstica (PAR), constitui-se em modalidade de atuação que propõe sustentar as suas ações no conceito de Rede de atendimento. Este Programa surge do reconhecimento da necessidade de aprimoramento do então Programa PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar (suspense em junho/2015 devido à saída da PMMG da parceria). Outro aspecto considerado no PAR relaciona-se à compreensão do significado de enfrentamento à violência, em

consonância ao adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O termo enfrentamento refere-se à implementação de políticas amplas e articuladas, que considerem a complexidade da violência às mulheres em todas as suas expressões. Com essa compreensão, requer ações conjuntas e integradas, que vão além do combate às violências que se manifestam de maneira explícita, muitas vezes por meio de lesões corporais. Nesse sentido, a proposta da SOS, nas representações de seus profissionais, caminha no sentido de incentivar ações que desconstruam as desigualdades e discriminações de gênero; que considerem as diferentes e também significativas formas de violências que interfiram nos padrões sexistas ainda presentes na sociedade brasileira; que promovam o empoderamento/autonomia das mulheres; e que garantam atendimento qualificado e humanizado em situações de violências. Nesse processo, releva-se a importância da superação gradativa e contínua, não sem desafios, de determinadas representações sociais sobre gênero e poder, especialmente as vinculadas ao binarismo e naturalização das violências.

O Programa PAR, em processo de contatos com potenciais parceiros para revitalização em 2017, tem como finalidade promover a cultura de paz no contexto familiar, a partir de perspectiva de gênero, com abordagem interdisciplinar e interinstitucional, valendo-se de metodologia com foco em estratégias que favoreçam a mediação e resolução de conflitos, por meio de atendimentos à população de risco, pautada em ações preventivas e abordagens domiciliares, quando reconhecida essa demanda, cuja ação continuada se estabelece junto à rede por meio de formação profissional, prevenção e de intervenção junto à comunidade que vivencia violência no contexto conjugal e familiar. (Projeto do Programa PAR, 2017)

A efetivação da parceria entre PMU-UFU-SOS Mulher e Família de Uberlândia se dará a partir da superação/solução de questões burocráticas e documentais que precisam ser processadas entre os parceiros, culminando com Acordo de Cooperação em que constam as atribuições de cada qual, conforme registrado nas atas analisadas.

Por um tempo, de 2002 a 2007, segundo Atas de Reuniões e entrevistas com Sr<sup>a</sup> Dália (profissional SOS, entrevista 2015, 2017), a SOS Mulher e Família de Uberlândia funcionou como Centro de Referência para Encaminhamentos à Casa-Abrigo Travessia, até o Poder Público, com aval do legislativo municipal, retirar a instituição da Lei, deixando a cargo somente da Delegacia de Mulheres avaliar encaminhamentos (não sem resistências e questionamentos, inclusive, públicos), mesmo que esta não possuisse equipe interprofissional para análise dos casos. Ficam registradas reincidentemente nessas Atas da SOS Mulher e Família (2014-2017) as relações de poder, vaidades em detrimento de ações que beneficiem

demanda, desrespeito à autoria do Programa Casa-Abrigo pela SOS, continuidade ou não do que foi realizado em gestão pública anterior.

A documentação da instituição, Atas de Reuniões, Relatórios Anuais, Estatuto e Regimento Interno (1997 a 2017), registram que ela conta com espaço para a Formação Continuada de sua equipe de atendimento, com vistas a relacionar reflexão teórica e prática ética, qualificada, profissional e interdisciplinar, sob a coordenação e supervisão de membro fundador, participante da Diretoria, e um profissional voluntário pertencente ao quadro da UFU, que atua para mediar e viabilizar a aprovação de editais da universidade para projetos com financiamento de bolsistas para tal espaço, material de consumo e outras ações. Inicialmente, esse espaço era aberto à participação de pessoas de fora da instituição, depois definiu-se, para aprofundamento e também para favorecer a discussão de casos com sigilo, que seria restrito aos profissionais da instituição, mesmo que facilitadores(as) convidados(as) e especialistas em determinadas temáticas sejam convidados da comunidade externa. Os temas eleitos coletivamente para serem trabalhados no ano de 2017 foram, por exemplo: diálogos sobre os atendimentos social, psicológico e jurídico; violências e o uso de álcool e outras drogas; crianças e adolescentes em conflitos com a lei; desafios do trabalho com autores de violências; alcance da Lei Maria da Penha nas instâncias policiais e jurídicas do município; abortamento ético ou aborto legal e como lidar com as instâncias coibidoras desse direito?; o ciúme nas relações afetivas e as violências; rede de enfrentamento às violências; terapia familiar: abordagens teóricas e técnicas; estratégias para lidar com veículos de comunicação e produção e imagem/reputação organizacional e dos profissionais ao tratarem de violências domésticas.

Há também o Cuidando dos Cuidadores, grupo de convivência coordenado por voluntária psicóloga, com o objetivo de favorecimento da equipe por meio de estratégias que visam ampliação do autoconhecimento e desenvolvimento de habilidades interpessoais fundamentadas na cultura da paz e oportuniza aos profissionais espaço de acolhimento dos sentimentos mobilizados pelos atendimentos e trabalho em equipe, com utilização de cineclubes, automassagens, musicalidade, arte terapia, danças circulares, dança de salão e outros recursos da cultura.

Além dos descritos, a SOS também desenvolve atividades socioeducativas e preventivas (ilustrações, anexo 6) junto à comunidade, e orientação a pesquisadores(as) e estagiários(as), com utilização de diferentes recursos que viabilizem a compreensão e sensibilização do público em relação às questões relativas ao complexo processo de violência que ocorre no contexto das relações conjugais, de gênero e intrafamiliares. Conforme fontes documentais analisadas (atas, folders e ofícios no período de 1997 a 2017), destaca-se a



realização de atividades, como Conferências, Oficinas, Palestras, o Simpósio Regional, as ações do Dia Internacional das Mulheres, do Dia Nacional e Internacional pela Não Violência às Mulheres, entre outras.

Conforme consta nos documentos analisados e mencionados acima, possui em seu histórico articulações políticas e conquistou assentos e representação no Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, no Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Uberlândia, no Conselho Municipal de Assistência Social, no Conselho Municipal de Segurança Pública e no Conselho Municipal de Políticas Anti-Drogas. A Diretoria da instituição, como reforça a Sr.<sup>a</sup> Violeta, compreende que são espaços de poder, de decisão que precisam ser ocupados, de modo qualificado, para estimular a efetivação de políticas públicas de promoção das famílias. E representantes apresentam resultados das deliberações nesses espaços em reuniões mensais ou extraordinárias de Diretoria abertas a toda a equipe. Inicialmente essa comunicação era mais truncada, mas com o tempo foi sendo melhor sistematizada e compartilhada, conforme consta nas atas de reuniões de equipe.

A SOS recebeu, pelo conjunto de todo o trabalho realizado, o Prêmio e Selo Excelência Cidadã pelo CDL e Câmara Municipal de Uberlândia para uso nos anos 2012-2013, 2014-2015 2016-2017 e, em outubro de 2017, foi novamente contemplada com Selo para utilização em 2018-2019. Nesses anos, foram também selecionadas, para o prêmio Cidadã(o) Benemérita(a), pessoas da comunidade, indicadas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia, com reconhecido trabalho desenvolvido no combate à violência às mulheres. A instituição expõe a certificação das premiações na entrada da sede, sendo símbolos de orgulho e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Os diagnósticos sobre os atendimentos de 2014 a 2017 revelam que o público atendido pela SOS possui características diversificadas, nesses anos de atuação, reforçando a ideia de que a violência doméstica e familiar pode ocorrer indistintamente com qualquer pessoa e/ou grupo familiar da comunidade. No entanto, as características de atendimento que se revelam mais frequentes são: pessoas com situação socioeconômica de baixa renda, residentes em bairro de periferia (predominantemente Zonas Oeste e Sul de Uberlândia) e que sofrem de violências catalisadas por pessoas agressoras envolvidas com drogas lícitas e ilícitas. Vale ressaltar que esse não é o público que sofre maior violência, mas é o que mais frequentemente faz denúncias e/ou busca serviços especializados na SOS Mulher e Família de Uberlândia.

Em seu Guia de Orientação<sup>163</sup> (2016) define como compondo as violências atendidas: conduta, entre cônjuges ou familiares em outros graus, que cause danos, morte, sofrimento

---

<sup>163</sup> Guia de Orientação da SOS Mulher e Família de Uberlândia, revisto em 2016.

físico, sexual, psicológico, moral e/ou patrimonial ao sujeito, tanto no âmbito privado, quanto no público. E descreve como formas de violência emocional/psicológica: tratar a pessoa com descaso, fazer acusações, intimidar, diminuir, humilhar, xingar, usar os(as) filhos(as) para fazer chantagem, provocar confusão mental e levar a pessoa a duvidar de suas próprias atitudes, fazer com que se sinta culpada, ameaçar de violência física e de morte, isolar a pessoa de amigos(as) e parentes, cárcere privado, “quebradeiras”, praticar abuso sexual, controlar, reter, confiscar dinheiro, destruir objetos ou documentos, induzir ao suicídio, entre outros. Violência física: empurrar, bater, atirar objetos, sacudir, esbofetear, espancar, estrangular, chutar, usar ou ameaçar com arma branca ou de fogo, envenenar, entre outros. E violência sexual: forçar (com ou sem violência física) relações sexuais, quando não consentidas, quando um dos componentes do casal está dormindo, ou está doente, forçar a praticar atos que desagradam, obrigar a olhar pornografia ou a fazer sexo na frente de outras pessoas, e mesmo dos(as) filhos(as). Abuso sexual, estupro, entre outros.

Em maioria, os dados das entrevistas com quem vive violências (2014 a 2017) revelam que as mulheres são alvos de vários tipos de agressões, estando entre as principais: violência doméstica que costuma ocorrer dentro de casa e, neste estudo, mais especificamente a conjugal. Além da violência física recorrente e reincidente em nossa amostragem, essa que deixa marcas no corpo. Outras formas são expressas e significativas para os sujeitos envolvidos.

A violência institucional é cometida por agentes de órgãos prestadores de serviços públicos da rede de apoio e que deveriam proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade e garantir a reparação dos danos causados pela agressão: “lá vem a Maria Batalhão, dizia a polícia, pelas várias ocorrências” (Sr.<sup>a</sup> Iris, entrevista 2015); “não tem viatura, a senhora que vá pra casa de um parente” [...] “tudo que era ocorrência que eu fazia, ninguém fazia nada e na Delegacia me disseram: por que a senhora não mete a mão nele?” (Sr.<sup>a</sup> Margarida, entrevista 2016); “demorou muito [...] eu fiquei um tempão, quase que a tarde inteira lá na Delegacia e não resolveu nada, depois ainda tinha o IML [...] A delegada conversou, me ouviu, mas nunca mais virou nada” (Sr.<sup>a</sup> Lisianthus, entrevista 2016).

A violência moral, em que predominam atos de humilhação, de desqualificação, de ridicularização e de difamação que ocorrem repetidamente nas relações conjugais e familiares e também no trabalho, para forçar demissão: “as pessoas te tratam bem aqui porque você é minha esposa” (Sr.<sup>a</sup> Orquídea, viveu violência, entrevista 2014); “você é burra, eu sou formado” (Sr.<sup>a</sup> Bromélia, entrevista 2015); “deixa eu dirigir esse carro, senão a gente nunca chega” (Sr.<sup>a</sup> Flor, entrevista 2016); “ele começou a falar de mim pras pessoas que não eram do nosso convívio, que era pra me proteger porque eu sou muito boba e ingênua [...] me expôs naquele coletivo e discussão política” (Sr.<sup>a</sup> Erva Doce, entrevista 2015); “ele me maltratava muito na frente dos

outros e isso me acabava” [...] ”com 7 meses de gravidez ele me largou dizendo que eu estava muito feia e começou a sair muito e me largou” [...] ”você é uma desgraçada, não presta pra nada” (Sr.<sup>a</sup> Lisianthus, entrevista 2016).

Na violência sexual se nega o desejo e o corpo da outra pessoa, por meio de posse sexual forçada ou da exigência de relações sexuais de formas indesejadas: “uma vez ele me estuprou porque ele não aguentava mais” (Sr.<sup>a</sup> Margarida, 2016).

E a violência patrimonial caracteriza-se por ações que dificultam o acesso à autonomia e implicam dano, perda ou retenção de bens e valores: “ela queimou minhas roupas” (Sr. Lírio, entrevista 2014, 2017) “vou quebrar seu espelho e sua máquina de costura: quebrou e também minhas coisas de costura”. (Sr.<sup>a</sup> Orquídea); “ele pegava minhas coisas, punha lá no fundo, jogava gasolina e queimava tudo” (Sr.<sup>a</sup> Lisianthus, entrevista 2016). Há histórico de violências na família de origem. A dependência química é cenário de vários casos: “chegava bêbado”; “com a bebida ficava pior”; “era obrigada a ficar no quarto com ele fumando maconha”; “se ficava chateado, aí que bebia mesmo” (senhoras Flor, Lisianthus, Margarida, Orquídea, Alissum, Consolida, entre outras, entrevistas 2014 a 2017)

Com relação à avaliação institucional formal, por parte de pessoas atendidas, a SOS tabulou em 2016<sup>164</sup>, por meio de instrumental disponibilizado na sala de espera, sendo opcional/espontâneo seu preenchimento. Destaca-se que as(os) atendidas(os) não passam, necessariamente, por todas as áreas de atendimentos da SOS (Serviço Social, Psicológico e Jurídico), tendo em vista as peculiaridades de cada caso e o desejo de quem busca. Assim, segue a síntese das avaliações referentes aos meses de fevereiro a novembro de 2016.

O questionário foi aplicado às pessoas que iniciaram algum tipo de atendimento nesse ano, e obteve 43 respondentes. As questões possuíam três níveis de opção: satisfeito, pouco satisfeito e insatisfeito.

Constatou-se pela amostra que, em aspectos gerais, as pessoas atendidas estão satisfeitas com a qualidade da recepção quando chegam à SOS.

Com relação aos aspectos da área do Serviço Social, foi quase unânime a satisfação em todos os atributos perguntados, com exceção da articulação com outras áreas, em que quase 7% (três pessoas) disseram estar pouco satisfeitas. Houve ainda 3% (uma pessoa) de pouco satisfeita no quesito de pontualidade.

A área de Psicologia sofreu dos mesmos 7% (três pessoas) no quesito articulação, e teve uma avaliação de pontualidade com pouca satisfação por 21,4% de atendidas(os) (9 pessoas).

<sup>164</sup> Avaliação institucional realizada por pessoas atendidas na SOS Mulher Família de Uberlândia, em 2016.

As pessoas atendidas avaliaram como pouco satisfeitas em relação à clareza das informações prestadas pelo jurídico em 50% das vezes, sendo um ponto de atenção a melhorar. Nessa área, a pontualidade ficou em nível de satisfação de 33%. Vale comentar que somente em 2017 a instituição passou a ter profissional do direito como fixo remunerado. Até então, somente voluntárias(os) e estagiárias(os). Por fim, o acolhimento e receptividade resultou em quase 17% de pouco satisfeitas, tendo recebido 100% nas outras características, ou seja, conhecimento do trabalho, respeito e educação, equilíbrio emocional, sigilo às informações, articulação com outros setores e perspectiva geral.

Sobre a sede da SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, no que se refere aos horários e dias de funcionamento, 80% das pessoas atendidas estão satisfeitas e 20% pouco satisfeitas; 15% aparecem pouco satisfeitas; espaço físico teve 4,5% de pouco satisfeitas e as outras categorias, como limpeza e higiene, organização e localização, tiveram 100%, ou quase de satisfação. No anexo 3 há tabelas com avaliação institucional, por amostragem, de pessoas atendidas em 2017.

Por esses dados, pode-se perceber que, de um modo geral, as pessoas atendidas pela instituição estão satisfeitas com a sede e também com os serviços disponíveis. Ou seja, respondendo uma das questões da investigação, pelas avaliações de quem foi atendida(o) nessa organização, há relevância de intervenções de profissionais especializados conferida por pessoas que foram ali atendidas, sendo possível atender situações de violências sem cometê-las, havendo estímulo e não inibição para busca de saídas das violências.

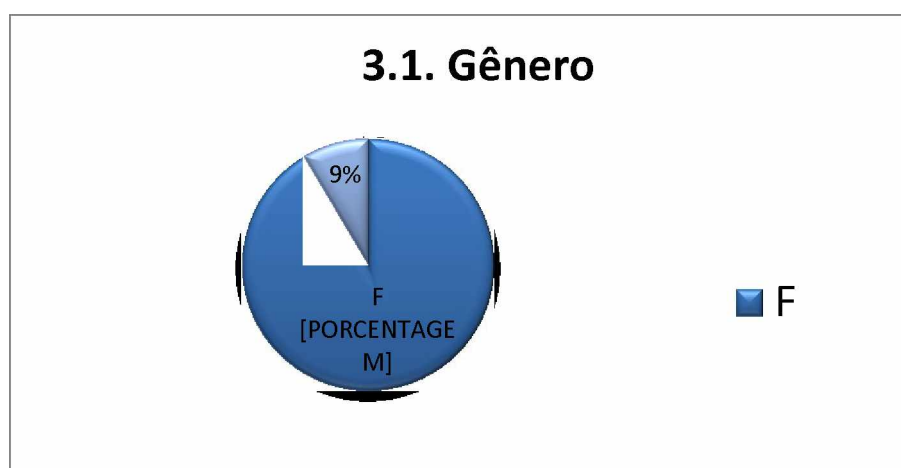
Quanto aos aspectos que dificultaram o trabalho, em 2016, o Relatório Anual pontua que a avaliação foi feita pela equipe, a partir da atividade “Balanço Geral 2016”, com pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, anualmente realizada pela instituição, ocasião em que as(os) profissionais apontaram aspectos relevantes referentes aos resultados deste exercício, bem como sugeriram pontos de melhorias a serem implementados, em 2017, a partir de Planejamento Estratégico (anexo 4).

Segundo relatórios elaborados pela área do administrativo da SOS Mulher e Família, que produzem gráficos a partir dos dados lançados no sistema por profissionais de atendimento, de 1997 a 2016 a SOS Mulher e Família de Uberlândia recebeu de modo continuado 6.170 famílias no primeiro atendimento, geralmente o social, sem se levar em conta as ações continuadas, nas áreas social, psicológica e/ou jurídica, sendo a maior parte das pessoas atendidas em situação de violência afetiva, conjugal e familiar das regiões Oeste, Sul e Central da cidade (Ex: Bairros Planalto, São Jorge, Brasil). Os tipos de ocorrência mais comuns foram ameaça e lesão corporal. As principais alegações para as violências: ciúmes, fim de relacionamento, drogas lícitas, drogas ilícitas, infidelidade e intimidação. A faixa etária

do público-alvo é de 20 a 45 anos, sendo 90% mulheres. Iluminando dados de dois anos e mais recentes, podemos verificar permanências quanto à demanda e algumas diferenças, como será demonstrado a seguir. Os gráficos apresentam características de 387 pessoas que vivenciaram violências, primeiro atendimento pelo Serviço Social da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

Entre os anos de janeiro de 2014 a dezembro de 2016 foram realizados 1.805 atendimentos na área de Serviço Social. Sobre eles, constam as informações referentes ao primeiro atendimento familiar, a crianças e adolescentes e sem os retornos em geral. Os diagnósticos a seguir dizem respeito às características das pessoas atendidas na SOS Mulher e Família, extraídos de seus prontuários em amostragem de 397 casos selecionados.

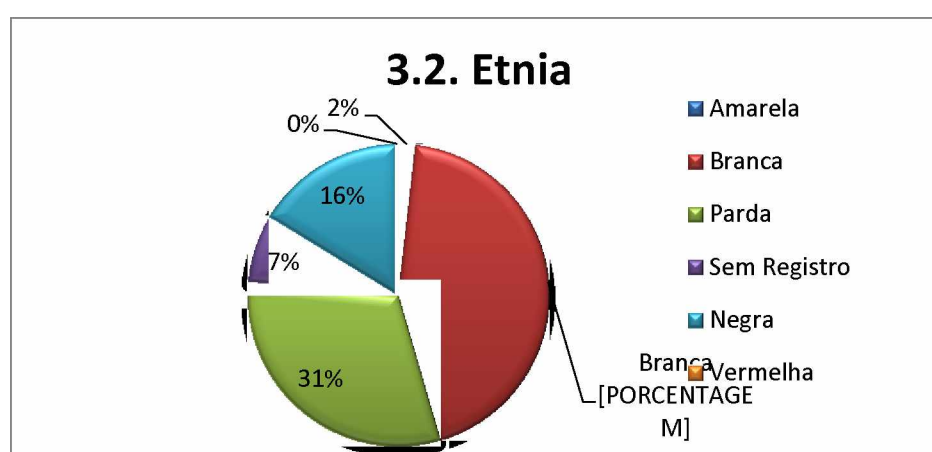
Gráfico 1 Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia por gênero, 2014 a 2016



Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

A maioria dos casos atendidos é de mulheres, com o percentual de 91%.

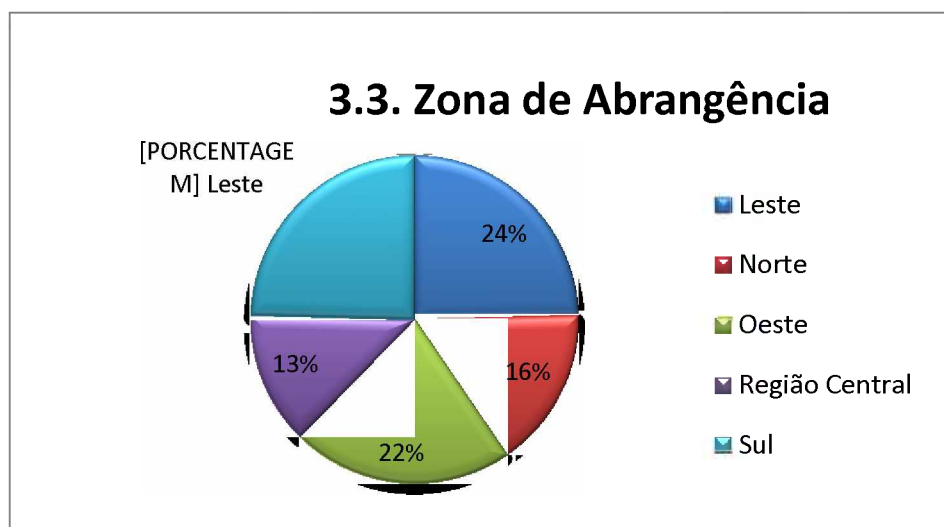
Gráfico 2 Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia por etnia, 2014 a 2016



Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

Grande parte das(os) atendidas(os) na SOS Mulher e Família se declara como branca(o) (44%), em segundo lugar como parda(o) (30%) e, em terceiro, como negra(o) (16%). Seguido daquelas em que não houve registro de etnia (8%) e as que se denominam amarelas (2%). Brancos(as) e pardos(as) juntos(as) correspondem a 74% dos casos registrados.

Gráfico 3 Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia por zona de abrangência, 2014 a 2016



Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

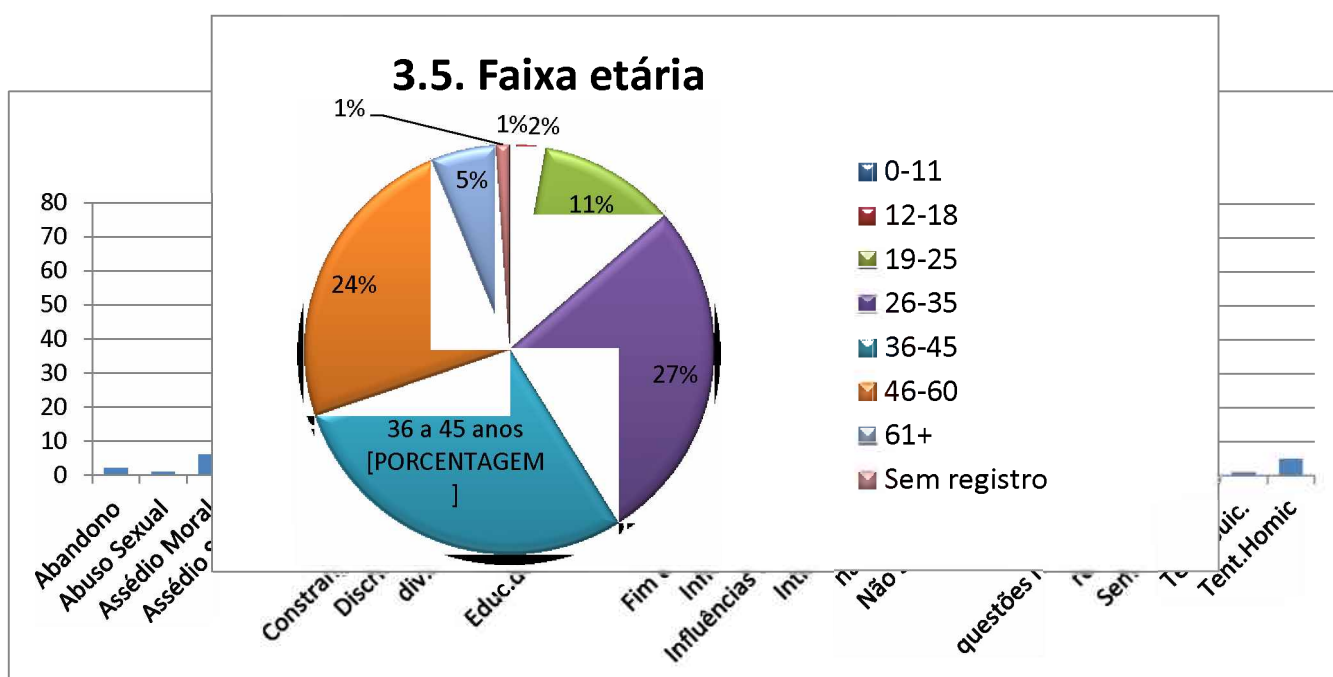
Quanto à zona de abrangência, a maioria dos casos que chegam à instituição é da região Sul da cidade (25%), seguido da região Leste (24%) e do setor Oeste (22%).

Gráfico 4 Alegações apresentadas por pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia para as violências cometidas, 2014 a 2016

Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

As alegações para as violências predominantes nos anos indicados foram drogas (18%), ciúmes (13%), 10% dos casos não se aplicam aos facilitadores apresentados, em sequência as ofensas (9%), a intimidação (7%) e a infidelidade (7%). Os termos de relacionamentos foram facilitadores de 5% dos casos apresentados, da mesma forma que os casos de que não houve registro (5%). O estupro, CDI (Calúnia, Difamação e Injúria) e Rec. Sexual (Recusa Sexual) preenchem 12% das situações, cada um com 4%, além dos casos com facilitadores não identificados, também com 4%. 2% dos casos são identificados como divergência na educação dos filhos, 2% como assédio moral e 2%, outros tipos, totalizando 6%. As alegações menos comuns são de tentativa de homicídio (1%), tentativa de suicídio (1%), divergência de opiniões (1%), constrangimento (1%), assédio sexual (1%), filhas(os) (1%) e abandono (1%).

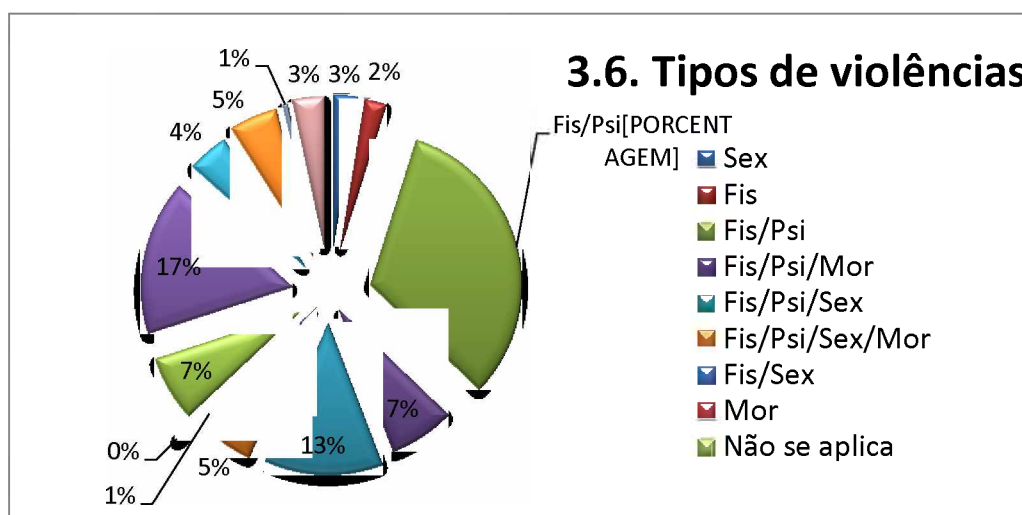
Gráfico 5 Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia pela faixa etária, 2014 a 2016



Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

A maioria das pessoas atendidas pertence à faixa etária de 26 a 60 anos. Percebe-se que a maior parte de atendidas(os) corresponde à fase adulta.

Gráfico 6 Distribuição das pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia pelo tipo de violência sofrida, 2014 a 2016



Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2016.

No Gráfico 6 estão contidas as informações referentes aos tipos de violências que foram retratadas na ONG. Nota-se que a maior parte das pessoas atendidas sofreu violência do tipo física e psicológica (32%). Outro dado relevante foi o conjunto de violências físicas, psicológicas e morais (17%).

Analisando a frequência dos casos, contando com as interseções dos conjuntos, observa-se que o tipo de violência psicológica apresenta o maior percentual nas ocorrências, (84%). A violência do tipo física também apresenta ocorrência significativa (60%). Outros fatores de ocorrências são a violência sexual (27%) e a violência moral (18%).

A SOS Mulher e Família de Uberlândia foi, durante os anos, ajustando a metodologia para diagnósticos e realizou, em 2016, o total de 2304 atendimentos, sendo a área do Serviço



Social responsável por 1185 atendimentos, a de Psicologia responsável por 1056 atendimentos e a jurídica por 63 atendimentos. Além dos atendimentos internos, a SOS Mulher e Família promoveu, em 2016, atividades socioeducativas e psicossociais por meio de palestras, pesquisa-ação, entrevistas em diferentes Programas de rádio/tv da cidade/região, intervenção e coleta de dados pela investigação-ação para promoção, defesa, garantia e educação em direitos humanos. Tais ações atingiram o total de 886 pessoas, que, somados aos atendimentos internos, atingiram, de maneira direta, 3190 pessoas, sem se considerar seguidores(as) nas redes sociais digitais que existem institucionalizadas, desde 2014. O anexo 2 contém alguns gráficos ilustrativos e complementares também de amostragens de outros períodos.

A SOS Mulher e Família de Uberlândia custeia por volta de 98% de suas atividades, serviços e projetos realizados com recursos públicos através de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou instituições públicas e cerca de 2% advém de atividades que derivam recursos financeiros para OSC por projetos aprovados, para período determinado, por organização governamental ou não-governamental, ou emenda parlamentar. Em 2017, de subvenção municipal de aproximadamente R\$229.000,00 reais ao ano. Com alegação de crise e declaração de calamidade financeira, não remetida à assembleia para análise e votação, os valores destinados pelo município foram repassadas com atrasos e significativos prejuízos ao trabalho desenvolvido junto à comunidade.

Houve e há (conforme recomendações do planejamento estratégico 2018, Anexo 4) períodos, na Organização, com mal-estares e impactos no ambiente organizacional, de acordo com a Diretoria, devido a profissionais remuneradas por subvenção municipal estarem insatisfeitas com os baixos salários. E se a subvenção é depositada antecipadamente, os salários são pagos antes do quinto dia útil. Entretanto, há também meses em que, devido a atraso do Poder Público, esses depois profissionais recebem depois, o que cria, insatisfações.

No relato da experiência profissional, a psicóloga da SOS Sr.<sup>a</sup> Dália comenta que se ingressou na instituição, no seu primeiro ano de constituição, por ter assistido na televisão falarem que a instituição estava precisando de voluntários e foi ver. Começou a atuar com atendimentos clínicos. Produziu artigo, com a orientação de professora da UFU, sobre a demanda do SOS. Ela sofria com atendimentos de alguns casos e não compreendia como a pessoa não recuava. Atendeu mulheres, homens, casais e crianças como experiência e oportunidade muito produtivas, constata. Acabou se envolvendo também com as questões administrativas no SOS e na Cooperativa de Psicologia, da qual participa. Teve experiência com a Clínica na Faculdade, “[...]é uma parte da Psicologia, muito diferenciada, onde se tem o contato humano, o que acontece na subjetividade, como lida e expõe para o outro, o que a

gente vê na gente para lidar com essa demanda”. Acha a clínica desafiadora e, a organizacional, “[...]se não tiver cuidado, vira um feijão com arroz”.

A Sr.<sup>a</sup> Dália menciona que “[...] em alguns momentos tiveram que “desarmar” homens que chegavam rompantes e entravam alterados, porque a mulher estava sendo atendida e não acreditavam que elas tinham chegado àquele ponto”. Conta que houve casos em que tiveram que chamar o marido na área jurídica, mas que este achou que estava sendo preso, e chegou bravo e agressivo. Dália o atendeu, foi criativa ao colocar um desenho bem rente aos olhos e perguntar “o que ele estava vendo. E ele dizia que nada”, e foi afastando o desenho e perguntando o que via e “[...] ele foi dizendo e vendo que, quanto mais afastado, a visão ficava melhor. Assim ele conseguiu ouvi-la e perceber que ele estava enganado e até chorou, dizendo não estar reconhecendo a esposa”. Assim, há casos que a afetam muito, mesmo com a experiência que tem, percebe que “há sofrimento tanto do agressor, quanto da agredida”.

Acredita a Sr.<sup>a</sup> Dália que a abordagem da psicóloga deve ser de “[...] não recontar a história, pois esta as pessoas atendidas conhecem, e sim mostrar outros aspectos para que eles consigam identificar o que pode ter relação com o que viveram, o que marcou na vida e que muitas vezes está associado ao que vivem hoje”. Na perspectiva dela, “[...] a Psicologia trabalha no sentido da pessoa se revisitar e se reconhecer naquilo que faz, admitir as dificuldades que tem”.

A fala da Sr.<sup>a</sup> Dália remete à reflexão de Clarice Lispector (1920-1977), quando menciona que “até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta nosso edifício inteiro”, daí a(o) profissional ficar atento ao tempo interno de cada sujeito embrenhado em situações de violências. Várias narrativas apontam para a fragilidade do edifício interno de algumas dessas pessoas.

Pensando no início do SOS, a Sr.<sup>a</sup> Dália se lembra que “[...] utilizaram como inspiração o SOS de Campinas e aqui em Uberlândia estavam ensaiando constituir, eram amadores, embora os(as) profissionais tivessem experiências, com esta demanda específica de violência”. No começo, relembra, “[...] havia um embaraço, para definir questões complexas, mas que ainda podem acontecer, pois as pessoas se colocam em um ponto estratégico, que chegam a se convencer de sua condição de vítima, ou que alguém vai aprontar alguma”. No entanto, avalia que “[...] com a experiência e os anos de atendimentos na instituição, isto é mais raro de acontecer, mas há aspectos a serem melhorados”. Por ser voluntário, constata, acerca do trabalho da Diretoria, que “[...] há dificuldades na identificação de profissional que consiga cumprir plenamente sua função”. Percebe como desafio o fato de que “[...] nem todos têm a mesma disposição de participar, de serem presentes e lidarem com obstáculos”. Pondera que, “[...] em instituição de terceiro setor, não há tanta hierarquia, ou seja, cada um deve ser

responsável pela tarefa que exerce. Não há alguém para monitorar e cobrar cotidianamente, as interpretações são as da pessoa mesmo”. Compreende ser “[...] preciso compromisso e responsabilidade, caso contrário estes profissionais podem ser convidados a se desligarem, pois não contribuem”, após serem submetidos a avaliações institucionais.

Sobre parcerias, a Sr.<sup>a</sup> Dália percebe que a Polícia Militar aprecia trabalhar com a SOS (parceria com o Programa PAM, por exemplo), pois há menos cobranças em relação ao que estão acostumados, “[...] não precisam bater continência, sem rigidez”. No entanto, “[...] houve pessoas na instituição que se viram mais à vontade, fazendo o que queriam e não o necessário, ao ponto de desvirtuarem procedimentos”. Acredita que caso de violência familiar “[...] não seja caso de polícia, mesmo que haja alguma demanda policial, casos são mais complexos e exigem tratamentos específicos”. Pelas parcerias, constata haver “[...] corporativismo na instituição policial”. Quando precisam de manutenção de viaturas, a SOS que precisa tomar providências, pois “o Estado parece acreditar não ter nada a ver com isto”. Afirma que a “[...] SOS é uma organização imprescindível, que foi pensada e articulada por pessoas sensíveis, com o intuito de intervir em casos de violência. Mas a polícia, na parceria, parece estar tentando modificar este Projeto sem entender as necessidades e as problemáticas”.

Limitação, omissão, distorção, burocratização, ou mesmo apropriação indevida, com questionável postura ética, de políticas públicas que minimizem violência conjugal são recorrentes na investigação e nos seus resultados, inclusive com ausência de representantes em audiências públicas propositivas, ou, quando presentes, representantes sem autonomia para decisões ou encaminhamentos resolutivos.

A Sr.<sup>a</sup> Magnólia (profissional SOS, entrevista 2016), diz: “[...] apaixonada pelo amor, adora se apaixonar, viver o amor, de viver a relação conjugal”. Por volta de 1990, começou a constituir grupos de mulheres na UFU, voltados à questão da Sexualidade. Aposentou-se aos 47 anos. Avalia que “[...] o Departamento de Psicologia era muito difícil”, então foi clinicar e atender casais, por mais ou menos dez anos, depois se aposentou de vez. Estudou Psicodrama de 1993 a 1996 e fez cursos de Terapia Breve. Atendeu mulheres e grupos com foco em sexualidade. Considera que “[...] terapia de casais naquela época não era comum, tinham muita resistência. Sempre tinha o fato de acharem que o problema é e está no outro”. Considera que “[...] quando se atende, individualmente, a tendência é tomar partido de quem está falando, você estabelece uma empatia e acha que a pessoa fala a verdade. Quando é casal, você passa a ser um juiz”. Animou-se a trabalhar com casais depois que fez “[...] Psicodrama, que te dá a chance de quebrar o discurso”. Geralmente, a primeira solicitação “[...] é a

montagem de uma imagem de como veem a relação, individual e assim vai-se constituindo um universo. Cada um trazendo uma imagem diferente”.

Na avaliação institucional da SOS Mulher e Família de Uberlândia, em 2017, por parte de atendida, chama atenção uma que menciona, com ênfase, no formulário da sala de espera “[...] como SOS transformou minha vida”, verbo que nos remete ao processo para se chegar à borboleta. Afinal, como ressalta a pensadora, ao tratar do amadurecimento: que o equivalente à morte é a inércia, vez que a lei da vida está na mutação (BEAUVOIR, 1949).

O Sr. Gerson (vivenciou violência, entrevista 2016) chega a compor poema para profissionais da SOS, como agradecimento pela forma como fora acolhido e após a profissional da psicologia precisar desligar-se da ONG: “[...] com você conheci um passo na vida, sem seu apoio sinto um atraso na vida [...] choro sua falta”. Assim também se refere a Sr.<sup>a</sup> Margarida (vivenciou violência, entrevista 2016) ao trabalho realizado por essa organização: “[...] fui levar uma amiga e vi que eles atenderam muito bem ela”. E ainda o casal Sr.<sup>a</sup> Rosa e Sr. Rosmaninho (vivenciaram violências, entrevista 2016), tendo sido ele quem buscou ajuda inicialmente, e destaca sobre o acompanhamento psicológico que contribui para o autoconhecimento e sentir-se corresponsável pelas próprias condutas:

[...] eu gostei muito. [...] Ela mostrou onde eu estava errado, ou melhor, ela me fez falar, vai conversando, parece que não é nada. Com o tempo, depois que acabou, foi caindo a ficha que ela me ajudou como pessoa e ali a principal coisa que eu percebia que eu sempre permiti tudo que acontecia, mesmo sem eu gostar, mesmo sem querer, eu sempre permiti. [...] Sempre permiti que acontecessem não só com ela [a esposa], mas com outras situações também.

No relato, a Sr.<sup>a</sup> Magnólia demonstra acreditar que “[...] ainda estamos atrasados, na questão de divisão de tarefas na casa, que a mulher quer dar conta de tudo, para se sentir valorizada”. Deu exemplo de que na Suíça, local onde morou, “[...] é comum os homens exercerem tarefas “ditas” femininas e que tem vários incentivos como a licença-família, e não maternidade, que pode ser do homem ou da mulher”. No Brasil, pondera, “[...] alguns homens se sentem donos da mulher e se acham no direito de fazer proibições”. Ela considera que “[...] sempre foi moderna e à frente do seu tempo. Não se casou virgem, e não foi com o marido a primeira transa. Morava junto e teve que se casar por causa da mãe dele, não havia tantas cobranças e tinha divisão de tarefas”. Ela assustava muita gente, inclusive na família do marido. Considera que “[...] as pessoas estão engessadas, e quando alguém tenta falar algo e fazer diferente, as construções são tão fortes que nem percebem”. As representações de gênero, de lugares construídos para os masculinos e femininos, sexualidade, virgindade e “pureza” veem à tona, revelando mudanças e permanências.

Na época em que começou a clinicar, a Sr.<sup>a</sup> Magnólia atendeu casos em que “[...] as mulheres, por serem de baixa renda, dividiam as funções pelo sexo, feminino e masculino, achavam normal o homem ser um galo e as usarem como descarga e não se preocuparem com o prazer delas”. Muitos casos que chegavam “[...] eram de depressão, com encaminhamentos médicos por não conseguirem identificar o que a paciente tinha e definia por problema psicossomático e a maioria eram mulheres”. Avalia que muitas pessoas, nessa conjuntura política do País, “[...] estão mais politizadas e com mais coragem, reivindicam mais e também são mais violentas; mais sozinhas e a depressão crescendo”. Crê que “[...] a questão da sexualidade de 40 anos atrás para hoje não mudou tanto, teoricamente somos mais livres, todavia o pré-julgamento ainda é bastante semelhante, e, portanto, há muito o que avançar”.

A Sr.<sup>a</sup> Violeta entrou para contribuir com o desenvolvimento da equipe, nas relações interpessoais, no autoconhecimento, atuaria sem atendimento a pessoas que vivenciam violências, mas com foco nos profissionais da instituição. Em 2015 foi compor a Diretoria da SOS. Quando assumiu a Diretoria, percebeu que “[...] a instituição estava bem dividida, havia movimentos opostos e diferentes, era uma disputa de poder muito grande”. Sendo, assim, havia “[...] a necessidade de retomar e fortalecer espaço, onde os profissionais pudessem se encontrar, verbalizarem, participarem de dinâmicas e elaborarem questões mal resolvidas”.

Avaliando o serviço prestado, a Sr.<sup>a</sup> Violeta acredita que a SOS deva contratar pessoas mais administrativas, para deixar esta ideia de assistencialismo e minimizar burocracias, mas sem perder seriedade. Identificou “[...] violências no trabalho, nas relações entre pessoas profissionais da SOS, especialmente com uma profissional que era excluída por assistentes sociais”. E, constata, “[...] quando finalizou o Programa PAM [Patrulha de Atendimento Multidisciplinar para abordagens domiciliares, parceria SOS, PMMG, PMU e UFU] e essas profissionais saíram da instituição, esta profissional [segregada por algumas] se “desabrochou”. Chegou a questionar sua relevância, enquanto profissional, Cuidadora dos(as) Cuidadores(as), pois “[...] somente poucos(as) se interessavam em participar nesse contexto difícil, pelo qual passou a instituição”. Na entrevista, em 2015, considera que “as pessoas que estão lá, estão porque querem e estão dispostas, mesmo com as obrigações da instituição”. O relato expõe fragilidades a que organizações da sociedade civil também estão sujeitas nas relações de poder e representações de gênero, com possível reprodução, dentro da equipe de profissionais, da violência, permeada por humilhações, descaracterizações, tratamento desigual, que se pretende, como missão, combater.

O relato aponta boicotes deliberados e articulados internamente, especialmente, por profissional do qual, somente depois de anos na instituição, “[...] a Diretoria percebeu a perversidade e dissimulação”, segundo as senhoras Dália e Violeta. Portanto não se

restringem ao relacionamento conjugal as perversidades e dissimulações, mais ou menos conscientes, mas também perpassam a atuação de profissionais.

A Sr.<sup>a</sup> Violeta considera que “[...] o Programa PAM tomava muita energia da ONG”, policiais militares eram muito dependentes dela. Para ela, a SOS “precisa de profissionais experientes para conseguirem lidar com situações inusitadas”. As pessoas atendidas, segundo observa, “[...] são diversas: homens, avós, sogras, crianças, além de mulheres, a maioria. Muitas procuram a instituição para criminalizar alguém que talvez não seja o agressor, mas que é somente um desejo e a ONG não pode entrar neste jogo”. Ela explicita a complexidade dessas violências que requerem também olhares especializados, críticos, desconfiados, questionadores, humanizados.

A expectativa da Sr.<sup>a</sup> Violeta, “[...] de avanço nos atendimentos é alta, mas a frustração também, principalmente quando alguém decide abandonar o atendimento, ou não levar mais a criança”, afirma. “Existem muitas questões envolvidas, que levou a pessoa a ser agredida e chegar onde chegou”. Daí “[...] a necessidade de os casos serem supervisionados, por todos da equipe. Contudo, devido à agenda, ao acúmulo do trabalho e às prioridades, com maior parte de profissionais voluntários, vira um complicador”, constata. O relato expressa o quão intrincado o problema, envolvendo representações sociais de gênero, relações de poder, situação socioeconômica, sentimentos predominantes de desamparo e baixa autoestima.

No Cuidando do Cuidadores(as), realizaram várias atividades manuais, coletivas, com o aprofundamento psicológico. Lembra que “[...] certa vez um policial do Programa PAM queria participar das ações e o fez em algumas, com cautela e de outras não pôde participar, por causa de sua instituição e hierarquia”. A Sr.<sup>a</sup> Violeta constata que “[...] a parceria com a polícia teve impasses, com determinado Coronel autoritário à frente, que entrava e saía dos Programas a hora que quisesse, tudo de acordo com a conveniência deles”. Verifica-se que o PM citado por ser novato não teria sido impregnado pelas forças de oposição, de disputas de poder na cultura organização do referido contexto que produz seus efeitos e, por isso, com maior abertura à participação dos momentos coletivos que estavam, veladamente, sendo boicotados por alguns(mas).

A Sr.<sup>a</sup> Violeta (profissional da SOS, entrevista 2015) analisa a submissão feminina, que ocorre, inclusive, pela permanência “[...] do lugar da passividade, por colocar que quem é mais forte fisicamente e economicamente detém o poder e é quem manda”. Acrescenta que “[...] o repetido também é aprendido, pessoas que vêm de um histórico de violência podem ser as vítimas de hoje”. Sendo assim, há necessidade de, principalmente “[...] no atendimento de crianças, pensar em propostas educativas, de desconstrução de representações sobre femininos

e masculinos”. Há, na narrativa, representações e indícios de como se relacionam gênero, poder e violência.

Menciona que “[...] algumas mulheres que procuram atendimento voltam para o agressor, dizendo não conseguirem ficar sem ele. Chegam muito fragilizadas e depressivas, com baixa autoestima”. Descreve “[...] caso de homem, abandonado pela mulher que o traiu e que deixou a filha ser abusada sexualmente, esse homem sofria muito e não conseguia viver sem a mulher. Essa mulher aproveitava-se dele e ele era submisso e fazia tudo o que ela queria”. Conforme a Sr.<sup>a</sup> Violeta, “[...] isto repete os quadros das mulheres atendidas, independentemente de ser homem ou mulher”. Ele foi atendido e a filha também, cada um com um profissional e se “[...] chegou à conclusão de que a filha estava bem, mesmo agredida. Ele utilizava a ONG como acolhimento”. Conta sobre “a técnica da “escuta ativa, que tem como ideia principal utilizar um *insight* da própria pessoa atendida, de uma reflexão faz, e aí a profissional vai devolvendo as questões como um espelhamento, decodificando aspectos e temas e retornando à pessoa”. Sua fala auxilia na compreensão e destaque de um achado da pesquisa que são pontos comuns e de aproximação entre agredidas(os) mulheres e homens, expostos nas análises de similitude no Capítulo I.

O trabalho realizado na supervisão, ressalta a Sr.<sup>a</sup> Violeta, auxilia profissionais a definirem o que fazer com suas escutas, ver de que a pessoa atendida está precisando naquele momento. Finaliza, mencionando que “[...] temos que trabalhar na desconstrução de estereótipos, com as crianças e adolescentes, para criarmos um mundo com futuro melhor. A violência é cultural”. Nítida a representação de relações de gênero de que a mudança passa pela sociabilidade, desde tenra idade, sendo um exercício cotidiano para não cair nas armadilhas que generalizam e fixam funções.

E, para as funcionárias da SOS, Sr.<sup>a</sup> Fuchsia (profissional SOS, entrevista 2015) e Sr.<sup>a</sup> Urze<sup>165</sup>, psicóloga, com curso de Especialização, regime CLT SOS, outros aspectos aparecem nos relatos. A Sr.<sup>a</sup> Fuchsia entrou na SOS em maio de 2014, realizando atendimentos sociais e paralelamente fazia abordagem domiciliar por meio do Programa PAM, indo às residências por demanda de evento de violência doméstica para avaliar e fazer os encaminhamentos. Na SOS, geralmente “[...] fazem o acolhimento da mulher e, dependendo da situação, chamam o autor da violência, chamam toda a família, para analisar e realizar as devidas intervenções e encaminhamentos”. Ela possui Pós-Graduação, nível especialização, em Trabalho Social com Famílias e um dos módulos realizados foi sobre violência conjugal e de gênero.

---

<sup>165</sup> Entrevistas realizadas, em 24 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Urze e Sr.<sup>a</sup> Fuchsia, duração de 1h 40min., no trabalho.

A Sr.<sup>a</sup> Urze entrou na SOS em abril de 2014, começou como voluntária no atendimento psicoterápico, ficou também algum tempo no Programa PAM, compondo equipe para abordagens domiciliares. Realiza acompanhamento interno de atendimento a crianças, adolescentes, mulheres e homens; vítimas ou autores de violências. Tem experiência em empresas na Gestão de Pessoas e está se especializando em Psicodrama.

A Sr.<sup>a</sup> Fuchsia diz que atendeu caso recente interessante em que um homem que procurou a instituição, assumindo-se como violento, disse: “[...] como é que eu posso chegar em casa, encontrar minha mulher assistindo desenho o dia inteiro, cuidando do nosso filho, o banheiro parecendo banheiro público, ela não está fazendo nada em casa”. A profissional devolve a ele o questionamento. “E se fosse ela quem trabalhasse, cuidasse do seu filho e estudasse, como seria este papel, você ajudaria? Porque você está dizendo que é obrigação dela e a sua qual é?”. Ele disse que “[...] assim ajudaria, mas que ela não está fazendo nada, não é mais que obrigação dela”. Conta que convidaram a esposa e comparecer ao SOS e ela não foi. São de classe social média e ambos possuem curso superior. Segundo a profissional, “[...] essa esposa, após a gravidez decidiu ficar em casa para cuidar do filho, mas o marido diz que ela nem sabe cozinhar, não serve nem para ser dona de casa”. A Sr.<sup>a</sup> Fuchsia acredita que ele seja “[...] preconceituoso e machista, estipulando papéis, acha que pôr dinheiro em casa já é muito”. Não há agressão física e sim psicológica, em que ele a desqualifica, e ela também o faz, dizendo que “[...] ele não dá conta do recado, atacando sua virilidade”. A profissional tenta auxiliá-lo a enxergar que as funções podem ser divididas pelos dois. Ele diz que o problema começou quando a criança nasceu e ela não quis saber de mais nada.

Nesse episódio, quando a profissional sugere ao autor de violência exercitar alteridade, associa o conflito violento com as noções sobre alinhamento sexualidade, virilidade, relações de poder, dominação, divisão tarefas, ou seja, sobre as violências e as construções de gênero, com seus impactos nos sujeitos e na relação. E como determinadas representações de gênero tornam reféns os envolvidos em violência conjugal. Ele teria sido ensinado, socializado para crer que ficar em casa equivale a não fazer nada, trabalho não reconhecido realizado predominantemente por mulheres. E nessa representação, ela é tão incompetente que nem sabe realizar bem as tarefas do lar que seriam “naturalmente” femininas.

A Sr.<sup>a</sup> Urze diz que todos os casos chamam a atenção dela, há o de “[...] uma moça com 30 anos e tenta ajudar desde 2013, atendeu-a na PAM, mas ela vem depois de um tempo para a SOS, está em atendimento há dois meses e tem um filho pequeno”. A Sr.<sup>a</sup> Urze se sente “[...] dolorida com esse atendimento, não sabe se contribuiu como gostaria, mas percebeu o crescimento desta pessoa, o seu autoconhecimento”. Essa mulher “[...] tem um afeto enorme pelo companheiro, mas está disposta a acabar com o relacionamento. Ela tem enfrentado as



frustrações, ele não paga pensão, está enfrentando dificuldades econômicas, sociais, preconceito, mas parece lidar bem com isto”. A profissional menciona que a atendida tem alternativas e faz as escolhas dela.

A Sr.<sup>a</sup> Urze acredita ter melhorado muito como pessoa com a experiência na SOS e “[...] acompanhando o sofrimento dos outros e esquecendo dos seus”. Para ela é surpreendente verificar

[...] o quanto as pessoas não conseguem se relacionar de maneira pacífica, harmoniosa, dentro do que elas podem, dentro de suas possibilidades. Muitas com a vida em função do social e econômico que já é difícil, mas conseguem sofrer mais e causar mais sofrimento a elas.

Percebe, nos atendimentos, muito sofrimento e angústia, o que a impacta. Admira o trabalho da SOS pelas dificuldades e “[...] não entende como a ONG e seus profissionais e diretores têm animo ainda, depois de tantos anos, para lutar, para manter o lugar e enfrentar tanta coisa, como a política, dificuldades econômicas e sociais”. Por desconhecer essa área de atuação, ela diz estar-se enfrentando. Percebe que “[...]se mistura muito com pessoa atendida”, o que avalia como perigoso. Identifica-se com a história, comparando com a estória familiar própria.

No meio do relato profissional, comenta que veio de família de cultura violenta e constantemente via seu pai como o agressor e se “[...] apaixonou por esta questão de trabalhar também com agressores”. Acredita que “[...] conseguiu fazer a desconstrução simplista da vítima-agressor”. Avalia que “[...] tinha relação edípica com o pai falecido e percebia minha mãe sempre se fazendo de vítima e coitada que não evoluiu”. Está nessa profissão e na ONG por escolha, e tem a ver com a história dela. Os pais dela “[...] não viviam violência física, mas tinham brigas horrorosas”. E também está na instituição “[...] para provar que criança que vivencia isto não necessariamente reproduz porque vivenciou”. Não tem visto relação sem violência, afirma que “[...] tem que ter muita maturidade para trabalhar na entidade, porque. Se não, estressa e se desgasta”<sup>166</sup>.

Nesse relato, a Sr.<sup>a</sup> Urze rompe com a representação de violência como reprodução da vivência familiar permeada por episódios de agressões e demonstra que a ruptura é possível. Ainda retrata os impactos na saúde de quem atende casos tão pesados e complexos, necessitando haver espaços coletivos para o fortalecimento da profissional.

A Sr.<sup>a</sup> Fuchsia diz que “a cada passo que dá adiante, retrocede três e pensa em sua responsabilidade, onde poderia melhorar, o que poderia ter falado ou tratado diferente, a responsabilidade também é do usuário, mas tem vezes que fica frustrada”. Atuar na ONG fez

<sup>166</sup> Entrevista realizada, em 24 jul. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Urze Psicóloga SOS, Curso de Especialização, regime CLT da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 40min.

a diferença na vida dela. Menciona atendimento em que atendido era pessoa que a conhecia fora da instituição. E

[...] ele era agredido pela mulher. Casal de classe média e muito católicos e o pai dele cuidava deste casal. A esposa, muito nova, vem de um histórico de violência e havia sido abandonada pela mãe, criada pelo pai. E via a mãe cuidando dos outros irmãos e não dela. Assim, ao se conhecerem se acharam o casal ideal.

Logo depois,

“[...] um rompimento e eles voltam e ela engravida e fala que é dele e ela tem que fazer um DNA. Ele assume a criança e vão morar juntos. E o pai dele morre, esse pai era mais pai dela do que dele. Eles se agrediam muito, inclusive fisicamente, e ela dizia que provocava.

Ela tinha somente dezoito anos, perdeu a adolescência e dizia que não vê outro homem, somente ele. Segundo a profissional, “[...] ela provocava ele, passando ciúmes com amigos dele, se insinuava para ele ver, falava que ia fumar maconha. Ele sempre falava que queria sair da relação. Está vendo um apartamento para morar com a criança e não quer vínculo com ela”. Conforme ela, “[...] eles brigavam e se resolviam no sexo e voltavam, até que ela o procurava e ele não queria. Então, ela insistia, dizia que ele não era homem, que ele devia ter outra, que não gostava dela, até que eles tinham relação sexual”. Representações de gênero que fazem mobilizar a virilidade, identidade masculina, que culminam com a relação-desempenho sexual, considerado solução final do embate. Como se ao homem não pudesse ser reservado o desejo por não ter desejo. Ela buscando reconhecimento pelo viés da sensualidade associado às construções do feminino e a espiral da violência que aqui se fazem presentes, bem como sentimentos de desconfiança e baixa autoestima.

Para a Sr.<sup>a</sup> Fuchsia, o Projeto Cuidando dos Cuidadores faz diferença para quem participa. Quando entrou na instituição, “tinha uma visão muito deturpada, fui ensinada assim pela assistente social mais antiga” falavam que “não faça isto com a Diretoria que ela irá fazer o mesmo com você”; “tadinha, você é muito novinha”. Colocaram medo nela. No atual contexto, ressalta, “mudou muito, mas foi sofrido, com três meses eu me perguntava se valia a pena estar lá, com tudo o que estava acontecendo”. A mãe da profissional aconselhava: “vai aguentando, todo trabalho é assim, vai que precisa para ter experiência”. Refere-se à profissional do serviço social, considerada por ela e pela direção, Sr.<sup>a</sup> Dália, Sr.<sup>a</sup> Violeta e parte da equipe da SOS como perversa, manipuladora e que fora desligada da instituição, dentre vários fatores pelo modo abusivo, com requintes de assédio moral com que atuava na interação com parte das funcionárias.

A Sr.<sup>a</sup> Fuchsia se diz “[...] mais feminista depois que foi para a ONG, que tem hora que dá vontade de sacudir a mulher e dizer: ‘espera aí, não é você, é tudo, não é só você’.

Entende que “não é o sujeito culpado da situação, mas que há pressão social que culmina com a culpabilização de uma parte”.

Nas representações de gênero, a Sr.<sup>a</sup> Fuchsia entende que “ser feminista é ser mais independente, evoluir financeiramente, não depender do homem, ter sua feminilidade, se sentir capaz, seguir a frente com autonomia. Precisam do homem, mas na medida certa”. Na área do Serviço Social ela trabalha propiciando orientação da garantia dos direitos e deveres das pessoas e da ciência deles para exercerem cidadania. Conta que “[...] ouve o usuário e dependendo do contexto intervém com ponderação”. Comenta que “[...] há famílias que não aceitam outros caminhos de atendimento e não querem ser encaminhadas para outro lugar”. Constata que “[...] muitas instituições da rede que precisam utilizar ou encaminhar não têm funcionado, sendo descaso significativo com políticas públicas. O órgão tem o dever e não faz, e se faz, muitas vezes, é na camaradagem. Mas tem caso que nem na camaradagem fazem algo”. Quando havia militares na SOS Mulher, os quatro pelo Programa PAM, “[...] tinham mais resultado no leva e traz das pessoas e documentos, com viaturas”. Outro dia, conta, “precisaram com urgência de cesta básica para uma mãe e duas crianças que estavam com fome e ninguém pode resolver nada, inclusive o setor da PMU do CADÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais). Pediram uma semana para verem se conseguiam uma cesta básica”. Fica a problematização se “precisam do homem” ou se desejam livremente estar com ele.

Sobre abrigo, a Sr.<sup>a</sup> Fuchsia afirma que “precisaram duas vezes da Casa-Abrigo, nesse pouco tempo que ela está na instituição, e nada foi feito para efetivação pelo Poder Público, onde a mesma se aloca”. Foi a Polícia Civil, por meio da Delegacia da Mulher, quem encaminhou caso para a SOS Mulher e Família.

A Sr.<sup>a</sup> Urze diz que na Delegacia das Mulheres “[...] têm pessoas que não se importam com as usuárias do serviço e não estão preparadas”. Diz que lá “[...] tem uma Delegada que parece estar na função e profissão errada”, considerando-a fútil e despreparada, e que, quando precisa “ir lá para articular a rede, a Delegada a humilha, a ‘violenta’”. Chegou uma vez lá com um policial e ele humildemente solicitou:

[...] por favor, é um caso externo que a família estava correndo risco de vida, porque o agressor está em liberdade condicional, ele tinha alvejado a parede, o portão da casa, bateu no pai da moça, porque ela fugiu. Ele traficante, com ‘ficha quilométrica’, e a polícia estava de mãos atadas.

Assim, “[...] solicitaram a Medida Protetiva à Delegada e ela, na sua arrogância e expressão de descaso, disse: “[...] vocês estão me incomodando, o que eu tenho que ver com isso”? A Sr.<sup>a</sup> Urze explicou novamente do risco e ela disse: “Mas o que vocês querem? Olha, eu estou cansada, vocês estão cansando a minha beleza”. De acordo com a Sr.<sup>a</sup> Fuchsia, a “[...]”

Assistente Social da Delegacia também não parece profissional, não se sensibilizam com a causa e o trabalho”. Ressalta que “[...] a Assistente Social da Delegacia de Mulheres falou pra usuária, batendo na mão dela “[...] ele é seu marido, respeita ele, ele quer, ele é seu marido, pode ir pra sua casa, volta pra lá”. Comenta perplexa que “[...] a mulher tinha saído pelada de casa por ter sido agredida sexualmente e a Assistente Social falou: ‘o que foi, você foi mal-comida?’”.

Verificam-se, na narrativa da Sr.<sup>a</sup> Urze, representações orientando práticas de retirada de direitos que existem na legislação, mas não aplicados nos episódios de violências, bem como se a relação com pessoa atendida ou profissionais da rede fosse favor e não atribuição da função de profissionais do CIM (Centro Integrado da Mulher), onde se aloca também a Delegacia de Mulheres, no caso em questão. Aponta o distanciamento entre a cultura ideal e a real, os enunciados públicos e as práticas cotidianas de prejulgamentos, culpabilizações e desencorajamentos.

Desse modo identifica que “[...] algumas profissionais da Delegacia de Mulheres não possuem preparo para atender mulheres violentadas e, quando vão procurar processos dos atendimentos, elas não sabem, não têm registro de nada. A impressão que se tem é que não fazem registros”. Verifica que, na Delegacia, “[...] não incentivam as pessoas a realizarem representação criminal”. No entanto, “falam pra nós e em público que incentivam”. Acrescenta que “[...] uma usuária que havia passado pela SOS e que tinha apanhado, no dia anterior, foi à Delegacia e eles chamaram o marido, que disse que a mulher estava inventando, que era mentira, daí a Delegada disse à mulher: ‘[...] cria vergonha na sua cara, seu marido veio aqui e falou o que aconteceu, você está imaginando...’. E, segundo a profissional depoente, “a mulher estava com roxo”.

Sobre necessidade de abrigo, a Sr.<sup>a</sup> Urze conta que houve caso em que ficaram até as dez horas da noite tentando abrigo na Casa-Abrigo para uma menina de 21 anos com dois filhos, um de um ano e meio e outro de um mês. A prefeitura na sexta-feira não funciona para o atendimento externo após às 17h e permanecem até as 18h para atuação interna. “[...] Foram levar a vítima para um tal CEAMI, albergue de pessoas de rua, e a moça ficou apavorada e disse preferir voltar pra casa, onde ela sabia que os filhos não iriam ser maltratados, somente ela”.

A Sr.<sup>a</sup> Urze considera que a SOS Mulher e Família de Uberlândia “[...] incomoda por questionar políticas públicas e, em ambientes coletivos, os órgãos e eles se blindam, para que em reuniões onde participam haja retorno sobre os questionamentos”. Então, avalia que “[...] esta política que inclui e exclui está presente em outros setores, como a saúde, que somente

atende quem tem endereço, ou casa, porque os assentados não podem ser atendidos por não terem endereço e são excluídos. São pessoas carentes também”.

A Diretoria da SOS às vezes negligencia, em sendo toda voluntária e por não dar conta da demanda toda de problemas a tempo e hora, menciona a Sr.<sup>a</sup> Urze. Na ONG, “[...] o trabalho é de luta pelo direito do usuário e fazendo pressão para as políticas funcionarem direito”. Constata também que a Prefeitura está impregnada pelo poder da igreja, ex-Shalom.

Outros(as) funcionários(as) regime CLT da SOS, como o Sr. Gladiolo<sup>167</sup> (profissional SOS, entrevista 2015), psicólogo, a Sr.<sup>a</sup> Prímula<sup>168</sup> (profissional SOS, entrevista 2015), também psicóloga e a Sr.<sup>a</sup> Frésia<sup>169</sup> (profissional SOS, entrevista 2015), Assistente Social, foram entrevistados. O Sr. Gladiolo está na SOS desde julho de 2015. Faz atendimento clínico individual a crianças, adolescentes, mulheres e homens. Representa a ONG no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. No relato de casos atendidos e marcantes, menciona mulher de 55 anos, que estava sendo atendida por outra psicóloga da instituição. Segundo ele, era de classe desfavorecida, de outro estado e veio morar com o esposo. “[...] Ele a proibia de usar certas roupas, de trabalhar, tinha ciúme dos familiares, ciúme de homens e mulheres. Ela saiu de casa, mas não da relação. No entanto, começou a se posicionar, a trabalhar com o irmão, vestir as roupas que queria, se reestabelecer com os familiares e filhos”. O profissional acrescenta que “[...] ela levou ele para conhecer os filhos e não deu certo, um dos filhos se afastou dela, porque não era a primeira relação violenta que ela tinha, ele é alcoólatra. Ele ficou muito bravo ao saber que o psicólogo era homem e ela o enfrentou e deu uma facada nele”. E isto “[...] gerou uma cena erótica e eles transaram com ele sangrando”. O Sr. Gladiolo (profissional SOS, entrevista 2015) sentiu enjoo dessa situação e ela também não se sentiu confortável com isso e passou a contar somente sobre sua relação com os filhos e foram seguindo. O Sr. Gladiolo não levou essa história para a supervisão, mas dividiu com os outros profissionais da ONG. Chamaram o Sr. atendido à instituição “[...] e ele foi bêbado, porque não conseguia ficar sóbrio”. Perguntado sobre acesso de casos a pesquisadores(as) e à mídia, relata que, “[...] no momento, não solicitam autorização às pessoas atendidas, para serem entrevistadas, sem identificá-las, pois estamos alterando o prontuário de Psicologia e o adaptando para isso”.

O caso revela representações sociais que associam afeto e posse, com cenário de dependência química, bem como ambiguidades de sentimentos: desejo sexual em meio ao sangue, presentes nas relações conjugais violentas e como alguns acolhimentos chegam a

<sup>167</sup> Entrevista realizada, em 17 dez. 2015, com Sr. Gladiolo, duração de 1h 33min., no trabalho.

<sup>168</sup> Entrevista realizada, em 17 dez. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Prímula, duração de 1h 33min., no trabalho.

<sup>169</sup> Entrevista realizada, em 17 dez. 2015, com Sr.<sup>a</sup> Frésia, duração de 1h 33min., no trabalho.

impactar o profissional que se enjoa, símbolo metafórico para a ânsia de vomitar história de difícil digestão que parece ficar mais palatável quando compartilhada com outros profissionais.

A Sr.<sup>a</sup> Prímula (profissional SOS, entrevista 2015), novata, pois está na ONG desde julho de 2015 como psicóloga, faz atendimento clínico individual de crianças, adolescentes, mulheres e homens. Atua também como Coordenadora de um GT Mulheres e questão de Gênero do CRP (Conselho Regional de Psicologia), da subsede do Triângulo, mas é ligado às questões da instituição. Está realizando Mestrado na UFU e desenvolvendo outros projetos com vistas à prevenção. Relata caso de atendimento de “uma mãe de 43 anos, em que o esposo/pai estuprava as filhas adolescentes”. Contextualiza que “[...] a mãe é de família de japoneses e tem mais três irmãos homens, e a mãe dela dizia que não queria ela, porque não queria filha do sexo feminino”. A atendida comenta com a profissional sobre aspecto cultural e que, “[...] no Japão, preferem homens, sendo assim saiu de casa no interior de São Paulo e veio para Uberlândia estudar”. E conheceu “[...] o marido que sempre a estimulou e a incentivava, colocando-a para cima. Mas, após se casar, foi construindo um casamento de muita violência e submissão”. Acrescenta que “[...] são de classe baixa, mas possuem bens, fruto de muito trabalho. Deixaram as filhas no Brasil e foram para o Japão tentar a vida, uma com dois meses e a outra com dois anos”. Depois “buscaram as filhas e levaram para o Japão”. E, nesse ínterim, “[...] vai acontecendo o abuso sexual das filhas, no momento com 18 e 16 anos e ela se culpa por não ter percebido o que acontecia”. Conforme a Sr.<sup>a</sup> Prímula,

[...] tudo começou por volta dos 10 anos delas e, recentemente, acontecia ainda com a mais nova. A mais velha contou para a tia e o caso veio à tona, porque a mais nova também sofria. O marido a afastava da família, ele ia ao trabalho levar lanche e ela achava que era cuidado.

Até que “[...] ele obrigava a esposa a ter relações com outros homens e tentou obrigá-la a se prostituir e ela disse ‘não’. O homem não foi atendido, porque está preso, afirma a psicóloga. A Sr.<sup>a</sup> Prímula diz ter ficado “[...] muito chocada com este caso e fui cuidando com terapia”. Este episódio foi, coletivamente, discutido pela supervisão, cada profissional atendeu uma das três (mãe e duas filhas). Marcaram um encontro com as três juntas, intermediado pela Sr.<sup>a</sup> Prímula que afirma: “[...] a relação da mãe com as filhas é complicada, mas tem havido alguns avanços importantes”. “[...] A mãe conseguiu emprego e elas [as filhas] têm pensado em morar as três juntas”. Mas “[...] tirar a mãe do estado de submissão tem sido complicado”, constata. A Sr.<sup>a</sup> Prímula avalia, na entrevista, que “[...] a cultura japonesa é machista. O marido também e, frequentemente, falava que elas tinham que arrumar a casa, e que não sabia como a casa ficava bagunçada com três mulheres dentro”.

As representações do feminino como inferior ao masculino, em algumas culturas orientais, são ainda mais presentes do que nas ocidentais, com recorte machista/sexista, orientando condutas. O feminino percebido como extensão do masculino e dele podendo apropriar-se, inclusive estuprar filhas ou usar a esposa ao bel prazer, vez que representadas como coisas na heteronomia e não como sujeito de direitos e vontades. Lugares fixos e associação das mulheres ao âmbito doméstico, do privado, da arrumação como dons naturais. São tantos elementos intrincados permeando a história atendida que requer auxílio de supervisão, bem como distribuição dos membros da família entre os profissionais. A profissional reparte o fardo, quando maior que sua condição de dar conta dele.

A Sr.<sup>a</sup> Frésia, Assistente Social, novata, entrou na SOS em junho de 2015. Atende individualmente crianças, adolescentes, mulheres e homens, atendeu casal também. Segundo a entrevistada e equipe da área, o Serviço Social atua no primeiro acolhimento, no qual se verificam as expectativas de quem chega. Assim, pensam na possibilidade de a pessoa ser atendida, de encaminhamentos dentro da instituição ou externos para a Rede, com os equipamentos sociais. É feita gestão de casos junto com psicólogos(as) e com a Rede. Relata que

[...] no primeiro momento do atendimento e acolhimento da mulher, ela desabafa e diz tudo, assim por um tempo a gente não intervém, deixa ela se esvaziar. Inicia a escuta ativa<sup>170</sup>. Quando percebo que ela disse o que tinha pra dizer, naquele momento começamos a pensar juntas, assistente social e a pessoa atendida.

Essa e outras profissionais da instituição mencionam essa técnica da “escutatória” como arte que requer um algo mais do profissional, vez que somente falar é necessidade.

Há casos que a mobilizam mais, informa a Sr.<sup>a</sup> Frésia, e houve um que apareceu no seu primeiro dia de atendimento na SOS: chegou um homem perguntando se conseguiam atendê-lo e três profissionais (novatos/as) se prontificaram. Ficaram “[...] surpresos por ser

---

<sup>170</sup> Conforme o entendimento de profissionais da SOS Mulher e Família, e conteúdo compartilhado em algumas de suas formações continuadas institucionais, a escuta ativa é aquela sem preconceito, cuja metodologia de abordagem favorece a narrativa do sujeito sem sentir-se culpado ou ter que ficar se justificando. Quando as pessoas se sentem ouvidas, elas tendem a mudar suas atitudes em relação a si próprias em relação aos outros. Sentem-se valorizadas, menos defensivas, menos autoritárias, mais flexíveis e abertas. A escuta ativa implica: aprender e compreender conteúdo e sentimentos; responder aos sentimentos expressos; aceitar as expressões e sentimentos, tanto supostamente positivos quanto negativos; não fazer julgamentos; perceber o tom de voz, a fluidez do discurso, as pausas, as vacilações, construção das frases. Observar a linguagem não-verbal (postura, expressão facial, gestos, olhar, movimentação das mãos, pernas e pés, respiração). É uma técnica de comunicação que implica que, durante o processo, o receptor interprete e compreenda a mensagem que o emissor lhe transmite. E é importante que compreenda totalmente o significado da mensagem que recebe, pois geralmente boa parte da informação que escutamos durante uma conversa não chega corretamente ou é mal interpretada pelo ouvinte. É preciso compreender a perspectiva do outro, dando a máxima atenção e estar disponível para o que tem a dizer, prestar também atenção aos gestos e emoções demonstrados. É importante ter consciência que ouvir não é escutar, escuta ativa envolve um esforço consciente. Sobre esse tema consultar: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005, p.44, 64p.

um homem a procurar a instituição”. Ele narra várias questões e o “desejo de voltar com a esposa de 46 anos, que tem quatro filhos que não são dele e ele, um”. Ele estava “[...] respondendo por Lei Maria da Penha, por agredi-la”. Conforme a profissional, “[...] ele faz um movimento, pede para ela [esposa] ser chamada, para haver uma possível volta do casal”. Os profissionais da ONG mencionaram para ele “[...] que esta não era a função deles, e que ele tinha que compreender a possibilidade de reatar ou não, e foram continuando com os atendimentos até ele ser preso novamente”.

Mesmo para profissionais com formação continuada e cientes de que legislação atual protege igualmente, parece recorrente a representação de família sobre filho legítimo/não legítimo. Essa delimitação pode se dar devido a conflitos presentes e explicitados na relação conjugal, ou mesmo por causa do resquício de representações sobre família de quem atende. Desde sua origem, em 1997, a instituição atende homens como vítimas, ou autores de violências e os(as) novatos passaram por processo seletivo que esclarece sobre diversidade de demandas, mesmo que prioritariamente o público-alvo seja feminino. No entanto, mediante situação concreta, causa perplexidade a chegada de um homem, cuja representações de gênero associam automaticamente violência ao lado vulnerável da relação, ou seja, as mulheres. E ao homem, força, coragem, virilidade, podendo ser motivo de chacota social a busca de auxílio.

Acrescenta, que “[...] ele era dependente químico de Crack e não se assumia e falava que usava de quinze em quinze dias. Ele tem histórico de prisão por latrocínio com pena de onze anos. Aí ele se casa e para ele é importante este casamento, porque ele a mantém submissa e casando diminui a pena”. A profissional comenta que a esposa “[...] vai ao presídio, mesmo estando doente, para não faltar às visitas íntimas”<sup>171</sup>. Conforme a Assistente Social,

[...] ela foi morar com os filhos e ele não tinha o contato, endereço, pois solicitaram a ela escolher com quem ficar e se posicionar. Ele então passou o telefone do irmão dela e a instituição fala com ela e ela fica interessada em conhecer o trabalho da SOS, traz a história dela.

Conta que “[...] ele também tentou violentar filhos dela, os ameaçando, dizendo que mataria a mãe se contassem”. Os profissionais da SOS acionaram a Rede com a CAPS, conversaram com o chefe deste usuário do serviço, chamaram a esposa, a mãe dele que participou do atendimento, e foi realizada intervenção familiar. Ela “[...] decidiu denunciá-lo e pedir o divórcio, ele a agrediu na frente do Juiz e foi preso”, segundo a profissional.

---

<sup>171</sup> Essa narrativa remete ao artigo: Dráuzio Varella: “O único lugar em que a mulher tem liberdade sexual é na cadeia”. Disponível em: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/drauzio-varella-o-unico-lugar-em-que-a-mulher-tem-liberdade-sexual-e-na-cadeia/ar-BBE40IK>. Acesso em: 09 set.2017.



Em vários relatos a representação sobre o que é ser “boa mãe”, carregada de valores morais, aparece retratando o peso da cultura na tomada de decisões e com quem ficam os filhos em situações de separação.

A Sr.<sup>a</sup> Frésia, entende serem relevantes os atendimentos interdisciplinares ou multiprofissionais: “[...] o usuário já entrar na ONG e ter um espaço que vai convocá-lo a se posicionar no ‘circuito espiral da violência’”. Informa que “[...] a maioria dos encaminhamentos para a Rede são para a Delegacia de Mulheres, no CIM, com Defensoria Pública da Mulher”. Raras vezes “[...] encaminham para o CRAS e CRESS, pois geralmente eles que encaminham para a SOS”. Isso reforça a insuficiência dos Programas da rede em acolher demandas.

Para a Sr.<sup>a</sup> Frésia, o ideal seria “[...] a Delegacia atender a mulher, recebendo sua denúncia, abrindo inquérito e depois a encaminhasse para a SOS Mulher e Família, para darem continuidade no atendimento”. O CRAS e o CRESS possuem acolhimento com foco na família com ações psicossociais, não há atendimento psicológico continuado, ressalta. Comenta que, nessas políticas públicas (CRAS e CRESS), “[...] assistente social e psicólogos atendem juntos, há retornos e eles acompanham essa família presencialmente, ou em abordagens domiciliares com foco na família”. Entretanto, “[...] há muita demanda, eles encaminham para a SOS os casos de violências e abusos. A ONG tem tido uma demanda aumentada devido à visita que fizeram a outros profissionais para conhecerem o trabalho”. Anteriormente, “[...] encaminhavam mais para a PAM, por não terem muito conhecimento da SOS, que conta com atendimento social, psicológico continuado e orientações jurídicas”. O distanciamento entre o ideal e o real se explicita nesse relato.

Menciona, a entrevistada Sr.<sup>a</sup> Frésia, que “[...] aos poucos tem conseguido que a vítima não precise ficar repetindo sua história várias vezes quando for ouvida na ONG e depois encaminhada à Delegacia”. Avalia que “[...] há descaso quando a mulher precisa de Medida Protetiva, sem ter sido agredida fisicamente, mas ameaçada de outras formas, como a perseguição de um ex-marido que adquiriu uma arma. E os postos da PM e a Delegacia da Mulher se recusaram a fazer Boletim, que é direito do cidadão”.

A revitimização se destaca e nova versão da Lei Maria da Pena<sup>172</sup> insere essa questão. Entretanto, a Lei continua sem previsão orçamentária para ser devidamente operacionalizada, o que nos faz desconfiar de sua eficácia.

---

<sup>172</sup> O que muda na Lei Maria da Pena? Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/11/muda-na-lei-maria-da-penha-alteracao-michel-temer.html> E ainda disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/11/muda-na-lei-maria-da-penha-alteracao-michel-temer.html> Acesso em: 10 nov. 2017.

Esses profissionais entrevistados, Sr. Gladiolo, Prímula e Frésia (profissionais SOS, entrevistas 2015) apreciam o Projeto Cuidando dos Cuidadores, “[...] por ser produtivo e tem que ter encontros divertidos da equipe e compartilhamento, maior proximidade entre profissionais e Diretoria”. A Formação Continuada, da qual todos podem participar, ora como alunos, ora como facilitadores(as), também é relevante para os três profissionais. Às vezes, sentem-se “[...] apreensivos, e ainda sendo novatos, em falar o que pensamos, com outros colegas e de dar *feedback*, inclusive para rever a atuação, tem que ter cautela, porque não sabemos a reação do outro”.

Algumas(uns) profissionais entrevistadas(os), especialmente aqueles que são contratados pelo regime da CLT, com vínculo cotidiano, possuem representação de distanciamento e de hierarquia em relação à Diretoria e em várias reuniões da equipe, com registros em atas (2014 a 2017), verifica-se como o não dito prevalece, mas aparece na ausência da Diretoria voluntária, mesmo depois de alguns não serem mais novatos. E isso é reforçado nas representações de membros da Diretoria, como das senhoras Dália e Violeta, por exemplo, que supõem que tais práticas podem relacionar-se ao fato de serem novatas(os), ou após determinado período de atuação, por imaturidade. A estratégia da Diretoria, que se diz aberta e com posturas democráticas, inclusive com histórico de avaliar coletivamente atividades desenvolvidas, tem sido a de aguardar posicionamentos legítimos para serem expostas as divergências que aparecem em outros espaços descontextualizados.

A Sr.<sup>a</sup> Dália cita algumas situações dificultadoras do trabalho, envolvendo algumas profissionais que não conseguiram se sintonizar com a filosofia da instituição e não permaneceram. Dentre elas a de uma Assistente Social cedida pelo Poder Público municipal e que mostrava “indisposição em relação ao atendimento de homens”, mesmo que isso compusesse parte do trabalho da organização. Essa profissional possuía

atitude questionadora das mulheres que, na visão dela, eram submetidas a esses homens que eram violentos, então é como se ela cobrasse uma atitude mais empoderada dessas mulheres e elas estavam indo lá para serem acolhidas e compreender esse processo de violência, mais do que para serem cobradas a tomarem atitudes. [...] Outro aspecto que chamava atenção era a forma como essa profissional preenchia os prontuários de atendimento. Então, a impressão que ficou, um dado concreto é que havia muitas respostas em branco. Inclusive essa foi uma ocasião em que com a apresentação da tabulação dos dados de prontuários ficou muito discrepante o número de respostas registradas e o número de respostas em branco e essas respostas em branco ficavam muito concentradas no prontuário que era preenchido no primeiro atendimento e coincidiu com a ocasião em que ela estava na SOS. Lembro, inclusive, que quando eu fui apresentar, né, a tabulação, houve um incômodo muito grande dela, porque é como se a gente tivesse apontando muito diretamente que ela tinha deixado esses dados em branco e houve incômodo tanto dela quanto de outra Assistente Social que na época estava no SOS. E, nesse sentido, parece que é importante reconhecer que realmente havia uma

contribuição importante da forma como as profissionais do Serviço Social preenchiam o prontuário e pensando especificamente, nessa profissional, ela parece que não fazia questão, né, de preencher completamente o prontuário, quando as informações iam contra as expectativas dela enquanto profissional do Serviço Social, que entendia que a pessoa tem que se portar de uma determinada forma.

O relato revela como a representação de gênero da profissional do Serviço Social pautava atendimento impositivo realizado e (não) registro adequado dos dados que preservam a memória do caso, bem como a profissional, caso ocorra alguma situação adversa. Sabe-se que ausência de diagnósticos dificulta conhecer a demanda para aprimoramentos e planejamentos internos, assim como para reivindicação de políticas públicas. A assertividade para além do ponto pode também constranger a pessoa atendida e beirar a violência institucional. Essa profissional não participava da formação continuada da equipe, o que também restringia possibilidades de reorientação de condutas, na sociabilidade com o coletivo. Segundo a Sr.<sup>a</sup> Dália, foi sugerido que ela fosse atuar para outra instituição da rede de apoio, vez que vários feedbacks foram feitos e ela mantinha a postura em desacordo com diretrizes da organização.

A Sr.<sup>a</sup> Dália discorre sobre casos emblemáticos, como os de duas outras profissionais do Serviço Social que,

enquanto profissional que precisava, de uma certa maneira, ter uma função articular, como coordenadora nas diferentes abordagens que a SOS criou, que foi o atendimento interno e o atendimento da PAM, ela acabou se voltando muito mais para um atendimento ostensivo, que era o da PAM, e tinha também uma postura ostensiva com os profissionais da equipe, né, que não eram da PAM. Então, em termos gerais, eu lembro dessas questões que foram muito sérias e que comprometeram muito o nosso trabalho e tivemos que tomar decisões também sérias por conta dessa indisposição. Outro exemplo, uma Assistente Social que passou deliberadamente a não atender pessoas que não chegavam no horário que ela tinha agendado. Então, mesmo que fosse um atraso de 10 minutos, ela dizia que não ia atender[...]. E é claro que ela fazia isso, na minha percepção, pra poder descontar na usuária uma insatisfação que ela tinha em relação ao SOS, que não remunerava bem. E ficou pra mim, inclusive, uma certa ingenuidade da parte dela, em querer que a instituição pagasse melhor mesmo que não tivesse condição concreta pra isso. Então acho que uma outra questão da SOS é a da remuneração. A gente tem uma falha em termos de sustentabilidade, a gente vem perseguindo alternativas pra melhorar e superar essa situação, mas nós temos problemas, porque a gente acaba sempre tendo parece que uma quantidade de, ou pelo menos uma forma de atender, que não tem uma sustentação pra dar conta das diferentes formas que a demanda que chega.

Mesmo com o número reduzido de profissionais remunerados, somente 5, em 2017, em relação ao voluntariado e estagiários(as), com média de 20 a 25 profissionais, essa organização do terceiro setor, portanto com especificidades, enfrenta desafios e conflitos nas relações de poder sustentabilidade-capital-trabalho, que impacta na qualidade do atendimento

e com a peculiaridade de possuir Diretoria com equipe voluntária. Essa funcionária foi desligada da instituição por não estar atendendo mais às suas atribuições.

No caso de uma advogada, chama a atenção da Sr.<sup>a</sup> Dália, quanto à atitude dela, “que ela foi com uma bagagem pessoal, que de certa maneira interferiu muito negativamente na atuação dela como voluntária, no sentido de que ela tinha questões pessoais, afetivas, familiares que eram, de certa forma, muito mal resolvidas”. E que as atitudes da referida profissional,

seja no atendimento à demanda, seja na discussão de questões que envolveram a atuação dela numa ocasião em que ela estava sendo publicamente exposta por situação fora da instituição e que a gente tentou preservá-la e preservar a SOS em função dessa exposição, e ela recebeu isso muito mal, e a impressão que eu tive é que em termos pessoais ela sempre entendia que alguma coisa que a gente discordava e solicitava ela fazer diferente era como se fosse uma perseguição pessoal. Tanto que isso gerou um grande mal-estar e ela acabou criando as dificuldades que a gente vivenciou na relação com ela, inclusive envolvendo questões administrativas, pois ela era membro de conselho representando a SOS e isso criou todo um desgaste. Saiu da SOS.

Segundo profissionais entrevistadas da SOS (2015, 2017), em 2015 essa advogada voluntária da SOS atendeu um autor de violência que havia tentado feminicídio e sido encaminhado à instituição por profissional da Secretaria de Educação da Prefeitura. Este senhor foi acolhido pelas áreas do Serviço Social e da Psicologia e encaminhado internamente para a referida advogada, em função de dúvidas jurídicas que ele apresentava sobre a Medida Protetiva. A advogada, “ao ler o conteúdo da Medida e verificar a gravidade da violência, ficou descontrolada, saiu da sala, abordou este homem, chamando-o de bandido e dizendo que a ONG não atendia este tipo de gente”. No entanto, está na missão da organização o atendimento também a autores de violências, inclusive com estratégias de grupos reflexivos com intuito de que esses se corresponsabilizem pela violência e por sua desconstrução.

A Sr.<sup>a</sup> Violeta também se recorda dessa advogada: “eu acompanhei dela se posicionar de uma forma muito incoerente nas reuniões, uma postura muito inadequada, muito voltada pra si. A gente tem impressão de que ela queria se beneficiar pessoalmente muito em função da ONG SOS, uma coisa muito mais nesse sentido do que pensar num bem coletivo”.

Em relação a uma psicóloga voluntária, a Sr.<sup>a</sup> Dália menciona se lembrar de que a questão com ela

foi o fato de que ela concentrou a atuação dela na abordagem de um atendimento e estabeleceu um vínculo dela com a pessoa atendida pra o atendimento, mais do que reafirmar o atendimento como da instituição, ou na instituição. Tanto que a pessoa que ela atendeu acabou não conseguindo ver a perspectiva de ser atendida por outra pessoa. Como se a pessoa tivesse se vinculado com uma condição de dependência em relação a ela. E isso eu entendo que foi um problema técnico do atendimento, mas um problema institucional também. Porque é como se ela simplesmente usasse só o espaço

do SOS. Como se fosse uma cliente particular, sendo atendida no espaço do SOS. Criou uma confusão, uma dificuldade e um problema pra própria usuária, né?

Ao que a narrativa traz, a relação de dependência não ocorre apenas na conjugalidade, mas também nesse outro “casamento” na relação e tipo de vínculo institucional estabelecido. Os atendimentos em SOS, especialmente para a área psicológica, com lista de fila de espera, não são como em clínicas particulares. Como indica o nome, são um socorro. Há o suporte psicológico continuado, mas com perspectiva breve, com média de 6 meses, conforme cada caso e necessidades. Entretanto, na situação mencionada pela Sr.<sup>a</sup> Dália, a pessoa ficou por anos sendo atendida pela profissional, contrariando a filosofia da instituição.

A Sr.<sup>a</sup> Violeta acredita que “a Diretoria voluntária e a grande circulação de voluntários limita o nosso trabalho na SOS. Outro aspecto sobre os funcionários é que “em alguns momentos a gente tem percebido que alguns deles têm atuado com uma resistência semelhante a alguns funcionários públicos”. Inclusive,

uma profissional manifestou na avaliação institucional não se interessar, num primeiro momento, muito em participar do Cuidando dos Cuidadores, pelo formato vivencial que as pessoas resistiam muito a participar e que não manifestavam os problemas reais vividos enquanto equipe. Então eu penso que o não dito que a gente já conversou em alguns momentos. E que por mais que a gente vise uma gestão democrática, uma comunicação clara e eficiente, existem muito não ditos que podem ser problematizados. Acredito também que a centralização do trabalho em poucas pessoas é um dificultador, enquanto Diretoria e acaba ficando muito centralizado na Presidente, por outras pessoas não assumirem. E isso é também uma questão a ser pensada.

Os episódios pontuais de descompasso contam das relações conflituosas, de medos, de inseguranças, de escolhas, de problemas de comunicação e também de limitações de lideranças gestores voluntários com presença restrita e da coordenação administrativa cotidiana. Esses dificultadores aparecem no planejamento estratégico da organização para 2018, que precisa reforçar formalmente, conforme Anexo 4, no seu item 11:

Como sempre aberta a todos(as) da instituição, equipe fixa que operacionaliza ações, no cotidiano da SOS, participar 1 x mês reuniões de Diretoria para se inteirar do todo, compartilhar desafios com propostas de solução, sobre participação e representação em órgãos, entre outros que compõem atribuições de funções. Caso alguma reunião tenha excepcionalmente pauta, cujo tema não diga respeito a todos(as), a equipe fixa será dispensada em comunicado prévio pela Diretoria ou administrativo.

A psicóloga, Sr.<sup>a</sup> Tulipa (profissional SOS, entrevista 2015)<sup>173</sup>, funcionária regime CLT da SOS, tem seu primeiro trabalho como psicóloga e há nove meses na instituição. No estágio, experienciou atuação com famílias em situações de violência e foi assim que

<sup>173</sup> Entrevista realizada, em 25 fev. 2015, Sr.<sup>a</sup> Tulipa, duração 53 min., na residência dela.

conheceu o trabalho do SOS. Afirma “me impressiono com as histórias dos atendimentos e acredito que as políticas públicas devem priorizar o crescimento deste serviço”, ampliando-os com esta temática e com as famílias. Percebe a dificuldade de acolhidas(os) pelo fato de os serviços da SOS serem atendidos pelos PSFs (Programas Saúde da Família) da Prefeitura, por não haver acolhimento necessário. Menciona que “ouço queixas de atendidas na Delegacia da Mulher, que mesmo com Medidas Protetivas, têm dificuldade de fazer B.O, quando se trata da Lei Maria da Penha”. Também relata situações “[...] de necessidade de encaminhamentos de casos atendidos no SOS para a Casa-Abrigo e equipe não conseguir o abrigo”.

A Sr.<sup>a</sup> Tulipa relata situação em que “[...] a mãe é que era a controladora da família em tudo, mesmo não sendo a provedora econômica, era agressiva, o pai também e era um ciclo, a família toda era violenta”. A equipe da SOS, depois de vários atendimentos com essa mulher e o marido separadamente, conseguiu favorecer diálogo familiar, conta. Utilizaram recurso social, psicológico e jurídico da instituição. Compreende que “[...] as violências, são reflexos de como essas pessoas foram criadas, do machismo, lugar do homem e da mulher e do preconceito”. Ratifica que “[...] atendimentos são de mediação, de sujeitos se reconhecerem na relação”. Representações sociais que associam violência de gênero à cultura patriarcal e sexista, como construtos, presentes na fala da Sr.<sup>a</sup> Tulipa e seus efeitos.

Na obra “Cenas e Queixas”, Gregori tece um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista, discorre sobre cenas e queixas de violências conjugais de pessoas atendidas pelo grupo SOS Mulher de São Paulo, entidade feminista de apoio e suposta conscientização. A aversão do grupo a qualquer forma de assistência e de assistencialismo a distância, de prática eficaz no atendimento às vítimas foi responsável pela fragilidade da instituição que atuou por somente dois anos. A lamentação das mulheres de classes sociais e fases distintas da vida conjugal, cujos maridos as espancavam, ao se colocarem no papel de vítimas passivas de um “outro”, colaboram para a sua perpetuação como não-sujeitos. A autora examina narrativas que contrapõem a mulher virtuosa e vítima passiva ao homem torturador e mau caráter ou possuído pela bebida, cheias de equívocos e preconceitos, que estão na origem mesma das agressões. Comparam a queixa à confissão e a violência contra a mulher a outras situações em que a violência é moeda corrente. (GREGORI, 1993). Esse estudo contribui para a constatação da complexidade do que ela nomeia ciclos e/ou “espirais da violência”, que envolvem as relações afetivas permeadas por violências, que não são exclusividades masculinas, mas relacionais, por mais perverso que isso possa parecer, e também para que profissionais vinculados às organizações não-governamentais possam problematizar suas práticas, sob pena de colocarem em xeque suas instituições. A equipe da SOS Mulher e Família demonstra essas preocupações em seus debates.

Fazendo-se um cotejamento das depoentes com a teoria, no que diz respeito a avaliar determinadas situações de violência nos relacionamentos conjugais, a antropóloga GREGORI (1993) reitera que, nas denúncias, as narrativas, do ponto de vista do autor de violência ou da vítima,

revelam que, além do que há de evidente na queixa, existe a fruição, o desejo de enlaçar o outro e se autoaprisionar em um modelo em que nada se exige de si mesmo, pois é no outro [homem ou instituição] que continuará a residir o dever da proteção, do amparo e da benevolência. (GREGORI, 1993, p. 191)

Desse modo, “favorecer o diálogo familiar” precisa comportar essas representações e seus significados, no processo de relacionamento violento para que o vínculo deixe de ser de dependência institucional ou do outro para tornar-se de autonomia.

A Sr.<sup>a</sup> Tulipa observa que “[...] a área jurídica, a Polícia Militar e profissionais da saúde possuem formas de intervenção diferentes das deles na ONG/SOS e isso às vezes atrapalha”. Na SOS Mulher, “parece haver, nesse contexto [de Assistente Social, considerada por alguns profissionais como perversa e que permaneceu por quatro anos na instituição], necessidade de se colocar um profissional, como ruim, para ser o alvo, isso afeta muito a qualidade do trabalho”. E acrescenta: “[...] o Projeto Cuidando dos Cuidadores não tem a participação de todos os profissionais, mas tem ajudado muito a lidarem com esses conflitos internos na SOS”. Sugere que a pessoa a auxiliar nos conflitos da equipe de profissionais seja uma pessoa de fora, que não esteja na equipe do SOS, para contemplar visão externa. Acredita que a “[...] briga de poder se dá pelo fato de a ONG ter parceria com a UFU, com a Polícia Militar, voluntários, estagiários e cada um tem uma diretriz diferente e disputam. O lado bom de tudo isto é que todos os profissionais da entidade são muito bons e competentes”. Sugere que “[...] se estenda mais projetos para estudantes, professores e pessoas atendidas, além dos profissionais da instituição e que a próxima Diretoria venha com novas propostas, para resolver os conflitos do momento”. A Sr.<sup>a</sup> Tulipa está se desligando da instituição, para realizar Especialização fora da cidade.

Sobre a ponderação acerca de “visão externa”, o histórico da instituição menciona que por um tempo, de 1998 até início de 2012, na SOS, quem coordenava formação continuada da equipe não atendia casos e tampouco participava da Diretoria. No entanto, com o decorrer do tempo e devido à escassez de pessoal com essa disponibilidade e características, isso mudou. Em 2017 novos integrantes, com essa expertise, começam a possibilitar novamente essa separação e olhar de fora que parece ser relevante e significativo para o grupo como um todo, tendo em vista, inclusive, as relações de poder clarificadas quando se fala em resolver conflitos do momento, como se essa prática precisasse advir de cima para baixo ao invés de construída com. Os editais para processo seletivo da instituição mencionam requisitos como

proatividade, liderança e autogestão. No entanto, ao se tratar de afetos e de conflitos, foge-se do meramente racional.

A análise dos dados das entrevistas propiciou constatar que a organização da sociedade civil SOS Mulher e Família de Uberlândia enfrenta dificuldades financeiras e de sustentabilidade em maior ou menor grau em sua trajetória e necessita de sede própria, de deslançar comissões de projetos para diversificar aquisição de recursos financeiros para além da escassa subvenção municipal que recebe, anualmente. Assim como consolidar, com qualificação, lideranças de cada área de atendimento e do seu administrativo e favorecer alternativas para Diretoria que, toda voluntária, possui restrições para estar no cotidiano da instituição, apesar do compromisso de muitas(os) com a causa, na maioria de suas gestões, requerendo, dos profissionais que nela atuam, espírito de autogestão. A direção da instituição SOS deseja revitalizar, aperfeiçoando o Programa PAR (Patrulha de Abordagem Domiciliar e em Rede), parceria SOS, Poder Público municipal e federal.

Os(as) profissionais entrevistados(as) da SOS mencionam haver diferenciais, na instituição, que se relacionam ao seu histórico de constituição e valores consolidados nesse tempo de vinte anos de atuação. Ou seja, destaca-se pelo atendimento interprofissional social, psicológico e jurídico gratuitos, com estratégia individual, casal e grupos de apoio, favorecendo busca de auxílio de quem vivencia violências conjugal e doméstica, vez que sequer precisam registrar ocorrências para serem atendidas(os), prevalecendo o sigilo e outros membros da família sendo convidados somente com a permissão de quem busca auxílio. É a única instituição da cidade que acolhe autores de violências e também, em casos excepcionais, quando homens se percebem como vítimas. Possui processo seletivo criterioso para recrutamento de voluntários(as), estagiários(as) e profissionais que têm acesso à formação continuada, com o cuidado de si, minimizando violências institucionais dentro da equipe e dessa com pessoas atendidas. Aparecem igualmente nas entrevistas, os desafios como conseguir sede própria, sustentabilidade financeira, ampliar número de profissionais fixos, lideranças com disponibilidade para assumir Diretoria, gestão administrativa com maior eficiência, reduzir a zero violências institucionais, amadurecimento coletivo da própria equipe de modo a prevalecer o dito e evitarem-se fantasias sobre o não dito, ampliar periodicidade de articulação com a rede apoio, diminuir a rotatividade da equipe. Constata que a SOS é também um espaço de disputas e de conflitos internos e externos.

Em 2017, além das entrevistas com as pessoas da Diretoria e profissionais que realizam atendimento, os registros das Atas, bem como ofícios e mensagens virtuais demonstram que houve avanço significativo, diante de tratativas com Fórum em anos anteriores e micro experiências nessa seara, para a SOS Mulher e Família designar parte de



sua equipe, especialmente da área da Psicologia e Serviço Social para acompanhar audiências na 3ª- Vara da Família do Fórum responsável, nesse ano, exclusivamente pelos casos Lei Maria da Penha. Nas audiências, equipe da SOS pode sensibilizar pessoas que vivenciam violência conjugal e familiar para atendimentos continuados na instituição. E, em 2018, membros da diretoria da ONG mencionam como avanço a parceria entre o judiciário e a SOS para essa receber autores de violências, como medida protetiva, via Lei Maria da Penha, para atendimentos em grupos reflexivos.

A Diretoria da SOS (2017) menciona algumas parcerias recentes, destacando a com Valhalla Comunicação que se deu em 2017, significativa para deslançar a área de comunicação da instituição, fortalecendo as mídias sociais digitais da instituição, a marca, divulgação das ações da SOS e, portanto, vínculos com a comunidade e público-alvo. Além de potencializar a campanha com venda de camisetas beneficentes à instituição, intitulada “Lugar de Mulher é Onde Ela quiser”, com frases educativas e de promoção das mulheres e relações de gênero (anexo 6).

E ainda o reforço da comissão de projetos da OSC com vistas à elaboração de projetos para captação de recursos, entre eles, o Empresas da Paz, com vistas a maior articulação com o setor privado para, com responsabilidade social, investir em ações de combate à violência às mulheres, de gênero e ligadas à causa. As prioridades da comissão consistem em viabilizar sede própria para a entidade, veículo para revigoração do Programa de Abordagem Domiciliar e em Rede (PAR) e possibilidade de mais contratação de pessoal para atendimento. No entanto, conforme afirmam membros da diretoria da SOS, em Ata de Reunião (março 2018), “os salários vereadores foram por eles ajustados em 19,8%, em 2018, e não houve ajuste de subvenção municipal para terceiro setor sequer pelo valor da inflação de 2%, mesmo que equipe da instituição e de outras do terceiro setor tenham se mobilizado em sessão da Câmara Municipal para reverter essa intenção legislativa”. Isso impactou em reduzir equipe da instituição ou horas de trabalho dos profissionais em regime CLT: um dos retrocessos.

A instituição SOS, segundo integrantes entrevistadas(os) e novo folder<sup>174</sup>, proporciona ações educativas e preventivas junto à comunidade e orientação à pesquisadoras(as). Conquistou assento em fóruns de poder como conselhos de direitos afins e núcleo de estudos de gênero. Prima por gestão colegiada, com abertura para construções coletivas e informações compartilhadas, sendo referência, com potencial multiplicador para práticas similares na cidade, região e país. E, por isso, reafirma em suas narrativas a credibilidade, transparência como percepções daqueles que a conhecem ou usufruíram dos seus serviços, premiada por

<sup>174</sup> SOS Mulher e Família de Uberlândia. Folder de divulgação, edição revista e atualizada, 2017.

várias vezes consecutivas por Excelência Cidadã (biênios 2012 a 2018), com homenagens pelo pioneirismo, promoção da cidadania familiar e dos direitos humanos.

Quando a SOS vai a público com suas lideranças expressando, no coletivo, assertivamente, sem tanto receio quanto aos impactos ou possíveis retaliações, enunciados diferentes de outras organizações, há disputa por representação e climas tensos, receios de alguns(mas) em serem denunciados e que haja animosidades. Entretanto, representantes da Diretoria da instituição, como as senhoras Violeta e Dália concebem isso como um modo de delimitar espaço, acordos éticos, interesses genuínos e maneira de não ceder a determinados jogos de poder, especialmente por parte do poder público, que não se traduzem em melhoria da vida das mulheres e minimização da violência conjugal e de gênero.

Em evento de comemoração de aniversário de 20 anos da SOS (março de 2017), como membro da Diretoria escrevi, a partir da observação participante, e recitei poema como expressão coletiva, destacando o legado e o que representa em parte essa organização no combate à violência conjugal e de gênero. A seguir alguns trechos que expressam desejo do que se pretende cristalizar no cotidiano da militância, vez que a teoria feminista não só aspira compreender os fenômenos, bem como possui a meta de transformação das relações entre os gêneros:

Em 1997 constitui-se para se diferenciar, atuação interdisciplinar,  
 área social, psicológica, jurídica com gratuidade atuar,  
 profissionais de modo continuado a se formar, uns dos outros poder cuidar,  
 para a violência conjugal barrar e a vida das famílias vigorar.  
 Ruir mitos já: ninguém “gosta de apanhar”,  
 Nem uma pode ser “culpada pelo corpo revelar”.  
 Atendemos vítimas e autores de violências para também ajudar.  
 Autonomia organizacional, sigilo no acolher.  
 Não julgar conflitos como banal, espírito de equipe prevalecer.  
 Com ética profissional, evitar violência institucional.  
 Desafios da rede em (re)(des)construção, contradição,  
 Maria da Penha ferramenta na mão,  
 Direitos Humanos e Constituição visando à promoção.  
 Recursos escassos para ampliação.  
 Diferença fazer, solidários ser, equilíbrio desenvolver,  
 atuar com prazer, do mal que combate, não padecer.  
 Alteridade base para se relacionar, escuta ativa profissional, ao dialogar,  
 cidadania apartidária exercitar.  
 Camisetas “vestindo-nos” de nobre causa: Troco *Likes* por Respeito,  
 Consentimento e Com Sentimento, anúncios itinerantes no corpo e na visão,  
 Campanha “Lugar de Mulher é Onde ela Quiser” rumo à desconstrução,  
 Aos colaboradores pela dedicação, ao público pela adesão,  
 o sentimento maior e sincero: gratidão.  
 A logo da SOS: borboleta, em laços, lilás de femininos e masculinos:  
 comunhão.  
 Da lagarta rastejante ingestão de folhas e defecação.  
 No casulo, metamorfoseia em dor, silêncio, conflitos, disputas e introspecção.  
 De fora, não se percebe significativa movimentação,  
 mas por dentro, revolução.

A borboleta voa leve, cheia de si e potencial expressão,  
rompe amarras, torna-se quem é: poesia, música, dança, espiritualidade,  
performance de libertação.

### 3.2 Grupos Reflexivos de Apoio a Mulheres e a Autores que Vivenciam Violências

#### Conjugais

[...] Nada a temer senão o correr da luta. Nada a fazer senão esquecer o medo.  
**Abrir o peito a força, numa procura.** Fugir às armadilhas da mata escura.  
[...] Longe se vai sonhando demais, mas onde se chega assim. Vou descobrir o  
que me faz sentir. **Eu, Caçador[a] de mim.** (Caçador de Mim, Milton  
Nascimento, 1981). (Grifos meus)

Na canção, a escuta profissional e entre pessoas atendidas traduz movimentos contraditórios de encontro com esse *in-dentro*, subjetividade, unicidade que podem ser oportunizados por meio de apoio, na estratégia grupos, com criação de vínculos de confiança para lidar de outros modos, consigo e, por conseguinte, com as relações violentas experienciadas. Em certa medida, como no encontro poético de “*Eros e Psique*”, com o desfecho de Fernando Pessoa (1934)<sup>175</sup>, em que ele mesmo era (“*Eros/Cupido*”, amor) a princesa que dormia (*psique*, representada pela alma). Despertar a autovalia, o amor próprio para além das idealizações e clichês parece recorrente nas narrativas de profissionais que atendem na SOS e no formato grupos reflexivos.

A investigação revela que a estratégia de atendimentos em grupo tem sido desafiadora na SOS Mulher e Família de Uberlândia e com essa experiência de grupos de apoio às mulheres consideradas vítimas bem-sucedida em 2001, 2002, com uma experiência com grupo de autores de violências em 2012, *insights* de grupos com mulheres em 2016 e início de grupos com autores, em 2018. As fontes mais utilizadas foram projetos de grupos de apoio e artigos científicos produzidos sobre eles, bem como atas de reuniões com essa pauta, arquivados na SOS, de 2001 a 2018. Compreender a importância de intervenções de profissionais das instituições pesquisadas, conferida por pessoas que foram ali atendidas, o funcionamento dessa estratégia, comparar a experiências de 2001 com as posteriores no interior da própria instituição, identificando as representações de violência de gênero e relações de poder, para verificar o que permanece e/ou se modifica, podendo a experiência também ser multiplicada em outras organizações da rede apoio.

O primeiro Grupo de Apoio Interdisciplinar a Mulheres que Vivenciam Violência Conjugual e Familiar (GUERRA e NOVAIS, 2012)<sup>176</sup> se constituiu, em 2001 na SOS, com a

<sup>175</sup> PESSOA, Fernando. Eros e Psique. Publicado pela primeira vez In **Presença**, n.º 41-42, Coimbra, maio de 1934.

<sup>176</sup> O capítulo do livro no qual analiso, nesse momento com maior distanciamento, Grupos de Apoio na SOS, encontra-se em: GUERRA, Cláudia; NOVAIS, Gercina S. & VIEIRA, Analúcia M. (Orgs). **Da lagarta à**

finalidade de refletir sobre a configuração desses Grupos como espaço de aprendizagem coletiva e de produção de conhecimento sobre histórias de violências. Propiciou identificar e analisar as representações que circularam em tais espaços e seus significados nos/para os percursos de construção de relações conjugais sem a presença da violência. As fontes foram anotações sobre as discussões relativas à criação dos referidos Grupos, registros das observações de seus(suas) participantes e, ainda, documentos utilizados para informar sobre como participar dos Grupos e regras de convivência.

Os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito dos Grupos, intitulados pelas participantes de “Renascer” e “Simplesmente Mulher”, contemplaram, também, o processo de mobilização dos(as) profissionais para experimentar o estar e o formar-se em grupo, criar e desenvolver os de apoio às mulheres que vivenciam relações conjugais com a presença da violência.

O Projeto intitulado “Formação de Equipe Interdisciplinar de Apoio às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar”, criado no ano de 1999, contemplou a discussão para a implementação de grupos de apoio para as famílias atendidas na SOS Mulher Família por meio da criação de grupos de mulheres, grupos com autores da violência, de crianças e adolescentes, de casais. Em um primeiro momento, priorizou-se a constituição do grupo de apoio às mulheres, tendo em vista que elas constituem a maior parte das pessoas atendidas pelo serviço e a escassez de profissionais voluntários(as) para os atendimentos das mulheres que vivenciam tais situações e para coordenação dos referidos grupos. A violência conjugal “ocorre nas relações entre marido e mulher ou naquelas propiciadas pela união estável, forma de constituir família reconhecida pela Constituição Federal de 1988 (art. 226, parágrafo 3º) e regulamentada pela lei 8.971/94” (MELO; TELES, 2003, p. 22).

Durante a realização do Coletivo de Discussão, conforme indicou a análise das anotações sobre esses encontros, os(as) participantes profissionais da SOS escolheram temas e elaborações teóricas e metodológicas com vistas a apoiar a discussão sobre Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar. Esse procedimento fez vir à tona a pluralidade de referenciais teóricos e representações sobre violência conjugal e modos de intervir em situações com a presença desse tipo de violência. Por conseguinte, evidenciou-se a diversidade de configuração que poderia assumir o Grupo de Apoio, bem como as representações dos(as) profissionais sobre mulher, homem, família,

---

**borboleta:** pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar – Uberlândia: Editora Hebrom, 2012. 202p. Este projeto de atendimento em grupo foi supervisionado pela Psicóloga Gercina Santana Novais, coordenado por mim e pelas Psicólogas Dulce Custódio, Vera Lúcia Cunha Cardoso e Fernanda Bernardes de Assis e pela Assistente Social Sandra Meireles Cunha Cardoso, no período de 2001 a 2003.

casamento, violência conjugal, mulheres que sofrem violência, entre outras. Uma parcela significativa dessas representações se mostrou próxima das identificadas nos discursos e nas práticas de mulheres que vivenciavam violência e participavam dos Grupos de Apoio. Por exemplo: a representação de mulher como responsável pela suposta harmonia do lar, de amor como sentimento eterno.

Não foi por acaso que o coletivo permaneceu discutindo por um ano e meio, antes de implementar dois Grupos de Apoio Interdisciplinar às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar, intitulados pelas participantes de “Renascer” e “Simplesmente Mulher”, com espaços comuns de discussão, de mais autonomia de entrecruzamento de base teórica e metodológica.

Para ilustrar os enfrentamentos teóricos e metodológicos realizados pelo Coletivo de Discussão, destaca-se uma situação vivida por seus(suas) participantes, profissionais e mulheres envolvidas, quanto à reflexão sobre representações, categoria gênero, feminismo e o entendimento dos sujeitos em situação de violência conjugal. Essa reflexão foi articulada com a análise das formas de produção de conhecimento e de intervenção. É oportuno rememorar que nesse espaço, tal como ocorreu em outros lugares de aprendizagem e pesquisa, foram introduzidas as contribuições dos estudos feministas e de gênero, inclusive pela contribuição do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Uberlândia, onde sou pesquisadora e uma das coordenadoras do grupo de apoio da SOS.

Assim, em relação à discussão sobre gênero e produção de conhecimento,

Mais apropriado seria falar em epistemologias e em metodologias, no plural, uma vez que não há uma só forma de fazer ciência a partir das lentes oferecidas pelo feminismo e pelos estudos de gênero. De toda forma, a epistemologia feminista abre-se para um campo essencialmente multidisciplinar, onde a perspectiva da pluralidade é imprescindível. A ciência, nessa perspectiva, tem gênero, havendo diferentes maneiras de se fazer ciência. Homens e mulheres, em diferentes épocas, em diferentes lugares e sob diferentes orientações teórico-epistemológicas, podem produzir conhecimento de formas diferenciadas. Entretanto, a objetividade foi equiparada à masculinidade, o que conduziu a presumir que, para ser objetivo, requer-se distanciamento e separação entre emocionalidade e intelectualidade (NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 124).

Ao resgatar as experiências dos estudos e trabalhos com grupos de mulheres, a reflexão desenvolvida pelo Coletivo de Discussão, por exemplo, sobre determinadas representações de família, de homens e de mulheres, ofereceu elementos para a análise crítica dessas, no contexto da produção da violência conjugal, como indicou a análise das anotações. A família representada, frequentemente, como um sistema harmônico, encobrindo a distribuição desigual de poder, orientava práticas sociais de profissionais. Nesse contexto, é

importante rememorar outras polêmicas relativas à qualificação da mulher que sofre violência como sendo vítima. Conforme análise dos registros, a ideia de gênero, como uma categoria relacional, de grande potencial explicativo, foi apropriada por alguns membros do Coletivo de tal forma que favoreceu a permanência de um discurso recorrente, citado a seguir: “Não há só vítima. Há tramas”. “Não podemos apenas vitimar as mulheres e permanecerem nesse lugar”. Nessa história não há vítimas”. Nesses momentos, um dos aportes que auxiliaram o esclarecimento de outros pontos de vista foram formulações presentes na terapia feminista:

[...] os pressupostos da circularidade e complementaridade a partir dos quais funciona a família desconsideram as diferenças de poder no sistema família. A terapia feminista entende que a opressão ocorre de forma linearmente causal, não se podendo atribuir igual responsabilidade a pessoas que não têm o mesmo acesso ao poder dentro de um sistema. Os pressupostos da circularidade e da complementaridade deram margem a concepções tais como o papel igualmente participante das vítimas nas situações de violência familiar; [...] negligenciando os aspectos de gênero na família, as terapias sistêmicas não problematizam os papéis familiares, mantendo, assim, as definições estáticas, binárias e rígidas sobre estes papéis, o que contribui com a manutenção da ordem patriarcal (NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 124).

A discussão sobre os grupos de apoio às mulheres que vivenciam violência também fez vir à tona, por um lado, os impactos da não inclusão de temáticas relacionadas às relações de gênero nos cursos de graduação frequentados pela maioria dos(as) profissionais e estudantes que atuavam no SOS Mulher e Família. Por outro lado, mostrou a diversidade de fontes epistemológicas, quando foram evidenciadas, no debate, formulações do campo da psicanálise (FREUD, 1978), do psicodrama (MORENO, 1972), dos estudos de gênero e feministas citados na introdução dessa tese, das teorias de grupos (BAREMBLITT, 1986; PICHON-REVIÈRI, 1998), da educação como prática de liberdade (FREIRE, 1980, 1996), sobre poder e violência também mencionados anteriormente na discussão bibliográfica. Foi evidenciada, ainda, a importância dos estudos acerca dos movimentos sociais, políticas públicas, conselhos de direitos, das normativas nacionais e internacionais sobre direitos humanos das mulheres para sustentar a modalidade de atendimento grupal.

Como uma das coordenadoras de um dos grupos, de 2001 a 2003 havia defendido dissertação sobre a violência conjugal (GUERRA, 1998) e pude trazer à luz das discussões dos grupos em questão a reflexão crítica e aprofundada sobre algumas temáticas e conceitos. Por exemplo: as construções de gênero articuladas a uma desigual distribuição de poder e constituição de funções, comportamentos e universo simbólico pautado em educação diferenciada e fragmentada entre os gêneros e os impactos de tais construções em contextos de violência conjugal. Essa experiência também possibilitou ampliar olhar especializado da História na troca com saberes da Psicologia e do Serviço Social.

Ao tomar como foco de análise as representações do sujeito, passou-se a lidar com um tipo de representação que nasce no cotidiano, na confluência entre o vivido e o concebido. Nessa perspectiva, interessou ao Grupo, especificamente, o modo pelo qual os sujeitos reagiam às representações existentes no social e, conseqüentemente, o que daí decorria. Dessa forma, a análise crítica das representações sobre casamento – união feliz, harmônica e para sempre – e mulher – esteio da família e responsável pela harmonia no lar – indicou que essas dificultavam processos de superação da violência conjugal e colaboravam para manter a mulher em relações violentas, assim como para o desenvolvimento de sentimento de culpa e de fracasso.

Trabalhar com esses sujeitos, segundo Ângela Arruda (2002, p. 127-147), oportuniza o desmonte de fronteiras entre razão e senso comum, razão e emoção, sujeito e objeto que nascem com degelo dos paradigmas. A teoria das representações oportuniza olhar psicossocial do conhecimento sem desprezar processos subjetivos e cognitivos. Há reabilitação do senso comum, saber popular, conhecimento cotidiano e pré-teórico. O feminismo e as representações sociais, ambos nascem com degelo de paradigmas, abrindo possibilidades de diversas racionalidades, nitidamente encontradas nas narrativas de sujeitos do conhecimento ativos e criativos e não como *tabulas rasas* que recebem passivamente o que o mundo lhes oferta, como se a realidade e cada qual fosse um corte bem delimitado. Não é raro, em tempos de velocidade da informação, as pessoas recorrerem ao familiar para conversão da novidade, do desconhecido. E há, de nossa parte, interesse na descoberta, mais que na comprovação, por tentadora que ela seja. O pensamento dito “ingênuo” veicula significado e merece atenção. Desse modo,

[...] a representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel. Ao mesmo tempo, diante da enorme massa de traduções que executamos continuamente, constituímos uma sociedade de “sábios amadores” (Moscovici, 1961), na qual o importante é falar do que todo o mundo fala, uma vez que a comunicação é berço e desaguadouro das representações. (ARRUDA, 2002, p. 134)

O diálogo entre os membros do Coletivo de Discussão envolveu ainda a necessidade de compreender que os referidos Grupos deveriam cumprir o objetivo institucional de acolher todas(os) que buscassem atendimento. Uma vez que havia escassez de profissional voluntário(a), a decisão foi por oferecer grupos de apoio permanentemente abertos; incluir na metodologia, como estratégia de acolhimento, as narrativas sobre grupo feitas por membros que participaram dos encontros anteriores; reconhecer as particularidades de cada história de violência e as possibilidades dos membros do Grupo revisitarem suas histórias, com novos recursos, por intermédio da escuta da história do outro.

Certamente, o esforço foi o de construir Grupos de Apoio às Mulheres que Vivenciam Violência nos quais fossem desenvolvidas escutas, por parte de seus membros, capazes de acolher e suportar narrativas, a maioria delas dolorosa, feitas por meio de diferentes linguagens. Em relação à coordenação colegiada dos referidos Grupos, ficou estabelecido que fosse exercida por profissionais participantes do Coletivo de Discussão, sem a exigência de que todos(as) tivessem formação em Psicologia, e que, além de profissionais de outras áreas, o Grupo contasse com profissional da área da Psicologia, pois o debate caminhou para o fato de que seria um Grupo de Apoio, e não psicoterapêutico – apesar de ser terapêutico (e visar à “cura”). Foi decidido também que a coordenação interdisciplinar favoreceria a compreensão dos sujeitos complexos. As(os) coordenadoras(res) de grupo se beneficiaram da existência de um Coletivo de Discussão, mediado por uma profissional cedida pela Universidade Federal de Uberlândia e que não atendia na SOS.

O percurso teórico-metodológico do Coletivo de Discussão foi enfatizando os significados das relações de poder estruturantes das relações de gênero para/nas relações conjugais e sociais. A opção dos Grupos de Apoio Interdisciplinares foi a de abdicar da ideia de centrar a atuação do Grupo nos sintomas, mas de buscar identificar e analisar processos de produção e superação das violências, mapeando coletivamente recursos (individuais, grupais, comunitários e legais) fundamentais para a elaboração de projetos de vida conjugal sem a presença da violência. As regras de convivência foram estabelecidas coletivamente pelos membros do Grupo de Apoio Interdisciplinar às Vítimas de Violência Conjugal.

Em carta escrita pela coordenação do Grupo Renascer, no ano de 2003, para a supervisora do referido Grupo, constam os critérios para as mulheres dele participarem: “[...] ter vivenciado violência, na relação afetiva, seja ela física, sexual, psicológica ou simbólica”. Constam, ainda, informações sobre o uso “[...] das sessões de cinema, da literatura, da música, da argila, da pintura e do *biscuit*”, para provocar as narrativas dos sujeitos. As técnicas de interpretação, questionamento, esclarecimento, clarificação, confrontação e, ainda, a reflexão sobre sistema de crença para trabalhar as narrativas dos sujeitos. Informa que, no início do trabalho do Grupo, a postura da coordenação era “mais provocadora de angústia, com uso recorrente da técnica do espelho e da interpretação verbal da narrativa do sujeito, com vistas a implicá-lo na sua história. A perspectiva passou a ser mais vivencial, visando fomentar as potencialidades criativas dos sujeitos e do Grupo”. Em outra carta, escrita pela coordenação do Grupo Simplesmente Mulher, há referências sobre conteúdo, metodologia, base teórica e relações estabelecidas com os membros do Grupo:

[...] Somos afetivas, sempre duras, quando necessário [...]. Quando hesitamos em rasgar com o bisturi [...], outras o fazem por nós. Isso dói, naturalmente, dá raiva, mas é com amor que fazemos e elas compreendem



isso. Sempre chegam dispostas a serem verdadeiras, a mostrar o que vai por dentro. Temos como referência teórica a construção da relação a dois, a teoria de casais, a Psicanálise, o Psicodrama. É um trabalho gratificante. Aprendemos muito com elas. É uma troca. Procuramos sempre não fugir do foco [...] e identificar o presente, dar visibilidade a elas mesmas. Trabalhamos com materiais diferentes: tinta, argila, papel e cena (Carta, 2003).

Outro aspecto importante refere-se às perspectivas de trabalho adotadas pelos Grupos Renascer e Simplesmente Mulher. A coordenação do Grupo Renascer demonstrou maior preocupação com o resgate da história do sujeito, desde a infância, bem como da significação dessas histórias no processo de constituição da história de violência. A coordenação do Grupo Simplesmente Mulher optou por retomar com maior frequência a vivência atual da violência e seu desvelamento. Todavia, além da estrutura do encontro (aquecimento, desenvolvimento e despedida), da abordagem interdisciplinar da violência, do compromisso com a elaboração coletiva e o cumprimento de regras de convivência, do uso de diferentes técnicas e abordagens complementares, ambos eram comprometidos com a investigação e o esclarecimento do contexto e do processo na formação e transformação da experiência humana desumanizadora, a violência conjugal, como mostrou a análise dos registros das observações.

Observou-se o grupo em movimento com dinâmicas adotadas e as representações que ali circularam. Tal como anunciado anteriormente, a perspectiva de trabalhar com foco nas narrativas teve o propósito de contribuir para que a pessoa que vivenciasse relações conjugais violentas pudesse ampliar sua visibilidade para si mesma; criar possibilidades de ver, agir, entender e significar suas vivências; oportunizar a reflexão sobre os significados de agir a partir do ponto de vista do outro; reconstruir experiências de forma reflexiva; desenvolver a capacidade de autoanálise; contribuir com a criação de novas bases de compreensão de sua vivência e com o rompimento do silêncio e a superação do sentimento de isolamento; oportunizar novos vínculos afetivos; reconstruir projetos e perspectivas de invenção da personalidade, contemplando as dimensões sociocultural e afetiva e as relações macro e micro presentes na sociedade. Ao serem retomados os registros das observações dos Grupos, foram estabelecidos três eixos de análise: metodologias adotadas e seus significados para fomentar as narrativas dos sujeitos; o grupo como espaço de aprendizagem coletiva e as representações e seus significados na elaboração de relações conjugais sem a presença da violência.

Foram várias as metodologias, possibilidades de expressão do sujeito e de constituição de coletivos. De modo que em cada encontro do Grupo, uma profissional recebia a atribuição de introduzir a discussão, fomentar as narrativas e os processos de esclarecimento e compreensão das histórias narradas. A outra profissional era incumbida de auxiliá-la nesse

processo, destacar o aspecto a ser trabalhado, observar as participantes do Grupo, as comunicações verbais e não verbais e registrar o ocorrido por meio da linguagem escrita. Os registros eram lidos e analisados no Espaço de Discussão Coletiva. A leitura e análise desses registros auxiliavam a preparação do próximo encontro do Grupo.

Tal como mostram os documentos relativos à atividade de supervisão, ela se sustentava na compreensão de que se tratava de atividade coletiva, por meio de diálogos ocorridos prioritariamente no Coletivo de Discussão. Dessa forma, o esforço era por abdicar da relação tradicional supervisor e supervisionado, fortalecendo as falas dos diferentes sujeitos e a reflexão sobre base teórica e metodológica dos Grupos de Apoio.

A análise dos registros das observações dos Grupos, criados no ano de 2001, para refletir sobre as dinâmicas escolhidas e as possibilidades de expressão das mulheres, na faixa etária de 17 a 48 anos de idade, que participaram deles revela o cumprimento de seus objetivos. Para ilustrar, analisa-se o primeiro encontro.

À medida em que a coordenação abriu espaço para as narrativas das mulheres, L. afirmou que “não tem nada para falar”, e a coordenadora fez perguntas sobre quantos filhos tem e a idade desses filhos. O momento foi reduzido a perguntas e respostas. O diálogo ainda não foi iniciado.

Outras mulheres falaram sobre saúde, doenças, medicamentos, desejo e segurança quanto à decisão de separar-se do marido, de dependência química do marido. Após essas falas, L. começou a narrar sua história sem que houvesse o incentivo da coordenação por meio de perguntas. Iniciou-se o diálogo com L.

O marido arrumou outra mulher, há alguns meses. Mas continuava comendo na casa dela, tomava banho e até dormia. Agora que o relacionamento dele com a outra acabou, ele quer voltar e ela não o quer mais como marido, só como amigo. Ele a ameaça de morte. Já pegou a faca à noite para matá-la. Disse que só não o fez, porque o filho mais novo gosta muito dela (Registro de observação da coordenação, 2001).

A coordenação proferiu questões sobre as ameaças de morte, de maneira a favorecer a reflexão de L. sobre essa situação e possibilidades de superá-la. Foram oferecidas informações sobre base legal acerca desse fato e discutido o “aceitar ou não o marido de volta”. As outras mulheres voltaram a narrar suas histórias, de relações conflituosas com os respectivos esposos. A coordenação iniciou a etapa de encerramento e avaliação, enfatizando a importância da presença de cada uma, incentivando a não se ausentarem e terem compromisso com o Grupo. Despediu-se e se agradeceu a cada uma.

As análises dos registros das observações participantes sobre os grupos Renascer e Simplesmente Mulher mostraram que as coordenações colegiadas dividiram o tempo de

duração dos Grupos, 1h30min, em três momentos: 1º) Aquecimento; 2º) Desenvolvimento; 3º) Encerramento e avaliação. O que variava eram as histórias narradas e os recursos utilizados da cultura: artes plásticas, filmes, documentários, músicas, jogos, literatura, mitologia, entre outros, em cada um desses momentos, para fomentar as narrativas, embora todas as vezes em que uma novata passava a fazer parte do Grupo, durante o aquecimento, a coordenação lembrava as regras de convivência e incentivava as outras mulheres a falarem sobre o Grupo. Na maioria das vezes, quando falavam sobre o Grupo, retomavam suas histórias marcadas pela presença da violência. Entretanto, como se verificou, essa retomada mostrava processos de apropriação de recursos para lidarem e se esclarecerem sobre o vivido.

Não era repetição da narrativa sobre a história, às vezes trocava-se a ênfase conferida a fatos, acrescentavam-se informações, retomavam-se histórias da infância, mostravam compreensão do envolvimento na interação. Isso ressaltava um dos aspectos produtivos do grupo aberto, à medida que a oportunidade de narrar novamente a história também respondia à necessidade das participantes de continuarem falando sobre os fatos relacionados às violências. Essa narrativa também ajudava a fomentar processos de identificação e de inclusão no grupo, bem como de iniciar recusa a relações violentas. Outro dado refere-se ao fato de que as histórias eram narradas sem considerar ordem cronológica, e, assim, cada narrativa podia apresentar elemento novo que ajudava a compreender a história das mulheres.

A análise dos registros das observações elucidou, ainda, que as narrativas tiveram maior significado para o cumprimento dos objetivos dos Grupos quando a responsabilidade pelo diálogo saía “das mãos” da coordenação e ia para as participantes, conforme trechos dos registros:

Uma das auxiliares da coordenação fazia interrogatórios incisivos para cada pessoa. E esta lhe respondia. As outras ficavam caladas. Então, pela primeira vez, tirei o controle de nossas mãos e o entreguei ao Grupo. Quando alguém falava de si, chorava, se queixava, eu perguntava: o que achavam disso, o que tinham a dizer para aquela pessoa. Foi generalizado. M. pode ouvir das companheiras, por exemplo: você é muito forte. Não desiste não. Vai atrás dos seus direitos. Ficou um clima bem descontraído e ninguém precisou voltar para casa com coisas dos outros entaladas e que deixaram de serem ditas. [...] Fiquei feliz. Todos são responsáveis por todos. Somos um grupo (Registro da observação da coordenação, 2001).

Quanto ao uso de diferentes dinâmicas, o exame dos registros sobre os Grupos evidenciou que, durante a etapa de aquecimento, foram utilizadas mensagens com mulheres em círculo, cada uma massageando as costas da outra; bingo, no qual a cartela pressupunha preencher na horizontal ou vertical para vencer, mediante perguntas para respostas com dados sobre a vida e as atividades de cada uma; dinâmica da farinha de trigo, na qual, ao tirá-la imaginariamente, se estaria retirando pré-conceitos, cansaço, estresse; da respiração

diafragmática, com suposta vela acesa em uma das mãos para apagar e rosa em outra para cheirar; mulheres em círculo de mãos dadas – uma dupla caminha se entremeando entre todas e outras seguem atrás sem soltarem as mãos até se formar um nó e depois desfazê-lo para tratar das possibilidades de se desatar problemas. Enfim, um conjunto de dinâmicas escolhidas a partir do entrelaçamento com temas para auxiliar a tomar contato, a compreender histórias de violência conjugal e intrafamiliar e fomentar a autonomia de mulheres, com vistas a minimizar e (re)significar experiências familiares violentas.

Em relação ao processo de transformação e/ou conservação de vivências conjugais violentas, destacam-se, durante a análise dos registros dos Grupos de Apoio, representações das participantes sobre mulher, família, homem, o feminino e o casamento. Essas representações, tal como verificadas, orientavam práticas sociais e algumas delas contribuíam para a permanência da mulher em relações conjugais violentas. Para compreendê-las, os seus sentidos e processos de constituição, considerou-se que as representações ali expressas são contemporâneas, também, da história das mulheres e dos homens de sociedade determinada; expressão de construções sociais de “masculinos” e de “femininos”, distribuição desigual de poder entre os gêneros. Portanto, têm implicações na configuração das relações conjugais.

Assim, a representação de mulher como “pescoço do casal” e do homem “como cabeça do casal” informa sobre relações de poder e função de cada um na relação e na constituição e manutenção da família. As partes do corpo são utilizadas para informar, por exemplo, que a mulher possui responsabilidade em “ser esteio da família”, de não deixar essa desmoronar. Outro conjunto de representações sobre mulher separada, casamento e mulher orientava as práticas de participantes do Grupo. Permaneciam representações: mulher separada como de pouco prestígio; a mulher como ser passivo e o casamento como união eterna. A representação de bom pai de família, como aquele que oferece suporte financeiro para os(as) filhos(as): “Ele é um bom pai de família, só bate quando bebe”, ou “Ele é violento porque é dependente químico”. Identificou-se a representação de mulher que permanece em relação conjugal com a presença da violência como “mulher sem vergonha”.

O pensamento social compartilhado sobre julgamento das mulheres que vivenciam violências perdeu força quando os Grupos fortaleceram as reflexões sobre processos de produção das violências, o entendimento de sua complexidade e a importância de se estar em grupos que fortaleçam aprendizagens coletivas e a solidariedade em grupos vulneráveis. Por meio da reflexão crítica coletiva foi possível a algumas problematizarem e abdicarem ou ao menos problematizarem representações que orientavam relações conjugais violentas.

Os resultados obtidos, neste estudo, permitem-nos afirmar que as representações majoritárias dos(as) participantes dos Grupos de Apoio Interdisciplinar às Vítimas de

Violência Conjugal e Intrafamiliar sobre casamento, família, mulher, homem e bom pai de família têm orientado práticas sociais que colaboram para que as mulheres permaneçam em relações conjugais violentas. Permitem, ainda, reconhecer os Grupos de Apoio como espaços de aprendizagem coletiva e de formação de teias de solidariedade, fundamentais para acolher narrativas e promover processos de reflexão e atuação dos sujeitos. A participação nesses Grupos possibilitou a reflexão crítica sobre as representações mencionadas, a desconstrução de representações que rodeiam a vivência conjugal e a partilha da compreensão de que a transformação das relações conjugais violentas, com vistas à construção de cultura da paz, requer redes de relacionamento e de serviços para a autonomia crescente das mulheres.

Outra constatação refere-se ao fato de que o desenvolvimento de Grupos de Apoio Interdisciplinar às Pessoas que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar, com foco na aprendizagem coletiva e solidariedade, também requer dos(as) profissionais que coordenam esses grupos a participação em Coletivos de Discussão e a formação com e em grupo continuamente.

Essa experiência inédita e desafiadora em organização da sociedade civil, de atendimento no formato grupos de apoio, foi germe para grupos com autores de violências na instituição e referência para ações na região e no País.

As entrevistas com narrativas de pessoas que vivenciam violência conjugal realizadas para esta tese assinalam semelhanças em termos de representações de gênero, poder e violência, após aproximadamente dezesseis anos, o que nos intriga quanto à força das permanências.

A SOS Mulher e Família de Uberlândia constitui experiência pioneira, na cidade, com Grupos Reflexivos para Autores de Violência (SOUZA, 2012)<sup>177</sup>. Participaram dessa primeira experiência dezenove homens autores de violência apenados pela Lei Maria da Penha, constituído a partir de encaminhamentos pela Central de Atendimento às Penas Alternativas do Centro de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, no período de março a agosto de 2012. O grupo foi desenvolvido na SOS Mulher Família de Uberlândia por meio de seus profissionais voluntários(as). Como resultados, percebeu-se melhor compreensão, pelos participantes, do fenômeno da violência, das questões de gênero e uma autorreflexão sobre suas atitudes.

A experiência demonstra que, sendo um grupo composto por homens somente, a questão de gênero esteve fortemente presente desde o início dos trabalhos.

---

<sup>177</sup> SOUSA, K. A. et al. Autores de agressão intrafamiliar: representações de gênero e violência. GT2 – Sociabilidades, cultura e religião. **Anais do I Seminário Internacional de Ciências Sociais**, UFU, nov. 2012.

Tendo sido autores de violência contra mulheres, os participantes tinham a imagem estereotipada da mulher em seus imaginários e, por várias conduções, o grupo fora levado a discutir as condições da mulher nos dias atuais remetendo-se à história de nossa cultura e sociedade, bem como de outras culturas estrangeiras. Por meio de escritos milenares, textos antigos sobre a condição das mulheres em diversas culturas, apresentou-se sua posição de submissa. A pergunta: “O que é de mulher?”, dada como insígnia para disparar discussões de gênero, provocou inúmeras observações por parte dos participantes: “Ser inconstante é coisa de mulher”, “Autoridade é coisa de homem”. “Quando mexe na ira do homem, ele passa da etapa de homem pra animal”. “A Lei Maria da Penha só defende mulheres”.

Na avaliação dos(as) coordenadores(as) do grupo, conforme atas de reuniões sobre esse tema (2010-2001) e artigo produzido<sup>178</sup>, nele se refletiu sobre a vivência de eventos de violência pelos participantes, sensibilizando-os para mudanças possíveis no lidar com seus sentimentos, mobilizando-os à elaboração da agressividade dirigida a eles mesmos e aos outros, com vistas a promover ruptura no círculo vicioso das violências e a construção de elos que favorecessem a comunicação saudável e a tolerância.

Além disto, provocou-se nos participantes a diminuição de reincidência no envolvimento em eventos/situações de violência. A partir das falas recortadas ao longo dos grupos é possível perceber que os resultados esperados foram alcançados. Nas primeiras narrativas, percebem-se os indivíduos bastante centrados em si mesmos compondo o momento eu-comigo de que fala Moreno: “Sou explosivo. Na hora não paro para pensar.” “Eu prezo o amor. Se tenho algo adormecido dentro de mim, prefiro que fique assim mesmo.” “Eu gosto dela, ela é que não gosta de mim.” (SOUZA, 2012)<sup>179</sup>

Em 2016, tais formatos de atendimento começaram a ser retomados, após rotatividade de equipe e conforme (in)disposição, afinidade de profissionais para coordenarem. Com o Projeto em andamento no ano de 2017, o Fórum encaminhará em 2018, de modo compulsório, autores de violência para Projeto piloto na SOS. Uma dupla de voluntários coordenará o grupo reflexivo. Não são todas as pessoas que, ao buscarem auxílio na SOS, aderem à modalidade grupos de apoio reflexivos. No entanto, como profissionais e direção da

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> SOUSA, K. A. et al. Autores de agressão intrafamiliar: representações de gênero e violência. GT2 – Sociabilidades, cultura e religião. **Anais do I Seminário Internacional de Ciências Sociais**, UFU, nov. 2012. Sobre atuação com grupos reflexivos com autores de violências, consultar: Grupo de Reflexão para Homens Agressores ganha Espaço no País, Folha de S.P, Cotidiano B5, 11 jul. 2016; AGUIAR, Luiz H. M. **Gênero e Masculinidades. Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal**. Dissertação de Mestrado (Psicologia Clínica e Cultura), Pós-Graduação da UNB, Brasília, 2009 e GUIMARÃES, Fabrício. **“Mas ele diz que me ama...”: impacto da história de uma vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres**. Dissertação de Mestrado (Psicologia Clínica e Cultura), Pós-Graduação da UNB, Brasília, 2009; GROSSI, Patrícia K. Et al. Grupos para homens que exercem violência conjugal: um desafio no enfrentamento da violência de gênero. In: STREY, Marlene N. et al(org.). **Famílias, Gêneros e Violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 320p. (Coleção Gênero e Contemporaneidade, n.2), p.195-2014; TONELI, M. J. F. [et al], (Org.), (2010). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas**. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010; BEIRAS, A., Nascimento, M. (2017). **Homens e violência contra mulheres: pesquisa e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: InstitutoNoos, 2017; JENKINS, A. (2017). **Violência e abuso: uma intervenção ética e restaurativa com homens que abusam**. (A. Migliavacca, Trad.). Porto Alegre: Pacartes, 2017.

SOS ressaltam em seus planejamentos estratégicos e atas de reuniões (novembro e dezembro, 2017), são estratégias de atendimento que auxiliam a instituição e minimizar a fila de espera, especialmente para acolhimento psicológico, e possibilitam o efeito espelho, a alteridade, sociabilidade entre seus membros, sair do isolamento, desenvolver e exercitar a escuta ativa, revisitar a própria história para fazer escolhas menos dolorosas, o fortalecimento no coletivo para se lidar melhor com desamparos, sexismos e construtos que traduzem diferenças em desigualdades, favorecendo minimizar violências, na modalidade coletiva.

### **3.3 Programa Patrulha de Atendimento Multidisciplinar (PAM), revitalização como Programa de Abordagem Domiciliar e em Rede (PAR)**

**A minha alma tá armada e apontada para cara do sossego! Pois paz sem voz, [...] não é paz, é medo! Às vezes eu falo com a vida. Às vezes é ela quem diz: "Qual a paz que eu não quero conservar pra tentar ser feliz?" [...] É pela paz que eu não quero seguir admitindo.** (Minha Alma, A Paz Que Eu Não Quero, 2009, Marcelo Yuka, O Rappa)

No trecho das cantiga, a expectativa da paz, mas com a alma armada para se obter o sossego e fazer prevalecer a própria voz, superar traumas, temores e poder flutuar abre espaço para algumas parcerias e seu preço: a reunião da sociedade civil, do Poder Público, por meio da Prefeitura, da universidade e a Polícia Militar. Experiência desafiadora, segundo narrativas das entrevistas e fontes documentais das instituições pesquisadas.

A PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar – segundo o seu Regimento Interno e atribuições (2014)<sup>180</sup>, quanto à sua identificação e histórico, é um Programa laico, apartidário e pioneiro no Brasil pelo seu caráter e tem sido referência e modelo para fomento de Programas similares na região e no País. Foi idealizado em 2003, por meio de diálogos entre a SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, por membro fundadora dessa, e o 17º Batalhão de Polícia Militar – Minas Gerais por meio do Tenente Coronel Serjo Ricardo Bueno, Comandante com formação em direitos humanos e visão diferenciada sobre articulação com a sociedade civil, com vistas à atuação mais articulada entre diferentes profissionais, a fim de diminuir reincidências de casos de violência intrafamiliar. A equipe do Programa entende como violência intrafamiliar, no seu contexto de funcionamento, qualquer conduta que cause dano, morte, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral e patrimonial ao sujeito, tanto no âmbito público, como no privado.

Segundo o Regimento Interno (2014), tem por finalidade promover a paz e a cidadania familiar, por meio de abordagem domiciliar interdisciplinar e interinstitucional, com o

<sup>180</sup> PAM. Regimento Interno, revisto em 2014.

trabalho especializado de assistentes sociais, psicólogos(as), ou de áreas afins e policiais militares, valendo-se de metodologia e suporte teórico focados na Mediação de Conflitos intrafamiliares, nos princípios da Cruz Vermelha<sup>181</sup>, nos Direitos Humanos e Polícia Comunitária, cuja ação continuada se estabelece junto à rede de enfrentamento à violência com seus atendimentos.

A mediação de conflitos constitui uma forma de lidar com um conflito, como, por exemplo, em caso de separação, divórcio, brigas, por meio da qual um(a) terceiro(a) mediador(a) auxilia as pessoas a se comunicarem melhor, a negociarem e, se possível, a chegarem a um acordo.

Em seu livro “Mediação Familiar”, a psicóloga Stella Breitman e a advogada Alice Porto analisam os diversos conceitos de mediação. Uma das definições mais abrangentes que essas autoras citam é de Tânia Almeida:

A mediação é um processo orientado a conferir às pessoas nele envolvidas a autoria de suas próprias decisões, convidando-as à reflexão e ampliando alternativas. É um processo não adversarial dirigido à desconstrução dos impasses que imobilizam a negociação, transformando um contexto de confronto em contexto colaborativo. É um processo confidencial e voluntário no qual um terceiro imparcial facilita a negociação entre duas ou mais partes onde um acordo mutuamente aceitável pode ser um dos desfechos possíveis (ALMEIDA, 2001, p. 46).<sup>182</sup>

Nessa obra (2001), a definição do processo de mediação de conflitos está diretamente relacionada à orientação teórica de seu/sua autor(a): alguns enfatizam a resolução de conflitos, outros destacam o acordo entre as partes e outros, ainda, ressaltam a comunicação entre as pessoas em conflito. E há aqueles que salientam a transformação, de maneira que a Mediação transformativa é mais enfatizada, não importando se as pessoas chegam a um acordo ou não.

O processo de mediação é complexo, o que impossibilita tratá-lo de forma simplista. Como bem salienta a advogada Águida Arruda Barbosa (2006), “[...] a definição de mediação também se enquadra como espaço de criatividade pessoal e social, um acesso à cidadania. A mediação encontra-se num plano que aproxima, sem confundir, e distingue, sem separar”<sup>183</sup>.

Aceitaram participar como parceiras diretas a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a Universidade Federal de Uberlândia. A primeira convidada, devido à necessidade de que haja políticas públicas específicas no atendimento à demanda relacionada à questão da violência

<sup>181</sup> A Cruz Vermelha, fundada em 1908, constituiu-se com base nas Convenções de Genebra, das quais o Brasil é signatário. É uma associação civil, sem fins lucrativos, de socorro voluntário, auxiliar dos poderes públicos. Disponível em: <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/cruz-vermelha-brasileira-lanca-diretrizes-internacionais-de-primeiros-socorros/#axzz578U6empq>. Acesso em: 10 de ago. 2017.

<sup>182</sup> BARBOSA apud BREITMAN, Stella; PORTO, Alice C. **Mediação familiar: uma intervenção em busca da paz**. Porto Alegre: Criação Humana, 2001.

<sup>183</sup> Idem.



intrafamiliar e, a segunda, além de poder designar estagiários (as), dispôs-se, especialmente, a contribuir com a formação continuada da equipe e da rede indireta participante do Programa.

O público-alvo atendido pela PAM entre 2003 e 2015 era aquele considerado vulnerável e suscetível à violência familiar, ou seja, mulheres, crianças, adolescentes, adultos(as), gestantes, idosos(as), homossexuais, travestis, pessoas com deficiência física ou com sofrimento mental, casais ou outros grupos considerados vulneráveis e historicamente excluídos. A violência familiar ocorre dentro da família, unidade doméstica, ou em qualquer outro espaço. Assim sendo, a PAM prestava assistência ao público interno dos parceiros diretos (funcionários(as) do SOS Mulher e Família, Polícia Militar, Prefeitura e Universidade Federal de Uberlândia), bem como ao público externo – moradores e cidadãos(ãs) da cidade de Uberlândia, compreendendo o 17º e, posteriormente, o 32º Batalhão de Polícia Militar.

Foi lançada com duas viaturas provenientes de recurso de emenda parlamentar do Deputado Federal Gilmar Machado (PT/Partido dos Trabalhadores) em 2005, 2009 e 2012, havendo fortalecimento com a constituição de equipes específicas, registros e aquisição de mais viaturas, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (emenda parlamentar federal), mediadas pela UFU e com projetos apresentados pela SOS Mulher e Família de Uberlândia e até 2015, quando se encerrou, permanecia com quatro viaturas indevidamente apropriadas pela PMMG, conforme documentação sobre o Programa arquivada na SOS (2003 a 2015), e narrativas de entrevistadas, senhoras Dália e Violeta.

Em 2013 houve a ampliação do Programa com a inserção do 32º Batalhão de Polícia Militar, que passou a possuir duas equipes, dobrando a capacidade de atendimento do Programa, que contava, até então, com duas equipes do 17º BPM, abarcando de modo ampliado a 9ª RPM (Região da Polícia Militar).

O Programa concorreu via organização da sociedade civil SOS Ação Mulher e Família, e foi premiado com o Prêmio Excelência Cidadã (CDL/CMU), em 2011/2012 e 2013/2015.

Compunha o quadro da PAM a Coordenação Geral, com representantes designados por cada órgão parceiro direto, a Coordenação de Núcleo e sua equipe de atendimento, composta por assistentes sociais, psicólogas(os) e advogados(as), em regime CLT, voluntários(as) e/ou estagiários(as) da SOS Mulher e Família e policiais militares da PMMG, geralmente saindo em duplas para atuação em campo.

Há a compreensão, por parte da equipe vinculada à SOS e entrevistada (2015, 2017), da violência doméstica, familiar como problema social, de segurança, de Direitos Humanos e de saúde pública. E a mediação de conflitos é utilizada como método pacífico e interdisciplinar, rejeitando dualidades, onde sujeitos reconheçam suas implicações no conflito.

Em termos dos atendimentos e dos critérios para suas etapas, o Regimento Interno da PAM (2014) menciona que o Programa era acionado após o registro do fato (REDS/antigo B.O), realizado pela Polícia Militar. A PAM poderia ser acionada pelo telefone do SOS Mulher e Família de Uberlândia e por meio de encaminhamentos da rede de enfrentamento à violência doméstica. A escala de critérios de prioridade de atendimento estabelecia-se por meio de consenso, entre os(as) profissionais da PAM, após a coleta dos REDS específicos de violência familiar e avaliação sobre a gravidade e urgência do caso.

Em situação de necessidade de abrigo de pessoa em risco de vida pela violência, a equipe da PAM poderia conduzir a pessoa atendida até à Delegacia Especializada de Atendimentos à Mulher e/ou à Prefeitura Municipal de Uberlândia/Setor de Atenção Especial/Casa-Abrigo Travessia, abrigo temporário para promover mulheres e filhos(as) menores de idade em situações de violência familiar e, quando necessário, para Exame de Corpo de Delito e para outros órgãos que julgassem necessários ao atendimento articulado em rede.

Em balanço coletivo realizado pelos participantes do Programa (análise documental sobre o Programa e entrevista com a Sr.<sup>a</sup> Dália, especialmente a SOS e agentes atuantes diretamente da PMMG, podem-se mencionar avanços e facilitadores: infraestrutura (espaço físico, equipamentos, material gráfico, móveis, lanche na sede da ONG; viaturas adquiridas por meio de aprovação de projetos pela SOS; atividade coletivas com Curso de Formação (quinzenal) e Cuidando dos Cuidadores (mensal); reuniões (planejamento e deliberações); instrumentais apropriados à demanda; reavaliados e atualizados; banco de dados; pessoal com composição da equipe adequada ao tipo de abordagem; atendimentos com ação continuada; atividade especializada; atividades socioeducativas e preventivas junto à comunidade; orientações a pesquisadores(as); participação em eventos externos e promovidos pela PAM, como seu Seminário Anual; apresentação de produção de conhecimento, como o Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFU (2012); referência para inspiração/replicação do Programa em cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Belo Horizonte e entorno, considerado, em vários momentos, como exemplar e eficiente pela qualidade da abordagem e pela composição mista com pessoas do Poder Público e da sociedade civil.

Algumas intervenções para consolidação do Programa eram reivindicadas pela coordenação e equipe com atuação direta, como: ampliar o número de agentes fixos (eram designados pelas parcerias); elaborar e implantar prontuário digital com processamento integrado de dados; assinatura de Acordo de Cooperação com atribuição de cada parceiro; aquisição de mais viaturas; análise da conveniência de ampliação de parceiros, envolvendo

outros órgãos que possuíssem afinidade com a causa; maior conexão para consolidação e qualificação da rede de enfrentamento à violência para diminuição dos inibidores da busca de auxílio; ampliação e alteração do horário de atendimento da PAM para encontrar mais o público-alvo do serviço nas residências, quando das abordagens realizadas sem aviso prévio.

Interessante observar, nas narrativas das senhoras Dália e Violeta bem como na análise documental sobre o Programa, como a cada nova gestão do Poder Público municipal, da PMU e da PMMG, o Programa precisava (re)fazer articulações para justificar sua relevância e ter adesão de novos(as) gestores(as), o que se burocratizava com resistência à assinatura do Acordo de Cooperação para que ficassem claras as atribuições de cada parceiro. Assim, a SOS Mulher e Família ficou, segundo as Diretorias do período, sobrecarregada com ações por ser a sede do Programa, a responsável por elaboração aprovação de projetos, produção e publicação de conhecimento, iniciativa de confecção de projetos e concorrer a premiações e formação da equipe.

Durante o período de funcionamento, ou seja, de 2003 a 2015, o Programa passou por desafios e desafetos e entre os dificultadores pode-se mencionar divergências de valores de profissionais da PMMG, com histórico cultural de comando, hierarquia, disciplina<sup>184</sup>, e da SOS Mulher e Família, com perspectiva de autogestão, construção coletiva e preocupação com a inclusão de gênero, racial, étnica, de orientação e identidade sexual. Assim, houve momentos de conflitos significativos, necessidade de solicitação, por parte da Diretoria da SOS, do afastamento de alguns policiais e, mais excepcionalmente, de civis do Programa pela reincidente inabilidade, sob pena de colocar as diretrizes do próprio Programa em risco.

Atas de reuniões da SOS Mulher e Família de avaliação institucional com equipe da PAM, mais especificamente de 2011 a 2014, revelam a representação social de alguns PMs do Programa sobre o imaginário de outros policiais de que ele se relacionava, de modo pejorativo e estereotipado, à “patrulha do amor”, dando a entender ser trabalho mais leve que de outros policiais da ativa. E também que alguns PMs preferiam estar na PAM, menos pela afinidade com o trabalho que pela tranquilidade e menor risco derivado da atuação. Por outro lado, houve, no período de funcionamento do Programa, policial que optou por sair dele, por preferir a intervenção nas ruas de modo mais ostensivo. Essas representações vinculam-se a sentimentos de desvalorização da atuação do policial no Programa e retirava-o do suposto espaço de atuação, uma vez que não é comum o lugar para o diálogo e amorosidade no

---

<sup>184</sup> Quanto às declarações institucionais da Polícia Militar presentes em seu material de divulgação até o momento, constam (2017): Missão – promover segurança pública por intermédio da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais. Visão – sermos reconhecidos como referência na produção de segurança pública, contribuindo para a construção de um ambiente social seguro em Minas Gerais. Valores – ética, lealdade, respeito, representatividade, justiça, disciplina e hierarquia.

exercício da função de militar. Portanto, a atuação interdisciplinar na PAM confronta a imagem de policial militar másculo, viril, de autoridade, que detém a fala e define a abordagem, inspira medo e respeitabilidade.

O Programa diminuía reincidências pelos relatórios de diagnósticos apurados pela polícia e SOS Mulher e Família. E quando se iniciou, conforme o comando da PMMG da época, em torno de 30 a 35% dos casos atendidos pelo 190 se relacionavam à violência doméstica. Se, no começo dos trabalhos, era feita articulação com a PM de modo geral e com o 190 para sensibilização quanto às ocorrências de violências intrafamiliares, dependendo do comando, do momento, essa prática não se concretizava, o que impactava negativamente na sua operacionalização e em pouco conhecimento sobre a atuação da PAM por parte do restante da Polícia Militar da cidade.

Em determinada ocasião, sem precisão de data, narra a Sr.<sup>a</sup> Dália, alguns anos após a constituição da PAM, a equipe SOS Mulher e Família estranha que Programa similar, intitulado Missão Vida, tenha sido constituído no município, mas com viés religioso e Comandante vinculado a determinada linha religiosa protestante, quando o Estado deveria primar pela laicidade. Entretanto, o foco foi direcionado ao atendimento de policiais militares e de seus familiares. Diante esse fato, verificou-se o alerta de registro da marca, principalmente pela SOS, quanto ao Programa PAM, com receio de a população confundir a atuação, em diversos momentos, e para que não houvesse risco de replicação não autorizada, distorcida e inadequada dele. E por isso, desde o início de suas atividades, um guia de orientação sobre a PAM foi registrado em cartório. Apesar de insistentes tratativas, havia resistência e procrastinação de Assinatura do Acordo de Cooperação com atribuições de cada qual, especialmente por parte da Prefeitura e da UFU.

O Programa foi referência, por isso também premiado e, apesar da rotatividade de profissionais, teve, na maior parte do tempo em que funcionou, equipe com competências técnicas, comportamentais, gerenciais e amadurecida, acumulando saberes e promovendo intervenções qualificadas. Por outro lado, enfrentava intempéries relativas a maior ou menor sensibilidade de gestores(as) da parceria, especialmente da PMU e PMMG. E, por vezes, foram designados profissionais para atuarem com escassez de características compatíveis com a filosofia proposta, permanecendo por pouco tempo ou sendo convidados a se desligarem. Durante o período em que permaneceu atuando, houve situações difíceis nas relações entre os profissionais, nas quais algumas pessoas do Programa promoveram o que se pretendia combater, ou seja, violências: com posturas sexistas, homofóbicas, intolerantes e intervenções eticamente inadequadas.

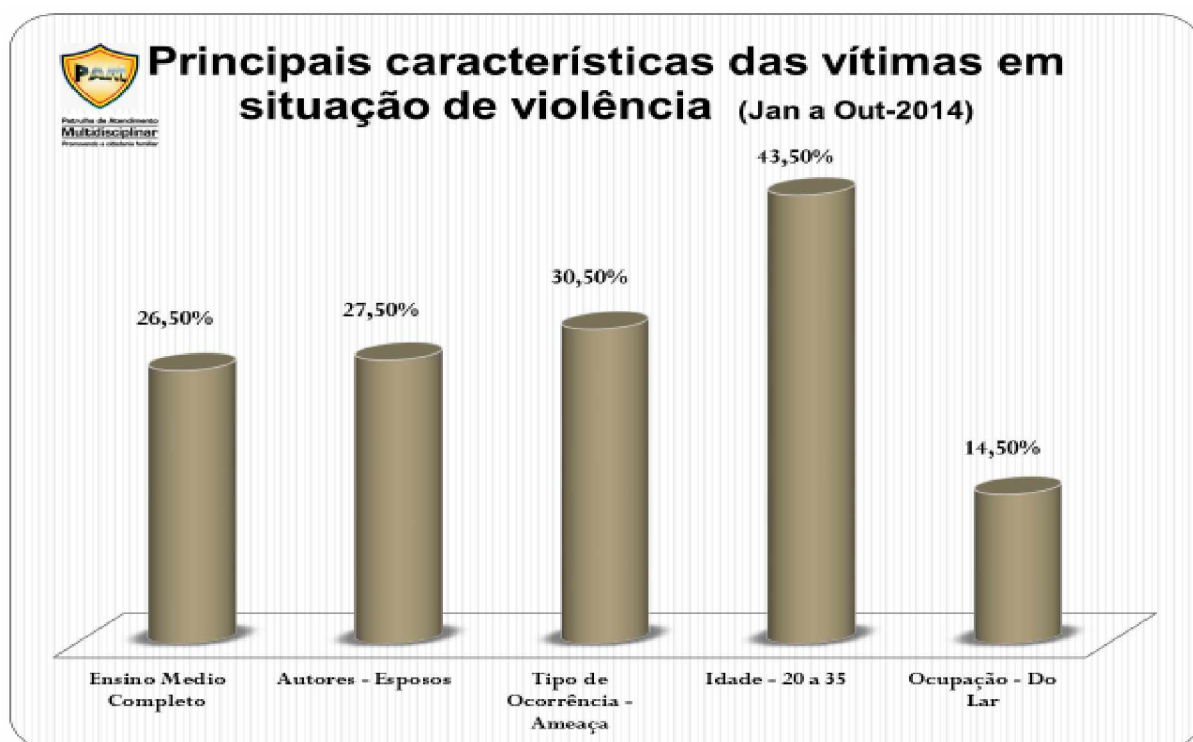
Representações de gênero de que a PAM era, de modo jocoso, vista por membros dos respectivos batalhões envolvidos como “a patrulha do amor” por parte de determinados policiais militares, considerando a atuação no Programa como algo menor, de gente incapaz, ou que deseja moleza eram recorrentes nas conversas informais, segundo menciona a Sr.<sup>a</sup> Dália. Pois que, para alguns policiais militares, a função ostensiva lhes cai melhor, como virilidade, masculinidade. Um policial que pelo Programa passou solicitou saída com esse argumento de que preferia a lida na rua. Para outros, estar no Programa era oportunidade para trabalho mais tranquilo, maior flexibilidade em termos de horário de entrada e saída, pausas para descanso, sem correrem tanto risco como na rua.

Computam-se, de 2003 a 2014, 11.725 atendimentos de casos familiares pela PAM<sup>185</sup>, vez que, pelo funcionamento em horário comercial, em várias situações as casas encontravam-se fechadas. Várias abordagens resultaram ação continuada no interior da SOS Mulher e Família. De janeiro a outubro 2014, a PAM realizou 1.516 atendimentos.

Gráfico 7 Características das vítimas em situações de violências, atendidas pela PAM, Uberlândia, 2014.

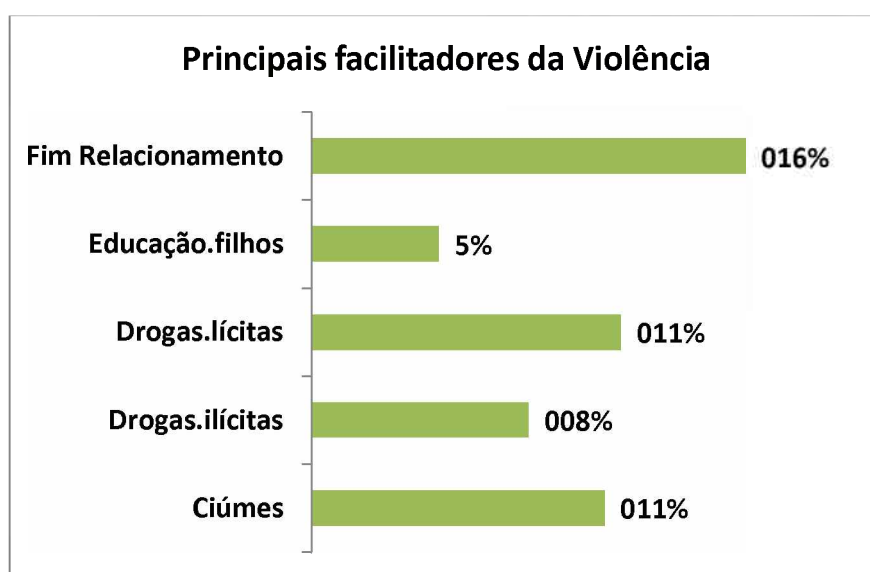
---

<sup>185</sup> Dados tabulados pela equipe da PAM, maio de 2015.



Fonte: PAM, diagnósticos, janeiro a outubro de 2014.

Gráfico 8 Facilitadores das violências domésticas, atendidas pela PAM, Uberlândia, 2014



Fonte: PAM, diagnósticos, janeiro a outubro de 2014.

Os dados retratam que grande parte das pessoas atendidas pelo Programa possuía Ensino Médio Completo, estando na faixa etária de 29 a 35 anos, do lar e foram ameaçadas por esposos e ex-cônjuges, portanto sofreu violências não físicas e tinha dificuldade em lidar com autonomia e desejo do(a) outro(a), além de decorrerem violências em término de relacionamento. O Programa, por seus diferenciais, recebeu elogios pela comunidade, o que

era compartilhado em reuniões da equipe, em situações em que pessoas atendidas afirmavam, com perplexidade, (2007), segundo Assistente Social da SOS: “[...] nunca imaginei ver, a gente com problemas graves e aparecer, na porta da nossa casa, gente para ajudar a resolver e encaminhar a gente para atendimentos”.

Com a saída da PMMG do Programa PAM, em junho de 2015<sup>186</sup>, a SOS Mulher e Família envidou esforços e foi persistente para revitalização e aperfeiçoamento do Programa sem a PM e foi elaborada Minuta de Convênio de Cooperação Mútua que entre si celebrassem a Universidade Federal de Uberlândia, a Prefeitura Municipal de Uberlândia e a SOS Mulher e Família de Uberlândia, objetivando o apoio institucional ao intitulado PAR - Programa de Abordagens em Rede e Domiciliar para Enfrentamento à Violência Doméstica.

Retratam-se as dificuldades de percurso para retomada do Programa, de 2015 a 2017, vez que, segundo profissionais da Diretoria da SOS entrevistadas, as senhoras Dália e Violeta, “oportunistas, má-fé, descaso, vaidades prevaleceram por parte de envolvidos, em detrimento do atendimento aos anseios da comunidade a ser atendida”.

Em ofício<sup>187</sup> enviado ao Governador de Minas Gerais, o Sr. Pimentel (PT/Partido dos Trabalhadores), e Secretário Estadual de Direitos Humanos, em agosto de 2015, dois meses após a finalização do Programa PAM (Patrulha de Atendimento Multidisciplinar), e várias outras tentativas de conseguir a devolução de veículos que continuavam em posse da PMMG (Polícia Militar de Minas Gerais), para outros parceiros continuarem com atuação, e em ofício<sup>188</sup> ao novo comandante da PMMG, em maio de 2017, com cópia aos parceiros permanentes no Programa, representantes da SOS Mulher e Família relatam como se deram os fatos para finalização do referido Programa e essa pendência quanto aos veículos. Esse ofício não foi respondido.

Assim, a SOS Mulher e Família manifesta que a suspensão das atividades se deu por decisão do então Comando Regional da PMMG, representado na época pelo Coronel Marquez, comunicada no dia 03 de junho de 2015, ante problemas apresentados pela SOS Mulher e Família de Uberlândia ao então coronel. Na ocasião, a organização da sociedade civil manifestou publicamente (nas sua rede social digital, em entrevistas concedidas à mídia, junto ao CMDM e está registrado em Atas (2015) indignação pela decisão tomada pelo então Cel. do Comando Regional da PMMG, visto que, a partir da suspensão das atividades da

<sup>186</sup> A imprensa local noticiou o acontecido, pois que, após 12 anos de atuação, chama atenção a saída da PMMG do Programa PAM. Ver em ROMÁRIO, Vinicius. PM encerra parceria e patrulha “do lar” deixa de operar em Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Cidade, jun. de 2015.

<sup>187</sup> Ofício n. 048 de 18 de agosto de 2015, da SOS Mulher e Família de Uberlândia para governador do Estado de Minas Gerais e Secretário Estadual de Direitos Humanos.

<sup>188</sup> Ofício n. 07 de 18 de maio de 2017, da SOS Mulher e Família de Uberlândia para Comandante da PMMG, Reitor da UFU e Prefeito de Uberlândia.

PAM, com a justificativa de implementação da PVD-MG (Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica) em Uberlândia, puderam verificar o uso de *know how* da PAM e toda a produção de civis, que foram excluídos deste formato de Programa, num contexto em que destes civis partiram as intervenções qualificadas para boa parte da operacionalização do Programa. Neste contexto, tendo a SOS Mulher e Família de Uberlândia sido comunicada intempestivamente pelo então Comando da PMMG sobre a suspensão da PAM, o que mais desagradou a SOS foi o fato de que muitas famílias que vivenciam violências conjugais, domésticas e de gênero, a partir de 2015 ficaram desassistidas pelo expressivo e relevante Programa.

A SOS também informa que 04 (quatro) viaturas do então Programa PAM, que foram adquiridas na parceria ONG-PMU-UFU-PMMG, quando da suspensão do Programa, não foram devolvidas aos seus formais proprietários, considerando o Programa então vigente. Ressalta-se que tais viaturas foram plotadas e caracterizadas para utilização específica no Programa PAM e, nesse sentido, tendo havido saída da PMMG, e consequentemente esse Programa não estando mais em vigência desde junho/2015, entende a SOS e, posteriormente, a UFU, que as viaturas não deveriam e não devem permanecer em circulação pela cidade e que precisam ser descaracterizadas e destinadas aos que se mantiveram na parceria, a saber, Prefeitura Municipal de Uberlândia, SOS Mulher e Família de Uberlândia e Universidade Federal de Uberlândia, visto que está em andamento, desde 2015, processo de negociação entre esses parceiros de modo a revitalizar e aprimorar Programa de abordagens de campo aos casos de violência doméstica e intrafamiliar.<sup>189</sup>

A análise que se faz é de que a relação entre a sociedade civil e a Polícia Militar é permeada por conflitos que, nesse caso, explicitam amplificação de postura autoritária advinda da PM e tratamento à ONG como se lhe fosse subordinada hierarquicamente, disputa por representações e, nesse caso, inclusive pelas ferramentas (veículos) para operacionalização do Programa em outro formato. Poder-se-ia dizer que, eticamente, ao optar, oportunisticamente, por sair do jogo, não deveria ser levada a “bola”.

Nesse contexto, a direção da SOS solicitou, por meio de ofícios com registro em Atas (arquivo SOS 2015, 2016, 2017) manifestação formal do atual Comando Regional da PMMG sobre os encaminhamentos que precisam e podem ser dados para a devolução de tais veículos. Lembra que a demora no posicionamento da PMMG, desde a decisão tomada pelo então coronel, em 03 de junho de 2015, vem comprometendo de modo contundente todas as providências para a retomada dos atendimentos continuados às pessoas atendidas pelos serviços do Programa que está sendo implementado em substituição ao então Programa PAM.

---

<sup>189</sup> Idem.



E ressalta que todas as questões tratadas foram documentadas e formalmente compartilhadas com os parceiros do Programa.

A SOS apresenta retrospectiva histórica geral, com situações e ponderações baseadas em registros, à qual tive acesso, como atas, listas de presenças, reportagens da mídia, fotos, do período de 2003 a 2015 (vigência do Programa), aos que indireta e diretamente relacionaram-se à suspensão do Programa PAM, apontando avanços, mas também incômodos e insatisfações:

Em 2007, estive na sede da PAM a Coordenadora Especial de Promoção e Defesa da Mulher de Belo Horizonte, em reunião com Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia para compreender como funcionava o inédito Programa PAM, com vistas a replicarem em Belo Horizonte. Foram fornecidos prontuários de atendimentos, diagnósticos e toda explicação sobre o funcionamento. Em reportagem datada de 20/08/2007, lida nas redes sociais (site da SEDESE-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), é mencionado que Belo Horizonte era pioneira em Programa de abordagem domiciliar em situações de violência doméstica, o que questionamos, pois sequer foi citada a fonte matriz. Policiais de BH que vinham a Uberlândia insistiam nesse equívoco, e nos eventos em que estivemos presentes, corrigíamos e os esclarecíamos.<sup>190</sup>

Em 2012, o determinado Ten. Cel. Milagres, de Barbacena, esteve na sede da ONG para realizar pesquisa para trabalho de conclusão de curso de especialização intitulado: “A receptividade da atuação da Polícia Militar de Minas Gerais no ambiente familiar em crise como estratégia de prevenção criminal: um estudo acerca das experiências de Uberlândia e Barbacena”, que foi apresentado na Academia de Polícia Militar e à Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho (Fundação João Pinheiro), no qual foram incluídos dados da PAM, e lhe foi passado também todo o material sobre funcionamento da instituição e, só depois de muita insistência da SOS,

[...] enviou trabalho escrito final, conforme acordado, mas não apresentou os resultados para a equipe, como combinado, quando da solicitação e abertura para pesquisa. Ele comunica posteriormente que várias cidades do entorno de Belo Horizonte estavam replicando o Programa, devido a sua eficiência e diferenciais.<sup>191</sup>

Em 17 de janeiro de 2013, no evento de entrega das últimas viaturas adquiridas para o Programa PAM, a Polícia Militar convidou formalmente com folheto, “[...] sem mencionar nome de todos os parceiros do Programa como realizadores”, causando constrangimentos e mal-estar à equipe da SOS. Isso reforça que os conflitos, mais ou menos sutis, impactavam a equipe de atuação e consequentemente os rumos do Programa e sua qualidade junto à

---

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> Idem.

demanda. A contradição se explicita vez que o combate à violência passa a ser violência entre membros de organizações diferentes.

A SOS Mulher e Família de Uberlândia, segundo seus integrantes, tomou a frente e operacionalizou a maioria de encaminhamentos para retomada e realização do V Seminário Anual da PAM (ocorrido em novembro/2014), e para isso sua Diretoria Colegiada elaborou Projeto que, segundo representante da Diretoria (2014),

[...] ao ser revisto pela PMMG, a mesma excluiu o nome de participantes da comissão organizadora, neste processo, e manteve apenas dos membros que faziam abordagem domiciliar PAM. Tal situação foi questionada pela SOS e, apesar de indisposição da PMMG, foi feita alteração para contemplar o trabalho árduo de todo o coletivo.

Conforme a Diretoria da SOS (2015), desde o assumir do comando pelo Cel. Marquez, periódicas foram as práticas de representações majoritárias de

desrespeito e postura ostensiva de policiais do então Programa PAM com civis da organização não governamental, ausências de policiais, ao trabalho, não justificadas, adoção de procedimentos inadequados de atendimento pelo policial Coordenador de Núcleo, boicotes de policiais a espaços de formação continuada, uso questionável de viaturas quanto a sua função e por mais que Diretoria da SOS convocasse representantes hierárquicos da Polícia para compartilhar tais questões e sanarem problemas relativos ao seu pessoal, nenhuma atitude era tomada ou devolutiva dada, como, por vezes, em comandos anteriores, diante de problemas eventuais. Tais questões foram formalmente apresentadas ao Cel. em reunião do dia 22 de maio de 2015.

A partir de reuniões e contatos estabelecidos com o então Coronel, claramente a suspensão das abordagens domiciliares aos casos de violência se deu pela decisão de saída da PMMG do Programa PAM, e sabidamente o Programa era de quatro pilares/parceiros, e não de dois, como relatado por determinada Tenente em reunião entre pilares convocada pela UFU no dia 22 de julho, visto o compartilhamento de documentos em que tal informação vigora.

As questões de pessoal surgidas no Programa PAM e fomentadas ao longo do tempo, seja pela atuação de Coordenação de Núcleo anterior (profissional vinculada à SOS que se decidiu, na ocasião, por demitir), seja pela atuação da última Coordenação (profissional da PMMG que ao longo do tempo estabeleceu muita proximidade da civil demitida), tornaram-se insustentáveis e significativamente comprometedoras ao andamento do então Programa, bem como com impactos negativos aos trabalhos e profissionais da SOS, sendo objeto de discussões e deliberações internas junto ao coletivo, sem efetivo sucesso em sua superação.

Como exemplo de situação pontual, insustentável e inadequada aos olhos da direção da SOS, relata a Sr.<sup>a</sup> Urze que atuou na SOS Mulher e Família como psicóloga voluntária e depois foi contratada e atuou também no Programa PAM. Avalia ter sido “[...] vítima de

assédio moral, discriminada e excluída, quando participou do Programa Patrulha de Atendimento Multidisciplinar, parceria com a PMMG”. Conta que na SOS como voluntária e com a notícia que seria contratada como funcionária em regime CLT, convidada pela Assistente Social, eles do Programa mudaram o discurso, falando que “não iam treinar ninguém”. A Sr.<sup>a</sup> Urze e a Diretoria da SOS referem-se à Assistente Social, funcionária da SOS, que auxiliou a promover esses conflitos, de modo “dissimulado e perverso”, posteriormente desligada, mas “[...] permaneceu na instituição por anos e problemas existentes com Programa por integrar policiais militares se agravou”.

Constata, a Sr.<sup>a</sup> Urze, que

[...] ficou um clima organizacional violento, sem postura profissional, sem humanidade com o outro humano. De militares até se espera esta atitude, mas de uma coordenadora Assistente Social. Fui “violentada” em todos os sentidos, me senti paralisada. Ninguém olhava para mim e nem falava comigo, por muito tempo. Não era incluída nas reuniões, eles não me queriam lá e não iriam me ajudar. Tinha que lutar com as vaidades e a inveja.

Estabelecendo comparação, a Sr.<sup>a</sup> Urze afirma que “atualmente a equipe é boa, fazemos reuniões, temos ideias e vontades colocadas. Estou vendo tudo com otimismo e preciso muito do trabalho”.

A decisão da PMMG de sair do Programa PAM se deu em um contexto em que a SOS buscou insistentemente resolver problemas de equipe de profissionais que se intensificaram principalmente na última gestão da Coordenação de Núcleo da PAM, assumida por profissional da Polícia Militar, e tal processo justificou à SOS o reporte ao então comando da PMMG, como forma de viabilizar intervenção aos problemas surgidos e foram recebidas com a seguinte fala do Coronel: “Vamos acabar com este Programa?”, fazendo referência à então PAM.

Nessa reunião de maio de 2015, ficou a sensação incômoda e de estranhamento, à direção da SOS, de que PMMG esperava uma brecha para que, em função dos problemas, a SOS saísse do Programa que auxiliou a criar e desenvolver, para PMMG poder constituir algo exclusivo dela própria, mas isso não ocorreu. Ao contrário, a SOS apontou os diferenciais do Programa e a função relevante de cada parceiro e que sua inexistência colocaria em xeque política pública de relevância e com potencial multiplicador nacional. Questões que poderiam ser tratadas e plenamente administráveis não o foram deliberadamente.

A reunião de junho de 2015, em que a SOS Mulher e Família de Uberlândia recebeu do referido Coronel o “comunicado” (estranhamente, aos moldes de relação de hierarquia-subordinação da SOS à PMMG) de saída da PMMG do então Programa PAM, ao entendimento da SOS, não se articula com encaminhamentos posteriores, que suscitaram

questionamentos sobre reais expectativas da Polícia, a saber, pela Diretoria, em ofício que cita reportagens às quais tive acesso<sup>192</sup>:

**Falta de comunicação** da PMMG (a SOS quem comunicou parceiros) aos demais integrantes do Programa sobre decisão a nós comunicada, nesta reunião, aspecto este pontuado pela SOS na própria reunião; manifestação do **Coronel de “não ter paixão nem apego” aos equipamentos do Programa** (viaturas) ante questionarmos sobre providências administrativas e jurídicas para devolução. No entanto, houve posterior contato da PMMG com UFU, sem compartilhamento aos demais parceiros, para solicitação de disponibilização de viaturas ao Programa da PMMG-PVD. Reconhecemos que mesmo que Termo de Cessão seja entre dois, o objeto da cessão era do Programa que incorpora quatro parceiros; **a incorreção e descontextualização das colocações da PMMG** em noticiários na mídia (informações entregues também na reunião de 22 de julho à UFU e demais parceiros) sobre a saída e suposta PVD dizendo que “com foco na redução de crimes motivados pela violência doméstica e familiar, a 9ª RPM está modificando a PAM para PVD. [...] e parceria com Ministério Público” (Jornal *Correio*, 4 jun. 2015) e de que “a saída da PM da parceria aconteceu porque eles notaram que o Programa estava desatualizado. Era um Programa antigo e talvez as abordagens não estivessem acontecendo da maneira correta, mas mesmo com o fim da então PAM, a PM continuará prestando esse serviço [...]” (Jornal *Correio*, 18 jun. 2015, p. A5); na reunião de 22 julho de 2015, uma das tenentes (que não conhece o cotidiano do Programa, apesar da SOS convidar reiteradamente membros da PMMG para tal) fala da PVD-MG como se a então PAM não fosse a referência e matriz para este Programa (claramente replicado com limitações), **com fala que descaracteriza e desrespeita todo o trabalho e empenho realizado**, complementando com a fala, da Tenente, de que, ironicamente, **“o discípulo ocupou o lugar do mestre”**; a Tenente diz que viaturas estão sendo usadas para abordagens domiciliares, mas membros da SOS, desde 2015, viram as mesmas em outras atividades da PMMG; a replicação no país, **sem menção ao pioneirismo e autoria do Programa**, era aceitável como prova de que o então Programa PAM tem potencial multiplicador no país todo e não só no Estado de Minas Gerais. Mas **replicar o Programa na cidade, onde há a matriz, pareceu-nos oportunismo diante acúmulo bensucedido com investimentos intelectual, humano, financeiro e afetivo de 4 instituições por 12 anos**. Tal encaminhamento mostra-se [...] desrespeitoso com os outros 3 pilares que constituíram o Programa PAM, visto que com esta estratégia do então comando regional da PMMG, o Programa torna-se algo exclusivo da PMMG com outro nome e ainda com perspectiva de **uso de viaturas até então destinadas ao Programa** (do qual PMMG optou sair), e ainda **impedindo participação de civis** como co-participes, a quem, no máximo, a PMMG sinalizou possibilidade de atuação como futura rede acionada por eles para resolver o que entenderem que a rede pode intervir. (Grifos meus)

Nesse jogo de poder com suas estratégias: com o fim da PAM, a criada PPVD retorna ao formato do 190, vez que não atua com civis, entretanto com *marketing* de maior reconhecimento social e troca com acúmulo de experiências na relação com a sociedade civil, sendo referência para constituição em outras localidades.

<sup>192</sup> Ofício n.07 de 18 de maio de 2017, da SOS Mulher e Família de Uberlândia para Comandante da PMMG, Reitor da UFU e Prefeito de Uberlândia.

Em reunião ocorrida em 22 de julho de 2015, a UFU, reafirmando seu interesse em manter parceria e o Programa PAM, solicita manifestação da PMMG para rever saída do Programa, manifestação a ser apresentada em 28 de julho de 2015, e que ocorreu via e-mail em 14 de agosto de 2015, sendo comunicada por telefone à SOS nesta data.

A SOS Mulher e Família de Uberlândia questionou a adequação dos três demais parceiros (SOS, UFU e PMU) se colocarem na dependência do pilar que decidiu por sair do então Programa, a saber, a PMMG, em um contexto em que, inclusive, os atendimentos se encontravam suspensos, com consequente desdobramentos negativos à comunidade.

Em seus relatos, a organização da sociedade civil demonstra incômodo sobre a sensação de prevalecer nas tratativas a representação do ponto de vista da PMMG, a SOS como se fosse subserviente à Polícia. E em se tratando de rede de enfrentamento, essa postura não fazia sentido, pois que na parceria e em Rede, deveriam ser iguais e manterem-se múltiplas lideranças. As representações de Polícia ostensiva e hierárquica prevaleceram nas disputas em meio às relações de poder entre civis e militares, sem que, no entanto, lideranças civis da SOS se intimidassem mediante às pressões.

A SOS verificou, nesse processo, que, diante de toda movimentação da Polícia Militar, confirmada em seus posicionamentos contraditórios, aqui focalizando o contexto da parceria do então Programa PAM, prevaleceu da parte deles a constituição da PVD meramente como replicação de Programa de destaque e com diferenciais, visto que claramente se percebe, na atuação do coronel da PMMG, maior foco na atuação policial ostensiva. E a direção da ONG relata acreditar que a PMMG fomentou contexto para que a SOS Mulher e Família de Uberlândia saísse do Programa PAM, e como tal situação não ocorreu, adotaram o Programa como se fosse de uma só instituição. Nesse contexto, chama atenção o fato de a PVD (Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica) ter sido constituída em 2011, em Belo Horizonte, e institucionalizada na PMMG, e somente em 2015 implantada em Uberlândia. A replicação se deu na cidade onde foi constituída a matriz, o que gera indignação na equipe da SOS como um todo. Novamente a SOS reivindica pioneirismo e reconhecimento.

A representação de parte da equipe que vivencia esse processo, revela violência de gênero que se instaura com alguns agentes da Polícia Militar na relação com parte da equipe da SOS Mulher e Família, em relações de poder de imposição, rispidez, não repasse de informação no caso de novatas, em que a maioria de civis eram profissionais mulheres na composição da equipe, com mais escolaridade que os PMs e com maior tempo de fala nas abordagens familiares.

Por várias vezes, em 2016, por meio de reuniões no CMDM (Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres), onde havia representante da PVD e conversas virtuais de iniciativa de

voluntária da SOS com assento nesse Conselho, foram também enviadas mensagens para tratativas com vistas à devolução dos veículos utilizados pela PAM, sem obtenção de respostas, como ressaltado a seguir:

A propósito solicitamos pelo menos um dos quatro veículos para continuarmos fazendo busca ativa e abordagens domiciliares qualificadas com equipe interdisciplinar em situações de violência doméstica (vários ofícios elaborados, reuniões para tal, sem resultados). Tais veículos foram vistos a serviço do CIM (Centro Integrado da Mulher) abaixo do viaduto (onde se localiza). Há 1 ano saíram da PAM e não devolvem veículo para revitalização do PAR com os outros parceiros [...].

Em entrevistas realizadas em 2014 e compartilhadas comigo, no conteúdo, sem identificação dos sujeitos, por voluntária e advogada da SOS, realizando Mestrado<sup>193</sup> sobre atendimento *in loco*, policial novato da PAM menciona que está há um ano na PAM desde março de 2014 e que acha “[...] interessante, tendo em vista que é uma oportunidade, da gente observar o ambiente da pessoa, né?... Observar o meio que ela vive... e que pode influenciar sim na violência que ela tá sendo vítima”

Sobre dificuldades e vantagens na abordagem e representação sobre civis, o PM menciona que

Durante a abordagem eu não vejo dificuldade, pelo contrário eu acho até que facilita, tendo em vista aí que vai com uma visão de apoio. Então... durante a abordagem, facilita e muito essa atuação nossa da PAM. Agora... dificuldades eu não vejo, vejo só vantagens nesse sentido aí, viu... a desvantagem que poderia ficar aí seria com relação à segurança, tendo em vista que o Programa tem um militar e os civis dentro da viatura. O que eu vejo dificuldade é com relação à segurança do próprio civil.

Ou seja, mesmo que não fossem os PMs os responsáveis pela mediação familiar, cabendo essa função mais à equipe de Assistentes Sociais e Psicólogos, ainda assim a representação de que eles, os homens fardados, promovem a segurança e, por isso, são imprescindíveis fica explicitada.

Acerca da imagem da PAM perante o restante da corporação policial, narra que

[...] hoje ainda há um desconhecimento, né... dos demais militares que atuam diretamente na atividade-fim, eles desconhecem um pouco o serviço da PAM, então assim, automaticamente já vem algumas críticas. Mas isso já está sendo desconstruído, o ano de 2014 nós tivemos o 5º Seminário, agora... amanhã um treinamento junto com os militares da companhia que eu atuo que é a (identificação da companhia) e que aos poucos vai construindo né... essa visão

---

<sup>193</sup> Entrevistas com alguns profissionais da equipe PAM, em 2014, extraídas a partir de sistematização de: ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

do que é o serviço da PAM e acredito que no futuro, a partir do momento que eles conhecem o nosso trabalho esses mitos já vão sendo desconstruídos.<sup>194</sup>

Em alguns momentos, a pertença à Polícia com representação de que esta garante a segurança, enquanto em outros contextos a PM não quer ser vista como ostensiva, mas pelo viés da polícia comunitária, composto por profissionais preparados para abordagem familiar. Então os “mitos” aos quais o PM se refere são reforçados e negados, simultaneamente, com suas ambiguidades e talvez como condição de estar no Programa.

E sobre se participa ou não dos projetos de formação continuada oferecidos pela SOS Mulher e Família, o PM menciona que “[...] eu procurei participar, eu acho interessante tendo em vista que a gente tem oportunidade de interação com as demais pessoas que trabalham e a gente só tem a aprender e o que faz é acrescentar, não vejo dificuldade alguma”. O que não se percebe, do ponto de vista das lideranças da SOS, senhoras Dália e Violeta, nesse contexto, “em relação aos mais antigos que passaram a boicotar tais espaços”. Especialmente após desligamento de funcionária assistente social da SOS que, de certo modo, pelo viés da direção da SOS, os arregimentava contra a Diretoria da instituição e voluntários(as), estagiários(as) novatos(as), “assim como com a saída de coordenador da formação continuada que deixou de prestar tal serviço e constitui vínculos com os policiais e a referida assistente social”. Intrigas, fofocas, o dito entre os pares, o não dito nos espaços coletivos, os bastidores como modos de pertencimento, de lidar com relações de gênero e de poder, conflitos e fazer prevalecer determinados interesses.

Sobre a situação da pessoa atendida e recomendações procedimentais, relata o PM que

Durante o atendimento, na abordagem, quem faz essa abordagem é o profissional que tá acompanhando o militar. Então ele já tem uma metodologia diferenciada de fazer essa abordagem; apresenta a equipe, informa que é um Programa que tem parceria com a Polícia Militar e que a gente vem prestar informações e o apoio à pessoa que vai ser atendida. Esse é o procedimento.<sup>195</sup>

Sobre a representação do mesmo profissional novato da PM na atuação da SOS na prevenção e combate à violência intrafamiliar:

Eu vejo que o atendimento interno da ONG, nós temos alguns profissionais, mas a demanda está bem além daquilo que nós estamos oferecendo no momento, né? Os que vem ser atendidos aqui, já foi reportado pra gente que de fato tem alguma melhora, né...as pessoas que veem buscar esse auxílio vem desvencilhar um pouco da malha que se encontram naquele momento. Eu vejo como positivo. Pelo menos aquelas pessoas que são atendidas, já procuram

<sup>194</sup> Entrevistas com alguns profissionais da equipe PAM, em 2014, extraídas a partir de sistematização de: ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

<sup>195</sup> Idem.

sim, ter uma melhora. Mas tudo depende do usuário, a gente procura mostrar os caminhos.

A principal origem das demandas da PAM são os Boletins de Ocorrência, designados Registros de Eventos de Defesa Social (REDS). “Nós militares fazemos o filtro daqueles que envolvem violência doméstica e fazemos o atendimento posterior”. E acrescenta: “É feito o primeiro atendimento... né? Pela... pela equipe de rua, pela equipe das Companhias de polícia, fazem o primeiro atendimento por meio do COPON; é feito o registro do Boletim de Ocorrência e esse documento a gente resgata (virtualmente) aqui na SOS.”. Na sequência, “a gente atua em segunda instância e são quatro viaturas e quatro policiais, cada um atua por uma Companhia”.

Sobre a representação quanto à atuação e estrutura do estado no combate à violência doméstica, o policial acredita que

[...] é uma doença que a gente vivencia. Já tem uma falha na estrutura desde a base, desde a parte de educação, de saúde que a gente não tem, de moradia que precisa dar uma melhorada [...] Agora assim [...] quando o Estado não oferece condições dignas de uma boa formação, aí acontece o que ocorre conosco, com essas violências que a gente presencia. Então a falha, ela começa desde esses setores básicos [...]<sup>196</sup>

E avaliando a Lei Maria da Penha, a revitimização e parceiros, o PM afirma que

[...] trouxe muitas mudanças positivas, tendo em vista que da forma que era antigamente pelo Código Penal, a mulher não tinha visão e a Lei Maria da Penha hoje ela conseguiu, né, através da própria mídia de conscientizar essas mulheres de ir denunciar essas agressões que, muitas vezes, acontece dentro do ambiente familiar e não chega ao conhecimento público. Hoje, a Lei Maria da Penha é bem divulgada [...] eu acredito que trouxe mudanças positivas sim. [...] Mas, depende mais da vontade e do querer do setor público. É... instituições como o SOS Mulher e Família, juntamente com demais órgãos, a gente não pode deixar de falar da Polícia Militar, da própria Prefeitura, da Universidade Federal, [...] fomentam os nossos representantes a oferecer recursos melhores. Em Uberlândia a gente ainda carece do Juizado Especial, que é interessante, tendo em vista a evitar que a vítima seja agredida por diversas vezes, ter que deslocar pra um lado, deslocar pro outro. Muitos aí não têm condições financeiras pra isso. E ter que ficar repetindo constantemente a violência que ela sofre.

A Assistente Social do Programa PAM (2014), funcionária da SOS Mulher e Família, comenta sobre os diferenciais da equipe em relação a outras, valorizando a atuação da PM:

O que a gente sente na atuação *in loco* é a disponibilidade dessa política pública chegar ao usuário do serviço. Porque o que a gente vê quando se fala do SOS Mulher... mulheres vítimas de violência, não é? Que a gente pensa no deslocamento dela até aqui, aí isso te leva a pensar: o que essa pessoa conhece do SOS Mulher? Será que essa mulher quando sofre violência, lá na casa dela em algum momento ela sabe, por mais divulgado que seja, que existe uma instituição que pode acolhê-la? Nem todas. Então **quando a PAM chega, a**

<sup>196</sup> Idem.



**PAM leva isso, peraí, você não tá sozinha nessa violência, existe uma rede que pode te dar um suporte. [...] E vejo também, que é muito interessante que é a fala das mulheres, que elas, quando fazem o Boletim de Ocorrência que o militar vai até a casa, pelo Copom, elas falam muito do desdém que elas são tratadas pelo militar.** Então aquela visão da polícia na situação da violência para elas é uma visão machista, né? E quando a PAM chega com policial militar e que você explica que **dentro da Polícia Militar existe um Programa social preocupado em resolver o conflito dela e o militar tem voz na abordagem, que ele vai trazer a fala dele, a orientação dos direitos dela, desconstrói muito dessa polícia ostensiva, então isso enriquece muito esse atendimento *in loco*** porque a mulher olha e pensa que a polícia não está aqui só para repreender, está aqui pra me atender. [...] É uma equipe diferenciada.<sup>197</sup> (Grifos meus)

A narrativa da Assistente Social, ao mesmo tempo que valoriza o Programa, desloca os policiais para um lugar de estranhamento, o de quem não repreende, mas atende e talvez por isso, alguns deles se sintam com menos poder e de algum modo projetam esse mal-estar em sujeitos mais vulneráveis da equipe ou por meio de boicotes a espaços de produção coletiva. A profissional avalia as dificuldades estruturais e escassez de recursos humanos e de horário de funcionamento do Programa não adequado ao horário de trabalho das classes menos favorecidas, pontuando, com olhar do Serviço Social, que

[...] os maiores dificultadores que eu vejo... é... **recursos humanos, né, da parte de civil**, não de militares, mas de civil... é um dos grandes dificultadores da PAM. **O horário da PAM não é adequado porque a classe média alta sofre violência, mas resolve por lá mesmo, né, ela não aparece no Copom, então quem aparece pra gente é a classe baixa, né...?** E nessa classe baixa **a grande maioria das mulheres trabalham em horário comercial.** Então, onde eu acho uma mulher em horário comercial das nove e meia as três e meia da tarde? Então é um grande dificultador que a gente não consegue sanar por falta de recursos humanos. [...] E vejo também hoje na história da PAM, é... a questão assim... como é que eu posso te falar, não é do **despreparo dos profissionais civis...** hoje a gente vive uma situação, por **não ter profissional**, a gente acaba... **põe um estagiário, põe um bolsista que não tem ainda o preparo adequado para tá sozinho numa abordagem** por exemplo, né?<sup>198</sup> (Grifos meus)

Sobre o trabalho da SOS Mulher, sede da PAM, no combate às violências, a Assistente Social comenta sobre a relevância e diferenciais dessa instituição da sociedade civil:

**A atuação é importantíssima, né? Acho que não é à toa que a gente é um centro de referência.** Às vezes eu paro pra pensar no que seria se não houvesse o SOS Mulher, né? Por quê? **Quando a gente pensa em políticas públicas na cidade de Uberlândia a gente... tem o CIM [...], mas que efetiva mesmo, que emancipa essa mulher, que dá empoderamento para essa mulher, esse é o trabalho que o SOS tem feito.** Então, a gente tem percebido a importância do trabalho, né? Tanto na emancipação do sujeito, dessa vítima, como na **divulgação do tema, que a gente tem sido referência, o Programa PAM tem sido replicado em outros lugares. O**

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> Idem.

**SOS é citado como referência para pesquisadores** que vêm aqui e querem fazer pesquisa sobre o SOS, os textos produzidos, o conhecimento que é produzido. Então, assim, eu **não consigo imaginar como seria o trabalho de combate à violência. A gente chega a pensar assim, em outros estados que não têm, por que não têm?**<sup>199</sup> (Grifos meus)

Pondero que a SOS Mulher e Família de Uberlândia não precisaria existir se o Estado cumprisse com suas atribuições. A sociedade civil não deveria, numa perspectiva crítica, preencher lacunas do poder público se esse utilizasse, com parcimônia e sapiência, os recursos advindos dos impostos dessa mesma comunidade, consultando-a sobre suas prioridades. E, certamente, o combate à violência conjugal e doméstica, pelos índices que tornam o país o quinto no ranking mundial e o município como expressão, em nível micro, dessa realidade abrangente, se tornaria prioridade de fato, não somente de direito. Assim, o anseio da ONG seria o de tornar-se dispensável e caminhar para a inexistência.

E acerca da representação da atuação do Estado de MG/órgãos oficiais, a aplicação da Lei Maria da Penha e a operacionalização do Programa PAM, a profissional do Serviço Social constata limitações:

Ela deixa muito **a desejar quanto ao que tá previsto na lei**, porque nós temos uma **Delegacia da mulher que atende só em horário comercial**, né? Ou seja, nos  **finais de semana não atua, que é quando tem maior índice de violência, que é quando o sujeito vem pra casa, não vai trabalhar, ele aproveita pra beber e começa toda a violência**. Então já dá uma falhada bem grande aí. Uma **Delegacia da Mulher**, no meu ponto de vista, **deveria funcionar vinte e quatro horas** por dia. [...] A **PAM** pode atender de duas formas, né? Que é: **via Boletim de Ocorrência e via demanda espontânea**, que é igual eu citei ali do caso do estupro que eu tô atendendo, que é a Rede que aciona a gente. A partir do B.O ou do REDES, a gente divide as equipes nos bairros e a gente desloca até a casa da pessoa, né? [...] Chegar na casa, a gente já no portão apresenta o Programa PAM, apresenta o SOS Mulher e Família, fala quem nós somos. No momento **a gente se identifica [...], pede autorização da família pra gente adentrar a casa dela pra conversar e após isso, então, após entrar, fazer a escuta dessa família**, né? Aí você **passa as orientações**, porque a gente **não tá ali pra guiar a vida dela** né? E sim pra, como se diz, pra orientação [...]. Após as orientações, a gente vê que há uma aceitação dessa família, a gente passa os encaminhamentos à Rede, quando o **caso é mais complexo, a PAM costuma dar aí uma semana de prazo para que a pessoa possa acessar a Rede e após isso a gente retorna na casa** pra ver se pessoa realmente foi, se tá sendo acompanhada, como é que o caso tá desenrolando.<sup>200</sup> (Grifos meus)

A estrutura da rede não atende às especificidades da demanda de violência conjugal e de gênero: e isso é uma escolha governamental mediante prioridades. A expectativa das lideranças da SOS Mulher e Família, Sras. Dália e Violeta, que se têm articulado para tal, é reaver veículos, ou pelo menos um dos quatro, reativar com aprimoramento e em outros

<sup>199</sup> Idem.

<sup>200</sup> Idem.

moldes o PAR – Programa de Abordagem Domiciliar e junto à Rede de enfrentamento à violência intrafamiliar, com os parceiros PMU e UFU, com a experiência acumulada de seus participantes e menos ingenuidade, como pondera sua direção, poder retomar esse tipo de abordagem. Nesse sentido, houve denúncia por cidadão com afinidade à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, ciente das demandas da SOS, em 2017, junto à Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais<sup>201</sup> para que o Governador se manifeste em relação ao ofício 048/2015 enviado pela SOS Mulher e Família acerca da disfunção das viaturas e necessidade de devolução delas aos que permaneceram no Programa e, até o momento, o ofício encontra-se sem resposta, tampouco produziu efeitos esperados. Depois de várias articulações por parte da SOS com a UFU, em 2017, essa última solicitou formalmente os veículos a PMMG, que os devolveu. Ou seja, a PMMG restitui veículos à UFU e não ao SOS, numa relação de poder com vistas ao apagamento da ONG, representando a sociedade civil.

É potente riscar limites em um país, cidade, por vezes sem demarcações, cujos vários sujeitos naturalizam e aceitam as violências como rotina. Há um preço que a maioria, inclusive da classe média, que por vezes enxerga com miopia, também paga. Vive-se crise ética e da democracia e, portanto, sujeitos vão-se recortando na vida, fazendo escolhas que custam. O que é mais importante do que se manifestar contra tentativas e execução simbólica, em “doses homeopáticas”, ou direta de seres humanos? O Programa PAM foi tentativa de reunir esforços para minimizar essas violências que podem tornar-se execuções<sup>202</sup>. Cada um com sua balança. Se não é possível se salvar da morte, da barbárie e trevas, que a solidariedade nos salve da vida.

Parece ser tempo também de os policiais e comunidade de pessoas responsáveis, competentes e honestas, pois que existem, se posicionarem. Em alguma medida, parece ser a Polícia Militar, como instituição, parte do problema, com sua estrutura, sua ideologia e representações, visíveis ou não, incompatíveis, por vezes, com a democracia. Esses também são cidadãos com direitos e deveres que deveriam ter a paz como alvo. Nesta tese, nos espaços por onde transita quem vive violências e atuam profissionais, o Estado, por meio da Polícia Militar é protagonista tanto para promoção dos sujeitos como para a violência institucional.

<sup>201</sup> Demanda n.143816 de 05 de junho de 2017.

<sup>202</sup> Acompanhei de perto, como militante e pesquisadora, e entrevistei a irmã da professora Verediana, assassinada por policial militar, agente do Estado remunerado para promover segurança, executada, por crime passionai, em plena rua à queima roupa, com aproximadamente 11 tiros. O que se perde não estando lá no cemitério em ação de indignação promovida por parte do movimento de mulheres local, exigindo-se políticas públicas parece ser a humanidade. A professora Verediana, 36 anos, foi assassinada, no bairro Santa Mônica, em Uberlândia no dia 27 out. 2015 por ex-namorado policial militar. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/10/mulher-assassinada-por-policial-no-meio-da-rua-e-velada-em-uberlandia.html>. Acesso em 27 out. 2015.

Em material de divulgação em Encontro da PAM (2014), as declarações institucionais da Polícia Militar do estado trazem como missão: “[...]promover segurança pública por intermédio da polícia ostensiva, com respeito aos direitos humanos e participação social em Minas Gerais”. E como valores “[...] a ética, lealdade, respeito, representatividade, justiça, disciplina e hierarquia”. Termos que carregam em si contradições no como se dizem ver e de práticas cotidianas carregadas de ranço autoritário e uso desmedido da força. Algumas dessas ideias se chocam com a metodologia do Programa PAM. Portanto, para lideranças como as senhoras Dália e Violeta da SOS Mulher e Família, desafiadora a experiência do trabalho conjunto e articulado para promoção de quem vive violência na esfera conjugal.

### 3.4 Neutralidade suspeita na (des)articulação da rede: desafios para a “cultura da paz

A porta da verdade estava aberta, mas só deixava passar meia pessoa de cada vez. Assim **não era possível atingir toda a verdade**, porque a meia pessoa que entrava só trazia o perfil de meia verdade. E sua segunda metade voltava igualmente com meio perfil e os meios perfis não coincidiam. Arrebataram a porta e derrubaram a porta onde a verdade esplendia seus fogos. Era dividida em metades **diferentes uma da outra**. Chegou-se a discutir qual a metade mais bela. Nenhuma das duas era totalmente bela. **E carecia optar. Cada um optou, conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.** (Carlos Drummond de Andrade, 1984).

Nesta última seção do capítulo, objetiva-se tratar dos desafios à cultura da paz após o mapeamento, com análises, de organizações por onde passam sujeitos que vivem e lidam com violências conjugais e, como bem sugere Drummond na epígrafe, as escolhas carregam interesses e pontos cegos, despercebidos pelos lados envolvidos.

O título desta seção e a epígrafe podem-se relacionar ao propósito da obra “Neutralidade Suspeita” que trata de um psicanalista renomado que se depara com a afirmativa, em uma sessão com um paciente, Günther Bloch: “eu matei a minha mulher”. Essa situação tirará Michel Durand do seu prumo profissional, pois deixa a sua neutralidade de lado e acaba desempenhando função de detetive ao achar respostas para esse suposto crime. Os desdobramentos dessa situação e o seu relacionamento com esse paciente são instigantes na trama. Michel Durand, psicanalista lacaniano bem-sucedido, amante de antiguidades e da boa vida, sabe que a tarefa do analista é escutar de maneira neutra seus pacientes. Sabe também que Freud tinha razão ao mencionar que crime verdadeiro não é assunto para o divã, mas para o policial e o juiz. No entanto, não escutou seu supervisor sobre instrução de não realizar investigação fora do consultório. Ao cometer esse equívoco, Durand descobre algo mais desconcertante do que crimes executados com mão de mestre (GATTÉGNO, 1993). A

partir desse *case*, é possível compreender atuação de profissionais da rede de enfrentamento à violência doméstica, assim como tratar de representações que orientam condutas, posturas éticas na lida de cada ofício.

Independentemente de quais seriam as motivações que contribuam para as dificuldades de sair dessas relações violentas, analisa-se que, apesar do crescente número de instituições especializadas no apoio às vítimas de violência conjugal e do aumento significativo em relação à quantidade de denúncias, ainda nos encontramos diante dados alarmantes e subnotificados, como retrata pesquisa de 2016: apenas 24% das mulheres que sofreram alguma violência procurou ajuda institucional ou da família, e, de modo contrário, 52% delas se omitiu completamente em relação à violência (Datafolha, 2016). Instiga-me e colho indícios dessa constatação.

A Psicóloga, Sr.<sup>a</sup> Violeta<sup>203</sup>, menciona em Seminário (gravado por mim), em novembro de 2014, que:

[...] a **alteridade** só pode ser instalada na promoção da continência. O profissional deve ser capaz de receber, acolher o sofrimento e dessa forma **proporcionar a usuária a sua própria escuta, o reconhecimento da sua dor e a valorização da sua voz**. O desafio maior é auxiliarmos essas mulheres a **transformar os fatos em experiências**. A **violência muitas vezes torna-se um fato banal** no cotidiano dessas mulheres. **Para se protegerem tornam-se “desafetadas”, desapropriadas das próprias existências**. As **histórias precisam ganhar vida, espaço**. Alçar voos e alcançar ouvidos atentos, continentes, acolhedores. Só assim tais **narrativas poderão ser ressignificadas**; à medida que são compreendidas, **devolvidas, poderão ser reelaboradas e humanizadas**. (Grifos meus)

A referida psicóloga aponta um jeito de acolher que favoreça aos sujeitos apropriar-se de suas vidas, com certa autonomia, que lhes favoreça ressignificar e até mesmo escapar das violências.

Algumas obras auxiliaram-me a apurar o olhar crítico quanto ao funcionamento da rede de apoio e enfrentamento à violência doméstica. Entre elas, “Mulheres espancadas” – fenômeno invisível, em que os autores descrevem o fenômeno do espancamento de mulheres e as circunstâncias em que tem lugar. Analisam o comportamento das pessoas: policiais, juízes(as), promotores(as), familiares das vítimas em relação ao espancamento de mulheres. Mencionam dificultadores da denúncia. Constatam que a injustiça da justiça também provoca crimes. Falam das repercussões da violência para os(as) filhos(as) do casal. Tratam de

---

<sup>203</sup> Entrevista realizada com psicóloga, negra, voluntária da SOS Mulher e Família de Uberlândia, em 2015 e em apresentação oral em Evento Mesa Redonda 2: Escuta Ativa e Impactos Emocionais da Violência Conjugal e Familiar, do V Seminário PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar, de Formação de Multiplicadores para Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica, Conjugal e Familiar promovido pela ONG SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia, Polícia Militar de Minas Gerais/9<sup>a</sup>-RISP, Universidade Federal de Uberlândia e Prefeitura Municipal de Uberlândia, realizado na 9<sup>a</sup>- RISP.

assassinatos de mulheres em Minas Gerais (LANGLEY e LEVY, 1980). Histórias de vida aparecem nas entrevistas do nosso estudo, escancarando esses aspectos.

Quando se discorre sobre rede, no caso de enfrentamento à violência conjugal e de gênero, ela é representada discursivamente, como possuindo múltiplos centros, sem hierarquias, ideia que nem sempre corresponde à lida complexa no cotidiano. A informação circula livremente entre todos(as) os(as) integrantes e as ações dependem do engajamento e da iniciativa deles(as). Sabe-se que existem diferentes tipos de rede e que elas se constituem em forma de reunir pessoas, grupos e instituições. Para a atuação no combate à violência de gênero, contra a mulher, conjugal e intrafamiliar, é fundamental reconhecer e potencializar as redes de relações cotidianas – sejam elas primárias, secundárias ou intermediárias – existentes na comunidade. Faz-se também necessário costurar o seu fortalecimento à construção de uma rede de serviços que articule a atuação de diversas instituições, organizações e grupos que realizam atendimento, prevenção, apoio e pesquisa sobre a temática. A experiência revela que a rede não surge espontaneamente, ela exige vontade, compromisso e estratégias para acontecer, tendo momentos para pontos de conexão e troca (CARREIRA, 2003, p. 22, 28 e 29). Buscou-se compreender os sentidos dados à rede pelos(as) seus(suas) participantes, pessoas atendidas e as representações sobre gênero e poder que transitam por essa rede.

No contexto da publicação “O fim do Silêncio na Violência Familiar”, as psicólogas retratam, por meio da atuação do Centro de Referência às Vítimas da Violência de São Paulo, caminhos diante o problema e as implicações do fenômeno multicausal da violência. Tratam da importância da rede (FERRARI e VECINA, 2002).

Determinados grupos políticos com viés protestante e neopentecostal, outros pelo oportunismo político e ainda aqueles pela desinformação têm imposto pautas nada desinteressadas que retiram, ou dificultam a luta por direitos e inclusão social geral e feminina, fomentando a permanência de representações sobre gênero, masculinos e femininos, que orientam condutas que respaldam violências conjugais e intrafamiliares.

Nessa linha, em discussão, em março de 2017, na Câmara Municipal de Uberlândia, teve que ser retirado de plenário Projeto de Lei para facilitar o uso do nome social de pessoas transgênero, com nota de esclarecimento e sensibilização junto ao Legislativo com argumentos legais dentro das diretrizes dos Direitos Humanos, Constituição e Tratados Nacionais e Internacionais dos quais o Brasil é signatário, por pressão para aprovação e muita resistência por parte da (contraditoriamente, para um Estado que deve ser laico) “bancada religiosa” da Casa do Povo, que, a partir de 2016, restringiu a participação da população, durante sessões, ao intitulado “poleiro” (galerias superiores), o que dificulta contato com vereadores(as).

As incoerências em relação às políticas públicas aparecem em várias situações práticas e passo a citar alguns episódios marcantes por mim acompanhados.

Discussões entre conselheiras do CMDM de dezembro de 2016 a fevereiro de 2017, várias delas com a minha participação e outras observadas nos registros das Atas de reuniões, apontam fragilidades da rede.

Assim, membro da Diretoria do CMDM (em dezembro de 2016) reivindica à Superintendente da Mulher que

[...] na expectativa do novo ano, e apesar de mudanças que possivelmente ocorrerão na próxima gestão municipal, conforme reunião deste 28 de dezembro, com convocação da Diretoria do CMDM pela Superintendência da Mulher, permanecemos no aguardo e interessadas em ter compartilhado, com todas as conselheiras de nosso Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, os Relatório de Gestão e Relatório de Transição elaborados por esta superintendência e enviados à Secretaria de Governo, conforme nos mencionou. Como informamos a você, apesar de termos protocolado ontem ofício junto à referida secretaria solicitando os tais relatórios, não havendo expediente nesta 6a, permanecemos na espera de seu apoio para que estes documentos sejam enviados ao CMDM e compartilhados com todas as conselheiras. Em nome da Diretoria do CMDM, reforçamos a importância de permanecermos empenhadas em estabelecer perspectiva de efetividade e continuidade em nossos trabalhos, sob a referência de proteção às mulheres, com consequente implementação de políticas públicas. Contamos com sua colaboração.

A Sr.<sup>a</sup> Dália, Conselheira da Diretoria do CMDM, alega ser lamentável não haver posicionamento da PMMG sobre a devolução de veículos anteriormente utilizados no extinto Programa PAM e comenta que veículos continuam circulando com identificação do Programa extinto e que no contexto de greve na UFU, período eleitoral e consequente mudança de gestão municipal, e agora, infelizmente, transformação de Superintendência da Mulher em Diretoria, e não tendo havido solução destas pendências, será preciso turbinar esforços para fazer valer o maior interesse das mulheres.

Segundo Atas (2017), a Diretoria do CMDM reconhece que a Superintendência da mulher voltar a ter *status* de Diretoria, sendo a Superintendência de Uberlândia a única no Estado de Minas ligada à Secretaria de Governo, pode significar retrocessos e várias manifestam preocupações quanto a isso. Como minimizar violências conjugais se não há um contínuo investimento em estrutura e pessoal que possam fortalecer as mulheres e relações de gênero?

Os diálogos, registrados em Atas do CMDM (2017), também retratam a desconfiança da sociedade civil, inclusive por experiências anteriores, em relação ao Poder Público e conselheira conta que

[...] após rápida reunião que tivemos, fiz registros fotográficos de arquivos, espaço físico e demais itens que compõem Superintendência da Mulher e

CIM. Arqueei estes registros em computador da ONG SOS Mulher e oportunamente identificamos melhor forma de arquivar estas informações, com vistas a acompanharmos a manutenção destes arquivos e itens.

Em trocas de mensagens virtuais, em espaço onde integro o grupo (final de 2016, início de 2017), a Superintendente da Mulher despede-se em final de gestão:

[...] quero agradecer a equipe do CMDM pelo apoio e carinho que me receberam durante esses quatro anos. Sei da importância de nossa união, pois não será diferente do cenário nacional, muitos retrocessos podem acontecer diante da situação atual. Agora é momento de estarmos unidas para dar continuidade a nossa luta. Obrigada, amigas, sei que posso dizer assim porque foi esse Conselho a essa equipe que legitimou o espaço da superintendência como o espaço da mulher e aprendi muito com cada uma e cada um de vocês. Vou levar esse carinho no meu coração... mais uma vez muito obrigada.

Algumas conselheiras se despedem.

Novamente membro da direção do CMDM se manifesta (2017):

[...] no apagar das luzes da Superintendência da Mulher e também com sua exoneração, lamento você não ter conseguido compartilhar com o coletivo de mulheres do CMDM informações formais da gestão e transição da superintendência, apesar do empenho da Diretoria do CMDM em buscar acessar estas informações.

Com a gestão municipal (2017-2020), no que intitularam "Gestão Total", foram extintas todas as Superintendências, entre elas a Superintendência da Mulher. Um vereador, com assento no CMDM e ligado aos Direitos Humanos, votou contra esse retrocesso, por acreditar que a economia tão propalada com essas mudanças não compensaria a perda de direitos conquistados. Na representação de alguns, políticas específicas para as mulheres e grupos considerados vulneráveis são desnecessárias e, portanto, as primeiras a serem cortadas em mudanças governamentais.

A Superintendência da Mulher, como mencionado anteriormente, passa a ser "Diretoria" dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, todavia o que mais chama atenção é o Art. 205 do Projeto de Lei que "Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social". Nesse artigo, transcrito a seguir, a Secretaria tem a discricionariedade para dispor sobre a continuidade dos Programas e projetos da Superintendência da Mulher. Portanto, será preciso uma mobilização para garantir a continuidade de projetos. Há chamamento às conselheiras para manterem-se vigilantes, por parte da direção do CMDM (Atas reuniões, 2017).

Conselheiras passam a se articular em torno de Carta Compromisso a ser entregue ao Prefeito eleito, à Secretária de Desenvolvimento Social e à responsável pela Diretoria da Mulher, bem como para o legislativo municipal, tendo como referência as diretrizes do



CMDM e também dos relatórios da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2016).

Algumas conselheiras e eu ponderamos ser necessário acompanhar tal mobilização, e que, apesar dos retrocessos institucionais, o foco deve ser a garantia de políticas públicas que não repliquem o que funciona e como políticas de Estado (não ficando à *mercê* de cada Governo), pois que a mudança para maior ou menor *status* institucional de determinados setores, revela a história e práticas, não garantem automaticamente ou comprometem as políticas. No entanto, para haver parâmetros para reivindicações de continuidade e avanços, precisam do relatório das ações concretas qualitativas e quantitativas da Superintendência da Mulher no período de sua vigência.

Há conselheira que questiona sobre o fechamento do conselho e outras esclarecem que Conselhos são fruto de conquistas democráticas e devem ser autônomos, apartidários e sua existência independer de Governo. Apesar de que esse pode apoiar ou não sua estrutura, dependendo do olhar. Na última década ele ficou tempos desativado, apesar de, no discurso, funcionando. O Conselho perdeu funcionária administrativa, sede, sala, documentos, depois foi reativado, mas com perdas. Portanto, toda fiscalização e cuidado são relevantes.

Em janeiro de 2017, conforme consta em Atas do CMDM e diálogos em grupo virtual de conselheiras, com reunião agendada com nova gestão, por mais algumas vezes a Diretoria do CMDM reitera solicitação de presença e apresentação de Relatórios de Gestão e de Transição da Superintendência da Mulher, sendo tal documento fundamental para discussões e deliberações, conforme solicitado oficialmente. E, depois de muita insistência, a Superintendente avisa de última hora que não poderá participar da reunião por estar acompanhando familiar em consulta médica. O que não faz Diretoria CMDM recrudescer, e então lhe envia mensagem: “diante de seu impedimento e baseando-se também em sua disponibilidade, solicito gentileza que nos envie por e mail os referidos relatórios (de Gestão e de Transição da Superintendência da Mulher), sob pena de termos comprometida nossa discussão e deliberações na reunião de hoje do CMDM! Ao que a Superintendente responde:

Informei-lhes sobre a impossibilidade de participação na reunião de hoje por motivos de saúde de meus pais. **Sobre a disponibilização dos Relatórios, esclareço que os mesmos foram dirigidos a Secretaria de Governo e a Equipe de Transição na oportunidade em que nos foi solicitado.** Informo ainda que **não nos foi autorizada a publicação dos Relatórios**, assim como não estou de posse das cópias para poder atendê-las. Sendo assim espero compreensão das nobres companheiras por não poder corresponder. Estarei sempre à disposição. (Grifos meus)

Indignadas e preocupadas com registros da memória, algumas conselheiras se manifestaram no grupo virtual de conselheiras, com síntese registrada em Ata de reuniões

(2017): “Entendi bem ou não? E preciso autorização de quem para passar relatórios do que foi realizado em uma gestão?”; outra:

Também não entendi. Relatório qualitativo e quantitativo da Superintendência da Mulher com ações e políticas públicas para mulheres e gênero não deve ser apresentado ao CMDM que acompanha, fiscaliza e sugere a qualquer tempo e com transparência? Relatórios de ONGs são mensalmente entregues à PMU e disponibilizados à comunidade. Penso que isso deva ser registrado na Ata do CMDM e a Diretoria solicitar diretamente à ex-Secretária de Governo e Prefeito, equipe de transição e atual gestor. Como reivindicar sem saber o que foi feito? Isso é grave e **causa estranhamento**. [Mais uma acrescenta]: [...]de fato causa estranhamento... políticas públicas com informações sigilosas?... Impressão das presentes hoje em nossa reunião do CMDM: estranhamento... [e mais uma conselheira se coloca]: “esse **relatório da Superintendência está parecendo algo tipo “segredo de estado”, relatório que é uma coisa pública**. Eu ainda não entendi qual é essa estratégia da Superintendente com a Secretaria de Governo anterior”. (Em colchetes, complementos e grifos meus)

A Superintendente tenta encerrar o assunto se eximindo de responsabilidade (diálogos no grupo virtual de conselheiras em 2017):

Quero esclarecer que em relação aos relatórios solicitados os mesmos existem e foram entregues ao órgão competente de acordo com as solicitações que me foram feitas no momento em que estava como Superintendente e responsável pela Superintendência da Mulher. Visto que minha exoneração foi publicada dia 30 **não é mais de minha responsabilidade divulgar e socializar tais dados**, recordo ainda que como Superintendente convidei a Diretoria do Conselho para acompanhar a prestação de contas de como estava deixando a Superintendência, e neste momento orientei e oriento agora que solicitem via ofício à secretaria de Governo acesso as informações solicitadas. E espero que as nossas relações continuem respaldadas no respeito e cordialidade como foi feito durante todo o período em que estive a frente da pasta da Superintendência. (Grifos meus)

Outra conselheira da direção do CMDM se coloca (2017):

Respeito à hierarquia de Governo a qual foi definida no mandato do Gilmar, mas **não concordo que a superintendência não possa nos entregar a prestação de contas das atividades desenvolvidas nestes anos**. Posso ter perdido algo aqui no grupo, mas **não houve desrespeito e sim a cobrança devida e efetiva das conselheiras no que tange a este relatório**. E sinceramente e por tudo que já vi, **podemos fazer ofício para a nova Secretária de Governo, mas dificilmente teremos acesso a este documento**. Desta feita, seria mais fácil conseguir por você. (Grifos meus)

E outra conselheira dialoga com a ex-Superintendente da Mulher: “[...] se avançamos tão pouco em um Governo que se diz de esquerda, imagino o que nos espera”.

A Diretoria do CMDM se manifesta novamente em relação à Superintendente (2017):

Conforme compartilhamos com conselheiras, o ofício solicitando os tais relatórios foi feito e entregue no dia 29 de dezembro, 1 dia depois da reunião convocada por você e a partir também de sua orientação. Na ocasião de entrega do ofício, tivemos o alerta, na PMU, de que possivelmente não teríamos resposta, visto o final do mandato de gestão municipal. Importante

lembrar que no dia de reunião da Superintendência da Mulher com Diretoria do CMDM, **solicitamos os referidos relatórios, e você não nos disponibilizou**, mas na volta que precisei fazer na sede da superintendência (no mesmo dia 28 no final da tarde para pegar minha caneta e anotações que esqueci lá, **você reafirmou que podíamos te solicitar os relatórios se tivéssemos dificuldade na PMU. E assim o fizemos, o que lamentavelmente, se seguiu a sua não resposta e ainda ao compartilhamento de sua exoneração.** Enfim, **permanece o estranhamento sobre o caráter sigiloso que parece ser dado às informações deste relatório**, mas particularmente estou entendendo isso como mais uma situação adversa passível de superação. (Grifos meus)

Outros episódios, em final de 2016 e início de 2017, também registrados em grupo de conselheiras, dizem respeito a atendimentos no CIM e Delegacia de Mulheres, em debate entre conselheiras a partir de casos encaminhados de violência conjugal e às mulheres, alguns deles por intermédio mesmo de conselheiras revelando afetos, subjetividades, relações de poder e representações sobre gênero.

Perante uma dessas demandas, conselheira sugeriu que PM e mais especificamente a PPVD (Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica) seja acionada e solicita orientações virtuais de representante da PM no Conselho, que não lhe fornece. A conselheira entende que a mulher deva ser orientada a buscar a Delegacia da Mulher que não tem funcionamento atrelado ao CIM, apesar de no mesmo espaço, pois é instância do estado e não do município. A ONG SOS Mulher atenderia, mas neste mês de janeiro está em férias coletivas. Outra conselheira também se manifesta diante da demanda:

[...] **onde está a Delegacia da Mulher? O CIM é uma coisa, a Delegacia é outra.** Onde estamos que nada funciona? Que cidade é esta? Talvez o Ministério Público... me coloque a par, há que se fazer alguma coisa. **Sempre tivemos queixa do atendimento da Delegacia da Mulher.** CMDM, temos que convocar urgente uma reunião com a delegada. (Grifos meus)

Conselheira informa que PVD irá ao local e outra conselheira pondera com coordenadora do CIM que

[...] **as reclamações em relação ao CIM são inúmeras.** Lembra-se que eu te liguei a respeito de uma funcionária da câmara, cujo atendimento foi péssimo? **Francamente, não sei onde a coisa pega, pois temos estrutura, funcionários e as reclamações são graves.** Temos que conversar a esse respeito. Convido todas as entidades, algo tem que ser feito, se não será mais uma crônica de mortes anunciadas. **Que lástima!** (Grifos meus)

Ao que a Coordenadora responde:

[...] lembro sim! Que a vítima não quis passar pelo atendimento psicossocial já que o caso dela não era competência da Delegacia da Mulher e sim do Juizado especial... Como disse, estou de férias, só quis ajudar nessa situação urgente, a Sargento solicitou as informações para que a vítima seja atendida.

E na réplica a conselheira que reclamou de atendimentos diz à coordenadora do CIM:

[...] temos que repensar muita coisa em relação ao CIM, ele não pode estar atrelado à Delegacia da mulher. Cada órgão tem que fazer o seu papel. E o caso não é o que você relatou, era o de ameaça de morte e a Delegacia disse que por não ser conjugal não podia fazer nada. Infeliz de quem nasce mulher em países tão misóginos como o Brasil e as próprias mulheres entre si não estabeleceram o sentimento da solidariedade. É a competição de um sistema perverso que só traz dor e tragédia. Que Deus e as Deusas nos protejam. A que ponto chegamos! (...) **como haver retrocesso se o que há é o mínimo.** (Grifos meus)

Diante de contato com a Polícia, que passou na porta da casa da pessoa que estava em risco e fez barulho da sirene, o policial disse não ouvir nenhum barulho suspeito e foi embora. A conselheira que intermediou o contato disse que em tratativa com o CIM, o que poderia ser feito seria ir uma representante do CIM com a polícia e acompanhar até a casa, mas seria arriscado, pois a esposa poderia posteriormente interpor processos e não entendeu bem os motivos alegados. Diante desse fato, a conselheira que questionava o CIM constata: “significa que não resolveu nada”.

Nas reuniões do CMDM, de cuja maioria participei (1998 a 2017), também ficam escancarados os conflitos em torno de tamanha diversidade, pertencimento e histórias das conselheiras, com divergências do ponto de vista teórico, metodológico, sobre como operacionalizar uma reunião, representações de mundo, de violência, de gênero.

Diante da necessidade de abrigo de situações de violência doméstica, os debates entre as conselheiras revelam que em várias situações a pessoa deixou de ser abrigada e a Casa encontrava-se fechada.

Outra situação aparece em diálogo entre as conselheiras e chama atenção diante de chamamento de representantes da Delegacia Mulheres (Estado), CIM e Desenvolvimento Social PMU, sobre caso recebido por conselheira da nora da vítima e que preocupou devido a possíveis consequências (2016). A conselheira forneceu orientações, comunicou que SOS retorna das férias coletivas em fevereiro. E problematizou se não seria o caso de agilizar medidas protetivas e encaminhar a vítima para a Casa-Abrigo Travessia? Relato da vítima:

[...] Preciso da sua ajuda profissional... Minha sogra quer e precisa separar do meu sogro, ele é muito violento, há anos ele é assim, mas ela ia contornando a situação... Mas, agora ela fugiu, está escondida dele, fez Boletim de Ocorrência na Delegacia de Mulher e vai sexta-feira na defensoria pública procurar um advogado... O problema é que ele está ameaçando meu esposo e minha cunhada... Está super agressivo... Tudo para eles contarem onde minha sogra está.... Até arma ele disse que tem... Parece essas notícias que assistimos na TV. O que podemos fazer?

A conselheira que recebeu o caso entendeu que, tendo sido atendido na DEAM, poderia ser avaliado para encaminhamento à Casa-Abrigo. Tal possibilidade de

encaminhamento precisa ser esclarecido à mulher que é vítima de violência, visto que possivelmente ela não conhecia aquele equipamento, mas quem atendeu o caso de violência conhecia. Foi feita solicitação de auxílio virtual à Diretoria de Proteção Social, também conselheira, que não respondeu diante do pedido de intermediação.

Depois de tantas denúncias sobre não funcionamento da Casa-Abrigo, conselheiras chegam a fazer chacota: “a pergunta que não quer calar: Casa-Abrigo Travessia está funcionando? E algumas mesmas respondem: “não”. Mas o Poder Público constantemente afirmando estar tudo funcionando. Vez ou outra alguma conselheira passa o contato do Ministério Público para denúncias diante de políticas inativas.

Diante do caso acima mencionado, a nora da vítima compartilha que foram até a Delegacia da Mulher e ela foi encaminhada para um lugar seguro e que a equipe atendeu bem a família. Mas, quando uma conselheira questiona para onde ela foi ela encaminhada, ninguém do Poder Público se manifesta. Outra conselheira com acesso à nora ficou sabendo que foi encaminhada para o CEAMI e não para a Casa-Abrigo Travessia e se indignou, mencionando ser preciso dizer basta ao “faz de conta”. Bastou uma teclada para entrar no site e entender a aberração do encaminhamento reiterado para o Ministério CEAMI, “[...] um conjunto de ministérios cristãos voltados para a ajuda e promoção do ser humano, tendo a pessoa de Jesus Cristo como centro, idealizador, mentor e mantenedor da obra”, com segmentos CEAMI Reabilitação para a Vida – Comunidade Terapêutica que acolhe jovens e adultos, do sexo masculino, acima de dezoito anos, para tratamento anti drogas, em regime de residência, pelo período de oito meses; CEAMI Resgate, obra social no formato de Casa de Passagem (atual nomenclatura dos antigos albergues), direcionada ao acolhimento temporário de pessoas que estão vivendo nas ruas, sem amparo e sem recursos financeiros; CEAMI Resgate provê alimentação, abrigo, vestuário, auxílio para regularização de documentação, encaminhamento para tratamento médico, auxílio para se conseguir emprego, auxílio para se conseguir passagem rodoviária para retorno ao município de origem e, sobretudo, orientação espiritual.

Quando perpassam pelos agentes dos aparelhos do Estado esses discursos, verifica-se gênero como construto social e subjetivo e, portanto, de autorrepresentação como produto de diferentes tecnologias (LAURETIS, 1994, p. 208-209), de práticas críticas, institucionalizadas e do cotidiano, não somente como efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, mas pela sua construção, desconstrução e excesso. Os (des)encaminhamentos de mulheres em violência doméstica para qualquer espaço que não seja adequado revelam tais representações, bem como a omissão de agentes do Estado pela não visibilidade e prestação

de consta dos seus atos, em sendo funcionários públicos. Portanto, a serviço de interesses coletivos.

Ou seja, ponderam conselheiras, o CEAMI cumpre o propósito para o qual foi criado, que é de acolher, encaminhar e dar apoio principalmente a pessoas em situação de rua e dependentes químicos. É uma obra social cristã que tem tentado dar sua contribuição no que tange ao Acolhimento de pessoas que são invisíveis à sociedade.

[...] o que está errado é o município encaminhar mulheres vítimas de violência conjugal e doméstica ou ameaçadas de morte para um local que não tem essa finalidade e, por conseguinte, não está preparado para recebê-las; mas nesse local tem de tudo, inclusive homens com várias características. Há relatos de assédios. E não é laico [sem direcionamento religioso], como devem ser as políticas públicas. A Casa-Abrigo é exclusiva para mulheres em risco pela violência doméstica. Quem encaminha deveria responder por isso. É grave! E há anos esse procedimento tem se dado. Chega! [Outras conselheiras se manifestam:] “cada um no seu quadrado e se há Casa-Abrigo por que não usar esse espaço?”; “pelo relato do quer dizer CEAMI, eu não concordo com o acolhimento das mulheres que procuram a Delegacia de mulheres. O caso delas não tem nada a ver com o atendimento que é oferecido pelo CEAMI”; “pelo visto lá não tem segurança nenhuma para as mulheres e as crianças”; “o óbvio não está acontecendo”. (Em colchetes, complementos e grifos meus)

O “se” no passado abre fissuras para se problematizar sobre possibilidades no presente, o que se constitui tarefa da historiadora. Se acaso a Superintendência da Mulher priorizasse realizar políticas públicas locais, mesmo que, simultaneamente, se envolvesse em ações mais gerais, encabeçadas por outras instituições como a SOS Mulher e Família e o Conselho Municipal das Mulheres, como a reivindicação de Juizado Especial para operacionalização da Lei Maria da Penha, talvez diluísse a sensação de discurso vazio, totalizador, abstrato. Poderia ter sido assertiva em garantir algumas políticas de Estado relevantes às mulheres e promoção das relações de gênero como a Casa-Abrigo Travessia.

Em sociedade que parece permeada pelo “vigiar e punir” (FOUCAULT, 1987), pelo disciplinar que visa o corpo individual (no nível do detalhe) em múltiplos espaços e aspectos, no micro e no macro e de normatizações que visam as populações/massas e o padrão/equilíbrio, como enfatiza o filósofo, na articulação e jogo duplo de ambas tecnologias de disciplina (do corpo) e de regulamentações(da vida), ao tratar da biopolítica/biopoder (FOUCAULT, 1975-76), compreender os sentidos (intencionais ou não, do dito e do não dito, do registrado e apagado) dos discursos e dispositivos de suposta otimização/racionalização/potencialização/maximização dos processos e procedimentos institucionais faz-se proeminente. Esses, por vezes, com argumentos tidos como científicos para maior produtividade e resultados, em busca do chamado “profissionalismo” e da “excelência”, tanto na relação com pessoas atendidas pelos serviços, políticas públicas,

quanto junto a profissionais da direção e de atendimento do direito, da Psicologia, do Serviço Social, do administrativo e da gestão, da comunicação, da história, da Polícia Militar e civil, nas suas relações interpessoais e com a direção das organizações e com os(as) usuários(as) dos serviços, assim como nas relações desses com órgãos financiadores, com o setor privado, o terceiro setor e com o Poder Público nas suas várias instâncias. Há teias de relações de poder, de saber e de jeito de (não) operacionalizar a ética, os processos de subjetivação e de produção de verdades.

Nos contextos de planejamento e execução de políticas, Sardemberg (2015, p. 537) ainda pondera que reconhecer a legitimidade de demandas não significa atendê-las plenamente, tampouco em frequente mudança de mentalidades ou ameaças às estruturas de poder e de comportamentos. A incorporação da abordagem de gênero significa não apenas o atendimento de necessidades práticas de sujeitos, especialmente de mulheres em violências, mas sobretudo de seus interesses estratégicos de autonomia, entre os quais medidas efetivas para erradicar a violência conjugal devem ser prioritárias. Isso exige mais compromisso e dedicação do que demonstra o balanço realizado sobre as políticas públicas e de memórias de experiências doídas, nesta pesquisa. Requer mais que “costuras” e “emendas” nos modelos de intervenções existentes, impondo-se problemática transversal e abrangente.

Tais questões foram discutidas em reuniões no CMDM (Atas, 2017) e instrumental apropriado construído para registros dessas situações de modo a sermos deliberativas a partir das interrogações surgidas e CMDM ter registros.

Portanto, em comunhão com Arruda (2002), não há um modelo único de racionalidade que despreze os demais. Mas o feminismo colocado como crítica da modernidade, com Projeto abrangente e vocação para a ação não deve parar na indignação. E várias decisões tomadas por agentes públicos revelam que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que, nas disputas, a promoção das mulheres, nas relações de gênero e de poder, sejam incorporadas, tendo as diferenças como especificidades.

A desarticulação deliberada, contemplando subjetividades sobre gênero, encontra-se também em situação ocorrida em um evento, no mês de maio de 2017, e revela outro tipo de tentativa de usurpação da fala e de comprometimento de vínculos de confiança para que a Rede se conecte continuamente e funcione de modo efetivo. E, nesse caso, usurpou a fala da representante da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Uberlândia. Assim, foi publicada a nota de desagravo e indignação por parte de sua Presidente, Sr.<sup>a</sup> Dália (profissional SOS e CMDM, entrevista 2015 e documento 2017):

**COMPARTILHANDO E ESCLARECENDO!** Eis que ocorre a 1ª Conferência Municipal de Saúde da Mulher, espaço propício para discussões, deliberações e avanços!!! **Democraticamente, Discutir,**

**Deliberar e Avançar!! É com esta disposição que o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) se articula à sociedade, [...] como representantes da comunidade na reafirmação de direitos das mulheres de nosso município. Na contramão desta perspectiva, tivemos ontem uma situação desagradável, adversa e desrespeitosa, em que uma componente da Diretoria do CMDM, convidada a participar da abertura da referida conferência, teve sua fala e composição na mesa de abertura excluída. Como críticas que tod@s somos, natural identificar os processos subterrâneos que subsidiam este tipo de ocorrência... aliás, tais processos se mostram cada vez mais visíveis e nos provocam a enfrentá-los!! Assim, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres repudia toda e qualquer forma de desrespeito às instituições organizadas que, legitimamente, atuam em prol da reafirmação de direitos e do estabelecimento de controle social. Temos muito ainda o que avançar em nosso município, e neste sentido, que consigamos fazer prevalecer o interesse público, o respeito aos direitos das mulheres e a atuação ética! #onde tem desrespeito, tod@s perdem!!! Segue fala excluída de nossa representante e membro da Diretoria do CMDM [...] Como dizia Rui Barbosa: “Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado!”, então, continuemos firmes no propósito de lutar pela tão sonhada igualdade de direitos, uma saúde acessível e de qualidade para todos e todas”. (Grifos meus)**

O "roubo da fala" pelo Poder Público municipal, como estratégia resoluto, autoritária e corriqueira nas relações de poder, é lamentável e reincidente diante de questão que requer explicação e retratação pública. Ora, por que razão a representante da Diretoria do CMDM no evento Conferência Municipal de Saúde da Mulher, indicada pela Presidente do CMDM para compor a mesa, e tendo sido confirmada presença e a fala com a Presidente do Conselho de Saúde e também junto ao cerimonial do evento, foi excluída da composição da mesa de abertura e no lugar dela chamada, de última hora, pessoa definida como conselheira recentemente pela PMU e que não se articulou (ainda) ao Conselho? Aliás, ao compor a mesa, essa última sequer representou o CMDM, pois o que teria a proferir se nele não atua? A minha sensação e de várias conselheiras que acompanharam o episódio é de que havia superior hierárquica(o) por detrás dessa articulação, o que causa estranhamento e indignação, nas disputas por representações sociais e representações nos espaços públicos.

Conselheiras do CMDM chegam a ponderar (2017) se teria o episódio sido motivado por receio de manifestação pública em relação ao fato de o Prefeito (2017-2020) estar sendo questionado por contratação de escritório de advocacia sem licitação e onde a própria filha trabalha, o que tem provocado notícias na mídia local e nacional<sup>204</sup>. O policiamento parece desejar apagar o lugar da fala que grita e clama por justiça.

<sup>204</sup> Sobre as denúncias disponíveis em: <http://v9vitoriosa.com.br/politica/mesmo-com-procuradoria-juridica-uberlandia-gasta-mais-de-r-400-mil-com-advogados/>; <http://v9vitoriosa.com.br/politica/escritorios-de-advocacia-de-uberlandia-e-politicos-da-regiao-sao-investigados-pelo-gaeco/>; <https://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/04/28/painel-da-politica-prefeitura-contrata-assessoria-juridica-sem-licitacao-e-clima-esquenta-na-camara-municipal-de-uberlandia/>. Acesso em 13 ago. 2017.



O destaque, nesse caso, está em subestimarem as conselheiras e acharam que teriam receio de se manifestar, mas não tiveram, pois que o legítimo Conselho de Direitos das Mulheres de Uberlândia, responsável por sugerir e fiscalizar políticas públicas, sendo apartidário, autônomo e, no momento, não realizando alianças espúrias, prima pela ética e transparência e, portanto, sua Diretoria não se sente cúmplice ou subserviente a nenhuma Secretaria ou setor do Poder Público. Para não haver próximas, além desse desagravo, certas conselheiras ainda conclamaram o Legislativo municipal, o ministério público e a população “a ficarem de olhos mais abertos”. Dias depois da nota ser publicada nas redes sociais, representante da Secretaria de Saúde e Conselho Municipal de Saúde faz retratação pública, sem detalhar os porquês do episódio. Os conselhos são órgãos fiscalizadores, fomentadores de políticas e que fortalecem contextos democráticos. No entanto, gestões do Poder Público, por vezes, lançam mãos de artimanhas para tentar colocá-los, não sem resistências, no lugar da submissão, da não deliberação, do alinhamento com o legislativo e executivo municipal.

A tese relaciona as representações de violências de gênero no convívio conjugal à educação e construtos culturais, portanto movimentos sociais, projetos de leis, práticas de lideranças governamentais podem contribuir para a perpetuação e o cultivo da intolerância, ou à sua problematização com vistas a superá-las. É necessário identificar e analisar criticamente as representações, buscando superar aquelas relacionadas com produção de violências.

A Sr.<sup>a</sup> Acácia<sup>205</sup> (profissional UFU, entrevista da 2016) graduou-se em Psicologia e atua como professora na UFU, realizou pós-Doutorado fora do País. Diz ser teimosa, o que é fundamental para trabalhar com esse tema. Quando finalizou o Mestrado na UNICAMP, em 1996, começou a trabalhar na Prefeitura e no Posto de Saúde do Bairro Santa Luzia, onde passou a ter atenção à população de baixa renda em condições precárias. O serviço era muito precário, mas foi de muita valia. Vendo a necessidade de fazer atendimentos residenciais, porque os agentes de saúde não o faziam, ela quase não ficava no postinho, que acredita ser melhor do que clínica padrão. Está sempre em conversa com o CRAS e o CRESS. Conversa com Diretoras de escolas a respeito de violência com os alunos e também sobre o comportamento deles. Acostumou-se com esses atendimentos fora e gostou. Ao entrar para o Doutorado, começou a se interessar por violência física contra a criança e adolescente e foi para dentro do SOS Criança. Antes do Doutorado, fez o Projeto “Pais Responsáveis”. Chamavam pais violentos no centro do Bairro Morumbi, iam de Kombi à noite e pegavam esses pais pelo caminho.

---

<sup>205</sup> Entrevista realizada, em 03 mai. 2016, com Sr.<sup>a</sup> Acácia, Psicóloga e profa. UFU, realizou pós-doutorado fora do país, duração 2h., na residência dela.

Posteriormente, a Sr.<sup>a</sup> Acácia foi para o Doutorado, e, ao ler os prontuários, sensibilizou-se tanto que queria conhecer e atender as pessoas. Ao fazer um levantamento com as famílias mais violentas, foi desmistificando um pouco o lugar de espancamento, coisa grave que está na “família desestruturada”. Na hora em que se vai atender depara-se com pessoas de “carne e osso”, não são monstros, são pessoas normais. Poderia fazer um recorte cultural, mas vai procurar a outra geração e procura os pais dos pais, e ouviu histórias de onde que começa esse espancamento. Passou a viajar o Brasil todo atrás destas histórias. Queria saber onde começavam as violências em crianças, que modelo, que banalização e que condição. E quando ouve os avós dessas crianças, descobre que o espancamento vem de muito antes. Um dos casos de que se lembra é do pai que não deixou o filho amamentar para não concorrer com ele; parou de espancar este filho aos quatorze anos e disse à mãe que era para ela escolher, o filho ou ele. Esse filho teve filho que era queimado com cigarro, um homem frágil, desorganizado. Quando se ouve os avós, entende-se um pouco mais essa figura, e violência passa a ter outro contorno.

A Sr.<sup>a</sup> Acácia foi fazer pós-Doutorado na Inglaterra, com o marido e filhos e sem bolsa. Diz ser maravilhoso entender como é o sistema de proteção à infância e os cuidados com a violência de gênero na Inglaterra. Apesar de serem mais informatizados, os casos se repetem, principalmente na violência de gêneros. Lá há uma lista em *sites* em que a pessoa consegue visualizar os homens mais violentos do mundo. Einstein pergunta a Freud o seguinte: “Você acha, Freud, que esse mundo vai ser tão violento assim, se o processo civilizatório vai levar a gente sempre pra guerras?” Freud respondeu: “Meu caro Einstein, sinto informar que o que vem por aí vai ser pior.” Ela não gosta da clínica tradicional, tanto que somente tem dois atendimentos, e é supervisora de estágio.

Avaliando as políticas públicas, a Sr.<sup>a</sup> Acácia acredita que

[...]o Conselho Tutelar precisa de uma diretriz melhor. As pessoas têm dúvidas sobre a serventia do CREAS, antes atendia somente crianças e adolescentes e hoje atende todos os tipos de violências, até o próprio serviço tem dificuldades em entender o que tem que fazer.

Segundo ela, “[...] falta, nas instituições, formação, estratégia e inteligência, as instituições não sabem o que fazer com o caso, “caso pipoca”, não tem Projeto, início, meio e fim”. Comunga a representação de que “[...] se a instituição ousa receber um caso, ela tem que dar satisfação dele e dar continuidade e acompanhamento periódico, fazer monitoramento. Hoje isto é inexistente”. Ela se inclui neste erro insistente, sem saber o porquê. “[...] melhorou, tem mais psicólogas, os CAPS, vieram para trazer a Psicologia. Acha o Projeto CRESCER interessante, um pouco desarticulado e sem diálogo entre as Secretarias municipais”. Relata sobre “a competição e não junção dos serviços, o que traz prejuízos”.

A Sr.<sup>a</sup> Acácia tem “[...] brigado para melhorar a atenção primária, precisam ouvir e atender a criança e não simplesmente mandar ela para o UAI na Psiquiatria”. Percebe-se que “[...] há um esquecimento do sujeito e os processos ficam todos iguais”, sendo que há particularidades de caso a caso. Ressalta “a burocratização dos relatórios, as pessoas não leem, não têm diagnósticos, atualmente, pelo Conselho Tutelar (antes davam, agora não sabem mais como está)”. Ouve de alguns profissionais “[...] que se for atender a criança é só ligar para eles. Sem diagnóstico, não tem como mudar nada. Mesmo assim, a gestão atual tem se esforçado muito e é mais humanizada”. Conforme analisa, “[...] as psicólogas do atendimento não conversam entre si e a criança e a família dizem: mas fulana falou assim, o CAPS falou assim, e fica tudo confuso e caótico”. Quanto aos discentes, “[...] encorajam muito, mas estão no lugar de micro poder, inventando novos posicionamentos diante do sujeito, fazendo com que o sujeito saia da posição de objeto nas relações intrafamiliares”. Na disciplina que ela ministra, na UFU, no 4º período, ela tenta “[...] ensaiar sobre a Síndrome de Down, homoafetividade, incesto, crenças religiosas e organização familiar”. Afirma que “[...] os promotores, têm um olhar muito frio da situação e dizem que ela está inventando, quando quer refazer laços entre mãe e filhos”. Os atendimentos à criança, na sua perspectiva, “[...] devem ser familiares, não acha ser produtivo as pessoas que convivem com a criança não participarem de seu atendimento”. Conseguiu uma abertura do Judiciário, especificamente da Vara da Infância e do Adolescente, com os Promotores e “[...] conversam de igual, não precisam do Doutor Promotor, isso foi uma conquista”.

Essa mesma entrevistada ironiza que “[...] o Judiciário é o caminho mais curto, no sentido de entregar e não ter mais nada que fazer”. Afirma que nossa cidade “[...] é coronelista e conservadora, tenho um cargo, mas não tenho poder”. Percebe que há “[...] no HC (Hospital de Clínicas), profissionais de gabarito inquestionável, como profissional da saúde, mas isenção crítica, política, social muito precária”. Parece ter clareza de “[...] se eles pelo menos delegassem esse outro lugar do pensar, mas eles querem assumir o que não dão conta de fazer”.

Exatamente para que não seja “[...] um trabalho sem avanço, não sai do lugar, pelo conservadorismo, coronelismo, machismo e o ser evangélico (a Bíblia em primeiro lugar)”. A Sr.<sup>a</sup> Acácia diz trabalhar no coletivo e “[...] não gosta de estar em evidência, pois, assim, quem está em evidência é alvo. Trabalha mais na dela, uma mansa inquieta”. Pela longa experiência, associando militância e academia, essa profissional consegue pontuar pilares relevantes como desafios para a cultura da paz, ou seja, melhor articulação da rede de apoio com acompanhamento efetivo dos casos; enfronhar-se na intervenção quem está preparado

para tal em meio ao Estado, com representantes com práticas mais democráticas, laicas e não sexistas, o que parece, apesar dos avanços, utopia a ser perseguida.

A Sr.<sup>a</sup> Acácia pondera, como revelam igualmente as falas das entrevistas da tese, que

[...] estatisticamente a menina é quem sofre mais violência sexual, que quem mais perpetua esta violência é o homem, portanto não é quem é abusado que abusa. **Não necessariamente violência gera violência, mas quem violenta guarda um lugar de desamparo muito importante.** E quem sofreu violência na infância pode vir a sofrer na vida adulta, se não tiver tido um acompanhamento em psicanálise. **Não há como generalizar, cada caso é um caso. E as famílias são singulares, as histórias são plurais e parecidas, como o sujeito vê isto é peculiar. Para a clínica, o que interessa é lidar com este peculiar, sem perder de vista o fenômeno.** Para se ter uma ideia, 99% dos meninos infratores são os que não têm pai em casa. O problema não é não ter um pai, mas que a identidade é de um cara em fuga, de algo que não há, é de um sem lugar. [...] o mais violento é o mais frágil sob a perspectiva afetiva. [...] As pessoas que vão adotar estão muito preocupadas se a criança vai ou não ser homossexual. Esquecem-se da capacidade afetiva. Existe também a dificuldade de um homossexual, casado ou não, adotar uma criança, o processo é muito pesado. Poder receber os casos em grupo, partilhar com os alunos, ajuda muito, fica menos pesado, os casos invadem a gente na alma. (Grifos meus)

Vários aspectos pontuados pela Psicóloga (2016) entrevistada aparecem nos resultados da tese que se apresenta: desamparo, cada relacionamento e família como singular, com histórias múltiplas, com aspectos de aproximações e diferenciações, com impactos em quem lida profissionalmente com tais complexidades.

Os sentimentos, mais ou menos conscientes, de desamparo, de não lugar, de baixa autoestima, impotência estão presentes nos resultados das entrevistas na tese e as representações da Sr.<sup>a</sup> Acácia (profissional UFU, entrevista 2016) contribuíram para confirmar a relação entre o histórico e o contexto dos sujeitos, com suas trajetórias na infância e adolescência: abusos, dependência química na família de origem com as representações de gênero e violências nesses processos.

A antropóloga Corrêa (1983), por exemplo, de trajetória feminista, analisa as falas dos processos crimes da cidade de Campinas-SP, dos anos 1950 e 1960, resultantes de homicídios entre casais. Seu trabalho pretende ser uma contribuição ao levantamento dos atributos sociais exigidos de homens e mulheres para que sejam aceitos socialmente, inclusive quando são elas que matam e são vitimadas. Destaca o papel do Judiciário na manutenção das desigualdades sociais e construções binárias do sexo. Discorre, ainda, sobre os mecanismos táticos, processuais e extraprocessuais que cercam as práticas jurídicas e utiliza o termo fábula para expressar o caráter inventivo da verdade legal (não que exista um real mais real que outros), em que as falas são muitas, mas a verdade é fabricada a partir da formalidade e de uma ordenação, com um plano e um ritual previamente marcados, apesar da mudança permanente

dos atores. Essa ordenação proporciona sensação de que os processos são similares, no entanto únicos. Em suma,

[...] no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do ‘real’ que melhor reforce o seu ponto de vista. Passa-se a julgar os comportamentos dos(as) envolvidos(as), sua biografia e não o crime (CORRÊA, 1983, p. 40).

Ao estudar as mulheres pobres e a violência urbana no Brasil no final do século XIX e início do século XX, Soihet (1997, p. 362-400), usando os processos criminais como fonte, também questiona os estereótipos e funções tradicionais construídos acerca do feminino da época, explicita conformismo, resistência e transgressões frente aos padrões culturais vigentes e normas estabelecidas e as ambiguidades presentes nos atos e valores, principalmente das mulheres pobres, ao definirem muitos de seus poderes, inclusive reapropriando-se de instrumentos da dominação masculina para tal.

Sobre o “faz de conta das políticas públicas e para inglês ver”, a Sr.<sup>a</sup> Amendoeira (profissional UFU, entrevista 2016), que realizou Mestrado e Doutorado voltados às discussões sobre gênero, tendo feito uma escolha teórica voltada para a transexualidade e trabalhando com travestis e transexuais, escancara o que verificou na militância e experiência profissional. Ministrava aula no 3º período do Curso de Medicina da UFU, matéria que não há mais, intitulada Medicina Preventiva Comunitária I, em 2006 e 2007. Segundo ela, a professora da época, Sr.<sup>a</sup> Lindioneza (*In memoriam*), era quem definia as linhas de pesquisa e tinha começado a desenvolver Projeto sobre violências às mulheres, mas faleceu com câncer, muito rapidamente. Sendo assim, a Sr.<sup>a</sup> Amendoeira deu continuidade ao trabalho com os discentes e foram verificar a questão da Notificação Compulsória (anexo 7)<sup>206</sup> de Violência Contra as Mulheres, nos prontuários da instituição do HC (Hospital de Clínicas) da Universidade Federal de Uberlândia.

Comenta sobre o CEVIO (Centro de Estudos da Violência Pública) e ela se integrou à proposta de compor banco de dados do IML (Instituto Médico Legal), tentando organizar documentação para se ter diagnósticos, afinal “política pública não se faz sem dados”, reforça. Estabeleceu, por um tempo, parceria e financiamento com a Prefeitura. Ela herdou o CEVIO, porque docentes saíram para Mestrado, e assumiu também o CRAVI (Centro de Referência e Apoio a Vítimas de Violência), pois estava substituindo a professora falecida. A ideia do

<sup>206</sup> BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. (alterada pela lei nº 12.288/20.07.2010)

CEVIO era a de fomentar políticas públicas relativas à segurança e combate às violências, trabalhar articulado com o Centro de Referência da UFMG e da USP. Assim, identificou “os vazios, os buracos em relação à assistência”. Realizaram uma varredura nos Prontuários e ela diz: “[...] fiquei indignada com o atendimento e questionei o porquê não faziam o abortamento previsto em lei. A objeção de consciência era justificativa para alguns, algumas argumentações políticas, chamando a atenção para a estrutura da UFU”.

Diante desse contexto, a Sr.<sup>a</sup> Amendoeira (profissional UFU, entrevista 2016) se integrou a Projeto com a abertura do Programa de Extensão, financiado pelo Ministério da Educação, com recebimento de recurso de alto valor. Conforme relata “[...] a ideia era construir e melhorar o centro de referência e atenção a vítimas de violência, dentro do HC/UFU. Tinham condições de equipar uma ala para atendimentos acolhedores, dignos, responsáveis, capacitar equipes e organizar procedimentos”. Pasma, menciona que “[...] o recurso financeiro veio e compraram os equipamentos, nada aconteceu e tudo foi devolvido”. Havia, segundo ela, “[...] um nó que se chamava Hospital de Clínicas da UFU, faziam reuniões e as pessoas de peso e de decisão não participavam”. Quando entrou determinado médico [menciona nome], na Prefeitura, as coisas começaram a melhorar. Ele cedeu espaço para organizarem, provisoriamente, mas não resolveu o problema, pois havia entrave significativo dentro do Hospital, com a crença de que “[...] essas questões não são para se discutir”. Ou seja, “a questão do aborto”. Alegavam “[...] que outras violências contra a mulher não eram vistas no Hospital e viam como privilégio nossa solicitação, pois todas as pessoas, inclusive as vítimas de violência tinham que ser atendidas igualmente”.

A inexistência de prioridade e vontade política quanto ao cumprimento de diretrizes de políticas públicas contribuem para a perpetuação de violências de gênero. Não há negligências desinteressadas nas relações de poder e quanto aos lugares reservados aos femininos, suas demandas e subjetividades.

A Sr.<sup>a</sup> Amendoeira denuncia que

[...] eles seguiam um protocolo, que sequer entendiam, de 2008 até hoje, o que foi deixando-a desanimada. Tinham um Ministério Público omissos, chamaram e realizaram Audiência Pública [em 2015] sobre o tema e foi uma frustração, sem presença de quem decide. A Diretora técnica do HC disse, em alguns momentos, que a lei era somente mais uma que não iriam cumprir. Quando tem casos de aborto legal eles mandam para Belo Horizonte, sendo que Uberlândia é referência e recebe recurso público pra isto. Mas Belo Horizonte devolve a paciente e ainda fala que nós temos que resolver nossos problemas. O problema é do município, que é frouxo. O Hospital deveria assinar que não é centro de referência, mas eles não assinam para não perderem o dinheiro que recebem. Assim, a pessoa faz por conta própria o aborto, correndo riscos ou tem filho indesejado. O Hospital incentiva a pessoa ter o filho fruto de estupro e não estão nem aí. Aham mais humano.

Ilustra violências institucionais no HC como as que identifiquei por meio de atuação em movimento social que atende pessoas que vivenciam violências

[...] na chegada ao Pronto Socorro, por ter um vidro no atendimento, a pessoa tem que gritar que foi vítima de violência sexual [...]. Assim ela passa por uma segunda etapa, depois uma terceira e vai contando a mesma história, depois tem a Assistente Social, juntamente com outros atendimentos, sem privacidade nenhuma. Por ser um Hospital escola, eles estão ensinando que a banalização da violência pode acontecer sem problemas, isso é muito grave. Muitos alunos sofrem com isso, mas fazem o que o professor manda. Os prontuários são muito mal preenchidos, a pessoa chega lá dizendo que foi agredida pelo marido e sai como se fosse uma fratura no nariz, desaparecendo a violência. (Sr.<sup>a</sup> Amendoeira, profissional UFU, entrevista 2016)

Essa entrevistada desenvolve ações de intervenções com travestis, e afirma que a política pública de saúde LGBT, que é de 2013, “[...] está muito à frente em relação à política pública para mulheres vítimas de violência sexual”. Conta que “[...] a UFU possui o primeiro laboratório para travestis do Brasil, venceram esta luta e poderão realizar a cirurgia de transgenitalização, pois há profissionais para isto”. Afirma que “o nome social no serviço de saúde é previsto desde 2006 e o Hospital da UFU foi o primeiro a fazer isto, no Brasil”. Depois conseguiram implantar nas escolas públicas e por último nas privadas. Acredita que “[...] nestes quatro anos de gestão do atual Prefeito [Gestão Sr. Gilmar Machado (PT/Partido dos Trabalhadores)] não foi feito nada de política pública para LGBT e que há despreparo enorme dos gestores”. Crê ser “[...] isto mesmo que desejam: as pessoas são escolhidas pelo que não sabem e o problema é que a gente fala e não te escutam, temos que fazer é escândalo mesmo”. Na representação da Sr.<sup>a</sup> Amendoeira, a resistência passa também pela não sutileza.

Sobre a Polícia Militar, ela considera que alguns “não ajudam em nada e são pragas”. Destaca dois tenentes-coronéis, Sr. Serjo Ricardo Bueno e Sr. Crovato, que “auxiliaram devido à formação em Direitos Humanos” e falarem, muitas vezes, a mesma língua de movimentos da sociedade civil e de intelectuais.

Menciona, ainda na contramão da hipocrisia, que

**[...] o discurso religioso e fascista é proferido pelas mesmas bocas sem distinção. Estamos numa onda conservadora, que é fascista e perigosa.** Com mulheres no poder, estão precisando de homens para conduzirem a Conferência das Mulheres. É vergonhoso, muitas mulheres não fazem nada e são de direita. E ele [refere-se ao Prefeito] ainda faz algo pelas mulheres. Por tudo isso, gosto muito dos escrachos dos jovens e dos cuspes no congresso. **Utilizam o constrangimento, para conseguirem o que querem com o poder.** (Sr.<sup>a</sup> Amendoeira, profissional UFU, entrevista 2016). (Grifos meus)

As narrativas percorrem caminhos tortuosos que contemplam produção de conhecimento sobre gênero (com potencial multiplicador), hipocrisias, relações de poder perversas, práticas deliberadas para não deixar acontecerem as políticas públicas, ou revelação

de apenas aparentarem existir, mas percebe-se, simultaneamente, denúncias e pressões por parte de interessadas(os) no funcionamento e ampliação delas para além do maquiavelismo de alguns(mas) gestores(ras).

Um relato destoa de outros pela compreensão, na linguagem, da violência e sofrimento vivido por um homem, revelando semelhanças com situações em que as mulheres são vítimas e outras peculiaridades quanto à jocosidade e banalização enfáticas quando é ele quem busca auxílio. Assim, mediante mecanismos de alegadas e reincidentes agressões físicas e morais da ex-esposa para com ele (impedir de sair, queimar roupas, desqualificá-lo) e maus tratos, relação abusiva dela com os filhos, segundo ele, usados como forma de puni-lo, o Sr. Lírio relata a representação social institucional de alguns locais por onde peregrinou:

[...] Liguei umas seis, sete vezes na polícia. [...] **Passei pelo não reconhecimento pela família, depois o não reconhecimento pelo Estado.** Essa falta de histórico, porque na rede do Estado, cada vez que chega lá, eles começam do zero, como se aquela história não tivesse nenhuma outra trajetória. [...] Pelo Estado eu sinto [...] que tô conversando com uma autoridade e eu não sou uma pessoa legítima pra tá falando aquilo [...] ou que eu tô reivindicando alguma coisa inapropriada, querer que meus filhos fiquem comigo, que eu tenha acesso a eles. [...] Parece que o não dito é isso. [...] A Delegacia lugar sujo, mal pintado, a pessoa não sabe informar que hora começa o atendimento [...]. Então, “você têm ciência que está tendo lesão [com crianças] e não vão fazer nada”? Aí a moça falou: “não, não vamos fazer nada, aqui já é o máximo que nós fizemos”. [...] Daqui o senhor não vai levar documento nenhum, porque o senhor é daquele tipo de sujeito que talvez não queria pagar pensão e tá reclamando da mulher. [...] Eu não sou tipo de ninguém. Sou um cidadão, tenho direito, existe lei de acesso a informação [...] Nesse caso aqui eu não sou agressor [...] No fórum juiz falou: “**com uma mulher bonita dessa, porque vocês estão aqui brigando, acho que tá faltando deus na vida de vocês. Se quiserem eu indico um terapeuta da igreja Presbiteriana**”. Aí é duro, né? Porque o Estado deve ser laico. [...] Ficou quarenta e cinco minutos falando sobre amor. [...] Terminou a audiência, o juiz: “isso daí você sabe como que você resolve? Você tem o telefone dela, marca um motelzinho”. Fiquei incrédulo com aquele massacre moral: por não respeitar, por não ser laico, por não saber nada daquela história, por atribuir supostas capacidades de mediações baseadas em discursos fajutos, de autoajuda, motivacional, sem considerar questões importantes [...]. **Quando chegava a julgamento os maus tratos dela com crianças, a pena tinha sido prescrita.** [...] Me levou ao ponto que me fez ter vontade de romper com o Estado, de romper com a civilidade. Me levou a uma situação de desequilíbrio mesmo. De tão grande foi aquela injustiça que eu fui submetido [...]. **Vendo, por anos, autoridades tirarem uma onda com aquela situação. Trataram tudo aquilo com banalidade** [...]. Eu cheguei numa primeira vez pra sentar numa audiência, o magistrado promove aquilo. Então não pode uma pessoa com tanto poder ser a responsável por mediar uma situação como essa. [...]. **O código civil tem que tirar o poder do Judiciário sobre as questões de família.** Tem que ser uma instância administrativa com assistentes sociais, pessoas com menos poder, com mais capacidade de investigação, uma coisa que seja mais colegiada. [...]. Porque são impactos muito profundos sobre a vida, as escolhas, situações. O devido processo legal, mesmo no direito, ele não é respeitado. [...] Se esses caras não derem essa liminar com tudo isso que



tá aí [documentos], eu vou lá na porta daquele fórum, ficar de cueca, com megafone e vou me fazer ser ouvido de qualquer jeito. (Grifos meus)

A narrativa do Sr. Lírio nos remete às análises de Foucault (1980), em “A Verdade e as Formas Jurídicas”. O filósofo, historiador de ofício, compreende a reconstituição do Direito, trazendo o resgate de formas jurídicas que emergiram ao longo da história e de como foram modificadas a ideia de justiça privada para a de justiça pública. No seu discurso o Direito aparece como o espaço do conflito, que se desenrola mediante alguns procedimentos comuns às partes em litígio, como uma manifestação institucionalizada da guerra. Entretanto, não de uma guerra que produz prejuízos físicos, mas uma guerra de procedimentos, de argumentos, de fatos, de direitos, na qual o vencedor não é nitidamente percebido por sobreviver à luta. Da discussão entre duas partes não é possível extrair o vencedor, mas é preciso chamar um terceiro, supostamente não interessado, para mediar o conflito e este é quem profere um parecer sobre qual direito prevalece. A justiça vai se impor do alto, pois os indivíduos não terão mais o direito de resolver seus litígios. Ao contrário, deverão submeter-se a um poder exterior a eles que se impõe como poder judiciário e poder político. Essa transformação política tornou não só possível, mas necessária a utilização do inquérito. Portanto, não foi racionalizando os procedimentos judiciais que se chegou ao procedimento do inquérito, que também não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber situada na junção de um tipo de poder com certo número de conhecimentos, pois o inquérito é uma forma de saber-poder.

Foucault (1980) trata, portanto, das formas de práticas penais que caracterizam a sociedade disciplinar e as relações de poder delas oriundas. Nesse contexto, os impulsos de rir, deplorar e detestar são formas de distanciar o objeto de si e, por conta disso, a relação do conhecimento com o objeto é de distância e dominação. Então, como último recurso para ser ouvido, em cena que não é cômica, pois trágica: “ficar de cueca e falar ao megafone em frente ao Fórum”.

Assim parece ser tratado o Sr. Lírio perante a (in)justiça e ao sentir-se perplexo pela “rota crítica”, com caminhos fragmentados imbuídos por violência institucional e pelas posturas dos agentes do Estado que personificam o Direito, estimulando-o a desacreditar dessa justiça.

Esse caso destaca representações de homens que sofrem violências e o tratamento conferido pelo Estado, a dificuldade de encontrar escuta e o impacto para os filhos, envolvendo alienação parental, segundo relato e documentação apresentada pelo entrevistado. Algumas instituições, além de não fazerem cessar a violência, ainda provocam outras.

Ele, como mencionado anteriormente, perdeu a mãe com câncer, quando tinha quatorze anos, o que o impulsionou a ter filhos mais cedo. A ex-esposa, supostamente teria sido abusada sexualmente por alguém da família, antes de conhecê-lo. Não sabe quem é o pai. Portanto, parece haver um histórico de desamparo e de outros sofrimentos por parte de ambos.

Ele tem a compreensão de que “[...] começou com aquele tapa lá não sei aonde, vai dar mais um”. Portanto, para o Sr. Lírio,

[...] a violência é uma linguagem inadmissível, primitiva ainda, eu acho. Baseado num conjunto de emoções que a pessoa tem, não consegue dominar o desejo dela, limitado às vezes por um conjunto de valores e que separa as pessoas civilizadas e não civilizadas. A civilização é a educação do desejo.

Esse foi o único relato em que a violência aparece como linguagem. O desfecho dessa história, segundo Sr. Lírio, foi ter sido orientado pelo Conselho Tutelar a acusar a ex-esposa, que é muito magoada com ele por causa disso e ficou sem nenhum tipo de providências. Relata que

[...] tanto das crianças por uma discussão, minha, dela, então assim, se a justiça em algum momento no país for passada a limpo, a primeira coisa que a gente precisa fazer é **desjudicializar uma série de relações e as de família**. Estou convencido de que elas não podem estar mais judicializadas, é um verdadeiro absurdo ser da forma como é, negligente e tudo. **O processo judicial é profundamente nocivo para uma situação de conflito familiar**. [...] As crianças, mesmo quando olham para o Fórum e passam lá e tudo e passam na frente da Delegacia e hoje mais adolescentes, eles dão risada porque não acreditam naquilo lá mais. Foi uma **quebra de confiança** mesmo das próprias crianças de que elas faziam denúncias contra a mãe, tendo sofrido retaliações por terem feito isso e de que **tudo aquilo não teve alguma consequência, resultado**. (Grifo nosso)

As representações de gênero e de violência presentes nos discursos-práticas de profissionais que atuam em ações de enfrentamento à violência conjugal e intrafamiliar impactam no tipo de protocolos e registros documentais, na qualidade da escuta, formato da abordagem, das intervenções, dos encaminhamentos e da articulação com a rede de enfrentamento ao problema, revelando conflitos entre sistemas discursivos.

A história do Sr. Lírio se assemelha em alguns aspectos às narrativas de mulheres vítimas ao buscarem os serviços estatais, com o agravo de ser tratado com jocosidade pelas representações de gênero, de parte de profissionais, sobre expectativas em relação aos lugares designados, no imaginário, aos homens.

Assim, frente às políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica sobre a função das instituições no seu combate, constatou-se que os profissionais das organizações que objetivam minimizar e intervir na violência conjugal e familiar, assim como os sujeitos que vivenciam essa violência, esbarram nas fabricações de gênero impressas simbólica e

fisicamente nas funções socialmente construídas para os masculinos e femininos. Políticas públicas que “a priori” não conseguiram pôr fim à violência, todavia trouxeram maior visibilidade e consciência social sobre este tema, fazendo com que várias dessas pessoas que vivenciam o problema buscassem auxílio para dirimir e lidar com suas experiências, duramente adquiridas.

O fato de algumas políticas públicas não funcionarem adequadamente para o fim a que se destinam, efetivamente em vários governos, retratam o jogo político perverso, que nos aparece muito mais matizado e complexo do que sugerem paradigmas de noção simplista ideológica. Prevalecem as contradições mediante lutas e disputas de representações. Parece ganhar a maior parte da sociedade quando prevalece o exercício contínuo e incessante da cidadania para manutenção de conquistas e evitar retrocessos.

Mesmo com equívocos explicitados nesta tese, o Governo municipal de Gilmar Machado (PT/Partido dos Trabalhadores), segundo algumas das lideranças da SOS, o que não aparece como consenso, abria-se mais ao diálogo junto aos movimentos sociais, mesmo que isso não representasse concretude, na perspectiva de outros, de políticas ou atendimento a expectativas. Do ponto de vista de maior parte das pessoas entrevistadas e que experienciaram violências na relação de conjugalidade, a ponte com essas políticas públicas passa mais pela necessidade imediata do atendimento, das informações e resolução de problemas do que por essa articulação político-partidária.

Conforme Sardemberg (2015, p. 505)<sup>207</sup>, “nem sempre as tentativas de campos de ações feministas resultam em “uniões satisfatórias” na *práxis*. No campo de disputas entre perspectivas distintas e diversos atores sociais e institucionais, perspectivas feministas são traduzidas e ressignificadas e os objetivos maiores dão lugar à pequenez”. Não raramente, “[...] há versões “descafeinadas” de equidade de gênero e empoderamento de mulheres” (p. 536).

Sensibilização e formação para intervenções com enfoque de gênero vão além de habilitar agentes envolvidos(as) para trabalhar com a questão, mas contribuir para a formação de autoconsciências críticas de gênero, desafio substancial, é passo importante.

Prisioneiros do mesmo: pessoas e instituições podem caminhar para o óbito se não lidarem com as contradições desconcertantes entre promessas e práticas cotidianas. Sonhar implica atitudes radicais de alteridade para se desenharem políticas públicas e quem não as possui deveria passar longe delas, utopia.

---

<sup>207</sup> SARDENBERG, Cecília M.B. Gênero e políticas para mulheres no Brasil: reflexões em torno de uma experiência doída. Dossiê: Usos acrílicos do gênero. In: **Caderno Espaço Feminino**. V. 28, n. 2, ago./dez., 2015, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História(CDHIS), NEGUEM, p. 505-541.

A crise financeira, a corrupção, as propostas de emendas constitucionais de retiradas de direitos como *plus* nas incertezas políticas; a insuficiente infraestrutura dos locais de atendimento e rara formação continuada de seus profissionais e de espaços coletivos para se autoanalisarem e se desenvolverem; a ausência de momentos de periódicos de conexões da rede que é rotativa em seus participantes, inclusive nos líderes das organizações governamentais ou não governamentais; vaidades que superam vontade política de fazer-acontecer, de fato e não só de direito, apontam limites institucionais significativos quanto aos ingredientes necessários para a construção da “cultura da paz”. Por outro lado, verificam-se, por parte de pessoas comprometidas com a causa de longa data e não oportunisticamente, resistências e persistências que, no grito e na pressão, conseguem minar certos retrocessos e abrir determinadas possibilidades de avanços.

A violência de gênero não só decorre de relações de poder, mas também é um campo de conflitos, de disputas, de afirmações, onde os diferentes sujeitos e instituições lançam mão de estratégias diversas para conduzir condutas, o processo, promover silenciamentos, exclusões, ou visibilidade de alguns enunciados, o confisco da fala e da memória. E vários desses jogos têm sido empecilho para o enfrentamento da violência conjugal em Uberlândia.

A investigação evidencia a disputa de poder entre agentes do poder público e da sociedade civil no atendimento a quem vive violências na esfera conjugal e doméstica. Nessa arena de conflitos há “rotas críticas” pelas quais muitas(os) são submetidas(os) a abusos institucionais, subnotificações e fica notório como as representações de gênero organizam e definem esses espaços de poder.

A escassez de proteção das mulheres por parte do Estado, o descaso com vidas que parecem não importar, a redução de incentivos e recursos, a delegação de atribuições do Estado às igrejas, ou ao terceiro setor, revela a precariedade da vida de quem vivencia violência conjugal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### ...à lagarta-borboleta

[...] Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes [...] Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo [...]. **Sobre o que é o amor. Sobre o que eu nem sei quem sou.** [...] **Se hoje eu te odeio amanhã lhe tenho amor** [...]. Lhe faço amor. Eu sou um ator. **É chato chegar a um objetivo num instante. Eu quero viver essa metamorfose ambulante. Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo** [...]. Hoje eu sou estrela amanhã já se apagou [...]. Eu vou lhes dizer aquilo tudo que eu lhes disse antes[...] (Raul Seixas, *Metamorfose Ambulante*, 1973).

Nesta tese, buscou-se identificar e compreender as representações, tanto dos sujeitos que vivenciam violências em Uberlândia, na esfera conjugal, quanto das(os) profissionais da rede de apoio a tais pessoas, sobre violência de gênero e poder, com seus significados na e para a construção e desconstrução desses abusos. No decorrer dos capítulos, foram expostas possíveis considerações para as indagações que orientaram o estudo, sustentadas na análise dos dados produzidos por meio das entrevistas realizadas com mulheres e homens que vivenciam relações com a presença de violências e profissionais da referida rede. As considerações foram sustentadas, ainda, no resultado da análise dos documentos. Assim, a opção feita para tecer estas considerações finais foi retomar discursos-enunciados, acontecimentos e ponderações que se mostraram recorrentes e fortalecem a reflexão sobre

impactos das representações sociais de gênero e de poder no contexto dessas relações conjugais violentas e do atendimento profissional às pessoas que as vivenciam.

A primeira consideração refere-se à identificação de representações de gênero de pessoas que vivenciam violências, na esfera conjugal, identificadas há décadas, mas que, ainda, perduram no tempo. Essa permanência pode ser mais bem compreendida quando são identificados os sentimentos que estão em torno delas e os processos de reprodução dessas representações. A título de ilustração, a análise das entrevistas com mulheres com histórico de violência conjugal evidenciou o alinhamento entre a adesão a determinados valores e a violência conjugal, doméstica e suas vivências. Manifestaram-se, nos depoimentos, representações dos esposos como provedores, “príncipes encantados”, “realizadores de sonhos”, o “casamento como conto de fadas”, o outro como “responsável pela resolução dos conflitos violentos e pela felicidade do casal”, aquele que tem “loucura por mim”, “pesquisei sobre ele antes”. A idealização do relacionamento e do outro contribuem para promover e perpetuar situações de violências.

Outro elemento evidenciado é a relação entre ciúme e “amorosidade”, com acontecimentos que desvelam perversidades e processos mais ou menos sutis de abusos: “não podia sair”, “excesso de apego”, “ataques de fúria e de ciúmes”, “demonstro ciúme gritando, agredindo”; “ela queimou minhas roupas”; “ele jogava minhas coisas fora e queimava”, “é doente de ciúme e não tenho a mínima vontade de trai-lo”, amor associado a proteção, a dependência, a posse, a extensão e a cuidado. As narrativas das pessoas entrevistadas que experienciam violências, no que se refere às representações de femininos, revelam sentido de positividade no aguentar/suportar a situação, do cuidar na heteronomia (submissão, obediência, conduta imposta de fora, age em função e pelo outro e não de si mesmo, portanto com autonomia), mediante crenças nas mudanças do outro. Algumas se casaram por terem “perdido a virgindade”, “me perdi”, “engravidai e casei”, compreendida a virgindade como símbolo de honra, e/ou devido ao fato de algumas terem engravidado, o que revela representações e valores em relação à sexualidade, ao gênero e ao casamento.

No que tange a homens e mulheres com vínculos violentos, são colocados/as pelos agressores(as) como doentes, loucos, desequilibrados, monstros e psicopatas. No caso dos agressores(as), esse discurso aparece como estratégia de poder, com a finalidade de descaracterizá-las(os), humilhá-las(os), torná-las(os) incapazes de responderem por si. Para as pessoas agredidas, esses enunciados são utilizados como justificativas dos episódios de agressões. Verificou-se, também, nos relatos, representações de esposos autores de violências como aqueles que não recusam sexo, que traem para afirmar sua virilidade e também para mostrar que não são homossexuais. Tais representações compõem trechos de justificativas

para os vários mecanismos de submeter o outro pelas violências, à medida que quem agrediu o fez para combater o discurso de quem coloca em dúvida essas representações, maximizando o micro poder.

A segunda observação nos auxilia a compor compreensões sobre estratégias utilizadas para lidar com a situação de violência. Os silêncios, as lacunas, de algum modo, falam: “nunca me lembro dessas coisas e desses episódios”, “dá um branco ao tratar desse momento”, como a dificuldade manifesta e tática de apagamento da memória do que deixou marcas profundas na própria história.

A terceira constatação refere-se ao atendimento oferecido pela Rede de Apoio e enfrentamento às violências e à condição de reconhecer representações comuns às(aos) profissionais e às(aos) atendidas(os) sobre gênero, bem como procedimentos que podem ser acrescentados no conjunto de acontecimentos que compõem a espiral da violência. Mediante as escolhas feitas pelos sujeitos atendidos pelas instituições dessa Rede e as possibilidades históricas apresentadas, a espiral das violências, com os intitulados ciclos da tensão, agressão e “lua de mel” permanecem, como construtos socioculturais e históricos, em boa parte das histórias narradas. Das pessoas que vivem violências no âmbito conjugal, algumas chegam a realizar dezenas de ocorrências nesse ritual, há as que não buscam auxílio, as que não conseguem e tantas outras conseguem escapar e romper o vínculo. E, no próprio ritmo e tempo internos, buscam ressignificar sua história, sem a presença da violência.

Todavia, o observado é que os elementos dessa espiral não ficam restritos ao casal e à família, no âmbito privado, mas relacionam-se, também, ao funcionamento inadequado das políticas públicas e à falta de acesso a elas. Esses processos são atravessados por representações de gênero e relações de poder, bem como escassez de projetos de leis, desconhecimento, retrocessos, descompromissos com a materialização dessas políticas e sua base legal. Dessa forma, este estudo mostrou que a espiral engloba também os atos da Rede de Apoio e não pode ser entendida como constituída apenas de atos praticados pelo casal e por seus familiares.

A quarta ponderação é relativa às experiências e sentimentos<sup>208</sup> ambivalentes identificados nas histórias de violências conjugais narradas. Pode-se destacar, no repertório expresso pelos sujeitos, cada qual historicizado quanto às representações associadas a sua história de vida, à criação e às sociabilidades: “amor”, “prazer”, “expectativas”, “desejo de ser

---

<sup>208</sup> Para aprofundamento sobre a História dos Sentimentos e Sociologia da Emoções sugere-se consultar: KOURI, Mauro G. P.. **Introdução à Sociologia da Emoção**. João Pessoa: Manufatura, Grem, 2004. E TORRES, Marieze Rosa. **Hóspedes Incômodas? Emoções na Sociologia Norte-Americana**. Tese de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009.

cuidada e protegida”, “sonhos”, “no início fazia o que eu queria”, “sedução” e “desejo” como ganhos no relacionamento e sentido de positividade no “aguentar”, “servir”, “cuidar” na heteronomia e, por vezes, com sentimento de “dó dele”. Entretanto, também presentes o “medo”, o “pavor”, a “raiva”, a “vergonha”, a “culpa”, a “tristeza”, a “amargura”, o “ressentimento”, a “vingança”, o “ódio”, a “solidão”, o “nojo”, a “posse”, a “insegurança”, o “desamparo”, o “abandono”, a “ilusão”, a “baixa autoestima”, a “humilhação”, a “tensão”, a “revolta”, a “falta de lealdade”, a dependência emocional e/ou financeira, o isolamento, “a carência”, o “abalo”, a “traição”, “me senti um lixo, uma ninguém”, “sou infeliz, insatisfeita e a culpa não é só dele”, “aqui sou empregada, puta de luxo, sem direito e todo o trabalho”. A violência deixa marcas profundas. Aparecem sentimentos de ação impedida, de impotência, por parte de determinados sujeitos que requerem apoio profissional especializado.

Destacam-se, ainda, os indícios dos elementos que compõem as situações de refém do poder do outro, com ênfase para tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994) que perpassam os aparelhos do Estado, discursos publicitários, religiosos, médicos, jurídicos, enunciados de eventos, imbuídos de representação e autorrepresentação de gênero, bem como de mecanismos mais sutis, velados ou explícitos, para subjugar o outro.

Nesse processo, encontram-se a autoimagem, o isolamento da família de origem e de amizades, promessas não cumpridas, a retirada das condições financeiras, o impedimento ao trabalho e ao estudo, o uso do conhecimento das fraquezas do par, ameaças de afastamento dos(as) filhos(as), jogos relacionais, demonstrações de insegurança e fragilidade, medo da perda e ciúmes em consonância com as diversas nuances de violências.

A quinta observação evidencia mecanismos que favorecem a saída do processo de violências e reinvenção da história de vida. Pôde-se constatar a importância de retorno ao estudo, do emprego, da inserção em movimentos sociais, do apoio familiar e de conhecidos, bem como do acolhimento institucional continuado, como possibilidade de autonomia, empoderamento e, portanto, de escapatórias de situações de violências de gênero. Nesses processos, sobressai a relevância da reflexão acerca das representações e o afastamento de algumas delas sobre gênero e desigualdade de poder. Além disso, algumas das pessoas entrevistadas repetem a sua história tantas vezes que a dissociam dos seus afetos, pelo fato de a dor se tornar, com frequência, quase insuportável. São, especialmente, pessoas que parecem paralisadas psiquicamente, de alguma forma, mas que, em várias situações, conseguem mobilizar-se e dar outro rumo à vida. A representação de coitada(a), nesses contextos, e a permanência nesse lugar, pode significar ainda não estar pronta(o) para dar o próximo e difícil passo de abandonar as relações violentas. O tempo cronológico não se equivale ao tempo interno de quem experiencia violências no convívio íntimo.



A sexta observação vincula-se à reflexão sobre práticas religiosas e representações sociais a elas ligadas, bem como à contribuição, para a perpetuação de agressões, de variadas escolhas orientadas por essas práticas-saberes. Assim, são significadas como o ter que se “contentar com o que se passa”, a cristalização e naturalização de abusos, de que “em outra vida haverá melhorias”, como “maldição que passa de pai pra filho”, legitimação da submissão de mulheres aos homens, limitação de práticas sociais e de ousar possibilidades de lidar com as situações, permeando proibições, dificultadores de estar no relacionamento de um outro modo, discriminações, especialmente a partir de trechos de escrituras religiosas, interpretados como hierarquia dual e essencialista de femininos-masculinos, masculinos-femininos. Destacou-se, em alguns casos, a espiritualidade como o porto seguro que motivou o afastamento da violência vivida, uma força externa que decide sobre os rumos dados à trajetória ou um porto seguro que motiva o afastamento da violência. São citados, em algumas entrevistas, trechos das escrituras bíblicas para justificar ter que “ir pra igreja dele”, “casar no papel”, “usar cabelo comprido e não depilar”, “transar quando ele quer”, “educada pra ficar até morrer”. Boa parte das pessoas entrevistadas, tanto as que estão em situações de violência como as(os) profissionais entrevistadas(os) declarou-se cristã, sendo a maioria protestantes evangélicas, algumas espíritas, outras católicas, um ateu, uma agnóstica e uma sem religião institucionalizada.

A sétima observação aborda o histórico da família de origem da amostragem de pessoas entrevistadas, evidenciando frequentes relatos de abusos/molestamentos por membros do círculo familiar, pessoas conhecidas e próximas, com ocorrências na infância, na adolescência ou na fase adulta; poucos relacionamentos afetivos antes do casamento ou união estável; início de namoros e casamentos estando muito jovens e com pouco tempo de convivência; o casamento, por vezes, como estratégia de sair da subjugação dos pais rígidos, severos e dos sofrimentos nessa família originária. A gravidez em tenra idade ou indesejada, terem tido filhos(as) quando muito jovens, repetição de histórias familiares de violências conjugais, abandono e o outro como dono-proprietário do corpo delas. Em várias histórias contadas há diferença significativa de idade entre o casal, em que eles são mais velhos que elas e representados como substitutos do pai, aquele que ensina, cuida e protege. Muitas mulheres possuem maior escolaridade que seus esposos ou ex-cônjuges, o que pareceu impactar as relações de gênero e de poder, permeadas por sentimentos de inferioridade por parte deles, com práticas de tradução do micro em macro poder para autoafirmação pela violência.

A oitava observação é relativa aos resultados da análise dos dados das entrevistas quando contam da presença dessa violência peculiar, mas que se desenvolve como

acontecimento em sujeitos múltiplos de grupos sociais diversos: há entrevistadas(os) como vítimas que participam de movimentos sociais que lutam por direitos e igualdade (sem-terra, “esquerda”, negro, juventude, LGBT, estudantil e feminista), há situações de agressões invisíveis ou escancaradas em classes sociais variadas, em relacionamentos heterossexuais, mas também com casais homossexuais, e mulheres como vítimas, em sua maioria. No entanto, há homens que se consideram também vítimas, com práticas ora diferentes, ora semelhantes às das mulheres.

A nona observação refere-se às(aos) profissionais da rede pública de apoio, a importância do atendimento, o enfrentamento às violências e os sentidos e significados das representações de violência de gênero e de poder no/para o atendimento. Há, por vezes, por parte de quem atende os casos, representações de que as histórias de violências são repetidas e padronizadas para certos grupos, tendo como efeito práticas institucionais de banalização dos acolhimentos, a desinformação, a desorientação, a postura de jocosidade com mulheres e homens ao buscarem auxílio como vítimas, especialmente nos atendimentos de instituições do poder público, resultando violências institucionais, revitimizações, inibidoras da busca de ajuda e dificultadoras das escapatórias. Quem vive violências estabelece relações de dependência com a instituição, bem como de empoderamento para potencializar saídas. A representação predominante de homens como fortes e que não dependem do outro para se proteger ou não sofrer violências orienta condutas de profissionais da Rede Pública de apoio às vítimas de violência, podendo levar a desprezo, não acolhimento da denúncia e chacota. Verifica-se escassez de espaços para a escuta de homens autores.

A décima se refere aos impactos das violências, principalmente na saúde de quem vive o problema, nos(as) filhos(as) ou outros integrantes da família. Na busca por compreensão sobre violência de gênero e de poder, apareceram os impactos das violências na saúde dos sujeitos envolvidos: predominaram a “depressão”, a “tentativa de suicídio”, a confusão mental, a “dependência química”, a “depressão pós-parto”, “dores de cabeça”, tendo sido expressas também a “Síndrome de *Sweet*”<sup>209</sup>, “gastrite”, “falha na menstruação”, “dor e inflamação na coluna e no joelho”, “me espancou em grávida” e “obesidade”. Ocorrem também problemas não diagnosticados: “me socou tanto no estômago que tenho problemas e não descubro o que é”. Quanto aos(as) filhos(as), é presente a alienação parental, “ameaças de tirar o(a) filho(a)”, “filha ficou sem voz por uma semana”, “minha mãe foi atropelada por ele”. Apareceram representações sociais sobre corpos, intimidade, no âmbito conjugal

---

<sup>209</sup> A Síndrome de Sweet consiste em uma desordem rara, caracterizada por febre, surgimento abrupto de placas e nódulos eritematosos e dolorosos, neutrofilia e infiltrado de polimorfonucleares na derme. Disponível em: <https://www.infoescola.com/doencas/sindrome-de-sweet/>. Acesso em 10 de ago. 2017.

violento. Assim: “fiz plástica pra ficar melhor e ele pagou”, “ele me obrigou a fazer plástica e hoje tenho dificuldade de dormir de bruços por causa do silicone”, “o sexo era bom”, “tinha nojo de transar com ele”, “me estuprou durante o casamento”, “relação sexual era forçada”, “não faço sexo sem vontade”, “estava gorda depois da gravidez quando ele me largou”, “me espancou eu estava de barrigão/grávida”.

Quanto aos profissionais de organização civil da rede de enfrentamento às violências, os enunciados prevaletentes, não sem contradições, são de que cada caso é único e requer providências específicas, levando-se em conta a sua complexidade, a necessidade da formação contínua de quem cuida/atende e a relevância de atendimentos interprofissionais continuados, com acompanhamento dos desdobramentos de cada história. Todavia, há relatos de episódios pontuais de profissionais diretivos, impositivos para que mulheres se separem, o que contraria diretrizes da organização pesquisada.

Constatou-se que, em relação aos sentimentos e impactos na saúde de profissionais que atendem na relação com as vítimas, percebem alguns “casos chocantes e pesados”, “provocam stress”, “impotência”, “descrença”, “necessidade de me desligar”, inconformidade com violência vivida por mulheres, descaso de parte da rede, receio de autores de violências. Em relação a colegas profissionais e à rede: “questionava se valia a pena estar lá”, devido a relacionamento “abusivo/assédio moral”, aos “baixos salários pela responsabilidade e exigências”, à “falta autonomia”, pelo fato de a “lei não funcionar como se prega”.

Nas entrevistas evidenciou-se, também, a importância de intervenções de profissionais das instituições pesquisadas, conferida por pessoas que foram nelas atendidas, com atendimentos considerados mais ou menos (in)adequados do ponto de vista de quem foi atendida(o), com avaliações no sentido da “ajuda importante”, sentimentos de pertença ao espaço onde há escuta, “sem seu apoio sinto atraso de vida”. Ou, por outro lado, de representações de que “ficou dependente da instituição e do profissional”, “não resolve e não querem resolver”, “não foi feita pra funcionar”, “precisa desjudicializar questões de família”, “não vai dar em nada”, disfunção da instituição, “a lei não é cumprida”, acompanhadas de percepções de impunidade e injustiça, mau atendimento, banalização, chacota, descaso, desconhecimento da história dos sujeitos como um todo, falta de escuta, o que se traduz também em revitimização e violência institucional.

Outra descoberta da investigação se relaciona à aproximação entre as representações de gênero e de poder de quem vive violências e as de profissionais da rede pública e de organizações da sociedade civil que atendem os episódios, conforme demonstraram a análise do conteúdo das entrevistas e também o mapa de núcleos estruturantes, com elementos centrais e periféricos, quanto aos elementos que aparecem como mais resistentes e aqueles

duradouros nas estruturas de representações sociais, sugerindo serem favoráveis à continuidade das relações conjugais, apesar da presença de violências.

Desse modo, as representações sociais de gênero e de poder de pessoas que vivenciam violências e de profissionais que com elas interagem revelam construtos. O valor impresso nas atitudes, gestos, atuações, costumes, sentimentos e tradições produz significados que podem revelar a história dos sujeitos sociais e assim se articulam ou se dissociam no que tange ao enfrentamento às violências e à reprodução ou superação de determinadas representações sociais. Da mesma forma que a tragédia *Antígona*<sup>210</sup>, na mitologia grega, nos auxilia a constatar o peso dos costumes, da tradição, das representações como mais significativo e duradouro em relação ao da norma, da lei, da justiça e quanto orientam comportamentos.

Com a instigante pergunta “o que significa ser contemporâneo?”, o filósofo italiano Agamben (2009) discute a temporalidade consagrada, motivo de orgulho, para trazer um contemporâneo ambivalente (não cronológico, linear), mencionando que acertar as contas com o presente, que não é impermeável pelo passado devido à herança, implica tomar posição. Concordo com o autor, o contemporâneo se define basicamente por não estar adequado às pretensões do presente e por isso se percebe e se apreende o tempo por meio desse deslocamento e distanciamento. Não se pode escapar ao próprio tempo, mesmo com os receios da repetição do passado que assombra, percebendo o escuro, o obscuro, as sombras do presente que não se separam das luzes, apesar do afã de não se deixar cegar por elas, mas se neutralizam as luzes das certezas internalizadas de sua época para poder descobrir as trevas, o seu escuro especial, onde se introduz o passado que penetra nas fissuras do presente que não é impermeável. Há herança no contemporâneo. Por isso, os contemporâneos são raros, intempestivos, corajosos e o presente, um constante inconcluso. Daí a capacidade de elaborar o novo, reatualizar o passado em permanência e de um outro modo, reivindicando as heranças provenientes dele e apontando para pensá-lo diferentemente do que se pensa. Esse processo demanda, certamente, o exame crítico das representações. No contemporâneo quem vive violências conjugais experimenta um misto de conformidade, resistência e de possibilidades historicamente dadas para (re)constituir-se.

Quanto às escapatórias das situações de violências, possuem peso o (re)início do “estudo”, “emprego”, inserção em movimentos sociais, “apoio familiar” e de conhecidos(as) como possibilidade de autonomia, construção coletiva e de sair do isolamento. Além dessas ações práticas, há as de mudanças de valores e compreensões como a desconstrução de representações de profissionais com afastamento, ou alteração de noções sobre gênero, poder,

<sup>210</sup> Tragédia da mitologia grega, **Antígona**, de Sófocles, composta por volta de 442 a.C.

violência, com práticas de alteridade, ética, a compreensão de cada caso como único e portanto requerendo providências específicas, pela complexidade, bem como a formação contínua de quem cuida/atende, atendimentos interprofissionais continuados, com acompanhamento.

O trabalho confirmou o que se supunha e que, a exemplo do Brasil, na cidade de Uberlândia há discrepância entre os registros sobre violências conjugais e os subestimados/subnotificados, além de não estarem unificados esses dados, o que desfavorece diagnósticos quantitativos e qualitativos precisos que poderiam subsidiar reivindicações e intervenções que atendam a demanda. Portanto, a violência computada não se equivale aos episódios da realidade.

Cabe destacar que a cidadania não deve ser revogada na porta de casa. Assim, é relevante, diante dos resultados da investigação, perceber espaços onde há potência para serem criados pactos que reconstituam laços sociais em contexto de serem problematizadas diretrizes neoliberais em curso e que colocam em xeque direitos sociais e trabalhistas, com impactos significativos para as mulheres, especialmente as que vivem violência na esfera conjugal.

Nesse sentido, a função das políticas públicas e, em especial, da educação no âmbito da cultura pode ser estratégica para a minimização de situações de violências e desigualdades de gênero como efeito de práticas cotidianas no âmbito formal-institucional e informal-relações familiares e as cotidianas. Como reforça o artigo de Neckel (2001) referindo-se ao Ensino Fundamental e Médio, e eu acrescentaria a relevância no Superior em determinadas disciplinas nos variados cursos, como Português/Literatura: trabalhar com poesias, literatura e músicas que demonstram as representações de gênero, as relações amorosas e afetivas que circulam nas sociedades. Na música, por exemplo, é possível, com diferentes estilos musicais, traçar construtos de épocas. Há escassez de literatura feminista voltada para crianças e jovens e discentes podem ser estimulados a produzir materiais com esse viés. Na Matemática, seria interessante trabalhar com estatísticas sobre educação, saúde, mercado de trabalho, escolaridade, em relação às representações de homens e de mulheres. Na Biologia, ir para além do aparelho reprodutor, problematizando como se dão esses processos nas relações de gênero e seus impactos. Em Estudos Sociais, ao tratar do estudo das populações, famílias associadas a gênero. Na História, estudar a história dos corpos, da sexualidade, a organização das famílias, a história das mulheres, da infância, entre outras. Todos esses recursos podem proporcionar, como efeito das tecnologias de gênero, somados à representação e autorrepresentação, com a criação de cenários mais propícios para a não violência, a

oportunidade de romper criticamente com determinadas representações de gênero e de relações de poder e seus significados, na produção da violência.

Por fim, enquanto me dedicava a concluir este estudo, na sala de estar, ambiente escolhido para a escrita reflexiva, com borboletas adesivadas à porta, pintadas em quadro, esculpidas em palha, desfila e pousa na porta de vidro desse espaço, à minha frente: ela, a borboleta real e dourada. Surge e se posiciona confortável, com rajados em tons de amarelo-marrons, preenchida de vários olhos e visão ampliada de mundo, seduzindo-me durante horas, com sua autenticidade, em espetáculo de contemplação. Talvez estivesse descansando e recuperando energias para plenitude, pós profunda e dolorosa metamorfose, com devires de um outro ser que contém em si, com nuances do lagarto rastejante e pesado que outrora fora. Depois desse processo de rompimento das amarras pela crisálida, ela jamais será a mesma. Sua sina: viver por pouco tempo com intensidade. Não resisti, precisava capturar o momento de alteridade, sem, no entanto, capturá-la: fotografei, filmei *performances*, caminhares e batidas de asas daquela que sequer se incomodou ou notou minha presença. Soberana de si, permaneceu o quanto desejou e depois voou delicada e leve. O que me oportunizou retomar a escrita e reconhecer que continua presente a utopia de tessitura da cultura da paz como o “ainda não”, no interior das possibilidades, do inédito viável (vir a ser) substanciado em subjetividades imbricadas por resistências, pressões nas disputas por representações que afirmem a vida, a liberdade e a autonomia.

Desse modo, em meio aos jogos de poder, a análise crítica e superação de determinadas representações de gênero dos sujeitos que vivenciam violências no convívio conjugal e dos/as profissionais da rede de apoio a tais pessoas, com seus significados na e para a construção e desconstrução desses abusos, está relacionada à possibilidade de desenvolvimento humano e de suas metamorfoses, ou melhor, à transformação de lagartas em borboletas.

## **FONTES E OUTRAS INDICAÇÕES AUXILIARES**

### **Fontes documentais primárias produzidas por organizações não-governamentais e governamentais femininas e correlatas:**

#### **Entrevistas**

Entrevistas com 29 pessoas que vivenciam ou vivenciaram violência conjugal e familiar e 28 profissionais que atenderam esses tipos de situações de violências (quadro detalhado, apêndice 4). Todos com nomes fictícios na escrita (anexo 13).

Acesso a toda documentação da SOS Mulher Família de Uberlândia, do Núcleo de Estudos de Gênero, e em parte do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. Dificultadores para o acesso a documentação de outras instituições como: Delegacia de Mulheres de Uberlândia (governo do Estado); Núcleo de Apoio à Mulher, Diretoria da Mulher/Superintendência da Mulher/Casa-Abrigo Travessia, da Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho da Prefeitura de Uberlândia.

Ata da 3ª- Reunião Anual do Conselho de Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, cujo item pauta sobre Moção de Repúdio ao hino da Charanga da Engenharia, veiculado nas redes sociais digitais e em outros espaços. Uberlândia, 26 de março de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher: Orientações práticas para profissionais e voluntários(as). Org. Bárbara M. Soares– Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Diretrizes Nacionais para Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. 44p.

CASA de Cultura da Mulher Negra. Violência contra a mulher: um novo olhar. Modelos de Protocolos e Capacitação sobre Violência Doméstica para os Serviços de Saúde e **Anais do Seminário Nacional “Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar”**. 1 ed., Santos, SP., 2001.

CARDOSO, Vera Lúcia Cunha et al. **Registros das observações do Grupo de Apoio Interdisciplinar à Violência Conjugal e Familiar da SOS Mulher e Família de Uberlândia**. Uberlândia, 2001 a 2003.

CARREIRA, Denise & PANDJIARJIAN, Valéria. Vem Pra roda! Vem pra rede! **Guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher**. São Paulo, Rede Mulher de Educação, 2003.

CRUZ, Cláudia Regina da. **Relatório de avaliação institucional 360 graus da OSC SOS Ação Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2007.

CRUZ, Cláudia Regina da et al. **Pesquisa nos Prontuários e levantamento de dados sobre violência conjugal e intrafamiliar nos 184 Prontuários de Atendimento da OSC SOS Mulher Família de Uberlândia, de janeiro a dezembro de 2009**.

GUERRA, C. & DRUMMOND, M. 1º- **Relatório propositivo para criação, melhoria ou ampliação de políticas públicas no combate à violência contra a mulher em Uberlândia**. Uberlândia-MG.25/11/2009.

GUERRA *et al.* **Folders de divulgação Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar na SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2001 a 2003 e de 2012.

GUERRA *et al.* **Relatórios dos Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar da SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2001 a 2003;

GUERRA; LEMES *et al.* **Guia de orientação e apoio pela não-violência conjugal e intrafamiliar da OSC SOS Ação Mulher Família de Uberlândia**. Edições revistas e ampliadas, Uberlândia-MG., 2012, 2015 e 2017.

LEMES, Viviane de S. (coord.); GUERRA, Cláudia C. (análise); SOARES, Patrícia (coleta dados). **Pesquisa nos Prontuários e levantamento de dados sobre violência conjugal e intrafamiliar nos 300 Prontuários de Atendimento da SOS Mulher Família de Uberlândia, de janeiro a dezembro de 2003**, Uberlândia-MG., 2004.

LEMES, Viviane de S. **Projeto Programa de Gestão Pública e Cidadania, Programa Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia**, *SMDS/PMU*, 2004.

Metendo a Colher: a vida recomeça quando a violência termina. [Equipe de produção] Cláudia Guerra...[et al.]. DIREC/PROEX/PEIC/CEVIO/PROPP da UFU, SOS Ação Mulher Família de Uberlândia, 2007. 2 DVDs-ROM vídeos educativos, (36 min e 20 seg. e reduzido de 8 min.), son., color.

NOVAIS, Gercina S. **Anotações sobre supervisão Grupos de Apoio Interdisciplinares às Mulheres que Vivenciam Violência Conjugal e Intrafamiliar na SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2001 a 2003.

PAM. **Guia de orientação da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar” – promovendo a paz e a cidadania familiar**, Uberlândia-MG., 4 ed. revista e ampliada, abril de 2005.



**PAM. Planilha com fechamento anual, com dados de atendimentos da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”**, Uberlândia-MG., 2006 a 2015.

**PAM. Folder de divulgação da PAM “Patrulha de Atendimento Multidisciplinar”**, Uberlândia-MG., 2015.

**PAM – Patrulha de Atendimento Multidisciplinar. Regimento Interno.** Uberlândia, 2007 com ajustes até 2015.

**PEREIRA, Natália de F. et al. Relatório de avaliação institucional junto a usuárias (as) da SOS Ação Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2010 a 2015.

**Por que Ela Simplesmente Não Vai Embora?/[equipe de produção] Gercina Santana Novais...[et al.].** Uberlândia, ESAMC, 2010. 1DVD-ROM vídeo educativo, (8min.43seg.), son., color.

**Prefeitura Mun. de Uberlândia, Secretaria Mun. de Desenvolvimento Social/Divisão dos Direitos da Mulher e Políticas de Gênero/Casa-Abrigo Travessia. Vídeo Institucional da Casa-Abrigo Travessia de Uberlândia**, 7 minutos, colorido, Imagens – TV Legislativa – Uberlândia/MG.; Áudio e Trilha – Voz da América – Uberlândia/MG.; Edição – Damaceno Produções – Uberlândia/MG.; Texto – Cláudia Guerra e Viviane Lemes; Apresentação – Cláudia Guerra, 2003.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Estatuto da SOS Mulher Família de Uberlândia**, revisado e alterado em 2005, 2012, 2015, 2016 e 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Regimento interno da SOS Mulher Família de Uberlândia**, revisado e alterado em 2005 e em alteração em 2012, 2015 e 2017.

**SOS Ação Mulher Família de Uberlândia. Recomendações atuação profissional, qualificada e ética em atendimentos à violência conjugal no SOS Mulher Família e violência intrafamiliar na Patrulha de Atendimento Multidisciplinar “PAM”**, Uberlândia-MG., 2009, com alterações em 2012 e 2015.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Atas de reuniões** internas e externas de 1997 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Prontuários de atendimentos e encaminhamentos** de 1997 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Protocolos de atendimentos** de 1997 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Projetos elaborados, aprovados ou não, relatórios, correspondências e outros registros** de 1997 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Folder de divulgação da SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., de 1998 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Planejamento estratégico da SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 1998 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Procedimentos para receber novatos no SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2008 com ajustes em 2012, 2015, 2017.

**SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Relatórios trimestrais e anuais de atividades da SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2004 a 2017.

**SOS Ação Mulher e Família. Análise qualitativa e quantitativa de pesquisas nos prontuários de Atendimento do SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., de 1997 a 2017.

SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. **Declarações institucionais da SOS Mulher Família de Uberlândia**, Uberlândia-MG., 2011, com ajustes 2015, 2016, 2017.

SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia., Uberlândia-MG., **Avaliações institucionais de atendidas(os), de pesquisadores(as)**, revisados em 2017.

SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia. Uberlândia-MG., **Avaliações de desempenho de profissionais**, revisados em 2017.

SOS Mulher e Família de Uberlândia. **Cartas compromissos** elaboradas pela instituição e assinadas por alguns candidatos(as) ao legislativo municipal, estadual, nacional, prefeitura em 2012, 2014, 2016.

SOS Mulher e Família de Uberlândia. **Spot institucional 30”:** criança narra violência pais, Agência Pólo, 2015.

SOS Mulher e Família de Uberlândia. **Vídeo educativo 1’:**quando você não busca, a violência permanece no escuro, Agência Seven, 2017.

SOS Mulher e Família de Uberlândia. Site: [www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br), construído a partir de 2014, revisado em 2017.

### **Documentos oficiais e jurídicos**

Alguns Tratados, Declarações, Pactos, Legislação, Planos de Ação e Convenções nacionais e internacionais assinados pelo Brasil, visando à proteção aos Direitos Humanos, igualdade de gênero e a implantação de políticas públicas: Conferência Mundial sobre a Mulher (México, 1975); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher(ONU/1979); Conferência Mundial de Copenhagen (1980); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-CEDAW(parcial em 1984 e total em 1994) e seu protocolo facultativo (2002); Conferência Mundial Nairóbi (1985); Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher(1993) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher/Plataforma de Ação (Beijing, 1995);Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/Convenção de Belém do Pará (1995). Além da Constituição Federal (art.226, §8º-), Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres (2007) e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres(2008) e Plano Nac. de Políticas para as Mulheres(2013-2015); Prêmio Pró-Equidade, de Gênero, Raça e Etnia da ONU Mulheres e outras ações desde 2011; 8 Macro objetivos do Milênio 2000-2015 (dois deles sobre gênero); 17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável 2015 a 2030, item 5 sobre igualdade de gênero e empoderamento mulheres e meninas; Lei Maria da Penha (2006) e Lei do Feminicídio(2015).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS Relatório final da comissão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre Violência Contra a Mulher, 2012.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde–Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do Art. 226 da Constituição Federal

e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 14. set. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003 estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. (Alterada pela lei nº 12.288/20.07.2010)

\_\_\_\_\_. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência, da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres/Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República, Brasília, 2011, 44p

### **Diagnósticos de Institutos de Pesquisas:**

- 1) Censo IBGE 2010, parte sobre gênero e trabalho. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 10 jul. 2011.
- 2) 50 mil assassinadas entre 2001 a 2011. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Anuário das Mulheres Brasileiras, 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anuario/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>. Acesso em 10 set. 2012.
- 3) Mapa Violência Brasil, 2012. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/index.php>. Acesso em 11 de set. de 2013).
- 4) Instituto Avon/Data Popular, 2013.
- 5) Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2013. Disponível em: <http://www2.forumseguranca.org.br/novo/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>. Acesso em 15 out. 2014.
- 6) Ver OMS junho 2013 (mais de 1/3 das mulheres do mundo é vítima de violência física e sexual).
- 7) Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, item: Tolerância Social à Violência contra Mulheres, realizada em maio/junho 2013, divulgada em março de 2014 e revisada e corrigida devido a erro de troca de gráficos em abril 2014. A amostragem foi de 3.810 pessoas, em 212 municípios do Brasil, sendo 66,5% mulheres e restante de homens e entre a amostragem 19,1% são idosos(as). Pesquisa IPEA, 2013 parte homicídios e Lei Maria da Penha
- 8) Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS): Tolerância Social à Violência contra as Mulheres, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327\\_sips\\_violencia\\_mulheres\\_novo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf). Acesso em 19 mai. de 2014
- 9) 9º- Anuário da Segurança Pública, 2015. PMMG e Civil/MG, 2015.
- 10) Balanço Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher, jan. a jun. 2015
- 11) Mapa da Violência, ONU Mulheres, 2015
- 12) Secretaria Políticas Mulheres-DF, 2015
- 13) Dossiê Violência contra as Mulheres, plataforma multimídia online lançada em 05/08/2015 pelo Instituto Patrícia Galvão. (SPM-DF, 2015)
- 14) 4ª edição da publicação Ministério Público: um retrato, do Cons. Nac. Minist. Público. (SPM-DF; julho/2015)
- 15) Pesquisa Datafolha Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil. São Paulo, 1 a 5 de ago. 2016.
- 16) Diagnóstico de Violência Doméstica e Familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública, elaborado pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (Cinds) da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds), 2015.

- 17) Atlas da Violência, 2016. Brasil Mata 13 mulheres ao dia.  
Pesquisa do Ibope e da ONU Mulheres divulgada, em março de 2017, com 2.002 pessoas acima de 16 anos, em 143 municípios, entre os dias 16 e 20 de fevereiro de 2017.
- 18) Documentos citados Pesquisas de opinião e percepção sobre a violência contra as mulheres DataSenado. 2005. Violência Doméstica contra a Mulher. Relatório de Pesquisa. Brasília: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública/Senado Federal. Março de 2005. 24 páginas. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia\\_Domestica\\_contra\\_a\\_Mulher-2005.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher-2005.pdf). Acesso em: 18/03/2014. DataSenado. 2007.
- 19) Pesquisa sobre Violência Doméstica contra a Mulher. Pesquisa Nacional de Opinião Pública. Relatório Analítico. Brasília: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública/Senado Federal. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia\\_Domestica\\_contra\\_a\\_Mulher-2007.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher-2007.pdf). Acesso em: 18/03/2014. DataSenado. 2009. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Pesquisa de Opinião Pública Nacional. Brasília: Secretaria de Pesquisa e Opinião 30 Violência contra a mulher no Brasil: acesso à informação e políticas públicas Pública/Senado Federal. Fevereiro de 2009. 5 páginas. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia\\_Domestica\\_e\\_Familiar\\_contra\\_a\\_Mulher.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_e_Familiar_contra_a_Mulher.pdf). Acesso em 18/03/2014 DataSenado. 2011.
- 20) Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Pesquisa de Opinião Pública Nacional. Brasília: Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública/Senado Federal. 75 páginas. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-PesquisaViolencia\\_domestica\\_e\\_familiar\\_contra\\_a\\_mulher-2011-website.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-PesquisaViolencia_domestica_e_familiar_contra_a_mulher-2011-website.pdf). Acesso em: 18/03/2014. DataSenado. 2013. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Brasília: Senado Federal/Secretaria de Transparência. Março de 2013. 73 páginas. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia\\_Domestica\\_contra\\_a\\_Mulher\\_2013.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf). Acesso em: 18/03/2014.
- 21) IBOPE/THEMIS. 2008. Dois anos da Lei Maria da Penha: o que pensa a sociedade? Principais resultados da PESQUISA IBOPE/THEMIS. Disponível em: [www.sepm.gov.br](http://www.sepm.gov.br). Acesso em: 18/03/2014 Instituto Avon/IBOPE. 2009. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. SP: IBOPE/InstitutoAvon 26 páginas. Disponível em [http://www.compromissoeatitudo.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ibope-pesquisa-violencia-2009.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Avon-Ibope-pesquisa-violencia-2009.pdf) Acesso em 18/03/2014. Acesso em: 18/03/2014.
- 22) Instituto Avon/IPSO. 2011. Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil. 26 páginas. Disponível em: [http://www.compromissoeatitudo.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa\\_instituto22x44\\_5.pdf](http://www.compromissoeatitudo.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf) Acesso em 18/03/2014. Acesso em: 18/03/2014.
- 23) Instituto Avon/Data Popular. 2013. Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica contra a Mulher. SP: Instituto Avon/Data Popular. 24 páginas. Instituto Patrícia Galvão/ IBOPE. 2004. O que a sociedade pensa sobre a violência contra as mulheres. SP: IPG/IBOPE. 19 páginas. Instituto Patrícia Galvão/IBOPE. 2006. Percepção e Reações da Sociedade Sobre Violência Contra a Mulher. Instituto Patrícia Galvão/Data Popular. Percepção da Sociedade sobre Violência e assassinatos de mulheres. 2013. SP: Instituto Patrícia Galvão/Data Popular. 27 páginas. Disponível em: [http://homolog.agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro\\_pesquisa\\_violencia.pdf](http://homolog.agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf). Acesso em 18/03/2014
- 24) IPEA. 2010. Percepção Social e Igualdade de Gênero. Brasília: IPEA. 18 páginas. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/sips\\_genero2010.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/sips_genero2010.pdf). Acesso em 18/03/2014.
- 25) IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. 2013. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Brasília: IPEA. 5 páginas. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf). Acesso em: 18/03/2014. Recaman, et al 2004.
- 26) Pesquisa Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Fundação Perseu Abramo/SESC. Pesquisas de vitimização IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009. Caracterização da Vitimização e Acesso à Justiça no Brasil. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio/PNAD. Suplemento. Brasília: IBGE/CNJ. 248 páginas. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao\\_acesso\\_justica\\_2009/pnadvitimizacao.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/pnadvitimizacao.pdf). Acesso em 18/03/2014 248 páginas. Acesso em: 18/03/2014.

- 26) SENASP, Datafolha, CRISP. 2013. Pesquisa Nacional de Vitimização. Sumário Executivo. Brasília: SENASP/MJ. Maio de 2013. 43 páginas. Disponível em: [http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario\\_SENASP\\_final.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SENASP_final.pdf). Acesso em: 18/03/2014.
- 27) Pesquisas setoriais a partir de registros administrativos Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 6. 2012. SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 133 páginas. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2012.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2012.pdf). Acesso em 17/03/2014
- 28) Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 7. 2013. SP: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 136 páginas. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2013.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013.pdf). Acesso em: 17/03/2014.
- 29) Mapa da Violência. 2010. Anatomia dos Homicídios no Brasil. Waiselfisz, Julio J. RJ: FLACSO/CEBELA. 53 páginas. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf>. Acesso em: 18/03/2014.
- 30) Mapa da Violência. 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. Waiselfisz, Julio J. RJ: FLACSO/CEBELA. (Agosto). 26 páginas. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf). Acesso em: 18/03/2014.
- 31) SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres. 2012. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Balanço Semestral, janeiro a junho de 2012. Brasília: SPM. 15 páginas. (<http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2012/balanco-semesteral-ligue-180-2012>)
- 32) SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres. 2013. Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. Balanço Semestral, janeiro a junho de 2013. Brasília: SPM. 28 páginas. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/balanco-ligue-180-janeiro-a-junho-2013>. Acesso em: 18/03/2014. SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres. 2013. RASEAM – Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: SPM. 169 páginas. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/raseaminterativo>. Acesso em 18/03/2014.
- 33) Pesquisas sobre a rede de serviços de atendimento às mulheres CODENGE – Relatório de avaliação das Defensorias Públicas do Brasil sobre o cenário de enfrentamento à violência contra a mulher no país. Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres. 2013. 42 páginas. CNJ – Conselho Nacional de Justiça. 2013. O Poder Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Brasília: CNJ/Departamento de Pesquisas Judiciárias. 94 páginas.
- 34) IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009. Perfil dos Municípios Brasileiros. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. MUNIC. Brasília: IBGE. 472 páginas. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>. Acesso em: 18/03/2014.
- 35) IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2013. Perfil dos Estados Brasileiros. Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. ESTADIC. Brasília: IBGE. 184 páginas. [ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil\\_Estados/2013/estadadic2013.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2013/estadadic2013.pdf) Acesso em: 18/03/2014.
- 36) OBSERVE. 2010. Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal. Salvador: Observe-Observatório da Lei Maria da Penha. 2010. 233 pag. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-dapenha/20110107-relatorio-final-2010.pdf>. Acesso em 18/03/2014.
- 37) SENADO FEDERAL. 2013. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Sobre a Violência Contra a Mulher. DF: Brasília/Senado Federal. Julho de 2013. 1049 páginas. Disponível em: <http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/relatorio-final>. Acesso em: 18/03/2014.
- 38) SENASP. 2004. Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (2003). Relatório Descritivo. Brasília: Ministério da Justiça/ SENASP. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BCF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA%7D&Team=&params=itemID=%7BDBAD310E-DF84-42E2-A21D-7EF680172592%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 18/03/2014.
- 39) SENASP. 2005. Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (2004). Relatório Descritivo. Brasília: Ministério da Justiça/ SENASP. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BCF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA%7D&Team=&params=itemID=%7BDBAD310E-DF84-42E2-A21D-7EF680172592%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em 18/03/2014.

- 39) Violência contra a mulher no Brasil: acesso à informação e políticas públicas SENASP. 2006. Perfil das organizações de segurança pública. Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública. Relatório Descritivo. Brasília: Ministério da Justiça/SENASP. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BCF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA%7D&Team=&params=itemID=%7BD310E-DF84-42E2-A21D-7EF680172592%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D> Acesso em: 18/03/2014. SENASP. 2007.
- 40) Perfil Organizacional das Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Brasil, 2003-2006). Relatório Descritivo. Brasília: Ministério da Justiça/SENASP. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BCF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA%7D&Team=&params=itemID=%7BD310E-DF84-42E2-A21D-7EF680172592%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D> Acesso em 18/03/2014

### Artigos on-line na imprensa e redes sociais digitais locais, regionais e nacional

- 1) TRIGENELLI, Pedro. Juiz que comparou Lei Maria da Penha a ‘regras diabólicas’ tenta voltar. Disponível em <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/02/juiz-que-comparou-lei-maria-da-penha-regras-diabolicas-tenta-voltar.html>>. Acesso em: 2006
- 2) FREITAS, Hyndara. Escola de Princesas (de Uberlândia) ensina etiqueta, culinária e organização de casa a meninas de 4 anos. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento/escola-de-princesas-ensina-etiqueta-culinaria-e-organizacao-de-casa-a-meninas-de-4-a-15-anos,10000081544>>. Acesso em: 12 out. 2016.
- 3) RESENDE, Fernanda. Escola de princesas em Uberlândia supera expectativas de professora. Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/escola-de-princesas-em-uberlandia-supera-expectativas-de-professora.html>>. Acesso em: 09 jul. 2013.
- 4) BALOGH, Giovanna. Marido agressivo fica sem sexo em Campinas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1437916-maridos-agressivos-ficam-sem-sexo-e-bilhar-em-comunidade-em-campinas-sp.shtml>> de 09/04/2014>. Acesso em: 09 abr. 2014.
- 5) Jornal Globo (G1) Triângulo Mineiro. Câmara de Uberlândia aprova o Plano de Educação para o Próximo Decênio (2015-2025) e religiosos protestam contra a questão de gênero na proposta. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/06/camara-de-uberlandia-aprova-plano-de-educacao-para-o-proximo-decenio.html>>. Acesso em: 16 mai. 2015.
- 6) BRITTO, Patrícia; REIS Lucas. Por Pressão Planos de Educação de 8 Estados excluem “ideologia” de gênero. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- 7) ZINET, Caio. Especialista desconstroem os cinco principais argumentos do Escola sem Partido. Disponível em: <[http://educacaointegral.org.br/reportagens/especialistas-desconstroem-os-5-principais-argumentos-escola-sem-partido/?utm\\_source=Google&utm\\_medium=Adwords&utm\\_campaign=AdwordsGrants&gclid=CjwKEAiAi\\_FBR CZyPm\\_14CjoyASJACIUigOzgsQ0nvpuNKzIRGQdCn5ok9jSetDNyoS8IDN2cgDLhoCz13w\\_wCB](http://educacaointegral.org.br/reportagens/especialistas-desconstroem-os-5-principais-argumentos-escola-sem-partido/?utm_source=Google&utm_medium=Adwords&utm_campaign=AdwordsGrants&gclid=CjwKEAiAi_FBR CZyPm_14CjoyASJACIUigOzgsQ0nvpuNKzIRGQdCn5ok9jSetDNyoS8IDN2cgDLhoCz13w_wCB)>. Acesso em:
- 8) FARIA, Marcelo. Político de partido de “esquerda” ironiza e banaliza violência às mulheres em discurso. Pensar antes de falar para não ir na contramão do que acredita? Disponível em: <<http://www.ilisp.org/noticias/com-apoio-de-freixo-e-do-psol-gregorio-duvivier-ironiza-violencia-contra-mulher-assista/>> Acesso em: 05 de jul. 2016.
- 9) RINCÓN, Reyes. Com 9 anos fala do escapar de abusos. É de se indignar! Disponível em: <[http://politica.elpais.com/.../actual.../1467731082\\_362543.html](http://politica.elpais.com/.../actual.../1467731082_362543.html)>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- 10) CRAIDE, Sabrina. Mais de 300 pessoas vão fazer o Enem usando o nome social neste ano (2017). Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-10/mais-de-300-pessoas-va-o-fazer-o-enem-usando-nome-social-neste-ano>>. Acesso em
- 11) Brasil de Fato. Pedofilia e cativo: clientela seleta: políticos, empresários e gente da alta sociedade. Na hipocrisia, seria algum tb membro de comissão de direitos humanos como em Goiás ou usa batina como em caso próximo de nós? Disponível em: <[https://brasildefato.com.br/.../rede-de-pedofilia-mantinha-c...](https://brasildefato.com.br/.../rede-de-pedofilia-mantinha-c.../)> Acesso em: 01 de jun. de 2016
- 12) Jornal Universal Online (UOL). Namorado mata, leva a cabeça dela e diz que ela mereceu? Revela "macheza e virilidade“, o sujeito? Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/.../homem-mata-namorada-gravida-e->>. Acesso em: 18 mar. 2011.
- 13) GUIMARÃES, Ana Cláudia. Caso Luiza Brunet (atriz e ex modelo) agredida por ex-marido milionário. A dinâmica da violência doméstica e de gênero permeia a todas as classes, raças, etnias, gerações, escolaridade e autores acima de quaisquer suspeitas. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/luiza-brunet>>

acusa-companheiro-de-

agressao.html?utm\_source=Facebook&utm\_medium=Social&utm\_campaign=O+Globo>. Acesso em: 01 jul. 2016.

14) VILLAR, Sandro. Mãe flagra estupro da filha de 8 anos por idoso. Disponível em: <<http://m.sao-paulo.estadao.com.br/.../geral,mae-flagra-estupr...>>. Acesso em: 01 jul. 2016

15) JORNAL UNIVERSAL OLINE (UOL). Estupro coletivo com menina de 13 anos em Juiz de Fora-MG. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/06/29/policia-de-mg-investiga-estupro-coletivo-de-menina-de-13-anos-em-juiz-de-fora.htm%3famp?client=safari>>

[http://www.gazetaonline.com.br/index.php?id=/\\_templates/mobile-](http://www.gazetaonline.com.br/index.php?id=/_templates/mobile-)

[noticia.php&xml=/\\_conteudo/2016/05/noticias/brasil/3946708--quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim--diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo.html](noticia.php&xml=/_conteudo/2016/05/noticias/brasil/3946708--quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim--diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo.html)

[http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36381694?ocid=socialflow\\_facebook](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36381694?ocid=socialflow_facebook)>. Acesso em: 29 jun. 2016.

16) Portal do Holanda. Lutador espanca mulher grávida de gêmeos. E artes marciais foram feitas para disciplina, autocontrole e equilíbrio. Disponível em: <<http://www.portaldoholanda.com.br/agressao/lutador-de-jiu-jitsu-espanca-namorada-gravida-de-gemeos-em-manaus>>. Acesso em: 27 jun. 2016

17) 100 mil casos anuais abusos sexuais crianças e adolescentes no Brasil. E os subnotificados?

Disponível

em: <<https://www.facebook.com/museudapessoa/photos/a.365671516853496.93832.365328780221103/1028853303868644/?type=3>>. Acesso em:

18) HOMEM, Maria Lucia. Genealogia do estupro: poder, impotência, cultura, sexismo e gênero. Disponível em: <<http://m.alias.estadao.com.br/noticias/geral,a-genealogia-de-um-estupro,10000057927>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

19) GRUPO DE ESTUDOS POLÍTICOS E AÇÕES DIRETAS POSITIVAS EM DEFESA DO ESTADO LAICO (ESTADO LAICO). Procurador pode dar surra na mulher que fica toda marcada, por questões de fé. Conselho do Ministério Público não iria demitir, depois decide demitir. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/cnmp-decide-demitir-procurador-acusado-de-agredir-e-torturar-mulher.html>>

<https://estadolaics.wordpress.com/2016/03/15/promotor-pode-dar-surra-na-mulher/>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

20) Suposto homofóbico mata vários em boate que frequentava, em Orlando, tinha relações homossexuais. Freud explica? Disponível em: <[http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/tv-entrevista-homem-que-diz-ter-sido-amante-de-atirador-de-orlando.html?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=g1](http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/tv-entrevista-homem-que-diz-ter-sido-amante-de-atirador-de-orlando.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=g1)> Acesso em: 21 de jun. de 2016

21) Bolsonaro réu pelo STF por incitar estupro. Quando será réu por apologia à ditadura? <http://www.fatoneews.com.br/2016/06/21/bolsonaro-vira-reu-no-stf-por-incitacao-ao-crime-de-estupro/>

22) Jornal Globo (G1). Mulher amamenta e é xingada de 'prostituta' e 'nojenta' por homem em shopping. Disponível em: <[http://blogs.oglobo.globo.com/nas-redes/post/mulher-amamenta-e-e-xingada-de-prostituta-e-nojenta-por-homem-em-shopping.html?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=o+globo](http://blogs.oglobo.globo.com/nas-redes/post/mulher-amamenta-e-e-xingada-de-prostituta-e-nojenta-por-homem-em-shopping.html?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=o+globo)>. Acesso em:

23) Profissão Repórter sobre "cultura do estupro", estupros coletivos, assédios e movimentos sociais que correram o mundo. <http://globoplay.globo.com/v/5097413/>

24 - BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC – Brasil). Pai diz que filho pagou preço alto ao ser preso e condenado a 6 meses, nos EUA, por ato de só 20 minutos de estupro. A fala seria recorrente se fosse com a filha dele? Gênero explica? Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36464212?ocid=socialflow\\_facebook](http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36464212?ocid=socialflow_facebook)>. Acesso em:

25) Mais resultados investigações sobre estupro coletivo de adolescente de 16 anos, no Rio. <http://globoplay.globo.com/v/5075441/>

26) SENADO NOTÍCIAS. Senado aprova penas mais duras para estupro coletivo. Não seria melhor políticas públicas eficientes? Disponível em: <[http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/31/senado-aprova-penas-mais-duras-para-estupro-coletivo?utm\\_medium=share-button&utm\\_source=facebook](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/31/senado-aprova-penas-mais-duras-para-estupro-coletivo?utm_medium=share-button&utm_source=facebook)>. Acesso em: 03 jun. 2016.

27) A culpa e delas diante abusos? <https://www.facebook.com/claudia.costaguerra/posts/1160962307289860>

28) Cartilha contra "ideologia" de gênero em escolas. <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-2edicao/videos/v/cartilha-contra-ideologia-de-genero-em-escolas-gera-criticas-a-vereador/5067667/>

29) Bianchini, Alice; ALFIERI, Maria Cecília Guimarães. 82,7% estupros ocorrem em casa, local supostamente da segurança, confiança. Disponível em: < <http://www.ssp.df.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/item/2418-em-827-dos-estupros-em-agosto-ocorreram-dentro-das-resid%C3%A0ncias.html>>. Acesso em:

30) JORNAL CATRACA LIVRE. 31 gêneros reconhecidos em Nova York. Viva as diferenças. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/nova-york-passa-reconhecer-31-generos-diferentes/>>.

Acesso

em:

31) BRUM, Eliane. "Entre a manipulação da BÍBLIA e a posse da VAGINA" por Eliane B Lúcida reflexão sobre a melhor moeda do momento: o corpo das mulheres e de quais relações de poder se trata, disfarçado de



- outros aspectos nada ingênuos. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/06/opinion/1465221319\\_595471.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/06/opinion/1465221319_595471.html) Acesso em:
- 32) BRASIL. Ministério Público Federal em Minas Gerais (Assessoria de Comunicação Social). Os partidos condenados pelo descumprimento da cota feminina foram DEM, PEN, PMDB, PMN, PP, PRB, PROS, PRTB, PSDB, PT e PSD. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/pre-mg-14-partidos-politicos-sao-condenados-por-descumprirem-regras-da-propaganda-partidaria>. Acesso em:
- 33) Proposta de mulheres aposentarem com mais idade. Vem acompanhada com divisão das tarefas domésticas, cuidados dos filhos, dos idosos, doentes e deficientes? <http://www.erasooquefaltava.net/news/ministro-diz-que-mulheres-devem-se-aposentar-com-mais-idade/#.V2HMzdEvQjB.facebook>
- 34) Desconstruindo gênero como subalternidade, tutela, passividade, dependência. Ninguém nos despertará, nos libertará ou nos salvará. Desaprincizar = empoderamento = saudável para os gêneros. Não somos sujeitos de nossa história? <https://www.instagram.com/p/BG-mpV3zIDA/>
- 345) JORNAL GLOBO (G1). PL 5069 do Deputado Eduardo Cunha propõe, entre outras, o fim do direito de mulheres, vítimas de violência sexual, interromperem a gravidez e retira direitos, culpabiliza mulheres. Disponível em: <http://sepoppesquisa.senado.gov.br/mrlWeb/mrlWeb.dll?I.Project=E013ENQUETEJUNHOJULHODE2016>; [http://m.oglobo.globo.com/rio/projetos-dificultam-aborto-em-caso-de-estupro-19388998?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Social&utm\\_campaign=O%20Globo](http://m.oglobo.globo.com/rio/projetos-dificultam-aborto-em-caso-de-estupro-19388998?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo). Acesso em:
- 36) JORNAL GLOBO (G1). 47 mil casos de estupros e abusos registrados, no Brasil, em 2015. Dado subestimado, pois maior parte não registra. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/brasil-teve-mais-de-47-mil-casos-de-estupro-e-abuso-registrados-em-2015/5054500/>. Acesso em:
- 37) JORNAL CATRACA LIVRE. Quem pega Uber é veado, conforme taxistas. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/quem-pega-uber-e-veado-taxistas-criam-musica-homofobica-contra-uber/>. Acesso em:
- 38) Segundo ONU, metade das crianças (2 a 17 anos) do mundo sofreu violência física e/ou sexual em 2015 e muitas por pessoas próximas e conhecidas. <http://glo.bo/1PwGdFf>
- 39) 12 estupros por dia. Sabe-se que 90% sequer é notificado. <http://globoplay.globo.com/v/5069082/>
- 40) JORNAL GLOBO (G1). O suposto assédio de cada dia. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/06/ufscar-rejeita-recurso-de-ex-aluna-que-denunciou-suposto-assedio.html>. Acesso em:
- 41) LEMOS, Vinicius. 13 estupros registrados em Udi. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/em-4-meses-uberlandia-registra-13-estupros-contrajovens-e-adultos/>. Acesso em:
- 42) Eu sou sobrevivente para casos de abusos sexuais. <http://g1.globo.com/globo-news/estudio-i/videos/v/mulheres-usam-eusousobrevivente-para-compartilhar-casos-de-abusos-sexuais/5066873/>
- 43) DIAS, Thamiris. Lamentável que algumas pessoas façam falsas denúncias de abusos sexuais. Disponível em: <http://m.extra.globo.com/noticias/rio/nas-varas-de-familia-da-capital-falsas-denuncias-de-abuso-sexual-podem-chegar-80-dos-registros-5035713.html>. Acesso em:
- 44) 97% das vítimas de violência sexual no Pará são menores. <http://g1.globo.com/pa/para/bom-dia-para/videos/v/no-para-97-das-vitimas-de-violencia-sexual-sao-menores/5065639/>
- 45) RODRIGUES, Carla. Os usos e abusos dos corpos femininos para dominação e resistências em campo de batalha. Disponível em: <http://www.blogdoims.com.br/ims/o-corpo-das-mulheres-como-campo-de-batalha>. Acesso em:
- 46) COSTA, Camila. Cultura machista dificulta vítima reconhecer estupro. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2016/05/30/cultura-machista-faz-com-que-vitimas-de-estupro-nao-reconheciam-violencia-diz-psicologa.htm>. Acesso em:
- 47) MANO, Máira Kubík. Eles não estão doentes e elas não são loucas. São homens na sociedade sexista. Disponível em: <http://bit.ly/1X0JQGp>
- <http://ponte.org/os-trinta-e-poucos-algozes-nao-sao-loucos-sao-homens-criados-em-uma-sociedade-machista/>. Acesso em:
- 48) RIEPL, Martin. Droga do estupro crescente na América Latina. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36346967?ocid=socialflow\\_facebook](http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36346967?ocid=socialflow_facebook). Acesso em:
- 49) ASSÉDIO SP, dentro e fora de sala. <http://globoplay.globo.com/v/5028911/>
- 50) Força tarefa nos EUA para combate à abusos a universitárias. <http://globoplay.globo.com/v/5028918/>
- 51) KAHLO, Me. Estupros em universidades. Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1767742-novo-livro-do-best-seller-jon-krakauer-esmiuca-estupros-em-universidades.shtml>. Acesso em:
- 52) BLASTINGNEWS. Criança assassinada na Rússia, por bullying homofóbico. Disponível em: [http://br.blastingnews.com/mundo/2016/07/aluno-morre-em-sala-de-aula-durante-sessao-de-bullying-homofobico-001006337.html?sbdht=pMIQUzk3wsdSf-\\_IdJYP7bHq2PIM\\_FiLrPOh8mEMtiQHMgRTqdO7Pw2](http://br.blastingnews.com/mundo/2016/07/aluno-morre-em-sala-de-aula-durante-sessao-de-bullying-homofobico-001006337.html?sbdht=pMIQUzk3wsdSf-_IdJYP7bHq2PIM_FiLrPOh8mEMtiQHMgRTqdO7Pw2). Acesso em:



- 53) MARINATTO, Luã. Pastor casado com pastora estupra enteado de 5 anos. Pastor pedófilo, gay não declarado. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/bianca-toledo-fecha-igreja-que-mantinha-com-marido-acusado-de-pedofilia-19679084.html?versao=amp>>. Acesso em:
- 54) MONTEIRO, André; BOLDRINI, Angela; GERAQUE, Eduardo; SANT'ANNA, Emilio; LOBEL, Fabrício; PAGNAN, Rogério. Vítima vive *via-crucis* e falta de estrutura após estupro: emas. Disponível em: <<http://folha.uol.com.br/a-dor-do-estupro/capitulo-1/vitima-vive-via-crucis-e-falta-de-estrutura-apos-estupro.shtml>>. Acesso em:
- 55) Minha História, Tem Como sair Disso (agressões físicas e psicol. Casamento), FSP, 9 jul 2016, Cotidino, B4.
- 56) CANCIAN, Natalia; HAUBERT, Mariana. Projeto para Mudar Lei Maria da Penha avança e divide entidades. FSP, Cotidiano B5, 9 jul 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1790007-projeto-para-mudar-lei-maria-da-penha-avanca-e-divide-entidades.shtml>>. Acesso em:
- 57) CANCIAN, Natalia. Grupo de Reflexão para Homens Agressores ganha Espaço no País, Cotidiano B5, 11 jul 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/07/1790391-grupos-de-reflexao-para-agressores-de-mulheres-ganham-espaco-no-pais.shtml>>. Acesso em:
- 58) Clitorectomia/circuncisão feminina, apedrejamentos de mulheres em Praça Pública, assédios e estupro como parte da cultura em alguns cantos do mundo, ainda no séc. XXI.
- 59) JORNAL GLOBO (G1). Chacina de Campinas, esposo mata ex mulher, filho de 8 anos e mais 9 da família e suicida, em seguida no Réveillon, 31 e 01/01/2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2017/01/sobrevivente-de-chacina-que-matou-12-em-campinas-recebe-alta-medica.html>>. Acesso em
- 23) JORNAL GLOBO (G1). Jovem é detido suspeito de estupro e roubo em Juiz de Fora. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/05/jovem-e-detido-suspeito-de-estupro-e-roubo-em-juiz-de-fora.html>>. Acesso em:
- 24) JORNAL GLOBO (G1). Suspeitos de envolvimento em morte de jovem são detidos em Juiz de Fora <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/05/suspeitos-de-envolvimento-em-morte-de-jovem-sao-detidos-em-juiz-de-fora.html>
- 25) Bêbado mata a mulher e passa a noite abraçado com o corpo. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/fotos/bebado-mata-a-mulher-e-passa-a-noite-abracado-com-o-corpo-02052015#!foto/1>>. Acesso em:
- 26) JORNAL GLOBO (G1). Mulher é morta a golpes de machado; companheiro dela é suspeito do crime. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/05/mulher-e-morta-golpes-de-machado-companheiro-dela-e-suspeito-do-crime.html>>. Acesso em:
- 27) JORNAL GLOBO (G1). Homem é suspeito de esfaquear e matar ex-mulher em Uberlândia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/05/homem-e-suspeito-de-esfaquear-e-matar-ex-mulher-em-uberlandia.html>>. Acesso em:
- 28) Morre jovem baleada cinco vezes pelo namorado no norte de Minas. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/minas-gerais/morre-jovem-baleada-cinco-vezes-pelo-namorado-no-norte-de-minas-04052015>>. Acesso em:
- 29) JORNAL GLOBO (G1) Amigos de jovem do TO morta em Uberlândia pedem prisão do suspeito. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/01/amigos-de-jovem-do-morta-em-uberlandia-manifestam-por-prisao.html>>. Acesso em:
- 30) ROCHA, Alex. Cara a cara, suspeitos discordam sobre homicídio de mãe e gêmeos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/02/cara-cara-suspeitos-discordam-sobre-homicidio-de-mae-e-gemeos.html>>. Acesso em:
- 31) COSENO, Luiz. Não sou bandido e tenho direito de recomeçar a vida - Caso Bruno jogador futebol e assassinato ex Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/03/1866931-nao-sou-bandido-e-tenho-direito-de-recomecar-a-vida-diz-bruno.shtml>>. 16 março, 2017, Esporte, B8. Acesso em:
- 32) CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. Caso Bruno não serve para discutir trabalho a ex-presos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1867642-caso-bruno-nao-serve-para-discutir-trabalho-para-ex-presos.shtml>> Folha de São Paulo, 18 março de 2017, Cotidiano, B3. Acesso em:
- 33) CRUZ, Márcia Maria. Em Minas Gerais, há 1 caso de agressão contra mulher a cada 4 minutos, em 2015. Diagnóstico de Violência Doméstica e Familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública, elaborado pelo Centro Integrado de Informações de Defesa Social (Cinds) da Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds). Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/16/interna\\_gerais,743897/minas-gerais-registra-um-caso-de-agressao-contramulher-a-cada-4-minut.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/16/interna_gerais,743897/minas-gerais-registra-um-caso-de-agressao-contramulher-a-cada-4-minut.shtml)>. Acesso em:
- 34) PAPEL, Lucas. Evento Zé Picanha Uberlândia e mini saia ou vestido acima do joelho não pagam. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/anuncio-de-casa-de-show-gera-discussao-em-mg-mulheres-de-mini-saia-ou-vestido-acima-do-joelho-nao-pagam.gh.html>>. Acesso em:

- 35) RESENDE, Fernanda. Escola de princesas em Uberlândia supera expectativas de professora. Em menos de seis meses de criação a escola já atendeu 400 meninas. Projeto ensina princípios morais, sociais, etiqueta e comportamento. Disponível em <http://WWW.g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/07/escola-de-princesas-em-uberlandia-supera-expectativas-de-professora.html>>. Acesso em 09 jul. 2013.
- 36) BARCELLOS, Caco; EVELLE, Monique Feminicídio-O Crime de Ódio, Profissão Repórter. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=BFT4UJbC9GI>>. Acesso em: out. 2017
- 37) BANDEIRA, Regina. Pesquisa revela frustração de mulheres vítimas de violência com a Justiça. Disponível em: <<http://agenciapatriagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/pesquisa-revela-frustracao-de-mulheres-vitimas-de-violencia-com-justica/>>. Acesso em:
- 38) ONU Mulheres manifesta preocupação com processo de revisão da Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://agenciapatriagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/onu-mulheres-manifesta-preocupacao-com-processo-de-revisao-da-lei-maria-da-penha/>
- 39) GASMAN, Nadine. Nota pública da ONU Mulheres sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em: <<http://agenciapatriagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/nota-publica-da-onu-mulheres-sobre-lei-maria-da-penha/>>. Acesso em:
- 40)- BRANDÃO, Marcelo. Maria da Penha pede veto de Temer a mudanças na lei que leva seu nome. Disponível em: <<http://agenciapatriagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/maria-da-penha-pede-veto-de-temer-mudancas-na-lei-que-leva-seu-nome/>>. Acesso em:
- 41) DIP, Andrea. O que está por detrás da recém inventada e distorcida "ideologia de gênero"? Disponível em: < <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em:
- 42) AGENCIA MINAS. Estado produz manual sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Novo material tem como foco as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e os Órgãos ou Entidades Estaduais Parceiros (OEPs). Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-produz-manual-sobre-o-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil>>. Acesso em:
- 43) ANJOS, Simony Cristina Teixeira dos. Outra versão da bíblia e crítica ao patriarcado/machismo por quem é de dentro. "Mas foi mesmo Deus quem quis esses milhares de anos de submissão feminina que atravessa a história da religião cristã? É mesmo desejo de Deus que tenhamos uma sexualidade reprimida, que só serve para agradar o outro?" Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/10/25/o-prazer-da-mulher-segundo-a-igreja-atraves-dos-olhos-de-uma-evangelica.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em:
- 44) RODRIGUES, Maria Fernanda. Babel: Mais de 100 mil brasileiros querem Judith Butler longe do país-Brasil-Estado. Disponível em: < <http://cultura.estadao.com.br/blogs/babel/babel-mais-de-100-mil-brasileiros-querem-judith-butler-longe-do-pais/>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- 45) Petição a favor da vinda ao Brasil da Filósofa Judith Butler. Disponível em: <<http://peticaopublica.com.br/psign.aspx?pi=BR102793>>. Acesso em 29 out. 2017.
- 46) BUTLER, Judith. Justiça social não virá sem discriminação de gênero, diz pesquisadora filósofa-Brasil-Estado. C <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,justica-social-nao-vira-sem-o-fim-da-discriminacao-de-genero--diz-pesquisadora,1760597>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- 47) Pellegrino, Antônia; SILVA, Isabel Nascimento. No documentário Primavera das Mulheres de 1h10min, acompanhamos o crescimento do feminismo em 2016, ano em que mulheres voltaram às ruas contra a cultura do estupro e os retrocessos nos direitos conquistados. Disponível em < <https://globosatplay.globo.com/gnt/v/6229352/>>. Acesso em:
- 48) JORNAL GLOBO (G1). Três de cada cinco mulheres já foram vítimas de relacionamentos abusivos Novela 'O Outro Lado do Paraíso' retrata estupro no casamento, um crime comum em relacionamentos abusivos e que precisa ser denunciado. Edição do dia 29/10/2017 Fantástico/Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/10/tres-de-cada-cinco-mulheres-ja-foram-vitimas-de-relacionamentos-abusivos.html>>. Acesso em:
- 49) ACAYABA, Cíntia. Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil; estupros aumentaram 3,5% em 2016. Disponível em: <[https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/uma-mulher-e-assassinada-a-cada-duas-horas-no-brasil-estupros-aumentaram-35-em-2016.ghtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=share-bar-smart&utm\\_campaign=share-bar](https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/uma-mulher-e-assassinada-a-cada-duas-horas-no-brasil-estupros-aumentaram-35-em-2016.ghtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-smart&utm_campaign=share-bar)>. Acesso em:
- 50) MIKLOS, Manoela. Nos vemos diante de campanhas rapidamente desenvolvidas e disseminadas que levam a milhões de pessoas a falsa narrativa da “ideologia de gênero” para impedir que mulheres e pessoas LGBT obtenham vitórias. Trata-se de uma narrativa perigosa que nasceu na Europa, emerge agora na América Latina em tempos delicados e sempre obtém sucesso em mobilizar rapidamente uma para fazer avançar agendas conservadoras ou barrar iniciativas progressistas. É no submundo da desinformação de onde emergem as narrativas pelo ódio e intolerância em nome de Deus. Cruzes. Disponível em:

- <<http://midianinja.org/manoelamiklos/a-ideologia-de-genero-e-2018-a-america-latina-ameacada/>>. Acesso em: 30 dez. 2018.
- 51) MINAS GERAIS. Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) / SESP. Dados da segurança em Minas e pode-se fazer comparações entre períodos (anos). Chama atenção o aumento dos estupros consumados... Disponível em: <<http://www.numeros.mg.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS%40vml3532&anonymous=true&Sheet=SHCrimesViolentos>>. Acesso em: dez.2017.
- 52) ANJOS, Simony Cristina Teixeira dos. Outra versão da bíblia e crítica ao patriarcado/machismo por quem é de dentro e feminista evangélica. "Mas foi mesmo Deus quem quis esses milhares de anos de submissão feminina que atravessa a história da religião cristã? É mesmo desejo de Deus que tenhamos uma sexualidade reprimida, que só serve para agradar o outro? Disponível em: <<https://estilo.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2017/10/25/o-prazer-da-mulher-segundo-a-igreja-atraves-dos-olhos-de-uma-evangelica.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 13 de nov. 2015.
- 53) JORNAL UNIVERSAL ONLINE (UOL). Padre contra o machismo e sexismo. Disponível em: <<http://m.noticias.ne10.uol.com.br/brasil/noticia/2017/03/07/pregacao-de-padre-contra-machismo-e-homofobia-faz-sucesso-na-web-666304.php?v=mobile>>. Acesso em: 15 abr.2017.
- 54) BRASIL. Senado Federal. NÃO para esse projeto que retira o termo Femicídio dos crimes passionais, ou seja, crimes que são cometidos por pessoas que tem algum envolvimento emotivo com a vítima. No Brasil sabemos que os que mais praticam esse crime são homens contra as mulheres pois se acham donos delas. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/cidadania/visualizacaoamateria...>>. Acesso em:
- 55) BRUM, Eliane. Como fabricar monstros para manutenção do poder em 2018, manter mulheres e lgbs em seus lugares. Disponível em: < [https://brasil.elpais.com/.../30/opin.../1509369732\\_431246.html...](https://brasil.elpais.com/.../30/opin.../1509369732_431246.html...)> Acesso em:
- 56) JORNAL GLOBO (G1). Grupos Protestam na Zona Oeste de SP a vaor e contra a Filósofa Judith Butler. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grupos-protestam-na-zona-oeste-de-sp-a-favor-e-contra-filosofa-judith-butler.ghtml>. Acesso em: dez. 2017
- 57) BARRETO, Marcelo Menna. As pessoas que se opõem à minha presença não estão mesmo abrindo livros, diz Judith Butler. Disponível em: < <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/as-pessoas-que-se-.../>>. Acesso em: dez.2017
- 58) BETTONI, Rogério; LAGE, Mariana. Não podemos esperar que só assembleias e protestos produzam mudanças (SP-2015), republicado em 06 de outubro de 2017. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/judith-butler-nao-podemos-esperar-que-so-assembleias-e-protestos-produzam-mudanca/>>. Acesso em:
- 59) SESC Pompéia sofre ataques por sediar evento com Judith Butler, 27 out.2017 <https://revistacult.uol.com.br/home/sesc-pompeia-judith-butler/>
- 60) DOLZ, Patricia Ortega. Por que homens matam mulheres? Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/08/internacional/1499533272\\_517542.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/08/internacional/1499533272_517542.html)>. Acesso em:
- 61) ROSSI, Marina. Estão em jogo e em disputa projetos. Manter direitos duramente conquistados e avançar, ou retroceder para privilégios de alguns: eis a questão. A novela da globo Do Outro Lado do Paraíso (nov. 2017) revela explicitamente a violência às mulheres. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/31/politica/1509477769\\_318576.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_BR\\_CM](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/31/politica/1509477769_318576.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM)> . Acesso em:
- 62) Brasil cai no ranking de paridade de gênero, nov.2017. <https://noticias.r7.com/brasil/brasil-cai-11-posicoes-em-ranking-de-paridade-de-genero-02112017?amp>
- 63) O que muda na Lei Maria da Penha? <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/11/muda-na-lei-maria-da-penha-alteracao-michel-temer.html>  
Lei Maria da Penha: saiba o que mudou <https://oimparcial.com.br/.../lei-maria-da-penha-saiba-o-qu.../>
- 64) BRASIL. Lei nº 13.505, de 8 de novembro de 2017. Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13505.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13505.htm)>. Acesso em:
- 65) Alterações Lei Maria da Penha. @ ATOS DO PODER LEGISLATIVO. Alteração na Lei Maria da Penha assegura o direito da mulher em situação de violência doméstica ter atendimento policial preferencialmente por servidores do sexo feminino. \* LEI No 13.505, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017. Acrescenta dispositivos à Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=09/11/2017>
- 66) BUTLER, Judith. "Ideologia de gênero: rastros e significados. Disponível em <<http://agoraquesaoelias.blogfolha.uol.com.br/2017/11/05/ideologia-de-genero-rastros-e-significados/>>. Acesso em: dez.2017

- 67) \*Violar o Corpo de uma mulher negra\*, encontrar sem a sua permissão, arrancar e jogar no chão o turbante é simplesmente ser \*"deselegante com uma Dama"\* Foi o disse o Promotor, confira, 2017: <https://m.facebook.com/story.php...>
- 68) BRUM, Eliane. Os 18 vendilhões. Como o Congresso brasileiro se tornou o melhor lugar para homens que odeiam as mulheres, especialmente as negras. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/.../20/opin.../1511192636\\_952720.html...](https://brasil.elpais.com/.../20/opin.../1511192636_952720.html...)> Acesso em: 20 nov. 2017.
- 69) BUTLER, Judith. Judith Butler escreve sobre o fantasma de gênero e o ataque sofrido no Brasil. Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/.../1936103-judith-butler-escreve-s...>>. Acesso em: dez.2017
- 70) MARANHÃO. Secretaria de Educação. O que é o Programa Escola Digna? Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/.../o-que-e-o-Programa-escola-.../>>. Acesso em:
- 71) Homens marcham de salto pelo fim da violência às mulheres. A Campanha do Laço Branco teve início no Canadá, após assassinatos de várias estudantes. <https://www.facebook.com/dw.brasil/videos/10155251277608520/>

### Informações orais

Arquivos virtuais com registro de gravações e transcrições de Conferências, Congressos, Seminários, Simpósios, eventos e reuniões no período da pesquisa de 2014 a 2017, ministrando ou participando.

- 1) TalkShowAniver19anosSOS-ViaCentroShop19mar2016-2h7min
- 2) SeminarioInternacionalCulturaViolenciaContraMulheresSP-SESC20e21mai2015-parte1 a 5
- 3) ReuniaoOrganizacaoAudienciaPublicaViolSexualMulheresSaudeAnexoSaude-set2015-29min
- 4) ReuniaoDelegadasConfNacPolMulheres-CMDM-29abr14h30-17h30-2h17
- 5) TrascricaoMinhaFalaMesaNEGUEMSaberesProjetosPolPublicasIIISeminHistCulturaGenHistorUFUEliana-Eliane-Jane-ClauG-53min-17set2015-2h7
- 6) FalaSuyaneRepresentSOSMesa10AnosMariaPenhaPMU-link-jun2016
- 7) FormacaoContinuadaAlcinoFilosofiaFeminismosReligiosidade\_8jun2016-2h14
- 8) FormacaoContinuadaSOSDanielDelegadoCriancaAdolescente-set2015-2h05
- 9) AberturaIIConfMunPolMulheresUFU-DefensoraPubSamantha-GovEstadoRenata-1h05-11set2015
- IIConfMunMulheresParte1-UFU-22ago2015-4h31
- IIConfMunMulheresParte2-comGTViolencia-UFU-22ago2015-1h58
- 10) ApresentParte1\_GT5-SeminHistCulturaGeneroHistoriogFormContinEquipeSOSClauCaroloutrosUFU-3h8min-18set2015-2h58
- Apresentparte2GT5-SeminHistCulturaGeneroHistoriogFormContinEquipeSOSClauCaroloutrosUFU-18set2015-2h58
- 11) MesaRedondaUFUClauG-Sayonara-outra-Diversidade-marco2016
- 12) AberturaConfIIISeminHistCulturaConstrucaoHistoricaCorpoAlbaMaria-DicionCriticoGenero-17set2015-1h4611)
- 13) MesaSeminarioHistCulturaMesaCorpoSsexualidadeRaquelMiguelKarla17set2015-2h18
- 14) OficinaGeneroFeminismoUFU-promCienciasSoc-11nov2015
- 15) PalestraGeneroDiversidadeEducacaoEleusaDalciraPitagoras-29set2015-1h41
- 16) PARTE1PalestraToniReisHomofobiaAmbienteEscolar-02out2015UFU-42min
- Parte2PalestraToniReisHomofobiaAmbienteEscolar02out20151h45
- 17) PreConferenciaMunPoliticMulheresCMU22ago2015\_30minParteI\_restopegarcomJane
- 18) PreparoAudienciaPublicaViolenciaSexualeSaude-out2015-58min
- 19) ReuniaoOrganizacaoAudienciaPublicaViolSexualMulheresSaudeAnexoSaude-set2015-29min
- 20) AudienciaPublicaAtencaoVitimaViolSexualUdi-CMU-GuerraCoordMesa-23out2015-ParteI-1h10
- AudienciaPulibicaAtencaoVitimaViolSexualUdi-parteII-23out2015-2h41
- 21) SeminarioInternacionalCulturaViolenciaContraMulheresSP-SESC20e21mai2015-parte1
- SeminarioInternacionalCulturaViolenciaContraMulheresSP-SESC20e21mai2015-parte2
- SeminarioInternacionalCulturaViolenciaContraMulheresSP-SESC20e21mai2015-parte3
- SeminarioInternacionalCulturaViolenciaContraMulheresSP-SESC20e21mai2015-parte4
- SeminarioInternacionalCulturaViolenciaContraMulheresSP-SESC20e21mai2015-parte5
- 22) DefesaMestradoPaula-ViolenciaMariaPenhaSOSRede-perdi\_inicio\_-set2015-1h37
- 23) DefesaQualificacaoMestradoMicheleViolSexistaRibPreto-Del-1h56min\_01set2015

DefesaQualificacaoMicheleViolSexistaRibPreto-Del-1h56min\_01set2015  
 24) BancaDefesaMestradoColegaPoliciaMichele-mar2016-1h32min  
 25) ConversaTiaMariaDelourdesMaeMariaLuciaoutrosSobreassassinatosFamilia-dez2015-19min  
 26) ConversaPrefeitoGilmarSecGovRosangelaDirCMDMJaneLuciaAlessandraVanessaMovNeg  
 Glaucia-SOSClauG-abusoPadre-17nov2015-31min  
 27) CicloDebatesAssembLegislMGClauGuerraMesaeOutras\_tarde\_2h30minUdi29mai2015  
 CicloDebatesAssembLegislMGClauGuerraMesaeOutrasUdi-2h29min-29mai2015  
 28) ComissãoViolSexual-Saude-Rede-Aborto-mar2016-58min  
 ComissaoViolSexualSaudeRede-LegislacaoAborto-36min-13abril2016  
 29) ConferenciaEstadualPolMulheres-AberturaMinistraEleonoraM\_27out2015-1h  
 ConferenciaEstadualPolMulheresCaetes27a29out2015-1h31  
 ConferenciaEstadualPolMulheresCaetes-27a29out2015-1h45  
 ConfEstadualPolMulheresCaetes-27-29out2015-5h35  
 ConfEstPolMulheres0out2015-4h15  
 ConfEstPolMulheres27a29out2015-1h  
 ConfEstPolMulheresGrupoTrabalhoViolencia-28out2015-59min  
 ConfEstPolMulheresGTViol-28out2015-1h49  
 ConfEstPolMulheresGTViolencia-28out2015-1h42  
 ConfEstPolMulheresRegIntCaetes-27out2015-2h39  
 30) ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteI-7seg  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteII\_1h  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteIII-12min30  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteIV-1h44  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteV-13min56  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteVI-11min39  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteVII-49min10  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteVIII-26min48  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteIX-1h3  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteX-17h53  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXI\_24seg  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXII\_GTII\_2h27  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXIII-GTIV-2h12  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXIV-2min41  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXV-6min  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXVI-6min10  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXVII-VotRelFinalPrior2h9  
 ConfNacPolMulheresDF-10a12mai2016ParteXVIII-VotacaoRelFinalPrior2h2  
 31)32)IIISimposioRegionalSOSMulherFamiliaUberlândiaQuemCala,Consente?ConfLiaZanottaMachado  
 24nov20174h  
 33) ConferênciaAberturaSemanaHistóriaUFUOMedoDaLiberdade-ReacaoConservadoraEDiscurso  
 AntigeneroNoCenárioBrasilAtual-ProfStellaMarisUSP-13nov2017-3h30

E centenas de entrevistas concedidas às mídias e reportagens por mim publicadas (com ou sem presença de outras pessoas) e participação em eventos sobre tema violência conjugal, familiar e de gênero, “estupros coletivos”, assédios sexuais, Lei Maria Penha, Lei do Feminicídio, Dia Internacional das Mulheres e Dia Nacional e Internacional da Não Violência às Mulheres, Campanha do Laço Branco (homens pela não violência às mulheres), políticas públicas e movimentos sociais de 1997 a 2017.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

ABRIC, J.-C. Prefácio. In Sá, C. P (org.). **Núcleo central das representações sociais** (p. 9 - 11.). 2. ed. Petrópolis:Vozes, 1996.

ADAMS, Caren & FAY, Jennifer. **O FIM DO PESADELO** – recuperando-se da violência sexual. Trad. de Carlos M. Rosa. São Paulo: Summus, 2000.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2017. 94p.

ADLER, Laure. A noite de núpcias, ou o horror da violação legítima; O adultério, os voluptuosos estremecimentos da carne. In: **Segredos de alcova (história do casal) 1850-1930**. Portugal: Terramar, 1983, p.35-74 e p.149-206.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?; O que é o contemporâneo? In: **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. O autor como gesto; Elogio da profanação. In: **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007. p.55-79.

AGUIAR, Luiz H. M. De. **Gênero e masculinidades. Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal**. (Dissertação Mestrado, Psicologia), Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, UNB, dez.2009, 175p.;

ALBUQUERQUE JR. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios da história. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2007. p.133-148.

ALMEIDA, Suely de Souza. Violência e Direitos Humanos no Brasil. **Revista Praia Vermelha** nº 11. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

ALVES, Rubem. **Gaiolas ou Asas**. A arte do voo ou a busca da alegria de aprender. Porto, Edições Asa, 2004.

\_\_\_\_\_. Se eu fosse você. **O amor que ascende a lua**. Campinas: Papirus, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Menina e o pássaro encantado**. 21 ed, SP.: Edições Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. (1933) **A Volta do pássaro encantado**. São Paulo, Paulus, 1999. Coleção Estórias para pequenos e grandes)

\_\_\_\_\_. **O Retorno E Terno** – crônicas. 13 ed., Papirus, Campinas-SP., 1992.

ALVES, Paula Fernanda P. de Araújo. **A rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Uberlândia/MG**, UFU, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, 2015, 111f.

AMARO, Jorge W.F.(2006). **Mal-estar e amor**. Archives of Clinical Psychiatry, 33(6), 337-341. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000600007>

ANDRADE, Carlos Drummond de. A verdade. In: **Corpo, obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1984).

ARIÈS, Philippe & BEJIN, André (Orgs.). **Sexualidades ocidentais**. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **História Social da Criança e da Família**, 2 ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, novembro/2002.

\_\_\_\_\_. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766, set./dez. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300006>

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. **Um é o outro**. Relações entre homens e mulheres. 2 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

\_\_\_\_\_. **XY - Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria género. Una introdución teórico- metodológica. PRODIR(Org.). **Conferência sobre direitos reprodutivos**. São Paulo: 1990, p.25-45.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BAREMBLITT, Gregório (Org.). **Grupos: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

BARONCELLI, Lauane. Amor e ciúme na contemporaneidade: reflexões psicossociológicas. **Psicologia & Sociedade**, 23(1), 163-170, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100018>

BARROS, Manoel – Poema Completo. In: **O Livro das Ignorâncias**. 6 ed. - Record: Rio de Janeiro: Record, 1998.

BARROS, Heleno Felice de. “**Privação de Sentidos**”: **Álibi no Judiciário - São Pedro de Uberabinha (1891-1930)**. Dissertação Mestrado, Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2004, sob orientação de Vera Puga. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=68515](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=68515). Acesso em: 10 de março de 2017.

BARSTED, Leila de A. L. **Violência contra a mulher e cidadania**. Uma avaliação das políticas públicas. Rio de Janeiro: Cepia, 1994.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. (Trad. Hortência dos Santos), 5 ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos Pagu** (1): 111-48, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Cadernos Pagu** (3): 7-10, Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas: Unicamp, 1994.

BAPTISTA, Ana Catarina C. Chaves (2012). **Porque algumas mulheres vítimas de violência psicológica conjugal não reconhecem a situação de abuso a que estão expostas?** Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Jorge Zahar Editor, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** (1949). 5 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, vol.I e II.

BEIRAS, A., Nascimento, M. (2017). **Homens e violência contra mulheres: pesquisa e intervenções no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: InstitutoNoos, 2017.

BENHABIB, S. & CORNELL, D. (Eds.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENETTI, Silvia. Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia: Reflexão Crítica*, 19(2), 261-268, 2005;

BENJAMIN, W. Crítica da violência – crítica do poder. In: BOLE, W.(Org.). **Documento de cultura, documento de barbárie**. São Paulo: Cultrix, 1986.

BESSA, Karla A. M. **Jogos de sedução: práticas amorosas e práticas jurídicas**. Uberlândia, 1950 a 1970. Campinas: Unicamp, 1994, mimeo. (Dissertação, Mestrado).

\_\_\_\_\_. O crime de sedução e as relações de gênero. **Cadernos Pagu** (2): 175-96, Núcleo de Estudos de Gênero, Campinas: Unicamp, 1994.

BOFF, Adriane de M. Histórias de (des)amores no “namoro no rádio”: afetos e narrativas. **Cadernos Pagu** (3): 165-96, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

BORELLI, Andréa. Meu nome é Maria da Penha: considerações sobre a lei de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. In: **Caderno Espaço Feminino**, v.26, n.2, jul./dez. 2013, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História(CDHIS), NEGUEM, p.649-664

BORGES, Michelle S. **Sob os muros das convenções e as muitas faces da violência de gênero: Ribeirão Preto/SP (2007 a 2013)**, Dissertação (Mestrado em História), 2016. 117f.:il, Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Trad. Maria H. Kühner Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANDÃO, Carlos R.(org). **Pesquisa Participante**. Brasiliense, SP.: 1981, 221p.



BRESCIANI, Maria S. **O anjo da casa**. *Dep. de História do IFCH*, Campinas: Unicamp, 05/1991, vol. S/N, mimeo.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

BUSTOS, Dalmiro M. **Perigo... Amor à Vista**. São Paulo, Aleph, 1990.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar, 3 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 236p.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**(1993). Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

\_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Posfácio Vladimir Safatle. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 132p.

\_\_\_\_\_. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sergio T. Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo** (Ensaio sobre o Absurdo-1941). Trad. e Apres. de Mauro Gama, Editora Guanabara, 1989.

CARMO, Perla e MOURA, Fernanda. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. In: **Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 23 a 26 de agosto de 2010, p.1-8.

CAVALCANTE, Mourão. **O ciúme patológico**. Rio de Janeiro: Artes e Contos, 1994.

CAVALCANTI, Meire. Interdisciplinaridade – um avanço na educação. In: **Revista Escola**. p.52-55, Ago. 2004.

CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p.65-109.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994. p.151-246.

CHARTIER, Roger. **A história cultural – entre práticas e representações**. Memória e sociedade. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1988 e 1990.

\_\_\_\_\_, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. (Nota crítica). **Cadernos Pagu** (4): 37-47, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual**. Essa nossa (des)conhecida. 9 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Conformismo e resistência – aspectos da cultura popular no Brasil**. 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. **VÁRIAS AUTORAS. Perspectivas antropológicas da mulher** (4): 23-62, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. Mãe, Mulher ou Pessoa. **Revista Lua Nova** 1(1): 35-40, São Paulo: Brasiliense, abr./jun., 1984.

Coletivo feminista sexualidade e saúde. Violência, saúde e direitos humanos. Por que criar um juizado especial para crimes de violência de gênero Disponível em [www.mulheres.org.br/violencia/artigos10.html](http://www.mulheres.org.br/violencia/artigos10.html). Acesso em 23 de mai. 2010.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n.2, ago./dez. 2015. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM, p.707-728.

COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro A.(org.). LIMA, Lana e SOUZA, Suellen Patriarcado. **Dicionário crítico de gênero**. Doutorados, MS: Ed.UFGD, 2015. 682p. p.515-519

CORREIA, Mariza. **Morte em família**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. **Os Crimes da paixão**. Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. Apresentação. **Cadernos Pagu** (2): 5 e 6, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

COSTA, Cláudia L. O leite de procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. **Cadernos Pagu** (2): 141-74, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COUTINHO, Maria J. e SANI, Ana. Casa-Abrigo: A Solução ou o Problema? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, out-dez 2010, vol. 26 n. 4, p. 633-641. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000400007>

CROSUÉ, N. M. C. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em Educação. **Revista APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**. Vitória da Conquista, Ano II, n. 2, p. 105-114, 2004.

CRUZ, Heloisa et al. Introdução. In: **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olhos D'Água, 2006, p.9-21.

DELEUZE, Gilles. As estratégias ou o não estratificado: o pensamento do lado de fora (poder). In: \_\_\_\_\_. **Foucault**. (Trad. Cláudia S. Martins). São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. Os estratos ou formações históricas: o visível e o enunciável (saber). [1986] **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005. p.57-77.

DELGADO, J. A. **Estatuto da mulher casada**: efeito da lei 4.121/62. Juiz Federal, Prof. Assistente da UFRGN, 1995.

DERRIDA, J. (1930-2004) Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/jacques-derrida.htm?cmpid=copiaecola>; <https://pt.wikipedia.org/wiki/Desconstrução>. Acesso em 10 mar.2017.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, M. Odila L. da S. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica do cotidiano. In: C., Albertina de O. & BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.39-53.

DIAS, Andrezza Siconeto Ferreira. **Todo dia eles fazem tudo sempre igual?** A constituição da violência na conjugalidade. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

DIMENSTEIN, G. Violência contra a mulher. In: \_\_\_\_\_. **Democracia em pedaços**. Direitos humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.207-46.

DÓRIA, Carlos A. A Tradição Honrada. **Cadernos Pagu** (2): 47-112, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

DUNKER, Christian. A perversão nossa de cada dia. In: **Revista Cult**, Ano 13, n. 144, dossiê Perversão, Março, 2010, ps. 42-46.

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Experiência: uma fissura no silêncio. \_\_\_\_\_. In: **História, a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007, p.133-148.
- ELUF, Maria Luiza. **A paixão no banco dos réus**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FAZENDA, Ivani C. Construindo aspectos teórico-metodológicos da pesquisa sobre interdisciplinaridade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Dicionário em construção – interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-29.
- FENELON, Déa Ribeiro et al. Muitas memórias, outras históricas. In: **Introdução. Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'Água, 2004, p.5-13.
- FERRARI, Dalka C.A. & VECINA, Tereza C.C.(orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002, 330p.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Disponível em <https://dicionariodoaurelio.com/homem> e <https://dicionariodoaurelio.com/mulher>.
- FERREIRA, Luciana da silva; ESMAEL, Mariane Gonçalves. **Violência Doméstica: Um Crime Contra a Mulher no Espaço Casa/Lar**. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Centro de filosofia e Ciências Humanas; Escola de Serviço Social; Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA- SANTOS, Eduardo. **Ciúme**: o medo da perda. 3ed. São Paulo: Ática, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Ciúme**: o lado amargo do amor. 2ed. São Paulo: Ágora, 2007.
- FIALHO, Joaquim M. R. Análise de redes sociais: princípios, linguagem e estratégias de ação na gestão do conhecimento. **Perspectivas em gestão & conhecimento**, João Pessoa, v.4, p.9-26, out. 2014.
- FLAX, Jane. Pós-modernismo e as relações de gênero na teoria feminista. In: \_\_\_\_\_. **Pós-modernismo e política**. Trad. Carlos Moreno. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.217-50.
- FOSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRG, 2000.
- FONTES, Joaquim B. Imagens de Safo. **Cadernos Pagu** (2): 113-40, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad. Roberto Machado). 8 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. O cuidado com a verdade. (Entrevista a Ewald). In: **O Dossier**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.
- \_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002. 160p.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade I – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade II – o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- \_\_\_\_\_. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. 5 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- \_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). Trad. De Maria Ermantina Galvão, Martins Fontes: São Paulo, 1999. Coleção Tópicos, p.285 a 315.

\_\_\_\_\_. (1926-1984). “A ética do cuidado de si como prática da liberdade”. In: **Ética, Sexualidade, Política. Foucault**. Ditos e escritos (org. e seleção de textos Manoel Barros de Mota; trad. Elisa Monteiro e Inês Dourado) 2, 1976-1988, São Paulo: Forense Universitária, 2004.

FRAGA, P. D. Violência: forma de dilaceramento do ser social. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 70, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Roberto & BRITO, Fausto. **Utopia e paixão**. A política do cotidiano. 11ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise; A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; o mal estar da civilização; Esboço de Psicanálise**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

JENKINS, A. (2017). **Violência e abuso: uma intervenção ética e restaurativa com homens que abusam**. (A. Migliavacca, Trad.). Porto Alegre: Pacartes, 2017.

JESUS, Damásio E. de, (1935). **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 1994, v.3 – Parte especial

GABEIRA, Fernando. **Sinais de vida no planeta Minas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GATTÉGNO, Jean-Pierre. **Neutralidade Suspeita**. São Paulo: Cia das Letras, 2002, 198p.

GAY, Peter. Mulheres Agressivas e homens defensivos. In: GAY, Peter. **A educação dos sentidos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 128-167.

\_\_\_\_\_. O poderoso sexo frágil. In: GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 292-370.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GENDRON, Colette. Violência e assédio sexual. **Revista Estudos Feministas**2(2): 463-72, 2º- sem./94.

GERDEN, Mary McCanney. **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. (Trad. Ângela Melim). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Edunb, 1993.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Trad. De Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, 228p.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de administração de Empresas, 1995b, p. 65-71.

GOLEMAN, Daniel. Inimigos íntimos; o cadinho familiar; trauma e reaprendizagem emocional; temperamento não é destino. In: \_\_\_\_\_. **Inteligência emocional**. A teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 17 ed., Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995, p.143-61 e 203-46.

GREGORI, Maria F. **Cenas e queixas**. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Anpocs, 1993.

\_\_\_\_\_, M. Filomena. As desventuras do vitimismo. **Revista Estudos Feministas** (1): 143-9, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

GROSSI, Miriam P. De Ângela Diniz a Daniela Perez: a trajetória da impunidade. **Revista Estudos Feministas** (1): 166-8, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

GROSSI, Patrícia K. Et al. Grupos para homens que exercem violência conjugal: um desafio no enfrentamento da violência de gênero. In: STREY, Marlene N. et al(org.). **Famílias, Gêneros e Violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 320p. (Coleção Gênero e Contemporaneidade, n.2), p.195-2014.

\_\_\_\_\_. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas** 2(2):473-83, 2º- sem./94.

GRUPO Memória Popular. Memória popular: teoria, política, método. Trad. Helen Hughes e Yara Aun Houry. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olhos D'Água, 2000, p.282-295.

GUERRA, Cláudia Costa. **Descortinando o poder e a violência nas relações de gênero: Uberlândia (1980-1995)**, 1998, 203 f. Dissertação (Mestrado em História), USP, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Todo dia ela faz tudo sempre igual? **Caderno Espaço Feminino** (1):91-103, jan./jun./1994, Uberlândia: Neguem/CDHIS/Universidade Federal de Uberlândia: Edufu.

\_\_\_\_\_. As várias faces da violência contra a mulher – você dorme com o inimigo? VÁRIOS AUTORES. **Boletim do Núcleo de Estudos de Gênero/CDHIS**, v.1, p.1-3, de 2º- sem./93.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica e o S.O.S. Mulher/Família de Uberlândia: análise e perspectivas. **Boletim do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher**, Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu,1997, 2º- sem./97, p.7.

\_\_\_\_\_.Ei Tá Violência Conjugal e Familiar Nossa de Cada Dia: dados levantados nos prontuários do SOS Mulher Família de Uberlândia. **Gênero em Pesquisa** (UFU), v.15, p.4 - 4, 2000.

\_\_\_\_\_.Breves Considerações sobre a Violência Conjugal. **Gênero em Pesquisa** (UFU), v.12, p.4, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência e Poder nas Relações de Gênero - As Cenas. **Caderno Espaço Feminino** (UFU), v.4, p.4 e 5 - 27, 1998.

\_\_\_\_\_. Violência Doméstica e o SOS Mulher Família de Uberlândia: análise e perspectivas. **Gênero em Pesquisa** (UFU), v.10, p.7 - 9, 1997.

\_\_\_\_\_. Poder e Violência nas Relações Homem e Mulher. **Gênero em Pesquisa** (UFU), v.8, p.4 - 4, 1996.

\_\_\_\_\_. Uma das faces da violência contra a mulher - Você dorme com o inimigo? **Boletim do Cdhis.** , v.1, p.01 - 03, 1993.

\_\_\_\_\_. Relacionamento e sexualidade: laços de poder ou afetividade? Avanços e retrocessos. **Boletim da Coordenação do Curso de História**, p.02 - 04, 1989.

\_\_\_\_\_. Menino Brinca de Boneca e Menina de Carrinho. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.137-142. jan./dez. 2007, p.136-142.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, políticas públicas, gênero e a experiência no NEGUEM/UFU: avanços e desafios históricos. **Caderno Espaço Feminino**. v.28, n.2, ago./dez., 2015, p.761-812. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM.

GUERRA, Cláudia Costa, Gercina Santana Novais, Gabriella Jeremias Soares, Marcela Novais Medeiros. A sala de espera como local de acolhimento interdisciplinar a vítimas de

violência conjugal. **Caderno Espaço Feminino** (UFU), v.17, p.375 - 391, 2007.

GUERRA, Cláudia Costa, LEMOS, Viviane de Souza. Levantamento de dados sobre a violência conjugal e intrafamiliar no SOS Mulher Família de Uberlândia - Janeiro a Dezembro de 2005. **Caderno Espaço Feminino** (UFU), v.15, p.245 - 262, 2006.

GUERRA, Cláudia Costa, LEMOS, Viviane de Souza. Levantamento Parcial de Dados sobre Violência Conjugal e Familiar na OSC SOS Mulher Família de Uberlândia. **Gênero em Pesquisa** (UFU), v.10, p.35 - 45, 2002.

GUERRA, Cláudia; NOVAIS, Gercina S. & VIEIRA, Analúcia M. (Orgs). **Da lagarta à borboleta: pesquisas e intervenções em violência intrafamiliar – Uberlândia-MG**: Editora Hebrom, 2012. 202p. (livro produzido pela SOS Mulher e Família de Uberlândia)

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 224p.

HAN, Byung-Chul Han. **A Agonia de Eros**. Trad. De Miguel Serras Pereira, Editora Relógio D'Água, Coleção ANTROPOS, 2014.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5): 7-41, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas** (1): 7-32, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

HOGGART, Richard. Prefácio; Quem são as classes trabalhadoras?; As paisagens e suas figuras – um cenário. In: **As Utilizações da Cultura 1**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença LDA, 1973, p-9-86.

\_\_\_\_\_. O Deslassar das molas da ação (itens A e B); A nova arte de massas: o sexo em embalagens vistosas. **As Utilizações da Cultura 2**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença LDA, 1973, p.9-20; 103-136.

HUNT, Lynn.(Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INÁCIO, Paulo Cesar (Campus Avançado de Catalão-UFG). Cap, 3. O pão nosso de cada dia, o salário a cada mês: fazendo a cidade outra vez. **O desafio da interpretação das memórias de trabalhadores, nos movimentos de identificação do passado enquanto direito ao presente**. Tese de doutorado, UFU, s/d. e oficina ministrada em 10/07/2013.

IZUMINO, Wânia Pasinato e SANTOS, C. MacDowell. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe**, da Universidade de Tel Aviv, 2005. 16p.

JELIN, Elisabeth. Mulheres e Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas** 2(3): 117-49, CIEC/UFRJ, Rio de Janeiro: 1994.

JODELET, D. Représentations Sociale: phénomènes, concept et théorie. MOSCOVICI, S. (Dir.). **Psychologie Sociale**. 6 ed. Paris: PUF, 1996.

JODELET, Denise (org.). **Representações sociais**: Um domínio em expansão. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.420 p.

JUSTO, A. M; CAMARGO, B. V. **Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais**. Disponível em: <  
[http://www.academia.edu/11753344/Estudos\\_qualitativos\\_e\\_o\\_uso\\_de\\_softwares\\_para\\_an%C3%A1lises\\_lexicais](http://www.academia.edu/11753344/Estudos_qualitativos_e_o_uso_de_softwares_para_an%C3%A1lises_lexicais)>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

KOFES, Suely. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. **Cadernos Pagu** (1): 19-30, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. **Cadernos Pagu** (3): 117-42, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

KOLLER, Silvia H. E NARVAZ, Martha G. Famílias, gêneros e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: STREY, Marlene N. et al(org.). **Famílias, Gêneros e Violências**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, 320p. (Coleção Gênero e Contemporaneidade, n.2), p.149-176.

KOURI, Mauro G. P. **Introdução à Sociologia da Emoção**. João Pessoa: Manufatura, Grem, 2004.

LACAN, Jaques. **Seminário 5 - a formação do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAMEGO, Valéria. A desonra de uma sociedade patriarcal. **Revista Estudos Feministas** (1): 152-4, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

LANGARO, Jiane Fernando. **Histórias e linguagens**: memórias públicas e olhares de trabalhadores sobre o passado de Toledo-PR(1950-2010). Apresentação e cap. V da Tese de Doutorado, PUC-SP, 2012. Texto impresso e oficina ministrada em 03/07/2013.

LANGDON, E. Jean. O dito e o não-dito: reflexões sobre narrativas que famílias não contam. **Revista Estudos Feministas** (1): 155-8, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

ANGLEY, R.& LEVY, C. **Mulheres espancadas** – fenômeno invisível. 2ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

LARRAURI, Elena (Comp.). **Mujeres, derecho penal y criminologia**. Madri: Siglo XXI de Espana, 1994.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. HOLLANDA, H.B. de (Org.). **Tendências e impasses** - o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE, Sueli. Amor: um conto divisor de águas nos discursos femininos. In: **Caderno Espaço Feminino**, v.27, n.1, jan./jun. 2014, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História(CDHIS), NEGUEM, p.109-128

LE GOFF, Jacques (Org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, J. Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003

LEMOS, Maria de Oliveira. Alívio e Tensão: um estudo sobre a interpretação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da Seccional de Polícia de Santo André-São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2010.

LISBOA, M. A arte da sedução; CORRÊA, M. Bolero de machão só se canta na prisão; CORREIA, R. As mulheres se defendem. **Revista Lua Nova** 2(4), São Paulo: Brasiliense, jan./mar., 1986.

LOBO, Elisabeth S. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. **Revista Tempo Social** (1): 169-82, São Paulo: USP, 1º- sem./1989.

\_\_\_\_\_. Os usos do gênero. **Seminário sobre relações de sexo/relações de gênero**. Dep. Sociologia, São Paulo: USP, 1987.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação**: construção e desconstrução. Educação & realidade. Porto Alegre, Vol. 20, nº2, Jul./Dez. 1995.

\_\_\_\_\_. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1998.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro - as construções da virilidade. **Cadernos Pagu** (11)1998 - Trajetórias de Gênero, Masculinidades..., p.231-273.

MACHADO, Maria C. T. Muito aquém do paraíso. Ordem e disciplina em Uberlândia. **Revista História e Perspectivas** (4):37-48. Uberlândia: Edufu, jan./jun. de 1991.

\_\_\_\_\_. História oral: uma co-produção responsável. **Caderno Espaço Feminino** (3):25-34, jan./dez./96. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu.

MAIA, Cláudia. Gênero e Historiografia: um novo olhar sobre o passado das mulheres. In: **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n.2, ago./dez. 2015. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História(CDHIS), NEGUEM, p.741-760.

\_\_\_\_\_. Vidas que não importam: violência contra mulheres e biopolítica no Norte de Minas, os efeitos da Lei 11.340/2006. In: **Labrys Études Féministes**. Jul./2016 a jun./2017. 19p.

MALDONADO, M. Cristina. Relaciones de dominación en la familia; M., Gilma A. B. El maltrato a la esposa o el derecho a castigar (Palmira 1858-1875). In: CASTELLANOS et al (Orgs.). **Discurso, genero e mujer**. Santiago de Cali: Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Centro de Estudios de Genero, Mujer y Sociedad, 1994.

MATARAZZO, Maria Helena. **Encontros, desencontros e reencontros**. São Paulo: Gente, 1996.

MATOS, Maria Izilda S. de. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino** (3): 35-50, jan./dez./96. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu.

MEDEIROS, Marcela Novais. **Violência Conjugal: repercussões na saúde mental de mulheres e de suas filhas e seus filhos adultos/os jovens**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MELO, Mônica de, & TELES, Maria Amélia de Azevedo. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MELO, Késia e MENTA, Sandra. Rompendo o Silêncio: a mulher em situação de violência doméstica e a caracterização de um serviço que compõe a “rota crítica”. In: **Caderno Espaço Feminino**, v.26, n.1, jan./jun. 2013. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM, p.223-240.

MILLER, Mary Susan. **Feridas Invisíveis** – abuso não-físico contra mulheres. Trad. de Denise M. Bolanho. São Paulo, Summus, 1999.

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, v.14, p.13-44, 2000.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges D. J Bloc e VENÂNCIO, Nadja(2011). O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, 23(2), p.398-406. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000200021>

MOREIRA, Maria I. C.; RIBEIRO, Sônia F.; COSTA, Karine F. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos, p.169-189. (Artigo extraído da pesquisa **A violência contra a mulher na esfera conjugal: produção e enfrentamento**(1989).



- MORENO, J. L. **Fundamentos de la sociometria**. Buenos Aires, Argentina: Paidós, 1972.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 5ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MUNIZ, Diva do C. G. e SANT'ANNA, Thiago F. Meninas pra lá, meninos pra cá: a experiência de escolarização na Província de Goiás. In: **Caderno Espaço Feminino**. V.23, n.1/2, jan. jun. jul. dez., 2010. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História (CDHIS), NEGUEM, p.79-102
- NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Feminismo e terapia: a terapia feminista da família – por uma psicologia comprometida. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, vol.19, n.2, p.117-131, 2007.
- NECKEL, Jane Felipe. “Cachorras”, “tigrões” e outros “bichos”: problematizando gênero e sexualidade no contexto escolar. Texto resultado de palestra proferida para pela Secretaria Municipal de Educação de Alvorada/Rio Grande do Sul em 4/5/2001. A autora é professora da Faculdade de Educação da UFRGS e integrante do GEERGE – Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero.
- NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal**. Prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Assim falava Zaratustra** (1883-1885). Trad. Joaquim J. de Faria. São Paulo: Editora Centauro, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Genealogia da moral**. (Trad. Paulo C. Souza). 2 ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.51-60.
- \_\_\_\_\_. Crepúsculo dos Ídolos. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.338-52.
- \_\_\_\_\_. **Ecce homo**. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- NUN, José. A rebelião do coro. **Revista Desvios** (2). (Trad. Antônio C. Guimarães). São Paulo: Ago, 1983.
- ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 6 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Carlos A. (UESC, Ilheus-BA). Memórias de Estivadores. Imagens, Estigmas e Representações. Texto em PDF, s/d. e oficina ministrada em 26/06/2013.
- OLIVEIRA, Eleonora M. de & VIANA, L. A. C. Violência conjugal na gravidez. **Revista Estudos Feministas** (1): 162-5, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- OLIVEIRA, Rosiska D. et al. **A violência doméstica**. Rio Janeiro: Marco Zero, 1984. (Os Direitos da Mulher).
- OLIVEIRA, L. F. R. **Tutorial (Básico) de Utilização do Iramuteq**. Disponível em: <[https://l3p.fic.ufg.br/up/771/o/Tutorial\\_-\\_Revis%C3%A3o.pdf](https://l3p.fic.ufg.br/up/771/o/Tutorial_-_Revis%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- PAIVA, Vera. **Evas, marias, liliths... As voltas do feminino**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAOLI, M. Célia. As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero. **Cadernos Cebap** (31): 107-20, out., 1991.
- \_\_\_\_\_. As ciências sociais e a questão do gênero no contexto da cultura contemporânea. **Anpocs/14º-Encontro anual**, 1990.

PASSERINI, Luisa. Gênero ainda uma categoria útil para a história oral? In: **A memória entre Política e Emoção**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011(Coleção Ideias), p.95-106.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle & MARTIN-FUGIER, Anne. Os atores. In: PERROT(Org.). **História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra**(4). (Trad. Denise Bottman). São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.88-303.

\_\_\_\_\_. As Mulheres, o Poder, a História. In: \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história** - operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.167-231.

PESSOA, Fernando. **Poemas**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1985. p. 65.

PICHON-REVIÉRE, E. **O processo grupal**. 6ed. Rev. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PINHEIRO, Paulo S. (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PISCITELLI, Adriana G. Tradição oral, memória e gênero: um comentário metodológico. **Cadernos Pagu** (1): 149-72, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1993.

PITANGUY, Jacqueline. Um estudo americano sobre a violência no Brasil. **Revista Estudos Feministas** (1): 150-1, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1981, p.25-39.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, 1997, p.7-24;

\_\_\_\_\_. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1. n.2, 1996, p.59-72.

\_\_\_\_\_. **Sempre existe uma barreira: a arte multivocal da história oral**. Ensaios de História Oral. Seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago. Trad. Fernando Luis Cassio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010(Coleção Ideias), p.19-35.

PUGA, Vera L. **Entre o bem e o mal (educação e sexualidade – anos 60 – Triângulo Mineiro)**. São Paulo: USP, 1991. (Dissertação, Mestrado em História).

\_\_\_\_\_. **Paixão, sedução e violência(1960-80)**. São Paulo: USP, 1998. (Tese, Doutorado em História).

\_\_\_\_\_. Escola para mulheres: rainhas do lar e princesas, Minas Gerais, 1960-2012. **História das mulheres e do gênero em Minas Gerais**. PUGA, Vera & MAIA, Cláudia (org.). Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015, p.525-541.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. Campinas: Unicamp, 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_. As marcas da pantera. Foucault para historiadores. **Revista Resgate** (5): 22-32, Campinas: Papirus, 1993.

RECHTMAN, M. y PHEBO, L. **Pequena história da subordinação da mulher: as raízes da violência de gênero**. Rio de Janeiro. 2001.

REIS, Graça. **O Encontro Amoroso e outros encontros** – reflexão sobre amor, liberdade e capitalismo. Belo Horizonte, MG.: Editora do Instituto Felix Guattari, 2008, 128p.

RIBEIRO, Andréa Porto. **Representações sociais de professoras da educação infantil sobre**

**alunos(as) das classes populares(1990).** 2017, 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

RIBEIRO FILHO, Emanuel. **O que é a perversão para Freud.** Científico 1 Ba, 2006 [PDF](#) jan 2011.

RICOEUR, Paul (1913). **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François[et al], Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007, p.247-305.

ROCHA, L. M. L. N. Políticas públicas, violência doméstica e a relação público/privado. In: **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero.** São Paulo, Veras editora, 2007 (série temas:6).

\_\_\_\_\_. O processo de ruptura: as tentativas de sair da violência conjugal. In: **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero.** São Paulo: Veras Editora, 2007. Série tema, 6.

RODRIGUES, Jane de F. S. **Perfis femininos: simbologia e representação na sociedade uberlandense – 1920/1954.** São Paulo: USP, 1995. (Tese, Doutorado).

SÁ, Celso P. **Núcleo Central das representações sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987, vol.10, (Coleção Polêmica).

\_\_\_\_\_. Feminismo e seus frutos no Brasil. In: SADER, e. (Org.). **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero: violência masculina contra a mulher. In: RIBEIRO, H. et al. **Mulher e dignidade: dos mitos à libertação.** São Paulo: Paulinas, 1989.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas** 2(2): 443-61, 2º sem./94.

\_\_\_\_\_. **No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual.** S/d., p.1-105, mimeo.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas** 2(2): 443-61, 2º sem./94.

\_\_\_\_\_. Rearticulando gênero e classe social. **Seminário – estudos sobre mulher no Brasil – avaliação e perspectivas.** Fundação Carlos Chagas, 27 a 30/11/1990.

\_\_\_\_\_. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: **Mulher brasileira é assim.** R.J: NIPAS: Rosa dos tempos; Brasília: UNICEF, 1994.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, nº 16. Campinas: UNICAMP, 2001.

SAFFIOTI, H. & ALMEIDA, Suelly S. de. **Violência de gênero – poder e impotência.** Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAMARA, Eni de M. **A mulher, o poder e a família.** São Paulo: Marco Zero/Sec. Est. da Cultura de São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. Feminismo, justiça social e cidadania na América. **Caderno Espaço Feminino** (2): 5-14, jan./dez./95. Uberlândia: Neguem/CDHIS/Edufu.

SANTOS, M. Cecília MacDowel dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa ‘não inocente’ com Donna Haraway”. **Cadernos Pagu** (5): 43-72, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1995.

SARDENBERG, Cecília M.B. Gênero e políticas para mulheres no Brasil: reflexões em torno de uma experiência doída. Dossiê: Usos acrílicos do gênero. In: **Caderno Espaço Feminino**. V.28, n.2, ago./dez., 2015, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História(CDHIS), NEGUEM, p.505-541.

SARLO, Beatriz. A História contra o esquecimento; um olhar político – em defesa do partidário na arte. In: **Paisagens Imaginárias**. EDUSP, 1997, p.35-42; p.55-63.

SCHRAIBER, Lília Blima et al. **Violência dói e não é direito**: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade** 16(2): 5-22, Porto Alegre: Vozes, jul./dez., 1990.

\_\_\_\_\_. Debate - Prefácio à gender and politics of history. **Cadernos Pagu** (3): 11-28, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. A invisibilidade da experiência. **Proj. História** - 16. São Paulo: Ed.PUC, fev. 1998, p.297-325.

\_\_\_\_\_. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999.

SEED, Patrícia. Narrativas de Don Juan: a linguagem da sedução na literatura e na sociedade hispânica do séc. XVII. **Cadernos Pagu** (2): 7-46, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

SILVA, Ma. Escolástica A. **Mulher substantivo masculino**. Campinas, 1988. Tese (Doutorado). IFCH/UNICAMP.

SILVA, Luís A. M. da. Gênero: um tema e/ou um conceito? **XVI Reunião anual/Anpocs**. IFCS/UFRJ e IUERI. Caxambu, out., 1990.

SILVA, Marlise V. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Conjugalidade e violência**: retratos em multicolor. Tese de doutorado em ciências sociais PUC. São Paulo 1999.

SIMMEL, George. Cultura feminina (1902). In: \_\_\_\_\_ **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.67-91.

SOARES, Barbara M. **Mulheres Invisíveis** – violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOCHODOLAC, Hélio et al. A história cultural no Brasil: entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Junior. **Revista TEL**, Irati, v. 7, n.1, p. 09-33, jan. /jun. 2016- ISSN 2177-6644

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: VÁRIOS AUTORES. **História das mulheres no Brasil**. (Org. de Mary Del Priore). São Paulo: Contexto, 1997, p.362-400.

SORJ, B. & MONTERO, P. S.O.S. Mulher e a luta contra a violência. VÁRIAS AUTORAS. **Perspectivas antropológicas da mulher** (4): 101-37, Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SOUZA, Valquíria Alencar. Por Uma Educação Escolar Não-Sexista; Sugestões; Desafios; Mulheres em Luta: primeiros passos. In: **Temas em Educação**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência - guia prático para educadores e educadoras.** São Paulo: Universidade de São Paulo(USP), NEMGE/CNPq, 2ed., revista e ampliada, 2006.

SOUSA, M. C. de. **O papel da mulher nos novos arranjos sociais da família brasileira: o desafio de garantir direitos.** Mini curso do CRESS 7º região. S/d.

TELES, Maria A. de Oliveira. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense de 2003. (Coleção Primeiros Passos)

TELES, M. Amélia de Azevedo et al. **Mulheres espancadas: a violência denunciada.** São Paulo: Cortez, 1985.

TELES, Maria A. de A. & MELO, Mônica de. **Violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2002.

TIBURI, Marcia (org.). Várias autoras. Dossiê e entrevista exclusiva com Judith Butler. Feminismo como Provocação. **Revista Cult**, n.185, ano16, novembro 2013, p.20 a 47.

THOMPSON, P. **A voz do passado.** História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Intervalo: a lógica histórica; o termo ausente; experiência. In: **Miséria da Teoria** ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1981, p.47-62 e p.180-201.

TILLY, Louise A. Debate - Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3): 29-62, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

TONELI, M. J. F. [et al], (Org.), (2010). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.

TORRES, Marieze Rosa. **Hóspedes Incômodas? Emoções na Sociologia Norte Americana.** Tese de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2009.

WHITE, Hayden. Enredo e Verdade na Escrita da História. In: MALERBA, Jurandir(org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006, p.191-210.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. Meios de comunicação como meios de produção. In: **Cultura e Materialismo.** Trad. André Glaser. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p.43-86.

VARIKAS, Eleni. Debate - A propósito do desacordo Tilly–Scott. **Cadernos Pagu** (3): 63-84, Núcleo de Estudos de Gênero/IFCH, Campinas: Unicamp, 1994.

ZALUAR, Alba. Mulher de bandido: crônica de uma cidade menos musical. **Revista Estudos Feministas** (1): 135-42, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice 1 – Similitudes e Nuvens, com representações gráficas por meio do Software Iramuteq®**









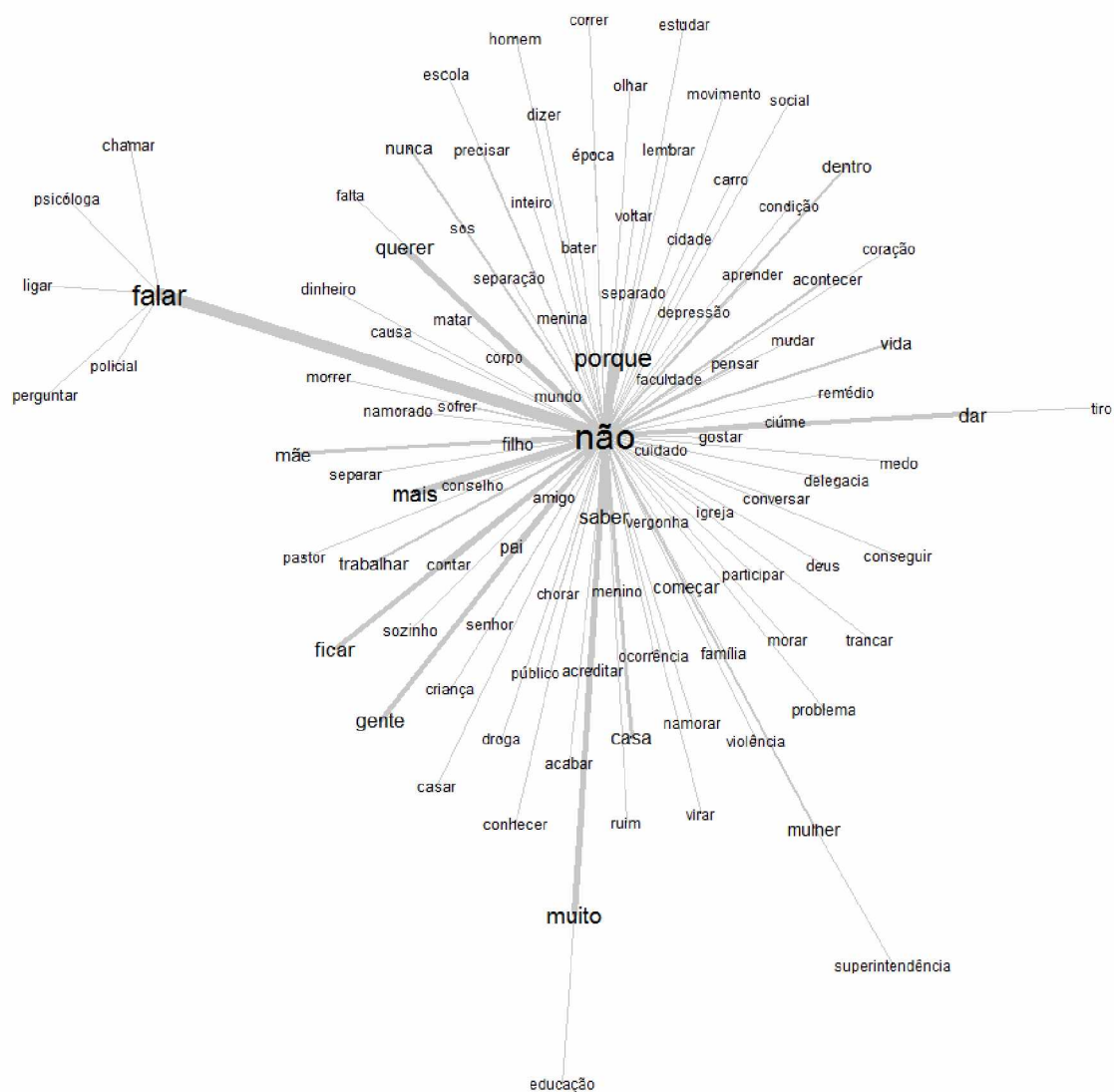












Fonte: análise da pesquisadora conforme *software* Iramuteq, 2017, com auxílio técnico da profissional Andréa Porto.

Nuvem de palavras 04 - Mulheres que vivenciam violências







Uberlândia, 13 de outubro de 2014.

### **TERMO DE COMPROMISSO**

Eu, **Cláudia Costa Guerra** portadora da cédula de identidade 20.912.455 SSP-SP, CPF:764.278.036-20 e autora do projeto de pesquisa sob o título provisório “**Representações de violência de gênero: práticas e discursos que permeiam conflitos familiares e instituições sociais (Uberlândia-MG., 1997 a 2017)**”, desenvolvido sob orientação do professor(a) Dra. Vera Lúcia Puga do doutorado em História Social, linha História e Cultura, da Universidade Federal de Uberlândia – MG comprometo-me a manter em sigilo os nomes dos(as) usuários(as) do serviço e qualquer outra informação que permita identificá-los(as), bem como comprometo-me a pautar-me pela ética e respeito aos direitos humanos na coleta de dados.

Quando da qualificação, caso solicitem, posso passar cópia do trabalho para Diretoria da ONG. Uma vez aprovada versão final, comprometo-me ainda a entregar uma cópia do mesmo para ser arquivada na Biblioteca da ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia e, caso solicitada, a apresentar os resultados da pesquisa à equipe da ONG em Curso de Formação Continuada, Simpósio ou em eventos específicos.

A data prevista para apresentação da Tese, na Universidade, é entre 2017 a 2018.

Cláudia Costa Guerra - Pesquisador(a)



Uberlândia, 13 de outubro de 2014.

### **AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO ACADÊMICO NA INSTITUIÇÃO**

Autorizo a realização do trabalho acadêmico, sob o título provisório “**Representações de violência de gênero: práticas e discursos que permeiam conflitos familiares e instituições sociais (Uberlândia-MG., 1997 a 2017)**”, a ser desenvolvido pelo(a) pesquisador(a)/aluno(a) **Cláudia Costa Guerra**, sob orientação do professor(a) Dra. Vera Lúcia Puga, da Universidade Federal de Uberlândia- MG. Concordo que se utilize o espaço da organização, em seu horário de funcionamento e com o acompanhamento de alguém da ONG, para a coleta de dados com os objetivos de conhecer profundamente a violência conjugal e familiar e divulgar seus resultados contribuir com visibilizar a questão, fomentar políticas públicas por parte de organizações não governamentais e governamentais e minimizar o problema.

Fui informado(a) de que esse trabalho faz parte da exigência curricular do **Doutorado do Curso de História**, linha História e Cultura, da Pós Graduação da Universidade Federal de Uberlândia e que a metodologia utilizada envolverá:

- (X) entrevista com usuárias(os) do serviço;
- (X) entrevista com profissionais fixos(as) de todos os setores;
- (X) entrevista com voluntários(as) de todos os setores;
- (X) entrevista com estagiários(as) de todos os setores;
- (X) coleta de dados em relatórios oriundos de prontuários;
- (X) leitura de material da mini biblioteca da ONG;
- (X) especificar outros – atas, projetos, relatórios ...

Assinatura de Membro da Diretoria da SOS Ação Mulher e Família de Uberlândia



**Universidade Federal de Uberlândia**  
**Instituto de História**  
**Programa de Pós Graduação em História**

**Doutorado em História Social**  
**Linha: História e Cultura**

**TERMO PARA PROFISSIONAIS**

Você está sendo convidada(o) para participar da pesquisa de Doutorado em História/UFU, com tema “**Representações de violência de gênero: práticas e discursos que permeiam conflitos familiares e instituições sociais (Uberlândia-MG., 1997 a 2017)**”, de **Cláudia Costa Guerra**, sob orientação da profa. Dra. Vera Lúcia Puga. Por meio dessa pesquisa e de seus resultados, buscamos conhecer divulgar resultados sobre conflitos conjugais e familiares. O conteúdo da pesquisa será usado academicamente, socializado em eventos sobre a temática e para possíveis publicações. Caso deseje, após a digitalização da entrevista posso lhe mostrar para que leia e assine embaixo e basta se manifestar sobre isso.

Se participar, você prefere:

(    ) não ser identificada(o)                      (    ) posso ser identificada(o)

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:

Cláudia Costa Guerra (fone) ou [guerra.professora@gmail.com](mailto:guerra.professora@gmail.com)

Esse termo é assinado em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e outra para a pessoa participante.

Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido(a).

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa: nome completo acima

CPF ou RG: \_\_\_\_\_

Idade, e-mail/fones: \_\_\_\_\_



**Universidade Federal de Uberlândia**



**Instituto de História**  
**Programa de Pós Graduação em História**  
**Doutorado em História Social**  
**Linha: História e Cultura**

**TERMO PARA PESSOAS ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS**

Você está sendo convidada(o) para participar da pesquisa de Doutorado em História/UFU com tema provisório “**Representações de violência de gênero e conflitos em relacionamentos: práticas e discursos de sujeitos que permeiam as instituições sociais (Uberlândia-MG. ,1997 a 2017)**”, de **Cláudia Costa Guerra**, sob orientação da profa. Dra. Vera Lúcia Puga. Por meio dessa pesquisa e de seus resultados, buscamos conhecer divulgar resultados sobre conflitos conjugais e familiares. O conteúdo da pesquisa será usado academicamente, socializado em eventos sobre a temática e para possíveis publicações. Caso deseje, após a digitalização da entrevista posso lhe mostrar para que leia e assine embaixo.

Se participar, você não será identificada(o) ou terá seus dados de identificação divulgados.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com:  
 Cláudia Costa Guerra (fone) ou [guerra.professora@gmail.com](mailto:guerra.professora@gmail.com)

Esse termo é assinado em duas vias, sendo uma para a pesquisadora e outra para a pessoa participante.

Uberlândia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Eu aceito participar da pesquisa citada acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido(a).

---

Participante da pesquisa: nome completo acima

CPF ou RG: \_\_\_\_\_

Idade, profissão, escolaridade, estado civil, e-mail/fones: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE 3 - Roteiro semiestruturado das entrevistas com pessoas que vivenciam violência conjugal e profissionais que lidam com essas situações**

- 1) Autorização formal da entrevista (instrumental apêndice 2).

- 2) data e identificação pessoal, profissional e acadêmica;
- 3) resumo da história de vida e sobre família de origem e escolhas;
- 4) representações sobre gênero (funções/lugares de homens e mulheres), cultura que contempla educação formal, informal, sociabilidades, intolerâncias, recursos das artes, veículos de produção e comunicação;
- 5) historicidade violências e relação violências físicas e não físicas, poder e gênero;
- 6) gênero e autonomia x heteronomia;
- 7) “ciclos”, “espirais” e representações na e sobre a relações conjugais e intrafamiliares violentas;
- 8) fatores inibidores, dificuldades em se buscar ajuda e romper com a relação;
- 9) a partir das representações de gênero e poder, quais as de corpos, intimidades/sexualidades, ciúmes, amores, paixões e violências;
- 10) saúde: impactos das violências e de dependências químicas;
- 11) peso da religiosidade nas relações de violências;
- 12) permanências, mudanças, resistências, inusitados diante da violência vivenciada e sobre estratégias de reação e convivência;
- 13) sentidos/concepções sobre violências e pluralidade dos sentimentos na convivência violenta;
- 14) o que pensa sobre a Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio e outras legislações
- 15) visões sobre a rede de enfrentamento à violência conjugal e familiar e sobre movimentos sociais, avanços, retrocessos e possibilidades.

**APÊNDICE 4 – Quadro detalhado de entrevistadas(os) de 2014 a 2017 que vivenciam violências conjugais e de profissionais que lidam com situações**

<b>Nome fictício, características, histórico/data/duração entrevista/local atendida(o) ou atua</b>
<b>Quantidade pessoas entrevistadas por vez e no total (total aproximado 70 h entrevistas com 57 pessoas) e observações</b>
<b>Entrevistas gravadas/ transcritas com pessoas vivenciam = 29</b>
1)Entrevista realizada, em 13 nov., 2014, com Sr <sup>a</sup> <b>Orquídea</b> , 52 anos, terapeuta ocupacional, com 2º- grau em técnica agrícola, cuidadora de idoso, Religião Espírita Kardecista, filha de militar, foi abusada por cunhado, está no segundo casamento

com união estável há 22 anos, teve 1 filha de 27 anos do primeiro relacionamento e 1 filho de 20 anos no segundo e Sr <sup>a</sup> Glicínia, 27 anos, respectivamente mãe e filha (a filha dela é registrada no nome dos avós), vivenciam violência pelo esposo e padrasto e reciprocamente mãe e filha. O esposo é médico psiquiatra conhecido em Uberlândia, boa condição financeira, Espírita, segundo ela faz uso de droga ilícita e a filha também. Elas foram atendidas na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 1h 57min. (2 pessoas entrevistadas), na SOS Mulher e Família de Uberlândia. OBS: tive acesso ao prontuário atendimento da Sr <sup>a</sup> Glicínia na SOS. A entrevista seria individual, mas filha desejou participar para relatar violências por ela também vivenciadas e não me opus.
2) Entrevista narração de próprio punho (por opção dela), realizada, em 23 jun. 2016, com Sr <sup>a</sup> Camélia, 43 anos, casada há 21 anos, 2 filhos, sendo “um de cada pai”(menção dela), classe média baixa, considera-se gorda, atuou como bancária por muitos anos e largou a estabilidade para acompanhar esposo em mudança trabalho e cidade, foi corretora de seguros, atualmente desempregada e faz alguns “bicos”, Católica, Graduada em Secretariado Executivo, viveu abusos sexuais por parte de parentes na infância e adolescência, vive episódios de violências com quem se relaciona, tendo se separado algumas vezes e por pouco tempo dele e retornado, não foi atendida em instituição, duração de 2h, na residência dela.
3) Entrevista realizada, em 13 jun. 2016, com Sr <sup>a</sup> Lisianthus, 25 anos, do lar, desempregada(foi vendedora de roupas e trabalhou em escritório), 2 filhos(uma de 6 anos que reside com avó paterna e um de 3 anos que reside com ela e avós maternos), 1º- colegial completo, classe média, branca, Evangélica, simpatizante da Shalom e do espiritismo, pai dela foi ausente e violento com a mãe, pais dela separados e mãe dela casou-se de novo, começou a namorar nova e namorado faleceu em acidente, com 5 meses de namoro noivou e foi morar junto com ex-marido(ela com 14 anos e ele com 29), foram 8 anos de relacionamento, viveu com ele violência(espancamentos, humilhações, destruição pertences, ameaça de morte) com ex marido, ele trabalha com caminhão de petróleo e tem até a 4ª série e possui 2 filhos com ela e um com outra mulher e com Sr <sup>a</sup> Lavanda (mãe dela chegou durante entrevista e fez comentários revelando apoio à filha com representações diferentes quanto a romper o espiral de violências, mas não participou da entrevista na íntegra, pois combinada somente com a filha), ela teve gravidez precoce aos 14 anos e tumultuada dessa filha e quase a perdeu, duração de 2h, na residência da mãe dela.
4) Entrevista realizada, em 16 mai. 2016, com Sr <sup>a</sup> Tussilagem, branca, 47 anos, única filha de 4 irmãos (tendo sido um deles dependente químico e suicidou-se), classe média baixa, Graduada em Enfermagem, desempregada(prestando concursos), foi gerente de área em hospitais, vendeu bombons para complementar renda, Católica, 3 filhos(2 meninas, tendo uma falecido aos 6 anos de acidente de carro e a outra adolescente violentada por esposo de tia, aos 9 anos, e ainda 1 filho jovem que foi dependente químico, teve depressão, tentativa de suicídio e hoje batizado na Igreja Batista), casada, início namoro com 13 anos para sair de casa, conheceu esposo aos 16 anos, com quem convive até o momento e há pouco tempo teve câncer na medula óssea e momento de impotência sexual, trabalhava com caminhões e viajava muito e, no momento, atividade que não viaja. Vivenciou violências domésticas (por parte do pai, dependente químico, foi abusada sexualmente aos 6 anos e constantemente espancada; do filho, dependente químico e que tentou suicídio, espancada). Mãe dela sofria maus tratos pelo esposo e foi sua referência, juntamente com igreja, quanto a valores de honestidade, pai dela que faleceu de câncer. E de chefes vivenciou assédio sexual, moral e uso do nome para falcatrues e não atendida em instituição. Teve depressão, tentou suicídio, considera-se “gordinha feia”, houve traições no casamento. Foi eleita delegada de Conferência de Políticas para Mulheres, duração de 3h, na residência dela.
5) Entrevista realizada, em 13 mai e 17jul.2015, com Sr <sup>a</sup> Bromélia, 45 anos, 2 filhas (de outro relacionamento), maiores de idade, uma casada e com filho(neta dela) a outra filha é homossexual, Empregada Doméstica, Evangélica, Fundamental Completo, que vivenciou violências e foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, tentativa de suicídio, com 2h10. OBS.: Tive acesso ao prontuário atendimento dela no SOS.
6)Entrevista realizada, em 17out.2014, com Sr <sup>a</sup> Calla, 25 anos, negra, do lar, bordadeira, amasiada há seis anos, Evangélica, vivenciou violências e atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração de 8 min., na residência dela. OBS: Esposo estava em cômodo ao lado durante a entrevista e por isso fui estrategicamente breve. Tive acesso ao prontuário atendimento dela no SOS em 2014.
7)Entrevista realizada, em 28 mai.2016, com Sr <sup>a</sup> Convolvulus, 33 anos, doméstica, casou-se pela primeira vez aos 14 anos, após 1 mês de namoro e ficou 11 anos casada, 3 filhos(2 do primeiro casamento) e 1 do 2º- casamento, aos 26 anos, tendo se casado após 3 meses de namoro, concluiu Ensino Fundamental, com quem vivenciou violências e filhas (2 anos e a outra quando tinha 10 aproximadamente e no contexto da entrevista, a menor está com 5 e a outra com 15 anos) também com o pai-padrasto do 2º- casamento que durou 3 anos e ele que nega abusos. Ele caminhoneiro, acha que ele estudou 1º- grau, alega que ele a traiu com outro homem (sobrinho da irmã dela), ela passou por violências institucionais: defensor público assediador, ela publiciza em TV, veículo comunicação noticiário policial com viés sensacionalista, abusos das filhas, foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, com duração de 50 min., na residência dela.
8)Entrevista realizada, em 01 mar. 2016, com Sr <sup>a</sup> Anémona, casada, com 3 filhos, segundo ela “um de cada pai”. Ela é mãe de jovem assassinada por relacionamento de união estável, Sr <sup>a</sup> Gloxínia, duração 1h 4 min., na residência dela.
9)Entrevista realizada, em 31 mai. 2016 e complementos em dez. 2017, Sr <sup>a</sup> Flor, 41 anos, possui 5ª ano do Ensino Fundamental, empregada doméstica, parda, 3 filhos de dois 2 pais diferentes, Evangélica, abusada na infância, abandonada pela mãe (alcoolatra e se prostituía), tentou suicídio e foi dependente química,viveu violências em dois relacionamentos e atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 2h. Houve duas partes complementadas posteriormente à entrevista.
10) Entrevista realizada, em 04 jul. 2016, com Sr <sup>a</sup> Helicônia, 36 anos, professora de História da Rede Estadual, ensino fundamental História, sem filhos, negra, viveu violências em dois relacionamentos e dúvidas sobre abusos sexuais, militou em movimento estudantil, considera-se feminista e estuda sobre a questão, atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia,

<p>duração 1h 02min, na Universidade Federal de Uberlândia.</p> <p>11) Entrevista realizada, em 30 jun. 2016, 01 março de 2017, maio de 2017 com <b>Sr<sup>a</sup> Consolida</b>, 42 anos, branca, manicure, 3 filhos(um de 24 anos do 1º- relacionamento, um de 22 anos do 2º- relacionamento, ambos filhos casados, sendo avó de 1 neto do mais velho, e uma filha de 7 anos do 3º- relacionamento e que mora com ela), não utilizava contraceptivos, Católica, fez até 7ª- série e depois cursos técnicos, viveu violências em 3 relacionamentos: no 1º- casou-se aos 16 anos e ele com 28 anos, negro que fez até 4-a série, pedreiro, durou 2 anos; no 2º- relacionamento ela com 17 e ele com 16 anos, japonês, durou 15 anos, ele ajudante de leiteiro, com 1º- coletigial e curso técnico, engravidou com 21 anos, sem violências físicas, mas com ciúmes e gritos; 3º- relação com violências, traição, ele trabalha com usina e possui 57 anos; pai dela falecido e mãe dela com AVC acamada há 6 anos e ela quem cuida (reside com ela, filha), foi obesa na 2ª gravidez(não é mais), e no último relacionamento foi atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 1h 58min., no trabalho dela após expediente.</p> <p>12)Entrevista realizada, em 29 out. 2014 e em 25 ago. 2015, com <b>Sr<sup>a</sup> Iris</b>, 36 anos, com quatro filhos, segundo grau, Funcionária Pública, Evangélica, viveu violências, tentou suicídio, molestada por padrasto, gravidez indesejada na adolescência, não atendida em instituição, duração 2h 08 min., na minha residência. OBS. A primeira entrevista teve problemas técnicos, precisando ser refeita.</p> <p>13)Entrevista realizada, em 21abr. 2016, com <b>Sr<sup>a</sup> Petúnia</b>, 40 anos, 1 filho, Conselheira Tutelar, irmã de professora rede pública, Sr<sup>a</sup> Gardênia, assassinada por ex-namorado Policial Militar, em 2015, duração 2h 10min., na Universidade Federal de Uberlândia após buscá-la em sua residência.</p> <p>14) Entrevista realizada, em 22 dez. 2015, com <b>Sr<sup>a</sup> Erva Doce</b>, 39 anos, classe baixa, foi boia fria, mãe assassinada por engano, criada pela avó, tentou suicídio, história família de origem de violências, feminista, participa do movimento sem-terra e pela reforma agrária, moradora da zona rural, prestando vestibular para curso técnico na área agrária, viveu violências com esposo participante do movimento sem terra, duração de 1h 46 min., na residência dela.</p> <p>15) Entrevista autobiográfica realizada, em 25 mai. 2016, com <b>Sr<sup>a</sup> Aster</b>, 47 anos, Mestre em Jornalismo, fez duas faculdades: Jornalismo e Administração, professora em graduação, branca, solteira, classe média e sem filhos, mas dois cachorros, viveu violências na infância, duração 2h. Como a entrevista não foi gravada por problemas técnicos, posteriormente ela narrou e encaminhou por escrito à mim. Isso se deu por vontade própria e pela dificuldade em se reunir devido sobrecarga de trabalho da mesma. Também constatou que a possibilidade de escrever, favoreceu que a mesma tivesse contato de um outro modo com sua própria experiência.</p> <p>16) Entrevista realizada, em 23 dez. 2015, com <b>Sr<sup>a</sup> Alissum</b>, 52 anos, negra, histórico família de origem com violências, Pedagoga com pós-graduação, do movimento negro popular, foi eleita delegada de Conferência para Mulheres, 4 filhos, 2 do casamento e dois adotados depois de separada, 2 deles na faculdade, viveu violências e foi atendida pela Delegacia de Mulheres, duração 2h 41min., no local de trabalho dela.</p> <p>17) Entrevista realizada, em 02 mai. 2016, com <b>Sr<sup>a</sup> Margarida</b>, 57 anos, 2 filhos, classe média alta, branca, cursou até o Ensino Médio, viveu violências com dois maridos, atendida pela Polícia Militar, IML/HC/ UFU e pela Delegacia de Mulheres, duração 2h 20 min., na residência dela. Repassou-me, também, o Boletim de Ocorrência e fotos com hematomas de agressão.</p> <p>18)Entrevista realizada, em 3 set. 2016, com <b>Sr<sup>a</sup> Smilax</b>, 42 anos, Graduada em Ciências Sociais, dois filhos, sendo um de nove e outro de seis anos, vendedora, renda mensal de R\$2.100,00 a R\$3.100,00. Evangélica, fez Magistério, professora, pais rígidos, o primeiro namorado tornou-se marido, após 6 meses de namoro, quando ela tinha dezessete anos, viveu violências com ex-esposo, duração 40 min. OBS: após tentativas de agendamento e por indisponibilidade dela que iria sair do país para morar com amigos, após conhecer alguém desse país nas redes sociais, foi gravada entrevista por telefone e ficou de enviar termo de consentimento virtualmente.</p> <p>19)Entrevista realizada, em 21 nov.2016, com <b>Sr<sup>a</sup> Nigella</b>, 23 anos, negra, Cursa Administração em faculdade particular, babá e vende doces, viveu violências e não atendida em instituição, duração de 21min., no intervalo, na faculdade onde ela estuda.</p> <p>20) Entrevista e documentos de 18 nov.2015, 16 dez. 2015, 18 jan. 2016, 22 mar.2016, 09 out. 2016, 27 mai.2017 com síntese relatos da <b>Sr<sup>a</sup> Papoila</b>, 46 anos, classe média, branca, funcionária pública área de saúde da rede municipal, Graduada, foi Católica e atualmente Evangélica, casaou-se grávida após poucos meses de namoro, com quem teve vários(as) filhos(as) e ficou casada por 25 anos, com episódios de violências, está divorciada, teve relacionamento breve e conturbado com dependente químico, viveu violência/estupro por parte de padre, com vínculos políticos e ligado a movimentos sociais, dessa violência, resultou filho de gravidez indesejada, está em novo relacionamento com homem bem mais velho, encontra-se em processo terapêutico há anos, duração 2h, na residência dela. OBS: Possuo documentos protocolos Diocese, Atas reuniões CMDM e ofício, anotações reuniões PMU e encaminhamentos e Decreto Municipal exoneração.</p> <p>21) Entrevistas realizadas, em 2014, com <b>Sr<sup>a</sup> Adonis</b>, 1 filho; <b>Sr<sup>a</sup> Alstroénia</b>, Evangélica, 2 filhos, um é albergado; <b>Sr<sup>a</sup> Amaranto</b>, aposentada; <b>Sr<sup>a</sup> Amarilis</b>, sem filhos, viveram violências, atendidas na Delegacia de Mulheres, na sala de espera. Outra pesquisadora mestranda realizou e compartilhou em identificação pessoas. OBS: Desconsidere no número total de entrevistas realizadas por mim (4 entrevistadas)</p> <p>22) Entrevista realizada, em 13 mai. 2016, com <b>Sr. Crisântemo</b>, possui até a 4ª série, vendedor de tapioca, de ervas, de produtos naturais, de livros, produz poesias, nordestino, cita trechos da bíblia, viveu violências e atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 2h., na residência dele.</p> <p>23) Entrevista realizada, em 5 nov. 2014, com <b>Sr. Lírio</b>, 36 anos e três filhos (dois com a autora de violência, um menino e uma menina) e um enteado, classe média, advogado, doutorando, foi do movimento da juventude e estudantil, militante de partido político que considera progressista e de esquerda, viveu violências e foi atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, PM, Judiciário, Conselho Tutelar, duração 1h 50 min., compartilhamento virtual comigo sobre andamento do</p>
---

caso , em 19 abr. 2017, duração 20 min. OBS: posuo prontuário atendimento SOS em 2002, depoimentos dos filhos e do enteado dele na Delegacia da Criança e Adolescente e também da funcionária doméstica da autora filhos, B.Os, REDs, mensagens celular entre eles.
24)Entrevista realizada, em 12 jul. 2016, com casal <b>Sr. Rosmaninho</b> , 27 anos, Católico, concluiu faculdade Srª Rosa, 22 anos, 1 filha de 3 anos, Espírita, casal viveu violências, ele buscou, como vítima, auxílio e foram atendidos pela PM e SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 2h 10 min., na residência deles (2 entrevistado/a). OBS: Tive acesso ao prontuário atendimento deles no SOS, em 2014.
25) Entrevista realizada, em 13 jun. 2016, com <b>Sr. Gerânio</b> , gay, 20 anos, trabalha no Shopping e abandonou a faculdade, tem 1 irmão, conviveu com agressão dos pais desde criança, pai ameaçou matá-lo quando criança, pais separados, viveu violências, não atendido em instituição, duração de 56 min., na faculdade onde estudou.
26)Entrevista realizada, em 11 jun. 2016, com <b>Sr. Delfínio</b> , 26 anos, Mestre em História, professor de História na rede estadual, gay, integra movimento social em prol de LGBTs, viveu violências em relacionamentos afetivos e homofobia fora do país , “gordinho”, branco, não atendido em instituição, duração 1h 28min., na Universidade Federal de Uberlândia.
27) Entrevista realizada, em 8 jul. 2016, com <b>Sr. Jasmin</b> , Mecânico, 28 anos, foi casado, atualmente solteiro, completou Ensino Médio, Católico, autor violências com Tentativa de Homicídio com ex-namorada, ficou preso por um tempo, passou pela Delegacia de Mulheres, Judiciário que o encaminhou para ser atendido na SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 1h 24 min., na residência dele.
28) <b>Srª Lobélia</b> , 35 anos, Do Lar, Ensino Fundamental Incompleto, 3 filhos, classe baixa, 20 anos de casamento; Sr. Cornizo, 37 anos, Pedreiro, Fundamental Incompleto, Católico, 3 filhos (9, 8 e 5 anos), registrou o bebê da esposa que estava grávida quando foi viver com ele. Casal juntos há 20 anos, com episódios de violências. OBS: Posuo somente prontuário de atendimento SOS e não computei no n. entrevistas realizadas pessoalmente.
29) <b>Srª Girassol</b> , 53 anos, Graduada em Educação Física e Pós-Graduação, doutora e pós-doutorado em Educação, Profa. Universitária, classe média-alta, viveu violências com ex-esposo e a filha também. OBS: Posuo sentença judicial (2017) contra ex-esposo, Sr. Acômito, condenado há 20 anos em primeira instância por abuso sexual da filha adotiva, <b>Srª Hibisco</b> , com 22 anos, mas abusada desde criança até fase adulta e posuo somente prontuário de atendimento SOS, em 2015, e conversas com ela por telefone em maio de 2017 e não computei no n. entrevistas realizadas pessoalmente, por não ter sido formal, ter enviado termo de consentimento sem assinatura digital, mas com dados dela.
30) <b>Srª Milefólio</b> , 61 anos, corretora de imóveis, segundo grau completo, viúva, vivenciando perseguição de ex-namorado e ligou-me, mencionando o mal atendimento na Delegacia de Mulheres, CIM e ausência de orientações sobre o que fazer diante perturbações do ex-namorado que continua perseguindo-a. Enviou, virtualmente, termo de consentimento com seus dados à mim, sem assinatura digital e, por isso, não computada na pesquisa.
<b>Entrevistas gravadas/transcritas com profissionais a seguir = 28</b>
1)Entrevista realizada, em 06 jan. 2017, com <b>Srª Forsythia</b> , Pedagoga, 39 anos, divorciada, evangélica, três filhos (22, 23 e 25 anos) e uma neta. Atua no administrativo/recepção e auxiliou na brinquedoteca do CIM, duração de 1h., na residência dela.
2)Entrevista realizada, em 17 jul. 2015, com <b>Srª Dália</b> , Psicóloga Clínica e profa. universitária na rede privada, voluntária e fez atendimentos na SOS e da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 49 anos, solteira, católica, duração de 1h 29 min., na residência dela. Desde 2017, Presidente do CMDM.
3)Entrevista realizada, em 16 jul. 2015, com <b>Srª Iberis</b> , 31 anos, advogada, Delegada de Mulheres, casada, duração de 56 min., na Delegacia de Mulheres.
4) Entrevista realizada, em 02 set. 2015, com <b>Srª Alteia</b> , Assistente Social, Secretária Sedest/PMU, 41 ans, casada, dois filhos menores de idade, protestante; <b>Srª Tuberosa</b> , Assistente Social, Diretora Setor Atenção Especial/PMU; <b>Srª Agerato</b> , Pedagoga, Coordenadora da Casa-Abrigo Travessia, duração de 1h 9 min., na Sedest/Prefeitura Municipal de Uberlândia.(3 entrevistadas)
5)Entrevista realizada, em 21 jul. 2015, com <b>Srª Mimosa</b> , 57 anos, Dra. Historiadora, profa. universitária, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFU, casada, católica, 4 filhos (uma de 36, uma de 34, uma de 31 e um de 28 anos), duração 31 min., na residência dela.
6)Entrevista realizada, em 01jun. 2016, com <b>Sr. Coreopsis</b> , Psicólogo, 30 anos, profissional grupo Shama Apoio a Homossexuais, solteiro, ateu, sem filhos(as), duração 1h 12 min., na instituição Shama, onde atua.
7)Entrevista realizada, em 21 jul. 2015, com <b>Srª Edelvais</b> , 62 anos, Graduação em Ciências Sociais e História, Dra. Em Ciências Sociais, aposentada UFU, pesquisadora do NEGUEM/UFU, divorciada, católica, dois filhos (uma de três e outra de 26 anos), duração 1h 1min., na residência dela.
8)Entrevista realizada, em 30 mai. 2016, com <b>Srª Gerbera</b> , Pedagoga, feminista, negra, 62 anos, socialista, participou do movimento feminista nacional, Promotora Legal Popular, participa do COM-UDI e do movimento/grupo de mulheres de partido político (considerado por ela, do campo progressista, foi eleita delegada de Conf. Municipal, Estadual de Políticas para Mulheres; <b>Srª Erysimum</b> , 62 anos, trabalhadora rural, iniciou mas não concluiu curso Pedagogia, educadora popular, participa do COM-UDI/Comitê Mulheres em Ação de Uberlândia e do movimento/grupo de mulheres de partido político(considerado por ela, do campo progressista), duração 3h 13min., na residência da Srª Gerbera (2 entrevistadas)
9)Entrevista realizada, em 14 jun. 2016, com <b>Srª Magnólia</b> , Psicóloga, 67 anos, casada, dois filhos (uma de 34 e um de 37 anos) e se casou 2 vezes, avó, Psicóloga Clínica, não possui religião, voluntária da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 1h 16min., na residência dela.
10)Entrevista realizada, em 28 set. 2015, com <b>Srª Cravina</b> , Psicóloga aposentada. 60 anos, negra, participante no Núcleo

Gênero, Diversidade da ADUFU e do CMDM, aposentada da ESEBA/UFU, militante grupo mulheres partido político (considerado por ela, do campo progressista), duração 2h 17min., na sede da ADUFU.
11) Entrevista realizada, em 17 jul. 2015, com <b>Srª Hortência</b> , professora das primeiras séries do fundamental da rede municipal, Pedagoga, negra, participante do movimento negro, sindical e partido político (considerado por ela, do campo de esquerda), Superintendente da Mulher/PMU, 48 anos, católica, separada, três filhos (uma de 31, um de 33 e uma de 29 anos), duração 2h 1min., na sede da Superintendência da Mulher.
12) Entrevista realizada, em 03 mai. 2016, com <b>Srª Acácia</b> , Psicóloga e profa. UFU, realizou pós-doutorado fora do país, 47 anos, casada, católica, três filhos (uma de 25, um de 23 e um de 20 anos), duração 2h., na residência dela.
13) Entrevista realizada, em 16 set. 2015, com <b>Srª Bardana</b> , Pedagoga, funcionária pública concursada, 37 anos, Coordenadora do CIM, filha de militar; <b>Srª Aquiléia</b> , 25 anos, Advogada, recém formada, solteira, atua na recepção/administrativo do CIM; <b>Srª Centáurea</b> , 49 anos, Assistente Social, mestre, do CIM/PMU, divorciada, católica, com um filho de 25 anos, duração de 1h 50 min., na sede do CIM (3 entrevistadas)
14) Entrevista realizada, em 15 jul. 2015, 01 dez. 2017, com <b>Srª Violeta</b> , Psicóloga, Mestre, profa. universitária rede privada, classe média, afro descendente, voluntária da Diretoria da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 43 anos, casada, sem religião institucional, dois filhos (um de nove e uma de 12 anos), duração de 1h 3min., na sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia.
15) Entrevista realizada, em 24 jul. 2015, com <b>Srª Fuchsia</b> , Assistente Social SOS, com curso Especialização, 24 anos, negra, solteira, cristã; <b>Srª Urze</b> Psicóloga SOS, Curso de Especialização. Ambas em regime CLT da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 38 anos, solteira, com um filho de quatro anos, espírita kardecista, duração de 1h 40min., na sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia (2 entrevistadas)
16) Entrevista realizada, em 17 dez. 2015, com <b>Sr. Gladiolo</b> , Psicólogo SOS, 28 anos, casado, cristão; <b>Srª Prímula</b> , Psicóloga SOS; <b>Srª Frésia</b> , Assistente Social SOS. Todas(o) regime CLT na SOS Mulher e Família de Uberlândia, 27 anos, solteira, cristã, duração de 1h 33min., na sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia. (3 entrevistadas/o)
17) Entrevista realizada, em 19 mai. 2016, com <b>Srª Poinsetia</b> , 63 anos, classe média alta, Dra. História, profa. universitária faculdade privada, assessora de legislador, aposentada UFU, pesquisadora do NEGUEM e do CMDM, duração de 1h 19min., na Câmara Municipal de Uberlândia.
18) Entrevista realizada, em 6 mai. 2016, com <b>Srª Peônia</b> , Psicóloga Clínica, ex professora universitária, 70 anos, viúva, voluntária em instituição atendimento crianças e adolescentes infratores, duração de 1h 26min., na residência dela.
19) Entrevista realizada, em 25 fev. 2015, <b>Srª Tulipa</b> , Psicóloga regime CLT da SOS Mulher e Família de Uberlândia, duração 53min., na residência dela.
20) Entrevista realizada, em 26 abr. 2016, com <b>Srª Amendoeira</b> , 47 anos, Dra. Cientista Social e profa. Medicina UFU, participou do CEVIO, CRAVI, comissão contra violência sexual e pró operacionalização da legislação ao aborto legal, casada, agnóstica, um filho de 6 e uma de 20 anos, duração de 1h 25 min., na residência dela.
21) Entrevistas realizadas, em 2014, por mestranda colega, com agentes da rede de enfrentamento à violência <b>Srª Ranúnculo</b> , Delegada Mulheres na Delegacia; <b>Srª Hortência</b> , Superintendente Mulher, na Superintendência; <b>Sr. Narciso</b> PM do Programa PAM na SOS Mulher e Família de Uberlândia; <b>Srª Zinia</b> Assistente Social regime CLT da SOS Mulher e Família e do Programa PAM, na sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia. OBS.: Outra pesquisadora mestranda realizou tais entrevistas e compartilhou comigo o título de complementação à minha. Essas não foram computados no número total de entrevistas realizadas por mim. (4 pessoas entrevistadas)

## **APÊNDICE 5 – Outros recursos das artes (músicas, filmes, peças, poesias, imagens) relacionados ao tema, utilizados e recomendados**

### **4.1. Músicas - musicografia utilizada e recomendada**

**Maria da Vila Matilde** (por que se da Penha é Brava, Imagine a da Vila Matilde), 2015, Douglas Germano (canta Elza Soares);

**A paz**, 1986, Gilberto Gil e João Donato;

**Mesmo Quando a Boca Cala**, 2012, e Vinicius Calderoni, de 5 à Seco;

**Esquece e Vem**, 1987, Nico Rezende e Palinho Lima;

**Mania De Possuir**, 1986, Guilherme Arantes;

**O Negócio é Amar**, 2012, Carlos Lyra e Dolores Duran, regravação Álbum Mestres da MPB;

**Comportamento Geral**, 1973, Gonzaguinha, com Crioulo, álbum Luiz Gonzaga Júnior;

**Maria da Penha**, 2007, Paulinho Resende e Evandro Lima, canta Alcione, Álbum De Tudo Que eu Gosto;

**Tá Tudo Errado**, 1993, Gilson, Carlos Colla, Joran, canta Emílio Santiago;

**Cor de Rosa Choque**, 1982, Rita Lee, Álbum Rita Lee e Roberto de Carvalho;

**Mil Perdões**, 1984, Chico Buarque, Álbum Chico Buarque;

**Mora na Filosofia**, 1972, Monsueto e Arnaldo Passos, canta Caetano, Album Transa;

**Mulher** (Sexo Frágil), 1981, Erasmo Carlos, canta Erasmos Carlos, Álbum Mulher;

**Pagu**, 2000, Rita Lee e Zélia Duncan, canta Rita Lee;

**Tempo de Guerra**, 1965, Edu Lobo e Gianfrancesco Guarnieri, canta Maria Bethania, Repertório de 2 espetáculos, “Eu Vivo num Tempo de Guerra” e “Viramundo”

**Maria, Maria**, 1978, Milton Nascimento e Fernando Brant, Canta Elis Regina, Álbum Saudades do Brasil;

**Mulher Brasileira**, 1975, Benito Di Paula, canta Benito de Paula, Álbum Brasil Som 75;

**Cabocla Teresa**, 1936, Raul Torres e João Pacífico, canta Tonico e Tinoco;

**Quem diria** , 1979, Oswaldo Montenegro, Álbum Poeta Maldito;

**Vou pra rua**, 2016, original Rádio Álbum, canta Bruna Caran;

**Sonho Impossível**, 1972, Chico, Ruy Guerra, Joe Darion e Mitch Leigh Canta Maria Bethânia;

**Irônico**, 2016, Clarice Falcão, Álbum Problema Meu;

**Metamorfose Ambulante**, 1973, Raul Seixas, álbum Krig-ha, Bandolo;

**Castigo**, 1958, Dolores Duran;

**Se É Por Falta de Adeus**, 1955, Dolores Duran e Antonio Carlos Jobim,;

**A Mulher de Cada Porto**, 1985, Chico Buarque e Edu Lobo, Álbum o Corsário do Rei;

**Piercing**, 1999, Zeca Balero, Álbum Vô Imbolá;

**Saudade**, 2016, Marina Melo, Álbum Soft Apocalipse;

**Oração ao Tempo**, 1979, Caetano, Álbum Cinema Transcendental ;

**Laura**, 2016, Marina Melo, Álbum Soft Apocalipse;

**Resposta ao Tempo**, 2006, Aldir Blanc e Cristóvão Bastos, Álbum Resposta ao Tempo, canta Nana Caymmi;

**Face de Narciso**, 2013, Jorge Vercillo, Álbum Flor do Caribe;

**Filosofia de Amor**, 2009, Jota Maranhão, Canta, Jorge Vercillo;

**A Nível De...**, 1982, João Bosco e Aldir Blanc;

**Maldito**, 1963, Evaldo Gouveia e Jair Amorim, canta Altamar Dutra;

**I Will Survive, Eu Vou Sobreviver** (tradução), 1978, Gloria Gaynor, Álbum Love Tracks;

**Traduzir-se**, 1981, Raimundo Fagner, Raimundo Fagner com Chico Buarque, Oswaldo M.De (Poema de Ferreira Gullar, Na Vertigem do Dia (1975-1980), Álbum Traduzir-se;

**Dollhouse, Casa de Bonecas** (tradução), 2015, Melaine Martinez, **Casa de Bonecas** (tradução), Álbum Cry Baby;

**Pressa**, 2013, Aline Lessa;

**Proteção às Borboletas**, 1975, Benito Di Paula, Álbum Benito di Paula;

**Faltando um Pedaco**, 1981, Djavan, Álbum Seduzir;

**Só as cachorras**, 2015, Bonde do Tigrão, Álbum Cerol Na Mão;

**Me usa**, 1997, Samya Maia/ Fernando Frajola, canta Os Magníficos, Álbum Me Usa;

**Ciúme de Você**, 1968, Luiz Ayrão, canta Roberto Carlos, Álbum O Inimitável;

**O Ciúme**, 1987, Caetano Veloso

**The Hunting Ground**, 2015, Miriam Cutler, Canta Lady Gaga; Até Acontecer Com Você (tradução);

**Rosas**, 2016, Atitude Feminina;

**Ai, Que Saudades da Amélia**, 1942, Mário Lago, Canta Ataulfo Alves;

**Masculino e Feminino**, 1983, Pepeu Gomes, Baby Consuelo Pepeu Gomes e Didi Gomes, Álbum Masculino e Feminino;

**Ciúme**, 1985, Roger Rocha Moreira, Ultraje a Rigor, Álbum Nós Vamos Invadir sua Praia;

**Só um Tapinha**, 2000, Mc Naldinho e Dennis DJ, Mc Naldinho & Bela, Álbum Furacão 2000;

**Eu Só Peço a Deus**, 2005, Raul Ellwanger, canta Mercedes Sosa e Beth Carvalho;

**Pulso**, 1989, Arnaldo Antunes, Tonny Bellotto, Marcelo Frommer, Álbum Õ Blesq Blom;  
**Paciência**, 1999 Lenine e Dudu Falcão, Álbum Na Pressão;  
**O Quereres**, 1984, Caetano Veloso, Álbum Velô;  
**Um Homem Também Chora** (Guerreiro Menino), 1983, Gonzaguinha, Álbum Alô, Alô Brasil;  
**Não Enche**, 1997, Caetano Veloso, Álbum Livro;  
**Triste, Louca Ou Má**, 2016, El Hombre, Mateo piraces-ugarte, álbum Saltasbruxa;  
**Com Açúcar, Com Afeto**, 1995, Chico Buarque, Álbum Ao Vivo;  
**Quando o Sol Bater Na Janela do Teu Quarto**, 1989, Renato Russo, Dado Villa-Lobos, Marcelo Bonfá, Legião Urbana, Álbum As Quatro Estações;  
**Estúpido Rapaz**, 2005, Tom Zé, Álbum Estudando o Pagode;  
**Mulher Navio Negreiro**, 2005, Tom Zé, Álbum Estudando o Pagode;  
**Proposta de Amor**, 2005, Tom Zé e Maneco Tatit, Álbum Estudando o Pagode;  
**Todo Sentimento**, 1987, Chico Buarque, Álbum Francisco;  
**Lapinha**, 1974, Baden Powell e Paulo Sérgio Pinheiro, Elis Regina;  
**Sinal Fechado**, 1974, Paulinho da Viola, Álbum Foi um Rio Que Passou em Minha Vida;  
**Seu Corpo**, 1975, Roberto e Erasmo Carlos, Álbum Roberto Carlos;  
**Nuvens Sem Guia**, 1994, Geraldo Azevedo, Álbum Ao Vivo Comigo;  
**Paula e Bebeto**, 1975, Milton Nascimento e Caetano, Milton Nascimento, Álbum Minas;  
**Serra do Luar**, 1991, Walter Franco, Álbum Outras Caras;  
**Até Pensei**, 1968, Chico Buarque, Álbum Chico Buarque de Holanda Volume 3;  
**Dom de Iludir**, 1986, Caetano Veloso, Álbum Totalmente Demais;  
**Arte Longa**, 1994, Geraldo Azevedo, Álbum Ao Vivo Comigo;  
**Patota De Ipanema**, 1973 Toquinho e Vinicius, Maria Creuza;  
**O Samba da Benção**, 1967 Baden Powell e Vinicius de Moraes, Vinicius de Moraes;  
**Lenha**, 1999, Zeca Baleiro, Álbum Vô Imbolá;  
**Maldito Costume**, 1999, Sinhô, Ceumar, Álbum Dindinha;  
**Mulher da vida**, 1983, Milton Nascimento e Fernando Brant, canta Simone;  
**Alma**, 2001, Arnaldo Antunes e Pepeu Gomes, Zélia Duncan, Álbum Sortimento;  
**Minha Alma** 1999, Marcelo Yuka, O Rappa, Álbum Lado A lado B;  
**Macha, Fêmeo**, 1996, Arnaldo Antunes, Paulo Tatit e Marcelo Fromer, Álbum O Silêncio;  
**Respeita as Mina**, 2017, Kell Smith, Álbum Kell Smith;  
**Bicho de Sete Cabeças**, 1970, Geraldo Azevedo, Álbum Taxi Lunar;  
**O Casamento dos Pequenos Burgueses**, 1979, Chico Buarque, Alcione, Álbum Ópera do Malando;  
**Lesões Corporais**, 1992, Gilson Vieira da Silva e Joran Ferreira da Silva, canta Emílio Santiago, Álbum Aquarela Brasileira 5;  
**Cadê Juízo**, 1994, Gilson Vieira da Silva e Joran Ferreira da Silva, canta Emílio Santiago, Álbum Aquarela Brasileira 7;  
**Camila, Camila**, 1987, Sady Homrich / Carlos Stein / Thedy Corrêa, canta Nenhum de Nós, 1987, Álbum Nenhum de Nós;  
**Vitoriosa**, 2004, Ivan Lins e Vitor Martins, canta Ivan Lins, Álbum Cantando Histórias;  
**Vaca Profana**, 1986, Caetano Veloso, Álbum Totalmente Demais;  
**Mulheres de Atenas**, 1976, Chico Buarque e Augusto Boal, canta Chico Buarque, Álbum Meus Caros Amigos;  
**Violência**, 1987, Sérgio Britto e Charles Gavin, Titãs, Álbum Jesus não Tem Dentes no País dos Banguelas;  
**Mulheres Vulgares**, 1993, Edi Rock e KL Jay, Racionais MC's, Álbum Raio X Brasil;  
**Tigresa**, 1977, Caetano Veloso, Álbum Bicho;  
**Super-homem a Canção**, 1979, Gilberto Gil, Álbum Realce;  
**Valsinha**, 1971, Vinicius de Moraes, Chico Buarque, Álbum Construção;  
**Cotidiano**, 1971, Chico Buarque, Álbum Construção;  
**Mulher eu Sei**, 1995, Chico César, Álbum Aos Vivos;  
**Vacilão**, 2010, Emicida, Álbum Sua Mina Ouve Meu Rep Também;  
**Rua Augusta**, 2010, Emicida, Álbum Emicídio;  
**Vacilão**, 2002, Zé Roberto, canta Zeca Pagodinho;  
**Trepadeira**, 2013, Emicida, com participação de Wilson das Neves, 2013, Álbum O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui;  
**Só uma Mulher**, 2008, Evandro Fioti;  
**Ânima**, 1982 Milton Nascimento e José Renato, Álbum Ânima;  
**Sonho Impossível**, 1975, Chico Buarque, Ruy Guerra e Joe Darion, com Maria Bethânia, Álbum Chico Buarque & Maria Bethânia ao Vivo;  
**Eu Te Amo**, 1995, Chico Buarque e Telma Costa, Álbum Uma Palavra;  
**Trocando em Muídos**, 1977, Chico Buarque e Francis Hime, Álbum Chico Buarque;  
**Atrás da Porta**, 1972, Chico Buarque e Francis Hime, com Elis Regina;  
**Tocando em Frente**, 1992, Almir Sater e Renato Teixeira, Álbum Ao Vivo;



**Pra Não Dizer que Não Falei das Flores**, 1968, Geraldo Vandré;  
**Mulheres**, 1980, Toninho Gerais, canta Martinho da Vila;  
**Pedacinho**, 1983, Guilherme Arantes, Álbum Ligação;  
**Metáfora**, 1982, Gilberto Gil, Álbum Um Banda Um;  
**Desconstruindo Amélia**, 2009, Pitty, Álbum Chiaroscuro  
**Menina Pretinha**, 2016, Mc Soffia  
**Tô Na Luta**, 2016, Karol Conka  
**Tá pra Nascer Homem que Vai Mandar em Mim**, 2014, Pardal, wallace Viana e André Vieira, com Valesca Popozuda, Álbum Valesca Popozuda  
**Meu Herói**, 1999, Michael Sullivan e Paulo Ricardo, canta Angélica  
**Por Toda a Minha Vida**, 1959, Tom Jobim e Vinícius de Moraes  
**Que Amor É esse?** 2017, Zeca Balero, canta com atriz e cantora Alessandra Maestrini (trilha sonora filme, Álbum Arquivo Duetos 1  
**Meu amor, meu bem, me ame**, 1999, Zeca Baleiro, Álbum Vô Imbolá  
**Disritmia**, 1999, Zé Katimba, com Zeca Balero, Álbum Vô Imbolá  
**Fiu Fiu**, 2015, Paula Lima  
**Caçador de Mim**, 1981, Sérgio Magrão e Luiz Carlos Sá, Milton Nascimento, Álbum Caçador de Mim;  
**Respeita**, 2008, Ana Cañas,  
**Lei Maria da Penha**, 2016, Luana Hansen e Drika Ferreira;  
**Ligue 180**, 2016, Fernanda Azevedo,  
**Em Uma Só Voz**, 2016, Lidianne de Jesus;  
**Meu Pai é um Monstro**, 2016, Dr. Paulo  
**Maria da Penha**, 2016, Juraildes da Cruz Rodrigues e João Araújo;  
**Até Quando?**, 2001, Gabriel O Pensador, Tiago Mocotó e Itaal Shur, Álbum Seja Você Mesmo  
**Até quando esperar?**, 1985, Philippe, Seabra, André e Gutje, Plebe Rude, Álbum O Concreto já Rachou;  
**Igreja Universal**, 1992, João Gordo, Ratos do Porão, Álbum RDP ao Vivo  
**Deturpação Divina**, 1997, Mukeka Di Rato, Álbum Pasqualin na Terra do Xupa Kabra;  
**Onde Tem/Está Deus?**(Grupo Osasco)  
**Olhos nos Olhos**, 1976, Chico Buarque, Álbum Meus Caros Amigos;  
**A Gota D'água**, 1975, Chico Buarque e Paulo Pontes;  
**Sem Açúcar**, 1975, Chico Buarque;  
**Compasso**, 2006, Ângela Ro Ro e Ricardo MacCord, Álbum Compasso;  
**Amuleto**, 2017, Bruno Caliman, Tiê, Álbum Gaya;  
**Tudo ou Nada**, 2005, Zélia Duncan, Álbum pré, pós tudo, Bossa Band;  
**Diz nos Meus Olhos (Inclemência)**, 2005, Zélia Duncan, Álbum pré, pós tudo, Bossa Band.

## 5.2. Filmes, documentários, séries e vídeos educativos utilizados e recomendados

**Amor?**, de João Jardim, 2011, Brasil, 1h30.  
**Quem Matou Eloá?**, Documentário, de Livia Perez, Duração: 24 min, Plays 3.140, 2015, São Paulo, Brasil, colorido, 24 min.  
**A Maioria Oprimida**, 2010, documentário francês da francesa Eléonore Pourriat "Majorité Opprimée, evidencia o machismo na sociedade invertendo os papéis, por Leonardo Filomeno, 10 min.  
**O Sonho é Impossível?, The Impossible Dream**, 1983 · Curta-metragem/Filme mudo · 8 min, 1983, Direção: Dagmar Doubková.  
**Acorda Raimundo, acorda**, 1990, 11 min, Paulo Betti, Eliane Giardini, Zezé Mota, Zé Mayer.  
**Cócegas – A Mulher do Terceiro Milênio**, 2007, Deivid Andrade  
**Divã**, 2009, Brasil, com Lilia Cabral, direção:  
**Instituto Avon - em briga de marido e mulher se mete a colher**, vídeos de 1' premiados em 2013.  
**Adeus a linguagem**, Jean-luc Godard, 2015, França.  
**Quantas vezes te disseram " seja homem"?, The mask you live in**, Jennifer Siebel Newson, 2015, EUA.  
**Vidas partidas**, 2016, dir. Marcos Schichtman, Brasil.  
**O Livro das Revelações** é uma produção australiana de 2006. A Diretora Ana Kokkinos.  
**Dormindo com o Inimigo, Sleeping With The Enemy**, EUA, 1991, 90 min.  
**O Amor e a Fúria, Warriors**, Nova Zelândia, 1994, 99 min.  
**Desejo de Liberdade, Provoked: A True Story**, Índia, 2006, 108 min.  
**Terra Fria, North Country**, EUA, 2005, 126 minutos.  
**No Tempo das Borboletas**, In the Time of the Butterflies / En el tiempo de las mariposas, EUA, 2001, 95 min.  
**Cama Ardente**, The Burning Bed, EUA, 1984, 100 min.  
**Nunca Mais, Enough**, EUA, 2002, 115 min.  
**Pelos Meus Olhos**, Te Doy Mis Ojos, Espanha, 2003, 109 min.  
**Canto de Cicatriz**, Documentário, Brasil (RS), 2005, 38 min.

**Ajudem minha filha/ Papai me machucou**, In the Best Interest of the Child, EUA, 1990, 100 min.

**Marcas do silêncio**, Bastard Out Of Carolina, EUA, 1996, 97 min.

**Preciosa** - Uma história de esperança, Precious: Based on the novel Push by Sapphire, EUA, 2009, 110 min.

**Da janela - entre a visualidade e a omissão**, Brasil, 2009, 15 min.

**Até Acontecer com Você**, *The hunting ground*, Kirby Dick, 2016, EUA.

**Querem me enlouquecer**, 1987, Direção: Martin Ritt, Música composta por: Barbra Streisand, Roteiro: Tom Topor.

**Deixe-me viver**, 2016, 1h 43min, Direção: Clóvis Vieira, Elenco: Bernardo Dugin, Sabrina Petraglia, Fernando Peron mais, Gênero Drama, Nacionalidade Brasil.

**A excêntrica família de Antônio**, Antonia's Line, 1996, 1h 45min, Direção: Marleen Gorris.

**Se eu fosse você 1**

**Se eu fosse você 2**, 2009.

**A Fonte das Mulheres**, *La Source des femmes*, França, 2011, 135 min.

**A Separation**, 2012 (2h03min), Dirigido por Asghar Farhadi, Irã.

**Cairo 678**, 2012 (1h40min), Dirigido por Mohamed Diab, Egito.

**Caramel**, 95 min, drama, França, 2007. Realização Nadine Labaki.

**Spotlight – Segredos Revelados**, 2016, 2h08min, direção de Tom McCarthy.

**Histeria**, 2012 (1h 39min), Direção: Tanya Wexler, Elenco: Maggie Gyllenhaal, Hugh Dancy, Jonathan Pryce mais, Gêneros Comédia, Romance, Nacionalidade Reino Unido.

**Assédio Sexual**, 1994 de Barry Levinson com Michel Douglas e Demi Moore

**O Amor no Divã**, 2016, direção Alexandre Reinecke, com Zézé Polessa, Daniel Dantas, Paulo Vilhena e Fernanda Paes Leme(1h48).

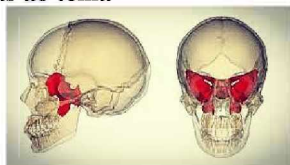
**Um Divã para Dois**, 2012, Direção, David Frankel, com Meryl Streep e Tomy Lee Jones,

Documentário: **Legítima Defesa** (violência doméstica, 3 mulheres mataram em legítima defesa), 2017. Produção Leda e roteiro Sara. Prêmio melhor longa na Argentina

### 5.3. Peças da Tragédia Grega

Antígona de Sófocles, composta por volta de 442 a.C sobre o peso da tradição e dos valores sobre a norma, representação da lei.

### 5.4. Imagens relacionadas ao tema



Fonte: fanblogs.jp, images are generated by Life Science Databases(LSDB), animated by was a bee... wikipedia, autoria desconhecida, s/d, referência usada na Eutonia.

A imagem, recorrente na eutonia<sup>211</sup>, pressupõe a pele consciente, o autocuidado por meio do autotoque com vistas a saúde e qualidade de vida e regular a interação com o mundo social, artístico, cultural, terapêutico em toda ação física. Abordar relações de gênero marcadas pela violência, implica em ponderar sobre os impactos na saúde física e psíquica do sujeito. Alguns formatos ósseos em borboleta chamam-nos atenção pela perspectiva simbólica do uso da metáfora durante o trabalho.



Fonte: as duas primeiras colagem de Pinterest.com/Price e a terceira fonte: desconhecida e s/d.

<sup>211</sup> A Eutonia é uma abordagem de educação somática em que se acessa a sabedoria que é própria do corpo. Por meio da atenção às sensações, promove a ampliação da percepção e da consciência corporal, propiciando a flexibilidade tônica. Foi criada e desenvolvida pela alemã Gerda Alexander (1908–1994). Segundo Gerda (1982, p.25-6), eutonia: a busca em si pelo tônus. Os estados e mudanças emocionais, tal como angústia ou a alegria, o

## ANEXOS

## Anexo 1 – Modelos de prontuários da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2017



## PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

PRONTUÁRIO Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA ATENDIDA:

Nome: \_\_\_\_\_  
 Nome Social: \_\_\_\_\_  
 Nome da mãe: \_\_\_\_\_  
 Nome do pai: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ NIS: \_\_\_\_\_  
 Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_  
 Raça/cor declarada: ( ) Branca ( ) Parda/Preta/Negra ( ) Amarela ( ) Indígena  
 Município de Residência: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_ Religião/crença: \_\_\_\_\_  
 Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Setor ( ) Norte ( ) Sul ( ) Leste ( ) Oeste ( ) Central ( ) Setor Rural  
 Telefone: \_\_\_\_\_ Telefone para recado: \_\_\_\_\_ Falar com: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

Como soube da SOS Mulher e Família, essa organização da sociedade civil?

- Encaminhado? Especifique: \_\_\_\_\_
- Abordagem Domiciliar? Especifique \_\_\_\_\_ N. prontuário: \_\_\_\_\_
- Abordagem de Campo? Especifique: \_\_\_\_\_

O que espera conseguir na SOS Mulher e Família de Uberlândia? \_\_\_\_\_

Veio acompanhada? ( ) sim ( ) não. Com quem? (especificar o vínculo) \_\_\_\_\_

Contatos autorizados pelo (a) atendido (a): ( ) sim ( ) não

( ) telefone ( ) correspondência ( ) abordagem domiciliar ( ) recado ( ) e-mail

Ocupação: \_\_\_\_\_ Está trabalhando atualmente? ( ) sim ( ) não

O trabalho é remunerado? ( ) sim ( ) não Dispõe-se a fornecer endereço comercial? ( ) sim ( ) não

Endereço Comercial: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Trabalha no período: ( ) manhã ( ) tarde ( ) noite

Utiliza serviço público para tratamento de saúde? ( ) sempre ( ) às vezes ( ) nunca. Qual(is)? \_\_\_\_\_

Possui problema de saúde? ( ) sim ( ) não. Qual (is)? \_\_\_\_\_

Faz uso de medicamento: ( ) Sim ( ) Não. Qual(is)? \_\_\_\_\_

Estado Civil Anterior:

Estado Civil Atual:

( ) Solteiro(a)	( ) Solteiro(a)
( ) Casado(a). Tempo: _____	( ) Casado(a). Tempo: _____
( ) Viúvo(a). Tempo: _____	( ) Viúvo(a). Tempo: _____
( ) Separado(a) de Fato. Tempo: _____	( ) Separado(a) de Fato. Tempo: _____
( ) Divorciado(a). Tempo: _____	( ) Divorciado(a). Tempo: _____
( ) Amante. Tempo: _____	( ) Amante. Tempo: _____
( ) União estável. Tempo: _____	( ) União estável. Tempo: _____

## 2. SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

## 2.1. Composição Familiar:

Nome	Gênero	Idade	Parentesco	Escolaridade	Estado Civil	Atuação Profissional	Renda Per capita
	( ) ♀ ( ) ♂						
	( ) ♀ ( ) ♂						
	( ) ♀ ( ) ♂						

## 2.2. Aspectos da residência:

Tipo: ( ) apartamento. ( ) barraco ( ) casa ( ) outro, especificar \_\_\_\_\_

Condições: ( )própria ( )alugada ( )invasão ( )cedido (a)  
 Saneamento básico? ( ) sim ( ) não  
 Recebe benefício social? ( ) sim ( ) não. Qual(is)? \_\_\_\_\_  
 Possui bens em seu nome? ( )sim ( )não. Qual(is)? \_\_\_\_\_  
 Usufrui de bens em nome de outro(a)? ( )sim ( )não. Qual(is)? \_\_\_\_\_  
 Tem Plano/Convênio de Saúde? ( )sim ( )não. Qual(is)? \_\_\_\_\_

### 3. DADOS SOBRE O(A) AUTOR(A) DE VIOLÊNCIA

Nome: \_\_\_\_\_ Gênero: ( )Feminino ( )Masculino  
 Idade: \_\_\_\_\_ Município de residência \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_ Está trabalhando atualmente? ( )sim ( )não  
 Grau de parentesco/relação com atendido (a): \_\_\_\_\_

### 4. EVENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA

É a primeira vez que sofre violência? ( )sim ( )não. Desde quando? \_\_\_\_\_  
 Após a violência, alguém está fora do lar? ( )sim ( )não. Quem? \_\_\_\_\_  
 Onde ocorreu? ( )residência ( )via pública ( ) trabalho ( ) escola/faculdade/universidade ( ) bar ou similar ( ) comércio/serviços ( ) indústrias/construções. Outro: \_\_\_\_\_  
 Em que período, geralmente, ocorreu (ram) a(s) agressão(ões): ( )manhã ( )tarde ( )noite ( ) qualquer  
 Em que dia da semana: ( )2ª a 6ª feira ( )sábados e/ou domingos ( )feriados ( ) qualquer dia  
 É a primeira vez que procura auxílio? ( )sim ( )não. O que te motivou a buscar? \_\_\_\_\_  
 Em caso de já ter procurado auxílio em outra instituição, qual? \_\_\_\_\_ Nesta ocasião, acredita ter sofrido alguma violência institucional? ( ) sim ( ) não. De que tipo? \_\_\_\_\_  
 Após a agressão, permaneceu com o(a) autor(a) da violência? ( )sim ( )não.  
 Alguma vez se separou do(a) autor(a) da violência? ( )sim ( )não ( ) nunca se separou dele(a)  
 Após separada(o), voltou a viver com autor(a) da violência ( )sim ( )não ( ) nunca se separou dele(a)

### 5. TIPOLOGIA DE VIOLÊNCIA

( ) Física ( ) Psicológica ( ) Moral ( ) Sexual ( ) Patrimonial

### 6. VIOLÊNCIA SEXUAL

Se ocorreu violência sexual, qual o tipo?

( ) Assédio sexual ( ) Estupro ( ) Estupro de Vulnerável ( ) Recusa sexual ( ) Pornografia infantil  
 ( ) Exploração Sexual ( ) Indução ao aborto ( ) Outros. Qual(is): \_\_\_\_\_

### 7. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PARA A PESSOA VIOLENTADA

( ) Aborto. Em que situação: ( ) Espontâneo ( ) Provocado.  
 ( ) Tentativa de Suicídio ( ) Gravidez ( ) DST ( ) Transtorno mental  
 ( ) Transtorno comportamental ( ) Estresse pós-traumático ( ) Outros. Qual (is): \_\_\_\_\_

### 8. MEIOS DE AGRESSÃO

( ) Força Corporal/espandimento ( ) Enforcamento ( ) Objeto contundente ( ) Objeto perfuro-cortante  
 ( ) Substância/objeto quente ( ) Envenenamento ( ) Arma de fogo ( ) Ameaça/ameaça de morte  
 ( ) Autor(a) ameaçar se matar ( ) Tentativa de Homicídio ( ) Intimidação ( ) Ofensa ( ) Abandono  
 ( ) Ciúme ( ) Atrito Verbal ( ) Calúnia/Difamação/Injúria ( ) Menosprezo ( ) Assédio moral  
 ( ) Cárcere Privado ( ) Outros. Qual(is): \_\_\_\_\_

### 9. CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA PARA A PESSOA QUE VIOLENTOU

( ) Nenhuma ( ) Medida protetiva ( ) Prisão ( ) Tentativa de suicídio ( ) Transtorno mental ( ) Outros.  
 Qual (is): \_\_\_\_\_

### 10. FACILITADORES DAS VIOLÊNCIAS

( ) Tabagismo ( ) Alcoolismo ( ) Medicamentos. Qual (is)? \_\_\_\_\_  
 ( ) Drogas ilícitas. Qual (is) \_\_\_\_\_  
 ( ) Doença. Qual (is) \_\_\_\_\_  
 ( ) Deficiência física. Qual (is) \_\_\_\_\_  
 ( ) Vício em jogo de azar. Qual (is) \_\_\_\_\_  
 ( ) Situação financeira. Qual (is) \_\_\_\_\_  
 ( ) Influência de terceiros. Quem? \_\_\_\_\_

( ) Discriminação<sup>212</sup>. Qual (is) \_\_\_\_\_  
 ( ) Educação dos Filhos/as ( ) Religião ( ) Infidelidade ( ) Alienação Parental ( ) Presença de violência na infância ( ) Idealização da relação, família, casamento.  
 ( ) Valores que naturalizam, universalizam e fixam funções masculinas, femininas, de pai, de mãe, de filhos/as, outras. ( ) Outro(s). Qual (is)? \_\_\_\_\_

### 11. CONTEXTO FAMILIAR

O casal possui filhos (as) de relacionamentos anteriores? ( ) sim ( ) não. Quantos? \_\_\_\_\_  
 Sobre violência na relação com filhos (as) por parte do(a) autor(a): ( ) ocorre ( ) já ocorreu ( ) não ocorre  
 Tipo: ( ) abandono ( ) estupro ( ) tentativa de homicídio ( ) espancamento ( ) maus tratos ( ) gravidez ( )  
 presenciam violência, ( ) outro(s): \_\_\_\_\_

### 12. ENCAMINHAMENTOS:

Solicitante pede presença da outra parte na SOS Mulher e Família? ( ) sim ( ) não.  
 A outra parte foi solicitada a comparecer na SOS Mulher e Família? ( ) sim ( ) não.

### 13. PROCEDIMENTOS INTERNOS:

( ) Social ( ) Psicológico ( ) Orientações Jurídicas ( ) PAR ( ) Grupo \_\_\_\_\_ ( ) Nenhum.

### 14. PROCEDIMENTOS EXTERNOS:

( ) Conselho Tutelar ( ) Vara da Infância / Juventude ( ) Casa-Abrigo ( ) HC-UFG  
 ( ) CIM (Centro Integrado da Mulher) ( ) Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher/DEAM  
 ( ) Delegacia Especializada de Proteção e Orientação à Criança e ao Adolescente/ Pessoa Idosa  
 ( ) Ministério Público ( ) Conselho do Idoso ( ) Defensoria Pública da Mulher ( ) Defensoria Pública  
 ( ) CREAS/CEMAIA ( ) CRAS/CASA DA FAMÍLIA ( ) Unidade Policial ( ) CAPS ( ) CAPS-AD ( ) CAPSi  
 ( ) Núcleos de Práticas Jurídicas \_\_\_\_\_ ( ) Outros. Qual (is): \_\_\_\_\_

Assinatura da Pessoa Atendida: \_\_\_\_\_  
 Profissional Atendente (legível): \_\_\_\_\_  
 Área: \_\_\_\_\_



### A. PRONTUÁRIO ATENDIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Prontuário nº: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE

Nome: \_\_\_\_\_  
 Filiação: Mãe: \_\_\_\_\_  
 Pai: \_\_\_\_\_  
 Onde Nasceu: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
 Documento: RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
 Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Onde estuda: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefones: \_\_\_\_\_ Telefone de recado: \_\_\_\_\_ Falar com: \_\_\_\_\_  
 Encaminhado por/como soube da ONG? \_\_\_\_\_  
 O que espera conseguir na ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia \_\_\_\_\_

### TIPOS DE VIOLÊNCIA QUE OCORRERAM COM CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE

( ) abandono ( ) estupro. Por quem? \_\_\_\_\_ ( ) tentativa de homicídio ( ) espancamento  
 ( ) maus-tratos ( ) gravidez indesejada ( ) alienação parental ( ) presenciam a violência dos pais  
 ( ) Outros: \_\_\_\_\_

### A CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE POSSUI ALGUM PROBLEMA DE SAÚDE?

<sup>212</sup> A discriminação (atitude de segregar, separar, excluir) pode se dar por gênero, orientação sexual, identidade de gênero, classe social, idade, cor, raça, etnia, estado civil, religião, geração, pessoa com deficiência, e, ainda, por aparência ou doença.

( ) Sim ( ) Não. Quais? \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável: \_\_\_\_\_

Profissional Atendente (legível): \_\_\_\_\_

Sector: \_\_\_\_\_



### PRONTUÁRIO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA ATENDIDA N.º Prontuário:

Nome: \_\_\_\_\_

#### PERÍODO DE ATENDIMENTO

Data do início: \_\_\_\_\_

Data do término: \_\_\_\_\_

Total de sessões: \_\_\_\_\_

Total de faltas: \_\_\_\_\_

Atendimentos realizados: \_\_\_\_\_

Nº atendimento/semana: \_\_\_\_\_

#### PROCEDIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS ADOTADOS

Abordagem clínica: \_\_\_\_\_

Formato do atendimento: ( ) Individual ( ) Casal ( ) Grupo ( ) Família  
Tipo \_\_\_\_\_

#### ATENDIMENTOS ANTERIORES

Psicológico:	Não ( )	Sim ( )	Local:	Duração:
Psiquiátrico:	Não ( )	Sim ( )	Local:	Duração:
Uso de medicação:	Não ( )	Sim ( ), quais: <i>medicações psiquiátricas, ou outra (s) que julgue importante haver registro, com ou sem receituário médico.</i>		

#### AVALIAÇÃO DA DEMANDA E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS DO TRABALHO

- Esclarecer motivos da procura e descrição minuciosa do quadro sintomático: queixas, preocupações e sofrimento psíquico ou situações para as quais a (o) pessoa atendida (o) solicita ajuda.
- Explicitar que recursos serão utilizados: nº de entrevistas iniciais e com quem, procedimentos utilizados, nº de entrevistas devolutivas.
- O projeto terapêutico deve se orientar mediante hipótese diagnóstica.

#### REGISTRO DA EVOLUÇÃO DO TRABALHO

- Nesse espaço podem ser registrados dados da história do caso com o objetivo de contextualizar a chegada da pessoa para o atendimento. Daquilo que pode aparecer tanto no relato, quanto àquilo que o profissional julgar necessário saber para a condução do tratamento ou hipótese diagnóstica para permitir o conhecimento do mesmo e seu acompanhamento, bem como os procedimentos técnico-científicos adotados.
- Aspectos relevantes apresentados na evolução do caso.

#### ENCAMINHAMENTO OU ENCERRAMENTO

- Apresentar síntese geral e compreensão global a partir da análise de todo o caso.
- Indicar encaminhamentos realizados, internos e/ou externos, a instituição ou profissional para quem se encaminhou a(o) pessoa atendida e porquê. Relatar como a (o) usuária (o) recebeu o encaminhamento.
- Indicar a sugestão de encaminhamento e justificativa dada/preparada, mesmo que esta(e) não tenha aceitado ou comparecido para a devolutiva.
- Deixar documentado e claramente expresso o que foi comunicado à(ao) usuária(o) na última sessão, pois este dado pode ser necessário no caso de retorno, reclamação, denúncia posterior da(o) usuária(o) ou solicitação judicial.
- Colocar motivos da interrupção do atendimento, conforme registro na Planilha de atendimento diário.

Profissional Responsável (nome extenso/assinatura/carimbo)

Estagiário(a) e supervisor(a) responsável (nome extenso/assinatura/carimbo)

Uberlândia: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



**PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO JURÍDICO**  
**IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA ATENDIDA**

Número do Prontuário:	
Nome:	
Data de Nascimento:	
RG:	CPF:
Nome da Mãe:	
Nome do Pai:	
Endereço Residencial:	
Telefone: (fixo/celular)	
E-mail:	

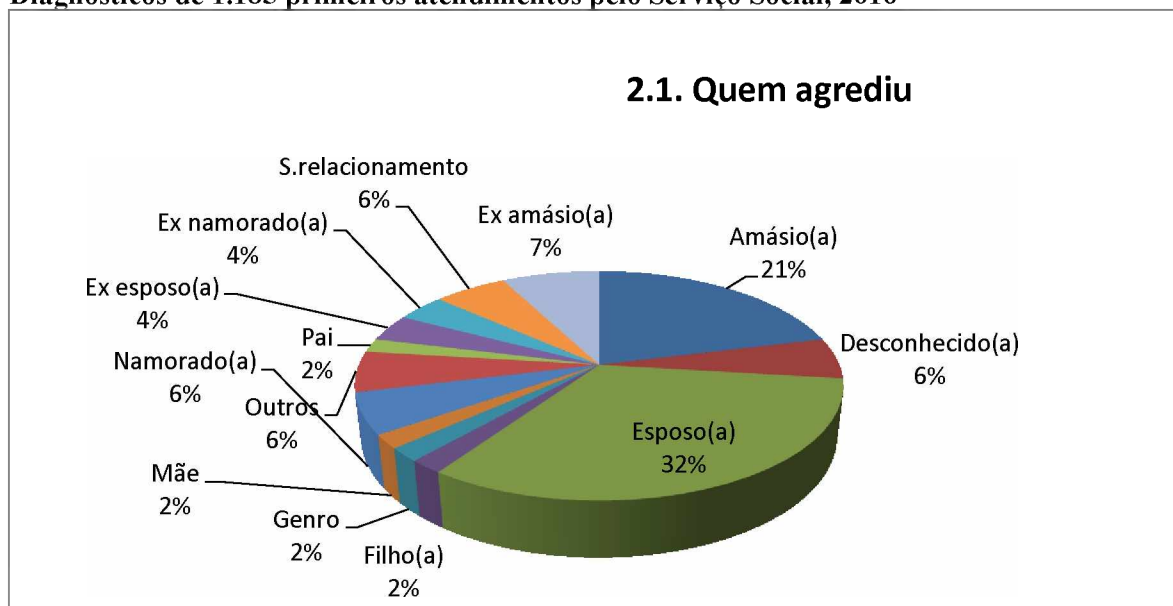
- Tipo de causa: ( ) Cível ( ) Criminal
- Existe algum processo judicial em tramitação? ( ) Sim ( ) Não
  - Número/ Vara \_\_\_\_\_
  - Advogado/OAB \_\_\_\_\_ Contato do advogado: \_\_\_\_\_
- Finalidade do atendimento:
  - ( ) Orientações ( ) Encaminhamentos ( ) Acompanhamentos ( ) Contencioso ( ) Outra
- Houve alegações de alienação parental? ( ) Sim ( ) Não
- Como foi identificada? \_\_\_\_\_
- Houve necessidade de acompanhamento processual? ( ) Sim ( ) Não
- Qualificação do autor (a): \_\_\_\_\_
- Testemunha (s): \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_ Contato: \_\_\_\_\_
- Fatos: \_\_\_\_\_



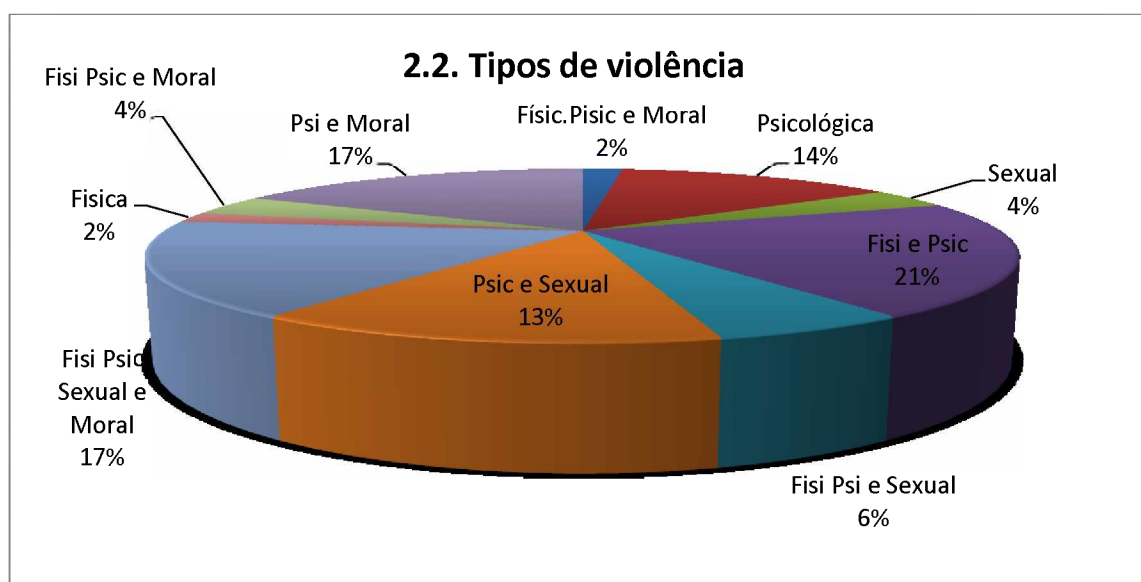
## Anexo 2 – Diagnósticos primeiros atendimentos realizados pelo Serviço Social da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2013 a 2017

De 2013 a 2017 a SOS Mulher e Família de Uberlândia realizou de modo continuado e gratuito, nas áreas social, psicológico e/ou jurídico com **7.202 atendimentos às famílias**, sendo a maior parte das pessoas atendidas em situação de violência afetiva, conjugal e familiar das regiões Oeste, Leste e Sul. Os tipos de ocorrências mais comuns: Ameaça e Lesão Corporal. Os principais facilitadores da violência: drogas lícitas, drogas ilícitas, ciúmes, infidelidade, intimidação e ofensa. A faixa etária do público alvo de 20 a 45 anos, sendo 92% mulheres.

### Diagnósticos de 1.185 primeiros atendimentos pelo Serviço Social, 2016

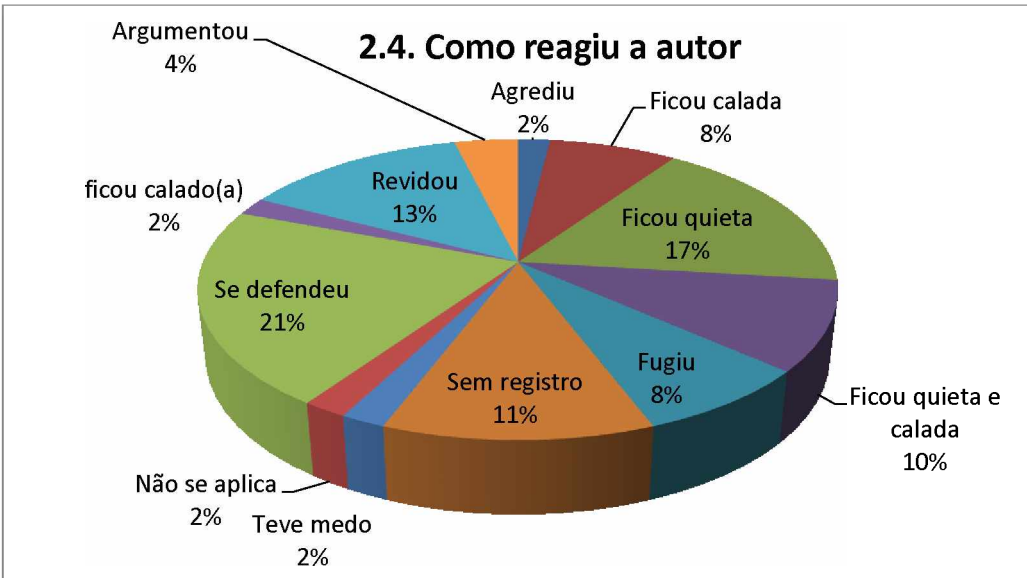
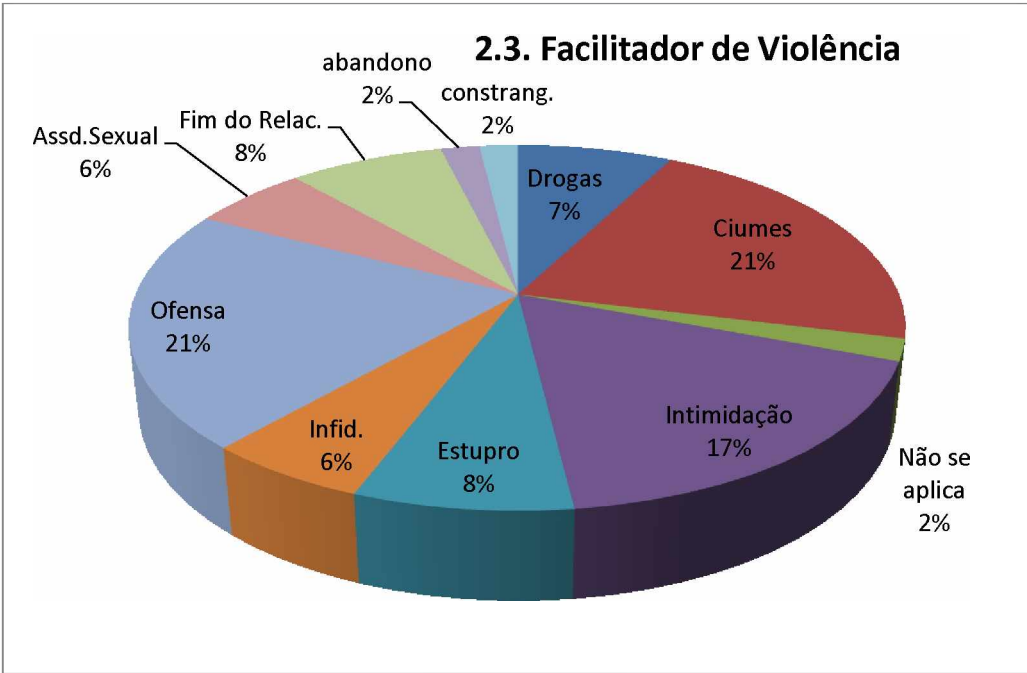


Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2016.

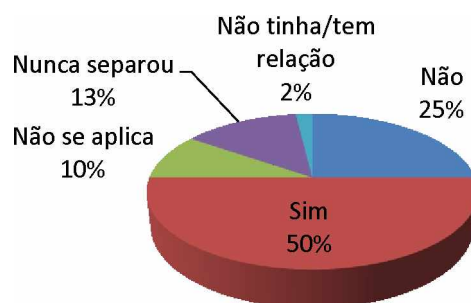


Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2016.

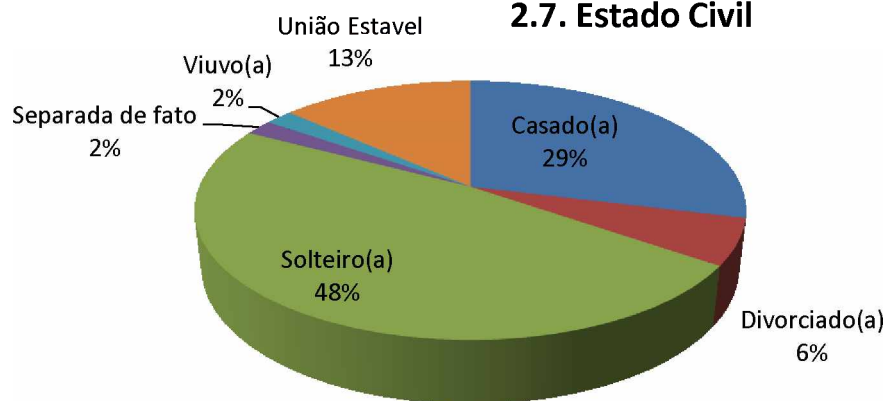




## 2.6. Após a agressão voltou a viver com o autor



## 2.7. Estado Civil

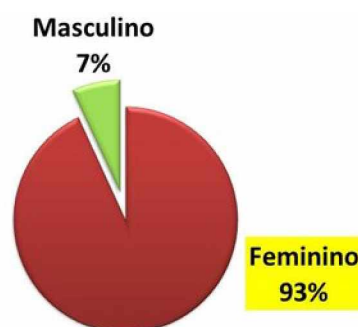


Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2016.

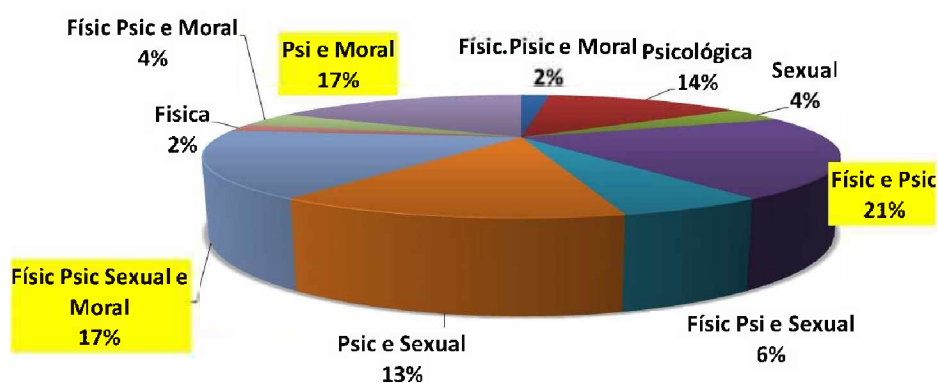
### Diagnósticos primeiros atendimentos realizados pelo Serviço Social da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2013 a 2017

Dos primeiros novos atendimentos realizados na SOS Mulher e Família de Uberlândia, entre os anos de 2013 e 2017, a cada ano, sem computar, aqui ações educativas e preventivas, nem mesmo orientação a pesquisadores foram: 2013 = 212 casos/famílias atendidas, 2014 = 222, 2015=398, 2016=1.185, e em 2017 = 984. Segue amostragem dos resultados parciais dos anos de 2016 e 2017 nos gráficos abaixo:

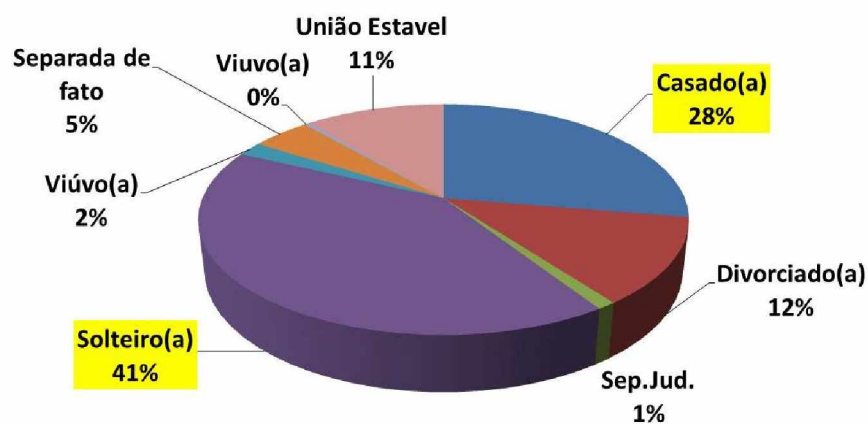
**Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família**  
**Gênero - 2013 a 2016**



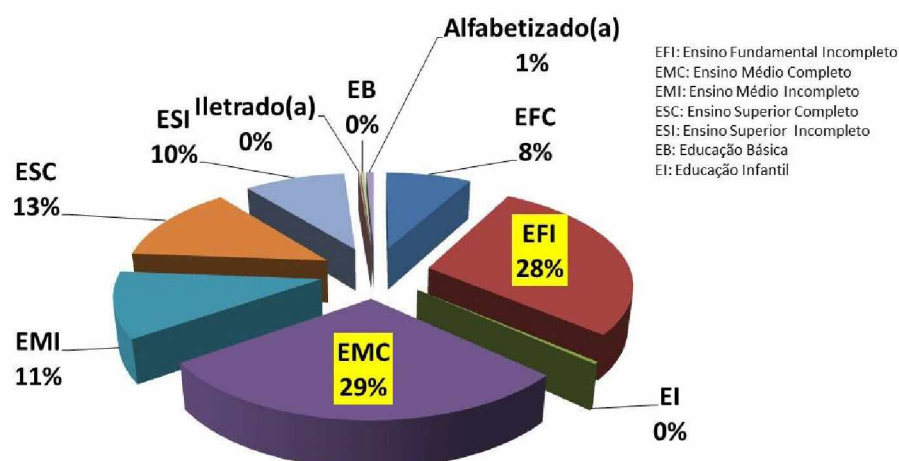
**Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família**  
**Tipos de violências 2013 a 2016**



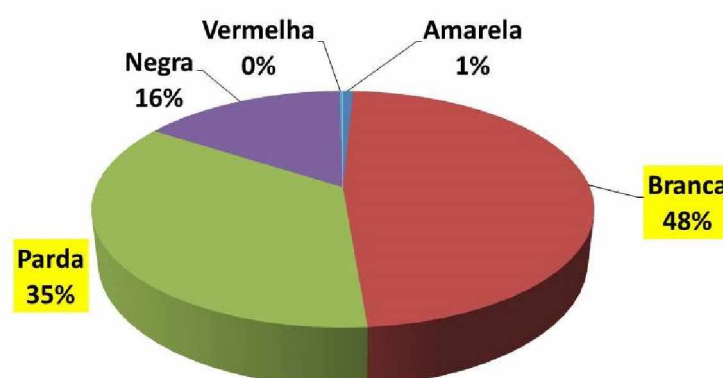
**Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família**  
**Estado Civil - 2013 a 2016**



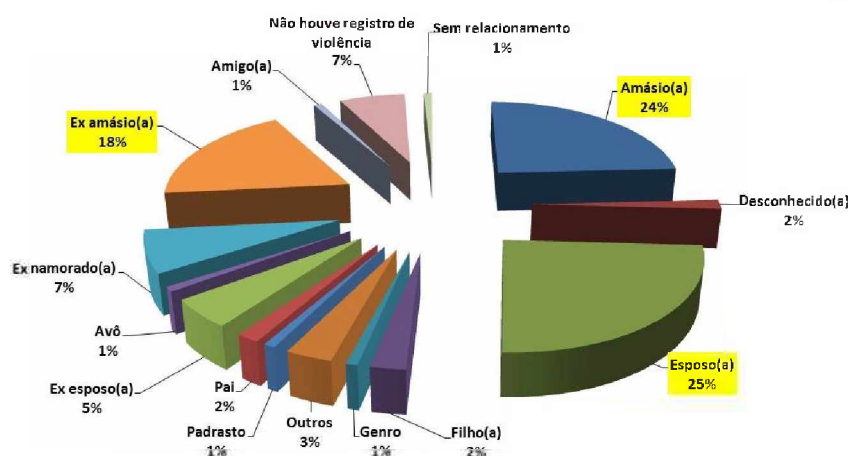
### Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família Escolaridade 2013 a 2016



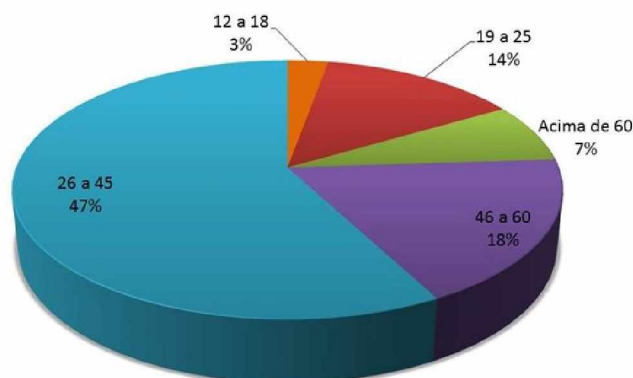
### Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família Etnia 2013 a 2016



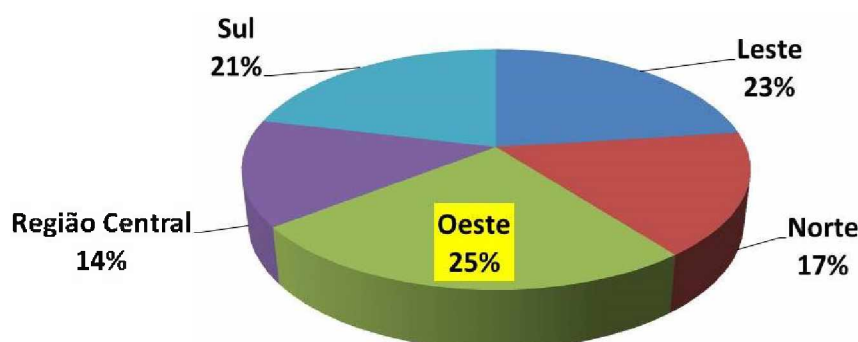
### Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família Quem agrediu (2016)



**Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família**  
**Faixa Etária – 2015 a 2017**



**Características de atendidas(os) na SOS Mulher e Família**  
**Zonas com mais casos atendidos na SOS Mulher**  
**2013 a 2017**



Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2013 a 2017

Principais características dos atendimentos SOS Mulher e Família de Uberlândia, de 2015 a 2017:

- Gênero: 93% mulheres
- Etnia: 48% brancas; 35% pardas
- Estado Civil: 28% casadas; 41% solteiras
- Escolaridade: 29% Ensino Médio Completo, 28% Ensino Fundamental Incompleto
- Tipos de violência: Física e Psicológica 21%; Física, Psicológica, Sexual e Moral 17%
- Área do município com maior incidência: Oeste 25%
- Autoria: Amásio(a) 24%; Esposo(a) 25%
- Faixa Etária – 26 a 45 anos - 47%
- Facilitadores alegados: drogas 47%, alcoolismo 39% e ciúmes, término relacionamentos e ofensas 38%

Fonte: Diagnósticos da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2013 a 2017.

**Anexo 3 – Relatório satisfação, por amostragem, de 29 pessoas atendidas pela SOS Mulher e Família de Uberlândia e modelos avaliação institucional atendimentos individuais, grupos reflexivos, pesquisadores(as) e avaliação desempenho da equipe fixa, 2017**

Na tabulação, em dezembro de 2017, dos formulários de “Pesquisa de Satisfação de Usuário(o)” observou-se:

1. Há pequena quantidade de formulários respondidos por usuário/a, o que sinaliza para a viabilidade de se estabelecer estratégia de coleta deste tipo de informação, sendo certificada a necessidade de sistematizar formas de aplicar tal instrumental junto à demanda atendida na SOS Mulher e Família de Uberlândia;
2. É necessário atentar-se para aplicar o instrumental que esteja na versão mais atualizada, visto que se observou a adoção de 3 (três) formulários em formatos diferentes, o que por um lado pode estar associado às mudanças que ocorreram neste formulário durante o ano, mas também tal prática pode estar associada a equívocos no momento de impressão e disponibilização do formulário para usuário/a atendido/a;
3. É necessário aplicar ajustes no formato do formulário como forma de adequar os registros a serem feitos pelo usuário aos diferentes formatos de atendimento pelo qual o/a usuário/a passar pela OSC. Tal ajustes precisa também contemplar estratégias de tabulação dos dados a serem adotadas;
4. A formatação do formulário “Pesquisa de Satisfação de Usuário/a” que facilite o posicionamento do usuário diante dos serviços que usuário/a acessou na OSC deve ser privilegiada;
5. As tabelas apresentadas abaixo estão divididas conforme as três formatações de formulários de “Pesquisa de Satisfação de Usuário/a” adotados durante o ano de 2017.

Sobre a sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia:					
ASPECTOS	Horário de Funcionamento (8 às 17)	Dias de Funcionamento (2ª a 6ª feira)	Espaço Físico, dependências da ONG:	Limpeza, Higiene das dependências da ONG	Localização/ endereço e acesso
SATISFEITO	13	13	11	13	13
INSATISFEITO	0	0	0	0	0
BRANCO	1	1	3	1	1
TOTAL	14	14	14	14	14

Sobre a sede da SOS Mulher e Família de Uberlândia:						
ASPECTOS	Horário de Funcionamento (8 as 12/13 as 17)	Dias de Funcionamento (2ª a 6ª feira)	Espaço Físico, dependências da ONG:	Limpeza, Higiene das dependências da ONG	Organização das dependências da ONG	Localização/ endereço e acesso
BOM	11	11	11	11	11	11
REGULAR	2	1	4	0	2	1
RUIM	0	0	0	0	0	0
BRANCO	0	1	1	1	2	1
TOTAL	13	13	13	13	13	13



ASPECTOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO NA ÁRE DE PSICOLOGIA:			
ASPECTOS	Respeito e educação	Clareza nas Informações	Pontualidade
SATISFEITO	8	8	8
INSATISFEITO	0	0	0
BRANCO	6	6	6
TOTAL	14	14	14

**ASPECTOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO NA ÁREA DE PSICOLOGIA:**

ASPECTOS	Conhecim ento do trabalho	Respeito e Educação	Clareza das Informaçõe s	Receptividad e e Acolhimento	Equilíbri o Emociona l	Pontuali dade	Sigilo às Informaçõe s	Articulação com outros setores	DE MODO GERAL
SATISFEITO	6	7	7	7	7	7	6	5	7
POUCO SATISFEITO	1	0	0	0	0		1	1	0
INSATISFEITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRANCO	6	6	6	6	6	6	6	7	6
TOTAL	13	13	13	13	13	13	13	13	13

**ASPECTOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO NA ÁRE JURÍDICA:**

ASPECTOS	Respeito e educação	Clareza nas Informações	Pontualidade
SATISFEITO	5	5	5
INSATISFEITO	0	0	0
BRANCO	9	9	9
TOTAL	14	14	14

**ASPECTOS RELATIVOS AO ATENDIMENTO NA ÁRE JURÍDICA:**

ASPECTOS	Conhecimen to do trabalho	Respeit o e educaçã o	Clareza das informaçõe s	Receptivida de e acolhiment o	Equilíbri o emocion al	Pontualida de	Sigilo às informaçõe s	Articulaç ão com outros setores	DE MOD O GERA L
SATISFEITO	6	6	6	6	6	6	6	6	6
POUCO SATISFEITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INSATISFEITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0
BRANCO	7	7	7	7	7	7	7	7	7
TOTAL	13	13	13	13	13	13	13	13	13

**Recomenda-se a SOS Mulher e Família de Uberlândia a parentes e/ou amigos(as) e/ou conhecidos(as)?**  
**Justifique** “Contribui de forma positiva, altamente favorável para meu posicionamento frente à violência psicológica que eu vivia . Eu sobrevivi”.



“Sim, porque achei ele muito carinhoso, atencioso, quem fica aqui bem, aqui dá muita atenção”.

“Atende em vários aspectos o seu problema”.

“Por ser uma instituição que nos orienta da melhor maneira, respeita e se prontifica a ajudar”.

“recomendo ,muito esclarecedor, pessoal bem treinado”.

“Porque fui bem acolhida e só tenho a agradecer a todas pela ajuda e apoio”.

**Sugestões, elogios ou críticas:**

“Algo para fazer para quem fica esperando o atendido. Sobre os atendimentos, estou muito satisfeita, tem sido muito bom para minha família”.

“Muito bom atendimento, pontual, amigável e respeitoso”.

“Estão todas de parabéns”.

**Sugestões, elogios ou crítica:**

“O atendimento, acolhimento que recebo aqui me faz uma pessoa que encontrou a paz e que se sentiu uma mulher com autoestima emocional e muito feliz por viver. Sobre pessoas atendente: R., F., S., R.: empatia, educação, acolhimento maior, carinho, respeito”.

Recomendaria a SOS Mulher e Família de Uberlândia a parentes e/ou amigos(as) e/ou conhecidos(as)?			
SIM	NÃO	BRANCO	TOTAL
6	0	7	13
Sexo:			
FEMININO	MASCULINO	TOTAL	
13	0	13	

**SOBRE A SEDE DA SOS MULHER E FAMÍLIA:**

ASPECTOS	Horário de Funcionamento (8 as 17)	Dias de Funcionamento (2ª a 6ª feira)	Espaço Físico	Limpeza, Higiene, Organização da instituição	Localização/ endereço e acesso
<b>BOM</b>	1	1	1	1	1
<b>RUIM</b>	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	1	1	1	1	1

**INDIQUE A ÁREA NA QUAL VOCÊ FOI ATENDIDA NA SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA:**

Recepção	Serviço social	Psicologia	Jurídico	PAR	Orientação a Pesquisa	Extensão do trabalho*
X	X	X				

**ASPECTOS RELATIVOS AO PROFISSIONAL DA ÁREA ONDE VOCÊ FOI ATENDIDO(A):**

ASPECTOS	Respeito/ educação / Acolhimento	Clareza nas Informações/demonstração de conhecimento do trabalho	Pontualidade
<b>SATISFEITO</b>	1	1	1
<b>INSATISFEITO</b>	0	0	0
<b>TOTAL</b>	1	1	1

Recomendaria a SOS Mulher e Família de Uberlândia a parentes e/ou amigos e/ou conhecidos?

SIM	NÃO
1	



**Modelo Avaliação institucional por pessoa atendida - Data(mês e ano): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

*Sua avaliação é contribuição para nossa melhoria!*

*Por isso, leia itens de cada questão, posicione-se só em relação a aspecto/área que utilizou.*

<b>ASPECTOS SOBRE A SEDE DA SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA</b>			
1. Horário de funcionamento das 8h às 17h:			
2. Dias de funcionamento (2ª a 6ª feira):			
3. Espaço Físico, dependências da ONG:			
4. Limpeza, higiene das dependências da ONG:			
5. Localização / endereço da ONG e acesso:			

<b>ASPECTOS SOBRE O ATENDIMENTO EM CADA ÁREA DA SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA</b>															
<b>ASSINALE APENAS NAS ÁREAS ONDE VOCÊ FOI ATENDIDA(O)!!</b>															
Recepção				Serviço Social				Psicologia				Jurídica			
1				1				1				1			
2				2				2				2			
3				3				3				3			

Você recomendaria a SOS Mulher e Família de Uberlândia a parentes e/ou amigos e/ou conhecidos?  
 ( ) sim  
 ( ) não. Por que?

Sugestões, elogios ou críticas:



**Modelo avaliação de participantes de grupos reflexivos sobre atividade Data(mês e ano): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

*Sua avaliação é contribuição para nossa melhoria!*

*Por isso, leia itens das questões e posicione-se com X em relação a cada aspecto.*

<b>ASPECTOS SOBRE A ATIVIDADE GRUPO REFLEXIVO REALIZADO PELA SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA</b>			
6. Horário da realização			
7. Duração da realização			
8. Dia definido			
9. Espaço Físico onde realizado			
10. Limpeza, higiene onde realizado			
11. Localização e acessibilidade onde realizado			
12. Lanche fornecido			
<b>ASPECTOS SOBRE ATUAÇÃO DE PROFISSIONAL(IS) QUE FACILITOU(ARAM) ATIVIDADE</b>			
1. Pontualidade para início e término da atividade			

2. Clareza das informações sobre esta proposta de atividade em grupo			
3. Clareza das informações e diferenciais sobre o trabalho da SOS Mulher e Família de Uberlândia			
4. Acolhimento na abordagem de participantes da atividade			
5. Ética na abordagem e condução da atividade em grupo			
6. Recursos utilizados para realização da atividade em grupo (jogos, dinâmicas, recursos da cultura como música, arte, teatro, dança etc.)			
7. Esclarecimentos a questionamentos feitos durante atividade			
8. Demonstração de conhecimento do trabalho realizado junto ao grupo			
9. Segurança por parte de quem facilita			
10. Favorecimento da participação de todos integrantes de modo igualitário			
11. Forma da condução geral da atividade em grupo realizada			
Você recomendaria a atividade em grupo? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Por que? _____			
Apresente-nos sugestões, críticas, elogios.			



**Modelo Avaliação sobre orientação a pesquisadores(as) - Data(mês e ano): \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

*Pesquisador(a), sua avaliação é contribuição para nossa melhoria!*

*Por isso, leia itens das questões e posicione-se com X em relação a cada aspecto.*

<b>SOU PESQUISADOR(A), ESTUDANTE DE:</b>			
<input type="checkbox"/> 2º Grau. Especifique curso: _____			
<input type="checkbox"/> Graduação. Especifique curso: _____			
<input type="checkbox"/> Pós-Graduação. Especifique curso e nível: _____			
<input type="checkbox"/> Outro. Especifique: _____			
<b>ASPECTOS SOBRE A SEDE DA SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA</b>			
13. Horário de funcionamento das 8h às 17h:			
14. Dias de funcionamento (2ª a 6ª feira):			
15. Localização / endereço:			
16. Acessibilidade do local:			
<b>CONSIDERANDO SUA PESQUISA E ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE O TRABALHO DA SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA, ASSINALE A ALTERNATIVA QUE REPRESENTA SUA PERCEPÇÃO:</b>			
1. Agilidade da SOS em responder virtualmente ou por contato telefônico à solicitação de pesquisador(a)			
2. Receptividade no estabelecimento do 1º contato com a SOS			
3. Apresentação de disponibilidade de agenda para realização de visita técnica à SOS			
4. Pontualidade para início da visita técnica agendada			
5. Disponibilidade para exposição de informações pelos(as) profissional(is) durante a visita agendada			
6. Clareza das informações apresentadas a partir de questionamentos feitos			
7. Acessibilidade a dados, informações e materiais de divulgação sobre a SOS			
8. Tratamento ético às informações de atendimento da SOS			
9. Clareza na apresentação de dados e informações da SOS atualizadas (dados quantitativos)			
10. Clareza na apresentação de dados e informações da SOS atualizadas(dados qualitativos)			
11. O site <a href="http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br">www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br</a> da SOS Mulher e Família te auxiliou na pesquisa			
A partir do que você conheceu sobre o trabalho da SOS Mulher e Família de Uberlândia:			
1. Recomendaria a instituição para outro(s) pesquisadores(as)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Por que? _____			
2. Recomendaria os serviços prestados a alguém que vivencia violência conjugal, doméstica e de gênero <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não. Por que? _____			
3. Sugestões, elogios ou críticas: _____			






### MODELO AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROFISSIONAL

Prezado(a) profissional! Este formulário apresenta a você questões gerais sobre sua atuação e a atuação da SOS Mulher e Família de Uberlândia. Nosso objetivo é conhecer suas considerações sobre o trabalho que você vem desenvolvendo conosco e receber suas sugestões. As informações a serem registradas serão mantidas em sua pasta e têm como finalidade primordial a melhoria de nossa parceria. Responda, portanto, com sinceridade.

NOME: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

DATA DE ADMISSÃO: \_\_\_\_\_

ASPECTOS AVALIADOS	1	2	3
			
<b>Meu conhecimento sobre minhas reais atribuições profissionais na instituição:</b> <i>clareza sobre quais atividades e como as mesmas devem ser realizadas para atender demandas da SOS Mulher e Família, conforme cargo que ocupo.</i>			
<b>Exercício de minha criatividade e inovação profissional:</b> <i>disponibilidade para sugerir e/ou aplicar estratégias que visem melhorar procedimentos, práticas e processos da instituição sempre que estas mudanças são reconhecidas como necessárias e/ou viáveis para aprimorar as rotinas de trabalho.</i>			
<b>Exercício de minha autonomia profissional:</b> <i>reconhecimento de que as atividades que realizo são assumidas sem que eu dependa, tecnicamente, de orientações e apoios para efetivá-las.</i>			
<b>Aplicabilidade de meus conhecimentos profissionais:</b> <i>reconhecimento de que é possível realizar minhas atividades profissionais respaldadas em referências técnicas, ao abordar a demanda da SOS Mulher e Família.</i>			
<b>Minha participação em reuniões de equipe:</b> <i>estar presente e posicionar-me, com objetividade e clareza, diante de questões, coletivamente, discutidas.</i>			
<b>Minha articulação com outros profissionais da área a que pertencço:</b> <i>disposição em estabelecer inter-relação e diálogo com demais profissionais, considerando demandas do trabalho e perspectiva de solução de problemas/ questões.</i>			
<b>Minha articulação com outros profissionais de outras áreas:</b> <i>reconhecimento do que proporciono e disponho para realização de inter-relação e interlocução com profissionais, com vistas à abordagem da demanda e realização dos serviços. Reconheço e valorizo o trabalho das pessoas da equipe.</i>			
<b>Minha participação na Formação Continuada:</b> <i>identificação de minha participação na composição/formatação e realização desta atividade, opinando e argumentando sobre temas e aspectos os quais reconheço relevantes, com vistas a contribuir para que esta atividade seja produtiva ao desenvolvimento técnico, interdisciplinar e humano das equipes.</i>			
<b>Minha participação no Cuidando dos Cuidadores:</b> <i>identificação de minha participação na composição/formatação e realização desta atividade vivencial e, opinando e argumento sobre temas e aspectos relevantes, com vistas a contribuir para que esta atividade seja produtiva no cuidado de quem cuida, à convivência interna e externa, aperfeiçoamento do clima organizacional, auxiliar a lidar com violências sem promovê-las.</i>			
<b>Minha participação em reuniões com parceiros (equipamentos da rede):</b> <i>identificação de que minha atuação profissional compõe o trabalho em rede na abordagem de casos de violências e que minha articulação com demais profissionais e equipamentos da rede pode propiciar aprimoramento na abordagem da demanda.</i>			
<b>Auto-Reconhecimento:</b> <i>sinto-me valorizada(o) e reconhecida(o) pelos profissionais das várias áreas da instituição</i>			

Assinaturas(PROFISSIONAL, DIRETORIA) \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

## **Anexo 4 – Balanço 2017 e planejamento estratégico coletivo da SOS Mulher e Família de Uberlândia para 2018**

### **SÍNTESE DE RECOMENDAÇÕES, PROPOSTAS APÓS BALANÇO COLETIVO COM CONVITE A TODAS(OS) 2017, POR ÁREA, (COM DEBATE E SISTEMATIZAÇÃO SOBRE AVANÇOS, FACILITADORES E DESAFIOS) PARA PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2018 SOS MULHER E FAMÍLIA DE UBERLÂNDIA:**

#### **DIRETORIA:**

1. Manter estar toda semana SOS, na sexta-feira, à tarde. No caso da Presidente, a partir de março 2018 devido doutorado a defender;
1. Discussão aprofundada para avaliar se mais conveniente SOS manter OSC (Organização da Sociedade Civil), ou tornar-se OSCIP com possibilidade de remuneração direção (atual Presidente não tem interesse em vínculo empregatício, mas em manter-se voluntária);
3. Necessidade de rever coordenação interna se SOS se mantiver OSC ou OSCIP, tendo em vista maior autonomia, sustentabilidade e autogestão cotidiana;
4. Retomar reforma casa alugada, ou pleitear novamente (por projeto) espaço físico próprio, ou alugar espaço mais adequado à demanda crescente e de profissionais também, verificando quem poderá ser fiador(a);
5. Alterar *layout* da sede atual para favorecer concentração responsável pelo ADM e atuação profissional;
6. Realizar *feedback* anual, avaliação de desempenho de profissionais fixos, o que pendente em 2017;
7. Coordenação/Analista ADM ainda mais efetiva para aliviar Diretoria se permanecer voluntária;
8. Propiciar reforço junto à equipe de que profissionais fixos devem priorizar ações, entretanto participarem de várias delas, conforme necessidades e habilidades, mencionadas em editais, processos seletivos e descrição atribuições de funções e de que atuar no terceiro setor é diferente de estar no público ou no privado, com suas próprias especificidades (certamente com vantagens e desvantagens como qualquer escolha em algum desses setores);
9. Continuar a esclarecer periodicamente a rede de enfrentamento à violência sobre trabalho da SOS e devolver, denunciar, articular-se, juntamente com CMDM, mediante não funcionamento adequado de políticas públicas ou de projetos de lei que comprometem a promoção das mulheres e relações de gênero;
10. Aperfeiçoar autocrítica;
11. Fomentar ainda mais lideranças para direção da SOS em gestões futuras;
12. Verificar possibilidade da parceira Agência Seven gerir postagens das redes sociais, vez que voluntária parceira Valhalla Comunicação se encontra sobrecarregada e abriu espaço para tal;
13. Conforme previsto no Estatuto/Regimento da SOS, reunir provas, documentação para, se necessário, entrar com ação na justiça pelo não funcionamento da Casa-Abrigo Travessia/PMU (lançada em 2002 para acolhimento e ações de promoção junto a mulheres e filhos menores de idade em risco de morte pela violência doméstica) desde 2007 até 2017. Em 2017 repassada para gestão da ICASU, com apoio do CMDM, Neguem e comunidade;
14. Alternado ao prêmio Excelência Cidadã (CDL-CMU), SOS fornecer o reconhecimento cidadão(ã) benemérito e da paz no mês de março, ou em evento do Simpósio Regional Anual, conforme previsto no Estatuto e Regimento da SOS;
15. Voltar a co-coordenar Formação Continuada da equipe da SOS (reflexão teórica e sobre a prática com especialistas nos temas selecionados pela equipe);
16. Ter membro novamente a co-coordenar e publicar artigo 2ª edição livro SOS: Metamorfose... (sugestão profissionais com titulação em pós-graduação para participarem coordenação: C.G, G., S., G. e outras pessoas...);
17. Participar, pontualmente, conforme sua expertise, especialidade, em momentos de grupos de apoio à mulheres e autores de violências (que possuem coordenação pré definida);
18. Contribuir com alguns projetos para ações financiadas ou não provenientes de comissão específica;
19. (Re)incluir post e publicações para Campanha do Laço Branco (homens pela não violência às mulheres) em 6/12;
20. Definir, junto com ADM, alguém para coordenar e operacionalizar projeto e Selo Empresas e Gente da/pela Paz fornecido pela SOS;

- 21.(Re)veicular, junto com ADM, vídeo institucional, educativo de 1 min. e spot 1 min. SOS durante datas comemorativas;
- 22.Acompanhar junto com ADM para que site SOS estar (re)estruturado para 2018 com e-commerce camisetas e outros produtos beneficentes, atualização álbum fotos coletivas virtuais e outros dados do mesmo;
- 23.Acompanhar, juntamente com ADM e equipe fixos, (re)início projeto piloto grupo homens autores de violências 2018, especialmente encaminhados pela Vara no Fórum que operacionaliza Lei Maria da Penha;
- 24.Acompanhar, juntamente com ADM e equipe fixos, Programa PAR(Patrulha de Abordagem Socioeducativa em Rede e Domiciliar) com projeto piloto 2018;
- 25.Estimular ainda mais o planejamento antecipado ações registros, porém com desburocratização;
- 26.Participação ativa na organização de eventos fixos tais como Show Mulheres e Simpósio Regional;
- 27.Fomentar, juntamente com ADM e equipe fixos, projeto sala espera (SOS tem vários projetos arquivados sobre);
- 28.Devido licença para conclusão de doutorado, membro retomar participação e assento presencial no NEGUEM e CMDM a partir de março 2018;
- 29.Aperfeiçoar articulação, juntamente com ADM e equipe de fixos, com coordenação de cursos da UFU e outras I.E.S(Instituições de Ensino Superior);
- 30.Manter pontualidade na assinatura de documentos, conforme prazos e cada membro da Diretoria atuar conforme previsto no Estatuto e Regimento Interno, de modo a Diretoria manter-se colegiada, com distribuição de funções e menos acúmulo.
- 31.Manter e ampliar parceria com B., A., M. no Cuidando, Formação, Discussão de Casos, Supervisão equipe e com A. e A.para Grupos Reflexivos com mulheres e autores e participação nesses espaços.

### **ATENDIMENTO SOCIAL, PSICOLÓGICO E JURÍDICO:**

- 1.Estabelecer critérios para lista de espera de crianças/adolescentes, estabelecendo condição de pai/mãe participarem de atendimento (psicoterapia breve);
- 2.Identificar e operacionalizar meios que viabilizem sustentabilidade financeira da instituição;
- 3.Alinhar a admissão de voluntários às demandas institucionais, com consequente publicação de edital em datas previstas no plano estratégico, com inserção qualificada, acompanhamento efetivo e feedback periódico para minimizar rotatividade, ou equívocos institucionais. (re)estimular a participação em espaços coletivos como Formação Continuada e Cuidando dos Cuidadores, discussão de casos, mini fóruns;
- 4.Em horários em que não estiver atendendo, se necessário, organizar-se para estudar peças jurídicas, textos da área específicos. No entanto, o atendimento e ações previstas nas atribuições é a prioridade no horário de trabalho. O estudo é para desenvolvimento profissional, acadêmico e pessoal, podendo ser feito também fora do horário de trabalho, como acontece em toda organização. A SOS estimula produzir e divulgar conhecimento, inclusive na Formação Continuada que compõe atividade da ONG (artigo científico para apresentar em Congresso local, nacional e internacional, no livro próprio, junto à mídia) e isso compõe trajetória profissional e para a vida, para além da atuação na SOS;
- 5.Haver revezamento de profissionais durante intervalos entre recesso do natal e ano novo de modo à demanda não ficar descoberta.
- 6.Reforçar cultura de que, no terceiro setor, não há salas específicas de algum profissional, ou área.
- 7.Definir tipo de vinculação e ter profissional de referência para equipe para supervisão técnica de casos. Saúde mental (profissionais sugeridos: C.? S.? R.? R. ? Outros?);
- 8.No contexto das diversas demandas de atividades institucionais, otimizar havendo ações com continuidade, quanto aos encontros do “Cuidando dos Cuidadores”. Espaço relevante para relações interpessoais, relaxamento e integração equipe, autoconhecimento e do outro e evitar violência institucional, ou banalização de violências;
- 9.Verificar possibilidade e retomar articulação interinstitucional para realização de “Mini Fóruns” discussão de casos complexos e atribuições de cada instituição da rede de equipamentos;
- 10.Certificar possibilidade de atividades para grupos reflexivos (homens; mulheres) serem realizadas no SESC (esquina SOS) em espaço mais adequado;
- 11.Como sempre aberta a todos(as) da instituição, equipe fixa que operacionaliza ações, no cotidiano da SOS, participar 1 x mês reuniões de Diretoria para se inteirar do todo, compartilhar desafios com propostas de solução, sobre participação e representação em órgãos, entre outros que compõem atribuições de funções. Caso alguma reunião tenha excepcionalmente pauta, cujo tema não diga respeito a todos(as), a equipe fixa será dispensada em comunicado prévio pela Diretoria ou administrativo;
- 12.Retomar realização periódica de “Abordagem Técnica” pela equipe de profissionais de atendimento a se efetivar pelo menos 1 x ao ano;
- 13.Continuar a participar efetivamente e com intervenções qualificadas de reuniões com os conselhos de direitos de cada área da SOS, socializando deliberações e atas;
- 14.Sobre retomada de Grupo Reflexivo de Mulheres (retomar contato com Gabriela; ver com A.; identificar possibilidades (edital; estágio)
- 15.Sistematizar realização de reunião com novas estagiárias/profissionais do “Projeto Todas por Ela” para esclarecer, tirar dúvidas sobre atuação da SOS Mulher e Família de Uberlândia e promover trocas de saberes;

16. Programar realização de reunião com outros Núcleos de Práticas Jurídicas de IES (há um fórum de reunião de todos núcleos e watts também);
17. Consultar toda pessoa atendida, registrar e deixar disponível na SOS: “Você tem disponibilidade em conceder entrevista à mídia para estimular outras(os) a buscarem ajuda, sem ser identificada com nome ou rosto?” ( ) sim ( ) não. “Podemos passar diretamente seu contato a profissionais desses veículos de comunicação?” ( ) sim ( ) não. “Ou prefere que te comuniquemos primeiro?” ( ) sim ( ) não. “E para conceder entrevista a pesquisadores(as) de pós-graduação, sem ser identificada(o)?” ( ) sim ( ) não. “Podemos passar diretamente seu contato a profissionais pesquisadores?” ( ) sim ( ) não. “Ou prefere que te comuniquemos primeiro?” ( ) sim ( ) não.
18. Estimular toda pessoa atendida (mulher e homem) a preencher avaliação institucional com recomendação: “para que possamos aperfeiçoar nosso trabalho e prestar contas à comunidade, com transparência, solicitamos que preencha avaliação institucional sem se identificar e seja bastante franca. Isso pode ser feito após atendimento pelas várias áreas e caso seja necessário algum complemento fique à vontade para preencher outro”. Administrativo pode reforçar ao verificar pessoa saindo. Se houver necessidade de revisão do formulário que isso seja feito coletivamente, como todo ano. E seja usado um mesmo para todo o ano de modo a favorecer tabulação. Diagnósticos relevantes interna e externamente, para relatórios anuais e para financiamento de projetos.
19. Acompanhar “Projeto Excelência Cidadã” e “Empresas e Gente da Paz”;
20. Planejar datas de reuniões com profissionais psi (abordagem CRP/CRESS/OAB; discussão de casos, etc.);
21. Nomear, na equipe fixa, responsável para atuar na Formação Continuada;
22. Acompanhar todas as atividades inicialmente propostas/previstas.
23. Elaborar editais para voluntários e estagiários ano, conforme necessidade e modelos estabelecidos.

#### **ADMINISTRATIVO:**

1. Aquisição de PABX ou sistema que favoreça mensagem institucional sobre missão SOS e direcionamento internos ou para site;
2. Elaborar edital para auxiliar administrativo, conforme modelos estabelecidos;
3. Acompanhamento especializado para Planejamento Financeiro com alguém que cursa, ou seja voluntário formado em ADM, com ênfase em finanças, ou contabilidade;
4. Estabelecer profissional de referência para área de Comunicação e Relações Públicas (especialidades preferenciais para equipe: Prop. Pub, Jorn., Rel. Pub, Design);
5. Estabelecer profissional de referência para coordenação comissão e elaboração de projetos;
6. Contratação de faxineira;
7. Definir quem prioritariamente de profissional fixo atenderá telefone e passará informações básicas, acionará profissionais, anotará recados; (sugestão de formação de Fátima, cedida PMU, para tal com apoio de voluntário ou estagiário(a))
8. Estabelecer profissional de referência para coordenação e venda de camisetas e de outros produtos beneficentes e para sustentabilidade SOS;
9. Alteração de *layout* sede para maior concentração ADM e atuar dentro do horário de funcionamento da instituição;
10. Continuar a acompanhar e socializar com Diretoria para que seja evitada horas fora do horário prévio de trabalho e compensação de horas de profissionais fixos;
11. Atenção aos *feedbacks* recebidos da Diretoria e da equipe da SOS com vistas a aprimoramentos;
12. Atenção para solicitações Diretoria, registros, agendamentos e prazos para ações;
13. Compreender que coordenar não significa realizar todas as ações, mas liderar (posicionar-se na discordância, cordialmente e com argumentos), analisar, mediar, captar, concatenar, delegar, distribuir tarefas, definir prazos e sujeitos para execução, acompanhar e compartilhar prazos, resultados e fazer *feedbacks* periódicos junto à equipe. Pontuar problemas e inadequações para ajustes, no momento em que ocorrem, para não se perder contexto e comunicar direção para estar a par do cotidiano e desafios;
14. Continuar a desenvolver paciência assertiva para lidar com ritmo e visões diferentes de parceiros e profissionais internos, alinhada à missão, visão, valores, Estatuto e Regimento da SOS e ao planejamento estratégico coletivamente construído;
15. Manter estudo na formação em graduação específica para otimizar atuação na área e amadurecimento na gestão com todas suas mazelas e desafios;
16. Evitar retrabalho;
17. Fomentar projeto educativo sala espera (SOS possui vários projetos arquivados sobre);
18. Contar com suporte de G. advogada trabalhista ex colega profa. de Presidente para dúvidas trabalhistas pontuais, como colaboradora e gente ou empresa da paz;
19. Contar com auxílio pontual, necessidades da Diretoria e ADM, do advogado L. que se dispôs (contatos dele na SOS) – verificar especialidade dele no Direito;
20. Solicitar ressarcimento em serviço ou produto Agência P. de serviço não prestado, mas pago pela SOS;
21. Acompanhar processo contra B. Comunicação para reparação de danos por publicidade inadequada;

22. Verificar possibilidade da Agência S. gerir postagens redes sociais, articulada à área de comunicação SOS, vez que parceira voluntária V. Comunicação sobrecarregada e abriu espaço para tal;
23. Articular para site SOS e e-commerce venda camisetas sejam terminados por V. Comunicação até final de fev. 2018;
24. Fornecer Selo Empresas e Gente da Paz aos penderes de 2017, 2018: V., W, P, E., P., G., entre outros.

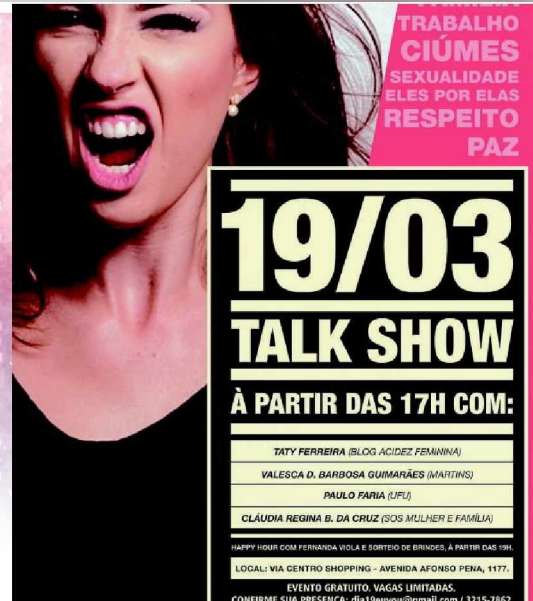
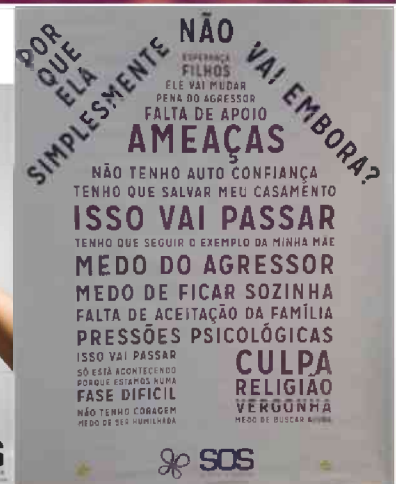
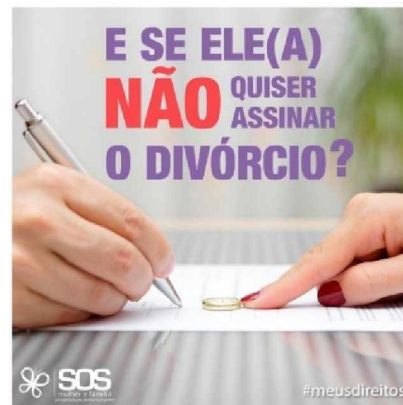
## **Anexo 5 - Condutas e Crimes Mais Comuns em violência conjugal e familiar, 2016**

- Abandono Material – Art. 244 Código Penal (C.P.);
- Ameaça – Art. 147 C.P.;
- Assédio Sexual – Art. 216 C.P.;
- Crimes Contra Dignidade Sexual - Lei 12.015 Art. 213 Estupro;
- Calúnia, Injúria e Difamação – Art. 138, 140 e 139 do C.P.;
- Cárcere Privado – Art. 148 C.P.;
- Constrangimento Ilegal – Art. 146 C.P.;
- Dano, Destruição ou Supressão de Documentos e Violação de Correspondência – Art. 163, 305, 151 C.P.;
- Discriminação por motivo de sexo – Art. 5o- I, 7o-XXX e XVIII Constituição Federal (C.F.);
- Importunação Ofensiva ao Pudor e Ato Obsceno – Art. 61 Leis das Contravenções Penais e art. 233 C.P.;
- Induzimento, Instigação ou Auxílio ao Suicídio – Art. 122 C.P.;
- Lesão Corporal – Art. 129 C.P.;
- Perigo de Contágio Venéreo e de Moléstia Grave – Art. 130, 132 C.P.;
- Racismo – art. 5º XLII da Constituição Federal e Lei 7716/89;
- Corrupção de Menores – art. 1º da Lei 12015/2009;
- Tentativa de Homicídio e Homicídio – Art. 14 e 121 C.P.



**Anexo 6 – Material educativo, preventivo, de comunicação, eventos, premiações da SOS Mulher e Família de Uberlândia, 2014 a 2017**
















**SOS**  
mulher e família  
*pela paz conjugal e familiar*

**É POSSÍVEL  
VIVER SEM  
VIOLENCIA**

A ONG SOS Mulher e Família de Uberlândia oferece de forma gratuita e continuada atendimento Social, Psicológico e Orientação Jurídica para adultos, idosos, adolescentes e crianças, que sofrem violência doméstica e familiar.

**Nós podemos te ajudar!**

Rua Feliciano de Moraes - 62 - Bairro Aparecida (Próximo ao SESC)  
Fone: 3215-7862  
De segunda a sexta-feira, das 8h às 17h  
[www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br)  
[facebook.com/sosmulherfamiliauberlandia](https://facebook.com/sosmulherfamiliauberlandia)

Campanha beneficente à

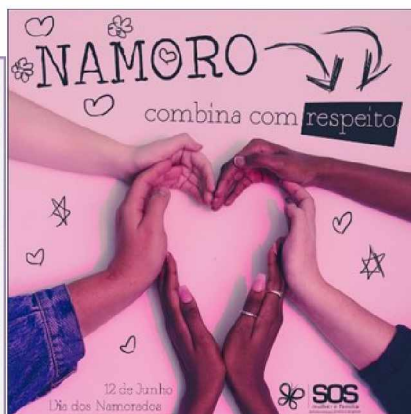


**SOS**  
mulher e família  
*pela paz conjugal, familiar e de gênero*



**camisetas 100% algodão!**  
**R\$ 35,00**  
**aceitamos cartões de crédito ou débito**









**PRECISA DE AJUDA?**  
**(34) 3215-7862**

RUA FELICIANO DE MORAIS, 62  
APARECIDA - UBERLÂNDIA - MG

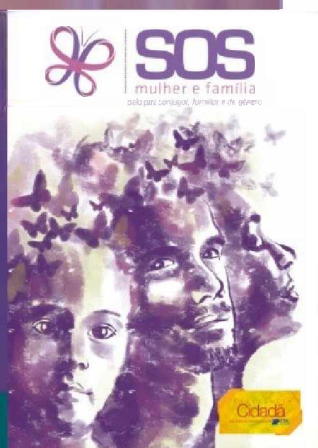
Segunda a sexta, das 8h às 17h.

diretoria@sosmulherfamiliauberlandia.org.br  
administrativa@sosmulherfamiliauberlandia.org.br

@sosmulherfamiliauberlandia  
 @sosmulherfamiliauberlandia

[www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br)

APÓIO: **VALHALLA** 99181-4259  
valhalla@comunicação.com.br



**QUEM SOMOS**

A SOS Mulher e Família de Uberlândia é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, autônoma e que se constitui, em 1997, com diferenciais e pessoas comprometidas com a causa para, com sustentabilidade, tornar-se centro de referência com excelência em ações e atendimentos que minimizem violências conjugal, familiar e de gênero, no Brasil.

**MISSÃO**

Contribuir com a cultura da paz mediante atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos continuados, gratuitos, voltados à pessoa de Uberlândia e região que vivenciam violência conjugal, familiar e de gênero.

**VALORES**

Defesa e promoção dos direitos humanos; igualdade, tolerância, paz entre os gêneros e na família; compromisso; postura ética; idoneidade e cidadania; respeito e foco nas pessoas atendidas; reciprocidade; solidariedade e articulação em rede; voluntariado; formação continuada; liberdade; transparência; e humanização das equipes.

**ATENDIMENTOS COM DIFERENCIAIS**

- ✓ Sigilo e a outra parte será convidada a comparecer se houver consentimento de quem buscou auxílio;
- ✓ Realizados sem exigência de apresentação ou registro de Boletim de Ocorrência (B.O.);
- ✓ Oferecidos a mulheres e homens vítimas entre autor(es) de violências físicas, sexuais, psicológicas e patrimoniais;
- ✓ Ações educativas, preventivas e orientações e psicoeducacionais;

**ÓRGÃOS DE APOIO**

Central de Atendimento à Mulher:  
Ligue 180

Disque Denúncia (anônimo):  
Ligue 181

Polícia Militar:  
Ligue 190

Conselhos Tutelares da Criança e Adolescente:  
3237-2226 / 3214-0721 / 3216-0319

Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres:  
Fone: 3234-3465

Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e Defensoria Pública: 3210-8304

**#A VIDA (RE)COMEÇA,  
QUANDO A VIOLÊNCIA TERMINA.**

SOS  
mulher e família  
para paz conjugal, familiar e de gênero

CONVIDA PARA O SHOW

**Mulheres em todos os Cantos**

CELEBRAÇÃO DE 20 ANOS

Com: Carlin de Almeida, Carlos Menezes Jr. e César Traldi, Cláudia Luz, Juliana Penna e Mariane Simões

**26 março 2017**  
20h **Palco de Arte**  
Rua Coronel Manoel Alves, 22  
**R\$25 meia R\$50 inteira**  
(com doação de material)



 sosmulherfamiliauberlandia • S...

 sosmulherfamiliauberlandia • S...



**WAKE**

FESTA  
MATINAL  
— QUARTA-FEIRA —

**05.04**  
UBERLÂNDIA





**UMA MANHÃ  
PARA ENERGIZAR  
E AJUDAR!**

100% do lucro da Wake será destinado à ONG **SOS Mulher e Família de Uberlândia**, que fornece atendimento gratuito às pessoas que vivenciam violência conjugal e familiar.

 sosmulherfamiliauberlandia



**WAKE**





A group of four women standing together indoors, smiling for a photo. From left to right: a woman with short blonde hair wearing a light pink t-shirt and a long orange beaded necklace; a woman with long dark hair wearing a white t-shirt with the slogan "O LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER." and the number "505"; a woman with short grey hair wearing a pink t-shirt with a blue floral pattern; and a woman with short dark curly hair wearing a white t-shirt with the slogan "O LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER." and the number "104". They are standing in front of a wooden counter with some posters on it.



sosmulherfamiliauberlandia • S...

## II Simpósio SOS Mulher e Família

(Des)construindo Ideais de violências de gênero e família: relação, poder e políticas públicas

Imagens e imaginários da violência de gênero

Karla Bessa  
Pós-Doutora pela Kings College (Londres)  
Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (UNICAMP)

A ressocialização do agressor

Gabriela Mansur  
Promotora de Justiça no Ministério Público (SP)  
Ex-coordenadora do Núcleo de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (SP)

04. Nov. 2016 às 14h  
Anfiteatro do bloco 55 - UFU  
INSCRIÇÕES: <http://bit.ly/2simp>

sosmulherfamiliauberlandia • S...

### II SIMPÓSIO

ONG SOS MULHER E FAMÍLIA

IMAGENS E IMAGINÁRIOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

KARLA BESSA

Formada em Direito pela UNICAMP, ingressou em 2010 no Mestrado em Políticas de Gênero da UFPA, onde exerceu suas funções como Promotora de Justiça desde 2013.

Atualmente faz parte do GTD - Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Conselho de São Paulo e é Diretora do Núcleo de Associação de Políticas do Ministério Público.

Ministério e fomenta outros projetos para a prevenção e o enfrentamento à violência por meio de ações de educação e mobilização social, com foco na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Confira mais sobre Gabriela Mansur em [www.sosmulher.org.br](http://www.sosmulher.org.br)

4 DE NOVEMBRO | 15h  
AUDITÓRIO 55  
CAMPUS SANTA PÁDUA NOVO

### II SIMPÓSIO

ONG SOS MULHER E FAMÍLIA

A RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR

GABRIELA MANSUR

Formada em Direito pela UNICAMP, ingressou em 2010 no Mestrado em Políticas de Gênero da UFPA, onde exerceu suas funções como Promotora de Justiça desde 2013.

Atualmente faz parte do GTD - Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Conselho de São Paulo e é Diretora do Núcleo de Associação de Políticas do Ministério Público.

Ministério e fomenta outros projetos para a prevenção e o enfrentamento à violência por meio de ações de educação e mobilização social, com foco na prevenção e no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Confira mais sobre Gabriela Mansur em [www.sosmulher.org.br](http://www.sosmulher.org.br)

4 DE NOVEMBRO | 15h  
AUDITÓRIO 55  
CAMPUS SANTA PÁDUA NOVO

[www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br](http://www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br)  
(34) 3215-7862

#MÃEDIVERSIDADE  
*toda mãe merece respeito.*

SOS  
mulher e família  
pelo seu corpo, família e de gênero

sosmulherfamiliauberlandia • S...

toda mãe merece  
**#RESPEITO**

sosmulherfamiliauberlandia • S...

**SEJA MÃE**  
*com mamãe*

#feliz dia dos pais

sosmulherfamiliauberlandia • S...

**SEJA MÃE**  
*chefe do lar*

#feliz dia dos pais

sosmulherfamiliauberlandia • S...

**SEJA MÃE**  
*adotiva*

#feliz dia dos pais

sosmulherfamiliauberlandia • S...

**PAI SOLTEIRO**

#feliz dia dos pais

sosmulherfamiliauberlandia • S...

**FUTURO PAI**

#feliz dia dos pais

sosmulherfamiliauberlandia • S...

**PAI QUE TAMBÉM É AVÔ**

#feliz dia dos pais

## **Anexo 7 – Notificação compulsória em casos de violências às mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados - Lei nº 10.778 de 24/11/2003**

### **Norma Federal**

Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado. (NR) (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 12.288, de 20.07.2010, DOU 21.07.2010, com efeitos a partir de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação)

Nota:

1) Redação Anterior:

"§ 1º Para os efeitos desta Lei, deve-se entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado."

2) Ver Lei nº 12.288, de 20.07.2010, DOU 21.07.2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, com efeitos a partir de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

I - tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

II - tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e

III - seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

§ 3º Para efeito da definição serão observados também as convenções e acordos internacionais assinados pelo Brasil, que disponham sobre prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher.

**Art. 2º** A autoridade sanitária proporcionará as facilidades ao processo de notificação compulsória, para o fiel cumprimento desta Lei.

**Art. 3º** A notificação compulsória dos casos de violência de que trata esta Lei tem caráter sigiloso, obrigando nesse sentido as autoridades sanitárias que a tenham recebido.

Parágrafo único. A identificação da vítima de violência referida nesta Lei, fora do âmbito dos serviços de saúde, somente poderá efetivar-se, em caráter excepcional, em caso de risco à comunidade ou à vítima, a juízo da autoridade sanitária e com conhecimento prévio da vítima ou do seu responsável.

**Art. 4º** As pessoas físicas e as entidades, públicas ou privadas, abrangidas ficam sujeitas às obrigações previstas nesta Lei.

**Art. 5º** A inobservância das obrigações estabelecidas nesta Lei constitui infração da legislação referente à saúde pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

**Art. 6º** Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista nesta Lei, o disposto na Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

**Art. 7º** O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Saúde, expedirá a regulamentação desta Lei.

**Art. 8º** Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a sua publicação.

Brasília, 24 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Humberto Sérgio Costa Lima

José Dirceu de Oliveira e Silva

## Anexo 8 – Lei Maria da Penha - Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

[sofreu ajustes com a Lei do Feminicídio, 2015 e Lei contra Crime “vingança pornográfica”, 2017 e alteração com para foco atendimento realizado por mulheres, 2017] (comentário meu)



**Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos**

### LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.

(Vide ADI nº 4427)

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O Poder Público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao Poder Público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

#### TÍTULO II - DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

##### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

#### CAPÍTULO II - DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

#### TÍTULO III -

### DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

#### CAPÍTULO I - DAS MEDIDAS INTEGRADAS DE PREVENÇÃO

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

II - a promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no inciso III do art. 1º, no inciso IV do art. 3º e no inciso IV do art. 221 da Constituição Federal;

IV - a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher;

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VI - a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de Programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher;

VII - a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia;

VIII - a promoção de Programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

#### CAPÍTULO II

### DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso.

§ 1º O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de Programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

§ 2º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;

II - manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.



§ 3º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

#### CAPÍTULO III - DO ATENDIMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL

Art. 10. Na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

Art. 11. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:

I - garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário;

II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal;

III - fornecer transporte para a ofendida e seus dependentes para abrigo ou local seguro, quando houver risco de vida;

IV - se necessário, acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar;

V - informar à ofendida os direitos a ela conferidos nesta Lei e os serviços disponíveis.

Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I - ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

II - colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias;

III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência;

IV - determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários;

V - ouvir o agressor e as testemunhas;

VI - ordenar a identificação do agressor e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes criminais, indicando a existência de mandado de prisão ou registro de outras ocorrências policiais contra ele;

VII - remeter, no prazo legal, os autos do inquérito policial ao juiz e ao Ministério Público.

§ 1º O pedido da ofendida será tomado a termo pela autoridade policial e deverá conter:

I - qualificação da ofendida e do agressor;

II - nome e idade dos dependentes;

III - descrição sucinta do fato e das medidas protetivas solicitadas pela ofendida.

§ 2º A autoridade policial deverá anexar ao documento referido no § 1º o boletim de ocorrência e cópia de todos os documentos disponíveis em posse da ofendida.

§ 3º Serão admitidos como meios de prova os laudos ou prontuários médicos fornecidos por hospitais e postos de saúde.

#### TÍTULO IV - DOS PROCEDIMENTOS

##### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Ao processo, ao julgamento e à execução das causas cíveis e criminais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher aplicar-se-ão as normas dos Códigos de Processo Penal e Processo Civil e da legislação específica relativa à criança, ao adolescente e ao idoso que não conflitem com o estabelecido nesta Lei.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 15. É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, o Juizado:

I - do seu domicílio ou de sua residência;

II - do lugar do fato em que se baseou a demanda;

III - do domicílio do agressor.

Art. 16. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

## CAPÍTULO II - DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

## Seção I

## Disposições Gerais

Art. 18. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas:

- I - conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência;
- II - determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso;
- III - comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Art. 19. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida.

§ 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

§ 2º As medidas protetivas de urgência serão aplicadas isolada ou cumulativamente, e poderão ser substituídas a qualquer tempo por outras de maior eficácia, sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados.

§ 3º Poderá o juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas já concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, ouvido o Ministério Público.

Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Art. 21. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público.

Parágrafo único. A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

## Seção II

## Das Medidas Protetivas de Urgência que Obrigam o Agressor

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

## Seção III

## Das Medidas Protetivas de Urgência à Ofendida

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a Programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;



III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV - determinar a separação de corpos.

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único. Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

### CAPÍTULO III - DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 25. O Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 26. Caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

I - requisitar força policial e serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;

II - fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas;

III - cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

### CAPÍTULO IV - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Art. 27. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta Lei.

Art. 28. É garantido a toda mulher em situação de violência doméstica e familiar o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

### TÍTULO V - DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR

Art. 29. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que vierem a ser criados poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar, a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 31. Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a manifestação de profissional especializado, mediante a indicação da equipe de atendimento multidisciplinar.

Art. 32. O Poder Judiciário, na elaboração de sua proposta orçamentária, poderá prever recursos para a criação e manutenção da equipe de atendimento multidisciplinar, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 33. Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, observadas as previsões do Título IV desta Lei, subsidiada pela legislação processual pertinente.

Parágrafo único. Será garantido o direito de preferência, nas varas criminais, para o processo e o julgamento das causas referidas no caput.

### TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A instituição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher poderá ser acompanhada pela implantação das curadorias necessárias e do serviço de assistência judiciária.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar;

II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III - Delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV - Programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar;

V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 36. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a adaptação de seus órgãos e de seus Programas às diretrizes e aos princípios desta Lei.

Art. 37. A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta Lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.

Parágrafo único. O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz quando entender que não há outra entidade com representatividade adequada para o ajuizamento da demanda coletiva.

Art. 38. As estatísticas sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher serão incluídas nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativo às mulheres.

Parágrafo único. As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal poderão remeter suas informações criminais para a base de dados do Ministério da Justiça.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no limite de suas competências e nos termos das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, poderão estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas estabelecidas nesta Lei.

Art. 40. As obrigações previstas nesta Lei não excluem outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 42. O art. 313 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 313. ....

IV - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei específica, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.” (NR)

Art. 43. A alínea f do inciso II do art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61. ....

II - ....

f) com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica;

..... ” (NR)

Art. 44. O art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 129. ....

§ 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos.

§ 11. Na hipótese do § 9º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.” (NR)

Art. 45. O art. 152 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152. ....

Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a Programas de recuperação e reeducação.” (NR)

Art. 46. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

Brasília, 7 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Dilma Rousseff*

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 8.8.2006

## Anexo 9 – Lei contra o Feminicídio - Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**  
**LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015.**

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Homicídio simples**

Art. 121. ....

**Homicídio qualificado**

§ 2º .....

**Feminicídio**

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

**Aumento de pena**

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º .....

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV, V e VI);

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 9 de março de 2015; 194ª da Independência e 127ª da República.

DILMA ROUSSEFF, *José Eduardo Cardozo, Eleonora Menicucci de Oliveira, Ideli Salvatti*. Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.3.2015

## Anexo 10 – Lei Contra Divulgação Não Autorizada da Intimidade Sexual – N. 18/2017

[altera a Lei Maria da Penha e o Código Penal, estabelecendo pena de reclusão e multa para o autor da divulgação](comentário meu).

**Ementa:**

Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**Explicação**

da

**Ementa:**

Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha. Reconhece que a violação da intimidade da mulher consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar.

**Anexo 11 – Emendas Modificativas ao Projeto de Lei 1167/2015 aprova Plano Municipal Educação de Uberlândia-MG para decênio 2015-2025 e dá outras providências, substituindo termo “gênero” por “sexo” e retirando expressão “condição de sexualidade”**

[fragmentos das Emendas, com painel de votação de legisladores(as)](comentário meu)



**CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**  
MINAS GERAIS



**JUSTIFICATIVA**

As Emendas ora apresentadas pretendem em sua maioria retirar as palavras identidade de gênero e oportunidade de gênero.

O objetivo da inclusão destas palavras é acrescentar nas escolas o ensino da ideologia de gênero. Um conceito que vem para substituir o uso da terminologia "sexo" e refere-se a um papel socialmente construído. Ou seja, nesta ideologia, sexo é uma definição restrita para identificação de aspectos biológicos e anatômicos, enquanto, gênero configura-se em uma descrição mais ampla do papel sexual do indivíduo, deixando de lado o enquadramento "restrito" da designação Homem ou Mulher.

As palavras citadas foram suprimidas do Plano Nacional da Educação, Lei Federal 13.005 de 25 de junho de 2014, e de diversos planos municipais, frente às diversas manifestações dos brasileiros contrários a introdução desta temática nas escolas.

Na oportunidade, colocamo-nos a disposição de Vossas Excelências para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários durante a tramitação da proposição anexa, esperando contar com o apoio indispensável dos Nobres Colegas Edis para sua aprovação imediata.

Câmara Municipal, 15 de junho de 2015.

**Doca Mastroiano**  
Vereador PR

**JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 1167/2015 QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2015/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Câmara Municipal de Uberlândia**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 1167/15.

ASSUNTO: APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECENIO  
2015/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL.

**Relatório:**

O presente projeto de lei em epígrafe, apresentado pelo Prefeito Municipal, retorna a esta Comissão, na forma regimental, em virtude de emendas parlamentares.

Foram apresentadas duas emendas:

a) A primeira, de autoria de nove vereadores, tem o objetivo de incluir na meta 6 - estratégia 5 que trata de política de financiamento da educação, de que a parceria para ofertar matrículas gratuitas sejam feitas também para pré-escola e não somente em creches e mais que estas parcerias sejam com organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, em períodos integral e parcial;

b) A segunda emenda, de autoria do vereador Doca Mastroiano, substitui a palavra "gênero" de todo o texto para a palavra "sexo".

Este é, em síntese, o relatório.

**Parecer:**

As emendas devem ser tratadas, separadamente, dada a complexidade de cada uma.

**PRIMEIRA EMENDA:**

A meta 6 trata da política de financiamento da educação e dentre estas estratégias está "parceria para oferta de



## Câmara Municipal de Uberlândia



financiamento da educação, ou seja, versa sobre políticas que envolvam questões financeiras, e não sendo compatível disponibilizar sobre período de oferecimento de matrículas.

### SEGUNDA EMENDA:

A segunda emenda subdivide-se em oito emendas, com o único intuito de:

- a) retirar de todo o texto, tanto o normativo, quanto dos anexos, a expressão - raciais, gênero, classe social, geração, sexualidade dentre outros - quando exemplificando sobre políticas públicas no desenvolvimento da educação livre de discriminação e preconceitos (art. 10, § 1º, inc. III. "n" e
- b) e ainda alterar a palavra "gênero" por "sexo" e retirar a expressão "condição de sexualidade" (meta 2, diretriz VII, estratégia 6; meta 2 diretriz VIII no caput, e estratégia 1; meta 2, diretriz X, estratégia 2; meta 2, diretriz XII, estratégia 1; no eixo 3, item 18; meta 4, diretriz I, estratégia 1).

Conforme consta da justificativa pretende-se a supressão e alteração da expressão "gênero" e utilizar-se a terminologia "sexo" que é o termo socialmente construído, a exemplo do que foi proposto e aprovado no plano nacional da educação, em virtude de diversas manifestações contrárias à introdução do tema nas escolas municipais.

Esta Comissão já pacificou entendimento de que suprimir palavras, textos, expressões ou artigos inteiros em projetos somente torna-se inviável quando a sua supressão ou alteração inviabiliza a efetivação do texto restante.

No presente caso não se verifica tal impossibilidade, mas o que se percebe é apenas uma discussão social sobre o tema,

**Câmara Municipal de Uberlândia**

envolvendo questões de preconceitos, de religião, etc, que afetam diretamente à educação, principalmente ao menor de até 12 anos, cuja responsabilidade é municipal.

No caso em análise, a supressão da palavra "gênero" ou a sua substituição por "sexo" não causa inaplicabilidade ou inviabilidade da medida, tendo em vista que mantém os preceitos constitucionais de igualdade, garantindo aos brasileiros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e livre de qualquer tipo de discriminação ou preconceito.

**Conclusão:**

Diante de todo o exposto, este Relator opina pela não-tramitação da primeira emenda por ilegalidade evidente e pela tramitação da segunda emenda, cabendo ao Plenário, quanto ao mérito, analisar a sua viabilidade.

Sala das Comissões, 15 de junho de 2015.

**Helvico José de Queiroz Jr Vico**  
Relator

Os demais membros da Comissão, aquiescendo com o voto do relator, manifestam-se favoravelmente à tramitação do projeto.

**Dra. Flavia Carvalho**  
Presidente suplente

**Silésio Miranda**  
Membro suplente



## Matéria : PL 1167/15 - Emendas 2 a 9 - ver. Doca Mastroiano

Reunião : 10ª sessão ordinária de junho  
Data : 16/06/2015 - 13:45:35 às 13:48:01  
Tipo : Nominal  
Turno : 1º Turno  
Quorum : Maioria Absoluta  
Condição : 14 votos Sim  
Total de Presentes : 26 Parlamentares

N Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário	
1	ADRIANO ZAGO	PMDB	Sim	13:47:41	
2	ALEXANDRE NOGUEIRA	SD	Não Votou		
3	CELSO SANTOS	PSC	Sim	13:46:19	
4	DAVID THOMAZ	PSDB	Sim	13:47:49	
5	DOCA MASTROIANO	PR	Sim	13:47:02	
6	DR. MÁRIO MILKEN	PDT	Sim	13:47:25	
7	DRA. FLÁVIA CARVALHO	PDT	Sim	13:45:51	
8	ESTÉVÃO BITTAR	DEM	Não Votou		
10	GLÁUCIA DA SAÚDE	PMN	Abstenção	13:46:51	
11	ISAC CRUZ	PRB	Não Votou		
32	ISMAEL COSTA	PT	Nao	13:45:52	
12	ISMAR PRADO	PT	Não Votou		
13	JERÔNIMA CARLESSO	PPL	Sim	13:46:22	
14	JULIANO MODESTO	SD	Sim	13:46:23	
15	LELES LIMA	PMN	Sim	13:46:35	
31	LUIS CLÁUDIO GALASSI	PSDB	Sim	13:45:55	
17	MARQUINHO DO MEGA BOX	PT	Nao	13:46:08	
18	MICHELE BRETAS	PTdoB	Sim	13:47:44	
19	NORBERTO NUNES	PSDB	Não Votou		
22	RODI	SD	Sim	13:47:08	
23	SEBASTIÃO GALEGO	PSC	Sim	13:46:27	
24	SILÉSIO MIRANDA	PT	Não Votou		
25	VICO	PTC	Não Votou		
26	VILMAR RESENDE	PTC	Sim	13:45:52	
29	WILLIAM ALVORADA	PDT	Sim	13:46:48	
27	WILSON PINHEIRO	PTN	Sim	13:45:44	
28	ZEZINHO MENDONÇA	PROS	Sim	13:46:09	
<u>Totais da Votação :</u>		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
		17	2	1	20

Resultado da Votação : **Aprovado**

*Alexandre Nogueira da Costa*

Audiência cancelada após representantes do Conselho Municipal de Educação, da comunidade universitária, de movimentos sociais femininos, entre outros colocarem-se dispostos a estarem presentes e mobilizarem-se contra a ocorrência dessa que seria, na visão desses que se posicionaram contrários, inconstitucional.



### **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - Projeto de Lei Ordinária Nº 00686/2017**

Exercício: 2017 República Federativa do Brasil

### **INSTITUI, NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, O "PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO".**

A Câmara Municipal de Uberlândia APROVA:

Art. 1º. Esta Lei institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal, o “Programa Escola sem Partido”, em consonância com os seguintes princípios: I – dignidade da pessoa humana; II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; V – liberdade de consciência e de crença; VI – proteção integral da criança e do adolescente; VII – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania; VIII – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero. Art. 3º. No exercício de suas funções, o professor: I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas; III – não fará propaganda políticopartidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria; V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções; VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula. Art. 4º. As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas. Parágrafo único. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no caput deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores. Art. 5º. As escolas particulares que atendem a orientação confessional e ideologia específicas poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes. Art. 6º. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber: I – às políticas e planos educacionais; II – aos conteúdos curriculares; III – aos projetos pedagógicos das escolas; IV – aos materiais didáticos e paradidáticos; V – às provas de concurso para o ingresso na carreira docente. Art. 7º. Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano da data de sua publicação oficial. **Vereador Marcio Nobre e Vereador Wilson Pinheiro**



# INSPIRAÇÃO NOMES FLORES PARA NOMES FICTÍCIOS DE ENTREVISTADAS(OS)

Adaptado ao conteúdo disponível em <http://www.floresjardim.com/significado-flor.htm>

Acácia amarela: representa um amor secreto (amante);.	Iris: fê, sabedoria, valor, amizade.
Acácia branca ou rosada: constância, elegância.	Jasmim: amor, beleza delicada, graça.
Acômito: misantropia, palavras envenenadas.	Jasmin amarelo: modéstia, timidez.
Adônis: recordação amorosa.	Jasmin branco: amabilidade, alegria.
Agerato: purificação; pureza emocional.	Jasmin vermelho: alegria.
Alstroménia: felicidade, amizade.	Lavanda: constância.
Alteia: ambição, fecundidade.	Lírio: casamento, doçura, inocência, pureza, nobreza.
Alyssum: valor.	Lírio branco: majestade, pureza, virgindade.
Amaranto: imortalidade, vida eterna, fidelidade.	Lírio de Água: persuasão, eloquência.
Amaranto globo: imutabilidade.	Lírio do vale: pureza, humildade, pessoa amorosa.
Amarilis: orgulho, altivez, elegância, graça.	Lírio laranja: ódio, desdém, orgulho.
Amendoeira: esperança, despertar.	Lírio tigre: riqueza, orgulho.
Anémoma: persistência, perseverança.	Lisianthus: sofisticação, elegância, romance, entrega amorosa.
Aquilégia: inocência, espiritualidade.	Lobélia: distinção, esplendor.
Áster: lealdade, fidelidade, sabedoria, bons pensamentos, poder, luz.	Magnólia: amor à natureza, simpatia, dignidade, beleza esplendorosa.
Bardana: inoportuno, aborrecimento.	Margarida: inocência, virgindade, amor inocente, gentileza.
Bromélia: inspiração, resistência.	Milefólio: cura.
Calla (jarro): sofisticação, beleza.	Mímoma: sensibilidade.
Calla branca (jarro branco): inocência, pureza, paz.	Narciso: egoísmo, introversia, vaidade, mentira, formalidade.
Camélia branca: beleza perfeita.	Nigella: delicadeza, perplexidade.
Camélia rosada: grandeza de alma.	Orquídea: beleza, luxúria, perfeição, pureza espiritual, refinamento, magneficiência.
Camélia vermelha: reconhecimento.	Papoila: fertilidade, ressurreição, sonho eterno, imaginação.
Centáurea: delicadeza.	Papoila amarela: saúde, sucesso.
Consolida: coração aberto.	Peônia: vida, casamento feliz.
Convolvulus: feminina, sexy.	Petúnia: ressentimento.
Coreopsis: sempre alegre.	Poinsétia: ânimo.
Cornizo: durabilidade.	Prímula: equilíbrio, objetividade, apoio, juventude, amor jovem.
Cravina: sutileza, perfeição, galanteria.	Ranúnculo: infantilidade.
Cravina rosa: laços de afeto.	Rosa amarela: ciúme, desconfiança, infidelidade, rosa dos amantes OU amizade, doçura e carinho (controverso).
Crisântemo amarelo: amor frágil, amor menosprezado.	Rosa amarela e laranja: pensamentos apaixonados.
Crisântemo branco: verdade, sinceridade.	Rosa branca: amor a Deus, pensamento abstrato, pureza, silêncio, virgindade, paz.
Crisântemo vermelho: eu amo, amo-te.	Rosa branca e vermelha: unidade.
Dália amarela: união recíproca.	Rosa carolina: amor perigoso.
Dália rosada: delicadeza, sutileza.	Rosa champanhe: respeito, admiração.
Dália vermelha: olhos abrasadores.	Rosa cor de rosa: amizade, carinho, gratidão, doçura, charme.
Delfínio: airoso.	Rosa cor de rosa claro: admiração.
Edelvais: ousadia, coragem nobre.	Rosa cor de rosa e branca: amor eterno.
Erva doce: força.	Rosa coral: entusiasmo, desejo.
Erysimum: adversidade, amizade.	Rosa do Natal (helleborus niger): paz, tranquilidade.
Flor de amendoeira: esperança.	Rosa Musk: beleza caprichosa.
Flor de laranjeira: pureza, inocência, amor eterno.	Rosa vermelha: admiração, caridade, casamento, desejo, amor intenso, paixão.
Flor de lótus: mistério, verdade, pureza espiritual.	Rosas: paixão, romantismo, amor, dedicação.
Flor de maracujá: fê, piedade.	Rosmaninho: persistência, fidelidade, lealdade.
Flor de pessegueiro: generosidade, esperança de ser noiva.	Smilax (salsaparrilha): amoroso/a.
Flor de sabugueiro: humildade, bondade.	Tuberosa: prazeres perigosos.
Forsythia: antecipação.	Tulipa: amor, prosperidade, esperança.
Frésia: acolhimento, proteção, calma.	Tulipa amarela: amor sem esperança.
Fuchsia: amabilidade.	Tulipa negra: elegância, sofisticação, também conhecida por Rainha da Noite.
Gardênia: amor secreto.	Tulipa vermelha: declaração de amor, amor eterno, amor irreversível, amor perfeito
Gerânio: ultrapassar dificuldades.	Tussilagem: amor de mãe, preocupação.
Gerânio de cor escura: tristeza.	Urze branca: proteção.
Gerânio rosa: preferência.	Urze rosa: boa sorte.
Gerânio vermelho: consolo.	Urze roxa: admiração, beleza, solidão.
Gerbera: energia, alegria, amor nobre.	Violeta: lealdade, modéstia, simplicidade, simpatia.
Girassol: dignidade, glória, homenagem, devoção.	Zínia: leviandade.
Gladíolo: sinceridade, força de caráter.	
Glicínia: poesia, juventude.	
Gloxínia: amor à primeira vista.	
Helicônia: fertilidade, charme tropical.	
Hibisco: beleza delicada.	
Hortência (Hidrângea): frieza, indiferença, vaidade.	
Iberis: indiferença.	